

**MONARCAS, MINISTROS E CIENTISTAS.
MECANISMOS DE PODER, GOVERNAÇÃO
E INFORMAÇÃO NO BRASIL COLONIAL**

MONARCAS, MINISTROS E CIENTISTAS. MECANISMOS DE PODER, GOVERNAÇÃO E INFORMAÇÃO NO BRASIL COLONIAL

ÂNGELA DOMINGUES

Centro de História de Além-Mar
CHAM
 Universidade Nova de Lisboa
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade dos Açores

LISBOA
2 0 1 2

FICHA TÉCNICA

Título	MONARCAS, MINISTROS E CIENTISTAS. MECANISMOS DE PODER, GOVERNAÇÃO E INFORMAÇÃO NO BRASIL COLONIAL
Autora	ÂNGELA DOMINGUES
Edição	CENTRO DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS / UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA UNIVERSIDADE DOS AÇORES SEDE Av. de Berna, 26-C 1069-061 Lisboa cham@fcsh.unl.pt
Capa	Santa Comunicação, Lda. Rua Actriz Adelina Fernandes, 7B 2795-005 Linda-a-Velha
Imagem	Francisco Requena (1743-1824), <i>Segundo Salto del Río de los Engaños</i> , aguarela. The Catholic University of America, Oliveira Lima Library, Washington, D.C.
Colecção	ESTUDOS & DOCUMENTOS 15
Depósito legal	350772/12
ISBN	978-989-8492-14-2
Data de saída	Novembro de 2012
Tiragem	500 exemplares
Execução gráfica	PUBLITO – Estúdio de Artes Gráficas, Lda. Parque Industrial de Pitancinhos BRAGA - Portugal

Apoio:

FCT

Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

ÍNDICE

Nota de Apresentação , por JOÃO PAULO OLIVEIRA E COSTA	9
---	---

Introdução	11
-------------------------	----

PODER E GOVERNAÇÃO

D. João III e o Brasil	17
------------------------------	----

Em nome de reis, colonos e piratas: o papel dos intérpretes no Brasil em inícios do século XVI	33
--	----

«Régulos e absolutos». Episódios de multiculturalismo e intermediação no Norte do Brasil (meados do século XVIII)	43
---	----

A Amazónia entre dois impérios e entre duas áreas científicas	67
---	----

Um governador ilustrado: Francisco de Sousa Coutinho, governador do Estado do Grão-Pará	77
---	----

« <i>Porque ao mundo veio para castigo Hum dilúvio de Dicionários e de Jornaes</i> »: a imprensa ilustrada e a avaliação da missão de D. João, Príncipe do Brasil	91
--	----

«D. João, <i>príncipe esclarecido e pai dos povos</i> , e a fundação das colónias sueca de Sorocaba e suíça de Nova Friburgo»	111
---	-----

PODER, INFORMAÇÃO E IMAGENS

Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais de Setecentos.....	135
Notícias do Brasil colonial: a imprensa científica e política ao serviço das elites (Portugal, Brasil e Inglaterra)	151
O Brasil nos relatos de viajantes ingleses do século XVIII: produção de discursos sobre o Novo Mundo	179
Viagens Científicas e Divulgação Cartográfica	197
« <i>For the relief of Man's state or the advancement of national interests?</i> » A percepção da natureza brasileira ao serviço das nações e da humanidade nos escritos dos viajantes do século XVIII”	211
<i>Num mundo falto de fé e dominado pela ambição</i> : representações do Brasil e de portugueses na literatura de viagens europeia (1. ^a metade do século XVIII)	231
« <i>Desde Piso e Marcgrave que ninguém com curiosidade tolerável descreveu a natureza brasileira</i> »: os relatos de Cook, Banks e Parkinson e a construção de imagens do Brasil colonial	259
Um «sagrado dever» ou uma «amarga política»: o paradisíaco Brasil de Leopoldina	283

NOTA DE APRESENTAÇÃO

Cruzei-me pela primeira vez com a Ângela Domingues em Outubro de 1984, quando ambos ingressámos no primeiro curso de mestrado de História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa. Seguiram-se dois anos de aulas semanais, tento tido o privilégio de trabalharmos com grandes especialistas como Artur Teodoro de Matos, Luís Filipe Thomaz, Luís de Albuquerque, Jill Dias, António Dias Farinha e Maria Beatriz Nizza da Silva. A par dos estudos, ambos colaborámos num projecto de investigação coordenado por Teodoro de Matos sobre as fontes sobre Moçambique existentes na Torre do Tombo, pelo que passámos muitas horas na velha sala de leitura de São Bento e mais umas quantas na escadaria do Palácio, à espera de lugar, ou aguardando que a sala abrisse tendo nós chegado com a antecedência necessária para obter uma das 20 (depois 24) chapas mágicas que nos permitiam ter um lugar de trabalho. Nesses anos descobri na Ângela, além de uma boa colega, uma investigadora diligente e séria e uma historiadora capaz de compreender e explicar as informações da documentação e não apenas de as repetir.

Foram tempos iniciáticos em que estudávamos e nos dedicávamos, pela primeira vez, à investigação de arquivo sistemática. Ao iniciarmos os nossos estudos deparámos com uma historiografia ultramarina pouco desenvolvida, demasiado assente na análise das crónicas e ainda marcada pelo combate ideológico que tinha envolvido a História da Expansão durante o regime do Estado Novo e os anos imediatamente posteriores ao 25 de Abril. Passados quase trinta anos, vivemos numa realidade bem diferente, envoltos numa historiografia de qualidade, diversificada, numerosa, com uma forte dimensão internacional, pelo que as limitações com que nos deparámos então serão difíceis de compreender pelos jovens que se iniciam hoje na História.

Ao definirmos as nossas áreas de especialização para as dissertações, pudemos escolher temas verdadeiramente inéditos e dimensões espaço-temporais pouco ou nada trabalhadas pela historiografia recente. Aquando dessa escolha, eu e a Ângela tomámos horizontes bem diferentes, pois embrenhei-me no Japão enquanto ela se dedicou ao Brasil. Fomos os pri-

meiros a entregar as dissertações de mestrado e dez anos depois concluímos as nossas provas de doutoramento com um dia de intervalo. Continuámos, pois, um trabalho paralelo que se continuava a cruzar em colóquios e conferências e no convívio resultante das minhas passagens pelo Instituto de Investigação Científica Tropical e, sobretudo, pela colaboração da Ângela com a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, onde chegou a exercer funções docentes, o que a levou a integrar o Centro de História de Além-Mar como investigadora associada.

Quando iniciámos o mestrado, o tema “Brasil-colónia” era ainda pouco estudado no Brasil. Estávamos numa época em que o estado brasileiro não vivia na pujança económica dos nossos dias e em que o “Brasil-império” (o século XIX) concitava quase toda a atenção dos que não se fixavam na História do Século XX. Por isso, os trabalhos de Ângela Domingues tiveram um carácter pioneiro no final dos anos 80 e no início dos de 90, e tornaram-na uma referência nesses tempos anteriores à vulgarização do estudo do Brasil colonial. O seu trabalho continuado nos temas brasileiros tornou-na numa académica respeitada, procurada por estudantes para orientação, que continua a mostrar-nos, em cada estudo, mais um pormenor ou mais uma dinâmica desse processo extraordinário que foi a construção do Brasil pelos Portugueses.

Os estudos que agora se apresentam neste volume espelham bem a carreira de Ângela Domingues, predominantemente vocacionada para o estudo do século XVIII e para a descoberta do país, através das viagens de exploração, da sua divulgação para a Europa, e ainda para a dimensão multicultural em que assentou a construção do Brasil desde a primeira hora, com o papel crucial dos intermediadores.

Agora reunidos num volume, estes textos que se encontravam dispersos ganham uma nova visibilidade e uma nova força. Resta-nos, por um lado, desejar que a sua leitura seja proveitosa e estimuladora, atraindo outros investigadores para estes temas ou despertando-os para temas similares; por outro lado, ficamos a aguardar que Ângela Domingues prossiga a sua carreira, e continue a ajudar-nos a conhecer cada vez melhor a nossa História e, em particular, este mundo fascinante do Brasil colonial.

Lisboa, 30 de Setembro de 2012

JOÃO PAULO OLIVEIRA E COSTA

INTRODUÇÃO

Este livro reúne 15 artigos escritos em tempos diferentes, publicados em sítios diversos, agora reunidos num único volume publicado sob os auspícios do Centro de História de Além-Mar. Encontram-se, contudo, unidos por um denominador comum, o Brasil colonial, e por uma época predominante, o século XVIII. Apresentam-se como resultado de um trabalho que é acima de tudo individual, da investigação desenvolvida ao longo de vários anos no Instituto de Investigação Científica Tropical, e que reflecte não só o meu interesse por temas diversos, como também vários níveis de maturidade intelectual e científica.

Não obstante reconhecer alguma diversidade nos temas escolhidos, creio que há um pressuposto que estrutura esta selecção e que consiste na noção de conhecimento enquanto forma de poder.

O saber que se constrói sobre o território brasileiro é produzido por governantes, intermediários, cronistas, cientistas, intelectuais, diplomatas, marinheiros, comerciantes, por indivíduos nascidos no reino e na colónia, por brancos, índios, africanos e mestiços, por homens e mulheres. É transmitido através de textos, imagens e objectos; pelas histórias que se contavam, as imagens que se mostravam, o modo como *se fazia* ou utilizava técnicas e saberes que classificaríamos de *tradicionais*. E é registado e disseminado sob a forma de ofícios, relatórios, cartas oficiais, diários, correspondência, notícias de jornais, memórias, romances, colectâneas, mapas, vistas, esboços.

Este conhecimento que se produz sobre a colónia brasileira era particularmente útil e utilizado enquanto meio de controlo do espaço, da natureza e da humanidade ameríndia e colonial, usado pelos monarcas portugueses e pelos seus ministros para organizar um império de extensão multi-longitudinal, constituído por várias colónias desligadas do seu centro de mando por um oceano que, se era factor de distanciamento e separação, podia também juntar.

Nesse sentido, a primeira parte deste volume é constituída por sete artigos sobre governação, administração e dominação do território. Nela pretendo valorizar aspectos relacionados com as responsabilidades dos monarcas portugueses em relação às suas conquistas (e mais concretamente

sobre a América Portuguesa) e aos seus súbditos, e também analisar como esta *missão real* devia ser executada a um nível local através da actuação dos governadores. Contudo, tenciono considerar igualmente a actuação de outras entidades, tais como agentes de governação, intermediários, intérpretes, intelectuais e cientistas ao serviço da coroa, e perceber alguns dos constrangimentos e dificuldades com que estes indivíduos se deparavam na aplicação de discursos e directrizes. Muitos deles relacionavam-se com as grandes distâncias que separam centros e periferias, reino e colónias; com a aplicação de orientações que, formuladas à distância, se revelavam inadequadas a uma realidade colonial; com a actuação e os interesses de indivíduos ou grupos concretos que podiam ser por si elementos de sucesso ou fracasso em episódios determinantes no controlo do território, ou então de êxito ou insucesso na aplicação de medidas relacionadas com a governação e a administração do território colonial. Um lugar de destaque é dado aqui aos intermediários, intérpretes e mediadores culturais que desde os inícios da colonização foram actores principais na intercepção de culturas e sociedades distintas, *luso-brasileira* e ameríndias, tal como foram peças fundamentais no desenvolvimento de negociações que aproximaram e noutros casos provocaram rupturas e desequilíbrios em sociedades de fronteira.

Mas o conhecimento gerado pode também ser usado como argumento legitimador de soberania sobre áreas que eram objecto de interesse de vários países e, assim sendo, ser elemento estratégico na construção e defesa de fronteiras continentais ou marítimas; ou enquanto ferramenta de prestígio e propaganda utilizado entre nações rivais detentoras de intenções imperialistas ou de projectos de anexação concretos em relação à América Portuguesa. O *descobrimento* da colónia pelos europeus de setecentos, visto, observado, registado e depois disseminado através de palavras, textos, imagens, objectos, é um tema dominante da segunda parte deste livro que, através de oito contribuições, pretende avaliar quais as consequências que o aumento de interesse e de contactos com o Brasil trouxeram à cultura europeia setecentista, para além das repercussões evidentes na formação de uma *consciência europeia* e no desenvolvimento de sentimentos de diferença e distinção e, consequentemente de *relações hierarquizadas*, entre ibéricos e outros europeus. Neste capítulo, as viagens são, simultaneamente, objecto de estudo e fonte de informação, a par de serem elemento significativo na construção de imagens e representações do Brasil e da América Portuguesa, de portugueses e *luso-brasileiros* na Europa.

Se uma vertente historiográfica defende que a imagem científica do Brasil só se começou a construir com as viagens de inícios do século XIX ao interior do território, também é certo que o conhecimento que os europeus formaram do litoral brasileiro ao longo de setecentos foi significativo e exacto. A descoberta de ouro e as potencialidades insondadas das produções naturais brasileiras suscitaram um aumento de interesse dos europeus em relação ao Brasil, a par de um incremento da vigilância e das proibições

legais lusas para defesa da colónia. As restrições postas à disseminação de informações sobre a colónia reflectia, em parte, o reconhecimento da incapacidade de explorar eficazmente as riquezas naturais brasileiras e o medo de eventuais ataques que pusessem em causa a integridade territorial da colónia.

No sentido de satisfazer a *curiosidade* e o interesse científico e intelectual, político e económico, os europeus desenvolveram mecanismos cognitivos de natureza variada destinados a ultrapassar as limitações que eram impostas pela coroa portuguesa, aplicadas pelos agentes de governação e obedecidas pela população colonial. Essa informação destinava-se igualmente a corresponder às exigências científicas requeridas numa época esclarecida e ilustrada por governantes e diplomatas, mercadores e comerciantes, intelectuais e cientistas, marinheiros e soldados, corsários e piratas, e a satisfazer às solicitações dum público que se cria esclarecido.

O século XVIII foi fértil na produção e disseminação de conhecimento e no desenvolvimento de mudanças científicas, intelectuais e culturais, muitas delas decorrentes de uma intensificação de contactos entre culturas. Mas também na forma como elaborou e organizou esses registos em sistemas de informação hábeis de modo a gerir, de forma mais racional e eficaz, a governação dos impérios. O exercício do poder é indissociável dos registos, da máquina burocrática que os produz e do controlo que tem sobre os arquivos. Embora a eficácia dos sistemas de informação criados pelo governo português possa ser questionada, não posso deixar de notar que essa informação alimentou muitos dos fundos documentais que são incontornáveis para os estudiosos da história colonial. Muitas das obras sobre a América Portuguesa, surgidas nos últimos anos tanto em Portugal como no Brasil, incontestavelmente importantes, assentam geralmente neste corpo documental, predominantemente constituído pelos fundos arquivísticos produzidos por entidades e por indivíduos, portugueses e *luso-brasileiros*. Ou seja, baseia-se predominantemente numa visão interna do Império, dada de acordo com a perspectiva de quem o integra. Nesta colectânea pretendo valorizar esta informação produzida e preservada enquanto *memória do império*, mas quero também usar outros tipos de informação gerados por elementos exteriores ao Império, súbditos de outros monarcas, que frequentemente acentuaram as diferenças culturais, políticas, económicas, intelectuais e científicas entre os países do norte e os da Península Ibérica. Ora isso pode pôr em causa uma visão uniforme da Europa das Luzes.

Alguns destes estudos, sobretudo os mais recentes, pretendem contribuir para uma releitura e uma avaliação mais fundamentada do desenvolvimento histórico do Brasil e da importância que teve para a Europa e para a cultura europeia do século XVIII. E porque, nalguns casos, olhar para o passado e *relê-lo* pode ser uma forma de ajudar a compreender o que somos e como as imagens que actualmente formamos podem ser melhor compreendidas se atendermos aos estereótipos que outrora fizemos.

PODER E GOVERNAÇÃO

D. JOÃO III E O BRASIL *

O Brasil da época de D. João III era um vasto território, ainda que indefinido nos seus contornos e nas suas dimensões quase continentais. É durante o período correspondente a este reinado que se começou a configurar enquanto colónia portuguesa no Novo Mundo¹.

Até à expedição simultaneamente exploratória e colonizadora de Martim Afonso de Sousa, pode-se resumir a presença portuguesa no continente americano como constando dum punhado de pequenas feitorias, destinadas a garantir um abastecimento regular de pau-brasil aos navios que aportavam ao litoral, e de um número igualmente reduzido de indivíduos que tinham naufragado, desertado ou sido lançados em terra para procederem ao seu reconhecimento geográfico e económico². Contudo, não se confunda presença incipiente com falta de actuação: com efeito, muito embora os portugueses estantes no território fossem em número insignificante e não obstante muitos deles serem elementos desgarrados, fugitivos da justiça e sem laços vinculativos a qualquer instituição reinol, nos vinte anos subsequente ao descobrimento os navios e armadas portuguesas reconheceram geograficamente o litoral brasileiro, realizando um impressionante feito náutico registado na cartografia da época³. Simultaneamente a esta

* Este texto foi publicado em *D. João III e o mar. Ciclo de conferências*, Lisboa, Academia de Marinha, 2003, pp. 51-69.

¹ Fernando NOVAIS, «Le Brésil de Hans Staden (1557)» in Bart DE PRINS, Eddy STOLS e Johan VERBERCKMOES (ed.), *Brazil. Cultures and economies of four continents*, Leuven, Uitgeverij Acco, 2001, pp. 13-16.

² Ângela DOMINGUES, «Em nome de reis, colonos e piratas: o papel dos intérpretes no Brasil em inícios do século XVI» in *D. João III e o império. Congresso comemorativo do nascimento de D. João III. Actas*, Lisboa e Tomar, CHAM-Universidade Nova de Lisboa, CEPCEP-Universidade Católica Portuguesa, 2004, pp. 565-573.

³ Joaquim Romero MAGALHÃES, «O reconhecimento da costa» in *Oceanos*, n.º 39, Julho/Setembro 1999, pp. 103-112; Max Justo GUEDES, «A persistência das lendas vespucianas nos primórdios do reconhecimento da costa brasileira» in *Congresso Luso-Brasileiro Portugal-Brasil. Memórias e imaginários*, Actas, vol. I, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000, pp. 106-117; idem, «O reconhecimento da costa brasileira, 1501-1519: um impressionante feito náutico e cartográfico»,

actividade de reconhecimento, efectuaram a patrulha militar dos mares do Atlântico Oeste, numa tentativa de impedirem o contrabando de pau-brasil que os franceses faziam regularmente com os ameríndios e de disputarem com os espanhóis os limites extremos das duas coroas na América do Sul.

Se é incontestável que «a laboriosa implantação da colónia portuguesa» no Novo Mundo ocorreu durante o reinado de D. João III, reconheça-se, porém, que o Brasil não foi seguramente a primeira preocupação do monarca. O cronista-mor do reino Francisco de Andrade dava lucidamente conta deste facto quando afirmava que, ocupados que estavam o Rei e o Conselho Real nas coisas da Índia, «tratou-se menos das do Brasil havendo-as por menos importantes, porque os proveitos que delas se esperavam mais da grangearia da terra do que do comércio da gente por ser bárbara, inconsistente e pobre»⁴.

Todavia, e como ficou bem patente num congresso recentemente organizado sob o tema ***D. João III e o Império. Congresso Internacional comemorativo do nascimento de D. João III***, a grandiosidade do Império Português não se resumia ao binómio Índia/Brasil. Repartia-se pelos litorais da África, Ásia e Novo Mundo, pelo domínio e defesa da navegação no Atlântico e no Índico, no estabelecimento de rotas marítimas e também terrestres entre o Estado da Índia e o reino, via Golfo Pérsico, Iraque e Síria, pela implantação de uma acção diplomática interveniente junto das cortes europeias com pretensões expansionistas, do Império Otomano, da corte do Monomotapa, dos impérios do Japão e China⁵.

Quanto às possessões portuguesas do Novo Mundo, a reavaliação da sua importância no enquadramento político deste império concebido à escala planetária materializa-se na viagem de Martim Afonso de Sousa ao litoral brasileiro. Nomeado em 1530 capitão-mor da armada e de todas as terras que achasse e descobrisse, Martim Afonso de Sousa ia incumbido de explorar a costa desde o Maranhão até ao Rio da Prata e fazer, sempre que o entendesse, incursões para o interior; patrulhar o litoral e expulsar qualquer presença indesejável que aí encontrasse. Tinha, ainda, a missão de fundar núcleos de colonização permanentes e duráveis por todo o litoral brasileiro, de que São Vicente foi o primeiro, e promover o desenvolvimento económico do território, consubstanciado no incentivo à cultura da cana-de-açúcar⁶.

in Maria Beatriz Nizza da SILVA (org.), *De Cabral a Pedro I. Aspectos da colonização portuguesa no Brasil*, Porto, Universidade Portucalense Infante D. Henrique, 2001, pp. 23-36; Inácio GUERREIRO, «A revelação da imagem do Brasil (1500-1540)» in *Oceanos*, n.º 39, Julho/Setembro 1999, pp. 115-124.

⁴ Francisco de ANDRADE, *Crónica de D. João III*, Porto, Coleção Tesouros da Literatura e da História, Lello e Irmãos Editores, 1976, p. 975.

⁵ *D. João III e o Império. Congresso internacional comemorativo do nascimento de D. João III*, Lisboa e Tomar, Centro de História de Além-Mar, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 4 a 8 de Junho de 2002.

⁶ Ângela DOMINGUES, *Portugal e Brasil. Contactos, confrontos e encontros durante os primeiros anos da presença portuguesa no Novo Mundo*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da

Com a expedição de Martim Afonso de Sousa e o estabelecimento das capitánias-donatárias, a partir de 1534, a estratégia da coroa em relação ao litoral brasileiro alterou-se, estabelecendo-se um plano sistemático de ocupação do território. Dos contactos esporádicos com os índios para escambo de pau-brasil, papagaios e produtos exóticos (índios incluídos) passou-se, gradualmente, à ocupação da terra e à sua exploração agrícola, fundando-se povoados e produzindo-se açúcar; defendendo-se de forma mais efectiva a colónia e as suas produções da cobiça de franceses e ingleses.

A concretização desses objectivos foi confiada a particulares, gente duma nobreza influente, mas não preponderante, que se tinha distinguido ao serviço do monarca, tanto no Oriente como na corte. Aos capitães-donatários o rei concedia uma faixa especificada do litoral brasileiro com a incumbência de procederem à sua ocupação efectiva, colonização e desenvolvimento económico.

Delegava autoridade, competências e rendimentos inerentes ao poder soberano em moldes mais amplos do que ocorrera em relação aos indivíduos que desempenhavam funções semelhantes nos arquipélagos atlânticos. Os capitães comprometiam-se a recrutar e custear a ida e a fixação de colonos nos novos territórios, controlar as comunidades ameríndias estabelecidas e preservar, desenvolver e defender a terra, tendo como parâmetros o serviço de Deus e do rei, o «povoamento» e aproveitamento da terra, a conversão dos gentios e o enriquecimento e bem-estar dos súbditos⁷.

Os resultados obtidos foram desiguais. Algumas capitánias não chegaram a ser colonizadas, como foi o caso de Ceará e Santana; as tentativas de colonização do Maranhão, Rio Grande, S. Tomé e Baía frustraram-se; Pernambuco e S. Vicente tiveram um franco sucesso, relacionado com a produção de açúcar; e Santo Amaro, Itamaracá, Espírito Santo, Ilhéus e Porto Seguro reconheceram um desenvolvimento moderado. Os fracassos ou os sucessos podem-se atribuir a uma conjugação de factores relacionados com o interesse e empenho dos capitães ou dos seus representantes, à existência de investimento de capital europeu, ao tipo de relacionamento estabelecido com os índios e ao equilíbrio interno dos grupos portugueses que constituíam os núcleos urbanos recém-fundados⁸.

Moeda, 1999; Maria Cecília GUIRADO, *Relatos do descobrimento do Brasil. As primeiras reportagens*, Lisboa, Instituto Piaget, 2001, p. 77.

⁷ Jorge COUTO, *A construção do Brasil. Ameríndios, portugueses e africanos do início do povoamento a finais de Quinhentos*, Lisboa, Edições Cosmos, 1995, pp. 222-223; António Vasconcelos de SALDANHA, «Considerações sobre o estudo das Capitánias ultramarinas portuguesas» in *Ler História*, 19, 1990, pp. 45-59; idem, *As capitánias. O regime senhorial na expansão ultramarina portuguesa*, Funchal, Região Autónoma da Madeira, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1991.

⁸ Stuart SCHWARTZ, *Segredos internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial*, São Paulo, Companhia das Letras, Conselho Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1988, pp. 31-34; Ângela DOMINGUES, *Portugal e Brasil. Contactos, confrontos e encontros...*, pp. 13-17.

Não obstante a desigualdade notória de resultados, deve-se à iniciativa privada dos capitães-donatários a fundação de vilas como Olinda, São Vicente, Nossa Senhora da Conceição, Vitória, São Jorge dos Ilheús, Porto Seguro, Espírito Santo, Vila da Rainha e Santos⁹. Por todo o Brasil, de Olinda a São Vicente, se plantou cana-de-açúcar e em muitas capitánias construíram-se engenhos; a exploração do pau-brasil fazia-se na mata atlântica, particularmente em Itamaracá e na Guanabara; e os colonos recém-chegados aclimatavam e cultivavam nas terras férteis brasileiras espécies vegetais do Velho Mundo, deliberadamente trazidas para confeccionar os seus alimentos (frutos e hortaliças variados) e medicamentos (rosas para água medicinal) ou para poder continuar as suas práticas religiosas (uvas e trigo)¹⁰.

A instauração, em 1548, do governo-geral demonstra claramente o reconhecimento do fracasso generalizado do regime de capitánias. A implantação do novo sistema governativo centralizado justificava-se enquanto processo rectificador dos males que ensombavam a colonização portuguesa do Brasil: as exorbitância e abusos de funções dos capitães, os maus-tratos e rigor com que os índios eram tratados, os sucessos comerciais franceses em relação ao pau-brasil e aos índios escravos, a dispersão dos rendimentos reais, sobretudo daqueles relacionados com o açúcar, e a inexistência dum centro militar e político de onde emanassem ordens e decisões e se gerissem informações e socorros¹¹.

Coexistindo com as capitánias, o governo-geral alterava, contudo, este sistema administrativo. O *Regimento* concedido a Tomé de Sousa incumbia-o de conservar e enobrecer as capitánias e povoações da terra brasileira e de promover a exaltação da fé e o proveito do reino. Pretendia-se criar um pólo jurídico, militar e fiscal no centro geográfico da colónia portuguesa quinhentista. A capitania da Baía, previamente sob a jurisdição de Francisco Pereira Coutinho e agora directamente controlada pela coroa, foi o local escolhido, devido à sua localização, por ser um bom ancoradouro e pela «bondade, abastança e saúde» da terra¹².

O governador-geral ia incumbido de pacificar, controlar e desenvolver economicamente o território: punir os chefes das etnias rebeladas no tempo do anterior capitão e exigir a sujeição e vassalagem dos rendidos; recompensar os índios amigos e aliados, utilizando-os nas lutas contra os inimigos;

⁹ José PESSOA, «Em tudo semelhante, em nada parecido: modelos e modos de urbanização na América Portuguesa» in *Oceanos*, n.º 41, Janeiro/Março de 2000, p. 72.

¹⁰ Warren Dean atribui à expedição de Martim Afonso de Sousa a introdução deliberada de uma quantidade significativa de espécies vegetais e animais «como experiência daquilo que a terra podia produzir» (cf. *A ferro e fogo. A história e a devastação da mata atlântica brasileira*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996, pp. 73-74).

¹¹ Francisco de ANDRADE. *Crónica de D. João III*, pp. 975-976.

¹² Regimento de Tomé de Sousa, de 17 de Dezembro de 1548 in Marcos Carneiro de Mendonça (organização). *Raízes da formação administrativa do Brasil*, vol. I, Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Conselho Federal de Cultura. 1972, pp. 35-51.

conceder terras em regime de sesmaria aos colonos interessados para nelas plantarem cana-de-açúcar e estabelecerem engenhos; explorarem áreas geográficas afastadas do litoral; inquirirem das rendas e direitos devidos à Fazenda Real; e defenderem a costa de ataques inimigos e punirem os corsários e piratas que contestassem a soberania portuguesa e o monopólio comercial do pau-brasil. Esta atribuição militar e punitiva era considerada no *Regimento* como «uma das principais coisas que mais cumpre para se as ditas terras do Brasil melhor povoar»¹³.

Durante o reinado de D. João III, as duas figuras centrais da coroa portuguesa na colônia brasileira foram Tomé de Sousa e D. Duarte da Costa, Considerados pela historiografia tradicional como bastiões militares face às ambições de concorrentes estrangeiros, devem também ser encarados como conquistadores de terras e de índios¹⁴.

Ambos os governadores promoveram o cultivo de cana e a produção de açúcar, protegendo os engenhos que já existiam, incentivando a construção de outros e concedendo terras em regime de sesmaria em zonas férteis e propícias a esta cultura. Tal como sintetiza Stuart Schwartz, «O crescimento da indústria açucareira no Recôncavo acompanhou de perto as linhas gerais da expansão política e militar dos portugueses em detrimento dos indígenas da região»¹⁵. Quanto a Pernambuco, a outra região açucareira por excelência, cumpria a um particular, o capitão Duarte Coelho, o projecto de erigir com sucesso uma Nova Madeira em terras sul-americanas ou, como o capitão preferia denominar, uma Nova Lusitânia¹⁶.

Os dois governadores-gerais doaram e conquistaram novos espaços, até então ocupados pelos índios. Estes, por sua vez, representavam, por um lado, uma população que devia ser expulsa das suas terras para o melhor aproveitamento da colônia e, por outro, um reservatório de mão-de-obra destinada a alimentar os engenhos e fazendas portuguesas¹⁷.

Com a instauração do governo-geral, D. João III procedeu simultaneamente a uma reestruturação e centralização de poderes nas áreas administrativa e militar. Na frota de Tomé de Sousa iam também um capitão-mor da costa, encarregado de defender o litoral da presença estrangeira, um

¹³ Idem, p. 48.

¹⁴ Confrontamos a nossa opinião com outra expressa por Óscar Calavia Sáez no sentido de expressar a posição historiográfica portuguesa: «En el lado luso, los grandes agentes de la Corona portuguesa como Tomé de Souza, Mem de Sá o Duarte Coelho, suelen ser vistos más como bastiones frente a las ambiciones francesas u holandesas que como conquistadores de tierras o de indios», «Los otros quinientos: historia brasileña y etnología indígena» in *Revista de Índias*, vol. LX. n.º 218, 2000, p. 101.

¹⁵ Stuart SCHWARTZ, *Segredos internos*, p. 35.

¹⁶ Evaldo Cabral de MELLO, «O açúcar» in *Brasil-Brasis. Cousas notáveis e espantosas. A construção do Brasil. 1500-1825*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 20(X), p. 24.

¹⁷ Mónica Duarte DANTAS, «Povoamento e ocupação do sertão de dentro baiano (Itapicuru. 1549-1822)» in *Penélope – Revista de História e Ciências Sociais*, n.º 23, 2000, p. 9.

provedor-mor, com autoridade para superintender a assuntos relacionados com a Fazenda Real, nomeadamente a cobrança de direitos reais, e um ouvidor-geral, encarregado da administração judicial. Os escolhidos foram, respectivamente, Pêro de Góis, António Cardoso de Barros e Pêro Borges. O exercício das suas funções levou o provedor-mor e o ouvidor-geral às capitanias do Sul, no sentido de regularizar práticas abusivas na administração da justiça e normalizar a actividade da provedoria, alfândega e almoxarifado¹⁸. Nestes aspectos, como já tinha acontecido com o governo-geral em relação às capitanias, o ouvidor Pêro Borges e o provedor António Cardoso de Barros não aboliram os sistemas administrativos criados pelos capitães, mas sobrepuseram-lhes uma autoridade centralizadora e controladora¹⁹. De resto, esta necessidade de proceder à concentração de poderes iria conduzir à acumulação dos cargos de ouvidor-geral e provedor-mor na pessoa de Pêro Borges, em 1554, já durante o governo de D. Duarte da Costa²⁰.

A vontade centralizadora de D. João III não se limitou à administração temporal da nova colónia. Também a nível religioso, quis o monarca estabelecer no Brasil uma instituição que tivesse um prestígio e uma autoridade equiparável à do governador-geral. O primeiro bispo da Baía, D. Pedro Fernandes Sardinha, chegou à colónia em 1550 e durante o exercício desta função foi responsável por alguma da instabilidade que caracterizou esta sociedade colonial em formação. Os conflitos com os jesuítas sobre questões relacionadas com a conversão dos índios marcaram o período de permanência do bispo na Baía. De igual modo, ocorreram dissensões com o segundo governador, D. Duarte da Costa, mencionadas por frei Vicente do Salvador como a razão que levaria D. Pedro Fernandes Sardinha a embarcar para o reino numa nau que naufragaria próximo do rio São Francisco e aí a encontrar a morte num ritual antropofágico às mãos dos índios Caeté²¹.

Importa, no entanto, considerar que não foi o bispo ou o clero regular que D. João III escolheu para a tarefa de pacificar e evangelizar os índios. A incumbência recaiu sobre os jesuítas, que chegaram pela primeira vez a praias baianas com Tomé de Sousa e depois se tornaram em passageiros constantes das frotas que faziam a travessia do mar oceânico. Acompa-

¹⁸ Filipe Nunes de CARVALHO, «Do descobrimento à União Ibérica» in *O Império Luso-Brasileiro 1500-1620*, coordenação de Harold JOHNSON e Maria Beatriz Nizza da SILVA, *Nova História da Expansão Portuguesa*, dirigida por Joel SERRÃO e A. H. de Oliveira MARQUES, Lisboa, Editorial Estampa, 1992, p. 146.

¹⁹ Sobre as competências do ouvidor-mor veja-se Stuart SCHWARTZ, *Burocracia e sociedade no Brasil colonial. A suprema corte da Baía e os seus juízes: 1609-1751*, São Paulo, Editora Perspectiva, 1979, p. 24.

²⁰ Stuart SCHWARTZ, *Burocracia e sociedade*, p. 28. A acumulação de responsabilidades judiciais, fiscais e militares nas pessoas dos ouvidores-gerais ocorreu até 1609 (*ibidem*, p. 31).

²¹ Frei Vicente do SALVADOR, *História do Brasil, 1500-1627*, Belo Horizonte e São Paulo, Itatiaia e Editora da Universidade de São Paulo, 7.ª edição, 1982, pp. 147-148; Filipe Nunes de CARVALHO, «Do descobrimento à União Ibérica» in *O Império Luso-Brasileiro 1500-1620*, pp. 151-152.

nhando os governadores-gerais nas suas viagens administrativas, os jesuítas rapidamente se espalharam por todo o território brasileiro, quer nos núcleos urbanos portugueses, onde assumiam o encargo de ensinar as crianças a ler e escrever, a gramática e o catecismo, quer nas aldeias ameríndias, onde foram os principais agentes no processo de cristianização e aculturação indígena²².

Ao atribuírem aos índios um grau de sofisticação civilizacional e cultural baixo, os jesuítas inicialmente convenceram-se que a nova terra era um campo ilimitado de oportunidades para salvar almas e que a sua tarefa estava facilitada junto de povos que consideravam não terem qualquer tipo de organização política ou religiosa. No período imediato ao desembarque, o padre Manuel da Nóbrega concebia as almas índias como «papéis em branco» onde facilmente se inscreveriam os aspectos relacionados com a fé cristã. Contudo, com o decorrer do tempo, este entusiasmo foi-se desvanecendo e em 1550 o mesmo missionário afirmava, certamente desiludido, que «talvez por medo se converterão mais depressa do que o não farão por amor tanto andam corrompidos nos seus costumes e longe da verdade»²³. Os índios recém-convertidos esqueciam-se dos princípios ensinados pelos padres com a mesma facilidade com que os tinham aprendido e os jesuítas constataavam que, mal se ausentavam das aldeias, os ameríndios voltavam rapidamente às suas crenças ancestrais, às suas guerras internas e aos sacrifícios dos inimigos derrotados em terreno. Do mesmo modo, continuavam a depositar confiança nos feiticeiros, considerados pelos jesuítas como os seus principais opositores, tal como depressa se reconciliavam com as suas várias mulheres e com as bebidas alcoólicas²⁴.

O apoio dado pelo rei e pelos governadores-gerais aos jesuítas permite explicar o grau de sucesso que a Companhia teve no Brasil e as suas estratégias de expansão em território brasileiro²⁵. O projecto missionário jesuítico inscrevia-se claramente na política de Padroado: enviados e financiados por D. João III, os jesuítas foram durante este reinado instrumentos privilegiados da coroa portuguesa no processo de conversão dos índios²⁶.

Durante o período de fixação, os jesuítas fundaram um colégio máximo na Baía, em 1553, e estabeleceram residências nos principais núcleos de

²² O monopólio da conversão dos nativos americanos só viria a ser contestado pela chegada de novas ordens religiosas ao território e pelo fortalecimento do clero secular.

²³ *Cartas do Brasil e mais escritos do Padre Manuel da Nóbrega (opera omnia)*, introdução, notas históricas e críticas de Serafim LEITE, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1955, p. 70.

²⁴ Dauril ALDEN, *The making of an enterprise. The Society of Jesus in Portugal: its empire and beyond. 1540-1750*, Stanford, Stanford University-Press, 1996, p. 72.

²⁵ Harold B. JOHNSON, «Portuguese settlement 1500-1580» in Leslie BETHELL (edição). *Colonial Brazil*, Cambridge, Cambridge University Press, 1991, p. 24.

²⁶ Charlotte de CASTELNAU-L'ESTOILE, *Les ouvriers d'une vigne stérile. Les jésuites et la conversion des indiens au Brésil, 1580-1620*, Lisboa e Paris, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2000, p. 10.

povoamento português, para além de controlarem e dirigirem um número significativo de aldeias, constituídas por vários grupos étnicos pacificados e reunidos numa forma artificial, que deviam ser catequizados e aculturados pelos padres. Estes aldeamentos surgiam como uma forma de integrar os índios na sociedade portuguesa, procurando transformá-los em mão-de-obra apta a desempenhar tarefas agrícolas na economia colonial e, simultaneamente, protegê-los de abusos e exacções por parte da sociedade em formação²⁷. O êxito alcançado pelos jesuítas em tão curto espaço de tempo deveu-se, possivelmente, ao reconhecimento por parte dos indígenas de que os missionários não queriam escravizá-los ou expropriá-los e que eram bons oradores e possuidores de um conhecimento iniciático e mágico, relacionado com o tratamento de certas doenças e com a escrita.

O projecto missionário jesuíta foi fortemente ameaçado em 1556, com os levantamentos de etnias localizadas no litoral de Pernambuco e da Baía. Acusando a pressão do desenvolvimento agrícola e, sobretudo, sacarino destas regiões e a crescente exigência de mão-de-obra e terras férteis por parte da sociedade colonial, grupos índios sublevaram-se pondo em questão a sobrevivência dos núcleos urbanos portugueses: os colonos não ousavam sair das vilas, os escravos fugiam para o sertão, o trabalho jesuíta no Nordeste brasileiro era posto em risco²⁸. Estas revoltas só viriam a ser pacificadas após a morte de D. João III, durante o governo de Mem de Sá, que iria apoiar incondicionalmente os jesuítas, aliando à cruz a espada no processo de dominação dos índios²⁹.

A actividade guerreira e punitiva dos governadores, a actividade missionária e aculturadora dos jesuítas e a necessidade crónica de mão-de-obra por parte da sociedade colonial tinham despoletado um processo que conduziria à desintegração das etnias indígenas do litoral brasileiro. O desenvolvimento da cultura do açúcar no Nordeste e de produtos agrícolas no Sul, a propagação de epidemias introduzidas por europeus e africanos, as migrações de grupos indígenas para locais afastados dos principais eixos de colonização e a escassez de alimentos iriam acentuar, na segunda década de Quinhentos, esse processo de desestruturação sentido pelos ameríndios com uma consequente perda de identidade.

Até ao momento, procurei sintetizar algumas das estratégias políticas e administrativas desenvolvidas ao longo do reinado de D. João III para o

²⁷ De facto, o controle dos índios, principal fonte de trabalho até à chegada das primeiras levas de escravos africanos em finais de Quinhentos, foi objecto de violentos confrontos entre os jesuítas e colonos, arbitrados pelo poder político colonial. Só após a morte de D. João III e com o terceiro governador-geral Mem de Sá é que estes conflitos são transpostos para o reino, com os jesuítas e os representantes da sociedade colonial a entrarem em guerra aberta acerca do problema indígena na corte (*La visión jesuíta del Brasil. Lettres & autres documents (1549-1570)*, edição e tradução de Jean-Claude Laborie, Paris, Editions Chandeigne, 1998, p. 38).

²⁸ Idem, *ibidem*, p. 48.

²⁹ Charlotte de CASTELNAU-L'ESTOILE, *Les ouvriers d'une vigne stérile*, pp. 105 e ss.

território brasileiro no sentido de proceder à sua integração no projecto imperial joanino. Tentei, sobretudo, salientar o processo de sofisticação gradual desta política em permanente alteração na procura de uma efectiva centralização de poder e de um maior controlo e eficácia governativos. Todavia, as dificuldades sentidas não foram apenas aquelas específicas a uma colónia em processo de definição interna e integração no Império. Um dos maiores obstáculos consistiu na ameaça externa movida pelos franceses à integridade territorial e soberana que D. João III queria implantar em terras sul-americanas.

Na verdade, o interesse dos franceses pelas costas atlânticas do Novo Mundo era notório já desde o seu descobrimento e mostrava-se no envio regular à «terra dos papagaios» de embarcações que regressavam aos portos da Bretanha e Normandia carregadas de índios, animais e produtos exóticos, madeiras preciosas e, sobretudo, pau-brasil³⁰. Mas apesar de ser uma presença constante, dificilmente se poderia observar ser uma presença efectiva: os barcos aportavam ao litoral e os marinheiros e mercadores a bordo comerciavam com os índios, quer directamente, quer por intermédio de *tangomaus*, franceses lançados na costa com o objectivo de aprenderem a língua e se integrarem nas comunidades ameríndias com propósitos comerciais³¹.

Ao contrário dos portugueses, não procuraram estabelecer feitorias ou núcleos urbanos que revelassem uma intenção colonizadora. Contestavam, unicamente, a exclusividade ibérica do direito de navegação e comércio em detrimento de um *mare liberum*, um oceano aberto a todos e, conseqüentemente, aos navios de Francisco I e dos mercadores franceses que quisessem comerciar em qualquer ponto da costa até à altura desocupado pelos portugueses.

A preocupação real em relação aos franceses foi uma constante e encontra-se expressa, por exemplo, nas ordens que regularam a missão de Martim Afonso de Sousa, incumbido de patrulhar a costa e expulsar qualquer presença indesejável; na divisão do litoral em regime de capitánias-donatarias e na missão confiada a cada capitão de fundar núcleos urbanos permanentes e duráveis no sentido de ocupar efectivamente o litoral brasileiro e impedir os índios de estabelecerem comércio com qualquer concorrente da coroa portuguesa; e, ainda, nas competências conferidas ao governador-geral e, claramente especificadas no *Regimento* de Tomé de Sousa, relativamente à

³⁰ Leyla PERRONE-MOISÉS, *Vinte-luas. Viagem de Paulmier de Gonneville ao Brasil, 1503-1505*, São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

³¹ Acerca destes intérpretes normandos residentes no litoral brasileiro há muitos anos, mencionava Jean de Léry que «tanto se adaptaram aos costumes bestiais dos selvagens que, vivendo como ateus, não só se poluíam em toda a espécie de impudícias com as mulheres selvagens, mas ainda excedem os nativos em desumanidade, vangloriando-se mesmo de haver morto e comido prisioneiros» (Jean de LÉRY, *Viagem à terra do Brasil*, p. 15).

guarda e defesa da terra e aprisionamento de corsários, a quem é atribuída uma *quota parte* no fracasso da colonização portuguesa.

Em 1555, durante a governação de D. Duarte da Costa e quase no final do reinado de D. João III, os contactos comerciais franceses deram lugar a um programa de colonização estruturado, denominado França Antártica, e localizado numa região até à altura desocupada, a baía de Guanabara³². Com o apoio do duque de Guise e do cardeal de Lorena, o financiamento de mercadores normandos e bretões e a protecção real, constituiu-se uma expedição comandada por Nicolas Durand de Villegagnon, vice-almirante de França e cavaleiro da Ordem de Malta, composta por três navios e um contingente heterogéneo de criminosos das prisões de Ruão e Paris, franceses e escoceses, protestantes, calvinistas, huguenotes e católicos³³. O êxito inicial da presença francesa na baía de Guanabara compreende-se num quadro de conflitos locais prévios ao estabelecimento da colónia, com os Tamoio a encararem os franceses como aliados e defensores contra Margaiás e portugueses. E, nesse sentido, forneciam-lhes não só apoio militar, como abasteciam a fortaleza edificada na ilha de Serigipe com água e legumes, caça e pescado, no que eram recompensados com arcabuzes, pólvora, facas, machados e espadas e outros tipos de ferramentas e manufacturas. Por sua vez, Villegagnon e os seus homens envolviam-se em acções guerreiras contra índios considerados inimigos e faziam prisioneiros e cativos entre os derrotados, tornados numa fonte de trabalho compulsória³⁴.

O projecto colonizador francês transportou para o Novo Mundo o clima de guerra que se fazia sentir numa Europa conturbada, a braços com lutas religiosas entre protestantes e católicos. As dissensões religiosas internas, os impedimentos éticos e morais e a rigidez disciplinar imposta por Nicolas Durand de Villegagnon aos seus homens foram algumas das razões que fizeram malograr este projecto. Há que procurar outras na retirada de apoio por parte das entidades oficiais, no desinteresse dos mercadores protestantes da Normandia e da Bretanha que deixaram de esperar lucros significativos com a regência da católica Catarina de Médicis e, de forma mais incisiva, nas campanhas militares de Mem de Sá, que destruiu o Forte de Coligny, em 1560, e cujo nome é indissociável da cidade do Rio de Janeiro.

O Brasil que se vai construindo com D. João III não é um Brasil estruturado e monolítico, mas dinâmico e em formação. Este período caracteriza-se, sobretudo, por ser um tempo em que os portugueses se iam estabelecendo e

³² Jorge COUTO, «A disputa luso-francesa pelo domínio do Brasil até 1580» in Maria da Graça VENTURA (coordenação), *Viagens e viajantes no Atlântico quinhentista*, Lisboa, Edições Colibri, 1996, pp. 33-56.

³³ Os êxitos e os fracassos da França Antártica são explicados em Paulo Kanuss de MENDONÇA, *O Rio de Janeiro da pacificação. Franceses e portugueses na disputa colonial*, Rio de Janeiro, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1991, pp. 60 e ss.

³⁴ Paulo Knauss de MENDONÇA, *O Rio de Janeiro da pacificação*, pp. 66-68.

definindo a nível territorial e político. Tradicionalmente, valoriza-se a implantação dos núcleos urbanos, como Olinda, a Baía e São Vicente; exemplifica-se o êxito de um processo de colonização estruturado com a implantação do governo-geral e com outras instituições com competência sobre todo o território e pela conseqüente perda de autoridade por parte dos capitães; comprova-se a integração da colônia no processo de expansão da fé católica pelo envio dos jesuítas com o primeiro governador-geral e com a sua intervenção na catequização e aculturação dos índios, com a instalação de paróquias em todo o território colonial e a criação, na Baía, de um bispado sufragâneo de Lisboa, bem como com a definição das principais coordenadas canônicas que iriam permanecer por longo período.

Contudo, cremos que a esta imagem do Brasil como exemplo de um sucesso colonial duradouro se deverá contrapor uma outra imagem de um Brasil que caricaturamos, por exemplo, na morte em ritual antropofágico do primeiro bispo D. Pêro Fernandes Sardinha às mãos dos índios Caeté, em Junho de 1556. Não tecendo considerações sobre a barbaridade e o sacrilégio do acto à luz do julgamento de europeus, o que acima de tudo queremos ressaltar é que este acontecimento simboliza um Brasil não controlado ou «domesticado», uma colônia remota onde a autoridade das instituições centrais em determinadas áreas geográficas se fazia sentir de forma ténue ou não existia de todo um espaço onde colonos e nativos viviam lado a lado e resolviam os seus problemas e onde, frequentemente, os índios eram ainda senhores incontestados.

Mais do que um único Brasil, o do sucesso colonizador do reinado de D. João III tal como é exaltado pela historiografia tradicional, poderíamos, em verdade, conceber esta colônia portuguesa em terras sul-americanas da primeira metade de quinhentos como integrando vários Brasis. Não, ainda, os Brasis coloniais descontínuos de Luís Filipe de Alencastro que, autónomos nas suas ligações intra-continetais devido a condicionalismos de navegação do litoral atlântico, encontram o seu prolongamento natural do outro lado do mar, nos rios da Guiné ou nas costas de Angola³⁵. Estes Brasis que agora ressaltamos são resultado de um processo de implantação colonial paulatina, no decurso do qual há um inevitável confronto de culturas entre os portugueses recém-chegados e os índios habitantes naturais da terra, com contestações de poder, autoridade, posse da terra e trabalho de ambos os lados³⁶.

³⁵ Luís Filipe de ALENCASTRO, *O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul. Séculos XVI e XVII*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000. **Confronte-se com a recensão crítica por nós elaborada a esta obra publicada em *Anais de História de Além-Mar*, vol. II, 2001, pp. 455-460.**

³⁶ M. Kittiya LEE, «The arts of proselytization; music as mediator of Jesuit Amerindian encounters in early colonial Brazil. 1549-1579» in *Leituras – Revista da Biblioteca Nacional*, n.º 6, Abril-Outubro de 2000, pp. 150-151.

Neste período de contacto tem-se valorizado a participação de degredados e desertores, marinheiros e náufragos, aventureiros e colonos encarregados de explorar o território e avaliar os seus recursos económicos. De facto, durante algum tempo a presença portuguesa é corporizada por estes indivíduos que, em alguns casos, permaneceram longos anos afastados de qualquer contacto com a civilização portuguesa. Muitos foram integrados nas sociedades indígenas, adoptando hábitos e comportamentos autóctones, aprendendo a falar as línguas ameríndias, seguindo, por vezes, os «costumes bestiais dos selvagens que, vivendo como ateus, não só se poluíam em toda a espécie de impudícias com as mulheres selvagens, mas ainda excediam os nativos em desumanidade, vangloriando-se mesmo de haver morto e comido prisioneiros»³⁷. Alguns tinham-se miscigenado com mulheres da terra, filhas de principais, e apropriado de atributos inerentes aos chefes índios. Era o caso de João Ramalho que, casado com M'boy (Bartira), filha de Tibiriça, detinha a capacidade de juntar cinco mil homens de guerra em um só dia³⁸. Foi graças à intervenção destes indivíduos que a presença colonizadora portuguesa se conseguiu implantar com sucesso em regiões como São Vicente ou a Baía, sendo a sua influência e prestígio decisivos na definição de alianças e dos apoios indígenas aos portugueses³⁹.

A criação de núcleos urbanos e de uma sociedade colonial em terras brasileiras, iniciada com Martim Afonso de Sousa e prosseguida pelos capitães-donatários e governadores-gerais, levaria quantidades mais apreciáveis de indivíduos de Portugal e das ilhas atlânticas à América do Sul, chegados ao ritmo das armadas do reino⁴⁰. Vinham atraídos por um clima temperado e sadio e por terras férteis, uma simbiose entre terra de abundância e paraíso terreal que importava colonizar para enriquecimento dos povos e engrandecimento da nação⁴¹.

Tem-se enfatizado particularmente a intervenção de degredados, criminosos, cripto-judeus e plebeus, homens sozinhos, solteiros e viúvos, nesta fase inicial da colonização portuguesa. Eram portugueses, oriundos do reino e das ilhas atlânticas, mas não só; também espanhóis, franceses, ingleses, italianos, flamengos e alemães, marinheiros, mercadores, aventureiros

³⁷ Jean de LÉRY, *Viagem à terra do Brasil*, p. 153.

³⁸ John M. MONTEIRO, «Ramalho, João» in *Dicionário de História da Colonização portuguesa no Brasil*, organização de Maria Beatriz Nizza da SILVA, Lisboa, Editorial Verbo, 1994, cols. 681-682.

³⁹ Ângela DOMINGUES, «Em nome de reis, colonos e piratas...» (neste volume).

⁴⁰ Gabriel Soares de SOUSA, *Notícia do Brasil*, Lisboa, Publicações Alfa, Biblioteca da Expansão Portuguesa, 1989, parte II, p. 78.

⁴¹ Sobre a noção de Brasil como paraíso v. Salvador BERNABÉU, «Nueva historia, viejas ausências. El pasado brasileño y la historiografía iberoamericana» in Maria do Rosario PIMENTEL (coordenação), *Portugal e Brasil no advento do mundo moderno*, Lisboa, Edições Còhri, 2001, pp. 101-103.

e oficiais mecânicos, tão requisitados no Novo Mundo⁴². Contudo, não é demais lembrar que alguns colonos levaram consigo as suas famílias e que a ocupação de Pernambuco, Porto Seguro, Baía e São Vicente esteve também dependente da emigração de casais do reino, levados pelos capitães e pelos governadores-gerais e incentivados pela coroa⁴³.

Há ainda que contrariar parcelarmente a ideia de que a colonização do Brasil terá sido feita unicamente com indivíduos segregados pela sociedade e pela justiça ou de baixa condição social. Também nobres, «homens de foro e cavaleiros da Ordem de Cristo» participaram do processo. Muitos deles, é certo, consideraram o Brasil como uma rápida escala nos seus percursos de vida, como foi o caso de Luís de Góis ou Domingos Leitão; outros, porém, permaneceram no território, como Brás Cubas, cavaleiro fidalgo, primeiro alcaide-mor da vila de Santos, ou António Rodrigues de Almeida, vendo a sua persistência ser recompensada com a concessão de sesmarias nas férteis terras sul-americanas, o exercício de cargos administrativos e militares e a atribuição de títulos honoríficos⁴⁴.

Quanto a mulheres solteiras originárias do reino, o padre Manuel da Nóbrega sugeriu bastas vezes a D. João III que enviasse órfãs para o Brasil com a garantia de que todas se casariam e Gabriel Soares de Sousa menciona que na segunda frota enviada à Baía depois da chegada do primeiro governador-geral, houve algumas donzelas do Recolhimento do Castelo da cidade de Lisboa que foram enviadas pela rainha-regente D. Catarina, com a recomendação de se casarem com pessoas principais da terra⁴⁵. Estes matrimónios eram, no Brasil e em outras partes do Império, como o Estado da Índia, para onde eram também enviadas as «órfãs da rainha», incentivados com a concessão de dotes, cargos burocráticos menores e terras em regime de sesmarias⁴⁶.

Não obstante o mencionado envio de casais e órfãs e pese embora a ida de alguns nobres de baixo extracto, a emigração para as terras brasileiras caracterizava-se, especialmente, por ser constituída por uma maioria de homens, solteiros e pobres, fugidos da justiça civil ou inquisitorial, que procuravam na nova colónia oportunidade para enriquecer e obter glória.

⁴² Timothy Joel COATES, *Degredados e órfãs: colonização dirigida pela coroa no Império Português. 1550-1755*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998, p. 137.

⁴³ Maria Beatriz Nizza da SILVA, *História da família no Brasil Colonial*, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1998, pp. 11-12.

⁴⁴ Maria Beatriz Nizza da SILVA, «Relações familiares e patrimónios na capitania de S. Vicente (1578-1609)» in *Ler História*, n.º 19, 1990, pp. 72-73.

⁴⁵ Carta do padre Manuel da Nóbrega a D. João III, de 14 de Setembro de 1551, in Serafim LEITE (edição), *Monumenta Brasiliae*, vol. I (1538-1553), Roma, Monumenta Historica Societatis Iesu, 1956, p. 293; idem, de Julho de 1552 in *ibidem*, p. 344; Gabriel Soares de SOUSA, *Notícia do Brasil*, parte II, pp. 77-78.

⁴⁶ Timothy Joel COATES, *Degredados e órfãs...*, p. 229.

Se os núcleos urbanos fundados ao longo do reinado de D. João III iriam atrair uma percentagem significativa de recém-chegados nas frotas do reino, há que referir que foi nos espaços abertos e em regiões afastadas que parte desta história da colonização se passou, longe dos povoados pioneiros, dos conventos e engenhos⁴⁷. Nestes locais, as notícias de portugueses aculturados, «indigenizados», a viver entre os índios e a seguir usos e costumes ameríndios persistem no tempo, não sendo unicamente um fenómeno específico dos primeiros anos após o contacto. A existência de uniões duradouras e estáveis entre portugueses e índias são mencionadas com frequência, tal como há inúmeras referências à sua descendência. Tal como John Manuel Monteiro, reconhecemos que «No século XVI, o casamento e o concubinato tornaram-se formas importantes através das quais os portugueses firmaram sua presença entre os índios do Brasil (...). Mais importante, a poligamia e o concubinato reflectiam, às vezes, as alianças pactuadas entre portugueses e índios, conferindo aos colonos certo prestígio dentro das estruturas indígenas»⁴⁸.

Os mamelucos eram produto da miscigenação e transculturação dos primeiros europeus e intermediários culturais situados entre duas ordens civilizacionais e morais. Eram indivíduos que sabiam falar português tal como falavam as línguas nativas. Sabiam qual o comportamento que deviam ter no grupo étnico ao qual as suas mães pertenciam, tal como sabiam desempenhar o seu papel na sociedade colonial, de onde os seus pais eram originários. No sertão podiam andar nus e praticar a antropofagia, mas quando chegavam ao litoral vestiam-se como os portugueses e colaboravam na empresa colonizadora. Nas aldeias tinham várias mulheres ameríndias, nas vilas coloniais eram casados à moda cristã, muitas vezes com outras mamelucas como eles⁴⁹. Por exemplo, na capitania de São Vicente e no planalto de Piratininga gozavam um estatuto de aliados e foi graças a João Ramalho e aos seus filhos que muitos dos núcleos portugueses fundados naquela região, como Santo André da Borda do Campo (1553) e São Paulo (1554), tiveram êxito. Em todo o Brasil e, particularmente, no Nordeste, muitos filhos de colonos e índias herdaram os engenhos de seus pais, como foi o caso de Rodrigo Martins, senhor de um engenho no rio Paraguaçu; também na

⁴⁷ Laura de Mello e SOUZA, «Formas provisórias de existência: a vida quotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações» in *História da vida privada no Brasil. Cotidiano e vida privada na América portuguesa*, organização de Laura de Mello e SOUZA, São Paulo, Companhia das Letras, 1997, p. 42.

⁴⁸ John M. MONTEIRO, *Negros da terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*, São Paulo, Companhia das Letras, 1994, p. 34.

⁴⁹ Ronaldo VAINFAS, «Moralidades brasílicas» in *História da vida privada no Brasil. Cotidiano e vida privada na América portuguesa*, organização de Laura de Mello e SOUZA, pp. 231-232. Sobre o papel e o estatuto desempenhado pelas «mamelucas» na sociedade colonial, cf. Maria Beatriz Nizza da SILVA, *Donas e plebeias na sociedade colonial*, Lisboa, Editorial Estampa, 2002, pp. 23 e ss.

capitania da Baía, Garcia de Ávila, chegado na frota com o primeiro governador-geral e tornado senhor da Casa da Torre, instituiu o seu neto mameluco Francisco Dias Ávila com o «prazo» que recebera do Conde da Castanheira, composto por seis léguas de terra a contar do rio Jecuipe para sul⁵⁰. Os mais abastados senhores de engenhos, poderosos filhos da terra, aspiravam a títulos de nobreza, privilégios e regalias da nobreza tradicional.

Os contactos com os índios eram uma constante nesta sociedade colonial em formação, criando-se uma situação paradoxal. Por um lado, os colonos consideravam os índios seres incorrigíveis, primitivos e incivilizados, povos «sem lei, sem rei, sem fé»; criticavam o gosto excessivo pela bebida, a preguiça, a poligamia e, sobretudo, a prática da antropofagia. Os nativos americanos eram um exemplo do que os colonos não deviam ser, contrapondo-se ao barbarismo e ao paganismo indígenas a civilidade e o catolicismo europeu. Por outro lado, surgia um grupo de mestiços, os mame-lucos, que tinham, em alguns casos, um estatuto social, político e económico de relevo na colónia⁵¹.

Apesar de, tal como em outras partes do Império joanino, o projecto de colonização da colónia brasileira visar reproduzir um outro Portugal do lado de lá do Atlântico, sem o transformar ou transcender, verifica-se que as particularidades ecológicas, a presença de um número significativo de comunidades indígenas e as especificidades inerentes ao processo colonizador foram condições que propiciaram a formação de uma colónia com características únicas. Mais do que um projecto estruturado e definitivo, o Brasil de D. João III era uma terra de contrastes: entre os núcleos urbanos portugueses e as aldeias índias, entre os colonos e os nativos, mas ainda não os africanos, embora todos eles tivessem sido importantes na formação da sociedade colonial luso-brasileira.

⁵⁰ Gabriel Soares de SOUSA, *Tratado descritivo do Brasil em 1586*, comentado por Francisco Adolfo Vernhagen, S. Paulo, Brasiliense, Companhia Editora Nacional, 3.^a edição, 1938, p. 162; Maria Beatriz Nizza da SILVA, *História da família no Brasil colonial*, p. 18.

⁵¹ Stuart SCHWARTZ, «The formation of a colonial identity in Brazil» in Nicolas CANNY e Anthony PAGDEN (edição), *Colonial Identity in the Atlantic World, 1500-1600*, Princeton, New Jersey, Princeton University Press, 1987, p. 27.

EM NOME DE REIS, COLONOS E PIRATAS: O PAPEL DOS INTÉRPRETES NO BRASIL EM INÍCIOS DO SÉCULO XVI*

A chegada dos portugueses ao litoral brasileiro levantou problemas de comunicação entre grupos que não falavam a mesma língua, não possuíam o mesmo sistema de valores, nem dominavam os mesmos sistemas de códigos, dando, por isso, diferentes interpretações a gestos e sinais, símbolos e signos¹. Este facto, porém, não era novo, tendo-se já verificado nos primeiros contactos dos navegadores portugueses com etnias do litoral africano ou com a população dos sultanatos e reinos asiáticos.

O episódio, que aconteceu pela primeira vez em território brasileiro em Maio de 1500, viria a repetir-se vezes sem conta ao longo da expansão portuguesa no subcontinente sul-americano, mesmo em períodos mais tardios como o século XVIII, quando os luso-brasileiros encontraram pela primeira vez grupos ameríndios habitando regiões afastadas dos principais eixos de colonização².

* Este texto foi publicado em *D. João III e o Império. Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento*, organização de Roberto CARNEIRO e Artur Teodoro de MATOS, Lisboa, Centro de História de Além-Mar e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2004, pp. 565-573; e também em *D. João III e a formação do Brasil*, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa, Coleção de Estudos e Documentos, Lisboa, 2004.

¹ Pêro Vaz de Caminha foi dos primeiros a reconhecer as dificuldades de comunicação entre recém-chegados e autóctones, resultantes do desconhecimento da língua e da ambiguidade de gestos, carregados de um significado cultural específico consoante fossem portugueses ou índios. Cf., por exemplo, a seguinte afirmação: «e acenava para a terra e então para as contas e para o colar do capitão, como que dariam ouro por aquilo; isto tomávamo-lo assim por o desejarmos, mas se ele queria dizer que levaria as contas e mais o colar isto não queríamos nós entender, porque lho não havíamos de dar» (Pêro Vaz de CAMINHA, «Carta de... ao rei D. Manuel» in *O Reconhecimento do Brasil*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, p. 12).

² Ângela Domingues, «Comunicação entre sociedades de fronteira: o papel do intérprete como intermediário nos contactos entre ibero-americanos e ameríndios na Amazónia de finais

O método usado para estabelecer esta comunicação inicial foi, quase sempre, o mesmo: os intervenientes socorriam-se da linguagem gestual e da dádiva de presentes e procuravam tornar essa comunicação mais efectiva aprendendo a língua do interlocutor, cujo domínio se considerava, em última instância, um meio indispensável para definir a soberania territorial, implantar o domínio colonial e aculturar e evangelizar os índios³.

Ao invés do que tinha previamente acontecido em África ou do que tinha praticado Colombo na viagem de 1492, Pedro Álvares Cabral e os seus capitães manifestaram-se contra o apresamento de indígenas porque consideravam que as informações que se obtinham dos indivíduos capturados e levados contra sua vontade eram pouco credíveis, para além de que «tais actos suscitavam a má vontade dos autóctones»⁴. Das notícias da terra e da aprendizagem da língua ficaram incumbidos dois degredados que permaneceram entre os índios após a partida da armada⁵.

Este processo de conhecimento revelar-se-ia lento e progressivo, o que se explica sobretudo pela imensidão do território, pela existência de inúmeros grupos étnicos e por uma igual quantidade de dialectos. Seria, também, recíproco, motivado pela curiosidade e pelos interesses dos intervenientes.

De facto, para além da atenção que a chegada de homens brancos, barbudos e vestidos, transportados por barcos enormes, despertaria ou que o avistamento de índios pardos e nus, enfeitados com penas e tatuagens e pintados de mil cores suscitaria, existiam razões comerciais que incentivavam a aproximação entre portugueses e ameríndios. Os recém-chegados queriam pau-brasil, alimentos e lenha, papagaios, macacos e araras, arcos, flechas e azagaias. Os autóctones mostravam uma cobiça evidente por ferramentas, panos, contas e missangas. A troca de presentes era um acto espontâneo e de cortesia e simbolizava o desejo de se estabelecerem contactos cordiais. Mas era também um acto premeditado, na medida em que significava uma operação mercantil destinada a suprir necessidades básicas de alimentos ou de ferramentas e dava início a pactos militares e políticos, captando aliados e definindo fidelidades⁶.

Era, assim, uma forma que armadores e marinheiros tinham para rentabilizar a viagem, trocando coisas de pouco valor por outras com significado

do século XVIII» in *Limites do Mar e da Terra. Actas da VIII Reunião Internacional de História da Náutica e da Hidrografia*, Cascais, Patrimónia, 1998, p. 263.

³ Patricia SEED, *Ceremonies of Possession in Europe's Conquest of the New World, 1492-1640*, Cambridge, Cambridge University Press, 1995, p. 7.

⁴ Pêro Vaz de Caminha, «Carta...», p. 16.

⁵ *Ibidem*, p. 25; «Navegação do capitão Pedro Álvares Cabral escrita por um piloto português» in *O Reconhecimento do Brasil*, p. 39; Frei Gaspar da Madre de DEUS, *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*, Belo Horizonte, São Paulo, Itatiaia e Edições da Universidade de São Paulo, 1975, p. 32.

⁶ Pêro Lopes de SOUSA, «Diário de navegação» in Maria Cecília GUIRADO, *Relatos do Descobrimento do Brasil. As primeiras reportagens*, Lisboa, Instituto Piaget, 2001, pp. 160, 172, 177.

económico ou exótico, tal como era um meio pelo qual os índios se apropriavam de objectos que tornariam mais fáceis e eficazes as tarefas quotidianas. Para além de tudo, era um método utilizado pelos agentes dos monarcas para assegurar a posse da terra, mais eficaz que uma cruz ou um padrão no testemunho de que os portugueses tinham sido os primeiros a alcançar aquele território e o tinham descoberto e colocado sob a sua jurisdição soberana. Tal como reconhecia Pêro Lopes de Sousa: «à boca deste esteiro dos Carandins pus dois padrões de armas del Rei Nosso Senhor, e tomei posse da terra para me tornar daqui, porque via que não podia tomar prática da gente da terra»⁷.

No processo de comunicação estabelecido, as dádivas não substituíam a comunicação verbal ou, na sua impossibilidade, a linguagem corporal. Apesar de as diferenças culturais suscitarem uma interpretação insegura de expressões e posturas, o código gestual permitia ultrapassar muitas barreiras culturais e era um indicador fiável das manifestações de simpatia e hostilidade, de afirmação e negação, de contentamento ou desgosto⁸. Nestes primeiros contactos tinha, em muitos casos, a função de tranquilizar o opositor em relação a qualquer intuito agressivo ou traiçoeiro. Depor as armas, acenar e abraçar, festejar e bailar, eram manifestações que, juntamente com as saudações pranteadas das mulheres tupi, eram interpretadas como sendo pacíficas e afectuosas por portugueses e índios⁹.

Todavia, a linguagem corporal não podia substituir ou ter a mesma importância que a comunicação verbal. Após os primeiros contactos, depois de se ter reconhecido a ignorância total das línguas faladas pelas etnias ameríndias, procurou-se aprender a falar e a avaliar civilizacionalmente o opositor. Neste processo, o papel mais relevante coube aos intérpretes ou «línguas», designação que, ao contrário do que se possa supor, não implicava o domínio proficiente das línguas europeia e tupi, mas, na maior parte dos casos, apenas um conhecimento rudimentar das mesmas¹⁰. Era aos intérpretes que cumpria obter informações que permitissem a implantação e a progressão dos colonizadores no território e auxiliar os missionários na evangelização e aculturação dos índios. Sabiam melhor que ninguém como iniciar um processo de negociação e captar a boa vontade dos índios. Estavam aptos a interpretar, de forma inequívoca, gestos e expressões que podiam ser considerados ameaçadores. Faziam não só a ligação entre sistemas linguísticos diferentes como também entre culturas distintas, porque, tal como

⁷ Idem, *ibidem*, p. 176.

⁸ Urs BITTERLI, *Cultures in Conflict. Encounters Between European and Non-European Cultures, 1492-1800*, Cambridge, Polity Press, 1989, p. 28.

⁹ Como exemplo cf. Pêro Vaz de CAMINHA, «Carta de... a D. Manuel», pp. 15-16; Pêro Lopes de SOUSA, «Diário de navegação», ed. cit., p. 169.

¹⁰ Emma Martinell GIFRE, *La comunicación entre españoles e índios: palabras y gestos*, Madrid, Fundação Mapfre, 1992, p. 152.

afirmava André Thevét, a aprendizagem da língua tupi lhe tinha permitido uma melhor percepção dos costumes tupinambás¹¹.

Eram indivíduos originários de vários grupos étnicos e sociais, com diferentes idades, funções e formações: tripulação que desertava, como foi o caso dos dois grumetes que voluntária e sub-repticiamente se juntaram aos degredados da expedição cabralina; degredados abandonados, de que é exemplo o bacharel da Cananeia¹², ou incumbidos pelos capitães de navios de aprender a língua e informar da terra; marinheiros, como Pedr'Eannes, piloto que acompanhou Martim Afonso de Sousa na sua expedição ao rio da Prata¹³; aventureiros encarregados de explorar o território, avaliar os seus recursos económicos e proceder a experiências agrícolas para suprir às necessidades alimentares dos navios que aí aportassem¹⁴; intermediários comerciais, como os feitores portugueses e os turgimãos normandos mencionados por Jean de Léry e André Thévét; ou colonos sagazes que diminuam o seu distanciamento do novo mundo aprendendo uma linguagem mal sabida e incorrectamente pronunciada, mas fundamental e útil. Eram, ainda, crianças como os rapazes franceses que acompanharam a expedição de Léry com o propósito de aprender a língua dos «selvagens» e os meninos ameríndios educados no colégio jesuíta da Baía¹⁵; e índios de várias etnias, escravos resgatados a troco de presentes ou aculturados por colonos e missionários, como o índio cristão António, prisioneiro na aldeia de Píranijú¹⁶.

Na maioria dos casos, mais do que portugueses ou que índios, estes indivíduos eram intermediários culturais e situavam-se entre duas ordens sociais e morais, em estreita ligação com os processos de mestiçagem e transculturação. Assim se explica o protagonismo que os degredados, aventureiros e naufragos deixados por portugueses e franceses no litoral brasileiro tiveram enquanto elo de contacto entre autóctones e recém-chegados. Deixados em locais que importava conhecer ou onde parecia vantajoso estabelecer-se um contacto comercial regular, aí permaneciam por vezes durante largo tempo, como o português que vivia há vinte e dois anos entre os índios da Baía, encontrado por Martim Afonso de Sousa, e o que auxiliou Diogo Garcia e que habitava São Vicente havia mais de trinta anos¹⁷. Cumpria-lhes informar-se sobre a terra, os recursos naturais e humanos, bem como aprender

¹¹ André THÉVET citado por Jean de LÉRY, *Viagem à Terra do Brasil*, p. 15.

¹² Pêro Lopes de SOUSA, «Diário de navegação», ed. cit., p. 163.

¹³ Idem, *ibidem*, p. 163.

¹⁴ Cf. «Aqui deixou o capitão Irmão dois homens para fazerem *experientia* do que a terra dava e lhes deixou muitas sementes» (Pêro Lopes de SOUSA, «Diário de navegação», p. 155); Hans STADEN, *Dois Viagens ao Brasil*, Belo Horizonte e São Paulo, Edições Itatiaia e Ed. da Universidade de S. Paulo, 1974, pp. 61-62.

¹⁵ Jean de LÉRY, *Viagem à Terra do Brasil*, p. 27; Manuel da NÓBREGA, *Cartas do Brasil e mais Escritos (Opera omnia)*, introdução e notas históricas e críticas de Serafim LEITE, Coimbra, Acta Universitatis Coninbricensis, 1955, p. 130.

¹⁶ Jean de LÉRY, *Viagem à Terra do Brasil*, p. 154.

¹⁷ Pêro Lopes de SOUSA, «Diário de navegação», ed. cit., p. 154.

a língua da etnia onde ficavam e familiarizar-se e integrar-se nas sociedades indígenas¹⁸.

Esta assimilação cultural fez-se, em grande parte dos casos, pelo abandono de normas éticas e religiosas pelas quais os europeus se deviam reger. É, assim, que encontramos um sem número de referências às ligações sexuais de muitos destes indivíduos com mulheres indígenas. Uns, como João Ramalho, fazendo «vida marital com a filha do Régulo», outros, como Jerônimo de Albuquerque, casado com várias filhas de principais, de quem tinha inúmera descendência¹⁹. Muitos, como «alguns intérpretes normandos residentes há vários anos no país, tanto se adaptaram aos costumes bestiais dos selvagens que, vivendo como ateus, não só se poluíam em toda a espécie de impudícias com as mulheres selvagens, mas ainda excediam os nativos em desumanidade, vangloriando-se mesmo de haver morto e comido prisioneiros»²⁰.

Eram estes indivíduos que, muitas vezes esquecidos pelos seus compatriotas e encontrados a viver entre os índios, a falar a sua língua e a seguir os seus costumes, tinham obtido poder e prestígio junto dos ameríndios, como João Ramalho que, ao juntar-se com M'boy (Bartira), filha do chefe Tibiriçá, se tinha apropriado dos atributos de um chefe indígena, reunindo a capacidade de juntar cinco mil índios de guerra em um só dia²¹. De igual modo, Vasco Fernandes de Lucena, «homem grave e mui experimentado nesta matéria de índios do Brasil, que lhes sabia bem a língua e as tretas de que usam», era temido e estimado entre os gentios. Para além de viver com a filha do principal, tinha reputação de grande feiticeiro²². E Francisco de Braga, considerado como um grande língua, era igualmente reconhecido e conceituado pelos índios que, afirmava frei Vicente do Salvador, faziam o que ele queria e mandava²³.

O facto de um europeu saber comunicar numa língua nativa era algo que o conceituava junto das comunidades ameríndias²⁴. Por conhecerem não

¹⁸ Sobre o papel dos degredados no litoral brasileiro entendido como instrumento ao serviço da coroa portuguesa, veja-se Filipe Manuel Nunes de CARVALHO, *Aculturação e resistência nos primórdios do Brasil*, dissertação de mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1991, pp. 86-88 e 99.

¹⁹ Frei Gaspar da Madre de DEUS, *Memórias para a História da Capitania de S. Vicente*, p. 55; Frei Vicente do SALVADOR, *História do Brasil, 1500-1627*, Belo Horizonte e São Paulo, Editora Itatiaia e Editora da Universidade de S. Paulo, 1982, p. 120.

²⁰ Jean de LÉRY, *Viagem à Terra do Brasil*, p. 153.

²¹ John MONTEIRO, «Ramalho, João», em *Dicionário de História da Colonização Portuguesa no Brasil*, Lisboa, Editorial Verbo, 1994, cols. 681-682.

²² Frei Vicente do SALVADOR, *História do Brasil, 1500-1627*, pp. 118-120.

²³ Idem, *ibidem*, p. 124.

²⁴ Atente-se no caso de um português que sabia a língua dos Caieté e que, por isso, foi poupado aos rituais de antropofagia que vitimaram o bispo D. Pedro Fernandes Sardinha, António Cardoso de Barros e as suas comitivas (Frei Vicente do SALVADOR, *História do Brasil, 1500-1627*, p. 148).

só a língua como também os costumes, sabiam como encetar correctamente o processo de negociação, tal como sabiam que qualidades e que conveniências deviam ser valorizadas e enfatizadas²⁵. Alguns impunham-se ainda porque os índios consideravam que tinham poderes divinatórios e mágicos, manipulavam os fenómenos climatéricos e as doenças, usando-os como um factor de punição e recompensa, e tinham um deus protector forte, como era o caso de Hans Staden e Vasco Fernandes de Lucena²⁶.

Para além de intervirem junto das comunidades ameríndias em nome de conveniências particulares de grupos de comerciantes e armadores, de representantes locais dos poderes administrativos coloniais ou de missionários, estes intermediários representavam, em muitos casos, os interesses dos Estados e potências com interesses imperiais na América do Sul. Neste sentido, a influência adquirida pelos intérpretes revelar-se-ia decisiva na definição de alianças indígenas com os países europeus. Se Portugal e Espanha tinham provisoriamente definido as suas esferas de soberania territorial com a assinatura do Tratado de Tordesilhas (1494), o mesmo não acontecia com a França, que tinha sido totalmente ignorada nesta «partilha do mundo». As primeiras contestações surgiram com a escalada de um navio normando quatro anos após a chegada de Pedro Álvares Cabral e, depois deste, inúmeras embarcações foram enviadas da Normandia e da Bretanha em busca de pau-brasil, madeiras preciosas, animais exóticos e ameríndios²⁷. Na década de 50, o direito exigido por Francisco I de navegar e comerciar na costa brasileira deu lugar a um projecto expansionista estruturado com a fundação de uma colónia na baía de Guanabara: a França Antártica²⁸.

Na concretização das suas pretensões soberanas, quer Portugal quer a França pretenderam captar relações de amizade e fidelidade com os índios através da oferta de artefactos europeus, da permuta de mercadorias e da interferência de intérpretes. Por seu turno, ao escolher entre portugueses e franceses, o objectivo dos chefes ameríndios era utilizar o poder militar dos que chegavam de novo em benefício das suas guerras internas²⁹. De entre as etnias aliadas dos portugueses que permitiram o estabelecimento de feitorias

²⁵ Frei Gaspar da Madre de DEUS, *Memórias para a História da Capitania de S. Vicente*, pp. 54-55.

²⁶ Hans STADEN, *Duas Viagens ao Brasil*, pp. 121, 127, 131, 136.

²⁷ Leyla PERRONE-MOISÉS, *Viagem de Paulmier de Gonneville ao Brasil 1503-1505*, São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

²⁸ Jorge COUTO, «A disputa francesa pelo domínio do Brasil até 1580» in *Viagens e Viajantes no Atlântico Quinhentista*, coordenação de Maria da Graça VENTURA, Lisboa, Edições Colibri, 1996; Paulo Knauss de MENDONÇA, *O Rio de Janeiro da Pacificação – Franceses e Portugueses na Disputa Colonial*, Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1991; Ângela DOMINGUES, *Portugal e Brasil. Contactos, confrontos e encontros durante os primeiros anos da presença portuguesa no Novo Mundo*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999, pp. 9-13 e 43-46.

²⁹ Cf. John Manuel MONTEIRO, *Negros da Terra. Índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo*, São Paulo, Companhia das Letras, 1994, pp. 26-27.

e a fixação de núcleos urbanos nos seus territórios mencionem-se os Tupiniquim de São Vicente, Ilhéus, Porto Seguro, Espírito Santo e Piratinínga, os Potiguares de Itamaracá e os Tupinambás da Baía, enquanto os Tamoio da Guanabara se revelaram partidários incondicionais dos franceses³⁰.

No processo de comunicação entre ameríndios e europeus enfatizámos o papel que degredados, marinheiros, aventureiros, tiveram enquanto intérpretes e intermediários. A interferência indígena no processo de comunicação entre europeus e ameríndios é referida como essencial nos relatos, crónicas e correspondência analisados, ainda que, nesses casos, a informação não particularize ou identifique indivíduos, ao contrário do que acontece com os intermediários europeus. Contudo, da ponderação de algumas das fontes consideradas, sobressai a existência de uma rede de comunicação e contactos estabelecidos anteriormente à chegada dos portugueses. Tal permitia que índios que não pertencessem ao grupo Tupi falassem algumas palavras e entendessem minimamente os intérpretes trazidos pelos europeus, como fica claro do episódio relatado por Pêro Lopes de Sousa ocorrido no estreito dos Carandins: «saiu a nós um homem à borda do rio coberto com peles com arco e flechas na mão e falou-nos duas ou três palavras guaranis e entenderam-nas os *línguas* que levava. Tornaram-lhe a falar na mesma língua, não entendeu senão disse-nos que era beguooa chanaa [...]. Por acenos lhe entendemos que estava um homem de outra geração que chamavam chanas e que sabia falar muitas línguas [...]»³¹.

Cumpre mencionar agora um outro grupo de indivíduos que desempenhou um papel fundamental na percepção das culturas indígenas, vivendo nas comunidades índias, morando nas suas casas, alimentando-se com os seus alimentos, falando a sua língua, mas devendo manter um comportamento moral e ético inalterado, consentâneo com a sua fé, religião e cultura. Referimo-nos aos missionários e, muito particularmente, aos jesuítas.

Um dos seus principais objectivos neste novo mundo que, a seus olhos, tinha potencialidades infinitas, consistia na conversão dos ameríndios, bárbaros e pagãos. Para realizar essa tarefa havia que, tal como sintetizava o padre Manuel da Nóbrega quando enunciava os principais requisitos exigidos aos membros da Companhia, «[...] ter muita fé, confiando muito em Deus e desconfiando muito de si; há-de ter graça de falar mui bem a língua; há-de ter virtude para fazer milagres quando isso cumprir, e outras graças muitas que tinham os que converteram gente, e sem isso não tenho ouvido que ninguém se convertesse»³². Neste «Diálogo sobre a conversão do gentio», o padre ressaltava principalmente a importância da língua como veículo de persuasão, instigador da confiança entre missionários e índios, a par dos bons exemplos.

³⁰ Jorge COUTO, *A Construção do Brasil, Ameríndios, portugueses e africanos do início do povoamento a finais de Quinhentos*, Lisboa, Edições Cosmos, 1995, p. 262.

³¹ Pêro Lopes de SOUSA, «Diário de navegação», ed. cit., pp. 176-177.

³² Manuel da NÓBREGA, *Cartas do Brasil e mais Escritos*, p. 243.

Os missionários desenvolveram um trabalho notável na aprendizagem das línguas ameríndias. Se, numa primeira fase, tentaram socorrer-se de bons intérpretes, como Diogo Álvares Caramurú, para traduzir os ensinamentos e pregações dos padres em língua índia, de outros portugueses a viver entre os índios e de índios falantes dos dois idiomas, cedo verificaram que nem estes tinham conhecimentos idiomáticos e culturais para propagar fielmente alguns conceitos teológicos e espirituais do catolicismo, nem as línguas nativas permitiam transmitir noções como fé, cruz, eucaristia, trindade, espírito. A este propósito afirmava o padre Manuel da Nóbrega que «Trabalhei por tirar em sua língua as orações e algumas práticas de N. Senhor, e não posso achar língua que mo saiba dizer, porque são eles tão brutos que nem vocábulos tem»³³.

De igual modo, a vontade de entrar em território étnico, «pelo sertão dentro, onde ainda não chegaram cristãos», e contactar directamente com a população instigou ao estudo e aprendizagem da língua, processo no qual alguns irmãos e padres se revelaram particularmente hábeis, como Pêro Correia, João de Azpilcueta Navarro e José de Anchieta³⁴. Estes missionários aprenderam a comunicar com os índios dispensando a participação de intermediários, mas deparando-se, contudo, com alguma dificuldade em transmitir conceitos básicos e dogmas da religião cristã numa multiplicidade de dialectos e línguas, considerados como um verdadeiro obstáculo à evangelização dos índios³⁵. Nesse sentido, uma das primeiras iniciativas dos padres foi a de adaptar e não traduzir o conceito cristão de Deus à mentalidade indígena³⁶. Assim se explica que na língua tupi Deus tome o nome de Tupã, o senhor do trovão, entidade superior a todas as outras e que tal designação tenha sido usada não só pelos portugueses como ainda pelos espanhóis junto de vários grupos e numa vasta área geográfica, até às missões guaranis do Paraguai³⁷.

Paralelamente, e talvez reconhecendo que intermediários, índios e mestiços não tinham o comportamento ético e social irrepreensível que se desejava, os padres procuraram controlar a formação dos seus intérpretes e retirar do contexto familiar e étnico algumas crianças índias para as educar nos colégios jesuíticos e ensinar-lhes rudimentos de gramática portuguesa e latina, a leitura e a escrita, o catecismo e algumas orações em «língua

³³ Idem, *ibidem*, p. 21.

³⁴ Idem, pp. 53, 72, 151.

³⁵ M. Kittiya LEE, «The arts of proselytization: music as mediator of Jesuit-Amerindian encounters in early colonial Brazil. 1549-1579», *Leituras*, Revista da Biblioteca Nacional, n.º 6, Primavera de 2000, p. 158.

³⁶ *Documentos sobre política linguística en Hispanoamerica. 1492-1800*, edição de Francisco de SOLANO, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1991, p. LXIV; Jean de LÉRY, *Viagem à Terra do Brasil*, p. 149.

³⁷ Jean de LÉRY, *Viagem à Terra do Brasil*, p. 149.

de índios»³⁸. Muitos dos meninos escolhidos eram filhos de portugueses e índias, que viviam e se criavam nos costumes e tradição dos índios e destinavam-se a servir de intérpretes na confissão de «alguma gente da terra que não entende a nossa fala, nem nós a sua, e assim escravos dos brancos e os novamente convertidos e a mulher e filhas de Diogo Alvarez Caramuru, que não sabem nossa fala, no qual a experiência nos ensina haver-se feito fruto muito e nenhum prejuízo ao sigilo da confissão»³⁹.

De facto, os jesuítas dependiam da intermediação destas crianças não só para converter e assistir religiosamente os adultos, como ainda para eles próprios compreenderem melhor e registarem a língua tupi⁴⁰. No entanto, reconheciam que, não obstante todos os esforços para converter, aculturar e educar muitos destes meninos, alguns retomavam os costumes do seu grupo étnico depois de adultos e que outros eram particularmente requeridos pelos portugueses como escravos⁴¹.

Tal como os outros intérpretes, também os missionários adquiriram prestígio e poder, autoridade e crédito junto dos índios. Assim, de Anchieta se menciona que com «uma breve e amorosa prática que lhes fez na sua língua» dissuadiu os Tamoio de atacarem uma nau portuguesa⁴². E de Manuel da Nóbrega se menciona que no seu confronto com grandes feiticeiros e pagés saia vitorioso pela sua capacidade oratória e devido à convicção com que fazia as suas preleções, características valorizadas entre as sociedades ameríndias⁴³.

É indubitável que, durante o reinado de D. João III, o território colonial brasileiro foi alvo de um reconhecimento geográfico sistemático e de uma política de colonização estruturada, patente na aplicação, em 1534, do regime de capitánias-donatárias a território sul-americano e, após 1549, na instauração do governo geral. Estes factos têm sido sobremaneira enfatizados pela historiografia tradicional luso-brasileira, que pretende comprovar «a reputação e estima» demonstrada pelo rei em relação ao Brasil com o sucesso económico de Pernambuco e São Vicente, com a actuação de Tomé de Sousa e a fundação do bispado da Baía, em 1551, ou, ainda, com a

³⁸ Manuel da NÓBREGA, *Cartas do Brasil e mais Escritos*, pp. 130 e 171-172; M. Kittiya LEE, «The arts of proselytization: music as mediator of Jesuit-Amerindian encounters in early colonial Brazil. 1549-1579», cit., p. 150.

³⁹ Manuel da NÓBREGA, *Cartas do Brasil e mais Escritos*, p. 130. Contra esta prática se insurgiu o bispo Pedro Fernandes Sardinha por considerar que violava o segredo da confissão.

⁴⁰ Resta mencionar que a primeira gramática tupi, a *Arte de Gramática da Língua mais Usada na Costa do Brasil* apareceu em 1595 e é da autoria de José de Anchieta.

⁴¹ Manuel da NÓBREGA, *Cartas do Brasil e mais Escritos*, pp. 387-388.

⁴² Frei Vicente do SALVADOR, *História do Brasil. 1500-1627*, p. 159.

⁴³ Manuel da NÓBREGA, *Cartas do Brasil e mais Escritos*, p. 56; cf. André THÉVET: «Ils prennent grand plaisir à parler indistinctement, à vanter les victoires et triomphes qu'ils ont fait sur leurs ennemis», *Le Brésil d'André Thevet. Les singularités de la France Antarctique (1557)*, edição, apresentação e anotações de Frank LESTRINGANT, Paris, Éditions Chandeigne, 1997, p. 128].

afirmação da supremacia lusitana sobre o território compreendido entre o rio Amazonas e o rio da Prata.

Contudo, pensamos que esta imagem de um Brasil épico e administrativamente estruturado deve ser contemporizada pela visão deste outro Brasil profundo, onde, quotidianamente, os portugueses se tentaram implantar de forma vacilante, condicionados, entre outros factores exógenos, pela prestação de intermediários e intérpretes.

«RÉGULOS E ABSOLUTOS». EPISÓDIOS DE MULTICULTURALISMO E INTERMEDIACÃO NO NORTE DO BRASIL (MEADOS DO SÉCULO XVIII)*

Um tema que me parece despertar interesse tanto entre os académicos como junto de um público atento é o da intermediação e do multiculturalismo centrado, por exemplo, nos intermediários e na função por eles desempenhada. Este fenómeno é frequentemente abordado tanto em estudos antropológicos como históricos. Em relação à forma como a História se posiciona em relação ao assunto, diria que, em diferentes épocas se definiram temas predilectos que privilegiaram ora os primeiros contactos ou «encontros de culturas», ora o envolvimento de europeus «lançados» no tráfico de escravos ou no comércio de mercadorias exóticas, fossem elas escravos africanos ou pau-brasil; ou ainda a criação de uma «raça luso-asiática enquadrada numa ideologia e prática de cunho católico», tal como era preconizada por Afonso de Albuquerque em Goa¹. Estes estudos estruturam-se predominantemente na dicotomia Eu (o europeu, o observador, o dominante) vs. Outro (o autóctone, o descrito, o dominado),

Diga-se em abono da verdade que a historiografia tem vindo a matizar cada vez mais este antagonismo que, a meu ver, é provavelmente demasia-

* Este artigo resulta da edição de dois textos com características e objectivos diferentes, mas conciliáveis: «O mundo que o português criou ou relações imprevisíveis entre “colonos” e “colonizados”?» in *Blogue História Lusófona*, <http://www2.iict.pt/?idc=102&idi=12913>; e «*Régulos e absolutos*: episódios de multiculturalismo e intermediação no Norte do Brasil (meados do século XIX)» in *Império de várias faces – Relações de poder no mundo ibérico da Época Moderna*, organização de Ronaldo VAINFAS e Rodrigo Bentes MONTEIRO, São Paulo, Editorial Alameda, 2009, pp. 119-138.

¹ Maria Emília Madeira SANTOS, «Origem e desenvolvimento da colonização. Os primeiros lançados na costa da Guiné, “aventureiros e comerciantes”», em Luís de ALBUQUERQUE (ed.), *Portugal no mundo*, Lisboa, Editorial Verbo, 1988, pp. 125-136; Maria Clara JUNQUEIRA, «Afonso de Albuquerque» in Luís de ALBUQUERQUE (direcção), *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.

damente tradicional. Aliás, deve-se apontar que estudos já clássicos, como os de Jean-Claude Margolin e Michel Mollat du Jourdin entre outros, ajudaram-nos a reflectir sobre as múltiplas naturezas e as descobertas recíprocas de Eus e de Outros quando, por exemplo, introduzem na sua análise factores condicionantes como sejam a especificidade dos contextos civilizacionais, as estratégias e os objectivos que cada uma das partes estabelece e as representações que produz². Ou seja, quando consideram que a observação do Outro pelo Eu é sempre multifacetada e condicionada pelas diferentes nacionalidades, origens sociais, formações culturais, objectivos económicos, políticos, estratégicos, bem como pelo efeito cumulativo que a experiência – aquela que é directa e pessoal, mas que pode ser também a da memória dos outros registada oralmente ou em texto – de observar outras naturezas, novos povos e diferentes civilizações vai conferindo aos observadores. Em relação a este aspecto é inegável que a «bagagem cultural» que os *Eus* detêm influi na sua análise, na forma como esta se estrutura, lê e compreende³.

Muitas destas abordagens enfatizam ainda o problema da necessidade de observação, entendimento e representação por parte dos lados envolvidos, que desenvolvem as suas capacidades de análise e descrição para que o estranho se torne coerente, perceptível e familiar e o inteligível seja percebido no contexto civilizacional específico de quem está longe e toma contacto com civilizações e culturas estranhas na sua poltrona, através da intermediação de outrem.

Estes estudos são ainda perspectivados no pressuposto de que os contactos entre os europeus e os outros povos são, na maioria dos casos, marcados pelo desequilíbrio de poderes, de desenvolvimento cultural e civilizacional, bem como por relações de desigualdade e subordinação. Esta premissa é particularmente válida no que diz respeito aos contactos com os habitantes do Novo Mundo, onde as relações de poder e a superioridade civilizacional pendem claramente «em benefício» dos europeus e, mais especificamente, dos portugueses.

A tensão presente no «acto de comunicar» entre os europeus e ameríndios, «colonos» e «colonizados», «opressores» e «oprimidos», a par da vontade de o Eu (o europeu) dominar e «civilizar» o Outro (o bárbaro) está explícita, por exemplo, na obra de Emma Martinell Gifre, *La comunicación entre españoles y índios: palabras y gestos*⁴. Neste livro, a tónica é posta no esforço de comunicação desenvolvido por espanhóis e ameríndios, subli-

² Jean CEARD e Jean Claude MARGOLIN (direcção), *Voyager à la Renaissance*, Paris, Centre d'Études Maisonneuve et Larose, 1987.

³ Stuart SCHWARTZ, «Introduction» in *Implicit understandings. Observing, reporting and reflecting on the encounters between Europeans and other peoples in the Early Modern Era*, edição de Stuart Schwartz, Cambridge, New York e Melbourne, Cambridge University Press, 2.^a edição, 1996, p. 1.

⁴ Emma Martinell GIFRE, *La comunicación entre españoles y indios: palabras y gestos*, Madrid, Editorial Mapfre, 1992.

nhando a autora que entre indivíduos que se consideram cultural e civilizacionalmente superiores há curiosidade em conhecer o outro, mas também vontade de reproduzir sons e palavras, dominar códigos verbais e até de conduta que tornem a comunicação eficaz e útil. E, nesse sentido, Martinell Gifre concede especial atenção aos intérpretes, os «línguas», que são simultaneamente guias, fornecedores de informações, que interferem em negociações de paz, tratados comerciais e em declarações de guerra ou ainda que ajudam os padres a catequizar, a confessar, a salvar almas.

Ora os intérpretes são, a par de missionários, lançados, mamelucos e capitães-do-mato, estereótipos de indivíduos e de grupos habilitados a fazer, de forma diferente e com um grau de desenvolvimento distinto, a articulação entre o(s) Eu(s) e o(s) Outro(s), na medida em que falavam a língua, conheciam hábitos e códigos comportamentais e civilizacionais, detinham prestígio e, por vezes, poder junto de «colonos» e «colonizados».

Quando se trata deste fenómeno, a historiografia enfatiza normalmente uma suposta posição oficial dos portugueses em relação à mestiçagem e à miscigenação expressa, por exemplo, no sentido de incentivar as ligações entre reinóis e nativas. Contudo, por vezes mesmo no mesmo tempo e no mesmo espaço, há contradições aparentes. No caso da Amazónia, em meados do século XVIII, a sociedade colonial, exactamente na mesma altura em que, legal e financeiramente, incentivava os casamentos entre brancos e índias, punia e perseguia os *cunhamenas*, indivíduos que se serviam deste tipo de ligações para reforçar as suas alianças com os chefes índios e aumentar as capturas ilegais de indígenas para escravizar. Em causa estava o desafio constituído por estes intermediários aos interesses do Estado Absoluto português.

Uma outra questão sublinhada é a das ligações entre «brancos» e «nativas», frequentemente explicadas como uma espécie de inevitabilidade ligada à inexistência de «mulheres brancas» ou a um imperativo de natureza sexual, numa óptica que me parece demasiadamente redutora. Até porque a miscigenação está também relacionada, por exemplo, com as vontades, ambições e oportunidades dos *luso-brasileiros*. É inegável que em costas brasileiras existiram homens, como o bacharel da Cananeia, João Ramalho ou Diogo Álvares, o Caramurú, e tantos outros degredados e náufragos mais ou menos anónimos, que foram fundamentais como elo de contacto entre índios e recém-chegados. Durante muito tempo, estiveram encarregados de explorar o território e avaliar os seus recursos económicos e importa salientar que alguns estiveram afastados de qualquer contacto com a civilização portuguesa.

Estes intermediários foram coevos dos primeiros colonos. Eram na sua maioria homens, solteiros, aventureiros, muitos degredados e foragidos, mas também indivíduos da pequena nobreza. Muitos deles tornaram-se, por sua vez, intermediários culturais na medida em que estavam integrados nas sociedades indígenas, adoptando hábitos e comportamentos autóctones

e aprendendo a falar as línguas ameríndias. Alguns miscigenaram-se com as mulheres da terra, filhas de principais, em uniões duráveis e estáveis, e apropriaram-se dos atributos inerentes aos chefes índios, o que lhes conferia prestígio e poder dentro das estruturas ameríndias⁵. Foi graças à intervenção destes indivíduos que a presença colonizadora portuguesa se conseguiu implantar com sucesso em regiões como São Vicente, São Paulo de Piratininga ou a Baía, sendo a influência e prestígio destes homens decisivos na definição de alianças e dos apoios indígenas aos portugueses⁶.

As bandeiras foram, sem dúvida, feitos épicos de bandeirantes paulistas e desempenharam um papel fundamental na formação do Brasil. Assim o comprovam as expedições de Domingos António, que incorporou no seu nome o vocábulo Sertão, ou de António Raposo Tavares, que Jaime Cortesão definia como «o maior bandeirante de todos os bandeirantes». Porém, em São Paulo, mais do que em outros locais do Brasil, bandeirantes e colonos adoptaram a alimentação, as tácticas de guerrilha, a cultura material e os hábitos ameríndios e elegeram o tupi como a «sua» língua, mais falada que o português nessas regiões. Contudo, os contactos sexuais, sociais e culturais não foram razões suficientes para que a captura e a escravização de índios deixassem de ser a actividade predominante entre os habitantes do planalto de Piratininga⁷. Apesar de, nas fontes da época, serem acusados de não obedecer «a lei, justiça ou comando divino», a historiografia considera os paulistas como elementos fundamentais na formação territorial do Brasil, desenvolvendo um esforço que se desdobrou por vários séculos e em frentes múltiplas: por exemplo, na definição da fronteira Sul-Oeste da colónia brasileira com a América Espanhola; na destruição de quilombos em territórios baiano e pernambucano, como Palmares; ou ainda na ligação das bacias dos rios Paraguai e Amazonas, ao alcançarem Belém do Pará.

Uma outra dimensão do fenómeno da intermediação consiste em entender os missionários – e, no caso brasileiro, sobretudo, os jesuítas – como intermediários por excelência. Estamos agora numa outra perspectiva da miscigenação e da intermediação. Os missionários tinham por missão converter os «bárbaros» e pagãos à fé cristã e ensinar-lhes as normas que regulavam a vida entre os «homens civilizados». A cristianização e a aculturação, condições *sine qua non* para a salvação das almas, constituíam para as monarquias ibéricas uma justificação legal e uma razão legitimadora ao nível do direito internacional da época para fundamentarem as suas preten-

⁵ John MONTEIRO, *Negros da terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*, São Paulo, Companhia das Letras, 1994, p. 34.

⁶ Ângela DOMINGUES, «Em nome de reis, colonos e piratas: o papel dos intérpretes no Brasil em inícios do século XVI» in AAVV, *D. João III e a formação do Brasil*, Lisboa, CEPCEP, 2004, p. 80 e ss. (também neste volume, pp. ??-??).

⁷ Stuart SCHWARTZ, «The formation of a colonial identity in Brazil» in Nicholas CANNY e Anthony PAGDEN (organizadores), *Colonial identity in the Atlantic world*, Princeton, Princeton University Press, 1987, pp. 30-31.

sões expansionistas e soberanas, quer sobre territórios não-europeus, quer sobre os seus habitantes⁸. Em terras brasileiras, este processo foi conduzido pelos missionários de forma pacífica e com vista a criar uma confiança e um conhecimento mútuos, que se traduziram, em muitos casos, por um contacto directo e uma aprendizagem da língua indígena por parte dos religiosos, que – embora obedecendo aos limites impostos pela sua ordem e estado – chegaram mesmo a adoptar hábitos e condutas sociais ameríndios, à medida que incutiam o repúdio da glotonaria, alcoolismo, ociosidade e acima de tudo da poligamia, antropofagia e dos cultos às crenças ancestrais pagãs e aos cultos mágicos e práticas de «feitiçaria» e adivinhação.

Estes homens podiam então ser intérpretes, missionários, lançados, mamelucos, bandeirantes, como podiam ser brancos, mestiços ou mulatos. Contudo, todos eles se encontravam a meio caminho entre culturas e estavam habilitados a fazer, de forma diferente e com um grau de desenvolvimento distinto, a articulação entre o(s) Eu(s) e o(s) Outro(s). Tinham uma experiência de vida adquirida ao longo de anos no sertão brasileiro, falavam diferentes línguas, conheciam hábitos e códigos comportamentais e civilizacionais diversos, detinham prestígio e, por vezes, poder junto de «colonos» e «colonizados». Comportando-se como verdadeiros «camaleões», se, em determinadas alturas, estavam integrados nas comunidades ameríndias e eram por elas absorvidos, em outras circunstâncias continuavam a manter ligações sólidas com a sociedade colonial, colaborando com ela e recebendo protecção. Não se identificavam, portanto, com a sua cultura de origem, nem adoptavam integralmente hábitos comportamentais dos grupos com que contactavam de novo.

Importa sublinhar que, na maior parte dos casos, a historiografia refere-se aos intermediários (lançados, pombeiros, bandeirantes, missionários) como uma espécie de «frente avançada» da colonização e da aculturação ao serviço da coroa portuguesa. No caso brasileiro, privilegia-se sobretudo o papel dos intermediários na incorporação do sertão – «terra esquecida por Deus e desconhecida do homem civilizado» - no território soberano português e no alastramento da fronteira colonial, entendida aqui no seu significado físico mas também metafórico e cultural⁹.

Assim sendo, como analisar casos em que se considera que os intermediários não estão ao serviço da coroa portuguesa mas que actuam visando o seu benefício próprio contra os interesses do Estado absolutista português? Terá sido isso o que aconteceu, por exemplo, no Norte do Brasil em meados de setecentos, numa altura em que houve uma colisão nítida entre os interesses políticos da monarquia portuguesa vigentes para a região e as conve-

⁸ Urs BITTERLI, *Cultures in conflict. Encounters between European and non-European cultures*, Cambridge, Polity Press, 1989, p. 44.

⁹ A. J. R. RUSSELL-WOOD, «Fronteiras no Brasil colonial» in *Oceanos*, n.º 40, Outubro-Dezembro, 1999, p. 9.

niências individuais dos que viviam adaptados e, até então, integrados em ambas as sociedades: a colonial e as ameríndias.

Pretendo, com este artigo, contribuir para o estudo do fenómeno de intermediação cultural ocorrido no Norte do Brasil em meados de Setecentos, numa altura em que houve uma colisão nítida entre os interesses políticos da monarquia portuguesa vigentes para a região e as conveniências individuais dos que viviam adaptados e, até então, integrados em ambas as sociedades: a colonial e a ameríndia.

1. A natureza «camaleónica» dos intermediários

Os intermediários e o seu papel no espaço colonial amazónico de meados de Setecentos não são tema novo na produção historiográfica sobre o Brasil colonial. Contudo, talvez o trabalho mais recente e sistemático sobre este assunto seja o de Barbara Sommers, «Cracking down the *cunhamenas*: renegade Amazonian traders under Pombaline reform»¹⁰. Através de um já bem conhecido enquadramento político e diplomático da época que considera as reformas pombalinas, a concentração de poderes nas mãos do governador e dos agentes régios, a demarcação de limites com a Hispanoamérica e as relações de poder entre as sociedades ameríndias e colonial, bem como por um encadeamento de factos relacionados com a vida destes personagens, ficamos a saber, com maior precisão, como estes indivíduos se integravam ou não no Estado do Grão-Pará no «período quente» das reformas pombalinas.

Não obstante o que este artigo trás de inovador, creio que, pela complexidade do estatuto e da função dos intermediários, o assunto merece um outro tipo de reflexão. Antes de mais, porque estes indivíduos funcionam, como o seu nome indica, como «pontes» ou elementos de ligação entre sociedades, civilizações e culturas distintas: pela sua origem familiar, por uma experiência de vida adquirida ao longo de anos no sertão amazónico e na sociedade colonial *lusu-brasileira*; pelo domínio das línguas faladas e dos códigos comportamentais usados nas sociedades em que se movimentavam; pelos laços matrimoniais e alianças estratégicas que fortaleciam o seu poder pessoal e os tornavam úteis, integrados e necessários tanto nas sociedades ameríndias, como na sociedade colonial paraense.

Essa natureza «camaleónica» que caracteriza as suas pessoas e as suas acções explica que as autoridades regionais do Norte brasileiro os encarassem, por um lado, como uma ameaça ao poder político e administrativo que se queria instituir através de reformas profundas que visavam o fortalecimento do Estado Absoluto Português. Mas justifica, de igual modo, que os mesmos agentes estatais os considerassem como hipotéticos «trunfos» se

¹⁰ Barbara SOMMERS, «Cracking down the *cunhamenas*: renegade Amazonian traders under Pombaline reform» in *Journal of Latin American Studies*, 38, 2006, pp. 767-791.

fossem devidamente controlados e se as suas actividades e o conhecimento que tinham dos sertões e dos seus habitantes fossem colocados ao serviço da coroa josefina.

O conceito do *intermediário* está indissociavelmente ligado ao sertão e à fronteira, quer na acepção física quer cultural do termo, tal como foi definido por A.J.R. Russell-Wood: uma «área de interacção entre diferentes culturas», «uma região esquecida por Deus e desconhecida do homem civilizado», um espaço descontínuo, que não podia ser domado ou civilizado e que tampouco tinha um princípio ou fim exactos¹¹. O sertão não era controlado ou habitado por portugueses, mas por bárbaros; era ainda caótico, não cristão, não civilizado e hostil a valores e princípios como justiça, cristandade, disciplina, estabilidade, boa administração.

No Norte do Brasil, *sertão* significava, em meados do século XVIII, a floresta equatorial exuberante onde só se podia entrar com grande dificuldade, um local habitado por «feras e bestas», onde as ameaças naturais eram constantes e as atrocidades cometidas por selvagens constituíam um perigo real. Era ainda o local onde estavam intactos ou quase incólumes os tesouros amazónicos: se já não a terra das Amazonas e o mítico El Dorado, com toda a certeza as drogas-do-sertão, como o cacau e o cravo que os moradores extraíam das margens dos rios e igarapés, as madeiras que eram utilizadas para os mais variados fins no Pará e exportadas para o reino, as produções naturais desconhecidas que importava explorar. Mas o sertão era, fundamentalmente, a fonte inesgotável de abastecimento de mão-de-obra praticamente gratuita, utilizada por todos os extractos da sociedade colonial *luso-brasileira*. E, nesse sentido, o sertão podia também ser para os moradores dos núcleos urbanos sedeados ao longo dos rios um local de oportunidade e lucro.

Pequenos grupos de moradores ou tropas organizadas, coordenados por homens experientes na caça aos índios e na sobrevivência na floresta, entravam pelo sertão e faziam, de forma justa ou à margem das regras e das leis definidas pelo poder central, as suas capturas. Toda a sociedade colonial paraense, tanto a laica, como a eclesiástica, quer a envolvida directamente na captura e descimento, quer a que actuava como compradora, beneficiava com o tráfico dos «negros da terra», uma mão-de-obra barata e aparentemente inesgotável, constantemente reforçada pelos índios que, negociados, aprisionados ou resgatados, «desciam» do interior da bacia hidrográfica amazónica em direcção às «missões de baixo».

De entre os mais envolvidos e favorecidos por este tráfico estavam os «régulos do sertão», homens poderosos que, até meados de setecentos, tinham a função «institucionalmente» definida e reconhecida de abastecer a sociedade paraense de escravos ameríndios. Muitos destes indivíduos tinham

¹¹ A. J. R. RUSSELL WOOD, «Fronteiras no Brasil colonial» in *Oceanos*, n.º 40, Outubro-Dezembro, 1999, p. 9.

ingressado nas sociedades ameríndias não com um papel de vítimas de cativos prolongados ou de capturas injustas, mas porque lhes era, a muitos títulos, vantajoso esse modo de vida, longe da rigidez das regras e padrões de conduta impostos pela sociedade colonial, para lá da jurisdição civil e eclesiástica e de todos os mecanismos legais de controle.

Muitos destes homens eram filhos de pais brancos, oriundos do reino ou da terra, alguns de estatuto social elevado, e de mães índias, que tanto podiam ser filhas de principais como escravas na sociedade colonial. Na documentação analisada, um dos casos mais instigantes é, sem dúvida, o de Pedro de Braga que era filho de mãe índia que se dizia ser escrava, mas de pai descendente de pessoas tratadas como nobres no Brasil¹². Pedro de Braga era não só homem poderoso e régulo do sertão, mas o tentáculo mais forte de uma rede de tráfico que actuava de forma concertada nos sertões do rio Negro e que envolvia directamente os irmãos António, Pedro, Sebastião e Francisco (que também era soldado na guarnição da fortaleza de Mariuá), os cunhados e os filhos de Pedro de Braga, Cláudio de Oliveira, Clemente Luís Neto, cunhado do célebre José Gonçalves da Fonseca, os padres da Companhia de Jesus e muito particularmente o padre regente de São Boaventura.

Um outro era o célebre Francisco Portilho de Melo, figura grada entre brancos e índios, que actuava em articulação com os seus irmãos Nicolau, Domingos e Baltazar Portilho, mas também com o padre Miguel Ângelo, seu aliado, e o alferes Tomás Luís Teixeira, seu amigo. Estes eram os principais nomes que sobressaíam de uma tropa anónima composta por «hum tal numero de índios sujeitos à sua ordem que me persuado passarão de seis aldeias e todas opulentas», mas também por mamelucos, negros e brancos¹³. Os largos anos passados por Portilho de Melo nos sertões permitiam o fortalecimento gradativo desta tropa através das inúmeras alianças que fazia com os principais do rio Negro, consolidadas pelas ligações maritais com as filhas dos chefes.

Esta era, aliás, uma das formas seguidas por estes homens para se integrarem nas comunidades ameríndias. Os «casamentos», realizados normalmente à margem dos rituais católicos com as filhas ou parentes dos índios mais destacados das comunidades, conferiam poder e prestígio a estes indivíduos que, assim, reforçavam as alianças guerreiras e comerciais estabelecidas¹⁴.

¹² British Library, Add. 20 988, fl.?, Carta régia ao governador do Maranhão, 12 de Maio de 1751; Barbara SOMMERS, «Cracking down on the *cunhamenas*...», p. 7.

¹³ British Library, Ad. 20 988, fl. 54, Carta de Joaquim Miguel Lopes da Gama de 20 de Abril de 1751.

¹⁴ Os infractores nesta matéria seriam punidos, no caso de serem oficiais mecânicos, com açoites e envio para as galés por 5 anos; se fosse nobre, seria degredado por 10 anos para Angola (British Library, Add. 20 988, fl. 101, Carta régia ao governador do Maranhão de 4 de Dezembro de 1752).

Mas os poderosos do sertão podiam ter outras origens sociais ou étnicas. Era o caso do padre António Machado, da Companhia de Jesus, descrito nas fontes da época como «Senhor absoluto dos larguíssimos campos entre os rios Guajaú e Miarim»¹⁵; o do padre Aquiles Maria Avogadri, antigo missionário das tropas de resgates, e de frei Maurício Moreira, ambos empenhados em fazer descimentos para os aldeamentos da Companhia e para as fazendas dos religiosos mercedários¹⁶; ou ainda o de frei Bernardo, um soldado tornado padre que vivia há longos anos no sertão¹⁷. Podiam também ser indivíduos menos poderosos, mas igualmente envolvidos no tráfico, como o mameluco Jacob e o mulato Isidoro ou Basílio Pedro, Manuel de Braga e Manuel da Mota que andavam em «negócios» no rio Cavaboris e foram barbaramente assassinados por índios em revolta¹⁸; ou constituir os corpos militares das guarnições de fortalezas, como os soldados Silvestre Iriarte e José Monteiro, que, em tempos, tinham integrado as tropas do poderoso régulo Francisco Portilho de Melo.

Sobretudo, o que ressalta da leitura das fontes é que as alianças podiam ser extremamente fluidas. Os amigos e aliados do momento podiam, pouco tempo depois, instituírem-se em concorrentes e denunciadores de situações ilegais, não obstante serem eles próprios infractores. Assim, se em alguns casos os «régulos do sertão» contavam com a protecção e eram aliados de missionários, noutros não se coíbiavam de atacar as missões para fazer tomadas de escravos..

2. As malhas que o Império tece: a actuação de Francisco Xavier de Mendonça Furtado

O que ocorreu no Norte brasileiro, em meados de setecentos, para que estes homens, de tolerados e úteis à sociedade colonial paraense, passassem a ser considerados como «régulos despóticos» cujo comportamento prepotente importava perseguir e punir? A pergunta tem resposta imediata em dois fenómenos de natureza diferente, embora indissociáveis: a chegada de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão de Sebastião José de Carvalho e Melo, e «a necessidade que este tinha de impor o reconhecimento da autoridade régia sem qualquer restrição ou limite à autoridade do monarca», ou seja, «administrar sem oposição ou condicionamento»¹⁹.

¹⁵ British Library, Add. 20 989, fl. 174, de 24 de Junho de 1754.

¹⁶ Marcos Carneiro de MENDONÇA, *A Amazónia na Era Pombalina*, tomo 1, p. 212, de 26 de Janeiro de 1752.

¹⁷ Marcos Carneiro de MENDONÇA, *A Amazónia na Era Pombalina*, tomo 1, p. 290, de 10 de Novembro de 1752; *ibidem*, tomo 1, p. 212, de 26 de Janeiro de 1752.

¹⁸ Biblioteca Nacional, Reservados, *Colecção Pombalina*, cód. 625, fl. 69, Carta de Francisco Xavier de Andrade de 18 de Fevereiro de 1752.

¹⁹ Joaquim Romero MAGALHÃES, «Um novo método de governo: Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador e capitão-general do Grão-Pará e Maranhão (1751-1759)» in *Labirintos Brasileiros*, São Paulo, Alameda, 2011, p. 202.

De facto, Francisco Xavier de Mendonça Furtado foi o principal impulsionador na aplicação efectiva de uma série de medidas destinadas a proteger os índios, a controlar o espaço geográfico e a restringir o poder das ordens religiosas²⁰. Nas *Instruções secretas* dadas pelo rei ao governador Mendonça Furtado, D. José I ligava indissociavelmente os interesses do Estado do Grão Pará e Maranhão à liberdade dos índios e às missões, «de tal sorte que a decadência e ruína desse mesmo estado e a infelicidade que nelle se tem sentido são effeitos de não se acertarem ou de não se executarem (por má inteligência) as minhas reais ordens que sobre estes tão importantes negócios se têm passado»²¹. Referia-se, sem dúvida, ao incumprimento das diversas leis reais que promulgavam a liberdade dos índios e regulamentavam os princípios de cativo e guerra justa, tantas vezes decretadas mas, ainda mais vezes, esquecidas e desrespeitadas.

A lei de 21 de Março de 1747, pela qual se ordenava o recolhimento das tropas de resgate que andavam dispersas pelo sertão, teve consequências imediatas no rio Negro, na medida em que, quatro anos mais tarde, já se tinham apurado como culpados no crime de «fazer peças contra a lei» a Francisco de Alberto do Amaral, António e João de Braga, Francisco Portilho de Melo, António Carlos e António Ribeiro da Silva, ao mameluco Jacob e ao mulato Isidoro²². De modo semelhante, o ano de 1748 marca, na opinião de Márcio Meira, uma viragem na forma como o registo dos índios resgatados era feito: se até esta data a violência, a crueldade e as mortes nos processos de apresamento dos índios dos rios Negro e Japurá eram claras, a partir desta data os assentamentos «tornam-se lacónicos, geralmente encaminhando as «peças», já não muitas, ao trabalho livre, assalariado para «doutrina llos e vesti llos como taes (homens livres)»²³.

Não obstante a constatação de uma mudança de atitude, fundamentada na análise de uma fonte com as características do *Livro das canoas*, a documentação agora analisada aponta inúmeras dificuldades no cumprimento eficaz da legislação porque «os certões do rio Negro são tão vastos que sempre forão asillo de creminozos e refúgio de malfeitores». Para além disso, o número de fortalezas era claramente insuficiente para controlar a vasta extensão de território sob sua vigilância, as tropas eram poucas, desti-

²⁰ V. Isabel Vieira RODRIGUES, «A política de Francisco Xavier de Mendonça Furtado no Norte do Brasil (1751-1759)» in *Oceanos*, n.º 40, Outubro-Dezembro, 1999, pp. 96-110; e idem, *O governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado no Grão-Pará e Maranhão (1751-1759). Contribuição do seu epistolário para a História Portuguesa do Brasil*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Dissertação de Mestrado em História e Cultura do Brasil, 1997.

²¹ Biblioteca Nacional, Reservados, *Colecção Pombalina*, cód. 626, fl. 7, Instruções secretas dadas pelo rei a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, de 30 de Maio de 1751.

²² British Library, Add. 20 988, fl. 2, Carta régia ao governador do Maranhão de 12 de Maio de 1751.

²³ Márcio MEIRA (organização), *Livro das canoas. Documentos para a história indígena da Amazônia*, São Paulo, Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da Universidade de São Paulo, FAPESP, 1994, p. 12.

tuídas de disciplina militar e tinham interesses dúbios e os comandantes militares não eram, na maioria dos casos, as pessoas mais eficientes e isentas, envolvendo-se claramente em «negócios do sertão», fossem estes salsa ou escravos. Finalmente, os acusados contavam com a protecção clara de parentes e amigos, quer andassem «incertos pelo sertão», quer estivessem nos núcleos populacionais luso-brasileiros²⁴. O contrabando de escravos continuava a ser suficientemente lucrativo para que muitos indivíduos, não obstante as proibições régias, continuassem a partir para o sertão.

A chegada de Mendonça Furtado ao Norte brasileiro significou claramente um «apertar do cerco» aos envolvidos directa ou indirectamente no tráfico de índios. O governador demonstrou ter uma visão lúcida do problema pouco tempo depois da sua chegada. Em carta dirigida a Carvalho e Melo, datada de 21 de Novembro de 1751, relatava que no rio Negro não só não se tinham convertido os índios, como «muitos cristãos têm não só tomado os costumes dos gentios, mas ainda têm seguido os seus ritos, sendo maior lástima que até tenham entrado neste número muitos eclesiásticos»²⁵.

Uma das medidas tomadas consistiu na elaboração de regimentos destinados aos capitães das fortalezas do rio Negro, formalmente justificados pela necessidade de sistematizar instruções e ordens dispersas, *de facto* legitimados pelas exacções, descaminhos e corrupção dos capitães. No modelo de gestão definida por Mendonça Furtado para os sertões amazónicos, as fortalezas tinham, acima de outras funções, a de fiscalizar a tripulação e as canoas que navegavam pelos rios da bacia hidrográfica amazónica. Do litoral para o interior, a vistoria devia incidir na verificação de autorizações de viagem emitidas pelo governador, bem como no transporte de géneros proibidos, como armas de fogo, munições ou pólvora; nas embarcações que baixassem em direcção à cidade devia inquirir-se o local de partida e se transportavam gente tomada contra as leis régias. As infracções e ilegalidades deviam ser registadas e, se fosse caso, os bens confiscados e os infractores aprisionados²⁶.

Uma outra medida legal foi aplicada a 4 de Dezembro de 1752, data em que um diploma régio proibia que os homens brancos que viviam dispersos pelo sertão aceitassem «a título de mulheres» as filhas e parentes dos principais ameríndios. Esta medida era aparentemente contraditória às determinações reais da época se atendermos que, nem três anos passados, se incentivava através de medidas jurídicas e de incentivos monetários e recompensas de outros tipos a miscigenação pelo casamento de vassallos portugueses com

²⁴ Era o caso do capitão João Rodrigues da Cruz, comandante do Rio Negro, acusado de tratar dos seus negócios, de enviar soldados e índios a recolher drogas-do-sertão, de obrigar as índias da fortaleza a fiarem; e de capturar escravos da etnia Aruaquizes (Biblioteca Nacional, Reservados, *Colecção Pombalina*, cód. 625, fl. 53, de 23 de Fevereiro de 1751).

²⁵ Marcos, Carneiro de MENDONÇA, *A Amazônia na Era Pombalina*, tomo I, p. 63.

²⁶ British Library, Add. 20 991, fl. 55, Regimento que se passou aos capitães João Rodrigues da Cruz e Equário Ribeiro dos Santos, de 27 de Novembro de 1751.

ameríndias²⁷. No entanto as medidas de 1752 são perfeitamente compreensíveis se percebermos estas alianças à luz do fortalecimento do poder dos «régulos do sertão», captos de escravos, que se serviam desta estratégia para consolidar as coligações estabelecidas com os índios principais e do que estas alianças significavam como desafio à autoridade régia.

No rio Negro constituía-se uma *rede de vigilância* composta por comandantes das principais fortalezas, soldados, missionários, moradores, índios que controlavam a passagem de canoas e informavam o governador e capitão-general Mendonça Furtado, dos movimentos dos indivíduos envolvidos no tráfico de índios, das áreas em que actuavam e das principais etnias envolvidas ou afectadas.

Esta rede, por seu turno, punha também o governador em contacto com alguns dos mais poderosos régulos do sertão, como era o caso de Francisco Portilho de Melo.

Por esta rede se sabe que homens como Portilho e Braga, que em meados de setecentos controlavam parte significativa do tráfico de escravos ameríndios do Norte do Brasil, viviam há muitos anos nos sertões dos rios Negro, Japurá, Cavaboris, Uaupés, Içá. Tinham família, casas, engenhos, sítios e bens na cidade de Belém, mas também possuíam mulheres e filhos, casas, chácaras e roças de maniba no rio Negro e seus afluentes. Controlavam exércitos particulares de 600-700 homens, alimentados pelas alianças com principais índios que só reconheciam vassalagem aos poderosos, seus aliados. Estes exércitos permitiam uma oposição tenaz às tropas coloniais e fazer capturas de índios, a que eufemisticamente chamavam «descimentos», na vasta área geográfica a norte da fortaleza e povoado de Mariuá/Barcelos, junto das etnias Uaupés (Braga), Uariquenás, Barés, Baianas, Mabanos (Portilho)²⁸. Um outro elemento que conferia poder a estes homens era o facto de, nas terras e sítios que tinham dispersos pelos sertões, possuírem roças de maniba, cultivadas por índios aliados ou por outros *cunhamenas* que estavam sob a submissão de Portilho, Braga e outros «régulos do sertão». Estas roças permitiam sustentar não apenas os seus «soldados particulares», como os índios recém-descidos²⁹.

O processo de obtenção de escravos era claro: a lei de 21 de Abril de 1688 determinava que era lícito resgatarem-se os índios escravizados por grupos rivais, os «presos de corda» destinados a rituais antropofágicos ou os capturados em guerra inter-étnica justa, através de negociação e compra³⁰.

²⁷ AHU, *Pará*, caixa 110, de 4 de Dezembro de 1752. Biblioteca Nacional, *Reservados*, 3610 V, alvará régio de 4 de Abril de 1755.

²⁸ Marcos Carneiro de MENDONÇA, *A Amazônia na Era Pombalina*, tomo 1, p. 87.

²⁹ Biblioteca Nacional, *Reservados*, *Colecção Pombalina*, cód. 625, fl. 69, Carta de Francisco Xavier de Andrade a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, de 18 de Fevereiro de 1752.

³⁰ Ângela DOMINGUES, *Quando os índios eram vassalos. Colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000, pp. 28-29.

Nesse sentido, a sociedade colonial participava na armação de tropas de resgate, compostas por dois cabos, um missionário, um escrivão, alguns soldados e muitos «homens indignos de vida licenciosa» que tinham relações de amizade e alianças comerciais, muitas vezes reforçadas por laços «matrimoniais» com índias³¹. Adquiriam-se os índios escravizados a troco de aguardente, tecidos, ferramentas e quinquilharia³². Contudo, não eram raras as vezes em que os antigos aliados e fornecedores, bem como as suas famílias e vassallos, eram também eles «amarrados», engrossando o número de escravos que se deslocavam dos sertões para os aldeamentos luso-brasileiros.

Paralelamente aos resgates, existiam os descimentos, um processo voluntário no qual os «poderosos» ligados ao tráfico ou os missionários que, há longos anos, viviam no sertão eram claramente as pessoas mais habilitadas para persuadirem os índios a descerem-se para onde fossem mais úteis à sociedade colonial. Através de práticas de convencimento e dádivas de ferramentas, panos, aguardente e velórios, negociavam o local, período, etapas de deslocação e condições de fixação. Durante este processo, os índios cediam familiares seus, mencionados na documentação analisada como «reféns», como prova do seu compromisso e boa-vontade.

A presença de missionários, como o jesuíta Aquiles Maria Avogadri ou o carmelita frei José da Trindade, em processos de negociação destinava-se a dar assistência religiosa aos descidos e, sobretudo, a verificar a observância dos métodos de captura estabelecidos por lei³³. Mas, na medida em que eram dos primeiros a estar envolvidos no contrabando de índios, caucionavam qualquer tipo de apreensões.

De resto, o envolvimento das ordens religiosas no tráfico era notório, quer actuando por conta própria, através dos missionários espalhados pelo sertão, quer aliando-se aos régulos e poderosos, a quem dava protecção, quer ainda assumindo que conventos, sítios e fazendas eram dos principais destinos de índios resgatados³⁴. Alguns missionários dedicavam-se ao tráfico, transportando consigo uma imensidade de ferramentas, pólvora, chumbo e outros produtos «que não parecerão alfayas próprias de hu religioso» ou então fazendo-se acompanhar de um número considerável de índios que era quase sempre impossível contar³⁵. A título de exemplo refira-se que o convento de Nossa Senhora das Mercês recebeu 234 almas descidas pelo padre

³¹ Marcos Carneiro de MENDONÇA, *A Amazónia na Era Pombalina*, tomo 1, p. 290.

³² Os processos de descimento encontram-se descritos em Ângela DOMINGUES, *Quando os índios eram vassallos...*, pp. 142-143.

³³ Biblioteca Nacional, Reservados, *Colecção Pombalina*, cód. 630, fl. 41, Carta de Francisco Portilho de Melo a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, de 15 de Novembro de 1751.

³⁴ Por exemplo, a Companhia de Jesus era considerada como uma grande aliada de Portilho de Melo (Marcos Carneiro de MENDONÇA, *A Amazónia na Era Pombalina*, tomo 1, p. 212).

³⁵ British Library, Add. 20 991, fl. 20, Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado a frei José da Madalena, de 12 de Junho de 1752.

Aquiles Maria Avogadri, apenas no ano de 1752³⁶. Do mesmo modo, reconhecia-se que os lucros gerados pelo contrabando fomentado por frei Maurício justificavam a transferência de largas somas de dinheiro para Lisboa³⁷.

O que frequentemente ocorria como consequência da actuação das tropas de resgate era que etnias aliadas e pacificadas se rebelavam e defrontavam as tropas e atacavam os moradores *luso-brasileiros*, causando mortes e grande instabilidade; ou, então, procuravam refúgio em território hispano-americano. Por isso, comprar e aprisionar índios contra as ordens reais era considerado crime de lesa-magestade, passível de ser castigado com pena de morte porque considerava-se que se contestava a capacidade soberana do príncipe em fazer a guerra e a paz³⁸.

Contudo, as diversas tentativas para proceder à captura e prisão dos infractores ficavam quase sempre goradas porque, explicava Mendonça Furtado a Carvalho e Melo, as distâncias entre a cidade, de onde partiam as ordens de apreensão, e o sertão eram grandes e porque os poderosos do sertão eram protegidos por aliados fortes na sociedade colonial³⁹. Ou, por outras palavras, reconhecia-se a corrupção de capitães e comandantes, que não cumpriam os regimentos e ordens e eram coniventes no contrabando; a incapacidade das tropas coloniais para afrontar os exércitos particulares; e o grande interesse de moradores e ordens religiosas no tráfico de escravos⁴⁰.

O que, a este ponto, creio ser importante sublinhar é que a sociedade colonial estava completamente envolvida no tráfico de escravos e esta situação era particularmente visível na existência de uma «contra-informação» atenta, em alguns casos organizada, que coexistia paralelamente à já referida rede de vigilância utilizada pelo estado português para vigiar e punir os *cunhamenas*. De que resultava que enquanto as tropas se organizavam, armavam e abasteciam para fazer emboscadas e capturar os infractores, estes eram prevenidos e retiravam-se, sem alarido, para o sertão. Assim se explica, por exemplo, o fracasso da expedição de Bento Maciel Parente e do capitão André Miguel Aires à fazenda dos Braga em 1751⁴¹.

³⁶ Biblioteca Nacional, Reservados, *Colecção Pombalina*, cód. 625, fl. 74, Carta de João Rodrigues da Cruz a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, de 25 de Fevereiro de 1752.

³⁷ British Library, Add. 20 991, fl. 83v, Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado ao secretário de Estado João António Pinto da Silva, de 15 de Maio de 1752.

³⁸ British Library, Add. 20 991, fl. 39, Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado a Francisco Xavier de Andrade, de 6 de Dezembro de 1752.

³⁹ Marcos Carneiro de MENDONÇA, *A Amazónia na Era Pombalina*, tomo 1, p. 87.

⁴⁰ Marcos Carneiro de MENDONÇA, *A Amazónia na Era Pombalina*, tomo 1, p. 212.

⁴¹ B.N., Reservados, *Colecção Pombalina*, códice 630, fl. 7, Carta de Bento Maciel Parente ao governador e capitão-general do Pará de 18 de Setembro de 1751.

3. Interesse público versus conveniências privadas

Já nos referimos a algumas das medidas que o estado português decretou e aplicou em território amazónico, destinadas a controlar os indivíduos envolvidos no tráfico de índios. Contudo, é importante salientar que, se estas medidas eram aplicáveis a todos os *cunhamenas*, a estratégia das autoridades administrativas portuguesas em relação aos poderosos do sertão não foi uniforme: ao invés, revela o que considero uma grande flexibilidade, ao mesmo tempo que uma notória habilidade política.

Uma das questões que ocupou Francisco Xavier de Mendonça Furtado foi o problema das demarcações com a Hispanoamérica. Nomeado principal comissário neste processo, foi incumbido de se informar sobre o que os habitantes do Norte brasileiro pensavam das demarcações de limites resultantes do Tratado de Madrid (1750) e obter informações sobre as aldeias castelhanas e comunicações com Mato Grosso⁴². Ora nesta averiguação, creio que é importante considerar que, em relação a muitas áreas geográficas não havia informação precisa, uma vez que «em alguns dos territórios demarcados não tenham andado por eles pessoas ainda vivas»⁴³. Essas áreas remotas, que, em meados de setecentos, eram palco da diplomacia internacional, coincidiam com os domínios dos *cunhamenas*, dos «régulos do sertão», que tinham um conhecimento minucioso do território, apenas equiparável ao de grandes sertanistas fluviais da época, como José Gonçalves da Fonseca, João de Sousa de Azevedo ou João Pereira Machado, também conhecido como «o peregrino da América»⁴⁴.

Mas importa sublinhar que este saber não se limitava unicamente ao espaço físico e geográfico, como também aos modos e técnicas de sobrevivência no sertão e ao apoio captado entre as etnias ameríndias no fornecimento de alimentos, mão-de-obra, como guias, etc.⁴⁵. Nesse sentido, entendem-se as tentativas do governador em tentar controlar estes homens, tornando-os de perseguidos em aliados.

⁴² B.N., Reservados, *Colecção Pombalina*, código 626, fl. 40, Instrução que Sua Majestade mandou expedir ao sobredito principal comissário para se regular na execução dos tratados abaixo declarados, 30 de Abril de 1753.

⁴³ B.N., Reservados, *Colecção Pombalina*, código 626, fl. 2, Ratificação dos Visconde Thomas da Silva Telles e José de Carvajal y Lancaster, 17 de Janeiro de 1751.

⁴⁴ A opinião destes homens em relação ao Tratado de Madrid era que Portugal tinha ficado lesado no processo de negociação (Marcos Carneiro de MENDONÇA, *A Amazônia na Era Pombalina*, tomo 1, p. 181).

⁴⁵ Sobre questões relacionadas com a vida quotidiana nos sertões amazónicos durante este período v. Ângela DOMINGUES, *Viagens de exploração geográfica na Amazônia em finais do século XVIII: política, ciência e aventura*, Funchal, Região Autónoma da Madeira, 1991, p. 73 e ss; para a região sul veja-se Mário Clemente FERREIRA, *O Tratado de Madrid e o Brasil meridional. Os trabalhos demarcadores das partidas do Sul e a sua produção cartográfica (1749-1761)*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2001, p. 194 e ss.

Creio que a diversidade de estratégias da coroa em relação à forma como lidou com os poderosos do sertão pode ser ilustrada pela análise de três casos concretos: o de Francisco Portilho de Melo, o de João de Braga e o de Manuel Dias Cardoso.

«Este sujeito por cauza dos muitos annos que tem daquelle certão e boa inteligência com os gentios está com um tal número de índios sujeitos a sua ordem que me persuado paixão de seis aldeias e todas opulentas». Assim se referia Joaquim Miguel Lopes da Gama a Francisco Portilho de Melo, um dos régulos mais poderosos do sertão amazónico de meados do século XVIII. Senhor de um exército que ultrapassaria as 600-700 pessoas, com poder e autoridade reconhecidos entre as etnias do rio Negro, consolidado através de poderosas alianças estabelecidas com os principais dessa região, convenientemente reforçadas por «casamentos» com filhas, irmãs e sobrinhas, Portilho de Melo foi um dos focos de atenção das autoridades administrativas *luso-brasileiras* ainda antes da nomeação de Francisco Xavier de Mendonça Furtado para governador do Estado do Grão-Pará. De facto, João de Abreu Castelo Branco foi o primeiro governador a tentar controlar Portilho de Melo, persuadindo-o a descer para Belém e, depois, reconhecendo o insucesso da sua prédica, prometendo-lhe o posto de capitão da fortaleza de Macapá⁴⁶. Com esta proposta aliciante, pretendia o governador pôr ao serviço das demarcações com a América Espanhola a inúmera quantidade de gente sujeita ao régulo. A desconfiança de Portilho perante o seu provimento num lugar já ocupado só foi aplanada quando Mendonça Furtado lhe deu a patente de governador das aldeias em redor da fortaleza e, muito particularmente, da aldeia Nova de Santa Ana.

A viagem de Portilho de Melo e do gentio que o acompanhava caracterizou-se por um constante ludibriar das autoridades das fortalezas de Pauxis e Tapajós, que deviam inspeccionar e contar os ameríndios e brancos que vinham em 32 canoas. Portilho dava respostas ilusivas sobre serem mais de duzentos e menos de trezentos, quando os descidos pareciam, de facto, rondar os 363, oriundos dos grupos Uariquena, Baiana, Mabana e Baré, chefiados por 6 principais homens (Tomás Luís, Macadã, Domingos, Estêvão, Mayepy, Camuhary), 2 principais mulheres ou «príncipos» (Helena Portilho e Camila) e uma princesa (Josefa)⁴⁷. A este núcleo inicial juntaram-se, ainda em 1753, 36 índios descidos por frei Maurício Moreira sem registo ou licença e consequentemente, reputados de contrabando e confiscados⁴⁸.

⁴⁶ British Library, Add. 20 988, fl. 54, Carta de Joaquim Miguel Lopes da Gama a (?), de 20 de Abril de 1751.

⁴⁷ Biblioteca Nacional, Reservados, *Colecção Pombalina*, cód. 622, fl. 33, Carta de José António de Freitas Guimarães a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, de 13 de Fevereiro de 1753; *ibidem*, fl. 31, Carta de Manuel da Silva ao mesmo, de 13 de Fevereiro de 1753; Biblioteca Nacional, Reservados, *Colecção Pombalina*, cód. 625, fl. 126, Relação da gente que chegou com Portilho de Melo do rio Negro toda por sua vontade, de 8 de Março de 1753.

⁴⁸ British Library, Add. 20 991, fl. 75, Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado a frei Maurício Moreira de 15 de Maio de 1753.

Quanto a Mendonça Furtado, só podia felicitar Portilho de Melo pela «resolução de se tirar de viver entre as feras adonde com facilidade se esquece a gente assim dos bens temporais, como dos outros mais importantes que são os espirituais» e atestar os seus esforços para que o soberano reconhecesse e recompensasse os serviços prestados pelo régulo, «com aquella piedade com que costuma olhar para os vassallos que observem e que verdadeiramente se arrependem e abstem de algumas verduras que cometem com menos consideração»⁴⁹. Em relação aos descidos, o governador mandava assegurar o cumprimento das promessas feitas por altura do descimento, entre elas, um tratamento equiparável aos «vassallos brancos»: direito a remuneração por serviços prestados; autorização para comerciar; ensino dos seus filhos na língua portuguesa, assistência espiritual, ajuda na doença, alimento e vestuário, tudo pago pelo Erário Régio; isenção na prestação de serviços à coroa ou a particulares por um período de dois anos⁵⁰.

Desta forma, e agora em «mundo civilizado», Portilho de Mello reforçava o seu poder e autoridade junto dos índios descidos, porque era, de forma assumida, o elo de ligação entre o governador e os índios e o escolhido para administrar Santa Ana e promover o bem-estar e a felicidade destes vassallos recentemente incorporados na soberania portuguesa⁵¹. Por seu turno, Santa Ana era importante pela sua posição estratégica: edificada nas proximidades da fortaleza de Macapá, era um sinal visível da ocupação luso-brasileira a quem chegasse por mar, vindo do Suriname ou da Guiana Francesa.

Depois de organizada a povoação com igreja, casas e roças e restabelecidos os índios das maleitas provocadas pela viagem e adaptação a um *habitat* diferente, recebeu Portilho de Melo instruções para acompanhar Mendonça Furtado na sua viagem ao rio Negro, «a negócios muito interessantes ao serviço de S. Majestade»⁵². Os entraves ao cumprimento desta ordem foram alguns: uma tempestade que destruiu as embarcações e estragou os víveres de quem viajava para o rio Negro⁵³; uma oportuna doença de Portilho, que justificou a sua convalescença na casa de Pedro Furtado⁵⁴; e, acima de tudo, a suspeita que este «santo homem» planeava retirar-se para Caiena ou formar um mocambo junto a Parauarú com os seus índios e os irmãos Domingos e Baltasar⁵⁵. De facto, tinha-se estabelecido, com parte

⁴⁹ Marcos Carneiro de MENDONÇA, *A Amazónia na Era Pombalina*, tomo 1, p. 356.

⁵⁰ British Library, Add. 20 991, fl. 90, Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado a Francisco Portilho de Melo de 24 de Abril de 1753; *ibidem*, fl. 113, de 19 de Junho de 1753.

⁵¹ Marcos Carneiro de MENDONÇA, *A Amazónia na Era Pombalina*, tomo 2, p. 454.

⁵² British Library, Add. 20 992, fl. 47, Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado a Francisco Portilho de Melo, de 21 de Outubro de 1754.

⁵³ Biblioteca Nacional, Reservados, *Colecção Pombalina*, cód. 627, fl. 31, Carta de Francisco Cordeiro da Silva Marques ao bispo do Pará, de 1 de Novembro de 1754.

⁵⁴ Biblioteca Nacional, Reservados, *Colecção Pombalina*, cód. 627, fl. 52, Carta do bispo do Pará a José de Barros Machado, de 14 de Novembro de 1754.

⁵⁵ Biblioteca Nacional, Reservados, *Colecção Pombalina*, cód. 627, fl. 87, Carta do bispo do Pará a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, de 22 de Janeiro de 1755.

dos seus índios de Santa Ana, num igarapé por trás da aldeia dos Bocas. Apesar do perdão real, acabaria por ser preso em 1756, uma vez que, à semelhança do seu congénere Pedro de Braga, foi considerado culpado na venda de índios livres da aldeia de Santa Ana do Macapá⁵⁶.

A família Braga foi um dos primeiros alvos da actuação do governador. Se, de facto, Pedro de Braga se mostrou cooperativo quando as novas ordens chegaram ao Norte brasileiro – casou oficialmente com Lizarda Maria, uma das suas «esposas índias», e procedeu ao descimento de cerca de 200 índios para a aldeia do Caia, próximo de Belém⁵⁷ – cedo foi acusado de vender índios desta aldeia, violando claramente a lei.

A retaliação das autoridades administrativas não se fez esperar, logo em 1751, quando o sítio de António de Braga foi invadido pelas tropas chefiadas pelo capitão André Miguel Aires e Bento Maciel Parente. Mas só o sítio foi afectado pelo ataque, porque tendo sido os seus ocupantes devidamente avisados, já se tinham mudado, com os seus pertences, para a cidade ou para o sítio de João Camacho⁵⁸.

No rio Negro, as movimentações dos Bragas eram seguidas pela rede de informantes que dava conta da área de actuação preferida: o rio Uaupés. Era aqui que Pedro de Braga tinha um número considerável de amigos e aliados, entre eles o principal Aquipi, tio de uma das mulheres de Pedro de Braga; tal como foi aqui que ele fez três mortes. Contudo, no rio Negro, em 1752, e apesar da proibição determinada pelas pastorais e pelas leis reais, Pedro de Braga tinha também tomado por mulher a uma filha do principal Juá⁵⁹.

Uma bandeira chefiada por Lourenço de Belfort, antigo cabo de tropas de resgate, partiu no encalço de Pedro de Braga. O objectivo era impedir a passagem do régulo acima das cachoeiras do rio Negro e devassar a sua culpa nas mortes do rio Uaupés. Se Pedro de Braga conseguiu subir o rio pela força das armas e graças ao apoio de Clemente Luís Neto, cunhado do respeitado secretário do Pará e intrépido explorador José Gonçalves da Fonseca⁶⁰, não impediu Belfort de instaurar o inquérito: foi apurado culpado nas três mortes e acusado de amotinar o gentio do rio Uaupés. Apesar da resistência movida, foi preso mas rapidamente solto por Lourenço Belfort: «tanto pela razão do gentio a quem elle dominava, como também pellos

⁵⁶ Biblioteca Nacional, Reservados, *Colecção Pombalina*, cód. 627, fl. 157, Carta do bispo do Pará a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, de 7 de Junho de 1755.

⁵⁷ Barbara SOMMERS, «Craking down on the *cunhamenas*...», p. 4.

⁵⁸ Biblioteca Nacional, Reservados, *Colecção Pombalina*, cód. 630, fl. 7, Carta de Maciel Parente a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, de 18 de Setembro de 1751.

⁵⁹ Biblioteca Nacional, Reservados, *Colecção Pombalina*, cód. 625, fl. 107, Carta de Francisco Xavier de Andrade a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, de 12 de Agosto de 1752.

⁶⁰ Marly Jobim GOMES e Max Justo GUEDES, « Primórdios da exploração do rio Madeira: a escolha do sargento-mor Luís Fagundes Machado e a Carta hidrográfica de José Gonçalves da Fonseca » in *Anais Hidrográficos*, tomo XLIX (suplemento), Directoria de Hidrografia e Navegação, Manaus, 1992, p. 163 e ss.

mesmos homens brancos que tinha na sua cometiva a quem elle a todos devia e eram empenhados na soltura por enteverem que vindo elle prezo perdião as suas dívidas»⁶¹.

Depois de solto, Braga e os índios, seus apaniguados, reagiram imediatamente, com uma emboscada à bandeira, de que resultou o assassinato de dois brancos e sete índios e uma vintena de feridos. Preso de novo no dia de São Francisco Xavier e dado como culpado no contrabando de índios, bem como na autoria de treze ou catorze mortes ocorridas no rio Uaupés, foi enviado em ferros para o calabouço do corpo da guarda de Belém com direito a vigilância especial e ronda permanente, executada por sentinelas adultos: estava impedido de ter visitas e não podia falar com os soldados; os alimentos e a roupa enviados deviam ser cuidadosamente inspeccionados, tal como a correspondência; não podia ter mesa, cama ou tábua encostadas às paredes e o estado dos ferros do calabouço deviam ser inspeccionados todas as quatro horas⁶². Uma das acusações que terá tido importância no veredicto tem a ver com a aldeia do Caia, de onde Braga tirava índios descidos voluntariamente e à sua guarda para os vender a particulares na cidade de Belém, infringindo claramente as leis reais⁶³.

Um outro caso foi o do capitão de descimentos Manuel Dias Cardoso, que vivia, desde 1735, na aldeia de Santo Elias do Rio Negro, local onde tinha casas, roças e escravos. Um dos alvos das suas práticas tinha sido o principal Macupi e seus aliados com quem, por volta de 1751, tinha encetado um processo de negociação para descerem para a aldeia luso-brasileira. Neste negócio dizia ter servido o rei e gasto a sua fazenda. No processo de negociação, a boa vontade de Macupi traduziu-se na dádiva de «reféns», uma filha e um sobrinho, que, ao serem integrados na sociedade luso-brasileira, podiam atestar junto dos que se pretendiam descer a forma como os colonos tratavam os índios. Contudo, este descimento tinha ficado sem êxito porque Portilho de Melo e Tomás Luís haviam capturado Macupi⁶⁴.

A pastoral episcopal ordenando que os *cunhamenas*, e entre eles Manuel Dias Cardoso, saíssem do sertão e descessem para Belém no espaço de oito meses, despoletou um protesto veemente da parte do capitão de descimentos que, ao contrário de outros que resolveram ir para domínio espanhol ou refugiar-se nas cachoeiras do rio Madeira, insistiu em permanecer nas suas terras.

⁶¹ Biblioteca Nacional, Reservados, *Colecção Pombalina*, cód 621, fl. 214, Carta de Lourenço Belfort a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, de 8 de Fevereiro de 1753.

⁶² British Library, Add 20 991, fl. 125v, Ordens que devem inviolavelmente executar os capitães que entrarem de guarda pelo que respeita à vigilância que devem ter sobre Pedro de Braga e Cláudio de Oliveira, de 4 de Dezembro de 1753.

⁶³ British Library, Add. 20 991, fl. 105v, Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado ao comandante do Macapá, de 1 de Junho de 1753.

⁶⁴ Biblioteca Nacional, Reservados, *Colecção Pombalina*, cód. 625, fl. 67, Carta de Manuel Dias Cardoso a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, de 12 de Fevereiro de 1752.

Não obstante a insistência de Mendonça Furtado, que queria convencer Manuel Dias Cardoso a mudar-se para a cidade e abandonar o mato onde «não servia a Deus ou ao rei», o *cunhamena* resolveu ficar nos sertões do rio Negro, com a sua família e aliados. Aqui podia ser de grande utilidade porque conhecia o sertão e gozava de crédito e prestígio entre os índios. Foi graças a essa influência que conseguiu descer 200 índios do rio Ixié para a Barra, a capital da capitania de São José do rio Negro⁶⁵.

4. Impunidade ou castigo

Se, como afirma Russell-Wood, a violência é um tema recorrente da história do sertão, homens como Portilho de Melo, Pedro de Braga ou Manuel Dias Cardoso eram, sem sombra de dúvida, dos protagonistas mais notórios: pelas desordens e instabilidade que provocavam ao capturar, matar, escravizar e violar índios, instigando guerras inter-étnicas e revoltando grupos que até então tinham estado pacíficos; pelo facto de estarem implicados, com total impunidade, em actividades de contrabando que envolviam escravos e mercadorias, com índios, espanhóis e portugueses; porque desafiavam as autoridades governativas ao procurarem no sertão uma alternativa viável à prisão e à punição da justiça colonial.

Mas nem só de poderosos se faz esta história. Existem outros indivíduos menos conhecidos: uns também envolvidos directamente no tráfico de índios, outros acusados de vender carne seca a preços exorbitantes numa altura em que a cidade de Belém se debatia com fome e uma epidemia de varíola, outros ainda acusados de crimes graves ou violentos, como os de morte de homem, espancamento de oficiais régios, roubos, raptos e distúrbios entre os moradores, assaltos à cadeia para resgatar amigos, familiares e amantes⁶⁶. Outros haviam que eram soldados recém-chegados do reino que desertavam mal assentavam praça⁶⁷.

Perseguidos pelas justiças, estes homens refugiavam-se no sertão, onde encontravam acolhimento junto dos «bárbaros» habitantes da floresta, que, em certos casos, eram também seus aliados e familiares; em mocambos compostos por escravos fugidos e outros malfeitores e fugitivos; nas ilhas desertas da costa; nos pequenos aldeamentos coloniais afastados da cidade onde a fiscalização era inexistente; ou ainda, e mais prosaicamente, nas chácaras, fazendas e sítios recatados, a poucos quilómetros dos mais importantes núcleos urbanos, como Belém.

⁶⁵ Barbara SOMMERS, «Craking down on the *cunhamenas*...», p. 10.

⁶⁶ British Library, Add. 20 988, fl. 23, de 20 de Abril de 1751; *ibidem*, Add. 20 991, fl. 42 de 3 de Dezembro de 1752.

⁶⁷ British Library, Add. 20 991, fl. 2, Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado ao capitão-mor do Caieté, de 12 de Outubro de 1751.

Era nestes locais a pouca distância da cidade que, com conhecimento e conviência dos donos das roças e fazendas que lhes davam guarida e protegiam, ou então à sua revelia, os refugiados encontravam, com maior facilidade, abrigo, alimentos variados e possibilidade de fuga para zonas mais recônditas⁶⁸. Assim era o sítio de António de Braga, local onde a família de Braga também tinha os trastes e fazendas destinados ao tráfico, o sítio de Braz de Barros, que servia de esconderijo aos fugitivos da prisão acusados de crimes graves, ou a fazenda de Pedro Furtado, onde Portilho de Melo convalescia de um oportuno achaque que fazia antever uma fuga do régulo e dos seus índios para o Suriname ou para os sertões⁶⁹.

Era destas fazendas e chácaras que os perseguidos pelas justiças coloniais saíam para ir à cidade quando sabiam que era seguro fazê-lo porque ficariam impunes. Ou seja, quando as autoridades judiciais estavam ausentes e os oficiais de justiça eram poucos ou então de noite e a altas horas. Para além do mais, as suas famílias davam-lhes guarida e protecção.

Entre os espaços de refúgio devem considerar-se ainda locais com jurisdição especial, como os conventos, hospícios e fazendas de ordens religiosas onde a justiça secular não se fazia sentir. Era, por exemplo, nas fazendas da Companhia que se suspeitava terem-se ocultado Gaspar Barbosa e Leandro de Araújo, acusados de estarem envolvidos no contrabando de ouro de Mato Grosso⁷⁰.

Contudo, embora sendo o sertão local de asilo de infractores, podia constituir igualmente um perigo e ameaça à segurança e à vida de quem nele se acoitava: porque, para além da salvação também «a vida [estava] em evidentiíssimo risco, como proximamente succedeo a estes três miseráveis assassenados pelos bárbaros quando menos esperavam», afinal um «justo premio da estragada e escandalosa vida em que andavam». Referia-se o governador a Basílio Pedro, Manuel de Braga e Manuel da Mota, que andavam em negócios de contrabando no rio Cavaboris⁷¹.

5. O discurso colonial ou das relações subversivas entre «colonos» e «colonizados»

A política indigenista implantada com o período pombalino pressunha como aspecto fundamental do discurso colonial: a integração dos

⁶⁸ British Library, Add. 20 988, fl. 23, Carta régia ao governador do Maranhão de 20 de Abril de 1751.

⁶⁹ Biblioteca Nacional, Reservados, *Colecção Pombalina*, cód 630, fl. 36, de 15 de Novembro de 1751; *ibidem*, cód. 630, fl. 61, de 23 de Janeiro de 1752; *ibidem*, cód. 627, fl. 53, de 15 de Novembro de 1754.

⁷⁰ Marcos Carneiro de MENDONÇA, *A Amazónia na Era Pombalina*, tomo 2, p. 595.

⁷¹ British Library, Add. 20 991, fl. 23, Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado a Manuel Dias Cardoso de 12 de Junho de 1752.

grupos ameríndios na sociedade colonial. Mauro Cezar Coelho, no seu estudo intitulado *O Directório dos índios e as chefias indígenas: uma reflexão*, identifica este princípio programático, por exemplo, nos pedidos das chefias indígenas para que os órgãos governativos coloniais reconhecessem a sua autoridade e capacidade de mando perante os grupos ameríndios a que pertenciam, no ingresso de índios como irmãos leigos da Ordem Terceira de São Francisco, na eleição de índios para integrar os senados das câmaras de vilas amazónicas⁷². Continua ainda este autor: «Ao longo de todo o período de vigência do Directório dos índios, as populações indígenas foram incorporadas à sociedade colonial por meio da inclusão nas forças militares, na condição de ajudantes, alferes, sargentos-mores, capitães e mestres-de-campo. Alguns poucos índios exerceram as ocupações de meirinho e director»⁷³.

Contrariamente, a administração pombalina cedo demonstrou a sua contrariedade e condenação em relação à situação aposta: a absorção de reinóis, *luso-brasileiros*, mamelucos ou mestiços pelas sociedades ameríndias. O mesmo discurso colonial que encontrava um eixo basilar na integração dos ameríndios na sociedade colonial reconhecia como prejudicial o facto de muitos cristãos envolvidos no tráfico andarem pelo sertão, longe da vigilância laica e eclesiástica, dando azo a que «não só não se tem convertido o gentio da terra, mas que contrariamente muitos cristãos têm não só tomado os costumes dos gentios, mas ainda têm seguido os seus ritos, sendo maior lástima que até tenham entrado neste número muitos eclesiásticos»⁷⁴.

O problema coloca-se, antes de mais, ao nível do desrespeito pela religião cristã e pelos princípios do Direito Natural, bem como do desafio à autoridade soberana do rei e à integridade da Monarquia. Mas creio que a tónica pode também ser colocada a um nível civilizacional: a adopção de hábitos indígenas por quem devia estar identificado com a sociedade colonial – o «tornar-se ameríndio» – era algo de reprovável, condenável e subversivo porque significava, à luz do pensamento setecentista, uma subjugação de entes civilizacionalmente superiores (os colonos, os «europeus», os *Eus?*) a hábitos comportamentais e valores éticos de seres considerados como bárbaros e incivilizados⁷⁵.

⁷² Este reconhecimento era feito pela emissão de uma carta patente formalizando a nomeação de certos indivíduos no posto ou cargo de principal (Mauro Cezar COELHO, «O Directório dos índios e as chefias indígenas: uma inflexão» in *Campos – Revista de Antropologia Social*, vol. 7, n.º 1, 2006, p. 123 (<http://calvados.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/campos/article/view/5444>).

⁷³ Mauro Cezar COELHO, «O Directório dos índios e as chefias indígenas: uma inflexão», pp. 126-127.

⁷⁴ Marcos Carneiro de MENDONÇA, *A Amazônia na Era Pombalina*, tomo 1, p. 63.

⁷⁵ Sobre o esbatimento das barreiras culturais e civilizacionais entre «civilizados» e «bárbaros» v. Leila LEHNEN, «Eating the nation: the meanings of cannibalism in Glauco Ortolano's Domingos Vera Cruz. Memórias de um antropófago lisbonense no Brasil» in *Especulo. Revista de Estudos Literários*, Madrid, Universidade Complutense de Madrid, 2005 (<http://www.ucm.es/info/especulo/numero30/eating.html>).

Ora no pensamento político da época, o estado português era o responsável e devia interferir no processo evolutivo dos seus súbditos menos protegidos rumo à civilização e a cristianização, à felicidade, ao bem-estar e ao progresso⁷⁶. Estes princípios estavam obviamente muito afastados do sertão amazónico, apenas um dos componentes geográficos deste Império de várias faces.

⁷⁶ Ângela DOMINGUES, «Quando os índios eram vassalos...», pp. 315-316.

A AMAZÓNIA ENTRE DOIS IMPÉRIOS E ENTRE DUAS ÁREAS CIENTÍFICAS *

Comemoraram-se recentemente os 200 anos da transferência da corte para o Brasil e as consequências da permanência do rei numa colónia, logo tornada reino unido ao de Portugal e pouco depois império independente. Ao longo de 2007 e 2008, vários eventos realizados tanto em Portugal como no Brasil, reflectiram sobre as mudanças ocorridas há dois séculos nos dois lados do Atlântico, gerando uma reflexão em torno de temas clássicos e originando novas propostas de investigação.

Creio que é inegável que as comemorações realizadas em torno de efemérides deste tipo têm um mérito indiscutível: recuperam e relançam o debate científico e redimensionam e perspectivam temas historiográficos clássicos noutras direcções. São, portanto, excelentes pretextos para aumentar o comentário crítico, dinamizar a investigação, estimular a produção de estudos relacionados com o tema, para além de suscitarem interesse por tipos de fontes históricas mais incomuns. Para além disso, alguma da actividade científica gerada teve o merecimento incontestável de pôr várias tradições historiográficas a dialogar, não obstante os resultados claramente desproporcionais da produção delas resultante, particularmente se considerarmos os casos português e brasileiro.

De entre os temas privilegiados, deu-se particular ênfase à questão da identidade e da indivisibilidade territorial brasileira, à singularidade da monarquia portuguesa no contexto sul-americano, à abertura do comércio (e do território) às nações amigas, ao transplante das instituições burocráticas e administrativas. Deixaram-se, contudo, outros temas de parte e, de entre eles, o que dá especial atenção à proibição do tráfico de escravos determinada aos súbditos de Inglaterra e dos EUA, bem como ao surgimento de «nichos de oportunidade» criados pelos portos africanos abandonados pelos

* «A Amazónia entre dois impérios e entre duas áreas científicas» será publicado in Francisco Contente DOMINGUES e José da Silva HORTA (organizadores), *Estudos em homenagem ao Professor Doutor António Dias Farinha* (no prelo). Agradeço a Richard Barker uma generosidade inexcédível no envio de informação que tornou possível a redacção deste artigo.

negreiros desses dois países anglo-saxónicos aos comerciantes brasileiros¹. Um outro tema relaciona-se com a Amazónia.

É inegável que a Amazónia continua presentemente na agenda internacional a propósito dos mais diversos assuntos e que este fenómeno não se restringe apenas aos meios académicos. Antes, as descobertas científicas mais sofisticadas e tecnicamente mais incompreensíveis para o comum do cidadão são «trabalhadas» para se tornarem entendíveis pelo público leitor de jornais e revistas de divulgação. Artigos sobre a Amazónia publicados em periódicos com o impacto de *Time*, *The New Yorker*, *The Guardian*, *The Economist*, o *Público* ocupam espaço nobre e visam informar os seus leitores sobre os mais diversificados assuntos, dando, por vezes, origem a acalorados debates seguidos pelos interessados através de *links* especialmente criados com este objectivo (veja-se *The Guardian*, *my column on biochar*).

Os assuntos debatidos podem englobar matérias tão variadas que vão desde, por exemplo:

1. a prevenção de catástrofes climáticas e ambientais, ligada à produção de energias pouco poluentes em carbono destinadas a substituir o gás e o petróleo, a melhorar a fertilidade do solo, a reduzir a desflorestação. O epicentro destes debates é, obviamente, o meio académico. No entanto, foram realizados estudos efectivos junto das comunidades amazónicas contemporâneas para compreender os processos culturais que teriam gerado o «milagre da terra preta», já produzido desde tempos imemoriais pelas populações ameríndias que enterravam carvão nas suas terras para aumentar a fertilidade do solo. Ora se estes processos culturais dizem respeito ao etnoconhecimento e às práticas tradicionais de manejo e utilização do solo, estão também ligados aos comportamentos humanos no passado, e, assim, à pré-história e história da Amazónia²;

2. a aventura – e o romance também – das grandes viagens e das explorações continentais, como acontece, por exemplo, com a constituição de uma equipe de aventureiros que, em 1996, partiu para a Amazónia, determinada a reconstituir o percurso e resolver o enigma do misterioso desaparecimento do coronel Percy Fawcett – famoso arqueólogo e cartógrafo que, em 1925, procurava uma civilização desaparecida e um imaginário *El Dorado* em montanhas que não existiam nas profundezas da Amazónia³;

¹ A falta de estudos sobre este tema é notada por Luiz Felipe de ALENCASTRO, «A terceira margem do Rio» in *Folha de São Paulo*, 14 de Dezembro de 2008.

² Esta solução miraculosa foi recentemente discutida por James LOVELOCK, Jim HANSEN, Chris GOODALL e Tim FLANNERY (v. vários artigos em publicados em *The Guardian*, *my column on biochar* 24 e 27 March 2009, 13 July 2009, 27 August 2009 (guardian.co.uk) online by search only e «The virtues of biochar. A new growth industry?» in *The Economist*, August 29th 2009, p. 69. Ver também Fabíola Andréa SILVA, «A etnoarqueologia na Amazónia: contribuições e perspectivas» in *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 4, n.º 1, Janeiro/Abril de 2009, p. 31.

³ David GRANN, «A reporter at large. The lost city of Z» in *The New Yorker*, Set. 19, 2005 in http://www.Newyorker.com/archive/2005/09/19/050919fa_fact_grann?printable=true (consul-

3. ou, ainda, os relatos devastadores de populações indígenas em extinção, por vezes tornados em tributos à resistência ameríndia contra rancheiros e agricultores que, no Brasil do século XXI, expulsam do seu território ancestral populações como os «Guarani Kalowá», uma problemática abordada, por exemplo, no recentíssimo filme de Marco Bechis, *Birdwatchers*⁴.

A Amazônia tem, assim, recebido a atenção de cientistas, ecologistas, cineastas, políticos, historiadores, diplomatas que, nos seus campos de especialização e trabalho, contribuem para um conhecimento científico mais sólido do território e dos seus recursos naturais, bem como para a conservação de um património natural e cultural cuja preservação é considerada, cada vez mais, uma responsabilidade de toda a humanidade.

Neste processo, os historiadores podem ter uma voz activa, particularmente se quiserem e souberem estabelecer diálogo com as outras ciências, nomeadamente as relacionadas com o desenvolvimento sustentável. Se «fazer história» é um acto de formação e intervenção cívica, pode ser também um processo esclarecedor e desmistificador de lendas e mitos, sendo que sob esta designação considero não apenas os paradigmáticos Amazonas e o *El Dorado*.

Afirmo, sem correr grande risco de inexactidão, que uma das áreas de eleição dos historiadores – aliás, objecto de confluência de interesses com antropólogos, sociólogos, linguistas, arqueólogos – continua a ser o estudo das sociedades ameríndias. Perante a falta de documentos textuais directamente produzidos por essas sociedades e na tentativa de interpretar com rigor o património material e imaterial existente, as ciências sociais e humanas não podem negar ou ignorar a importância da documentação produzida pelos europeus sobre essas sociedades⁵. Se me parece óbvio que os documentos não são imagens passivas ou meros reflexos de acontecimentos, podendo moldar os eventos e os fenómenos a eles associados; se, enquanto produto de épocas particulares e de processos políticos, culturais e sociais específicos, impõem limites de interpretação e cautelas em relação aos conceitos ou preconceitos de civilizações que se auto-definem como superiores e se assumem como redentoras (o célebre imperativo moral da Europa Ocidental setecentista e oitocentista de civilizar, modernizar, desenvolver outras sociedades, consideradas sempre mais primitivas, selvagens, bárbaras, subdesenvolvidas)⁶; parece-me também que os documentos são,

tado 19.06.2009); o prefácio e o primeiro capítulo do livro *The lost city of Z* podem ser consultados em <http://www.davidgrann.com/book/synopsis/>

⁴ Tom PHILIPS, «A tribe's fight for justice» in *The Guardian*, Friday, 11 Set. 2009, p. 5.

⁵ Cf. Jill DIAS, «Portuguese archives and the History of Africa» in 5.º *Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas. Multiculturalismo. Comunicações*, vol. II, Arquivos, Lisboa, Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, 1994.

⁶ Cristóbal GNECCO, «Caminos de la Arqueología: de la violencia epistémica a la relación» in *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 4, n.º 1, Janeiro/Abril de 2009, p. 16.

nestas circunstâncias, incontornáveis, apesar da omnipresença da autoridade europeia e do peso do discurso colonial reinol, bem como da importância que as decisões políticas e administrativas podem ter na documentação produzida⁷.

Os documentos, e a dinâmica contínua que com eles estabelecem os historiadores, permitem criar ou recriar a memória das sociedades ameríndias, de interpretar certas formas de conhecimento tradicional, de explicar a presença de determinados grupos étnicos ameríndios em locais específicos, contextualizar as suas relações, processos de aculturação ou de resistência junto dos poderes presentemente instituídos e a sua sobrevivência física e cultural. Esta interação historiador/documento permanece, também, como o único modo de recuperar de um «passado sem história» povos que, de outra forma, ficariam esquecidos e de lhes dar textura e profundidade, atribuindo-lhes uma identidade específica, localizando-os no tempo e contextualizando-os num processo de relação com o meio e com outros grupos ou culturas.

Assim, nesta perspectiva, o trabalho de disseminar documentos, tenha o nome de *Projecto Resgate* ou seja feito através da edição de textos históricos, tem o maior mérito. Não querendo deixar de referir, por exemplo, as iniciativas anteriores da Editora Itatiaia na divulgação de viagens científicas feitas em território brasileiro (Amazónia incluída), o empenho do Conselho Federal de Cultura na difusão de diários, memórias e gravuras do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira ou o cuidado da Fundação Biblioteca Nacional e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em divulgar obras fundamentais sobre este e outros acervos, quero salientar o contributo editorial da EDUSP, nomeadamente através do Núcleo de História Indígena e da Coleção Eduspiana, na publicação de fontes relevantes para a compreensão da História e da Cultura do Brasil⁸. Um dos méritos desta colecção reside, a meu ver, no facto de os documentos publicados serem anteceditos por estudos, anotados e comentados por especialistas da maior seriedade, como António Porro⁹.

⁷ Ann Laura STOLER, «Colonial archives and the arts of governance. On the content in the form» in Francis X. BLOUIN Jr. e William G. ROSENBERG, *Archives, documentation and institutions of Social Memory. Essays from the Sawyer Seminar*, Ann Harbour, The University of Michigan Press, 2005.

⁸ Márcio MEIRA (organizador), *Livro das canoas. Documentos para a História indígena da Amazónia*, São Paulo, NHII, USP, Fapesp, 1993; Marta Rosa AMOROSO e Nádia FARAGE (introdução e organização), *Relatos da fronteira amazónica no século XVIII. Documentos de Henrique João Wilckens e Alexandre Rodrigues Ferreira*, São Paulo, NHII, Fapesp, 1994; José Monteiro de NORONHA, *Roteiro da cidade do Pará até às últimas colónias do sertão da província (1768)*, introdução e notas de António PORRO, São Paulo, EDUSP, 2006.

⁹ Nesta linha cf. *As crónicas do rio Amazonas. Notas etno-históricas sobre as antigas populações indígenas da Amazónia*, tradução, introdução e notas por António PORRO, Petrópolis, Editorial Vozes, 1993; José Monteiro de NORONHA, *Roteiro da cidade do Pará até às últimas colónias do sertão da província (1768)*. Introdução e notas de António PORRO, São Paulo, EDUSP, Coleção Documenta Uspiana, 2006, 112 p.

As potencialidades destas fontes ultrapassam claramente as razões que determinaram o seu surgimento e os objectivos subjacentes à sua elaboração. Assim, os officios e informações deixam de reflectir unicamente a «agenda política» subjacente à sua produção para adquirirem outras dimensões. Os relatos de cronistas e missionários, para além do seu valor informativo imediato, adquirem também o mérito de fundamentar hipóteses demográficas e socio-políticas de arqueólogos e etnoarqueólogos para o período pré-colonial. Os roteiros, de instrumentos imprescindíveis para os viajantes setecentistas e oitocentistas, transfiguram-se em ferramentas válidas para o estudo da História da Ciência¹⁰.

Ou seja, a historiadores, antropólogos, etnólogos, etnoarqueólogos abrem-se várias possibilidades de utilização dos documentos, nomeadamente os textuais, enquanto contributo para a compreensão das deslocações, desalojamento e extinção das etnias ameríndias em território amazónico, como registos contribuidores para o conhecimento das consequências que a presença e actuação dos portugueses tiveram em parte substantiva da bacia hidrográfica amazónica, no sentido de reorganizar o espaço de acordo com as normas e padrões europeus¹¹.

Comentando a afirmação da antropóloga Juliana Salles Machado de que «a colonização, seu impacto entre as populações indígenas e seu efeito impulsionador para a criação e transformação de novos actores sociais, foi – e ainda é – um ponto-chave na interpretação da transição entre o passado pré-amazónico e o presente», contraporía - sem entrar em juízos de valor sobre esta questão, mas tentando-a reposicionar em termos que me parecem mais equilibrados - que a colonização da Amazônia não pode meramente ser encarada como uma ponte intermédia de passagem entre o passado pré-amazónico e o presente, nem que seja pelas profundas consequências que deixou no espaço constituído pela bacia hidrográfica amazónica e entre as etnias ameríndias que habitaram aí durante três-quase quatro séculos¹². Ora na compreensão deste fenómeno, os documentos são indispensáveis e incontornáveis.

Os testemunhos documentais produzidos sobre a Amazônia existem desde os inícios da colonização europeia naquela área e muitos deles foram

¹⁰ Walter CARDOSO, «Ensino da História da Ciência através da interpretação de textos», p. 83. Disponível em http://www.mast.br/arquivos_sbhc/280.pdf. Acessado em 03/03/2009.

¹¹ Ângela Domingues, «Reedição de fontes para quê? Algumas reflexões em torno de um roteiro de viagem pela Amazônia luso-brasileira. Recensão crítica à obra de José Monteiro de Noronha, *Roteiro da cidade do Pará até às últimas colónias do sertão da província (1768)*, introdução e notas de António Porro, São Paulo, EDUSP, 2006» in *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 4, n.º 1, Janeiro/Abril de 2009, p. 194.

¹² Juliana Salles MACHADO, «Arqueologia e história nas construções de continuidade na Amazônia» in *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 4, n.º 1, Janeiro/Abril de 2009, p. 58.

já publicados¹³. Contudo, é dado adquirido que, durante a segunda metade de setecentos e inícios de oitocentos, as viagens – bem como a massa documental produzida sobre a Amazónia – aumentaram consideravelmente, feitas não só por moradores, comerciantes, soldados e funcionários, mas também por homens ilustrados que, formados na Universidade de Coimbra e nas academias militares, descreveram o território de acordo com os critérios científicos da época. O aumento de conhecimento sobre os recursos naturais brasileiros, obtido nomeadamente através de expedições científicas e viagens *filosóficas*, permitiu a obtenção de ganhos e a eficácia na exploração de matérias-primas e recursos naturais¹⁴. Para além disso, as viagens feitas por esta *elite do conhecimento* possibilitaram o contacto com regiões e grupos indígenas até então marginais à colonização luso-brasileira, os quais, a partir de então, passaram a ser incluídos nas informações enviadas para Lisboa.

Para além de tudo há, durante este período, um aumento de informação que, de forma preponderante embora não exclusiva, toma o formato de registo textual, consubstanciado nas participações, ensaios, memórias, ofícios e relatórios, diários de viagem e roteiros. Ora estes textos eram, muitas vezes, clarificados e complementados por documentos visuais: cartas geográficas e topográficas, esboços e desenhos, produções naturais e etnológicas recolhidas, amostras de espécimenes vivos e inertes.

Apesar do cariz predominantemente administrativo da informação produzida, quero deixar claro que as possibilidades desta documentação para a historiografia moderna são inesgotáveis. Questões como as da ocupação do território antes do «período de contacto» e consequências da colonização europeia, da mobilidade populacional, indígena ou luso-brasileira, da missão e aculturação dos grupos indígenas, bem como da organização administrativa do território e do equilíbrio de poderes, da interrelação de programas científicos com interesses económicos e políticos do Estado Absolutista na colónia ou de aspectos relacionados com a história da família e das mulheres podem ser reavaliadas através da leitura dos documentos.

¹³ Como mero exemplo refiro as já citadas *As crónicas do rio Amazonas. Notas etno-históricas sobre as antigas populações indígenas da Amazónia*, Petrópolis, Editorial Vozes, 1993; Nelson PAPAVERO, Dante Martins TEIXEIRA, William Leslie OVERAL e José Roberto PUJOL-LUS, *O Novo Éden. A fauna da Amazónia brasileira nos relatos de viajantes e cronistas desde a descoberta do rio Amazonas por Pinzón (1500) até ao Tratado de Santo Ildefonso (1777)*, 2.ª edição, Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 2002; Joyce LORIMER (edição), *English and Irish settlement in the river Amazon 1550-1646*, Londres, The Hakluyt Society, 1989; João DANIEL, *Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas*, Belém, Prefeitura da Cidade, Contraponto Editora, 2004; Marcos Carneiro de MENDONÇA, *A Amazónia na era pombalina. Correspondência inédita do governador e capitão-general do estado do Grão-Pará Francisco Xavier de Mendonça Furtado*, Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 3. vols., 1963.

¹⁴ José Luís CARDOSO, «Free trade, political economy and the birth of a new economic nation: Brazil, 1808-1810» in *Revista de Historia Económica, Journal of Iberian and Latin American Economic History*, año XXVII, n.º 2, Otoño, 2009, p. 188.

A este fenómeno de produção de mais e de melhor informação não devem ser alheios vários factores, de entre eles, a preservação da integridade territorial da colónia e a definição das fronteiras externas, o fortalecimento do poder colonial e da autoridade da coroa portuguesa na Amazônia. A monarquia absoluta e o soberano, *príncipe esclarecido e verdadeiro pai de seus povos*, procuravam o domínio político, a inventariação científica e a exploração económica do seu território soberano. É que o príncipe era responsável pela condução dos vassallos rumo à felicidade, civilização e bem-estar, confirmando-se, assim, que «o interesse do príncipe é inseparável do seu povo, estando necessariamente ligado ao bem-comum, entendido daqui para o futuro como o bem-estar em geral dos súbditos»¹⁵.

Continuando a debater esta problemática, mas se quisermos restringir o seu âmbito ao Brasil pós-1807, depois da transferência da corte para o Brasil, creio que uma importante lacuna no panorama historiográfico no que diz respeito ao Norte do Brasil pode ser detectada, em relação a uma questão que, paradoxalmente, se afigura de interesse e potencialidade na *fronteira* (entendida num sentido metafórico) entre os estudos de História Política e Diplomática e os da História da Ciência: a saber, a redefinição da fronteira (agora utilizada na acepção física e cultural do termo, os limites) com a Guiana Francesa.

É certo que o assunto foi referido em artigo erudito de Jorge Couto recentemente editado. «A delimitação das fronteiras do Brasil: de D. Manuel I a D. João VI»¹⁶ – é este o título do artigo – refere os acontecimentos políticos e diplomáticos mais marcantes no processo de negociação dos limites do Brasil – que passam pela referência à política de casamentos das coroas ibéricas e aos jogos de influências individuais ou de grupos na tomada de decisões políticas com repercussão na colónia. Se nos subcapítulos *Os antecedentes* e *O Tratado de Madrid (1750)*, o autor considera fundamentalmente o Sul do Brasil, enfatizando as pretensões geográficas exorbitantes da coroa portuguesa no rio da Prata e evocando o mito da Ilha Brasil como uma referência natural para a delimitação das fronteiras do território colonial, aliados a uma panorâmica equilibrada de uma colonização portuguesa ajustada aos condicionantes de cada momento, feita de recuos e avanços, de conquistas e cedências, que se reflectem, por exemplo, nas várias cedências, cercos, destruições da Colónia do Sacramento, já no subcapítulo *A política joanina e*

¹⁵ G. ASTUTI, «O absolutismo esclarecido em Itália e o Estado de polícia» in António Manuel HESPANHA, *Poderes e instituições na Europa de Antigo Regime. Colectânea de textos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, p. 266.

¹⁶ In *A abertura dos portos*, organização de Luís Valente de OLIVEIRA e Rubens RICUPERO, São Paulo, SENAC, 2007, p. 307 e ss. Numa linha semelhante, com o objectivo de explicar o estabelecimento e evolução geográfica, política e diplomática da fronteira franco-brasileira a Norte, veja-se também do mesmo autor «Les frontières du Brésil sous Dom João VI» in *Rio de Janeiro, capitale de l'Empire Portugais (1808-1821)*, sous la direction de Jorge COUTO, Paris, Chandeigne, 2010, pp. 245-308.

a *definição das fronteiras do Brasil (1797-1821)*, Couto desloca o predomínio do seu objecto de análise para o Norte brasileiro e para as negociações diplomáticas com a França dos Bonaparte, sem, no entanto, abandonar as campanhas militares a sul.

O ritmo vertiginoso do processo negociador da fronteira norte, primorosamente abordado por Castilhos Goycochêa em obra de 1963, é, então, retomado por Couto, e relacionado com o panorama político e militar que paralelamente se desenrola na Europa¹⁷. O desfecho bem conhecido, definido como uma resposta à invasão napoleónica do reino, acontece com a anexação de Caiena por tropas luso-brasileiras organizadas pelo governador do Grão-Pará em 1808. Para D. João, a capitulação desta colónia francesa é encarada, antes de mais, como uma espécie de «vingança imperdível». Significava uma oportunidade única de Portugal aumentar os seus domínios ultramarinos, atingindo abertamente o Império Napoleónico nas suas franjas coloniais, bem como um ensejo de estabilizar a fronteira norte, defendendo o monopólio de navegação no rio Amazonas¹⁸.

Reiterando o mérito e a erudição que o artigo incontestavelmente tem e pretendendo unicamente apontar outras perspectivas de investigação e levar a discussão científica para um outro caminho, afirmaria que a competente tecedura do enquadramento político e diplomático feito por Jorge Couto ganharia uma outra dimensão se aliado e contextualizado com as expedições científicas e viagens que luso-brasileiros (e não sei se os franceses habitantes de Caiena) fizeram ao território em disputa durante os finais de setecentos e inícios de oitocentos.

Do lado português, tanto por mar, como por terra-rios, e desde, pelo menos, 1777, foram realizadas viagens com o intuito de reconhecer a geografia, legitimar a ocupação do espaço, manter as autoridades lusas informadas e consolidar a aproximação às etnias ameríndias que habitavam o espaço disputado por Portugal e França, na tentativa de utilizar os índios na construção da fronteira colonial. As expedições realizadas sob o comando de indivíduos como João Vasco Manuel de Braun e Manuel Joaquim de Abreu permitiram a recolha de informações precisas sobre as posições avançadas dos franceses, bem como sobre as comunicações fluviais com o rio Amazonas¹⁹.

Estas viagens foram registadas em suporte visual (eminentemente cartográfico) e textual. Alguns dos relatos produzidos foram publicados, outros

¹⁷ Castilhos GOYCOCHÊA, *A diplomacia de D. João VI em Caiena*, Rio de Janeiro, Edições GTL, 1963.

¹⁸ A força de ataque foi organizada pelo tenente-coronel José Narciso de Magalhães de Meneses, governador e capitão-general do Estado de Grão Pará e comandada pelo tenente-coronel Manuel Marques. Caiena capitulou a 12 de Janeiro de 1808 (v. Jorge COUTO, «A delimitação das fronteiras do Brasil: de D. Manuel I a D. João VI», p. 323).

¹⁹ Ângela DOMINGUES, *Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000, pp. 224-226.

permanecem inéditos. Mas todos eles merecem uma leitura atenta e integrada, em diálogo com o complicado processo político-diplomático bem estruturado nos estudos de Castilhos Goycochêa e Jorge Couto.

Contudo a Caiena de D. João e os episódios políticos e militares a ela associados, abrem igualmente a porta a uma outra questão: a da consolidação da rede de jardins luso-brasileiros através da aventura da aclimação das plantas existentes na Habitation Royale des Épiceries, também conhecida por *Jardin La Gabrielle* - um posto-avançado da política agrícola francesa nos trópicos e local de introdução e adaptação de espécimes vegetais frágeis e preciosos oriundos de todo o Império Francês - e da transferência de botânicos e técnicos para o Brasil²⁰.

A ocupação de Guiana Francesa, para além de trazer estabilidade territorial e política ao Norte do Brasil, de ser essa tal *vingança imperdível* para D. João e muitos portugueses, e de trazer algum (ainda que pouco e por curto período de tempo) prestígio internacional à nação, trazia ainda outras contrapartidas nada desprezíveis²¹. Era uma ocasião inexcedível para Portugal beneficiar economicamente ao encarar como «despojo de guerra» os «conhecimentos científicos com contrapartidas económicas» obtidos pelos franceses nos seus domínios ultramarinos. Apesar de autores como Nelson Sanjad e Warren Dean darem conta da existência de uma notória «tradição» de bio-contrabando de *La Gabrielle* para Belém em períodos anteriores à anexação, ainda em 1810, o intendente-geral de Caiena, desembargador João Severiano Maciel da Costa, procedia à transplantação e envio de 82 espécies vegetais do Jardim de Caiena para os jardins botânicos brasileiros, Belém, Baía e Rio de Janeiro incluídos²². Saliente-se também que uma outra medida paralela consistiu na contratação de jardineiros hábeis e botânicos talentosos que até então se encontravam ao serviço do governo francês, a troco de contrapartidas razoáveis e do abandono dos princípios revolucionários, como foi o caso de Étienne-Paul Germain a quem se confiou a direcção do horto de Olinda²³.

²⁰ Rosa NEPOMUCENO, *O jardim de D. João. A aventura de aclimação das plantas asiáticas à beira da Lagoa e o desenvolvimento do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, que vence dois séculos de umidade, enchentes, transformações da cidade, novos padrões científicos e mantém-se exuberante, com seus cientistas e suas árvores*, Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2007, p. 116; Patrick WILCKEN, *Empire adrift. The Portuguese court in Rio de Janeiro, 1808-1821*, Londres, Bloomsbury, 2004, p. 102.

²¹ Caiena é devolvida aos franceses a 8 de Novembro de 1817 na sequência de determinação do art. 107.º do Acto Geral do Congresso de Viena (Fábio FERREIRA, *A política externa de D. João e a anexação de Caiena: 1709-1817* in www.revistatemalivre.com/caiena07.html (acesso em 01.10.09).

²² *O Investigador Portuguez em Inglaterra*, vol. II, pp. 54-55; *Jornal de Coimbra*, vol. I, 1812, p. 10. Sobre o jardim do Rio e a circulação de plantas ocorridas na época v. Rosa NEPOMUCENO, *O jardim de D. João...*, Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2007.

²³ *Jornal de Coimbra*, vol. I, 1812, p. 10; Ângela DOMINGUES, «Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português de finais de setecentos» in *História, ciência, saúde - Manguinhos*, vol. VIII, 2001, p. 831.

Se em relação a este assunto, se impõe uma referência aos estudos monográficos de Rosa Nepomuceno para o Jardim Botânico do Rio de Janeiro e aos dos já mencionados Sanjad para o Jardim de São José de Belém do Pará de Dean em relação à domesticação e aclimação de plantas no Brasil com particular ênfase para o período após a chegada da corte²⁴, creio que não deixará de ser interessante relacionar ainda este tema com os programas de actuação definidos por teóricos de inícios de oitocentos em função do que entendiam ser a *missão real* e o papel que D. João enquanto *príncipe esclarecido e verdadeiro pai de seus povos* devia desempenhar. As actividades dos gabinetes governamentais confundidas com «As benéficas intenções de SAR para com os seus vassallos deste novo Império, para sua felicidade, augmento e esplendor manifestas nas leis e providencias tão saudáveis como liberaes de que diariamente somos o objecto e testemunhas», consubstanciavam-se na aplicação de «*benéficas e importantes disposições*» expressas na promulgação de avisos, decretos, alvarás e outras medidas legislativas e regulamentadoras com vista ao desenvolvimento nacional²⁵.

Ora, na opinião de pensadores e executores da política joanina, bem como de editores de periódicos e de outros formadores da opinião pública neste período, uma das vias válidas e adequadas para descobrir melhoramentos económicos, capaz de modernizar o país com vista à condução dos povos à felicidade e ao bem-comum, consistia na introdução de culturas exóticas – especiarias, cravo, noz moscada, madeiras, jalapa, árvore de pão, fruta-do-conde, carambola, groselha e barbadine -, ou seja, o valioso «património vegetal» que a França tinha reunido na recém-anexada Caiena²⁶. E fazer com que na Baía, Belém, Macapá, Rio de Janeiro se produzissem em quantidade especiarias até então oriundas do Oriente, bem como outros vegetais com uso na farmácia, alimentação, construção e indústria²⁷.

O desfecho do episódio «Caiena» é bem conhecido: Portugal devolveu o território a França depois de assinada a Convenção de 28 de Agosto de 1817, pela qual este país se comprometia a respeitar a fronteira estabelecida no artigo oitavo do tratado de Utrecht. Contudo, se as questões políticas, diplomáticas e militares são melhor conhecidas, há outras que continuam em aberto e que importará aprofundar.

²⁴ ROSA NEPOMUCENO, *O jardim de D. João. A aventura da aclimação das plantas asiáticas...*; NELSON SANJAD, *Nos Jardins de São José: uma história do jardim botânico do Grão-Pará, 1796-1873*, Dissertação apresentada ao Instituto de Geociências para obtenção do grau de Mestre, Campinas, UNICAMP, 2001; WARREN DEAN, «A botânica e a política imperial: a introdução e a domesticação de plantas no Brasil» in *Estudos Históricos*, vol. 4, n.º 8, 1991, pp. 216-228.

²⁵ *O Investigador Portuguez em Inglaterra*, vol. III, p. 464.

²⁶ *O Investigador Portuguez em Inglaterra*, vol. II, p. 54.

²⁷ NELSON SANJAD, *Nos Jardins de São José: uma história do jardim botânico do Grão-Pará, 1796-1873*, p. 92.

UM GOVERNADOR ILUSTRADO: FRANCISCO DE SOUSA COUTINHO, GOVERNADOR DO ESTADO DO GRÃO-PARÁ E MARANHÃO *

Quando, recentemente, lia uma obra de Daniel Headrich intitulada *When information came of age. Technologies of knowledge in the Age of Reason and Revolution, 1790-1850*¹, deparei-me com uma ideia que me pareceu ser inspiradora para iniciar a abordagem da actividade de um membro da aristocracia portuguesa de finais do século XVIII durante a sua permanência no Norte do Brasil, onde o personagem que é objecto do presente texto desempenhou o cargo de governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará.

O autor mencionado refere que os historiadores do Iluminismo, inspirados em personagens tão marcantes como Voltaire, Kant, Diderot, Rousseau e Lavoisier, privilegiaram nos seus estudos a história do pensamento – político, económico, científico – e das ideias filosóficas e estruturaram as suas teses em função das tradicionais relações dicotómicas entre a ciência e a razão contra a religião e a superstição, a tolerância contra o preconceito, a justiça contra o abuso de poder, ou o contrato social contra o absolutismo². Contudo, continua Headrich, é possível verificar naquela época uma outra espécie de transformação intelectual, que embora não tivesse merecido a mesma atenção por parte da historiografia contemporânea, porque é normal-

* Este texto serviu de base à comunicação «An Enlightened Governor in Portuguese Amazônia: Francisco Maurício de Sousa Coutinho (1790-1803)» no Colóquio Internacional *The Making of individual careers in Colonial Empires*, organizado no European University Institute em Florença, em 2003. O texto encontra-se inédito.

¹ Daniel R. HEADRICK, *When information came of age. Technologies of knowledge in the Age of Reason And Revolution, 1700-1850*, Oxford e New York, Oxford University Press, 2000.

² A corroborar a afirmação de Daniel Headrick confronte-se, entre outros, o modelar artigo de Kenneth R. MAXWELL, «Eighteenth century Portugal: faith and reason, tradition and innovation during a Golden Age» in *The Age of the Baroque in Portugal*, editado por A. Levenson, Washington-New Haven-London, The National Gallery of Art e Yale University Press, 1993.

mente considerada menos dramática ou controversa, continua a ser por ela considerada de extrema importância, a saber: a recolha, processamento, utilização e armazenamento sistemáticos de informação³.

De que forma é que esta afirmação pode ser o ponto de partida para analisar a actuação de Francisco Maurício de Sousa Coutinho enquanto elemento constitutivo da administração colonial regional na colónia brasileira? De que maneira este governador utilizou uma rede de informações previamente existente que permitia uma circulação mais ágil da informação entre as povoações luso-brasileiras localizadas numa das franjas mais inóspitas do Império e o aparelho burocrático central, localizado em Lisboa⁴? Em que medida é que estes canais de comunicação político-administrativa proporcionaram um maior controlo geográfico e o aumento do poder soberano do Estado Português sobre o espaço colonial? Teria esta rede sido usada para permitir uma melhor gestão ou uma administração mais eficiente?

Francisco Maurício de Sousa Coutinho encontra-se, então, integrado numa rede clientelar inserida numa cadeia de poder com interesses comuns, relacionada por laços de parentesco que, constituída no reino, se ramificava pelo e sustentava o Império Ultramarino Português: estamos, portanto, no âmbito das conexões imperiais e das elites coloniais estudadas por Maria de Fátima Gouveia.

Francisco Maurício era Cavaleiro da Ordem de Malta e capitão-de-fragata do Corpo da Marinha Real. Foi o vigésimo quinto governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, nomeado por carta patente de 23 de Outubro de 1789 confirmada por carta régia de 22 de Abril de 1790⁵, Tomou posse do cargo a 16 de Junho desse ano e exerceu-o até 22 de Setembro de 1803, altura em que foi substituído por D. Marcos de Noronha e Brito, oitavo conde dos Arcos⁶. O indivíduo que, dos inícios da década de noventa do século XVIII aos primeiros anos do centénio seguinte, administrou o Norte do Brasil era o filho mais novo de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, que tinha ocupado os cargos de governador de Angola e Benguela entre 1764 e 1774, embaixador em Espanha de 1775 a 1781 e um dos principais responsáveis

³ Daniel R. HEADRICK, *When information came of age*, p. 9.

⁴ Nuno Gonçalo MONTEIRO, «O central, o local e o inexistente regional» in *História dos municípios e do poder local (dos finais da idade Média à União Europeia)*, direcção de César de OLIVEIRA, Lisboa, Círculo dos Leitores, 1996, pp. 80-81.

⁵ Visconde de Porto SEGURO, *História Geral do Brasil antes da sua separação e independência de Portugal*, Tomo IV-V, 3.^a edição, São Paulo, Companhia Melhoramentos de São Paulo, s.d., p. 346. António Ladislau Monteiro de BAENA, *Compêndio das eras da província do Pará*, Belém, Universidade Federal do Para, 1969, p. 222.

⁶ D. Marcos de Noronha e Brito ocuparia, entre 1806 e 1808, o cargo de vice-rei do Brasil até à altura em que a família real desembarcou no Rio de Janeiro. Foi governador e capitão-general da Baía (1810-1818); ministro da Marinha (1817) e presidente do ministério constituído junto do príncipe regente D. Pedro (1821) (Raul da Silva Veiga, *Diplomas régios e outros documentos dados no governo do Brasil (Coleção Conde dos Arcos)*. Catálogo, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1988, p. 9.

pela assinatura do Tratado de Santo Ildefonso; e de D. Ana Luísa Joaquina Teixeira de Andrade e Silva. Era, também, irmão de D. Rodrigo de Sousa Coutinho que, à data da nomeação de Francisco Maurício para a administração do Pará, ocupava o cargo de embaixador plenipotenciário na corte de Turim e que viria a ser Ministro da Marinha e Ultramar (1796-1801), Presidente do Real Erário (1801-1803), Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra entre 1808 e 1812. Era, ainda, irmão de José António de Meneses Sousa Coutinho (o Principal Sousa), que foi membro da regência do reino entre 1811 e 1817, e de Domingos António de Sousa Coutinho, que exerceu cargos diplomáticos na Dinamarca, Itália e Inglaterra entre 1788 e 1833⁷.

O espaço colonial que Francisco Maurício de Sousa Coutinho ia administrar era objecto da particular atenção dos estadistas portugueses desde meados de setecentos. Esta relevância do espaço amazónico no discurso político colonial reflectia-se, por exemplo, na nomeação de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão de Sebastião José de Carvalho e Melo, conde de Oeiras e futuro marquês de Pombal, para governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará entre 1751 e 1759⁸.

Considero como premissa já adquirida a importância que os territórios coloniais e, muito particularmente, as colónias americanas assumiam como pólos estruturadores do pensamento político, estratégico, económico, social e científico europeu, ao serem considerados como factores de prestígio e engrandecimento dos Estados Ibéricos e enquanto elementos determinantes nos jogos de poder e nas negociações diplomáticas entre as monarquias reinantes⁹. Não pretendo, por isso, desenvolver aqui esta questão.

O meu objectivo consiste em perceber a razão que levava a que estes indivíduos, oriundos de uma elite *estrangeirada*, com familiares próximos a exercer funções de prestígio nas cortes europeias mais consideradas, e, conseqüentemente, permeáveis e influenciados por um programa ideológico, político, científico e económico tido como capaz de elevar Portugal ao nível

⁷ José Luís CARDOSO, *O pensamento económico em Portugal nos finais do século XVIII, 1780-1808*, Lisboa, Editorial Estampa, 1989, p. 128.

⁸ Ângela DOMINGUES, *Quando os índios eram vassalos. Colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*, Lisboa, Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 2000, p. 128; Isabel Vieira RODRIGUES, «A política de Francisco Xavier de Mendonça Furtado no Norte do Brasil (1751-1759) in *Oceanos*, n.º 40, Outubro/Dezembro, 1999, pp. 96-110; André Mansuy-Diniz SILVA, «Imperial re-organization, 1750-1808» in *Colonial Brazil*, coordenação de Leslie BETHELL, Cambridge e Nova Iorque, Cambridge University Press, 1987, p. 246.

⁹ M. S. ANDERSON, *The rise of Modern Diplomacy, 1450-1919*, Londres e Nova Iorque, Longman, 1993, p. 190; André Mansuy-Diniz SILVA, «Imperial re-organization», pp. 244 e ss.; Fernando A. NOVAIS, *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, São Paulo, Editora HUCITEC, 1986, pp. 198 e ss.; José Luís CARDOSO, *O pensamento económico em Portugal nos finais do século XVIII*, Lisboa, Editorial Estampa, 1989, pp. 193 e ss.; Valentim ALEXANDRE, *Os sentidos do Império. Questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português*, Porto, Edições Afrontamento, 1993, pp. 93 e ss.

de desenvolvimento das novas potências em ascensão, fossem escolhidos para desempenhar altos cargos administrativos no Norte brasileiro. Está-se, claramente, no âmbito das redes clientelares transindividuais e transeográficas, reveladoras de uma estratégia mais eficaz de execução das decisões do centro administrativo do reino, neste caso relativas aos domínios coloniais¹⁰.

Para além disso, e como em outro local defendi, havia igualmente um interesse claro da coroa portuguesa em dominar internamente e definir externamente o espaço soberano numa área geográfica onde a autoridade administrativa portuguesa era contestada por todos os extractos da sociedade colonial e por grupos a ela externos, tanto habitando o território colonial, como era o caso dos índios não aculturados, como oriundos de fora desse espaço, como estava bem patente nas intenções de vizinhos espanhóis e franceses, que eram movidos por interesses expansionistas, comerciais, científicos e religiosos. O objectivo estratégico e político era, sem sombra de dúvida, o que a seguinte afirmação de D. Rodrigo de Sousa Coutinho explicita: «(...) salta aos olhos a receptividade que há de formar dois grandes Centros de força hum ao Norte, e outro ao Sul, debaixo dos quais se reúnam os territórios que a Natureza dividiu tão providamente por Grandes Rios, ao ponto de fazer ver que esta concepção política é ainda mais natural que artificial. Os dois grandes Centros são sem contradição o Pará e o Rio de Janeiro (...) Deste modo, os Governos de Goiazes, de Mato Grosso, do Rio Negro, do Pará, Maranhão e Piauí são destinados pela Natureza e Arte a dependerem de hum Vice-rei que reside no Pará e a fazerem com Ele causa comum»¹¹.

À justificação ponderada por D. Rodrigo Sousa Coutinho, baseada no facto de as capitánias do interior comunicarem naturalmente com o Pará pela navegação dos grandes rios que desaguavam no Amazonas (Negro, Branco, Tocantins, Tapajós e Madeira), outra se deve acrescentar, fundamentada pelas características específicas do Atlântico Sul, verdadeira placa giratória de circulação de pessoas, capitais, produtos, serviços e ideias, um oceano cujo sistema de ventos e correntes punha mais facilmente o Norte do Brasil em ligação com Lisboa, a capital do Império, do que com o Vice-Reinado do Brasil¹². Como ponto de ligação situado a meio caminho entre a terra e o mar, surgia Santa Maria de Belém, capital do Estado do Grão-Pará a partir de Francisco Xavier de Mendonça Furtado e sede da administração de Francisco Maurício de Sousa Coutinho¹³.

¹⁰ Ângela Barreto XAVIER e António Manuel HESPAÑA, «As redes clientelares» in *História de Portugal*, dirigida por José MATTOSO, vol. IV, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 390.

¹¹ D. Rodrigo de Sousa COUTINHO, *Memória escrita pelo Senhor... de que se remete copia ao Senhor D. João de Almeida, ao Rio de Janeiro em Julho de 18/0 (minuta). Sobre o melhoramento dos domínios de Sua Majestade na América*, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, s/d, p. 3.

¹² Este fenómeno é claramente explicado por Luís Filipe de ALENCASTRO, *O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul. Séculos XVI e XVIII*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

¹³ Sobre a cidade de Belém no tempo de Francisco Maurício de Sousa Coutinho veja-se Nelson Rodrigues SANJAD, *Nos jardins de São José: uma história do Jardim Botânico*

Belém era o ponto de confluência e expedição de ordens e notícias que chegavam da administração central, dos locais periféricos mais distantes ou dos núcleos urbanos luso-brasileiros localizados ao redor da cidade. Era a partir dela que se estabelecia uma relação hierárquica de poder e mando: com as outras capitanias, como Mato Grosso que, na década de noventa, era governada por João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres (1789-1796) e Caetano Pinto de Miranda Montenegro (1796-1803); e o Rio Negro; administrada por Manuel da Gama Lobo de Almada (1786-1799) e José António Salgado (1799-1804); com as fortalezas que pontuavam militar e administrativamente o território, dirigidas por um comandante militar, como Macapá, Gurupá e Santarém, e, ainda, com as vilas e lugares geridos por câmaras, directores e principais¹⁴.

Francisco Maurício de Sousa Coutinho ia nitidamente incumbido de avaliar o território, sobretudo no que dizia respeito ao seu estado económico e financeiro. A administração central acreditava que o Estado era mal gerido, que os abusos perpetrados eram graves e constantes e que a Fazenda Real era permanentemente iludida, sobretudo no que tocava à cobrança dos impostos e aos contratos de arrendamentos. As instruções entregues ao governador iam no sentido de se inteirar das receitas e despesas das capitanias do Pará, Rio Negro e Mato Grosso, socorrendo-se do estudo comparativo dos balanços financeiros dos seis anos anteriores a 1790, de impedir as fraudes e prevaricações dos contribuintes e o descuido e omissão de quem as tolerava, de dinamizar a economia regional pelo desenvolvimento agrícola e pela colecta dos recursos naturais¹⁵.

Após a sua chegada, o novo governador procurou aperceber-se das condições em que se encontrava o território que ia administrar, inquirindo Manuel Gama Lobo de Almada sobre a situação financeira, defensiva e logística da capitania do Rio Negro e enviando cartas circulares aos directores e vigários das povoações da sua capitania para o informarem, de forma objectiva, da população aldeada, da distribuição das terras férteis, da extensão das roças, do tipo de géneros cultivados, da extracção de drogas do

do Grão-Pará, 1796-1873. Dissertação de Mestrado ao Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001, pp. 66-78; para uma panorâmica geral Jussara da Silveira DERENJI, «Sé, Carmo e Largo do Palácio. Espaços públicos de Belém no período colonial» in *A praça na cidade portuguesa*, coordenação de Manuel C. TEIXEIRA, Lisboa, Livros Horizonte, 2001, pp. 185-197.

¹⁴ Ângela DOMINGUES, *Quando os índios eram vassalos. Colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000, pp. 151 e ss.; para uma perspectiva comparada com a Hispanoamérica veja-se Francisco de SOLANO, «Urbanización y municipalización de la población indígena» in *Estudios sobre la ciudad iberoamericana*, direcção de Francisco de SOLANO, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1983, pp. 252-260.

¹⁵ Arquivo Histórico Ultramarino, *Conselho Ultramarino*, código 588. Instrução que levou Francisco de Sousa Coutinho, governador e capitão-general do Pará que foi no navio Águia e Coração de Jesus, doc. de 1790, fls. 5-35.

sertão e da pesca e salga de peixe, dados que deviam ser sistematizados em mapas distribuídos pelas entidades administrativas laicas e religiosas das povoações, acompanhados das instruções de preenchimento e dos prazos de entrega¹⁶. Enquanto representante do monarca português em território colonial e membro do sistema político e administrativo de um soberano esclarecido, o novo governador procurava estabelecer uma rede de informação segura sobre o território que ia gerir ou, então, aperfeiçoar o seu funcionamento. Nesta rede, os dados eram oriundos de várias proveniências: câmaras, directores, vigários, comandantes de fortificações, governadores de capitânias subalternas; e deviam, por isso, concorrer não só para uma informação mais precisa, mas também mais controlada e confirmada de assuntos relacionados com o Pará.

Para além disso, os mapas e as instruções que elucidavam os órgãos administrativos locais do que, de facto, se queria saber, revelavam a existência de métodos e técnicas normalizados de recolha, processamento e selecção de informação destinada à Secretaria de Estado da Marinha e Negócios Ultramarinos sob a forma de ofícios, relatórios, gráficos, listagens. «Monarchs and their ministers who thought of themselves as enlightened gathered information about their realms through cartographic projects, population enumerations, and trade and agricultural surveys. Official investigations and private research projects brought forth plentiful data about tropical plants, yields and harvests, the shape of the earth, deaths from smallpox, and much else»¹⁷.

Há motivações que se encontram subjacentes à implantação destes sistemas de informação. Antes de mais, mencione-se a curiosidade: por uma natureza e uma humanidade estranhas, exóticas, desmesuradas, que ainda hoje nos atraem e intrigam. Depois, repare-se que os elementos integrantes da administração colonial ilustrada entendiam que a governação eficaz do território dependia do acesso e domínio da informação. O conhecimento geográfico e o controlo político baseavam-se numa cartografia exacta, numa noção pormenorizada dos recursos demográficos, em relatórios sobre abastecimentos e reservas de alimentos, em projectos de exploração agrícola e comercial, em relatórios sobre a organização militar, e estavam intrinsecamente associados à aplicação de reformas de reorganização territorial, à eficácia na cobrança de taxas e dos impostos reais e ao domínio eficiente de insurreições populacionais. Finalmente, o despotismo esclarecido pressupunha que os monarcas deviam governar em benefício dos seus súbditos,

¹⁶ Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, *Secção de Manuscritos*, Livro de registos de cartas e ordens de Francisco de Sousa Coutinho, 9-1-22, docs. n.º 2, Ofício dirigido a Manuel Gama Lobo de Almada, de 22 de Julho de 1790; n.º 3, idem, de 23 de Julho de 1790; n.º 8, Carta circular para os vigários fazerem as averiguações que se pede no mapa, de 1 de Agosto de 1790; n.º 9, Carta circular aos directores informando que anexa o modelo do mapa, 1 de Agosto de 1790; n.º 29, Carta circular aos directores, de 1 de Setembro de 1790.

¹⁷ Daniel RODERICK, *When information came of age*, p. 11.

em nome de princípios filosóficos e filantrópicos tão válidos em finais do século XVIII como eram o bem-comum e a felicidade dos povos. Consequentemente, monarcas e governantes consideravam que era indispensável ao bem-estar de cada indivíduo e do todo em geral controlar a maior quantidade possível de informação para se tomarem as medidas mais acertadas¹⁸.

A confluência de informação de diferentes tipos e dos locais mais afastados do Estado à administração regional permitiu que, oito meses após a sua chegada ao Pará, Francisco Maurício redigisse um parecer dirigido à rainha sobre a causa da decadência da agricultura nas povoações de índios do Norte brasileiro, intimamente associada, segundo o governador, à diminuição da população, resultante das epidemias que assolavam a capitania, pela conjugação de vários fenómenos: as obras das fortificações, as expedições no Rio Negro e as viagens para Mato Grosso¹⁹. Contudo, a argumentação de Sousa Coutinho é claramente alicerçada na experiência de governadores anteriores, como João Pereira Caldas que, no seu entendimento, tinha dado estabilidade à agricultura do Estado ao estimular o cultivo do arroz e do algodão. Mais do que um parecer, é uma reflexão crítica sobre a actuação dos directores, avaliados globalmente como corruptos, gananciosos, cruéis, desumanos; sobre a injustiça do sistema tributário que não premiava equitativamente os indivíduos envolvidos no processo produtivo; sobre o absentismo dos índios que preferiam viver ociosamente no mato, isentos de tributos e da prestação de trabalhos pesados, do que ser maltratados e coagidos por directores e moradores. Para além das críticas, o governador avançava já com soluções, patentes, por exemplo, nos descimentos de índios do sertão, no ajustamento dos salários, na limitação das viagens para Mato Grosso, na observância da legislação proteccionista da liberdade indígena, na educação e civilização dos índios²⁰.

Desde meados de 1790 até 1803, o governador e capitão-general seria o impulsionador e executor de uma série de medidas, tradicionalmente associadas às atribuições do Estado Moderno, «para aumentar o Estado e pela felicidade dos seus habitantes»: na defesa da soberania territorial, em aspectos económicos, sociais, educacionais e culturais²¹.

¹⁸ A este propósito veja-se o que já foi referido em Ângela DOMINGUES, *Quando os índios eram vassallos*, pp. 300 e ss.

¹⁹ A.H.U., Pará, caixa 22 (742), doc. s/n.º, Ofício de Francisco de Sousa Coutinho à rainha, de 22 de Março de 1791.

²⁰ Repare-se no parecer dado pelo Conselho Ultramarino a este documento: «A primeira informação que deu a respeito deste assunto, consistiu em que este lhe pareceu tão sério que se deveria pôr à consideração da Rainha. Parece-lhe que os meios que o Governador aponta são os mais apropriados para evitar a falta de população que há na capitania» (A.H.U., Pará, caixa 22 (742), doc. s/n.º, de 22 de Março de 1791).

²¹ Diogo Freitas do AMARAL, *Curso de direito administrativo*, vol. I, Coimbra. Livraria Almedina, 1996. p. 225.

Estes aspectos estão patentes na documentação consultada até ao momento que, não obstante elucidativa, é lacunar. O universo documental de que disponho para a análise da administração de Sousa Coutinho no Grão-Pará é constituído pelos ofícios e informações dirigidos à Secretaria de Estado da Marinha e Negócios Ultramarinos e de um código dos registos expedidos pelo governador entre 1790 e 1791, para as entidades administrativas do território sob sua jurisdição, com as capitânias subalternas de Mato Grosso e Rio Negro contempladas parceladamente. O que quero fazer ressaltar é que nesta abordagem não posso considerar as decisões do governador para a capitania do Pará nos anos subsequentes a 1791, cujos testemunhos estarão, provavelmente, depositados (senão na sua totalidade, pelo menos em parte) nas bibliotecas e arquivos estaduais brasileiros.

Não obstante, as fontes compulsadas permitem-me destacar quatro linhas de actuação que considero de maior relevância na actuação de Francisco Maurício de Sousa Coutinho: as críticas constantes à actuação dos directores, considerados responsáveis pela decadência do Estado e pela incivilidade dos índios; o reconhecimento e a defesa do território, patenteados nas expedições geográficas e os levantamentos cartográficos realizados aos limites territoriais com Caiena numa época de indefinição de fronteiras; a exploração do território designadamente através da agricultura, como demonstra a fundação do jardim botânico de S José, que tinha não só o propósito de aclimatar espécies vegetais exóticas, como difundi-las e planificar as suas culturas entre os agricultores com vista ao desenvolvimento económico da capitania; e dinamização das comunicações internas do Pará com Goiás, Mato Grosso e Cuiabá, ou seja, a articulação de um vasto espaço geográfico que Sousa Coutinho queria colonizar, desenvolver economicamente e governar a partir de um centro político e administrativo autónomo do vice-reinado do Brasil, localizado no litoral: Belém.

O primeiro aspecto diz respeito à actuação dos directores. Afirmava o governador, em bando datado de 25 de Agosto de 1790, que «o deplorável estado a que se acham reduzidas as povoações de índios desta Capitania [é explicado] pela escandalosa conduta da maior parte dos directores inteiramente esquecidos das obrigações que lhes são impostas no Directório, e das ordens dos meus Antecessores tendentes ao fim de aumentar as Povoações e promover a civilização dos índios»²². Esta noção de que o atraso do Estado e a infelicidade dos povos se deviam à ineficiência e à ambição desmesurada destes representantes do poder central a exercer funções nos núcleos urbanos luso-brasileiros é uma constante e culmina na proposta de extinção do *Directório*, endereçada a Lisboa depois da nomeação de D. Rodrigo de Sousa Coutinho para a Secretaria de Estado da Marinha e Negócios Ultramarinos.

²² Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, *Papéis do Brasil*, Avulsos n.º 1, doc. 20, n.º 1.

No entender de Francisco de Sousa Coutinho, o *Directório* era um instrumento de intervenção moderado do poder colonial junto das sociedades ameríndias que, aplicado por um período indeterminado de tempo por Francisco Xavier de Mendonça Furtado ao território amazónico, acabou por se perpetuar. Os índios, dizia o governador, tinham sido esquecidos pelo poder central depois da morte daquele governador, tornado mais tarde secretário de Estado, e de seu irmão, o marquês de Pombal. Assim, os princípios de tutela moderada, que atribuíam aos directores uma jurisdição não coactiva mas directiva, tinham dado azo ao surgimento de indivíduos tiranos e incontroláveis, árbitros absolutos, corruptos e depravados de costumes, que se dedicavam a negócios ilícitos e prejudiciais aos índios²³.

Até à promulgação do decreto régio de 12 de Maio de 1798, as críticas aos directores são constantes²⁴: por fazerem uma má gestão da mão-de-obra composta por poucos índios e raríssimos negros²⁵; se dedicarem a actividades que lhe eram vedadas, como o comércio de drogas-do-sertão ou a venda de aguardentes²⁶, maltratarem e agredirem os índios, tomando-se, assim, responsáveis por inúmeras desordens e sedições²⁷, descuidarem o cultivo das roças do comum, as plantações dos índios e a actividade comercial das povoações²⁸; serem responsáveis pela deserção dos ameríndios para o sertão²⁹; desobedecerem às leis e determinações reais e governamentais³⁰, se

²³ Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, lata 343, doc. 29. Informação sobre a civilização dos índios do Pará, por Francisco de Sousa Coutinho, de 2 de Agosto de 1797.

²⁴ A.H.U., *Conselho Ultramarino*, códice 588, fls. 181-195; idem, *Rio Negro*, caixa 19, doc. 52; Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, códice 807, vol. 11, fls. 34 e ss.

²⁵ B.N.R.J., 9-1-22, doc. 1, Ofício de Francisco de Sousa Coutinho ao capitão comandante de Macapá, de 21 de Julho de 1790; A.H.U., *Pará*, caixa 22 (742), Ofício de Francisco de Sousa Coutinho aos directores das povoações sobre os índios usados nas canoas do comércio do sertão, de 12 de Fevereiro de 1791.

²⁶ I.A.N./T.T., *Papéis do Brasil*, Avulsos, n.º 1, doc. 20, n.º 1, Bando promulgado por Francisco de Sousa Coutinho, de 25 de Agosto de 1790.

²⁷ B.N.R.J., 9-1-22, doc. 30, Ofício de Francisco de Sousa Coutinho ao vigário de Vila Nova de Rei, de 9 de Setembro de 1790; doc. 31, Ofício ao director da mesma povoação, de 9 de Setembro de 1790; doc. 92, Ofício de Francisco de Sousa Coutinho ao director de Pombal, de 4 de Novembro de 1790.

²⁸ B.N.R.J., 9-1-22, doc. 23, Ofício de Francisco de Sousa Coutinho ao juiz ordinário de Cameté, de 27 de Agosto de 1790; doc. 137, Ofício de Francisco de Sousa Coutinho ao director de Alenquer, de 24 de Dezembro de 1790; doc. 138, Ofício de Francisco de Sousa Coutinho ao director de Almeirim, de 24 de Dezembro de 1790.

²⁹ B.N.R.J., 9-1-22, doc. 29, Carta circular aos directores das povoações, de 1 de Setembro de 1790.

³⁰ B.N.R.J., 9-1-22, doc. 59, Ofício de Francisco de Sousa Coutinho ao comandante de Gurupá, de 3 de Outubro de 1790; I.A.N./T.T., *Papéis do Brasil*, Avulsos, n.º 1, doc. 20, n.º 2, Bando de Francisco de Sousa Coutinho reactivando uma carta régia dirigida a Manuel Bernardo de Melo e Castro de 23 de Dezembro de 1762, para se punirem severamente os directores que transgredissem as ordens relativas ao governo das aldeias e liberdade dos índios, de 11 de Setembro de 1790.

recusarem a prestar os auxílios necessários de remeiros e mantimentos aos viajantes e expedicionários³¹.

Como alternativa ao *Directório*, Francisco Maurício propunha um plano para a civilização dos índios, destinado a corrigir os erros, excessos e abusos, a fixar e aculturar os ameríndios e a desenvolver economicamente o Estado do Grão-Pará, expresso na informação que deu a D. Rodrigo de Sousa Coutinho em 2 de Agosto de 1797. Com o projecto definido pelo governador pretendia-se introduzir «elementos de civilização» junto das comunidades índias, tais como ferramentas, produtos agrícolas e missionários ou o incentivo de trocas comerciais, e assim, contribuir para a implementação da igualdade entre todos os súbditos portugueses em território colonial³².

O segundo aspecto está relacionado com a defesa territorial. Nesta altura, mais do que as fronteiras com a Hispanoamérica, importava a definição da soberania territorial com a França e com a colónia de Caiena. A proximidade francesa era considerada uma ameaça. De facto, desde 1777, haviam-se registado incursões de tropas e colonos a território considerado português pelo Tratado de Utrech e, em 1795, tinha havido um recrudescimento expansionista francês com a incorporação do Suriname holandês nos domínios coloniais sul-americanos³³. Para Portugal, os postos avançados franceses do Oiapoque e do Araguaia significavam uma porta aberta ao contrabando, uma possibilidade de refúgio para os desertores e, ainda, uma oportunidade para os diminutos escravos africanos que, seduzidos pelos princípios revolucionários «liberdade, igualdade, fraternidade», podiam fugir para a colónia francesa³⁴. Por um lado, temia-se uma acção ofensiva francesa contra a integridade territorial lusa no Norte do Brasil, sobretudo como uma consequência das Invasões Francesas. E por outro, havia por parte de Sousa Coutinho a vontade manifesta de incorporar Caiena no Estado do Grão-Pará, afinal uma forma de impedir qualquer contaminação revolucionária e pôr fim à disputa luso-francesa pelo controle da foz do rio Amazonas³⁵.

Tendo em vista a prossecução destes objectivos, que estiveram sempre presentes ao longo de todo o período da administração de Francisco de Sousa Coutinho no Pará, empreenderam-se obras de reparo em algumas das fortificações e edificaram-se novos fortes na foz do rio; instituíram-se patrulhas que policiaram tanto o litoral oceânico como os vários rios e canais de comunicação que, vindos do Norte, podiam dar acesso a território luso-brasi-

³¹ B.N.R.J., 1-17-12-2, Ofício de Francisco de Sousa Coutinho a Manuel da Gama Lobo de Almada, de 3 de Julho de 1796.

³² I.H.G.B., lata 343, doc. 29.

³³ Ernest PIJNING, «The Portuguese Jewish community of Surinam and changing ideas of nation and Nationhood at the end of the eighteenth century» (no prelo).

³⁴ A.H.U.. Pará, caixa 45 (763), Ofício de Francisco de Sousa Coutinho a Martinho de Melo e Castro, de 1 de Março de 1791.

³⁵ Nelson SANJAD, *Nos jardins de São José: uma história do Jardim Botânico do Pará 1796-1873*, p. 77.

leiro. Sobretudo, de Belém fizeram-se viagens de exploração geográfica e de reconhecimento das posições avançadas francesas; tomaram-se depoimentos de espões; e deu-se asilo e protecção a senhores de engenhos que, receosos das retaliações dos seus escravos, se quiseram estabelecer em território português³⁶. Alguns membros das demarcações de limites com a América Espanhola, nomeadamente alguns engenheiros-cartógrafos, permaneceram no Pará depois de extintas as partidas e ficaram encarregados de proceder ao levantamento topográfico e hidrográfico do litoral norte do Brasil, como foi o caso de José Joaquim Vitório da Costa; ou então, de elaborar um plano de defesa e fortificação da barra do rio Amazonas, tal como foi solicitado a José Joaquim Vitório da Costa, Teodósio Constantino de Chermont e José Simões de Carvalho³⁷.

Um outro aspecto que importa ressaltar na administração do Norte brasileiro por Sousa Coutinho consiste na implantação de um jardim botânico em Belém, o primeiro criado em todo o Brasil³⁸. Cumpre destacar que este facto é importante enquanto reflexo de uma política económica de desenvolvimento agrícola e comercial que o governador queria implantar no território sob sua administração, na qual se integram, juntamente com a aclimação de plantas exóticas e a introdução de espécies vegetais estranhas ao território para exploração agrícola e industrial, a cultura planificada das plantas e árvores indígenas e a utilização de novas técnicas e métodos agrários³⁹. O objectivo era dinamizar a economia regional do Pará, incentivando os moradores e os índios das povoações luso-brasileiras a cultivarem produtos para abastecimento interno e exportação e, nesse sentido, o jardim agrícola de São José devia ter o papel de difundir junto da população

³⁶ A.H.U., *Pará*, caixa 45 (763), Ofício de Francisco de Sousa Cominho a João Vasco Manuel de Braun, de 24 de Fevereiro de 1791; idem, *ibidem*, Diário roteiro da diligência de que estou encarregado pelo governador da praça em conformidade das ordens que tinha recebido do Exm.º Governador e Capitão General do Estado, de 26 de Maio de 1791; idem, *ibidem*, Ofício de Francisco de Sousa Coutinho a Martinho de Melo e Castro, de 14 de Janeiro de 1793; idem, *ibidem*, caixa 47 (764), Ofício de Manuel Joaquim de Abreu a Francisco de Sousa Coutinho, de 28 de Julho de 1795; idem, *ibidem*, caixa 47 (764), Ofício de Francisco de Sousa Coutinho a D. Luís Pinto de Sousa, de 3 de Abril de 1796. António Ladislau Monteiro de BAENA, *Compêndio das eras da província do Pará*, pp. 228-229.

³⁷ B.N.R.J., 7-4-19, doc. 4, Ofício de José Joaquim Simões de Carvalho a Francisco de Sousa Coutinho sobre a hidrografia do rio Amazonas, de 17 de Fevereiro de 1799; doc. 5, de 3 de Março de 1799; doc. 7, de 25 de Março de 1799; idem, *ibidem*, doc. 1, Ofício de Francisco de Sousa Coutinho a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, de 27 de Abril de 1799. A.H.U., *Pará*, caixa 52 (766), Ofício de Francisco de Sousa Coutinho a Chermont, Vitório da Costa e Simões de Carvalho, de 21 de Fevereiro de 1803.

³⁸ Este assunto foi objecto de estudo da tese de mestrado defendida na Universidade Federal de Campinas em 2000 por Nelson SANJAD, intitulada *Nos jardins de São José: uma história do Jardim Botânico do Pará 1796-1873*.

³⁹ Ângela DOMINGUES, «Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais de Setecentos» in *Manguinhos – história, ciência e saúde*, vol. V (suplemento), 2001, p. 829; Nelson SANJAD, *Nos jardins de São José: uma história do Jardim Botânico do Pará 1796-1873*, p. 79.

especímenes vegetais novos e técnicas de cultivo mais rentáveis e, ainda, de realizar ensaios para cultivo de produções naturais em larga escala.

Sousa Coutinho acreditava que o território amazónico possuía capacidades inesgotáveis, quer no que dizia respeito à cultura da mandioca, arroz, algodão, café, cacau, anil, quer no que se relacionava com a extracção de madeiras e especiarias nativas dos rios e igarapés da bacia amazónica. Na tentativa de se aproveitarem as potencialidades naturais do solo, o governador ordenou aos directores, vigários e oficiais camarários para obrigarem os índios e incentivarem os moradores a plantar roças comunitárias e particulares e a recolherem cacau, cravo e outras drogas-do-sertão pelas margens dos rios⁴⁰.

De igual modo, estimulou a introdução e adaptação de caneleiras, mangueiras, pimenteiras, craveiros da índia, canforeiras, e outros especímenes que chegaram a território paraense e, mais especificamente ao Jardim Botânico, oriundos quer do Oriente, quer da vizinha Caiena⁴¹. Pela diversidade climática, pela fertilidade da terra e pela proximidade geográfica do reino, o Norte brasileiro aparecia como uma alternativa válida às colónias orientais: enquanto centro de aclimação e de produção de especiarias, particularmente numa altura em que a presença portuguesa era contestada no Oriente, na maioria dos casos com êxito, por outras potências económicas e navais europeias, como a Inglaterra e a Holanda⁴².

O jardim foi instalado ao lado do antigo Hospício dos Capuchos de Nossa Senhora da Piedade, convertido no quartel do Corpo de Artilharia após a expulsão dos missionários e próximo de uma prisão dos condenados às galés e destinava-se a ser o centro de um complexo científico e comercial programado para ser construído nos inícios de oitocentos⁴³.

Um outro aspecto que cumpre salientar diz respeito às ligações entre as capitánias. Belém era o porto atlântico através do qual se fazia a circulação de ordens e notícias entre a colónia e o reino. Juntamente com a capital, outros locais situados no interior do território desempenhavam um papel de placa giratória de informações, como era o caso da Barra do Rio Negro, ponto centralizador de notícias que eram geradas ou eram destinadas aos núcleos luso-brasileiros dos rios Negro e Branco, e de Borba, posto extremo

⁴⁰ B.N.R.J., 9-1-22, doc. 16, Ofício de Rodrigo de Sousa Coutinho ao director de Monsaraz, de 19 de Agosto de 1790; idem, *ibidem*, doc. 51, Ofício de Francisco de Sousa Coutinho ao principal de Mondim, de 24 de Setembro de 1790.

⁴¹ Sobre o processo de aclimação desenvolvido pelos franceses na Guiana e o jardim de La Gabrielle, cf. François REGOURD, «Maitriser la nature: un enjeu colonial. Botanique et agronomie en Guyane et aux Antilles (XVII^e et XVIII^e siècles)» in *Revue Française d'Histoire d'Outre-Mer*, tomo 86, n.º 322-323, 1999.

⁴² Luís Ferrand de ALMEIDA, *Aclimação de plantas do Oriente no Brasil durante os séculos XVII e XVIII*, Coimbra, Faculdade de Letras de Universidade de Coimbra, 1976.

⁴³ Nelson SANJAD, *Nos jardins de São José: uma história do Jardim Botânico do Pará 1796-1873*, p. 72.

da capitania de São José do Rio Negro no caminho para Mato Grosso⁴⁴. Era até aqui que deviam avançar as remessas do Pará e, se integradas nos comboios regulares das canoas de ligação, prosseguir viagem pelas cachoeiras do rio Madeira até Vila Bela da Santíssima Trindade; ou, caso tal não sucedesse, expedirem-se avisos para que saíssem canoas de Mato Grosso buscar as mercadorias e correspondência⁴⁵.

As ligações com esta capitania pela navegação do complexo fluvial Madeira-Guaporé, apesar de morosas e arriscadas, eram regulares, sobretudo depois da autorização concedida por carta régia de 14 de Novembro de 1752⁴⁶. Justificavam-se na medida em que, juridicamente, podiam ser evocadas para defender as pretensões portuguesas em manter o monopólio de navegação destes rios e, assim, controlar os acessos ao interior do Estado do Grão-Pará e aos arraiais mineiros de Mato Grosso. Em 1798, a rainha aprovou um projecto elaborado por Sousa Coutinho para dinamizar e tornar mais rentáveis estas ligações, através da fundação de uma povoação luso-brasileira nas cachoeiras do rio Madeira, destinada a suprir de víveres e remeiros as canoas que viajavam entre o Pará e o Mato Grosso. As ligações entre Belém e este estabelecimento deviam ser feitas por duas canoas de grande calado (mais de duas mil arrobas) por conta da Fazenda Real ou de um arrematador⁴⁷.

Era, particularmente, a ligação com outras capitanias, nomeadamente com Goiás e Cuiabá, por outras estradas fluviais que importava a Sousa Coutinho. Logo em 1790, quando tomou posse do cargo, expediu uma carta circular difundindo a decisão régia de abrir as comunicações com Goiás através do rio Tocantins e com Mato Grosso pelos rios Xingu, e Tapajós⁴⁸. Nos anos subsequentes, um consórcio mercantil visando beneficiar do comércio entre Belém e Goiás promoveu a navegação dos rios Araguaia e Tocantins, explorados por Tomás de Sousa Vila Real⁴⁹. Para o governador, havia não só que incentivar a iniciativa de Ambrósio Henriques e de seus sócios pela concessão de mercês, como também de abrir as ligações de Goiás com o Pará; fundar com reinóis e reforçar com colonos de povoações já existentes nas capitanias do Norte, com índios e escravos africanos, as povoações para

⁴⁴ B.N.R.J., 9-1-22, doc. 62, Ofício de Francisco de Sousa Coutinho ao comandante de Santarém, de 7 de Outubro de 1790.

⁴⁵ Idem, *ibidem*, doc. 75, Ofício de Francisco de Sousa Coutinho ao governador de Mato Grosso, de 18 de Outubro de 1790.

⁴⁶ J. R. Amaral LAPA, *Economia colonial*, São Paulo, Editora Perspectiva, 1973, pp. 23-28.

⁴⁷ A.H.U., *Conselho Ultramarino*, códice 588, Carta régia a Francisco de Sousa Coutinho, de 12 de Maio de 1798, fls. 195-204.

⁴⁸ Idem, *ibidem*, doc.73, Carta circular de Francisco de Sousa Coutinho, de 16 de Outubro de 1790.

⁴⁹ I.H.G.B., lata 281, pasta 4, doc. 2, Cópia do ofício de Feliciano José Gonçalves, Manuel José da Cunha e Ambrósio Henriques dando conta ao governador do Pará do diário da viagem de Tomás de Sousa Vila Real, de 1 de Março de 1793.

que se pudessem socorrer eficazmente os viajantes, e aculturar e civilizar as etnias Carajá e Apinagé que, apesar de viverem afastadas do contacto com os luso-brasileiros, mostravam uma apetência notória por ferramentas e outros artefactos necessários às suas roças⁵⁰.

Possivelmente, as dificuldades de navegação causadas pelos troços encachoeirados do rio Araguaia foram um obstáculo à utilização regular desta via de comunicação porque, em 1796, insistia-se de novo na abertura de uma via fluvial que articulasse o Mato Grosso e Cuiabá com o Pará e Goiás⁵¹. De acordo com Sousa Coutinho, devia haver uma articulação interna entre todas estas capitánias e o Maranhão, de forma a permitir o estabelecimento de um sistema de transmissão de ordens eficaz, bem como a circulação de mercadorias importadas, e a distribuição eficaz de produções internas por todo o território; e ainda o auxílio militar rápido. Propunha igualmente o governador que estas capitánias formassem uma unidade política com um governo superior a todos os outros, localizado na costa, e com uma administração judicial autónoma, evitando-se assim recursos ao reino ou a Relações distantes⁵².

De qualquer modo, os rios Araguaia e Tocantins apareciam como possíveis trajectos a utilizar na comunicação entre as capitánias e, nesse sentido, também Tristão da Cunha de Meneses, governador do Maranhão, mandou explorar algumas áreas deste complexo fluvial pelo capitão de milícias Luís Pinto de Cerqueira, com o intuito de aí estabelecer colonos luso-brasileiros motivados pelo comércio com o Pará⁵³.

A administração de Francisco Maurício de Sousa Coutinho revelou-se muito mais complexa do que a abordagem aqui efectuada, que relevou, apenas, quatro aspectos que considereei significativos da acção do vigésimo quinto governador do Pará. Suponho que, com esta reflexão, estará aberto um novo caminho de investigação pessoal sobre o papel da aristocracia *estrangeirada e ilustrada* de finais de setecentos e inícios de oitocentos na construção e na execução de um discurso político colonial para o Brasil.

⁵⁰ I.H.G.B., lata 281, pasta 4, doc. 1, Ofício de Francisco de Sousa Coutinho a Martinho de Melo e Castro, de 8 de Março de 1793; António Ladislau Monteiro de BAENA, *Compêndio das eras da província do Pará*, pp. 227 e 231; sobre o processo de pacificação destas etnias veja-se Ângela DOMINGUES, *Quando os índios eram vassalos*, pp. 293-295.

⁵¹ A.H.U., *Conselho Ultramarino*, códice 588, fls. 116v-118v.

⁵² B.N.R.J., 1-28, 25, 30, Ofício de Francisco de Sousa Coutinho a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, de 20 de Setembro de 1797.

⁵³ A.H.U., *Pará*, caixa 50^a (769), Ofício de Tristão da Cunha de Meneses a Francisco de Sousa Coutinho, de 20 de Maio de 1799.

«PORQUE AO MUNDO VEIO PARA CASTIGO HUM DILÚVIO DE DICCIONÁRIOS E DE JORNAES»: A IMPRENSA ILUSTRADA E A AVALIAÇÃO DA MISSÃO DE D. JOÃO, PRÍNCIPE DO BRASIL*

«O mundo está inundado de papeis efémeros, porque ao mundo veio para castigo hum dilúvio de Diccionários e de Jornaes. Quatro são as épocas de maior esplendor na Literatura: a de Péricles, a de Augusto, a de Leão X e a de Luiz XIV. Em nenhuma delas houve o Dilúvio dos Diccionários e Jornaes; e parece que quanto mais desgraçado é o século, mais Jornaes o opprimem, o imundão, o abaffão, o esmagão e o martyrizam. Vós não encontrareis na lição da História hum século de mais desgraças que o presente e não apontareis outro mais transbordante de Jornaes que o actual».

In José Agostinho de MACEDO, *Carta de hum pai para seu filho, estudante na Universidade de Coimbra sobre o espírito do Investigador Portuguez em Inglaterra*, Lisboa, Impressão Régia, 1812, p. 5.

Não obstante as considerações cáusticas de José Agostinho de Macedo nesta citação, creio que é inegável que a imprensa não-oficial de inícios do século XIX – sobretudo a dos jornais e panfletos publicados por privados fora de Portugal e Brasil – se atribuía a si própria um papel social e político activo. Para além de, como qualquer periódico de qualquer época, querer veicular informação que considerava importante e útil aos seus leitores, chamava a si a missão de aconselhar os príncipes e educar os povos. O papel dos jornais enquanto dinamizadores e formadores da opinião pública na discussão política torna-se especialmente visível no contexto português desse

* Uma versão deste texto em francês foi publicada com o título «Parce qu'est arrivé au monde pour son châtiment un déluge de dictionnaires et de journaux: la presse éclairée et l'évaluation de la mission de Dom João» in *Rio de Janeiro, capitale de l'Empire Portugais (1808-1821)*, sous la direction de Jorge COUTO, Paris, Éditions Chandeigne, 2010, pp. 385-410. A versão portuguesa encontra-se em *Rio de Janeiro, capital do Império Português (1808-1821)*, direcção de Jorge Couto, Lisboa, Tribuna da História e FCG, 2010, pp. 243-260.

período, muito marcado por mudanças e reformas particularmente acutiantes, com o Reino «devastado pelos horrores da guerra» e a América a firmar-se como o epicentro de um vasto e rico Império que havia que engrandecer com o auxílio que as artes e as ciências podiam proporcionar¹.

Para o presente caso, o nosso universo de leitura é constituído por dois periódicos: *O Jornal de Coimbra* e *O Investigador Portuguez em Inglaterra*, o primeiro editado em Coimbra e impresso em Lisboa entre 1812 e 1820 e o segundo impresso em Londres entre 1811 e 1819. Se o primeiro jornal é considerado por Maria de Fátima Nunes como «um pólo aglutinador de experiências e demonstrações práticas de matérias científicas, especialmente médicas e do foro da farmacopeia», o segundo caracteriza-se fundamentalmente pela publicação de «artigos sobre assuntos de ciência e da sua utilidade para a prosperidade da nação portuguesa»². Através da sua análise, pretendemos compreender de que forma as premissas anteriormente enunciadas transparecem nestes jornais, de molde a estimar, embora parcelarmente, porque limitada, por ora, a estas fontes, o papel que a imprensa oitocentista pretendia ter como «conselheira de príncipes», «avaliadora de políticas governativas» e «formadora da opinião pública» e desempenhar um papel activo na busca do progresso, bem-comum e prosperidade dos súbditos portugueses.

Importa, em primeiro lugar, referir que os editores de ambos jornais estão afastados do centro de poder, num caso em Portugal, no outro em Inglaterra, e que conseqüentemente só têm conhecimento indirecto de muitas das notícias que divulgam, sobretudo as que se relacionam com a actuação do rei e do seu governo no Brasil. No caso de *O Investigador Portuguez em Inglaterra*, as principais fontes informativas sobre assuntos relacionados com o centro político decisório (o Rio) estão claramente identificadas como sendo a *Gazeta do Rio de Janeiro* e correspondentes brasileiros³.

Depois, há também que mencionar que sobretudo os editores deste último jornal têm uma agenda política bem definida, que transparece na escolha das notícias divulgadas, no modo como estão redigidas ou nos comentários que lhe estão apensos, bem como na enunciação do que Bernardo José de Abrantes e Castro (embaixador de Portugal em Londres), Vicente Pedro Nolasco da Cunha e Miguel Caetano de Castro pensam que devem ser as linhas prioritárias de actuação de um soberano esclarecido, com a intenção de, assim, contribuírem para mostrar ao monarca a «via das reformas». Os editores de *O Investigador Portuguez em Inglaterra* contribuí-

¹ *O Investigador Portuguez em Inglaterra ou Jornal Literário, Politico etc.*, vol. I, Londres, Bryer, 1811, p. 2.

² Maria de Fátima NUNES, *Leitura e agricultura. A imprensa periódica científica em Portugal (1772-1852)*, dissertação de doutoramento em História Cultural Moderna e Contemporânea, Évora, Universidade de Évora, 1994, pp. 169 e 201.

³ Sobre a *Gazeta do Rio de Janeiro* veja-se Maria Beatriz Nizza da SILVA, *A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822): cultura e sociedade*, Rio de Janeiro, EDUERJ, 2007.

ram, portanto, para reforçar o papel da imprensa enquanto «força política das palavras impressas».

Da leitura destes periódicos (e das notícias, medidas legislativas ou artigos de opinião que publicitavam) perpassa a concepção então vigente de monarquia paternalista, com D. João, príncipe regente ou soberano esclarecido, a ser definido como *verdadeiro pai dos seus povos* e responsável pela sua condução rumo à felicidade, civilização e bem-estar dos seus súbditos.

A governação do príncipe é apresentada como sendo justa e legítima, apenas passível de ser controlada pela lei natural, pela ética cristã, pelo direito consuetudinário. O seu poder era delegado ou confiado por Deus. Na lógica de Antigo Regime, a pessoa real representava a «unidade e a identidade» do Estado. Ora, perante uma ameaça à sua pessoa e à Casa de Bragança enquanto dinastia reinante – a entrada do exército napoleónico em território nacional punha em perigo a integridade da rainha e da família real, da dinastia bragantina, ameaçando a independência do reino –, o príncipe tinha optado por preservar-se e retirar-se para a colónia brasileira, mantendo assim a liberdade e autonomia da sua pessoa e, conseqüentemente, de Portugal reino e império⁴.

Sabe-se que na sua viagem D. João foi acompanhado pela família real e por um número indeterminado, mas considerável, de nobres e fidalgos, alguns levando consigo as mulheres, filhos e serviçais⁵. Mas também por uma multidão de gente anónima que, perante o perigo eminente que eram as Invasões Francesas, tinha optado por fugir do reino e abandonar os seus bens e património para acompanhar o monarca, revelando assim, segundo a imprensa analisada, a sua lealdade, amor e afeto a este «*Príncipe justo e virtuoso*», que tinha uma missão acrescida: velar pelo interesse dos seus súbditos, tomar «*benéficas e importantes disposições*» e «*sábias, luminosas e paternais providências*» no sentido de alcançar «*a Pública Felicidade e o Bem dos seus vassallos*». «*Porque os Príncipes não vivem só para si mas tão bem para os seus filhos e para seus vassallos que o não são menos na ordem política*», cumpria ao soberano promover a felicidade, a civilização e o conforto económico público e privado⁶.

Quanto aos súbditos, perante os «*paternais cuidados*», as «*sábias medidas*», e a «*indefectível generosidade e particulares desvelos*», eles só podiam revelar reconhecimento, obediência, lealdade para com o príncipe e «*amar a*

⁴ Esta decisão era encarada como um recurso tático e temporário e acreditava-se que tudo regressaria ao normal quando o factor causador desta decisão, a ameaça napoleónica, cessasse. Ver István JANCÓS e André Roberto de A. MACHADO, «Tempos de reforma, tempos de revolução» in *D. Leopoldina. Cartas de uma imperatriz*, São Paulo, Estação Liberdade, 2006, pp. 22 e 24; *O Investigador Português em Inglaterra*, vol. I, 1811, p. 123.

⁵ Ver Maria Beatriz Nizza da SILVA, «A corte no Brasil e a distribuição de mercês honoríficas» in *Ler História*, n.º 54, 2008, pp. 51 e ss.

⁶ *O Investigador Português em Inglaterra*, vol. VII, p. 262.

glória do soberano e o bem da nação»⁷. Ou seja, também aqui, nos periódicos oitocentistas, e não apenas nas obras dos teóricos do Estado de polícia, se confirma que «o interesse do príncipe é inseparável do do seu povo, estando necessariamente ligado ao bem-comum, entendido daqui para o futuro como o bem-estar em geral dos súbditos»⁸. Em pleno «estado de polícia», a maior riqueza do reino deixava de ser os seus recursos materiais para ser a sua população. Ora, nesse sentido, devia ser função do soberano promover o aumento demográfico e a felicidade dos súbditos, tomando medidas que lhes permitisse conservar e aumentar a vida dos seus governados, recompensar a sua lealdade e melhorar a sua saúde e bem-estar. Estes objectivos eram alcançados através de uma maior intromissão do Estado na vida pública e privada, que devia emanar um poder contínuo e discreto, mas cada vez mais regulamentador, «intromissivo» e eficaz⁹.

Na sua actividade governativa e na execução das medidas conducentes ao bem-comum, à felicidade e prosperidade dos povos, o príncipe é coadjuvado por uma elite governativa e administrativa ilustrada especificamente educada e treinada para desempenhar funções governativas e servir o Estado. Acima de todos estava o governo, seguido de perto pelos governadores e capitães-generais das várias capitánias, e depois por cadeias de poder onde se incluíam intendentess-gerais, corregedores, comissários e demais funcionários, considerados como instrumentos políticos imprescindíveis e incontornáveis no bom cumprimento das ordens reais. «Todo o país onde a Lei impera é sempre um país ditoso (...) todos os esforços do soberano e do seu governo serão baldados se os subalternos e se os povos longe de executar as suas ordens e os seus planos, só procuram meios de iludir aquelas e transformar estes»¹⁰.

Definidos como «benfeitores», «esclarecidos», «prudentes, activos e vigilantes», esta elite profissionalizada, dotada de capacidade intelectual e experiência no exercício da vida pública, devia regular a sua missão em benefício comum, colocado acima de interesses pessoais ou de grupo¹¹. Assim, a cooperação eficaz e harmoniosa entre diferentes entidades na execução de uma medida que beneficiaria o país era notada e elogiada por *O Investi-*

⁷ *O Investigador Portuguez em Inglaterra*, vol. III, p. 81.

⁸ G. ASTUTI, «O absolutismo esclarecido em Itália e o Estado de polícia» in António Manuel HESPAÑA, *Poderes e instituições na Europa de Antigo Regime. Colectânea de textos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, p. 266.

⁹ Francisco Vazquez GARCIA, « Claroscuro de la razón ilustrada » in *Ilustración y libertades. Revista de Pensamiento e História de las Ideas*, vol. 1, 2007, p. 28. O mesmo autor refere que o surgimento da noção de «cuidados de saúde pública» como uma responsabilidade do Estado tem a sua origem no «período das Luzes».

¹⁰ *O Investigador Portuguez em Inglaterra*, vol. IV, p. 115.

¹¹ Ana Rosa Clochet da SILVA, *Inventando a nação. Intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime Português (1750-1822)*, São Paulo, Editora HUCITEC, FAPESP, 2006, p. 175.

gador Portuguez em Inglaterra que, a propósito da contratação de metalúrgicos suecos, salientava como «fenómeno não muito comum em Portugal» a cooperação existente entre «o Embaixador de SAR em Inglaterra e o Enviado na Suécia que não são nem parentes, nem conhecidos hum do outro»¹². A acção conjunta desta elite devia contribuir para a preservação do Império e da monarquia portuguesa e para a regeneração de Portugal, em grande medida baseada no desenvolvimento das potencialidades do Brasil. De facto, «Os Brasis, o Brasil ou a América, seriam a contraparte mais importante de esforço concentrado envolvendo todos os súbditos do rei e que, em última instância, visava o bem-comum da nação portuguesa»¹³.

D. João e a execução da missão real: as «benéficas e importantes disposições»

Alguns teóricos do Estado de Polícia, iluministas e reformadores, definem como quatro as obrigações fundamentais do príncipe: política de segurança externa; garante da paz e estabilidade interna; incremento do bem-estar dos súbditos pelo aumento da produção de riqueza do país; e promoção da circulação de riqueza pela regulamentação do comércio com outros países¹⁴.

Nos periódicos analisados, as actividades do governo confundem-se com «As benéficas intenções de SAR para com os seus vassallos deste novo Império, para sua felicidade, aumento e esplendor manifestas nas leis e providencias tão saudáveis como liberais de que diariamente somos o objecto e testemunhas». Estas consubstanciavam-se na aplicação de «*benéficas e importantes disposições*» expressas na promulgação de avisos, decretos, alvarás e outras medidas legislativas e regulamentadoras com vista ao desenvolvimento nacional¹⁵.

Consequentemente, a pergunta que se coloca é: como é que estes jornais entendem a forma como D. João exercia as suas funções e deveres de *príncipe esclarecido* e *pai dos povos* e procedem à divulgação das medidas definidas pelo monarca? Quais são as que os editores dos jornais consideram como as mais válidas e adequadas para a condução dos povos à felicidade e bem-comum e capazes de modernizar o país?

¹² *O Investigador Portuguez em Inglaterra*, vol. I, p. 160.

¹³ João Paulo Garrido PIMENTA, «Portugueses, americanos, brasileiros: identidades políticas na crise do Antigo Regime luso-americano» in *Almanack Braziliense*, n.º 3, Maio de 2006, p. 73.

¹⁴ G. ASTUTI, «O absolutismo esclarecido em Itália e o Estado de polícia» in António Manuel HESPAÑA, *Poderes e instituições na Europa de Antigo Regime. Colectânea de textos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, pp. 266-267.

¹⁵ *O Investigador Portuguez em Inglaterra*, vol. III, p. 464.

Bernardo José de Abrantes e Castro, Vicente Pedro Nolasco da Cunha e Miguel Caetano de Castro desenvolvem logo no primeiro volume do jornal que editam umas máximas políticas destinadas a nortear a actuação de um soberano esclarecido e de ideias liberais como se pretendia que D. João fosse¹⁶. Os principais aspectos são:

- Progressiva civilização dos índios;
- Abertura de estradas
- Estabelecimento de correios
- Adequada extracção de ferro e minerais do subsolo
- Desenvolvimento do comércio
- Promessa de não estabelecer a Inquisição em solo brasileiro
- Fundação de uma tipografia na Bahia
- Exportação de géneros coloniais de todos os portos brasileiros, em especial Maranhão e Bahia
- Fundação de uma biblioteca pública na Bahia

Depois desta enunciação genérica, importa perceber quais foram as medidas que os editores entenderam dever destacar como mais representativas da missão real e do exercício concreto do poder, ou seja, as medidas tomadas pelo rei por forma a favorecer os seus vassallos e a conduzi-los à felicidade e ao bem-comum.

A convicção de que era competência do Estado encorajar e auxiliar ao desenvolvimento de todas as actividades agrícolas, industriais e comerciais e tutelar os interesses económicos públicos e privados, justifica a publicitação de várias medidas administrativas e jurídicas relacionadas com estas actividades económicas e sempre com consequências sociais, tais como:

- Revogação da carta régia que proibia a existência de fábricas e manufacturas no Brasil¹⁷;
- Criação de fábricas de pólvora e salitre no Brasil (Rio de Janeiro e Minas)¹⁸;
- Fundação do Banco do Brasil para animar o comércio e promover o interesse público¹⁹;
- Criação de Aulas de Comércio nas praças de Bahia e Pernambuco; estabelecimento de cursos de medicina e cirurgia no Rio de Janeiro; criação da Academia Militar com cursos de Matemática, Física, Química, Mineralogia, Metalurgia, História Natural e Ciências Militares²⁰;

¹⁶ *O Investigador Portuguez em Inglaterra*, vol. I, pp. 571-572.

¹⁷ *Jornal de Coimbra*, vol. XI, 1817, p. 348.

¹⁸ *Jornal de Coimbra*, vol. XI, 1817, p. 348.

¹⁹ *Jornal de Coimbra*, vol. XI, 1817, p. 348.

²⁰ *Jornal de Coimbra*, vol. XI, 1817, pp. 348-353.

- fundação de depósitos de fazendas nas cidades de Ponta Delgada (Açores) e em Goa, destinadas a regular e promover o comércio nacional nos estabelecimentos portugueses do Malabar e nos portos de Ásia, Africa, Brasil e Portugal, bem como a concessão de medidas fiscais favoráveis aos súbditos do rei (taxas aduaneiras mais baixas e medidas proteccionistas em relação a produtos portugueses)²¹;
- introdução de culturas exóticas – especiarias, cravo, noz moscada, madeiras, jalapa, árvore de pão, fruta-do-conde, carambola, groselha e barbadine - da recém-anexada Caiena²²;
- contratação de uma colónia de mineiros suecos para actuarem nas minas de ferro de São Paulo e fundação e criação da Real Fábrica de Ferro de São João de Ipanema, consideradas como uma «*judiciosa e utilíssima resolução*» tomada pelo governo de SAR e «*resolução decisiva para a monarquia portuguesa*»²³;
- contratação de alemães especialistas em mineralogia: Wilhelm-Christian Gotthelft von Feldner (1772-1822), Wilhelm-Ludwig von Eschwege (1777-1855) e Friedrich-Ludwig-Wilhelm Varnhagen (1782-1842)²⁴;
- concessão de terras, benesses financeiras e dádivas de instrumentos e produtos agrícolas a indigentes e desocupados que se tinham «transferido» para o Brasil juntamente com a corte para fugirem aos franceses²⁵;
- ocupação de vadios e malfeitores na construção de obras públicas²⁶;
- concessão de prémios e privilégios, a quem se dedicasse à criação de bichos-da-seda e até encontrasse espécies vegetais novas propícias à nutrição e criação deste espécimen²⁷; ou agraciar-se com medalhas honoríficas e isenções de recrutamento em tropas de linha ou serviço miliciano quem aclimatasse árvores de especiarias finas da Índia ou vegetais com aplicação na terapêutica, tinturaria e artes²⁸;

²¹ *O Investigador Portuguez em Inglaterra*, vol. I, p. 123.

²² *O Investigador Portuguez em Inglaterra*, vol. II, p. 54.

²³ *O Investigador Portuguez em Inglaterra*, vol. I, p. 458; idem, vol. VIII, pp. 157-158; Ângela DOMINGUES, «Dom João, príncipe esclarecido e pai dos povos, e a fundação das colónias sueca de Sorocaba e Suíça de Nova Friburgo» in *A abertura dos Portos*, organizada por Luís Valente de OLIVEIRA e Rubens RICUPERO, São Paulo, Editora Senac, 2007, pp. 122-148 (também neste volume, pp. 113-134).

²⁴ Ângela DOMINGUES, «Dom João, príncipe esclarecido e pai dos povos, e a fundação das colónias sueca de Sorocaba e Suíça de Nova Friburgo» in *A abertura dos Portos*, p. 136.

²⁵ *O Investigador Portuguez em Inglaterra*, vol. I, p. 124.

²⁶ *O Investigador Portuguez em Inglaterra*, vol. II, p. 115.

²⁷ *O Investigador Portuguez em Inglaterra*, vol. II, p. 268.

²⁸ *Jornal de Coimbra*, vol. VI, 1814, p. 199.

- Ordens para o desenvolvimento de comunicações no interior do território pela abertura de caminhos terrestres e franqueamento da navegação fluvial dos rios Madeira, Tapajós, Arinos, Tocantins, São Mateus, Belmonte, Doce, Tietê, Amazonas²⁹.

Eram medidas como estas que tomavam forma numa sucessão de alvarás e decretos emanados pelo poder central e que eram publicitadas tanto no *Jornal de Coimbra*, como em *O Investigador Portuguez em Inglaterra* que, na opinião de editores e redactores, seriam as bases das principais políticas e estratégias governativas e conduziriam os vassallos à felicidade, à riqueza e ao bem-público. E, nesse sentido, os editores dos jornais faziam acompanhar algumas destas determinações de comentários, artigos de opinião e até de documentos históricos que serviam para dar destaque especial a estas notícias.

A nível externo, o tratado de 1808, a abertura dos portos, as relações comerciais, políticas e científicas com Inglaterra e o fim da política de neutralidade até então mantida por Portugal ocupam algum destaque. O tema merece uma reflexão cuidada, sobretudo em articulação com obras recentemente editadas que podem relançar a discussão historiográfica e reequacionar novas perspectivas sobre este problema³⁰. Por isso, e quanto à forma como a imprensa analisada vê esta questão, prefiro reservá-la para outra altura.

A ocupação de Caiena teve também na imprensa analisada algum destaque, uma vez que as demarcações de limites entre territórios francês e português no Norte brasileiro era assunto de política externa que, nestes inícios de século, é estrondosamente retomada. Até porque as negociações sobre as fronteiras, ajustadas entre Luciano Bonaparte, por parte de França, e Luís Pinto de Sousa Coutinho, por parte de Portugal, irão terminar, em 1808, com a anexação de Caiena por tropas portuguesas³¹. Em *O Investigador Portuguez em Inglaterra* a capitulação desta colónia francesa, ocorrida no último trimestre de 1808, é, obviamente, encarada, antes de mais, como uma espécie de «vingança imperdível». Significava uma oportunidade única de Portugal aumentar os seus domínios ultramarinos, atingindo abertamente o Império napoleónico nas suas franjas coloniais, bem como um ensejo de

²⁹ *O Investigador Portuguez em Inglaterra*, vol. III, p. 81.

³⁰ Luís Valente de OLIVEIRA e Rubens RICUPERO (organizadores), *A abertura dos Portos*, São Paulo, Editora Senac, 2007; Jorge COUTO, FRANCISCO VIANA e Luiz Walter Coelho FILHO, *Abertura dos portos. 200 Anos*, USOPORT, 2008; José Jobson de Andrade ARRUDA, *Uma colónia entre dois impérios. A abertura dos portos brasileiros (1800-1808)*, São Paulo, EDUSC, 2008.

³¹ Ao longo dos diferentes momentos deste processo negocial, a fronteira ia avançando ou recuando, embora tomando sempre marcos físicos ou geográficos como referências: o forte de Macapá, o rio Araguari, o Cabo Norte ou o rio Carapanatuba são alguns. Jorge COUTO, «A delimitação das fronteiras do Brasil: de D. Manuel I a D. João VI» in *A abertura dos Portos*, p. 319.

estabilizar a fronteira norte, defendendo o monopólio de navegação no rio Amazonas³². Mas a ocupação de Caiena trazia ainda, na perspectiva privilegiada por este jornal e pelo *Jornal de Coimbra*, outras contrapartidas nada desprezíveis: era uma ocasião inexcusável para Portugal beneficiar economicamente ao encarar como «despojo de guerra» os «conhecimentos científicos com contrapartidas económicas» obtidos pelos franceses nos seus domínios ultramarinos. Assim, o intendente-geral de Caiena, desembargador João Severiano Maciel da Costa, procedeu, em 1810, à transplantação e envio de 82 espécies vegetais do Jardim de Caiena – um posto-avançado da política agrícola francesa nos trópicos e local de introdução e adaptação de espécimes vegetais frágeis e preciosos oriundos de todo o Império Francês – para os jardins botânicos brasileiros, Belém, Baía e Rio de Janeiro incluídos³³. Saliente-se ainda que uma outra medida paralela consistiu na contratação de jardineiros hábeis e botânicos talentosos que até então se encontravam ao serviço do governo francês, a troco de contrapartidas razoáveis e do abandono dos princípios revolucionários³⁴. Foi o caso de Étienne-Paul Germain a quem se confiou a direcção do horto de Olinda.

Na convicção de que cumpria ao Estado iluminista assegurar a segurança e a ordem dos seus domínios ao nível interno, nomeadamente pelo controle geográfico e pela ocupação física de regiões inóspitas do território, a questão do rio Doce surge nestes periódicos como um aspecto crucial da política joanina.

Ora estes periódicos não divulgam notícias relacionadas com a construção ou consolidação de edifícios de arquitectura militar, nem tão-pouco com a organização dos corpos armados. Mas, por outro lado, noticiam a construção duma grande fábrica de pólvora na Lagoa Rodrigo de Freitas destinada a abastecer as capitâncias de Pernambuco, Baía, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e os portos de África deste produto importante nas «artes da guerra». A importância que lhe era concedida estava patente na carta régia que definia claramente o monopólio geográfico de venda do produto e sujeitava os infractores e adulteradores a medidas punitivas³⁵.

³² A força de ataque foi organizada pelo tenente-coronel José Narciso de Magalhães de Meneses, governador e capitão-general do Estado de Grão Pará e comandada pelo tenente-coronel Manuel Marques. Caiena capitulou a 12 de Janeiro de 1808 (v. Jorge COUTO, «A delimitação das fronteiras do Brasil: de D. Manuel I a D. João VI», p. 323).

³³ *O Investigador Portuguez em Inglaterra*, vol. II, pp. 54-55; *Jornal de Coimbra*, vol. I, 1812, p. 10. Sobre o jardim do Rio e a circulação de plantas ocorridas na época, ver Rosa NEPOMUCENO, *O Jardim de D. João. A aventura da aclimação das plantas asiáticas à beira da Lagoa e o desenvolvimento do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, que vence dois séculos de humidade, enchentes, transformações da cidade, novos padrões científicos e mantém-se exuberante, com seus cientistas e suas árvores*, Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2007.

³⁴ *Jornal de Coimbra*, vol. I, 1812, p. 10; Ângela DOMINGUES, «Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português de finais de setecentos» in *História, ciência, saúde – Manguinhos*, vol. VIII, 2001, p. 831.

³⁵ Quanto à fábrica da Pólvora de Lisboa, ficava confinada ao abastecimento do Pará e Maranhão, Ceará, Açores, Madeira, Porto Santo, Cabo Verde. A venda deste produto em outros

A questão da estabilidade interna nos domínios brasileiros e da segurança dos súbditos estava também presente nas notícias que referem, embora indirectamente, a presença de corpos militares: de um batalhão de infantaria, outro de artilharia e um esquadrão de dragões para defender a segurança da colónia de mineiros suecos instalados em Sorocaba³⁶; e a pacificação e controle do vale do rio Doce por tropas de milícias, rapidamente transformadas em grupos de colonos ocupados na lavoura de terras férteis³⁷.

Igualmente presente nestes periódicos encontra-se a ideia de que o Estado devia promover e controlar a formação dos costumes públicos e privados³⁸. Se os teóricos de direito político da época defendiam que os meios eram três – a religião, a instrução escolar e a cultura científica –, deve-se afirmar que estes periódicos dão particular relevância à instrução pública e à cultura científica³⁹.

«É por meio das luzes e da verdade que a virtude se firma, e que os direitos dos príncipes adquirem por bases a bênção do céu, o nome dos povos, e o respeito da posteridade»⁴⁰. Ora nada melhor do que a introdução da imprensa (autorizada por carta régia de 5 de Fevereiro), a importação de livros, revistas e cartografia da Europa ilustrada e a abertura de uma biblioteca pública para dar consistência ao princípio atrás enunciado e ilustrar a política cultural implantada por esse «*benfeitor do publico, amigo da pátria e zeloso dos verdadeiros interesses do seu soberano*» que era o conde dos Arcos⁴¹. Os primeiros resultados dessa imprensa, fundada pelo negociante Manuel António da Silva Serpa, consubstanciaram-se na publicação da primeira gazeta baiana, a *Idade d'Ouro do Brazil*, que iniciou a sua circulação a 14 de Maio de 1811⁴².

locais que não os autorizados implicava a sua apreensão (in *O Investigador Portuguez em Inglaterra*, vol. II, p. 296). A importância do salitre para o fabrico da pólvora e o reconhecimento de um estado de guerra permanente estão claros em decreto proibindo a exportação de salitre para fora dos Estados do Brasil, em navios nacionais ou estrangeiros, podendo só exportar-se para Portugal depois de obtida licença (v. decreto de 23 de Novembro de 1810 in http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_61/Lei_historica.htm)

³⁶ *O Investigador Portuguez em Inglaterra*, vol. I, p. 458.

³⁷ *O Investigador Portuguez em Inglaterra*, vol. I, p. 131.

³⁸ «he da publica e liberal instrução que depende não só a civilização e prosperidade nacional, mas o fundamento da moral e dos costumes» in *O Investigador Portuguez em Inglaterra*, vol. I, p. 468.

³⁹ G. ASTUTI, «O absolutismo esclarecido em Itália e o Estado de polícia», p. 275.

⁴⁰ *O Investigador Portuguez em Inglaterra*, vol. I, p. 464.

⁴¹ *O Investigador Portuguez em Inglaterra*, vol. I, p. 462. À Biblioteca Pública da Baía chegavam, com a regularidade que a guerra permitia, o *Courrier*, *Morning Chronicle*, *The Times*, *The Weekly Messenger*, *Repertory of Arts and Manufactures*, *The New Annual Register*, o *Ambigu*, o *Correio Braziliense*, *O Investigador Portuguez em Inglaterra*, Maria Beatriz Nizza da SILVA, *A primeira gazeta da Bahia. Idade d'Ouro do Brazil*, Salvador, EDUFBA, 2.^a edição, 2005, p. 40.

⁴² Maria Beatriz Nizza da SILVA, *A primeira gazeta da Bahia. Idade d'Ouro do Brazil*, p. 23.

Por todo o Império, e não apenas no Brasil, se queria instituir uma melhoria das condições de vida das populações e conduzir os vassallos do rei, «pai e restaurador dos povos de todos os seus Estados», rumo à felicidade e ao bem-comum. Na prossecução destes objectivos, ciência, saúde pública, bem-estar e conforto económico e social eram noções indissociáveis e aplicáveis a todos. Por isso se procurava erradicar a varíola e se organizavam campanhas públicas de vacinação em todo o Império, financiadas pela Fazenda Real e coordenadas pelo cirurgião da câmara real, Theodoro Ferreira de Aguiar⁴³; publicavam-se os livros mais avançados sobre o assunto (como uma obra de Edward Jenner); davam-se instruções e tomavam-se providências sobre as formas de vacinar; ou mandava-se que escravos da Baía fossem buscar os princípios activos do vírus a Lisboa, transportando-os de volta nos seus corpos⁴⁴.

Tentava-se avaliar as potencialidades terapêuticas das plantas sul-americanas, como o chinchonino, várias espécies de quina (febrifugo), ipecacuanha (emético e antifebril), planta de mil homens (*aristolochia grandiflora*) divulgando-se memórias e experiências; noticiava-se a efectuação de observações botânicas e médicas e a realização de experiências nos Hospitais Naval e Militar, na Instituição Vacínica da Academia de Ciências de Lisboa, no Hospital da Misericórdia do Rio de Janeiro, ou no hospital de São Bento de Coimbra⁴⁵. Os resultados eram publicados na Real Academia de Ciências, na Tipografia do Arco do Cego e no *Jornal de Coimbra*⁴⁶.

De igual modo, ordenava-se que, de todas as colónias do Império, viessem dois moços hábeis para aprenderem o curso completo de medicina prática e cirurgia na Junta de Direcção Médica, Cirúrgica e Administrativa do Hospital Real da cidade e corte do Rio de Janeiro. Regressados às suas terras, deviam estar em condições de exercer a sua arte sem serem afectados pelo clima que debilitava médicos e cirurgiões reinóis e transmitir a outros os conhecimentos aprendidos⁴⁷.

⁴³ Nasceu em 1769 no Rio de Janeiro e morreu em 1827 em Portugal por suicídio. Foi o responsável pela implantação do ensino cirúrgico no Brasil em 2 de Abril de 1808 no Hospital Militar do Rio de Janeiro; inspector do Serviço de Vacina no Rio de Janeiro e Santos; a 15 de Setembro 1805 é nomeado Cirurgião Honorário da Real Câmara (<http://www.vidaslusofonas.pt/teodoro1.htm>)

⁴⁴ *O Investigador Portuguez em Inglaterra*, vol. VII, p. 492; *idem*, vol. III, 1812, p. 39; Edward Jenner (17 de Maio de 1749-26 de Janeiro de 1823) naturalista e médico britânico conhecido pela invenção da vacina da varíola – a primeira imunização deste tipo na História. Foi autor de várias obras sobre varíola e vacinação (Hermann G. SCHATZMAYR, «A varíola, uma antiga inimiga», *Cadernos de Saúde Pública*, vol. 17, n.º 6, Rio de Janeiro, Nov./Dez. 2001 http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2001000600037).

⁴⁵ *Jornal de Coimbra*, vol. II, 1812, pp. 90 e ss; *Jornal de Coimbra*, vol. VI, 1814, p. 143.

⁴⁶ *O Investigador Portuguez em Inglaterra*, vol. II, p. 40.

⁴⁷ *O Investigador Portuguez em Inglaterra*, vol. IV, p. 112; *Jornal de Coimbra*, vol. V, 1812, p. 312.

Ciência e economia andavam de par com a criação de um laboratório de Química onde se testavam diferentes produtos oriundos do Império com o objetivo de se averiguarem as suas características, utilidade e aplicação⁴⁸. Num clima de paz e estabilidade, considerava-se que a preciosa protecção prestada pelo governo às ciências «as fará prontamente florescer nessa bela e fêlix parte da terra e a tornará bem depressa a este respeito a vantajosa rival da desgraçada Europa»⁴⁹.

O período subsequente a 1808 foi, então, de profundas transformações e não apenas para a América Portuguesa, de que uma das mais simbólicas foi a transferência da sede da corte e a transplantação de instituições que faziam parte do modo de vida europeia para governar a cidade, a colónia, o império para o Rio de Janeiro, agora transformada na capital do Império⁵⁰.

Estas transformações eram anunciadas na imprensa. Foram importantes e tiveram consequências que se percutiram para além da corte e do centro de poder, para além das circunstâncias específicas em relação às quais incidiam, e dos limites espaciais e cronológicos subjacentes a cada ordem, alvará, decreto ou determinação régia. Em muitos locais do Brasil passava-se de uma situação política e administrativa de relativa autonomia local que, por vezes, raiava o incumprimento impune de ordens metropolitanas e onde o rei, embora reconhecido e respeitado, exercia o poder de forma «doce», ténue e quase puramente simbólica, para uma outra situação, considerada por alguns (por exemplo, os revoltosos pernambucanos de 1817 ou os deputados baianos nas cortes de 1821) como de excessiva intromissão do Rio de Janeiro nos assuntos locais e de necessidade de conquistar uma maior autonomia⁵¹.

Este assunto relaciona-se com o trabalho apresentado por Arno e Maria José Wehling, intitulado «Themis na monarquia tropical. A organização da justiça no período joanino», com aquilo que estes autores definiram como uma preocupação da cúpula política e administrativa em fortalecer ou corrigir a rarefacção do poder político, por exemplo, através de medidas que eram encaradas como uma forma de levar os povos à felicidade e ao bem-comum e que justificariam uma maior intromissão de D. João, *pai dos seus povos e príncipe esclarecido*⁵².

⁴⁸ *O Investigador Portuguez em Inglaterra*, vol. IV, p. 112.

⁴⁹ *O Investigador Portuguez em Inglaterra*, vol. I, p. 656.

⁵⁰ István JANCÓS e André Roberto de A. Machado, «Tempos de reforma, tempos de revolução» in *D. Leopoldina. Cartas de uma imperatriz*, São Paulo, Estação Liberdade, 2006, p. 26.

⁵¹ Sobre esta questão ver a discussão gerada em torno do «sistema político corporativo» e dos poderes do Estado colonial e poderes locais no artigo de António M. HESPANHA, «Depois do Leviathan» in *Almanack Braziliense*, n.º 35, Maio 2007, sobretudo pp. 62 e ss.; sobre a «excessiva» intromissão do Rio depois de 1808 e do mal-estar económico e social gerado entre interesses locais e interesses reinóis ver István JANCÓS e André Roberto de A. MACHADO, «Tempos de reforma, tempos de revolução» in *D. Leopoldina. Cartas de uma imperatriz*, p. 32.

⁵² Ver *Rio de Janeiro. Capital do Império Português (1808-1821)*, pp. 153-168.

Avaliar, de forma eficaz e credível, a aplicação, execução, repercussão e êxito destas medidas, especialmente as projectadas pela imprensa periódica após 1808, pressupõe que se realizem trabalhos pontuais sobre temas específicos. Para o momento presente, e atendendo à atenção que a imprensa analisada deu ao assunto, limitarei a minha análise ao caso do rio Doce e do programa civilizador que se tentou implantar nessa região.

Uma missão específica: a Junta de Navegação e conquista dos índios e navegação do rio Doce e a incorporação de franjas territoriais nos limites do Império

Como atrás se mencionou, uma das atribuições consagradas de um *príncipe esclarecido* e *pai dos povos* consistia em assegurar que os princípios da ordem e segurança pública fossem confirmados como um direito dos súbditos. Contudo, reconhecia-se igualmente que em território brasileiro a paz e a ordem eram perturbadas pelos ataques que grupos de «bárbaros antropófagos», como os Botocudo, levavam a cabo.

A questão levantava problemas de natureza vária: em primeiro lugar, em relação ao rei e à sua autoridade soberana, uma vez que estes povos, ao não reconhecerem as leis natural e divina, protagonizavam um elemento de insubordinação e de enfraquecimento do poder do monarca; em segundo lugar, em relação aos vassalos, uma vez que estes índios eram uma ameaça à segurança da população e um obstáculo ao desenvolvimento económico; em terceiro, em relação à Igreja, uma vez que tinham recusado a conversão e insistiam na prática mais reprovada e abominada de todas: a antropofagia.

Em 1808, este problema pôs-se com particular acuidade em relação à região do rio Doce e aos Botocudo, que deviam despoletar alguma perplexidade e algumas dificuldades junto de teóricos e políticos da época, na medida em que sendo povos que habitavam os domínios soberanos do rei, se recusavam a reconhecer a autoridade real, a submeter às leis reais e divinas e a comportarem-se como vassalos. Terão esta perplexidade e esta dificuldade, juntamente com a vontade de eliminar tudo o que se opusesse ao bem-estar dos súbditos, estado na origem da Carta régia de 13 de Maio de 1808⁵³?

As primeiras tentativas de controle e exploração do rio Doce ocorreram, embora sem sucesso, na década de 1730, por ordem do governador André de Melo e Castro (1734), e continuaram ao longo do século XVIII, com a reali-

⁵³ Carta régia de 13 de Maio de 1808 pela qual se manda fazer guerra aos Botocudos in http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_18/CartaRegia_1305.htm. Esta carta foi abolida por outra datada de 1831; sobre a vontade do Estado destruir o que se opõe ao bem-estar dos súbditos ver Pierangelo SCHIERA, «A política como síntese de ordem e de bem-estar no moderno Estado centralizado» in António Manuel HESPANHA (organizador), *Poder e instituições na Europa de Antigo regime*, p. 310.

zação de expedições autorizadas pelos governadores Gomes Freire de Andrade, D. Rodrigo José de Meneses (1782), D. António de Noronha (c. 1779) e Luís Cunha de Meneses⁵⁴. Contudo, até aos inícios do século XIX, a presença portuguesa centrou-se unicamente em presídios e quartéis sem significado expressivo, uma vez que se considerava de pouca utilidade a ocupação efectiva de uma região pobre em riquezas mineralógicas. Para além de tudo, a não-ocupação de uma região de «mata fechada» reforçava a sua característica de «obstáculo natural» ao contrabando do ouro das Minas, acrescido pela presença do que o poder colonial designava como índios «bestas e selvagens»⁵⁵.

Nos inícios do século XIX esta política de abandono de regiões periféricas alterou-se completamente. Contudo, a ocupação, pacificação e colonização do rio Doce – e consequentemente de uma vasta área geográfica que abrangia o leste mineiro e as regiões confinantes das capitanias do Rio de Janeiro e Espírito Santo – não deve ser encarada como um evento singular, mas contextualizada juntamente com outras tentativas de incorporação de áreas marginais, inexploradas e incontroladas nos territórios do reino, como, por exemplo, os «Campos de Guarapuava». É interessante salientar a semelhança entre estes dois projectos. Tanto num caso, como no outro são criadas Juntas (*Junta de Civilização e Conquista dos Índios e Navegação do rio Doce* (1808) e a *Junta da Real Expedição e Conquista de Guarapuava* (1809) e enviadas tropas de milicianos para dominar e obrigar a retirar para sertões distantes os índios Botocudo e os índios Kaingangues⁵⁶.

Os moradores que tencionavam estabelecer-se no vale do rio Doce queixavam-se da «carnagem brava e insaciável com que tem sido atacados, mortos e devorados pelo Bárbaro Antropófago Gentio Botocudo, sendo obrigados a abandonar fazendas de cultura e mineração», tendo sido os seus lamentos ouvidos pelo governador e pelo rei. A carta régia de 13 de Maio de 1808 reconhecia como inúteis os esforços até então feitos para conduzir este grupo à «civilização», à sedentarização e aos «bens permanentes de uma sociedade pacífica e doce debaixo das justas e humanas Leis que regem os

⁵⁴ Tarcísio Glauco da SILVA, «Junta de Civilização e conquista dos índios e navegação do rio Doce: fronteiras, conflitos e apropriação de espaços (1808-1822)», p. 2, in <http://www.ifch.unicamp.br/ihb/Textos/TGSilva.pdf>.

⁵⁵ Maria Leônia Chaves de RESENDE, *Gentios brasílicos: índios coloniais em Minas Gerais setecentista*, Campinas, Tese de doutoramento apresentada à Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2003, p. 76.

⁵⁶ No caso dos Campos de Guarapuava, a expedição colonizadora foi comandada por Diogo Pinto de Azevedo Portugal, de 1810. Recomendava-se que o processo decorresse com o mínimo de gastos possíveis para a Fazenda Real, o que provavelmente demonstraria a importância secundária da região (ver Zeloí Martins dos SANTOS, «Os “Campos de Guarapuava” na política indígena do estado provincial do Paraná – 1854/1889» in *Anacleto*, vol. 2, n.º 1, Janeiro-Junho 2001, p. 105, in <http://www.unicentro.br/editora/revistas/anacleto/v2n1/artigo%209%20os%20campos%20de%20guarapuava.pdf>).

meus Povos»⁵⁷. E, conseqüentemente, declarava uma guerra ofensiva que só terminaria quando a soberania real se estendesse, de forma incontestada, pelos territórios até então ocupados pelos Botocudo e quando estes, movidos pelo terror causado pelas armas do príncipe, se convertessem em vassallos úteis⁵⁸.

Para tal, fundava a *Junta de Civilização e Conquista dos Índios e Navegação do rio Doce*, presidida pelo governador da capitania de Minas Gerais e composta por um Conselho de seis deputados com função de fiscalizar os comandantes das divisões militares⁵⁹. O plano de ataque estabelecido pela Junta dividia a bacia hidrográfica do rio em seis vastas áreas geográficas, confiadas à guarda de outras tantas divisões militares. O objectivo último era proceder à incorporação das «*áreas proibidas*» do rio, habitadas por esses bárbaros e antropófagos «*fazedores de guerras contra os brancos*» que eram os índios Botocudo, e transformar estas zonas em novos espaços agrícolas e novas explorações mineralógicas⁶⁰.

A actuação das divisões militares – composta por 6 sargentos, 6 alferes, 525 praças e 6 ajudantes de cirurgia⁶¹ –, beneficiou de um preexistente reconhecimento geográfico e registo cartográfico realizado por António Pires da Silva Pontes, matemático-astrónomo nomeado para as demarcações de limites decorrentes do Tratado Preliminar de Santo Ildefonso (1777) e governador da capitania do Espírito Santo entre 1800 e 1804; tal como usufruiu da colaboração de «*valerosos, activos e intrépidos officiaes*», como o alferes António Rodrigues Pereira Taborda, e ainda da de «*práticos daquele sertão, inteligentes e muito activos*», como era o caso de Januário Vieira Braga, que

⁵⁷ Carta régia de 13 de Maio de 1808 pela qual se manda fazer guerra aos Botocudos in http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_18/CartaRegia_1305.htm. Esta carta foi abolida por outra datada de 1831.

⁵⁸ *Ibidem*.

⁵⁹ Pedro Maria Xavier de Ataíde e Mello, primeiro visconde de Condeixa, foi governador e capitão-general da capitania de Minas Gerais entre 1803 e 1810. D. Francisco de Assis Mascarenhas, conde de Palma, sucedeu-lhe no cargo entre 1810 e 1814. Os governadores eram responsáveis pela actuação da Junta, actividades militares e prestação de contas. Tarcísio Glauco da SILVA e Vânia Maria Losada MOREIRA, «Junta de Civilização e Conquista dos Índios e Navegação do rio Doce», in http://www.ufes.br/ppghis/agora/Documentos/Revista_4_PDFs/Tarc%EDsio%20Glauco%20-%20%20C1gora_4.pdf.

⁶⁰ Ou seja, «as intensas e dilatadas brenhas que servirão ategora de covil às feras e aos Botocudos, ainda mais temíveis que as mesmas feras, transformar-se-hão em povoações deliciosas, prosperando a agricultura em terrenos novos, por isso mesmo fertilíssimos, animando-se a mineração... e criando-se um commercio activo» in *O Investigador Portuguez em Inglaterra*, vol. I, p. 133; sobre os índios Botocudo ver Izabel Missagia de MATTOS, *Civilização e revolta: os Botocudos e a catequese na província de Minas*, Bauru, São Paulo, EDUSC, 2004. Tarcísio Glauco da SILVA, «De área proibida à fronteira em expansão: apropriação de espaços nas regiões leste e mata mineira no século XVIII», in <http://www.cchn.ufes.br/anpuhes/anais5/Documentos/Mesas%20Redondas/PDF/Tarc%EDsio%20Glauco%20da%20Silv.pdf>.

⁶¹ Tarcísio Glauco da SILVA e Vânia Maria Losada MOREIRA, «Junta de Civilização e Conquista dos Índios e Navegação do rio Doce», p. 9, in http://www.ufes.br/ppghis/agora/Documentos/Revista_4_PDFs/Tarc%EDsio%20Glauco%20-%20%20C1gora_4.pdf.

tinha passado parte da sua vida naqueles sertões inexplorados, ou ainda do índio capitão-mor dos Tocaios.

Erigiam-se quartéis e destacamentos militares e formavam-se aldeamentos indígenas compulsórios em seu redor⁶². Grande número de colonos (cerca de 3000) teria ocorrido sobretudo às áreas sob vigilância militar das 1.^a e 5.^a divisões, localizadas na margem esquerda do rio Doce e em terrenos pertencentes à comarca de Sabará e Serro Frio. O estabelecimento de núcleos de colonização permanentes era incentivado pela distribuição de terras agrícolas, por isenções fiscais sobre a produção da terra (dizimo) e actividades comerciais por um período de dez anos e pela concessão de moratórias por seis anos em relação a dívidas contraídas junto da Fazenda Real⁶³. Para além disso, os colonos contavam com o trabalho escravo dos índios Botocudo, capturados na «guerra justa» legitimada pela carta régia de 13 de Maio de 1808. E nesse sentido, alguns historiadores defendem que a questão agrária, a par da aguardente, do choque microbiano, do cativo e do extermínio brutal, teve a sua importância na eliminação dos povos do leste mineiro e particularmente dos Botocudo⁶⁴.

Pretendia-se que a incorporação deste território no Império significasse uma melhoria de condições de vida para os colonos e um aumento do fluxo de rendas da coroa, tanto mais quanto as terras, para além de serem apropriadas ao cultivo do algodão, baunilha e cochoilha e adequadas à criação de gado vacum e cavalariço, pareciam ser ricas em ouro.

De igual modo e no sentido de contribuir para o desenvolvimento da região, procurava-se melhorar as comunicações entre capitánias e, desta forma, abrir caminhos de ligação com a Baía e com o Espírito Santo, este último confiado ao alferes-comandante João do Monte da Fonseca. Contudo, e apesar da concessão de sesmarias e de incentivos fiscais anunciados, a ocupação do rio Doce não teve os resultados pretendidos pelos poderes governativos, ficando a presença luso-brasileira restringida, com raras excepções, aos postos das divisões militares⁶⁵.

⁶² Ricardo Batista de OLIVEIRA, «Os antigos habitantes do Leste mineiro» in http://www.ichs.ufop.br/memorial/trab/h7_5.doc.

⁶³ Carta régia de 13 de Maio de 1808 pela qual se manda fazer guerra aos Botocudos.

⁶⁴ Ricardo Batista de Oliveira, «Os antigos habitantes do Leste mineiro» in http://www.ichs.ufop.br/memorial/trab/h7_5.doc, p. 8. Durante o período de actuação das divisões militares, até 1839, todos os grupos da margem meridional do rio Doce e quase todos os da parte setentrional foram atraídos, com excepção dos Jiporok e Gutkrak. Haruf Espindola afirma que neste processo de aproximação entre tropas e índios houve dois elementos que foram fundamentais: a introdução de ferramentas e de novos hábitos dietéticos, ligados à ingestão indiscriminada de álcool (Haruf Salmen ESPINDOLA, «Territorialidade em Minas Gerais Durante a Crise do Sistema Colonial», III Encontro da ANPPAS, 23 a 26 de Maio de 2006, Brasília, pp. 10-12, in http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro3/arquivos/TA590-11042006-221652.DOC.)

⁶⁵ Haruf Salmen ESPINDOLA, «Territorialidade em Minas Gerais Durante a Crise do Sistema Colonial», III Encontro da ANPPAS, 23 a 26 de Maio de 2006, Brasília, pp. 10-12, in http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro3/arquivos/TA590-11042006-221652.DOC.

Os resultados deste esforço militar e exploratório foram noticiados em *O Investigador Portuguez em Inglaterra*, com a publicação de relatórios dos comandantes das divisões militares tenente-coronel Maximiano de Oliveira Leite e alferes Julião Fernandes Leão. Descreviam-se a actuação das tropas, os percursos e rumos seguidos, as comunicações com outras regiões, os ameríndios encontrados, seus hábitos, formas de organização, meios usados na aproximação e captação de confiança.

Nestes relatórios, salientavam-se como positivos alguns resultados já obtidos: muitos moradores tinham regressado às suas casas em segurança; não eram mais alvo das práticas antropofágicas de Botocudos; levantavam-se novos núcleos populacionais e abriam-se novas vias de comunicação; iniciavam-se contactos com etnias como os Xamixunas; encetavam-se contactos pacíficos com grupos de Botocudos que se procuravam cativar através da dádiva de ferramentas, quinquilharia, missangas, farinhas, doces e aguardente, recebendo dos índios cocos de sapucaia, andaiá, palmitos e tacuarás⁶⁶.

Na medida em que estes relatórios da actuação das divisões no rio Doce eram disseminados através da imprensa da época, acabavam por ter funções que ultrapassavam a de meros instrumentos militares: serviam também os interesses de políticos, administradores, geógrafos, cartógrafos, naturalistas e informavam o público. Eram – e a dois níveis – instrumentos fortes de propaganda: num primeiro plano, serviam o discurso colonizador, na medida em que incentivavam a ocupação demográfica e o desenvolvimento económico do rio Doce, acentuando o clima de segurança, fertilidade e riqueza da terra; depois, num segundo plano, serviam um discurso político imperial construído com base no *poder do conhecimento*, encarado como mecanismo fundamental de subjugação de outras sociedades e contributor para o exercício incontestado do poder real⁶⁷.

A conquista geográfica e a hegemonia são consideradas por Edward Said simplesmente como uma metáfora para a conquista e o domínio culturais, sendo que a conquista militar, conquista geográfica e conquista cultural são funcionalmente equivalentes⁶⁸. Ora a forma como os relatórios estão construídos e o modo como foram divulgados permitem-nos afirmar que, sendo resultado de uma acção efectiva e física sobre um espaço, contribuíram igualmente no esforço intelectual de apropriação e «controle» de um espaço geográfico e humano até então ingovernado.

A questão do rio Doce e a da mudança da percepção da coroa em relação a este espaço geográfico e à presença ameríndia nessa região têm

⁶⁶ *O Investigador Portuguez em Inglaterra*, vol. III, pp. 465-471.

⁶⁷ Sobre a importância da informação nas sociedades europeias de setecentos e oitocentos veja-se Daniel R. HEADRICK, *When information came of age. Technologies of knowledge in the Age of Reason and Revolution, 1700-1850*, Oxford, Oxford University Press, 2000, p. 127.

⁶⁸ Matthew H. EDNEY, *Mapping an Empire. The geographical construction of British India*, Chicago e Londres, The Chicago University Press, 2.^a edição, 1997, p. 24.

sido temas amplamente tratados pela historiografia e pela antropologia brasileiras contemporâneas. Nestas abordagens, historiadores e antropólogos oscilam entre duas perspectivas preponderantes, a saber: o problema econômico e agrário e o problema da guerra de extermínio dos índios Botocudo. Reconhecendo a importância e a pertinência destas perspectivas, quero, contudo, chamar a atenção para uma questão que pode abrir novas perspectivas e que está relacionada com a mentalidade da época e com as mudanças políticas acabadas de ocorrer.

Este problema está relacionado, em primeiro lugar, com as reflexões de doutrina política ou de «ciência política» com que iniciei este estudo: qual é o entendimento que o rei e a época fazem do que é a «missão real». Vimos já no decorrer deste mesmo trabalho, que, de acordo com as doutrinas políticas de setecentos, era legítimo que o Estado e o rei destruíssem tudo o que se pudesse opor ao bem-estar dos súbditos⁶⁹. E em inícios do século XIX os motores de instabilidade e desordem eram os Botocudos e outros índios igualmente conotados como ameaça.

A lei de 13 de Maio de 1808, na qual se declara «guerra justa» aos índios Botocudo é, aparentemente, um paradoxo. Surge depois de um largo período, *grosso modo* coincidente com os reinados de D. José I e D. Maria I, durante o qual – pelo menos no discurso político colonial –, se censurava o modo bárbaro e desumano como os índios eram tratados. Este discurso visava fomentar a igualdade entre vassallos, fossem eles brancos ou índios. A extinção do *Directório*, por exemplo, foi um passo nesse sentido. De igual forma, ao longo da segunda metade do século XVIII e sobretudo durante o reinado mariano, as emanações legislativas do poder central visavam que as relações de poder entre os povos que habitavam o Império se desenvolvessem no sentido da compreensão, da tolerância e da harmonia entre súbditos. Mesmo que estas se fizessem à custa da reeducação da sociedade colonial e ainda que estes índios fossem tão bárbaros e tivessem causado tanto «flagelo» à colonização como as etnias do rio Branco nos anos oitenta ou os índios Mura e Mundurukú na segunda metade do século XVIII⁷⁰.

Contudo, entre finais do século XVIII e inícios do século XIX há algo que muda e esta mudança é drástica: D. João fez da colónia o seu local de residência, sede da corte e centro de mando; o Brasil tornou-se no centro macrocéfalo do Império; e, poucos anos mais tarde, a antiga colónia transformar-se-á em reino. Tal como afirma Ana Rosa Clochet da Silva, o reino deixava de ser o «ponto de reunião das partes» e o assento da monarquia, o

⁶⁹ Sobre a vontade do Estado destruir o que se opõe ao bem-estar dos súbditos, ver Pierangelo SCHIERA, «A política como síntese de ordem e de bem-estar no moderno Estado centralizado» in António Manuel HESPAÑA (organizador), *Poder e instituições na Europa de Antigo regime*, p. 310.

⁷⁰ Ângela DOMINGUES, *Quando os índios eram vassallos. Colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000, pp. 300 e ss.

que implicou alterações profundas nas rotas/vias de comunicação e mando que ligavam o Império, bem como no próprio esvaziamento do conceito reino e reinol. Tratava-se, segundo esta historiadora, de pensar as bases da união imperial, e particularmente o problema da afirmação da autoridade régia, os efeitos da presença inglesa no mundo luso-brasileiro, a escassez de recursos para a defesa do reino⁷¹.

De igual modo, estes acontecimentos tiveram possivelmente consequências na forma como D. João repensou a «missão real» e a sua relação com o Brasil, com o Império e com os súbditos. E, já agora, com os não-súbditos também, sobretudo quando estes eram motor de instabilidade e sedição no local onde o rei residia, no centro do seu Império, num território que acima de tudo se queria controlado, passificado e onde não houvesse contestação ao exercício do poder soberano. Este era o caso dos índios Botocudo e do rio Doce em Maio de 1808.

⁷¹ Ana Rosa Clolet da SILVA, *Inventando a nação...*, p. 235.

D. JOÃO,
PRÍNCIPE ESCLARECIDO E PAI DOS POVOS,
E A FUNDAÇÃO DAS COLÓNIAS
SUECA DE SOROCABA
E SUÍÇA DE NOVA FRIBURGO

As migrações de origem portuguesa são assunto que considero lacunar no âmbito da historiografia do Brasil colonial. Os trabalhos que em Portugal se têm realizado sobre este tema privilegiam o estudo da emigração do Norte do reino e dos arquipélagos adjacentes para a colónia sul-americana e, tanto quanto é do meu conhecimento, no meio académico brasileiro apenas questões pontuais relacionadas com a imigração de ilhéus direccionada para áreas específicas do Sul do Brasil têm sido abordadas¹. As migrações

¹ Veja-se, por exemplo, Virgínia RAU *et al.*, «Dados para a emigração madeirense para o Brasil no século XV» in *Actas do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, vol. I, Coimbra, 1963; Avelino de Freitas de MENESES, «O giro das gentes: migrações açorianas nos espaços insular e metropolitano em meados do século XVIII» in *Ler História*, (31), 1996; idem, *Gentes dos Açores. O número e a mobilidade em meados do século XVIII*, provas de agregação apresentadas à Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1997; idem, «Entre os Açores e o Brasil, em meados do século XVIII: as condições de transporte de casais açorianos para a ilha de Santa Catarina» in Maria Beatriz Nizza da SILVA (coord.), *Sexualidade, família e religião na colonização do Brasil*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001; Maria Norberta AMORIM, «Família e emigração. Um estudo de caso – São João do Pico (Açores) nas duas primeiras décadas do século XIX» in Maria Beatriz Nizza da SILVA (coord.), *Sexualidade, família e religião*, cit.; Maria Licínia Fernandes dos SANTOS, «O contributo dos madeirenses no povoamento e colonização do Nordeste brasileiro» in *As ilhas e o Brasil*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico & Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 2000; Nereu do Vale PEREIRA, «Notas sobre a participação de madeirenses na colonização da ilha de Santa Catarina» in *As ilhas e o Brasil*, cit.; Artur Boavida MADEIRA, «Açorianos nas fronteiras do Brasil na segunda metade do século XV» in *As ilhas e o Brasil*, cit.; José Manuel de Azevedo e SILVA, «Açorianos e madeirenses no povoamento e colonização da Amazônia, no tempo do marquês de Pombal» in *As ilhas e o Brasil*, cit.; Mário FERREIRA, «Os casais das ilhas e a política de *uti possidetis* no Brasil» in *Imigração e emigração nas ilhas*, Funchal, CEHA/SRTC, 2001; José Manuel Azevedo e SILVA, «Mazagão. De Marrocos para a Amazônia» in *Revista de História da Sociedade e Cultura*, vol. I, 2001; Damião RODRIGUES e Artur Madeira BOAVIDA, «Rivalidades imperiais e emigração: os açorianos no Maranhão e

durante este período têm sido muitas vezes consideradas como empreendimentos particulares ou iniciativas individuais, e alguns estudos não avaliam de forma ajustada as acções concertadas da Coroa portuguesa como recrutadora e organizadora de movimentos migratórios de europeus até ao início do século XIX.

Face a uma constatação tão abrangente, a presente contribuição é, contudo, pontual e modesta: não pretende colmatar esta lacuna, desenvolvendo-se antes num âmbito cronológico limitado e em «estudos de caso» específicos. Assim, o objectivo deste artigo consiste no estudo da imigração de famílias e da colonização de áreas marginais do Brasil colonial no período subsequente à transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro.

Desta forma, o objecto desta análise consiste no estudo de três episódios de migrações colectivas organizadas pela Coroa portuguesa no período referido, utilizando como informação predominante, embora não exclusiva, as notícias que foram disponibilizadas em dois periódicos de inícios de oitocentos: o *Jornal de Coimbra* e *O Investigador Portuguez em Inglaterra*, o primeiro editado em Coimbra e impresso em Lisboa, entre 1812 e 1820, e o segundo impresso em Londres, entre 1811 e 1819.

A primeira migração, de açorianos, pode ser encarada numa óptica de prolongamento de uma prática há muito seguida pela Coroa portuguesa para ocupar lugares distantes e estratégicos, mas demograficamente desocupados ou, então, não ocupados por «indivíduos civilizados» e súbditos do rei fidelíssimo que, para os portugueses do século das Luzes, eram os únicos garantes da propagação «da civilização», «da religião e da fé». A grande novidade da migração ocorrida no início do século XIX é que agora, no período subsequente à transferência da Corte, as áreas escolhidas para incorporar as levas de açorianos são próximas ao litoral e aos núcleos urbanos mais populosos e relevantes e estão muitas vezes relacionadas com a posse e reorganização da «propriedade fundiária»: a da Coroa e a da velha e da nova nobrezas.

Pará nos séculos XVII e XVIII» in *Anais de História de Além-Mar*, (4), 2003, pp. 247 e ss.; Walter PIAZZA, *A epopéia açórico-madeirense, 1748-1756*, Florianópolis, Editora da UFCSC/Lunardelli, 1992; Adelaide Barbosa COUTO, Edina Nogueira da GAMA e Maurício Barcellos de SANT'ANNA, «O povoamento da ilha de Santa Catarina e a vinda dos casais de ilhéus» in *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira*, s.l., Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1990; Manuel Caçoilho FIDALGO, *Santa Catarina e Rio Grande do Sul: adaptação, renovação e afirmação açoriana no Sul do Brasil*, Lisboa, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 2002. Para um período posterior, veja-se Elio Cantalício SERPA, «Açorianos e madeirenses na história e na literatura brasileiras» in *Leituras – Revista da Biblioteca Nacional*, n.º 6, primavera de 2000; Maria Beatriz Nizza da SILVA (coord.), *Documentos para a história da imigração portuguesa no Brasil, 1850-1938*, Rio de Janeiro, Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras, 1992; idem (coord.), *Sexualidade, família e religião na colonização do Brasil*, cit.; idem (coord.), *De Cabral a Pedro I: aspectos da colonização portuguesa no Brasil*, Porto, Universidade Portucalense Infante D. Henrique, 2001; idem, «Família e emigração: açorianos no Brasil no fim do período colonial» in *Colóquio «O Faial e a periferia açoriana nos séculos XV a XIX»*, 1995.

A segunda migração, a de metalúrgicos suecos, tem como características particularmente interessantes o facto de não ser permanente, mas antes exclusivamente limitada ao tempo do contrato e de não estar ligada à terra, à sua ocupação e exploração, mas ao exercício da actividade mineradora. Um outro aspecto considerado relevante é o da associação que se pode fazer entre esta migração e um Estado interessado em fomentar a economia nacional e actuar no prosseguimento do progresso, da felicidade e do bem-comum dos povos. Estes objectivos transparecem, por exemplo, no envio de dois naturalistas especializados em mineralogia numa viagem científica ou «missão exploratória» aos grandes centros de conhecimento científico e de desenvolvimento metalúrgico. O reconhecimento científico de que a Suécia estava particularmente desenvolvida nesta área teve sequência na actividade política e diplomática, com o envolvimento do embaixador de Portugal na Suécia na contratação e transporte da colónia mineira ligada a São João de Ipanema – Sorocaba.

Por último, a terceira migração possui também características específicas: numa Europa devastada pela fome, pelos maus anos agrícolas e pelas guerras, dois Estados soberanos, governados por um monarca «migrado» na sua colónia e por um governo de um cantão suíço, negociam as condições de recrutamento de colonos destinados a fundar um núcleo urbano, de feição permanente e eminentemente agrícola. Desta iniciativa resultou a actual cidade de Nova Friburgo.

1. A transferência da Corte para o Rio e as migrações associadas

Quando se pensa em migração para a colónia brasileira durante este período, parece-me claro que o tópico que lhe está invariavelmente associado é o da fuga da família real para o Brasil, no dia 29 de Novembro de 1807, e a sua chegada, primeiro à Baía, a 22 de Janeiro de 1808, e depois ao Rio, a 7 de Março, a bordo de 36 navios que a transportavam e um número incerto de indivíduos da sua comitiva, calculado entre 10.000 e 15.000 pessoas. Num curto período, a população da cidade do Rio duplicaria, atingindo em 1823 os 100.000 habitantes e provocando uma sobrecarga considerável na estrutura urbana da cidade.

As consequências desta transferência de pessoas e instituições são bem conhecidas: a cidade do Rio de Janeiro deu acolhimento nos novos subúrbios – Catete, Botafogo, Lagoa, São Cristóvão – tanto aos nobres que se dispuseram a acompanhar D. Maria I, quanto aos comerciantes de pequeno trato, artesãos e baixos funcionários régios, que ocuparam também o centro da cidade, como ainda aos indivíduos mais carenciados, que se instalaram em áreas consideradas na hierarquia geográfica e social do espaço urbano como mais periféricas².

² O processo é descrito, por exemplo, em Larissa BROWN, *Internal Commerce in a Colonial Economy: Rio de Janeiro and its Hinterland, 1790-1822*, Ann Harbour, UMI – Dissertation Infor-

A partir de 1808, a cidade ganhou um novo perfil urbanístico e arquitectónico, dando-se-lhe novos equipamentos sociais, como um mercado abastecedor, instituindo-se organismos de administração e regulamentação especificamente criados para ordenar e inspeccionar a capital e as capitánias brasileiras, como é o caso da Intendência Geral da Polícia, ou então extensíveis à boa gestão de todo o Império, como foram o Conselho de Estado, o Erário Régio, o Conselho Supremo Militar, o Tribunal da Mesa do Desembargo do Paço e da Consciência e Ordens, a Casa da Suplicação, a Impressão Régia³.

Consequentemente, o gabinete ministerial foi reorganizado, com D. Rodrigo de Sousa Coutinho, futuro conde de Linhares, ocupando a pasta da Guerra e Negócios Estrangeiros; João Rodrigues de Sá e Menezes, visconde de Anadia, a Secretaria de Estado da Marinha e Negócios Ultramarinos; e Fernando José de Portugal, futuro marquês de Aguiar, os Assuntos Internos⁴.

Com a transferência da Corte assistiu-se, portanto, à deslocação do aparelho administrativo e institucional da capital do império para a capital da colónia que, assim, se transfigurava no *lugar do poder* por excelência, tomando por arquétipo as grandes cidades europeias como Paris, Bruxelas, e sobretudo Lisboa⁵.

A transformação desta cidade colonial que tomou por modelo os paradigmas das Luzes não é, contudo, assunto de que presentemente me queira ocupar. Mas não quero deixar de referir como exemplo aparentemente caricatural desta transformação do Rio de Janeiro que, até ao seu retorno a Portugal, em 1821, D. João VI concedeu 254 títulos: 11 duques, 38 marqueses, 64 condes, 91 viscondes e 31 barões. Com os títulos, os empossados beneficiaram também de doações e mercês e procuraram um estilo de vida que fosse coerente com o seu novo estatuto social e com o seu poder económico⁶.

Há ainda que salientar que este processo de transfiguração do Rio em capital do Império não implicou a mera extensão das instituições ou organis-

mation Service, 1992, pp. 374 e ss.; Lúcia Maria Bastos Pereira das NEVES e Humberto Fernandes MACHADO, *O Império do Brasil*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999, pp. 29-40.

³ Lília Moritz SCHWARTZ, Paulo Cezar de AZEVEDO e Ângela Marques da COSTA, *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 2002, pp. 247 e ss.

⁴ Sobre a teoria e as medidas económicas tomadas por D. Rodrigo de Sousa Coutinho neste período, ver José Luís CARDOSO, «Nas malhas do império: a economia política e a política colonial de D. Rodrigo de Sousa Coutinho» in José Luís CARDOSO (coord.), *A economia política e os dilemas do Império luso-brasileiro (1790-1822)*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, pp. 94 e ss.

⁵ José Manuel FERNANDES, «O formidável 'Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve' ou no final do Brasil português, 1808-1821, alguns temas de território, arquitectura e urbanismo» (texto inédito).

⁶ Lília Moritz SCHWARTZ, Paulo Cezar de AZEVEDO e Ângela Marques da COSTA, *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*, cit., p. 255.

mos que já existiam na colónia, apenas adaptados às dimensões do Império, tal como defendem alguns autores. Nem sequer foi uma «pura» transplantação das instituições do reino, conforme advogam outros. Mas implicou, mais que tudo, um esforço de adaptação destinado a «transmitir um sentimento mais moderno e mais consentâneo com as perspectivas políticas dos inglesados às instituições que agora se criavam no Brasil»⁷.

Procurava-se pôr em prática «um sistema grande e liberal de comércio» com a abertura dos portos do Brasil à navegação e comércio das nações amigas (1808) para, mais tarde, limitar a afluência dos navios europeus a apenas cinco portos, restringindo-se a cabotagem e o transporte de África e Ásia aos navios portugueses. Foram assinados os Tratados de Navegação, Comércio e Amizade com a Inglaterra, afinal um triunfo britânico que estabelecia a redução de taxas alfandegárias sobre a entrada das manufacturas desse país na colónia e determinava o comprometimento português no sentido de abolir gradualmente o tráfico negreiro. Em Agosto de 1808, a praça do Rio de Janeiro contava já com 150 negociantes ingleses, muitos deles com interesses no comércio com o vice-reino do Rio da Prata. À data da independência, a cidade contava com mais de 4.000 estrangeiros de várias nacionalidades⁸.

2. O *Jornal de Coimbra* e O *Investigador Portuguez em Inglaterra*: duas fontes para o estudo das migrações europeias para o Brasil

Como já referi, as principais fontes utilizadas neste estudo sobre a imigração são o *Jornal de Coimbra* e O *Investigador Portuguez em Inglaterra*.

Maria de Fátima Nunes, que realizou um estudo fundamentado e crítico sobre a imprensa científica de finais do século XVIII e inícios do século XIX, valoriza no *Jornal de Coimbra* a especificidade de funcionar como «um pólo aglutinador de experiências e demonstrações práticas de matérias científicas, especialmente médicas e do foro da farmacopéia», contando com um vasto número de subscritores geograficamente distribuídos por todo o país. Por seu turno, O *Investigador Portuguez em Inglaterra* é caracterizado pela mesma especialista como um periódico que se ocupava prioritariamente de «artigos sobre assuntos de ciência e da sua utilidade para a prosperidade da nação portuguesa» e da sua colónia sul-americana⁹. Entre

⁷ António ALMODÓVAR, «Processos de difusão e institucionalização da economia política do Brasil» in José Luís CARDOSO (coord.), *A economia política e os dilemas do Império luso-brasileiro (1790-1822)*, cit., p. 129.

⁸ Guilherme Pereira das NEVES, «Del Império luso-brasileño al Império del Brasil» in A. ANNINO, L. Castro LEIVA e F.-X. GUERRA (coords.), *De los imperios a las naciones: Iberoamerica* Zaragoza, IberCaja-Obra Cultural, 1994, pp. 186-187.

⁹ Maria de Fátima NUNES, *Leitura e agricultura: a imprensa periódica científica em Portugal (1772-1852)*, 2 vols., dissertação de doutoramento em História Cultural Moderna e Contemporânea, Évora, Universidade de Évora, 1994, pp. 169 e 201. Sobre O *Investigador Portuguez*,

os dois jornais teria havido, inclusivamente, «uma certa comunicabilidade científica», fomentada pela discussão de artigos polémicos em *O Investigador Portuguez* e pelo envio para o «jornal de Londres» de memórias dos professores de Coimbra, que colaboravam simultaneamente nos dois periódicos¹⁰. Uma comunicabilidade que era, sem dúvida, científica, mas também política, decorrente da conquista da liberdade de expressão de pensamento, necessária à defesa do interesse público¹¹.

Ambos se inscrevem, ainda, no quadro da imprensa surgida no período subsequente às Invasões Francesas, caracterizada pela publicação de artigos que valorizam a importância da colónia brasileira e que traçam propostas de desenvolvimento económico, relacionadas com a agricultura ou com a aclimação de produtos que dinamizariam a indústria, a farmacopeia, a construção naval e com a capacidade de saber tirar o máximo partido de uma terra abundante, fértil e de clima ameno.

É de acordo com esta perspectiva simultaneamente desenvolvimentista e pedagógica, desenvolvida com o intuito de elucidar a população e formar a opinião pública acerca das medidas tomadas pela Coroa portuguesa com vista ao progresso da nação e na procura do bem-comum e da felicidade dos súbditos, que se inscrevem as notícias sobre migrações publicadas pelos jornais *O Investigador Portuguez em Inglaterra* e o *Jornal de Coimbra*.

Nestes periódicos, o fenómeno das migrações encontra-se associado, em alguns casos, ao facto de o reino de Portugal se encontrar devastado pelos horrores da guerra, tal como esteve sempre ligado à imagem de um Portugal enfraquecido, de um país submisso à tutela britânica e detentor de uma posição vulnerável no Congresso de Viena. Como factores de ponderação nestes juízos divulgados na imprensa da época pesavam não só essa relação de dependência de Portugal com a Inglaterra, como também a distância que separava o centro das decisões e mando (o Rio de Janeiro) do local das negociações (Viena e o centro da Europa).

Contudo, em todos os artigos que abordam este assunto, prevalece a vontade de se querer construir na América portuguesa um vasto e rico império, engrandecido pelo auxílio que as artes e as ciências poderiam proporcionar.¹²

veja-se também Maria Adelaide VIEIRA, *O Investigador Portuguez em Inglaterra, nos primeiros anos da sua publicação (1811-1813)*, dissertação de mestrado em História Cultural e Política, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1996.

¹⁰ Maria de Fátima NUNES, *Leitura e agricultura*, cit., p. 201.

¹¹ Maria Helena Carvalho dos SANTOS, «Os jornais» in *D. João VI e o seu tempo. Catálogo*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1999, pp. 27 e ss.; Maria Beatriz Nizza da SILVA, «D. João no Brasil (1808-1821)» in *D. João VI e o seu tempo*, pp. 374 e ss.; Lúcia Maria Bastos Pereira das NEVES e Humberto Fernandes MACHADO, *O Império do Brasil*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999, pp. 29-40.

¹² *O Investigador Portuguez em Inglaterra ou Jornal Literário, político e &c*, vol. I, Londres, Bryer Impressores, 1811, pp. 2 e 572.

Detentor de uma grande extensão territorial, caracterizado ainda por uma fertilidade extrema, o Brasil era avaliado pela imprensa em análise como estando pouco povoado e dependente de fornecimentos externos em relação a produtos essenciais.¹³ Para desenvolver a colónia, estes jornais apresentavam propostas ou projectos que deviam ser considerados pelo príncipe regente para resolver aqueles que se consideravam os principais problemas que afligiam o Brasil. Assim, *O Investigador Portuguez* apresenta, em 1811, um plano que intitulou «Máximas políticas» que, de acordo com o seu autor, devia ser considerado por D. João, príncipe regente, para o bem-estar e felicidade dos povos do Brasil, e que assentava nos seguintes aspectos: a progressiva civilização dos índios, a abertura de estradas, o estabelecimento de correios, a exploração das minas de ferro de São Paulo, medidas desenvolvimentistas relacionadas com o comércio, o compromisso de não estabelecer a Inquisição em território brasileiro, a fundação de uma tipografia na Baía e também a instituição de uma biblioteca pública nessa cidade¹⁴.

A resolução parcial de alguns destes problemas passava pelo incentivo à imigração, que implicava não só o recrutamento de pessoas no reino e ilhas, mas também a contratação de colonos no estrangeiro e o reencaminhamento de indivíduos dentro da colónia.

Uma política comumente seguida pela Corte portuguesa ao longo do século XVIII consistiu em arregimentar, por todo o Portugal reino e arquipélagos insulares, indivíduos dispostos a irem povoar as «franjas» do Império¹⁵. Embora o estudo deste fenómeno seja desequilibrado, conhecendo-se melhor as correntes migratórias para o Sul do Brasil e menos para o Estado do Grão-Pará, é ponto assente que estas correntes foram alimentadas por colonos, soldados e degredados, e ainda por casais que procuravam terras em abundância ou fugiam à fome e à escassez de alimentos, aos ataques de piratas e inimigos da Coroa e às actividades sísmicas e vulcânicas que afligiam, por exemplo, a população dos Açores.¹⁶ Muitos destes indivíduos permaneceram nos núcleos urbanos onde aportavam; outros foram utilizados na ocupação e dinamização de áreas até então desocupadas, mas económica ou estrategicamente relevantes; e ainda alguns alistaram-se como soldados e vieram para os portos brasileiros para, à primeira oportunidade, fugirem para as minas sem pagar transportes, vestuário ou sustento.

¹³ *O Investigador Portuguez*, vol. VIII, Londres, 1813, p. 58.

¹⁴ *O Investigador Portuguez*, vol. I, Londres, pp. 571-572.

¹⁵ Maria Beatriz Nizza da SILVA, *História da família no Brasil colonial*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998, p. 156.

¹⁶ Ângela DOMINGUES, *Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000, p. 99; Avelino de Freitas de MENESES, *Gente dos Açores: o número e a mobilidade em meados do século XVIII*, provas de agregação apresentadas à Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1997, p. 97.

Reportando-se aos séculos XVII e XVIII, o historiador José Damião Rodrigues afirma que: «Foi a necessidade de povoar e defender regiões vitais para a preservação da integridade do Império que, de forma conjugada com as dificuldades económicas vividas nos Açores, perturbou a evolução demográfica açoriana, com uma sangria de gentes que, para mais, agravou a debilidade da economia insular»¹⁷. Nos inícios do século seguinte, as entidades administrativas debatiam-se também com o mesmo problema e socorriam-se ainda da mesma estratégia, fomentando a viagem de colonos, sobretudo ilhéus, para o Brasil. Sabe-se que, por exemplo, em 1813, pelo menos «cinco remessas» de casais, compostas a primeira por 330 famílias totalizando 849 indivíduos, a segunda por 25 famílias englobando 153 pessoas e as outras por quantidades não especificadas de famílias ou pessoas, chegaram ao Rio de Janeiro em bergantins e daí foram distribuídas por diferentes capitánias e várias localidades, incumbidas do povoamento da terra e do desenvolvimento agrícola¹⁸.

A entidade coordenadora do processo era a Intendência Geral da Polícia, órgão público de carácter administrativo e judiciário que tinha a seu cargo o controle dos habitantes da cidade do Rio de Janeiro, bem como a organização da sua rede urbana, no que diz respeito a construções, serviços públicos, saneamento básico.

Como incentivo à fixação destes indivíduos, o príncipe concedia benesses, que se traduziam na dádiva de terras para morada e cultivo, casas, instrumentos agrícolas, sementes e gado e, ainda, mesadas durante os dois primeiros anos ou enquanto não pudessem se beneficiar do produto das suas colheitas. Aliciavam-se, ainda, estes colonos com a isenção de recrutamento no serviço militar de tropa de linha e nos corpos milicianos, caso não fosse essa a sua vontade¹⁹. Por outro tipo de documentação conhece-se também que, por vezes, se concediam moratórias de cobranças de dívidas durante um período determinado, liberdade de deslocação temporária dentro da colónia, autonomia para os colonos contratarem índios para seu serviço mediante remuneração²⁰.

Parece-me de relevar que alguns casais açorianos eram enviados para as quintas reais e para as propriedades da nobreza que tinha acompanhado a família real, como os condes da Figueira ou de Belmonte, ou ainda para as de uma aristocracia recentemente nobilitada, como seria o caso da con-

¹⁷ José Damião RODRIGUES, «Entre duas margens: a circulação atlântica dos açorianos nos séculos XVII e XVIII» in *Arquipélago - História*, 2.ª série, VI, 2002, p. 238.

¹⁸ Arquivo Nacional (Rio de Janeiro), códice 369, de 1813.

¹⁹ *O Investigador Portuguez*, vol. VI, Londres, 1813, pp. 523-524 (carta régia sobre as regalias a conceder aos novos casais de ilhéus que quisessem ir colonizar as capitánias do Brasil, de 16 de Fevereiro de 1813).

²⁰ Arquivo Nacional (Rio de Janeiro), códice 101, 2.º vol., fls. 11-14, carta régia a D. Francisco de Sousa Coutinho sobre as providências destinadas a estimular o comércio entre o Pará e o Mato Grosso, de 12 de Maio de 1798.

dessa de Campos de Goitacazes²¹. A maioria dedicar-se-ia, sem dúvida, ao cultivo de terras adquiridas em regime de sesmaria ou arrendadas a outrem. Uns eram acolhidos por membros da família já residentes no Brasil, outros eram integrados nas casas dos oficiais régios e de comerciantes, cabendo-lhes a execução de serviços necessários ao bom funcionamento doméstico. Verifica-se, ainda, que alguns se dedicaram à aprendizagem de um ofício: de carpinteiro, de alfaiate, de pedreiro; houve também casos de indivíduos que fugiram de trapiches e muito poucos optaram por regressar às ilhas²².

Esta leva de açorianos emigrados para o Brasil em 1813 deu, ainda, origem a uma povoação, Viana, localizada no *terminus* da estrada que ligava o Espírito Santo a Vila Rica. Aqui se dedicaram ao plantio de arroz, mandioca, milho e feijão e, pouco tempo após a sua fixação, viram as suas culturas serem destruídas por uma praga de saúvas. Foram também atacados por epidemias e, por isso, tentaram abandonar Viana, tendo sido impedidos pelo Intendente-Geral da Polícia, Paulo Fernandes Viana.

Uma leitura atenta da documentação difundida nos periódicos em análise permite detectar um outro fenómeno que, encontrando as suas raízes longínquas no reinado de D. Fernando, me parece, no entanto, original quando se considera o caso brasileiro e que consiste nas medidas tomadas para recolher das cidades coloniais os vagabundos, ociosos e pobres, cujo número teria aumentado drasticamente com as Invasões Francesas. Teria havido um deslocamento considerável de indivíduos das classes sociais menos favorecidas para procurar na colónia um local de acolhimento e protecção, face à «injusta e pérfida invasão dos exércitos franceses» e às «notórias calamidades de Portugal». Estes indivíduos foram, com todas as probabilidades, causadores de uma certa instabilidade social nos núcleos urbanos onde se fixavam²³.

O Investigador Portuguez, em Inglaterra não nos informa a data precisa em que entraram no Brasil, como fizeram a viagem ou como subsistiram na colónia durante os primeiros tempos. Contudo, estas entradas não planeadas ou estruturadas de indivíduos em território colonial constituíram um problema para as autoridades administrativas que queriam ocupar e tornar útil uma multidão sem recursos e emprego. O plano para utilizar indigentes, desocupados e gente carenciada na colonização de áreas periféricas partiu, uma vez mais, da Intendência-Geral da Polícia da Corte. Os indivíduos que se integrassem nesta classificação de «indigentes, carenciados e desocupados» deviam concorrer às benesses de colonização que D. João, «príncipe esclarecido e pai dos seus povos», «que só tem por mira a pública felicidade, o bem de seus vassallos», se dispunha a conceder, junto ou por intermédio

²¹ Arquivo Nacional (Rio de Janeiro), códice 367; Maria Beatriz Nizza da SILVA, *História da família no Brasil Colonial*, cit., p. 166.

²² Arquivo Nacional (Rio de Janeiro), códice 367.

²³ *O Investigador Portuguez*, vol. I, Londres, 1811, p. 130.

dos governadores e capitães-generais das diferentes capitanias, cuja colaboração era solicitada por cartas régias expedidas pela Secretaria de Estado do Reino, e pelos comissários de polícia²⁴.

As concessões não se encontram claramente especificadas nesta documentação. Menciona-se, no entanto, a distribuição de terras para cultivo e a dádiva de meios de subsistência, instrumentos de lavoura, ferramentas, gado e uma mesada. Além disso, depreende-se que deviam ser transportados gratuitamente até ao local de destino, acolhidos em casas ou barracões provisórios e alimentados durante um período especificado de tempo, correndo as despesas por conta da Fazenda Real, que, em outros casos, exigia um reembolso a médio prazo.

3. A colónia sueca e as minas de ferro de Ipanema-Sorocaba

Um aspecto valorizado pela historiografia tradicional é a determinação da Coroa portuguesa de impedir a entrada de estrangeiros no período anterior a 1808. Contudo, sabe-se que, mesmo antes da abertura dos portos, havia europeus circulando e residindo no Brasil, alguns ligados à representação de casas comerciais, como é o caso do célebre Henry Koster, chegado em 1807, mas também de outros menos famosos, como um espanhol de Maiorca desembarcado em 1803, que se dedicou à profissão de taberneiro, e que, para o presente estudo, é irrelevante²⁵.

Também se conhece o controle e vigilância instituídos pelo príncipe regente aos estrangeiros que entravam em território colonial no período subsequente à abertura dos portos brasileiros à navegação e ao comércio europeus, patente, por exemplo, nos dois alistamentos gerais que ordenou fossem feitos nos anos de 1808 e 1818, bem como nos mapas que deviam ser mensalmente feitos dos que entravam e saíam da colónia, sob supervisão do conselheiro Paulo Fernandes Viana, Intendente-Geral da Polícia do Rio de Janeiro e desembargador da Relação do Rio de Janeiro²⁶.

Estudam-se, fundamentalmente, casos de deslocamentos de indivíduos ou de famílias e ainda de comunidades que emergem enquanto resultado

²⁴ *O Investigador Portuguez*, vol. I, Londres, 1811, pp. 130-131.

²⁵ «Registo de estrangeiros nas capitanias (1777-1819)», *Publicações Históricas*, n.º 53, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1963, p. 2.

²⁶ Gladys Sabina RIBEIRO, «Redefinindo os conflitos antilusitanos na Corte do Rio de Janeiro do Primeiro Reinado e do início da Regência: a liberdade e a construção de uma identidade nacional» in Cristiana BASTOS, Miguel Vale de ALMEIDA e Bela FELDMAN-BIANCO (coords.), *Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2002, pp. 344-345. O arrolamento de 1818 encontra-se publicado sob o título «Registo de estrangeiros nas capitanias (1777-1819)», *Publicações Históricas*, n.º 53, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1963.

destes movimentos, como a dos franceses, chegados a território brasileiro depois de 1814, ou a dos ingleses, fixados logo após a abertura dos portos, e que, num primeiro momento, estavam unidas apenas por uma nacionalidade e uma identidade específicas que tentaram preservar no período subsequente à Independência do Brasil²⁷.

Suponho, porém, que, para este período imediatamente posterior à mudança da Corte para o Rio, pouco se saberá de projectos de imigração colectivos, gerando-se por vezes alguns equívocos que é importante clarificar. Por exemplo, estudos recentes e cientificamente bem fundamentados afirmam, de forma peremptória, que, entre as migrações estruturadas e organizadas, «a primeira experiência levada a cabo pela Coroa portuguesa no Brasil foi a criação da colónia de Nova Friburgo, em 1819, nas cercanias da capital [...]. A ela sucedeu a colónia de Petrópolis, formada por alemães»²⁸. Resultado de uma análise interessante e meritória, esta afirmação não é, no entanto, totalmente precisa, uma vez que, para além da imigração açoriana já referida, é interessante incluir nesta problemática o episódio de uma «imigração técnica» sueca, iniciado em 1810, por ordem de D. João, príncipe regente.

O projecto de imigração desta colónia de mineiros suecos ganha um significado mais expressivo e instigante quando é associado à fundação das minas de ferro de Ipanema, consideradas pelo visconde de Porto Seguro como sendo das «instituições mais que suficientes para que, por todo o sempre, o Brasil bendiga a memória do governo de D. João»²⁹. Instalada numa região associada à exploração de ferro desde 1590, data em que Afonso Sardenha terá começado a explorar as minas, atribui-se a esta iniciativa o início da indústria siderúrgica no Brasil³⁰.

A exploração mineira era, indiscutivelmente, uma das preocupações fulcrais na política do conde de Linhares, que defendia a mineração como um sector dinamizador da economia do Império. Políticos e naturalistas sabiam que a produção de ouro brasileiro e da mineração em geral entrara em declínio devido a razões de natureza técnica e científica. Acreditavam que a mineração brasileira podia reactivar-se com a aplicação de reformas «racionais» e de novos métodos científicos, os mesmos que estavam a revolucionando a indústria metalúrgica em muitos países europeus. De acordo com os naturalistas luso-brasileiros, a tónica deveria ser posta na adopção

²⁷ Maria Beatriz Nizza da SILVA, «Estrangeiros» in *Dicionário de história da colonização portuguesa no Brasil*, Lisboa, Verbo, 1994, cols. 322-323.

²⁸ Gisele SANGIARD, «De Nova Friburgo a Fribourg através das letras: a colonização suíça vista pelos próprios imigrantes» in *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 10 (1), Janeiro-Abril 2003, p. 174.

²⁹ Visconde de Porto SEGURO, *História geral do Brasil. Antes da sua separação e independência de Portugal*, tomo V, São Paulo, Melhoramentos, s/d., p. 112.

³⁰ Ver FERRO em <http://www.tabelaperiodica.hpg.com.br/fe.htm>.

de novas técnicas de extracção mineral e numa melhor preparação dos mineiros e administradores de minas³¹.

Será talvez interessante associar este projecto às reformas introduzidas por D. Rodrigo de Sousa Coutinho e às nomeações, datadas de 1801, de Manuel Ferreira da Câmara Bethencourt e Sá e de José Bonifácio de Andrada e Silva, o primeiro para Intendente-Geral das Minas e Metais na colónia e o segundo para o mesmo cargo no reino. Ambos os naturalistas pertenciam à «elite do conhecimento e da ciência» que participou activamente nas iniciativas reformistas promovidas pelo secretário de Estado da Marinha e Ultramar e que esteve a serviço da Coroa portuguesa ocupando vários cargos públicos e tendo como objectivo a modernização, desenvolvimento e progresso da nação³².

Esta elite era constituída na Universidade de Coimbra, no Colégio dos Nobres ou nas academias militares e tinha a sua formação aperfeiçoada com as viagens aos países europeus considerados política, económica e cientificamente mais desenvolvidos. No caso específico de Manuel Ferreira da Câmara e de José Bonifácio, os naturalistas recém-formados foram enviados aos principais centros científicos e mineralógicos europeus numa longa viagem científica que durou de 1790 a 1800. As *Instruções* de que iam munidos, emanadas a 31-5-1790, determinavam as áreas científicas prioritárias da missão – os estudos mineralógicos, geodésicos e geognósticos –, bem como o itinerário da viagem – que incluía Espanha, França, Saxónia, Boémia, Hungria, Áustria, Prússia, Itália, Dinamarca, Noruega e ainda Suécia³³. Neste último país, Manuel Ferreira da Câmara e José Bonifácio de Andrada e Silva realizaram viagens às minas e depósitos minerais de Arendal, Sahla e Kragaroe.

Dessa forma, a Coroa demonstrava, de forma clara, o seu interesse em desenvolver a actividade mineira: ao definir os locais produtores de «conhecimento mineralógico de ponta» como alvo da visita e estadia dos naturalistas; quando procedeu à definição e planeamento de uma missão desse tipo, que financiou com a concessão de bolsas de estudos e apoiou e acompanhou pela rede diplomática portuguesa espalhada pela Europa; e quando esco-

³¹ Maria de Lourdes Viana LYRA, *A utopia do poderoso império. Portugal e Brasil: bastidores da política, 1798-1822*, Rio de Janeiro, Sette Letras, 1994, p. 96. Ana Rosa Clochet da Silva defende que a vida de Andrada e Silva se pode definir em duas fases: a fase europeia (1783-1819) e a fase nacional (1821-1823). Foi na primeira fase que o estadista participou neste processo; ver «José Bonifácio: pensamento e ação de um estadista no processo de construção da nação» in Maria Emília PRADO (org.), *O Estado como vocação: ideias e práticas políticas no Brasil oitocentista*, Rio de Janeiro, Acess, 1999, pp. 136 e ss.

³² Maria Margaret LOPES *et al.*, «Scientific Culture and Mineralogical Sciences in the Luso Brazilian Empire: the Work of João da Silva Feijó (1760-1824) in Ceará» in *Science in Context*, 18 (2), 2005, p. 203.

³³ *Ibid.*, p. 202; Alex Gonçalves VARELA, Maria Margaret LOPES e Maria Rachel Fróis da FONSECA, «As atividades do naturalista José Bonifácio de Andrada e Silva em sua 'fase portuguesa'» in *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, 11 (3), Set.-Dez. de 2004. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702004000300008&script=sci_arttext.

lheu dois indivíduos intelectual e cientificamente dotados e preparados para serem os seus «olhos atentos» na observação do que, no domínio da metalurgia, ia sendo feito nos países mais desenvolvidos³⁴.

A aposta da Coroa portuguesa no desenvolvimento da metalurgia incidiu, de igual modo, na contratação de três especialistas alemães: Wilhelm-Christian Gotthelft von Feldner (1772-1822), Wilhelm-Ludwig von Eschwege (1777-1855) e Friedrich-Ludwig-Wilhelm Vernhagen (1782-1842). Foi a Vernhagen que, numa primeira fase, se entregou o projecto das minas de São João de Ipanema-Sorocaba³⁵.

Contudo, a criação da fábrica de Ipanema acabou por ficar associada, como já referimos, à que considero como a primeira migração técnica patrocinada pela Coroa portuguesa: a de um grupo de mineiros suecos especializados na extracção e tratamento do ferro.

Este assunto foi amplamente divulgado em *O Investigador Portuguez em Inglaterra* e foi considerado pelo editor do jornal como «uma judiciosa e utilíssima resolução», destinada a potenciar os recursos mineralógicos da capitania de São Paulo para evitar as importações crónicas desse metal por Portugal que «quase não usava de um só instrumento de ferro próprio», estando dependente dos fornecimentos da Suécia e Biscaia³⁶. São, de igual modo, publicitadas no *Jornal de Coimbra*, em 1817, numas «Notas ao Canto II de *A faustíssima exaltação de SMF, o senhor D. João VI ao trono por António Feliciano de Castilho*» nas quais a vinda da colónia de suecos e a fundação da fábrica de minas de ferro de São Paulo aparecem referenciadas entre as iniciativas dignas de elogio³⁷.

Pela informação analisada, fica-se sabendo que a contratação desta colónia fez-se graças à intervenção de D. Joaquim José António Lobo da Silveira, sexto conde de Oriola e cônsul da Coroa portuguesa junto à Corte sueca. O conde de Oriola foi também autor de *Skizze von Brasilien*, publicado em Estocolmo, em 1808, no qual pretendia divulgar as produções naturais brasileiras e, muito particularmente, as minerais na Suécia³⁸. O capítulo sobre os produtos naturais do Brasil viria a ser resumido e publicado em português, quatro anos mais tarde, em *O Investigador Portuguez em Inglaterra*³⁹.

³⁴ Silvia F. de M. FIGUEIROA, «Mineração no Brasil: aspectos técnicos e científicos da sua história na Colónia e no Império (séculos XVIII-XIX)» in *América Latina en la História Económica*, n.º 1, Jan.-Jun. de 1994, p. 48.

³⁵ *Ibid.*, p. 51.

³⁶ *O Investigador Portuguez*, vol. I, Londres, 1811, p. 458.

³⁷ *O Jornal de Coimbra*, vol. XI, parte II, n.º LIX, 1817, p. 348.

³⁸ J. Lobo da SILVEIRA (membro da Koning Societat der Bisses chasten in Gottingen), *Skizze von Brasilien*, Estocolmo, Johann P. Lindh, 1808. Este folheto foi também impresso em inglês, alemão e português com o título de *Terra dos brasileiros*.

³⁹ De acordo com o mesmo jornal, essa sinopse difundia, para uma Europa interessada, informação fidedigna que, depois de 1808, não se deveria ocultar (*O Investigador Portuguez em Inglaterra*, vol. V, Londres, 1812).

O que, neste ponto, quero salientar é que, poucos anos depois da viagem de estudo de Andrada e Silva e Manuel Ferreira da Câmara à Suécia e dois anos após a publicação do *Skizze von Brasilien*, ocorre a emigração de um director e 24 indivíduos especializados na metalurgia do ferro, dispostos a fixarem-se temporariamente no Brasil.

A viagem marítima destes nórdicos iniciou-se a partir do porto de Estocolmo, curiosamente via Londres, durante um período política e diplomaticamente conturbado da história da Suécia e das relações desse país com a Inglaterra. Os colonos chegaram ao Rio de Janeiro nos inícios de Dezembro de 1810. As despesas dos fretes de transporte, os ordenados iniciais e o fornecimento dos instrumentos necessários à nova colónia, avaliados em cerca de 5 mil libras esterlinas correram por conta da Administração Real de Londres⁴⁰. Face a esta estimativa de custos, *O Investigador Portuguez* fazia o seguinte balanço: «Quer dizer que a passagem, dentro de poucos anos, do estado de uma vergonhosa e funesta dependência, num artigo tão essencial, tão indispensável qual é o ferro, para o estado de absoluta abundância dele, com todas as consequências do facto, custou à monarquia portuguesa de quarenta a quarenta e cinco mil cruzados!! Quantas economias mal-entendidas, ou para melhor dizer, falta de avanços tão insignificantes, como este, não têm tolhido até agora a prosperidade a que a monarquia portuguesa estava destinada pela natureza!!»⁴¹.

Poucos anos depois, em 1813, o mesmo periódico dava conta da inauguração da Real Fábrica de Ferro de São João de Ipanema, com os seus diques, rodas, foles e engenhos, canalizações, forno alto, armazéns de pedra e casas de aposento de colonos, fundada na capitania de São Paulo sob a direcção do engenheiro Carlos Gustavo Hedberg⁴².

A colónia sueca era, então, composta pelo director, 1 mestre maquinista, 2 ferreiros, 5 homens e 1 intérprete, e actuava sob a supervisão do naturalista Manuel Ferreira da Câmara, Intendente-Geral das Minas e Metais.⁴³ As ligações entre as minas de Sorocaba e outros locais do Brasil eram feitas através de estradas reais, cujo traçado tinha sido indicado pelo engenheiro sueco e executado em nome do rei.

O esforço financeiro era, nesta fase, resultante dos investimentos de uma companhia de accionistas, de que o sócio maioritário, detentor de metade das acções e responsável pelo pagamento do ordenado do engenheiro Hedberg e dos mineiros, era o governo; os restantes accionistas eram representados por Friedrich-Ludwig-Wilhelm Vernhagen, pai do visconde de Porto Seguro, que em 1814 foi chamado para recuperar a fábrica.

⁴⁰ *Ibid.*, vol. I, Londres, 1811, p. 460.

⁴¹ *Ibid.*, p. 461.

⁴² *Ibid.*, vol. VIII, Londres, 1813, pp. 157-158.

⁴³ Visconde de Porto SEGURO, *História geral do Brasil. Antes da sua separação e independência de Portugal*, p. 255; há também referências sucintas em *Jornal de Coimbra*, vol. XI, parte II, n.º LIX, 1817, p. 353.

De facto, os primeiros resultados obtidos em São João de Ipanema só ocorreram a 1 de Novembro de 1818, sob a forma de três cruces feitas com o ferro fundido de um dos fornos altos e não pareciam compensadores⁴⁴. E, nesse sentido, parece que este episódio, relacionado com a transferência e fixação temporária dos mineiros suecos que deviam contribuir para desenvolver economicamente o Brasil pela exploração das minas e produção de ferro, bem como da transmissão de «conhecimento de ponta» aos luso-brasileiros, não obteve resultados positivos.

Além das vicissitudes já referidas, alguns anos mais tarde, em 1820, José Bonifácio de Andrada e Silva escreveu uma *Memória económica e metalúrgica sobre a fábrica de ferro de Ipanema-Sorocaba*. Nela afirmava que a colónia sueca que acompanhou Hedberg tinha muito poucos conhecimentos de metalurgia e também que o antigo director tinha executado erros técnicos graves na planificação e construção da fábrica. À data da elaboração da memória, os suecos haviam-se despedido porque, acabado o prazo do seu contrato, tinham desejado voltar ao seu país⁴⁵.

4. De Fribourg a Nova Friburgo: a colónia suíça de Cantagalo como episódio de uma migração concertada entre governos

Doenças, maus anos agrícolas e uma diminuição notória na exportação de manufacturas no país de origem, por um lado; e, por outro, a busca de terra fértil e abundante e o reconhecimento da liberalidade de um príncipe ilustrado que auxiliava os povos que quisessem vir colonizar o vasto território brasileiro são os motivos associados à imigração de uma outra comunidade, esta de origem suíça do cantão de Friburgo⁴⁶.

Tomando conhecimento do auxílio e benesses prometidos pela Coroa do Reino Unido no sentido de angariar novos colonos para os seus vastos domínios, Sebastião Nicolau Gachet, um suíço estabelecido no Rio de Janeiro, propôs ao governo de D. João VI, através da administração do cantão de Fribourg, a instituição de uma colónia de cem famílias católicas, avaliadas entre 1.200 e 1.500 indivíduos. Cintra Assis, no artigo «O princípio da colonização de São Paulo no século XIX» especifica, embora não referindo a fonte,

⁴⁴ As divergências entre Hedberg e Vernhagem acerca da exploração da mina de São João de Ipanema são relatadas em Visconde de Porto SEGURO, *História geral do Brasil. Antes da sua separação e independência de Portugal*, tomo V, pp. 234-245.

⁴⁵ Visconde de Porto SEGURO, *História geral do Brasil. Antes da sua separação e independência de Portugal*, pp. 237 e 254-255. A junta era composta pelo naturalista Manuel Ferreira da Câmara, director-geral das Minas e Metais da capitania, o ouvidor de São Paulo, o procurador da Fazenda e o tesoureiro da fábrica. A esta junta se deveu a recolha de mão-de-obra escrava pelas fazendas da Coroa localizadas nas imediações e a sua introdução na fábrica, facto que era duramente censurado por Andrada e Silva.

⁴⁶ *Jornal de Coimbra*, vol. XVI, n.º LXXX, 1820, pp. 48 e ss.

que os emigrados estariam avaliados em 109 famílias de suíços, totalizando 1.682 pessoas⁴⁷.

Na medida em que foi um processo negociado entre a Coroa portuguesa e o cantão de Fribourg através dos seus representantes, entendemos esta migração como uma acção concertada entre governos. De facto, é interessante ressaltar que um contrato de imigração, firmado a 11 de Maio de 1818, entre Gachet e o ministro de Portugal em Paris, Pedro José Joaquim Vito de Meneses Coutinho, sexto marquês de Marialva e oitavo conde de Cantanhede⁴⁸, especificava de forma clara que os colonos suíços, emigrantes voluntários destinados a fundar uma comunidade, deviam ser católicos e comprometer-se a estabelecer um núcleo de colonização estável e perdurável, exigências e condições que não se fizeram em relação ao anterior projecto, o dos técnicos metalúrgicos suecos.

A viagem dos colonos suíços até ao Brasil não foi tranquila para o grupo, que já estava fisicamente debilitado. Enquanto esperavam o embarque na Holanda ou durante a viagem marítima, os colonos foram afectados por surtos de varíola, tifo e febres diversas, que terão feito algumas vítimas⁴⁹.

O local escolhido para fixar esta comunidade foi o distrito de Cantagalo, localizado numa zona montanhosa no extremo noroeste da capitania do Rio de Janeiro, com ligações difíceis com a baía e com a cidade, feitas apenas através de uma estrada ou da navegação do rio Macacu, em direcção de Campos e São Félix⁵⁰.

Quanto ao papel que a colónia suíça devia ter no reordenamento territorial do Reino Unido, encontra-se expresso nas «Conditions pour l'établissement d'une colonie de suisses dans les états du Brésil» e pode sinte-

⁴⁷ Cf. *Diário Popular*, número de 22 de Março de 1938.

⁴⁸ O sexto marquês de Marialva foi estribeiro-mor de D. Maria I e director do Arquivo Militar. Não acompanhou D. Maria I na transferência da Corte para o Brasil, embora tivesse deixado o país por altura das Invasões Francesas. Fez parte da delegação enviada a Napoleão por Junot para pedir pesada contribuição lançada sobre o país. Foi aprisionado a mando de Napoleão. Solto em 1814, foi encarregado por D. João de apresentar cumprimentos a Luís XVIII pela sua subida ao trono e no ano seguinte procedeu à contratação de artistas franceses que, na sequência da queda do império napoleónico, queriam emigrar, formando assim a Missão Artística Francesa. Enviado a Viena com a missão de pedir a mão da princesa Leopoldina, filha de Francisco I da Áustria, para o príncipe D. Pedro, soube coroar a iniciativa de luxo e aparato. Foi nomeado ministro de Portugal em Paris, cargo que desempenhou até 1820; ver artigo «Marialva (oitavo conde de Cantanhede e sexto marquês de)» in *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel SERRÃO, vol. IV, Porto, Figueirinhas, 1981. Sobre o fausto da embaixada organizada pelo conde de Marialva e enviada a Viena para pedir a mão de D. Leopoldina, cf. Jurandir MALERBA, *A Corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821)*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000, pp. 55-56.

⁴⁹ Gisele SANGLARD, «De Nova Friburgo a Fribourg através das letras: a colonização suíça vista pelos próprios imigrantes», cit., p. 192.

⁵⁰ Larissa Brown afirma que um dos principais problemas com que esta comunidade se debateu era o da colocação dos seus produtos hortícolas no mercado do Rio de Janeiro (*Internal Commerce in a Colonial Economy: Rio de Janeiro and its Hinterland, 1790-1822*, cit., p. 173).

tizar-se do seguinte modo: os emigrados eram automaticamente naturalizados cidadãos luso-brasileiros e deviam proceder ao povoamento de áreas onde, até então, a presença europeia era ténue. Esta intenção traduzia-se na edificação de um núcleo urbano, na produção de géneros alimentícios para abastecimento da cidade do Rio de Janeiro e seu *hinterland* e no transporte para território brasileiro de indivíduos com profissões especializadas, capazes de fomentar o desenvolvimento e a prosperidade da comunidade, mas também de ensinar o seu ofício aos portugueses: carpinteiros, ferreiros, marceneiros, pedreiros, sapateiros, tecelões, alfaiates, oleiros.⁵¹

As terras onde a colónia se instalou, descritas como «de uma fertilidade surpreendente» no que dizia respeito à produção de frutas, legumes e milho, e propícias à criação de gado caprino e vacum, eram de monsenhor António José da Cunha e Almeida que, de bom grado, as vendeu à Fazenda Real⁵².

Por conta da Fazenda Real correram as já habituais despesas com o transporte até ao porto do Rio de Janeiro e de lá até Cantagalo; os alojamentos provisórios em que se instalaram até que as suas casas ficassem prontas; as terras concedidas de plena propriedade; o gado ovino, caprino, vacum, suíno e cavalar e as sementes de trigo, feijões, favas, batatas, milho e cânhamo; víveres para alimentação durante os dois primeiros anos, produzidos nas fazendas do Cónego, do desembargador Osório, do Morro Queimado, do Mariano e do tenente Jerónimo; e, finalmente, a Coroa dava 160 réis por dia a cada colono durante o primeiro ano e 80 réis no segundo ano⁵³. Os colonos deviam levar da Suíça apetrechos e instrumentos agrários. Isentava-se a comunidade do pagamento de contribuições e impostos por um período de dez anos, com excepção do quinto do ouro e sobre os bens abrangidos pelos contratos reais⁵⁴.

Pretendia-se que a colónia fosse autónoma, contando com uma maioria de agricultores, mas também, como acima se referiu, com artífices dos mais variados misteres, médico, cirurgião e boticário, veterinário e ferrador, e dois a quatro eclesiásticos, que ficariam sujeitos ao bispo da diocese, com os mesmos emolumentos que os padres do Reino Unido. Determinava-se, ainda, que as cem famílias dessem origem a uma vila e duas aldeias. Nova

⁵¹ Gisele SANGLARD, «De Nova Friburgo a Fribourg através das letras: a colonização suíça vista pelos próprios imigrantes», cit., p. 176.

⁵² De acordo com Varnhagen, era da Mesa da Consciência e Ordens e do Desembargo do Paço e chanceler das Três Ordens Militares (Visconde de Porto SEGURO, *História geral do Brasil. Antes da sua separação e independência de Portugal*, tomo V, p. 150).

⁵³ *Jornal de Coimbra*, vol. XVI, n.º LXXX, 1820, p. 58; muitos desses incentivos eram concedidos pela Coroa a imigrantes não integrados em empreendimentos colectivos (cf. carta de Mme. Wasserfall a seu cunhado: «O rei se interessa pelas pessoas vindas por conta própria e lhes oferece os mesmos privilégios dirigidos aos colonos que trouxe: a saber, propriedade da terra, isenção de impostos, etc.» in *Journal du Jura*, 23-3-1820, pp. 91-92, apud Gisele SANGLARD, «De Nova Friburgo a Fribourg através das letras: a colonização suíça vista pelos próprios imigrantes», cit., p. 182).

⁵⁴ *Jornal de Coimbra*, vol. XVI, n.º LXXX, 1820, pp. 59-60.

Friburgo devia ter uma praça, hospital, escola e igreja, forno comunitário, armazém, açougue, dois moinhos e um silo⁵⁵.

Os imigrantes, considerados à luz do direito como verdadeiros súbditos do rei fidelíssimo, deviam reger-se pelas leis reais, postas em execução por autoridades locais, administrativas e judiciais, idênticas às portuguesas. A inspecção sanitária dos suíços e a assistência médica a prestar aos doentes deviam ser ministradas em Macacu, no hospital edificado no Convento de Santo António que, para o efeito, contava com uma verba especial. A supervisão dos assuntos relacionados com a saúde e condições higiénicas cabia ao médico da corte José Feliciano de Castilho, que, de entre os muitos cargos que desempenhou, foi um dos fundadores de o *Jornal de Coimbra*. A inspecção da nova colónia ficou a cargo de monsenhor Pedro Machado de Miranda Malheiros, desembargador do Paço e da Mesa da Consciência e Ordens e chanceler-mor da Corte e reino do Brasil⁵⁶.

A ida de indivíduos hábeis e úteis ao Estado, dispostos a ocupar áreas até então marginais do território brasileiro, era considerada como uma mais-valia para o desenvolvimento económico do território e esteve na origem de uma associação de cariocas – entre os quais se contava o barão do Rio Seco – disposta a contribuir com uma verba que se calcula em 27.200\$000 réis para apoiar o Estado nas despesas com os colonos. Este empréstimo tinha a forma de 68 apólices de 400\$000 réis cada uma e deviam ser pagas, sem juros, pelo Real Erário no prazo de oito anos⁵⁷.

Importa notar que é indubitável que este fenómeno da imigração de uma colónia suíça foi, conforme analisado, assunto amplamente divulgado nos periódicos portugueses. Mas mereceu por parte dos jornais helvéticos igual atenção e publicidade: quer durante o período de contratação e partida dos colonos, quer depois, quando estes já se tinham estabelecido.

O interessante artigo de Gisele Sanglard analisando a correspondência de indivíduos directamente envolvidos no processo migratório associado à fundação de Nova Friburgo – na definição da autora, «as cartas de quem partiu» – refere que a imprensa regional, como o *Journal du Jura*, o *Journal Suisse et Gazette de Lausanne* e *La Feuille d'Avis de la Ville et Canton de Fribourg*, teve a função de incentivar a imigração para o Brasil, divulgando notícias sobre as riquezas naturais do território, a fertilidade e as potencialidades da terra escolhida, a amenidade do clima, a diversidade da fauna e da flora; e, paralelamente, teve o papel «pedagógico» de predispor e preparar as comunidades locais a apoiar e colaborar com os compatriotas que se aventuravam no Novo Mundo.⁵⁸

⁵⁵ Gisele SANGLARD, «De Nova Friburgo a Fribourg através das letras: a colonização suíça vista pelos próprios imigrantes», cit., p. 177.

⁵⁶ *Jornal de Coimbra*, vol. XVI, n.º LXXXVII, 1820, p. 146.

⁵⁷ *Jornal de Coimbra*, vol. XVI, n.º LXXXI, 1820, pp. 88-89.

⁵⁸ Gisele SANGLARD, «De Nova Friburgo a Fribourg através das letras: a colonização suíça vista pelos próprios imigrantes», cit., pp. 178-179.

Os jornais ter-se-ão interessado pela viagem e pela adaptação dos viajantes aos novos clima e condições, publicando, na versão integral, a correspondência oficial e apenas parceladamente os relatos e as cartas pessoais de quem contava as experiências dos que tinham saído em busca das riquezas brasileiras ou ainda as notícias facultadas pelos membros da comunidade helvética estabelecida no Brasil que receberam os recém-chegados. A publicação desta informação «era uma obrigação que a imprensa sentia de provar que os que partiam tinham feito uma boa escolha, mesmo que houvessem sido em parte induzidos pelo que leram sobre fortunas alcançadas além-mar nas páginas dos próprios jornais, porta-vozes dos governos cantonais e envolvidos direta e indiretamente no processo migratório»⁵⁹.

No mesmo estudo, Gisele Sanglard refere ainda que, num segundo momento, essa mesma imprensa alterou a sua intervenção, parecendo ter a função de sustentar o ímpeto migratório, na medida em que censurava ou advertia os leitores sobre os riscos de se lançar numa empresa sem sucesso e onde a fortuna nem sempre era fácil⁶⁰.

5. Tráfico negreiro *versus* colonização europeia: a imigração organizada para o Brasil e as pressões diplomáticas inglesas

Mais uma vez, reconhecendo a imensidão territorial a administrar e a explorar economicamente, a Coroa transferida para o Brasil continuava a chamar a si a responsabilidade de arrematar colonos. Depois de 1808, já não eram exclusivamente súbditos do rei fidelíssimo, ilhéus e gentes das províncias de Entre-Douro e Minho em busca de terras férteis e abundantes. Eram indivíduos de outros países que, tão cedo chegassem, teriam o direito de receber terras em regime de sesmarias, em igualdade de circunstâncias com os súbditos portugueses. Colônias de indivíduos que desempenhavam profissões especializadas ou que tinham sofrido a fome e as doenças numa Europa devastada pela guerra eram acolhidas, protegidas e favorecidas por um soberano magnânimo, que sofrera também as agruras provocadas pelas Invasões Francesas. Primeiro foram suecos e suíços; depois da Independência, seguiram-se alemães, irlandeses e italianos.⁶¹

Embora a razão da viagem transoceânica fosse predominantemente a mesma – a procura de uma vida melhor associada à posse de uma pequena propriedade familiar voltada para o abastecimento –, naquele momento, após a mudança da Corte para o Rio de Janeiro, já não eram só as regiões

⁵⁹ *Ibid.*, p. 179.

⁶⁰ *Ibid.*, p. 177.

⁶¹ Giralda SEYFERTH, «A singularidade germânica e o nacionalismo brasileiro: ambiguidade e alotropia na ideia de nação» in Cristiana BASTOS, Miguel Vale de ALMEIDA e Bela FELDMAN-BIANCO (coord.), *Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*, cit., p. 251.

marginais do Extremo Sul ou do Norte, de Santa Catarina ou da Amazónia, que importava ocupar, como tinha ocorrido durante grande parte de setecentos. Agora ganhavam importância as áreas marginais de São Paulo, Rio de Janeiro, do Espírito Santo e da Baía que, em pleno século XIX, eram ainda verdadeiras zonas de fronteiras⁶². A vinda de gente provocaria a dinamização económica de regiões férteis, o aumento do número de braços traria a prosperidade económica e tudo isto seria encarado pelos políticos, pensadores e pela população do Reino Unido como uma consequência do bom governo e do interesse do rei, cuja imagem pública e princípios político-ideológicos se alicerçavam na teoria de que o rei era o «verdadeiro pai dos seus vassalos» e se preocupava, empenhava e tomava medidas efectivas para alcançar a felicidade dos seus povos e o bem-estar dos seus súbditos. Ora, o bom governo do príncipe tinha implícito o reconhecimento e agradecimento dos povos, expressos numa lealdade incondicional dos vassalos à Coroa. Convém, no entanto, lembrar que, neste período de difusão de ideias liberais e separatistas, o império enfrentou, em 1817, duas revoltas dos dois lados do Atlântico: a insurreição de Pernambuco e o movimento de Gomes Freire de Andrade⁶³.

Muitos destes imigrantes recém-chegados deviam constituir-se em mão-de-obra nas fazendas e plantações de uma comunidade de burocratas, mercadores e armadores em ascensão, agraciada com títulos nobiliárquicos e mercês régias.⁶⁴ Outros deviam dar origem, nas áreas mais afastadas da capitania do Rio de Janeiro, como Cantagalo, a pequenas propriedades que em tudo diferiam das grandes unidades produtivas que, na mesma altura, se constituíam nos Campos de Goitacazes e no recôncavo da Guanabara⁶⁵.

Todos eles deviam contribuir para a abolição da escravatura a que a Coroa se tinha comprometido pelo Tratado de Aliança e Amizade, assinado com a Grã-Bretanha, a 19 de Fevereiro de 1810, e retomado de forma veemente na pressão feita pela Inglaterra durante o processo diplomático

⁶² Em período sensivelmente anterior, a partir de 1805, também a capitania da Baía conheceu uma acentuada colonização e ocupação do interior, associada à cultura de algodão para exportação (cf. Mónica Duarte DANTAS, «Povoamento e ocupação do sertão de dentro baiano (Itapicuru, 1549-1822)» in *Penélope – Revista de História e Ciências Sociais*, n.º 23, 2000, pp. 18-19). Nesta afirmação, temos implícito o conceito de fronteira como metáfora, conforme é definido por A. J. R. RUSSELL-WOOD, «Fronteiras no Brasil colonial» in *Oceanos*, n.º 40, Out.-Dez. de 1999.

⁶³ Iara Lis Carvalho SOUZA, *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autónomo (1780-1831)*, São Paulo, Editora Unesp, 1999, pp. 58 e ss.

⁶⁴ João FRAGOSO, «A noção de economia colonial tardia no Rio de Janeiro e as conexões económicas do Império português: 1790-1820» in João FRAGOSO, Maria Fernanda BICALHO e Maria de Fátima GOUVÊA (orgs.), *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI e XVIII)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001, pp. 331 e ss.; Lúcia Maria Bastos P. NEVES, «Família, poder e política no Brasil de final de Setecentos e início de Oitocentos» in Maria Beatriz Nizza da SILVA (org.), *Sexualidade, família e religião na colonização do Brasil*, cit., p. 259.

⁶⁵ Iara Lis Carvalho SOUZA, *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autónomo (1780-1831)*, cit., p. 49.

relacionado com o Congresso de Viena (1815)⁶⁶. A Inglaterra exercia a sua influência para que Portugal abolisse o tráfico desde as reuniões preliminares ocorridas em 1814 e, de facto, a 21 de Janeiro de 1815, os representantes portugueses assinaram a abolição do tráfico ao norte do Equador. Associo a cronologia deste processo à de outro já aqui referido: os primeiros resultados públicos relacionados com a emigração dos suíços ocorreram em 1817, embora, com todas as probabilidades, as negociações se tivessem iniciado em data ligeiramente anterior.

O governo estabelecido no Rio de Janeiro reconhecia que, por algum tempo, o Brasil seria incapaz de manter as suas actividades económicas sem o recurso à mão-de-obra escrava e que, seguramente, a substituição de escravos por brancos livres e bons cultivadores só se poderia operar lentamente, como resultado das providências tomadas pelo príncipe regente para chamar colonos europeus⁶⁷. Não só se reconhecia que o tráfico de africanos tinha aumentado de forma considerável depois da chegada da Corte ao Rio de Janeiro, como se ponderava que, se a atracção de imigrantes a terras brasileiras não era um processo particularmente moroso – especialmente quando comparado com a demora que levaria à aculturação da população indígena –, era, sem sombra de dúvida, dispendioso⁶⁸.

Neste retrato da imigração de europeus para o Brasil dado pela análise de dois periódicos em circulação nos inícios de Oitocentos há, por um lado, que ressaltar a ampliação da informação disponível ao «mercado de leitores luso-brasileiros» sobre a colónia sul-americana, que permite a apropriação intelectual da colónia do Brasil. A integração pelos luso-brasileiros de áreas até então desconhecidas no «universo mental», no «mundo conhecido» e supostamente controlado, traduz-se por um melhor conhecimento das riquezas naturais de diversas regiões de um imenso e variado território, das potencialidades económicas, bem como por se saber que existem comunidades europeias – e logo veículos e motores de civilização – que deviam contribuir de forma activa e serem coniventes nos processos de apropriação territorial e no desenvolvimento regional e nacional.

⁶⁶ Este tratado foi confirmado com a assinatura de um outro a 22 de Janeiro de 1815, pelo qual Portugal e Inglaterra acordavam na abolição do tráfico de escravos em todos os lugares da costa africana ao norte do Equador; cf. Maria Cândida PROENÇA, *A independência do Brasil*, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses/Colibri, 1999, pp. 23 e 98. Sobre este processo negocial veja-se Maria Lúcia Bastos P. NEVES, «Por detrás dos panos: atitudes antiescravistas e a independência do Brasil» in Maria Beatriz Nizza da SILVA (org.), *Brasil: colonização e escravidão*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000, p. 375; Jorge Manuel Viana PEDREIRA, *Estrutura industrial e mercado colonial: Portugal e Brasil (1780-1830)*, Carnaxide, Difel, 1994, p. 486; Iara Lis Carvalho SOUZA, *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autónomo, 1780-1831*, cit., p. 42.

⁶⁷ Valentim ALEXANDRE, «O Império luso-brasileiro em face do abolicionismo inglês (1807-1820)» in Maria Beatriz Nizza da SILVA (org.), *Brasil: colonização e escravidão*, cit., p. 400.

⁶⁸ ANÓNIMO, «Reflexões sobre o melhoramento da agricultura no Brasil» in *Jornal de Coimbra*, vol. XIV, n.º LXXVII, 1819, p. 166.

Seguidamente, e em outro nível, há que destacar que, se muitos destes indivíduos iam com intenção de regressar à sua terra de origem, como foi o caso dos mineiros suecos de Hedberg, que pediram para regressar no final do contrato, ou de inúmeros açorianos que percorreram o circuito definido pelas duas margens do Atlântico, outros iam com vontade de permanecer na nova terra, num novo continente e aí organizar, de forma permanente, a sua vida. Movia-os a fome, os maus anos agrícolas, os rigores do clima e a guerra, de um lado, e, de outro, a «atitude generosa» de um compatriota que se havia estabelecido e tivera sucesso no Rio de Janeiro.

Quais as fontes de informação que dispunham sobre o Brasil, de que forma elas podiam constituir um incentivo ao seu deslocamento «para o outro lado do mundo» e qual o peso que tinham os incentivos e as angústias dos indivíduos e da comunidade em que estavam inseridos? Em relação aos suecos, consegue-se perceber o envolvimento do cônsul Joaquim Lobo da Silveira no opúsculo já mencionado, que pode ser considerado um «folheto de propaganda» à imigração. Nele se exaltava a fertilidade e riqueza do novo continente sob domínio português.

No que diz respeito aos helvéticos, há que contar com documentos de vária natureza. Primeiro, e pela sua importância, destaca-se o relatório feito por Sebastião Nicolau Gachet, dando conta de que «qualquer agricultor laborioso e inteligente verá, num primeiro momento, quanto há de coisas negligenciadas e a serem feitas no Brasil, das quais se tira um enorme partido no Velho Mundo. Apesar disso, posso garantir que não há nenhum proprietário das casas que visitei, numa gama variada de lugares, que não esteja rico ou muito bem de vida». Depois, existem umas «Ideias sobre o arrançamento e distribuição das terras pertencentes à Real Fazenda do Morro Queimado: aonde em conformidade com as Reais Ordens de SM, se trata de estabelecer uma colónia de suíços» e as concessões e benesses prometidas pelo governo português por intermédio do seu cônsul João Batista Bremond. E finalmente – *last but not least* – é preciso contar com os testemunhos de indivíduos que voluntariamente se tinham disposto a emigrar para o Brasil, sozinhos ou acompanhados pelas suas famílias, e cujas cartas eram testemunho precioso no incentivo à ida dos seus conterrâneos. Todos estes testemunhos contribuíram certamente para que largas centenas de indivíduos tivessem ponderado o Brasil como destino viável de emigração e se tivessem disposto a transformar as suas vidas numa aventura vivida do outro lado do mar-oceano⁶⁹.

⁶⁹ *Jornal de Coimbra*, vol. 16, n.º LXXX, 1820, pp. 51 e ss.

PODER, INFORMAÇÃO E IMAGENS

PARA UM MELHOR CONHECIMENTO DOS DOMÍNIOS COLONIAIS: A CONSTITUIÇÃO DE REDES DE INFORMAÇÃO NO IMPÉRIO PORTUGUÊS EM FINAIS DE SETECENTOS*

O advento da segunda metade do século XVIII coincidiu com a realização de um enorme esforço de renovação do conhecimento que envolveu indivíduos e instituições e que foi, em grande medida, promovido, financiado e suportado pelo Estado. Nele estiveram empenhados não só cientistas, astrónomos, engenheiros-cartógrafos, médicos, cirurgiões, alguns vindos do estrangeiro, outros recém-formados pela Universidade de Coimbra ou por academias corporativas, como também altos funcionários dotados de formação cosmopolita ilustrada que permitia que fossem não só administradores eficientes, mas também «homens de ciência»¹.

O principal destinatário desta informação foi, em meu entender², o Estado português. A Coroa participou, de forma quase omnipresente, neste processo de renovação cultural e científica: por exemplo, na formação desta

* Este texto foi publicado em *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*, vol. VIII, Suplemento, 2001, pp. 823-838; http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702001000500002. E também em *Ler História*, n.º 39, 2000, pp. 19-34.

¹ Este assunto foi recentemente abordado por Maria Beatriz Nizza da SILVA, *A cultura luso-brasileira. Da reforma da Universidade à independência do Brasil*, Lisboa, Editorial Estampa, 1999.

² Ângela DOMINGUES, «As remessas das expedições científicas na segunda metade do século XVIII» in Jill DIAS (org.), *Nas vésperas do mundo moderno, Brasil*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1992; ver também José Sala CATALÁ, «La ciencia en las comisiones de límites hispanoportugueses: su proyección internacional» in Francisco SOLANO e Salvador BERNABEU (orgs.), *Estudios (nuevos y viejos) sobre la frontera*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Centro de Estudios Históricos, 1991, p. 280; CASTEL-BRANCO *et al.*, «O aparecimento do jardim: Domingos Vandelli» in Cristina CASTEL-BRANCO, Ana Luísa SOARES e Teresa CHAMBEL, *Jardim Botânico da Ajuda*, Lisboa, Jardim Botânico da Ajuda, 1999, p. 80.

«elite do conhecimento», quando impulsionou a criação do Colégio dos Nobres, da Academia Militar e a reforma da Universidade de Coimbra, ou quando requisitou em Bolonha, Génova e Pádua os serviços de professores de física, astronomia, química, matemática, história natural para ensinarem nas instituições de ensino mencionadas³, no fornecimento de meios técnicos, humanos e financeiros às viagens científicas que se realizaram ao Brasil, África e Ásia⁴; ao determinar campos de actuação e estudo, ao redefinir directrizes científicas ou ao estabelecer a prioridade de certas áreas geográficas; na recepção e gestão da informação oriunda dos mais variados pontos do Império, endereçada à Secretaria de Estado da Marinha e Negócios Ultramarinos ou direccionada para unidades funcionais de cariz científico e experimental, como nesta época foram o Real Gabinete de História Natural, o Jardim Botânico ou os hospitais Militar e de São José.

Cientistas e funcionários criaram e sustentaram uma rede de informação que permitiu ao Estado português setecentista conhecer de forma mais aprofundada e precisa os seus domínios na Europa, Ásia, África e, sobretudo, na América, ou seja, reconhecer os limites físicos dessa soberania, bem como as potencialidades económicas do território administrado. Foi na segunda metade do Setecentos que se realizaram viagens científicas às colónias, mas foi também neste período que se procedeu à demarcação de limites entre as monarquias ibéricas na América do Sul⁵. E, assim, o esforço de conhecer o espaço e a tensão político-diplomática confundiam-se enquanto estímulo imediato à actividade científica de que o Brasil era objecto.

³ Como estudo de caso, ver AA.VV., *Amazônia felstínea. António José Landi. Itinerário artístico e científico de um arquitecto bolonhês na Amazônia do século XVIII*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.

⁴ William J. SIMON, *Scientific expeditions in the Portuguese Overseas territories (1783-1808) and the role of Lisbon in the intellectual-scientific community of the late eighteenth-century*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 1983; Ângela DOMINGUES, *Viagens de exploração geográfica na Amazônia: política, ciência e aventura*, Lisboa, Região Autónoma da Madeira, 1991.

⁵ A bibliografia publicada sobre o assunto é considerável. Sem querer reportar-me aos estudos mais antigos, ainda que sempre interessantes, de Jaime Cortesão, Artur Cezar Ferreira Reis e Luís Ferrand de Almeida, quero referir Ângela DOMINGUES, *Viagens de exploração geográfica na Amazônia em finais do século XVIII: política, ciência e aventura*, Lisboa e Funchal, Região Autónoma da Madeira, 1991; Eduardo Moyano BAZZANI, *Aportaciones de la historiografía portuguesa a la problemática fronteriza luso-española en América Meridional, 1750-1778* in *Revista de Índias*, vol. LII, n.º 195-196, 1992; Maria Loreto Rojo GARCIA, «La línea Requena: fijación científica de la frontera brasileña con Venezuela, Nueva Granada y Perú (1777-1804)» in *Estudios (nuevos e viejos) sobre la frontera*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Centro de Estudios Historicos, 1991, pp. 217 e ss.; Manuel Lucena GIRALDO, «La expedición imaginaria: la ejecución del tratado de San Ildefonso en la Guayana española (1776-1784)» in *Estudios (nuevos e viejos) sobre la frontera*, 1991, pp. 249 e ss.; Mário Clemente FERREIRA, *O tratado de Madrid e o Brasil Meridional: os trabalhos demarcadores das partidas do Sul e a sua produção cartográfica (1749-1761)*, Lisboa, CNCDP, 2001; André Ferrand de ALMEIDA, *A formação do espaço brasileiro e o projecto do novo atlas da América Portuguesa (1713-1748)*, Lisboa, CNCDP, 2001.

Esta informação surgia dos mais diferentes pontos do Império, estruturada em função de critérios ‘científicos’ e sistemáticos patentes, por exemplo, nas memórias e participações elaboradas por Alexandre Rodrigues Ferreira, um naturalista que viajou entre 1783 e 1792 pela bacia hidrográfica amazónica e pelo planalto de Mato Grosso⁶, ou nos ensaios e memórias económicas sobre as ilhas de Cabo Verde escritas por João da Silva Feijó⁷. Podia, também, ser tratada como um aspecto entre tantos outros que derivavam da administração do território em ofícios e relatórios emitidos por governadores, administradores e intendentes ou ser um objecto específico da actuação de altos funcionários administrativos, como era o caso do juiz de fora e, depois, ouvidor Baltazar da Silva Lisboa que, com estudos jurídicos, tinha-se dedicado à história natural⁸.

Contudo, em alguns casos, os cientistas acabaram por produzir discursos administrativos e, em contrapartida, os funcionários sistematizaram informação de natureza científica. Na década de 1780, o naturalista João da Silva Feijó enviava à Secretaria de Estado da Marinha e Negócios Ultramarinos dois mapas estatísticos relativos aos habitantes e às produções da ilha Brava, enquanto que um *Catálogo de árvores, arbustos e arbustos silvestres que se dão naturalmente nas ilhas de Cabo Verde* era remetido pelo governador de Cabo Verde a Domingos Vandelli, director do Real Gabinete de História Natural e Jardim Botânico da Ajuda⁹.

Embora num registo menos inesperado, uma vez que, em pleno século XVIII, as fronteiras entre os diferentes domínios científicos eram difusas, importa notar que há igualmente uma promiscuidade de objecto entre os ‘homens de ciência’, aqui considerados numa acepção restrita. Dessa forma, solicitava-se a João da Silva Feijó a produção de uma carta geográfica da ilha do Fogo, enquanto que o astrónomo e cartógrafo António Pires da Silva Pontes era autor de uma *Memória sobre os homens selvagens da América Meridional que serve de introdução às viagens* e Teodósio Constantino de Chermont, tenente-coronel de artilharia, com exercício de engenheiro e primeiro-comissário das demarcações de limites na Amazônia em 1780, descrevia os hábitos e comportamentos da etnia Mauá¹⁰.

⁶ Alexandre Rodrigues FERREIRA, *Viagem filosófica ao Rio Negro*, s.l., Museu Paraense Emílio Goeldi, CNPq, Fundação Roberto Marinho, s.d.; Alexandre Rodrigues FERREIRA, *Viagem filosófica pelas capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. Memórias. Antropologia, zoologia e botânica*, 2 volumes, Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1972-1974.

⁷ João da Silva FEIJÓ, *Ensaio e memórias económicas sobre as ilhas de Cabo Verde (século XVIII)*, apresentação e comentários de António Carreira, Lisboa, Instituto Caboverdiano do Livro, 1986.

⁸ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (B.N.R.J.), cód. 67, vol. 15, fl. 3, Ofício de Martinho de Melo e Castro a Luís de Vasconcelos e Sousa, de 4 de Janeiro de 1787; B.N.R.J., 1-4-8, Ofício de D. Rodrigo de Sousa Coutinho a D. Fernando José de Portugal, de 19 de Junho de 1797.

⁹ Museu Bocage, Correspondência Nacional, F.-10, Ofício de João da Silva Feijó a Martinho de Melo e Castro, de 10 de Maio de 1785; A.H.U., *Reino*, caixa 26 (2722), fl. 4, doc. s.d.

¹⁰ Museu Bocage, CN-F.13, Ofício de Júlio Matiazzi a João da Silva Feijó criticando-o pela falta de habilidade no envio de produtos naturais, s.d. (aprox. 25 de Novembro de 1785);

Ou seja, de todos os pontos do Império, indivíduos de várias proveniências, com diferente formação, exercendo as mais diversas funções e dotados de objectivos diferentes enviavam aos órgãos da administração central sediada em Lisboa informações sobre os mais variados assuntos. Contudo, esses dados deviam contribuir para o conhecimento global do território. E há que referir que não se limitavam, apenas, a uma forma textual. Enviavam-se também cilindros de folha-de-flandres com cartas geográficas e topográficas e desenhos de espécies animais e vegetais ou, então, de paisagens que captavam o exotismo e a exuberância de uma natureza que não era a de Portugal reino¹¹. Dos recônditos da Amazónia e Goiás, das capitânias do Rio de Janeiro e da Baía, das ilhas de Cabo Verde e dos sertões de Angola remetiam-se para o reino produções naturais e etnológicas, herbários, amostras de cascas de árvores, raízes e resinas, frascos com terra e sementes; enviavam-se caixotes com plantas e gaiolas com pássaros, répteis, macacos, zebras, tabuleiros com borboletas, peixes e animais embalsamados, peles, enxofre, ferro, salitre, antimónio e bismuto ou, simplesmente, pedras.

Consequentemente, não foram só os naturalistas ou os engenheiros-cartógrafos e os matemáticos a fazerem essas remessas. O material que, na segunda metade do setecentos, veio enriquecer as colecções do Real Gabinete e Jardim Botânico da Ajuda, do museu particular da rainha ou da Academia das Ciências não foi apenas o recolhido durante as viagens científicas ao reino ou às colónias ou, ainda, as aquarelas da Amazónia dos desenhadores Joaquim José Codina e José Joaquim Freire, que acompanharam Rodrigues Ferreira na sua viagem, ou os herbários do jardineiro-botânico Agostinho Joaquim do Cabo, igualmente participante na mesma expedição. Foram, também, as remessas enviadas pelo vice-rei do Brasil, D. Luís de Vasconcelos e Sousa, e pelos governadores e capitães-generais de Minas Gerais, Cuiabá, Piauí, Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Goiás, Pará, Rio Negro ou, ainda, por Francisco da Cunha de Meneses, governador da Índia, e D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, durante o período em que administrou Angola, e por tantos outros que se interessaram pelas produções naturais e curiosidades científicas nos diferentes pontos do Império¹².

Academia de Ciências de Lisboa, *Série Azul*, mss. 17.37; A.H.U., *Rio Negro*, caixa 5, doc. 7, Ofício de Teodósio Constantino de Chermont a João Pereira Caldas, de 22 de Junho de 1782.

¹¹ Ângela DOMINGUES, «As remessas das expedições científicas no Norte brasileiro na segunda metade do século XVIII» in *Nas vésperas do mundo moderno. Brasil*, coordenação de Jill Dias, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1992, pp. 87 e ss.

¹² Para o Oriente, ver Maria de Jesus dos Mártires LOPES, *Goa setecentista. Tradição e modernidade (1750-1800)*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 1996, pp. 285-289; para Angola, consultar Instituto de Estudos Brasileiros, Colecção Lamego, códice 82, 82-31, Ofício de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, de 17 de Dezembro de 1767; para o Brasil, ver, por exemplo, A.H.U., *Rio Negro*, caixa 5, doc. 1, Lista das contas dadas pelo gover-

No processo de recolha, preparação e descrição das espécies participavam, ainda, moradores e colonos, altas patentes militares e soldados, funcionários eclesiásticos, degredados. Desse modo, das capitânias do Rio de Janeiro e do Rio Negro, entidades tão díspares como o bispo da diocese carioca e o primeiro comissário-geral das demarcações de limites no norte do território enviavam amostras de anil, consideradas de excelente qualidade e destinadas à tinturaria e a uma eventual exportação para a Rússia¹³. Também do Pará e da Baía chegavam dicionários e relações descrevendo as plantas nativas, os primeiros remetidos pelo brigadeiro Joaquim Machado de Oliveira e as segundas, pelo conde de Arcos, governador e capitão-general da Bahia de Todos os Santos¹⁴. Solicitou-se, ainda, a colaboração de ameríndios (estes considerados exímios embalsamadores de espécies animais), africanos e asiáticos, afinal dos indivíduos que melhor conheciam a fauna e a flora da região em que habitavam¹⁵. Além disso, eram, ainda, consultados sobre a utilização ou a aplicação que esses produtos podiam ter na agricultura, na indústria, no comércio ou na farmácia.

Apesar de afirmar com segurança que, no conhecimento científico-tecnológico que o Estado absolutista construiu sobre o seu Império ao longo da segunda metade de setecentos, participaram vários elementos constituintes das sociedades coloniais, com especial destaque para os ‘cientistas’ e para os altos funcionários administrativos, quero deixar claro a hierarquia de poder e mando que entre eles se estabelecia. Se muitas das ordens e directivas vinham diretamente de Lisboa, há que atentar que eram os governadores e capitães-generais das diferentes capitânias os representantes da autoridade soberana do Rei Fidelíssimo no território e loco-tenentes do monarca. Eram ainda eles que tinham um conhecimento imediato do terreno e que controlavam mais rapidamente os acontecimentos que podiam

nador João Pereira Caldas ao secretário de Estado da Marinha e Negócios Ultramarinos sobre o envio de produções naturais, de 31 de Janeiro de 1782; *ibidem*, Ofício de João Pereira Caldas a Martinho de Melo e Castro, de 31 de Janeiro de 1782; idem, *Pará*, caixa 49 (765), Relação do que se remete pela fragata de S. Maj. *Amazona* com destino ao Real Museu Nacional da Corte e cidade de Lisboa, de 29 de Abril de 1798. Nesta remessa predominavam artefactos da etnia Maué e Mundurucu, tais como: cordões e cabeleiras de penas, coifas, turbantes, ceptros, pentes, braceletes, maços de cascavéis, brincos, máscaras, arcos, flechas, buzinas. Associe-se estes envios com a pacificação dos Mundurucus em 1795.

¹³ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, cód. 67, vol. 9, fl. 22, Ofício de Martinho de Melo e Castro a Luís de Vasconcelos e Sousa, de 17 de Fevereiro de 1781; A.H.U., *Rio Negro*, caixa 9, doc. 1, Ofício de João Pereira Caldas a Martinho de Melo e Castro, de 31 de Julho de 1784.

¹⁴ B.N.R.J., II-33-21-104, Ofício do conde das Galveias ao conde de Arcos, de 28 de Julho de 1813; idem, I-47-23-6, Virtudes curativas de algumas plantas e animais do Pará pelo brigadeiro J. Joaquim Machado de Oliveira, s.d.

¹⁵ Na preparação dos produtos enviados por Rodrigues Ferreira, o naturalista contou com o auxílio dos índios Cipriano de Sousa e José da Silva, nomeados alferes das povoações de onde eram originários como forma de recompensa da sua colaboração (A.H.U., *Rio Negro*, caixa 14, doc. 19, Ofício de Alexandre Rodrigues Ferreira a [Martinho de Melo e Castro], de 26 de Setembro de 1787).

ser determinantes em viagens e observações científicas. Finalmente, cumpria-lhes articular um projeto integrado de colonização e ordenamento territorial, tão mais importante se a área a considerar fosse uma zona de tensão, como a Amazónia, na época disputada pelas duas Coroas ibéricas.

No sentido de se obter maior eficácia e eficiência, os governadores eram, simultaneamente, comissários-gerais das partidas de demarcações de limites e, como consequência, aqueles a quem astrónomos e engenheiros-cartógrafos prestavam, no território, contas das suas observações; davam, igualmente, instruções aos viajantes-naturalistas sobre alguns percursos e prioridades a considerar e ordenavam às instituições competentes, como a Fazenda Real, os administradores das companhias monopolistas, as câmaras ou os directores das povoações, que financiassem e auxiliassem com embarcações, remeiros, carregadores e alimentos os expedicionários¹⁶; determinavam, de igual forma, o envio de remessas e a elaboração de textos e relatórios sobre as missões científicas. Foi desse modo que as 16 participações que constituem a *Viagem filosófica pelo Rio Negro* de Alexandre Rodrigues Ferreira surgiram, por imperativo de João Pereira Caldas, que se queria informar «sobre a agricultura, comércio e povoações de toda a capitania para do mesmo modo o fazer constante na real presença»¹⁷.

Cumprido, agora, ressaltar que a avultada informação de carácter científico, dirigida à Secretaria de Estado da Marinha e Negócios Ultramarinos e, eventualmente canalizada para os gabinetes de história natural, jardins botânicos ou laboratórios científicos, não se destinava a fins meramente administrativos, nem alimentaria uma ciência especulativa ou teórica.

É certo que as plantas seriam classificadas de acordo com o sistema de Lineu e o seu exotismo permitiria o embelezamento dos jardins reais e particulares¹⁸. De igual modo, as espécies animais seriam estudadas nas aulas práticas das academias e universidades, tal como os minerais dariam origem a colecções preciosas nos gabinetes geológicos.

Contudo, o saber científico, tal como era entendido após a renovação cultural ocorrida no Portugal setecentista do triunfo do Iluminismo e da

¹⁶ No que diz respeito à definição de percursos, as competências dos governadores eram, contudo, limitadas. Considere-se como exemplo o caso de Rodrigues Ferreira: João Pereira Caldas pôde determinar trajetos nas áreas sob sua administração, mas esperou por ordens de Lisboa quando ele e o naturalista se questionaram acerca da prossecução da expedição: o regresso a Lisboa ou a continuação por Mato Grosso. Em alguns casos, os naturalistas debateram-se com a má vontade das instituições. Foi o que ocorreu com João da Silva Feijó, que se queixava por não ter recebido ordenado, transporte ou auxílio do bispo e dos administradores da companhia monopolista. Era com estas razões que explicava o insucesso da sua missão nas ilhas de Cabo Verde (Museu Bocage, C.N., F.4, Trelado do aviso de João da Silva Feijó sobre o envio de remessas para Lisboa, de 15 de Setembro de 1783; *ibidem*, F. 6, Ofício de João da Silva Feijó a Júlio Matiazzi, de 29 de Fevereiro de 1784).

¹⁷ A.H.U., *Rio Negro*, caixa 11, docs. 4 e 5 de 13 de Agosto de 1785.

¹⁸ A.H.U., *Rio Negro*, caixa 4, doc. 5, Ofício de João Pereira Caldas a Martinho de Melo e Castro, de 22 de Setembro de 1781.

racionalidade, tinha carácter eminentemente prático. As descrições e amostras dos produtos que confluíam dos vários pontos do Império destinavam-se não só à inventariação, catalogação e classificação das espécies ou ao reconhecimento das potencialidades naturais, como deviam contribuir para o desenvolvimento económico do reino, para o incremento das indústrias, manufacturas e do comércio ou contribuir para a cura de doenças¹⁹.

Na concretização desse propósito conciliaram-se actuações nas colónias e no reino. Assim, no Norte brasileiro, faziam-se as primeiras experiências no cultivo do linho cânhamo e procuravam-se alternativas a este produto, tradicionalmente usado no cordame dos navios, nas fibras vegetais amazónicas, cuja aplicação se inquiria e observava junto da população indígena. No processo surgiam envolvidos o governador João Pereira Caldas e o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, autor de umas *Memórias sobre as palmeiras do estado do Grão-Pará cujas folhas servem para se cobrirem as casas e outros usos* e *Memória sobre as palmeiras. São as palmeiras que eu vi e me informaram os práticos que haviam* (sic) *nas matas do estado do Grão-Pará*²⁰. Paralelamente, na fábrica da Cordoaria da Corte, testava-se a resistência e eficiência destes novos produtos e de outros oriundos de diferentes pontos do Brasil, como o arbusto jecum da Baía e a guaxima de Santa Catarina²¹.

De igual modo, os produtos medicinais indígenas que eram recolhidos, a mando do conde de Arcos na Bahia ou do bispo no Pará, iam acompanhados de pareceres elaborados pelos físicos-mores das capitánias e destinavam-se a ser experimentados nos enfermos do Hospital Real Militar de Lisboa, sob a forma de xaropes, banhos, decocções, cozeduras ou emplastros²². As madeiras da floresta amazónica ou dos sertões de Pernambuco, preparadas pelos índios e negros dos estaleiros do estado do Grão-Pará ou recolhidas pelo oficial Julião Álvares, eram enviadas a Lisboa para serem experimentadas no Arsenal Real do Exército e na construção naval e civil²³. De igual modo, no Laboratório Químico do Jardim Botânico da Ajuda purifi-

¹⁹ Maria Beatriz Nizza da SILVA, «A Historia Natural no Brasil antes das viagens do Príncipe Maximiliano» in *Oceanos*, n.º 24, Outubro/Dezembro 1995, pp. 13 e ss.

²⁰ Alexandre Rodrigues FERREIRA, *Viagem filosófica pelas capitánias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. Memórias. Antropologia, zoologia e botânica*, Memória XV e XVI, pp. 232-242.

²¹ A.N.R.J., cód. 67, vol. 12, fl. 80, Ofício de Martinho de Melo e Castro a Luís de Vasconcelos e Sousa, de 14 de Agosto de 1784.

²² B.N.R.J., II-33-21-104, Ofício do conde de Galveias ao conde de Arcos, de 28 de Julho de 1813; idem, 7-4-82, Ofício do conde de Galveias ao bispo do Pará para se indagar da farmacopeia indígena a aplicar no Hospital Real Militar da Corte, de 28 de Julho de 1813.

²³ A.N.R.J., cód. 101, vol. 1, fl. 123 e ss., Ofício de Martinho de Melo e Castro a José Nápoles Telo de Meneses, de 1 de Maio de 1780; *ibidem*, fls. 158v-159, Ofício de Martinho de Melo e Castro a Martinho de Sousa e Albuquerque, de 14 de Agosto de 1781.

cavam-se as amostras de anil que chegavam da colónia americana, de forma a torná-lo mais «perfeito e capaz de servir nas tinturarias»²⁴.

Penso, portanto, ter ficado suficientemente comprovado que a informação de feição científica que, a mando da administração central, se ia recolhendo pelo Império e remetendo a Lisboa tinha um componente experimental e prático notório e que o conhecimento científico se integrava num programa que, desenvolvido em instituições sob a tutela da Coroa, teria repercussões na ciência, na política, na economia e no bem-estar social²⁵.

O que, a esta altura, pretendo acrescentar é que essa actividade experimental não se confinou ao reino e a instituições como o Jardim Botânico de Lisboa ou de Coimbra, os hospitais Militar ou de São José, a Cordoaria ou o Arsenal Real. Dependendo da formação, competência e eficiência dos governadores, a informação e as experiências com novas espécies podiam ser realizadas entre capitánias. Apesar de, em última instância, a Coroa ser sempre beneficiada com o conhecimento do território, das suas espécies naturais e potencialidades económicas, Lisboa e as instituições principais não centralizavam completamente o processo e podiam ocorrer iniciativas paralelas às que eram realizadas pelo governo central.

A comprová-lo, refira-se o dinamismo com que Francisco Maurício de Sousa Coutinho administrou o estado de Grão-Pará entre 1790 e 1803²⁶. Foi durante o seu governo que se fundou, em 1796, um jardim botânico em Santa Maria de Belém, o primeiro a ser criado em território brasileiro. Nele se plantaram algumas das «drogas do sertão» amazónico, como o puxiri, cacau, cravo, gengibre e salsaparrilha, e se aclimataram plantas de canela e cravo-da-índia, damascos de São Domingos, jacas e cafezeiros de Caiena²⁷. O governador e capitão-general do estado do Pará desenvolveu uma intensa troca de espécimens vegetais com D. Diogo de Sousa, governador da capi-

²⁴ Cristina CASTEL-BRANCO, Ana Luísa SOARES, Teresa CHAMBEL, «O aparecimento do jardim: Domingos Vandelli» in *Jardim Botânico da Ajuda*, p. 63.

²⁵ Sobre o paralelismo que, também a este nível, ocorre com a Espanha v. Antonio LAFUENTE, «Las expediciones científicas del Setecientos y la nueva relación del científico con el Estado» in *Revista de Indias*, vol. XLVII, n.º 180, 1987, pp. 373 e ss.

²⁶ Ele era filho de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, governador de Angola e Benguela e embaixador em Espanha, e irmão de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, secretário de Estado da Marinha e Negócios Ultramarinos, ministro da Fazenda e presidente do Erário Régio (Ângela DOMINGUES, *Quando os índios eram vassallos: colonização e relações de poder no Norte do Brasil durante a segunda metade do século XVIII*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000, pp. 126 e ss.).

²⁷ Sobre a definição de drogas do sertão, ver Ângela DOMINGUES, «Drogas do sertão» in Maria Beatriz Nizza da SILVA, *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*, Lisboa, Editorial Verbo, 1994, cols. 270-271; sobre as produções do Jardim Botânico de Belém, consultar I.E.B., Coleção Lamego, cód. 17, 17-1-55; e Nelson R. SANJAD, *Nos jardins de S. José: uma história do Jardim Botânico do Grão-Pará (1796-1873)*, dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Geociências, Campinas, UNICAMP, 2001.

tania do Maranhão²⁸. Comunicou-lhe, ainda, o processo utilizado no fabrico de água férrea artificial semelhante à de Perimont, destinada à cura das febres que ambos teriam adquirido em terras de África²⁹.

A construção de um novo conhecimento sobre o Império e a fluidez com que a informação circulava tinham, para além de um componente científico notório, repercussões económicas óbvias. A aclimação e a cultura de novos espécimens deviam desenvolver-se paralelamente à racionalização da agricultura tradicionalmente praticada e à introdução de novas técnicas que rentabilizariam e tornariam mais produtivas as actividades agrícola, mineralógica e industrial, tal como eram habitualmente praticadas.

Nesta época introduziram-se no Brasil sementes de tabaco da Virgínia e de Maryland, de linho cânhamo de Riga e de arroz da Carolina³⁰; e na ilha do Fogo, as primeiras amostras de café da Fazenda Nacional e das Antilhas³¹; construíram-se mecanismos para limpar e branquear arroz, café e algodão³² e recomendou-se a difusão do uso de bois e arados para cultivar as terras³³; incentivou-se a aprendizagem das técnicas de pesca de baleias com os moradores de Nantukett³⁴; difundiram-se folhetos como a *Memória sobre a reforma dos alambiques* (escrito por Bernardo José de Lorena, foi publicado em 1797), o *Método sobre a preparação da cochonilha*, a *Memória sobre a plantação de algodões* (de autoria de Manuel Arruda da Câmara, foi impresso em 1799), a *Memória sobre a cultura do loureiro cinamomo, vulgo caneleira de Ceilão* e tantos outros, uns destinados a serem comprados pelos interessados, outros a serem distribuídos a expensas da Fazenda Real³⁵.

Uma vez mais a Coroa interveio, chamando, agora, a si uma função educacional e pedagógica. Através de panfletos e livros, pretendia-se 'demo-

²⁸ Governador de Moçambique até à altura em que foi nomeado para administrar a capitania do Maranhão por decreto de 13 de Fevereiro de 1798 (Porto Seguro, s.d., p. 342).

²⁹ I.E.B., Coleção Lamego, 17-1-80, Ofício de D. Francisco de Sousa Coutinho a D. Diogo de Sousa, de 18 de Dezembro de 1802; idem, 17-3-71, Ofício de D. Diogo de Sousa a D. Francisco de Sousa Coutinho, de 27 de Janeiro de 1803

³⁰ B.N.R.J., 1-4-8, Ofício de Martinho de Melo e Castro a D. Fernando José de Portugal, de 18 de Setembro de 1798; idem, 1-4-9, n.º 89, Ofício de D. Rodrigo de Sousa Coutinho a D. Francisco José de Portugal, de 10 de Junho de 1799.

³¹ ANÓNIMO, *Corografia caboverdeana*, s.l., s.d., p. 163.

³² B.N.R.J., 1-4-9, n.º 6, Ofício de D. Rodrigo de Sousa Coutinho a D. Fernando José de Portugal, de 4 de Janeiro de 1798. Assim, Alexandre Rodrigues Ferreira é autor de uma memória sobre o 'Engenho de branquear arroz do capitão Luís Pereira da Cunha' (Ângela DOMINGUES, «Um novo conceito de ciência ao serviço da *Razão de Estado*: a viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira ao Noroeste brasileiro» in *Anais Hidrográficos. VII Reunião Internacional de História da Náutica e da Hidrografia*, Tomo XLIX (suplemento), 1992).

³³ B.N.R.J., 1-4-9, doc. 6, Ofício de D. Rodrigo de Sousa Coutinho a D. Fernando José de Portugal, de 4 de Janeiro de 1798.

³⁴ B.N.R.J., 1-4-9, doc. 2/98, Ofício de Cipriano Ribeiro Freire, comerciante e embaixador em Filadélfia a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, de 1 de Novembro de 1798.

³⁵ B.N.R.J., 1-4-9, n.º 4, Ofício de D. Rodrigo de Sousa Coutinho a D. Fernando José de Portugal, de 3 de Janeiro de 1798.

cratizar' o saber das elites no sentido de ensinar e incentivar os súbditos a participar na economia do reino de forma dinâmica, racional e produtiva, pela utilização de novos produtos e técnicas. Difundia-se esse conhecimento através da intensificação da circulação de materiais manuscritos e impressos, de livros e textos de natureza técnico-científica, alguns traduzidos, por todo Império³⁶. Eram editados pelos prelos das tipografias de António Rodrigues Galhardo, Procópio Correia da Silva, Simão Tadeu Ferreira, João António da Silva e, a partir de 1799, pela Tipografia Calcográfica e Literária do Arco do Cego, de frei José Mariano da Conceição Veloso³⁷.

A impressão de folhetos e livros destinados a dar aos habitantes dos domínios ultramarinos «as luzes e noções precisas para o adiantamento da agricultura», assim como da exploração mineira e das tecnologias manufactureiras, deveu-se, em grande parte, às ordens emitidas pelo secretário de Estado, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, junto das altas entidades administrativas da Índia e do Brasil, mas também através das mesas de inspecção e câmaras³⁸. Com esta literatura pretendia-se difundir os saberes e técnicas agrícolas seguidos pelas «nações cultas e civilizadas» e ampliar os conhecimentos dos agricultores-lavradores do reino e das colónias, do Brasil ao Oriente, de acordo com os princípios científicos e técnicos preconizados pela filosofia natural. O objectivo era levar a economia portuguesa ao nível de desenvolvimento obtido por outras «nações vizinhas e rivais»³⁹.

Uma outra instituição que tinha entre os seus objectivos promover o saber prático com proveito público e utilidade social, resultante da renovação de conhecimentos ocorrida no Portugal setecentista, era a Academia Real das Ciências, criada em finais de 1779. Segundo José Luís Cardoso, a Academia, apesar do seu estatuto de instituição de escol e da ligação dos seus membros à Universidade de Coimbra, «procurava romper as distâncias

³⁶ Sobre a intensificação dos saberes e práticas culturais e o papel que a imprensa teve, veja-se Diogo Ramada CURTO, «D. Rodrigo de Sousa Coutinho e a Casa Literária do Arco do Cego» in *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1811). Bicentenário: «sem livros não há instrução»*, organização de Fernanda Maria Guedes Campos, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999, pp. 45-46.

³⁷ Maria de Fátima NUNES e João Carlos BRIGOLA, «José Mariano da Conceição Veloso (1742-1811). Um frade no universo da natureza» in *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1811). Bicentenário: «sem livros não há instrução»*, p. 63.

³⁸ Sobre as experiências agrícolas e manufactureiras desenvolvidas no Oriente por iniciativa governamental, Maria de Jesus dos Mártires LOPES, *Goa setecentista. Tradição e modernidade*, pp. 54-8; sobre a difusão de livros e folhetos ver, por exemplo, B.N.R.J., 1-4-9, n.º 28, Ofício de D. Rodrigo de Sousa Coutinho a D. Fernando José de Portugal, de 3 de Abril de 1789. Maria Beatriz Nizza da SILVA, *A cultura luso-brasileira: da reforma da universidade à independência do Brasil* (p. 191), defende que esta literatura se teria destinado sobretudo às capitânias do Rio de Janeiro, Baía e Minas Gerais, e menos para São Paulo, considerada pela autora como periférica.

³⁹ Maria de Fátima NUNES e João Carlos BRIGOLA, «José Mariano da Conceição Veloso (1742-1811). Um frade no universo da natureza» in *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1811). Bicentenário: «sem livros não há instrução»*, pp. 63-64.

entre o discurso teórico de feição abstracta e as acções práticas baseadas na tradição»⁴⁰.

Era também um meio privilegiado e elitista onde naturalistas, astrónomos, matemáticos, pensadores e, mais raramente, altos funcionários coloniais ligados à Universidade de Coimbra, membros da Academia ou candidatos a prémios que anualmente se anunciavam, se faziam ouvir entre pares e onde uma ideologia do pensamento económico português vinculado à escola fisiocrática francesa se foi moldando e evoluindo⁴¹. Nos seus salões dissertaram políticos e cientistas, versando sobre assuntos concretos, relacionados com práticas agrícolas, exploração de minas ou utilização de matérias vegetais, tal como se ouviram discursos teóricos elaborados, onde a felicidade e a prosperidade dos povos se alcançariam pelo papel interveniente da ciência nos diferentes campos económicos. Algumas das memórias apresentadas eram publicadas pela imprensa da Academia, mas outras ficaram inéditas⁴². Da mesma forma, algumas foram difundidas junto de um público mais vasto, como outras foram ouvidas e lidas em círculos restritos de sócios e por um grupo social culto e interessado nos assuntos discutidos.

As doutrinas económicas subjacentes às memórias que se apresentavam na Academia, algumas delas por políticos como D. Rodrigo de Sousa Coutinho ou José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, consideravam que era sobretudo na agricultura que residia o fundamento da prosperidade dos povos e da riqueza dos Estados. Nesse contexto, procurava-se criar nas colónias uma dependência dos produtos manufactureiros e agrícolas produzidos no reino e, em contrapartida, privilegiavam-se as produções agrícolas das colónias como forma de dinamizar a economia nacional⁴³. Era com os produtos exóticos e valiosos que vinham das diferentes partes do Império e, particularmente, da América Portuguesa que se procederia ao abastecimento do mercado interno e se dinamizaria o comércio externo.

⁴⁰ José Luís CARDOSO, «Introdução», in *Memórias económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes e da indústria em Portugal e suas conquistas (1789-1815)*, tomo 1, Lisboa, Banco de Portugal, 1990, p. xviii.

⁴¹ Foi o caso de António Pires da Silva Pontes Leme (1987, pp. 319 e ss.), doutor em matemática, astrónomo e cartógrafo, nomeado governador e capitão-general da capitania do Espírito Santo por decreto de 11 de Novembro de 1797 e autor de uma *Memória sobre a utilidade pública em se tirar o ouro das minas, e os motivos dos poucos interesses dos particulares que atualmente o mineram no Brasil* e de *Memória sobre os homens selvagens da América Meridional* (1792), in *Memórias económicas inédita (1780-1808)*, Lisboa, Publicações do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, 1987.

⁴² Contribuiu-se para a difusão de algumas em *Memórias económicas inéditas (1780-1808)*.

⁴³ Sobre a noção da utilidade implícita das colónias, ver Guillaume Thomas-François RAYNAL, *O estabelecimento dos portugueses no Brasil*, Prefácio de Berenice Cavalcante, Rio de Janeiro/Brasília, Arquivo Nacional/EdunB, 1998; sobre José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, ver José Ivan Calou FILHO, «Introdução» in José Joaquim da Cunha de Azeredo COUTINHO, *Concordância das leis de Portugal e das bulas pontificias das quais umas permitem a escravidão dos pretos de África e outras proibem a escravidão dos índios do Brasil*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1988.

Nos programas de política científica e económica aplicados às colónias, a América era considerada pelos teóricos e políticos europeus do Setecentos como a fonte mais importante de poder político, em parte devido à expansão comercial e marítima que dinamizava⁴⁴. Neste jogo de expansão territorial no continente americano e de concorrência na colocação de produtos coloniais no mercado europeu, as Coroas ibéricas reconheciam que estavam perdendo terreno em favor dos novos impérios francêss, holandês e inglês. De igual modo, concebiam que o paradigma a seguir para recuperar o poder perdido consistia na adopção das técnicas e culturas oriundas das colónias que se pensava terem sido usadas pelas novas potências para se desenvolver⁴⁵.

Nesse contexto, a decisão do príncipe D. João de retirar da Guiana Francesa, temporariamente anexada ao Império português na América do Sul, todas as plantas de cravo-da-índia, noz-moscada, canela, pimenta, cana-de-açúcar e transplantá-las para o Pará, Rio de Janeiro, Baía e outros locais propícios ao seu cultivo, ganha um novo sentido⁴⁶. As plantas existentes no jardim colonial de Caiena eram, com todas as probabilidades, espécies originárias de outros locais do Império francês aclimatadas com êxito ao ecossistema da Guiana. Fundamento esta hipótese no fato de o jardim colonial de Caiena, fundado em 1778 por iniciativa do Ministério da Marinha da França, ser considerado, juntamente com o de São Domingos, um ponto avançado da política agrícola colonial francesa e um local onde se procedia a culturas experimentais, bem como à aclimação bem-sucedida de espécimens frágeis e preciosos, originários das possessões francesas no Índico, ou da cana-de-açúcar da Batávia, mais produtiva que a oriunda das Canárias, utilizada no Brasil desde a década de 1530⁴⁷. Importava estudar e colecionar estas «riquezas do mundo», já adaptadas ao solo americano, e considerá-las como potenciais factores de enriquecimento económico, caso pudessem ser produzidas em quantidade suficiente para serem comercializadas nos mercados europeus.

Paralelamente, o príncipe ordenava que se contratassem jardineiros hábeis – que de fato seriam, com todas as probabilidades, botânicos talentosos a serviço do Jardim do Rei de França e elos da rede de informação

⁴⁴ A. J. R. RUSSELL-WOOD, «Portugal and the world in the age of D. João V» in *The Age of the Baroque in Portugal*, editado por J. A. Levenson, Washington, New Haven e Londres, The National Gallery of Art e Yale University Press, pp. 27-28.

⁴⁵ Kenneth MAXWELL, «Eighteenth century Portugal: faith and reason, tradition and innovation during a golden age» in *The Age of the Baroque in Portugal*, p. 111.

⁴⁶ B.N.R.J., 7-4-82, doc. 8, fl. 6v, Carta do príncipe D. João a José Narciso de Magalhães e Meneses, governador da Província Conquistada de Caiena, de 6 de Junho de 1809.

⁴⁷ Ver François REGOURD, «Maîtriser la nature: un enjeu colonial. Botanique et agronomie en Guyane et aux Antilles (XVII^e et XVIII^e siècles)» in *Revue Française d'Histoire d'Outre-mer*, tomo 86, n.º 322-323, 1999, pp. 51-52, 47. Este autor define a actividade de aclimação de plantas desenvolvida pelo Ministério da Marinha francesa como «mobilisation des mondes».

montada pela Coroa francesa no seu território colonial –, a troco de contrapartidas razoáveis, impondo contudo D. João, como condição fundamental, o abandono de princípios revolucionários.

Por volta da mesma época e no sentido de competir no mercado têxtil europeu com os espanhóis, que detinham o monopólio do comércio da cochonilha mexicana, realizaram-se várias experiências na corte com esta matéria tintureira escarlate, de cuja existência se duvidava em terras brasileiras. Após ter sido identificada no Rio Grande do Sul por um espanhol na década de 1780, foi depois encontrada entre a flora do Rio de Janeiro. O cirurgião-mor Maurício da Costa, actuante nas partidas de demarcação no Sul e membro da Academia de História Natural e Médica do Rio de Janeiro, estudou-a, desenhou-a e, finalmente, enviou-a para a corte⁴⁸.

No sentido de progredir, de forma a recuperar o poder e o prestígio que tivera em séculos passados, a Coroa propunha-se empreender, promover e controlar reformas económicas, políticas, sociais, militares e, igualmente, científicas. É que a ciência, além de ser fonte de conhecimento era, também, forma de domínio: da natureza pelo homem, dos recursos naturais pelo Estado, dos 'bárbaros' ameríndios e africanos pelos portugueses 'civilizados'. A ciência e a técnica permitiriam transformar o Novo Mundo à imagem do Velho e, sobretudo, potencializá-lo e explorá-lo em benefício próprio⁴⁹.

Tal como era entendida no século XVIII, a ciência servia, igualmente, para legitimar a intervenção do Estado na vida do povo. À luz do pensamento político setecentista, o soberano era o principal responsável pela felicidade e bem-estar social, moral e económico dos seus súbitos, tanto reinóis como crioulos⁵⁰. Resta afirmar que, de acordo com a mesma doutrina política, os interesses dos súbditos coincidiam e fundiam-se com os interesses do Estado: uma economia sólida significava a prosperidade dos povos, uma administração eficaz e justa corresponderia à tranquilidade social.

Noções como as de progresso, felicidade e bem-estar tornaram-se em princípios estruturantes da legislação setecentista. Era da mesma forma que se justificava e legitimava a intervenção da Coroa e a actuação dos seus representantes. Em torno destas noções articulavam-se os programas reformistas que se queriam aplicar ao reino e às colónias. Estes foram os parâmetros em torno dos quais se definiu o discurso político do Estado português durante o Iluminismo.

Na persecução do bem-estar dos indivíduos e do Estado, a ciência tinha papel fundamental, na medida em que proporcionava um conhecimento

⁴⁸ José Henriques FERREIRA, «Dissertação sobre a cochonilha. História do seu descobrimento na América Portuguesa» in *Collecção de opúsculos sobre a cochonilha*, s.l., s.d.; Cecília Maria WESTPHALEN, «Cochonilha» in *Dicionário de História da Colonização Portuguesa no Brasil*, cols. 176-177.

⁴⁹ Marie-Noelle BOURGUET, Christophe BONNEUIL, «Présentation», in *Revue Française d'Histoire d'Outre-mer*, tomo 86, n.º 322-323, 1999, p. 30.

⁵⁰ Ângela DOMINGUES, *Quando os índios eram vassallos*, pp. 300-302.

utilitário com implicações sociais e económicas. Dizia o abade Correia da Serra em discurso inaugural⁵¹: «O primeiro passo de uma nação para aproveitar as suas vantagens é conhecer perfeitamente as terras que habita, o que em si encerram, o que de si produzem, o de que são capazes. A história natural é a única ciência que tais luzes pode dar; e sem um conhecimento sólido nesta parte, tudo se ficará devendo aos acasos, que raras vezes bastam para fazer a fortuna e a riqueza de um povo».

Assim se definiam os princípios programáticos de uma instituição científica que se propunha dar a conhecer aos portugueses os seus territórios: a «pública prosperidade» e a «útil sabedoria». Do mesmo modo, se procurava dar resposta às necessidades de um governo que tinha como fim concreto da sua atuação a felicidade dos povos e a prosperidade do Estado⁵².

Neste ponto do projecto há uma questão que, para mim, se encontra insolúvel: como o Estado controlou e geriu a informação que concentrou dos diferentes pontos do Império, fornecida por cientistas, funcionários e particulares? Como essa informação parcelar foi integrada num conhecimento global do território português e de que forma interferiu e definiu uma ideologia política do Estado português em relação ao Império? Mais ainda, de que forma essa informação contribuiu (ou não) para a felicidade e o bem-estar dos povos e teve, assim, a utilidade pretendida ou se perdeu nos arquivos da Secretaria de Estado da Marinha e Negócios Ultramarinos e de instituições como a Academia Real das Ciências ou não passou de experiências estéreis feitas em institutos e laboratórios⁵³?

A inabilidade estatal em coordenar e aplicar os novos conhecimentos explica-se, para muitos autores que têm estudado o assunto, pela instabilidade política que ocorreu após a fuga da família real para o Brasil, pelas invasões francesas e pela «espoliação» de Geoffroy de Saint-Hillaire às colecções do Real Gabinete de História Natural da Ajuda. Mas, ainda assim, há factos que para mim permanecem incompreensíveis. Por exemplo, não houve por parte do Estado ou das instituições científicas portuguesas qualquer esforço sistemático para difundir as contribuições que, para o conhecimento tropical, terão resultado da viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira. Por motivos vários, grande parte das colecções enviadas pelo naturalista não foram ordenadas e integradas no Gabinete de História Natural e as memórias e participações não foram impressas, não obstante as iniciativas editoriais das dife-

⁵¹ José Correia da SERRA, «Discurso preliminar» in *Memórias económicas*, tomo 1, pp. 9-10.

⁵² Nuno Gonçalo MONTEIRO, «O central, o local e o inexistente regional» in *História dos municípios e do poder local (dos finais da Idade Média à União Europeia)*, direcção de César de Oliveira, Lisboa, Circulo de Leitores, 1996, pp. 91-92.

⁵³ Por decreto de 27 de Agosto de 1836, as colecções do Real Gabinete de História Natural foram integradas na Academia de Ciências de Lisboa (M.B., Div. 21, Incorporação do Museu da Ajuda na Academia Real de Ciências em ofício dirigido a Francisco Manuel Trigo de Aragão, de 31 de Agosto de 1836).

rentes imprensas lisboetas e, particularmente, da Tipografia Calcográfica e Literária do Arco do Cego nos domínios da história natural.

Em outra parte enquadrei esta inactividade num monopólio de informação que a Coroa queria reservar da viagem científica, de forma a não aguçar ainda mais a curiosidade dos meios cultos, diplomáticos e políticos europeus sobre uma área de tensão cujas fronteiras eram questionadas pela Espanha. Contudo, depois de um estudo aprofundado sobre a colonização do Norte brasileiro durante a segunda metade do século XVIII, não me parece que as experiências e observações efectuadas pelo naturalista tenham sido consideradas nas decisões administrativas ou económicas tomadas no âmbito da política colonial portuguesa aplicada ao estado do Grão-Pará. O discurso colonial para este espaço definia-se, fundamentalmente, em função de jogos de poder entre potências europeias ou de interesses geo-estratégicos que determinavam a actuação de governadores e capitães-generais. As acções e reacções na política colonial paraense e rio-negrina da época caracterizavam-se por soluções empíricas e por iniciativas individuais, dependentes da capacidade pessoal dos altos funcionários administrativos e das prioridades do momento.

Se se quiser transpor esta linha de raciocínio para um caso mais banal, atente-se num ofício que, em 1798, o governador e capitão-general Caetano Pinto de Miranda Montenegro dirigia a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, afirmando que se desconheciam as produções naturais de Mato Grosso⁵⁴. Com semelhante afirmação ignoravam-se os estudos sobre fauna, flora e mineralogia feitos pelos governadores Luís Pinto de Sousa Coutinho e Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres; desconhecia-se a viagem científica de Alexandre Rodrigues Ferreira pelas capitánias de Mato Grosso e Cuiabá, bem como o reconhecimento mineralógico feito por Francisco António Rebelo, todas estas iniciativas levadas a cabo entre as décadas de 1770 e 1780⁵⁵.

Ainda um outro exemplo: desde finais do século XVIII que se reconheceu o processo de desertificação gradual das ilhas de Cabo Verde, atribuindo-se o facto ao corte intensivo de árvores e arbustos pelos moradores, bem como à inexistência de um programa de florestação. Foi nesta altura que se enviou o naturalista João da Silva Feijó em missão ao arquipélago e que o governador das ilhas remeteu ao Gabinete de História Natural um catálogo de árvores e arbustos espontâneos das ilhas. Sabemos que Domingos Vandelli foi consultado sobre este desequilíbrio ecológico⁵⁶ e que Félix de Avelar Brotero elaborou, em 1828, um parecer dirigido a José António de Oliveira

⁵⁴ A.H.U., *Mato Grosso*, caixa 30, doc. 12, de 12 de Junho de 1798.

⁵⁵ M.B., C.N., S-55, Ofício de Luís Pinto de Sousa a Domingos Vandelli, de 1 de Novembro de 1770; *ibidem*, R-25, Ofício de Francisco António Rebelo a Júlio Matiazzi, de 3 de Março de 1788; Ângela DOMINGUES, «Um novo conceito de ciência ao serviço da *Razão de Estado*: a viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira ao Noroeste brasileiro».

⁵⁶ A.H.U., *Reino*, caixa 26 (2722), fl. 5, s.d.; fls. 1-3v, de 15 de Abril de 1828.

Leite de Barros sobre a introdução de novas espécies vegetais. Não obstante, o problema continuava por solucionar em meados de oitocentos. Dizia o autor da *Corografia caboverdiana* que os projectos de plantio de espécimens até então desenvolvidos eram inadequados às ilhas: «Semelhantes erros que na boca do legislador são imperdoáveis são resultado de nunca terem sido naturalistas incumbidos de cabais pesquisas e descrições de vegetação e estado físico e natural do país». Em face de tal afirmação importaria, talvez, perguntar qual o cabimento dos estudos de Vandelli, Brotero e, de forma mais incisiva, Feijó, que tinha conhecimento directo do terreno.

NOTÍCIAS DO BRASIL COLONIAL: A IMPRENSA CIENTÍFICA E POLÍTICA AO SERVIÇO DAS ELITES (PORTUGAL, BRASIL E INGLATERRA)*

Alguns autores contemporâneos afirmam que a descoberta científica do Brasil pelos europeus data dos inícios do século XIX. Segundo eles, só após 1808, com a abertura dos portos brasileiros aos ingleses e, nos anos sucessivos, às populações de outros países europeus e, sobretudo, através das descrições de viajantes franceses, alemães, russos e ingleses, indivíduos esclarecidos, lúcidos, dinâmicos e inovadores, se teria iniciado o processo de revelação do Brasil a uma Europa setecentista e oitocentista, curiosa em conhecer os *novos mundos* que lhe eram revelados através das grandes viagens da época e divulgados por uma imprensa activa e incansável na publicação da literatura associada a essas viagens.

Contudo, importa reconhecer que, ao longo do século XVIII, há um esforço enorme, desenvolvido por uma elite ao serviço da ciência e dos estados europeus, para obter informações sobre os domínios sul-americanos do Rei Fidelíssimo. Se é inegável o peso do controle e da censura portuguesas em relação à divulgação de informação sobre domínios que pela sua importância estratégica, política, económica, militar se queriam resguardar, importa igualmente assinalar que qualquer dado obtido sobre esta área geográfica – sob a forma de texto, imagem, carta, objecto, produção natural – era considerado, avaliado, estudado e comparado com outros casos ou ‘universos’ conhecidos. Neste artigo pretendemos analisar este minucioso processo de recolha de informação sobre a colónia brasileira através das notícias divulgadas por um jornal científico, as *Philosophical Transactions*, órgão oficial da Royal Society (Londres), bem como o papel desempenhado

* Este artigo foi publicado em *Vária História*, vol. 22, n.º 35, Janeiro-Junho de 2006, pp. 150-174. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752006000100009&lng=en&nrm=i&tlng=p

por diplomatas, cientistas, académicos e comerciantes residentes em Inglaterra na construção da imagem do Brasil antes desse marco cronológico tradicionalmente apontado pela historiografia oficial como «o início de todas as mudanças»: 1808.

Pretendemos, seguidamente, verificar como essa imagem se vai alterando, mas não através dos relatos de viagens dos naturalistas estrangeiros, vias normalmente utilizadas para analisar tal mudança. Na segunda parte deste artigo, o nosso objectivo consiste em compreender como uma elite cultural emigrada portuguesa e luso-brasileira utilizou a liberdade de imprensa existente em Inglaterra para divulgar ideias e defender princípios ideológicos que, no reino, seriam objecto de censura, tendo em vista a ‘formação’ e ‘informação’ dos povos, a nível político, cultural e económico; e também analisar a forma como esta elite usou os jornais para se organizar em redes que permitiram a circulação consertada e mais ampla de notícias. Estas redes eram constituídas por indivíduos com programas ideológicos e ambições políticas semelhantes: os ilustrados ibéricos e latino-americanos residentes em Londres.

Em pleno período das Luzes, quando se renovava a consciência que os europeus tinham do Novo Mundo e quando ‘filósofos naturalistas’ como Adam Smith ou Samuel Engel questionavam a credibilidade dos testemunhos de ‘soldados ignorantes’ e ‘clérigos inábeis’ que, nos séculos XVI e XVII, tinham viajado e vivido na América, esta mesma Europa curiosa e interessada continuava, todavia, a utilizar os escritos de autores de quinhentos e seiscentos, como Jean de Léry (*Histoire d'un voyage fait en la terre du Bresil*, 1578), André Thévet (*Les singulartités de la France Antarctique*, 1557 e *Cosmographie Universelle*, 1575), Hans Staden (*Wahrhaftige Historie*, Marburgo, 1557) e Claude d’Abeville (*Histoire de la mission des pères capucins en l’isle du Maragan et terres circonvoisines*, Paris, 1614) para se referirem ao Brasil. Os *Sermões* do jesuíta António Vieira e a obra de Fernão Cardim (*A treatise of Brazil written by a Portugal which long live there*, editado por Samuel Purchas, Londres, 1625), continuavam a ser referências intelectuais no que tocava aos domínios sul-americanos de Sua Majestade Fidelíssima.¹ Willem Piso, Georg Marcgrave e a *Historia Naturalis Brasiliae* (Amsterdão, 1648) eram ainda autoridades quando se tratava de assuntos tão díspares como a ipecacuanha, suas características físicas e propriedades eméticas, ou a migração de andorinhas em território americano.

Durante largo período de tempo, sobretudo a partir de inícios do século XVIII, a imagem que a Europa Setecentista tinha da colónia brasi-

¹ Jorge CANIZARES-ESGUERRA, *How to write the History of the New World. Histories, epistemologies and identities in the eighteenth century Atlantic world*, Stanford, Stanford University Press, 2001, pp. 11-13; Ângela DOMINGUES, «Viagens científicas e divulgação cartográfica» in João Carlos GARCIA (coord.), *A Nova Lusitânia. Imagens cartográficas do Brasil nas coleções da Biblioteca Nacional (1700-1822)*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2001, pp. 67 e ss.

leira foi condicionada pela falta de informações actualizadas. A indefinição de limites tanto no rio da Prata com os espanhóis, quanto a Norte com os franceses da Guiana e os conflitos armados em que esta tensão fronteiriça, por vezes, se traduzia; o medo de ataques militares às principais cidades do litoral; as rebeliões internas que eclodiram nas Minas, Baía e Pernambuco, em muitos casos associadas a revoltas fiscais; e, acima de tudo, a existência de ouro no interior do Brasil foram razões mais que suficientes para que a coroa defendesse ciosamente o conhecimento do território e os segredos da sua ocupação – geografia, acessos, riquezas minerais e potencialidades de desenvolvimento agrícola e pecuário, demografia, urbanização e recursos defensivos. Sabia-se que a notícia do achamento de produtos preciosos despertava o apetite de estrangeiros pelo território, como aliás os ataques de Jean-François Du Clerc (Setembro de 1710) e René Du Guay-Trouin (Junho de 1711) ao Rio de Janeiro tinham comprovado². Temia-se que mesmo a acção conjugada de forças marítimas, tropas profissionais e milícias de ordenanças não fosse suficiente para conter uma invasão planeada do território brasileiro por parte de uma potência europeia³.

O controle que a coroa portuguesa mantinha sobre território colonial não se traduziu unicamente nos constrangimentos jurídicos impostos à presença e circulação de estrangeiros no território⁴; nem, tão pouco, nas proibições de escala de navios pertencentes a outras nações europeias em portos brasileiros e de comércio entre os naturais da terra e as tripulações⁵. Os portugueses não publicavam ou divulgavam informação sobre estes territórios, mantendo inéditos os manuscritos e submetendo a uma divulgação restrita os textos editados. Esta foi uma opção política consciente da coroa portuguesa, que se manifesta de forma clara numa cópia de uma consulta do Conselho Ultramarino, datada de 1711, determinando que «Parece que será muito útil ao Real Serviço de V. Majestade ondenar-se que daqui em diante se não possa imprimir livro algum em que se tratem de matérias pertencentes às Conquistas sem que tenham, com as mais licenças, também a deste Tribunal, porque nelle como melhor instruído nos particulares deles e que tem por obrigação zelar e advertir o que lhe poderá estar melhor para

² René Du GUAY-TROUIN, *O Corsário. Uma invasão francesa no Rio de Janeiro. Memórias do Senhor Du Guay-Trouin, comandante-geral da armada de França e comendador da Ordem Real e Militar de São Luís. Diário de bordo*, Rio de Janeiro, Bom Texto, 2002.

³ Maria Fernanda Baptista BICALHO, «Quotidiano, medo, revolta e poder no Rio de Janeiro no século XVIII: um estudo sobre as invasões» in *Do Tratado de Tordesilhas (1494) ao Tratado de Madrid (1750)*, Lisboa, Sociedade de Estudos do Século XVIII, 1997, pp. 311-321.

⁴ Ver, por exemplo, carta régia ordenando ao governador de São Paulo e Minas o embarque para o reino de todos os estrangeiros, com excepção de ingleses e holandeses, que estivessem sob seu governo, datada de 25 de Fevereiro de 1711 e carta régia ordenando que fossem tolerados os estrangeiros casados com portuguesas, que tivessem filhos e não fossem homens de negócio, de 7 de Abril de 1713 (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1-2-14).

⁵ Maria Fernanda BICALHO, *A cidade e o império. O Rio de Janeiro no século XVIII*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, p. 35.

a sua conservação e aumento se pode ter por maior conhecimento do que convém e se divulgue do que importa que não chegue à notícia das nações estrangeiras»⁶. Um exemplo paradigmático desta situação é, como bem o demonstra o estudo introdutório de André Mansuy-Diniz Silva à *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, a destruição do livro de André João Antonil, ordenada pelo rei D. João V em nome da *razão de Estado*⁷.

Da mesma forma, a consulta de informações depositadas nos arquivos públicos, como a Biblioteca Nacional e a Academia Real das Ciências de Lisboa por estrangeiros que visitavam Portugal ou que pertenciam ao corpo diplomático creditado era condicionada. O testemunho de um inglês célebre, Robert Southey, que visitou Portugal em 1796 e 1800-1801, é elucidativo da situação: «(...) you need not be told what an absurd secrecy they hide from the word all information respecting that country: the population of Brazil is said to double that of the mother, and now dependent, country»⁸.

Medidas restritivas de ordem jurídica, secundadas por uma eficaz actividade de censura, condicionam, durante largo tempo, a informação que a Europa tinha sobre a América.

Em contrapartida, e como acima se referiu, verifica-se no mesmo período um aumento do interesse público pelo continente americano. No dealbar de setecentos assiste-se não só à publicação de colectâneas de literatura de viagens ocorridas nos dois séculos anteriores, como se verifica que estas mesmas fontes são utilizadas profusamente como veículos de informação acerca dos territórios ibéricos na América do Sul. É certo que, na medida em que eram detentores de textos construídos sem o racionalismo, o esclarecimento, a 'cientificidade' e observação rigorosa proporcionada por instrumentos mecânicos indispensáveis ao entendimento dos homens do século das Luzes, os autores e editores de histórias, relações geográficas, memórias científicas e obras cartográficas procuravam confirmar e completar a informação que lhes era veiculada pelos textos de quinhentos e seiscentos.

Na prossecução deste objectivo, utilizava-se, sempre que possível, a observação directa, preferencialmente apoiada na utilização de 'tecnologia de ponta'. As viagens de marinheiros e traficantes, de piratas e corsários ao litoral brasileiro eram criteriosamente registadas, tomando a forma de textos escritos, vistas e mapas que contribuíram significativamente para uma noção mais correcta e precisa dos portos e dos contornos costeiros do Brasil. A viagem à América do Sul de A. F. Frezier, um hidrógrafo ao serviço do rei de França, permitiu corrigir a representação cartográfica do litoral brasileiro,

⁶ André Mansuy-Diniz SILVA, «Introdução» in André João ANTONIL, *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2001, p. 52.

⁷ André João ANTONIL, *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, pp. 43-55.

⁸ Carta de Robert Southey a John Rickman, datada de 30-31 de Outubro de 1800, in Robert SOUTHEY, *Journals of a residence in Portugal (1800-1801) and a visit to France (1838)*, supplemented by extracts from his correspondence, Oxford, The Clarendon Press, 1960, p. 138.

atribuindo-lhe uma longitude mais exacta, e facultou um melhor conhecimento da configuração da ilha de Santa Catarina e do recôncavo baiano⁹.

A cartografia renovava-se com as observações directas da geografia costeira feitas por pilotos, viajantes, aventureiros e corsários, conjugadas com as medições das coordenadas terrestres por novos aparelhos de precisão. Fenómenos naturais avistados no litoral brasileiro, como o fogo-de-santelmo, eram pormenorizadamente descritos, lamentando-se, em muitos casos, o facto de as observações serem feitas a olho nu.

Se houve progressão e actualização no conhecimento que se tinha do litoral, pouco se sabia do espaço que não se avistava da linha de água e da natureza e da humanidade que ocupavam o maciço continental sul-americano. A informação sobre a colónia brasileira era diminuta, maioritariamente baseada em autores de quinhentos e seiscentos, e a extrapolação de observações relacionadas com a fauna, flora, mineralogia e a humanidade de outros locais que tivessem características físicas semelhantes era uma prática legítima destinada a preencher lacunas. Assim se compreende a relevância que foi dada por Mr. La Harpe no *Abrégé de l'Histoire Generale des Voyages* à descrição dos insectos do Suriname por Maria Sibylla Meriam (1699)¹⁰. O *Metamorphosis insectorum Surinamensium*, publicado em Amsterdão em 1705, foi utilizado com profusão por La Harpe para tornar mais tangível um espaço quase desconhecido – a colónia brasileira – à curiosidade e às exigências de um público ilustrado.

O caso das *Philosophical Transactions*

O estudo sistemático de uma publicação oficial de uma sociedade científica de grande influência na Europa – as *Philosophical Transactions*, editadas pela britânica Royal Society – confirma não só o interesse que as colónias sul-americanas suscitavam, quando a deficiente e manipulada informação disponível sobre o assunto, mercê do controlo oficial a que aludimos. As *Philosophical Transactions* definem-se como a ‘publicação oficial’ de uma sociedade científica selecta sem fins económicos ou utilitários que pretendia ser pioneira na observação e experimentação científica acerca da Inglaterra e do Império Colonial Inglês¹¹.

⁹ M. FREZIER, *Relation du voyage de la mer du Sud aux côtes du Chily et du Perou fait pendant les années 1712, 1713 & 1714*, Paris, Chez Jean-Geoffroy Nyon, Étienne Ganeau, Jaques Quillau, 1716, pp. XI-XII.

¹⁰ Mr. de LA HARPE, *Abrégé de l'Histoire Générale des Voyages contenant ce qu'il y a de plus remarquable, de plus utile & de mieux avéré dans les Pays ou les voyageurs ont pénétré; les mœurs des Habitants, la Religion, les Usages, Arts & Sciences, Commerce, Manufactures; enrichie des Cartes géographiques & des figures*, Paris, Hotel de Thou, 1780, vol. 1, p. I.

¹¹ Sobre outros espaços de sociabilidade londrina com vista à educação de massas e à divulgação científica e técnica junto de um público menos elitista, **maioritariamente** composto por arquitectos, engenheiros, construtores navais, relojoeiros e médicos cf. A. Q. MORTON,

A Royal Society caracteriza-se, na segunda metade de Setecentos, por ser uma instituição supranacional constituída por uma elite aristocrática e científica, composta por «everyone of His Majesty's subjects, who is a Peer, or son of a Peer, of Great Britain or Ireland, and every one of his Majesty's Privy Council of either of the said kingdoms; and every Foreign Sovereign Prince, or the son of a Sovereign Prince or an Ambassador to the Court of Great Britain», e que demonstrassem uma formação intelectual sólida e um reconhecido interesse em ciências naturais, matemáticas e «polite litteratures»¹². Incluía não só indivíduos residentes em Inglaterra, mas também correspondentes de outras partes do Império Britânico ou do estrangeiro, por vezes estrategicamente colocados para suprir a Society de informações relacionadas com o ultramar.

As *Philosophical Transactions*, editadas desde 1665, destinavam-se a difundir e legitimar junto de uma elite científica nacional e europeia o rigor, civilidade, metodologia e objectividade do trabalho científico e experimental realizado pelos *fellows* e colaboradores da Society¹³. Neste processo, a Royal Society actuava como um centro crítico de recolha de informações, um local a partir do qual se coordenava uma rede constituída por indivíduos actua-ntes em todas as partes do mundo, interessados em filosofia natural e história natural¹⁴.

As estreitas relações diplomáticas e comerciais mantidas de longa data entre Inglaterra e Portugal explicam a existência de uma comunidade britânica numerosa e próspera nas cidades de Lisboa e Porto. Os ingleses, protegidos por tratados, tinham um estatuto especial face a outras comunidades: gozavam de benefícios comerciais e fiscais, beneficiavam de liberdade religiosa e tinham as suas próprias igrejas, hospitais, cemitérios e espaços de sociabilidade¹⁵. Do mesmo modo, ocupavam uma posição privilegiada para adquirirem informações de natureza científica sobre o reino e as colónias portuguesas e, assim, colaborar com a Royal Society. Deste modo se pode explicar a concessão do estatuto de *fellow* a ingleses residentes em Portugal. Gilbert Kennedy, médico em Lisboa e interessado em história natural, foi

«Lectures on natural philosophy in London, 1750-1765: SCT Demainbray (1710-1782); Inattention of his countrymen», *British Journal for the History of Science*, vol. 23, 4, pp. 411-430, Dezembro 1990.

¹² R. W. HOME, «The Royal Society and the empire: the colonial and commonwealth fellowship. Part I (1731-1847)», *Notes and records of the Royal Society of London*, vol. 56 (3), p. 313, 2002.

¹³ Adrian JOHNS, «Miscellaneous methods: authors, societies and journals in early modern England», *The British Journal for the History of Science*, Part II, 33, n.º 116, p. 165, Junho 2000.

¹⁴ Andrea RUSNOCH, «Correspondence networks and the Royal Society, 1700-1750», *The British Journal for the History of Science*, Parte II, 32, n.º 113, p. 156, Junho 1999.

¹⁵ Kenneth MAXWELL, «Eighteenth-century Portugal: faith and reason, tradition and innovation during a Golden Age» in *The Age of the Baroque in Portugal*, edição de Jay A. Levenson, Washington, New Heaven e Londres, National Gallery of Art, Yale University Press, 1993, pp. 106-107.

admitido como *fellow* em 1737 e John Williamson, capelão da comunidade britânica na capital, foi FRS em 1749¹⁶.

Do mesmo modo, e como se desprende das determinações já enunciadas, a Royal Society admitiu, pelo menos desde os anos vinte, um número considerável de portugueses, diplomatas, políticos ilustres e homens de ciência notáveis ligados à Medicina, Literatura, Matemática, Filosofia Natural, Mecânica. António Galvão, embaixador em Londres entre 1726 e 1730, entrou na academia em 1725, D. Francisco Xavier de Meneses, quarto conde da Ericeira, foi FRS em 1738; Sebastião José de Carvalho e Melo foi admitido em 1740, João Mendes Saquet Barbosa, médico no hospital de Elvas e membro da Academia de Madrid, em 1750, Martinho de Melo e Castro, D. João Carlos de Bragança, duque de Lafões, e o oratoriano Teodoro de Almeida foram FRS em 1757, João Jacinto de Magalhães, membro correspondente da Real Academia de Ciências de Paris, foi admitido em 1774 e José Correia da Serra, que era membro da Real Academia de Ciências e Letras de Pentonville, foi integrado em 1795¹⁷.

Estes indivíduos participavam na vida académica, colaboravam nas *Philosophical Transactions* e, de forma preferencial, alargavam as redes de contactos centralizadas pela Royal Society a Portugal e às suas colónias através das suas relações pessoais.

Esta estratégia de recrutamento de *fellows* entre estrangeiros residentes e britânicos correspondentes permitia à Royal Society cumprir um dos seus propósitos, tal como era expresso por Henry Oldenberg desde o século XVII: «we have taken to taske the whole Universe and it will therefore be requisite, that we purchase and entertain a commerce in all parts of ye world with the most philosophical persons, to be found every where»¹⁸.

Por seu turno, muitos dos *fellows* portugueses residentes em Londres faziam a ligação entre os universos desiguais dos dois países a nível científico e tecnológico, com Portugal a comprar livros, material cartográfico e equipamento técnico a Inglaterra. Um dos intermediários neste processo foi João Jacinto de Magalhães (FRS 1774)¹⁹.

¹⁶ R. W. HOME, *The Royal Society and the empire: the colonial and commonwealth fellowship*, p. 315.

¹⁷ Royal Society, *Lista de fellows da Royal Society. Muitas destas candidaturas são apoiadas por Jacob Sarmiento de Castro e Isaac de Sequeira Samuda*.

¹⁸ «The ideal of scientific collaboration: the 'man of science and the diffusion of knowledge» in Hans BOTS e Françoise WAQUET. *Commercium Litteratum. La communication dans la République des Lettres (1600-1750), Conférences des Colloques ténues à Paris 1992 et à Nimègue 1993*, Amesterdão/Maarssen, APA, Holland University Press, 1993, p. 12.

¹⁹ Isabel Maria MALAQUIAS e Manuel Fernandes Thomaz, «Scientific communication in the XVIIIth century: the case of John Hyacinth de Magellan» in *PHYSIS. Rivista Internazionale di Storia della Scienza*, vol. XXXI, Nuova Serie, fasc. 3, 1994; Isabel Maria MALAQUIAS e Manuel Fernandes Thomaz, «João Jacinto de Magalhães: a sua obra impressa e a sua correspondência científica». Separata da *Revista da Universidade de Aveiro/Letras*, n.º 4-5, 1987-1988; Stephen F. MASON, «Jean Hyacinthe de Magellan FRS and the Chemical Revolution of the eighteenth century» in *Notes and Records of the Royal Society of London*, 45 (2), pp. 155-164, 1991.

Nas memórias publicadas nas *Philosophical Transactions* durante o período considerado neste ensaio divulgavam-se as experiências e as teorias mais actualizadas em todos os campos do saber – Botânica, Astronomia, Física, Biologia, Etnologia, Medicina, Anatomia, Meteorologia, Paleontologia, Filosofia Natural, História, Trigonometria, Matemática, Óptica, Hidrostática, Magnetismo –, efectuadas pelos membros da Society e por intelectuais e cientistas vinculados a academias e universidades nacionais e estrangeiras²⁰.

Para avaliarmos a participação que este periódico teve na construção da imagem do Brasil junto da elite culta europeia há, antes de mais, que considerar que o número de artigos relacionados com a colónia americana de finais do século XVII (vol. 20, 1698) até inícios do século XIX (vol. 113, 1823) foi irrisório: três artigos referindo plantas medicinais brasileiras, três relatos de viagens onde se mencionam observações oceânicas ao largo da costa brasileira, seis memórias descrevendo experiências com gemas e metais preciosos e ferro e quatro referências relacionadas com a história natural e produções naturais da América.

A informação utilizada pelos autores das memórias publicadas nas *Philosophical Transactions* era proveniente dos testemunhos dos que, em tempos idos, observaram directamente o Brasil. Assim, para descrever a ipecacuanha, o médico Hans Sloane socorria-se, em 1698, de Piso, Marcgrave, Jean de Laet e Fernão Cardim, referido como um anónimo português que vivera no Brasil e «whose look falling into the hands of the English is translated and published by Purchas in the year 1625»²¹. Do mesmo modo, Marcgrave era, em 1748, a referência científica na descrição da andorinha brasileira (*Hirundo cauda aculeata Americana*)²². E na confirmação da existência de perus no Brasil, evocava-se, primeiramente, Jean de Léry, erroneamente considerado como «a Portuguese author», que os descrevia e referia o nome ameríndio; depois questionava-se a sua existência porque Marcgrave, «that diligent and excellent naturalist», não os mencionava; e acabava-se concluindo que existiam porque «that able and honest navigator Dampier, who saw them frequently, as well wild or tame, in the province of Yucatan, now reckoned part of the kingdom of México»²³.

²⁰ Considera-se, aliás, como verdadeiramente impressionante a extensa rede de ligações e de intercâmbio científico que a Royal Society mantinha com instituições congêneres em São Petersburgo, Paris, Berlim, Viena, Módena, Verona, Pádua, Pavia, Filadélfia, Gottinger, Irlanda, Dresden, Harlem, Estocolmo, Ruão, Brunswick, Copenhaga, Batávia, Lisboa, etc.

²¹ Hans SLOANE, MD, «Of the use of the root Ipecacuanha for loosenesses, translated from a French paper: with some notes on the same by...» in *Philosophical Transactions*, vol. 20, pp. 69-79, 1698.

²² Mark CATESBY, FRS, «A continuation of an account of an Essay towards a Natural History of Carolina and the Bahama Islands, by... with some extracts out the Appendix, by C. Mortimer, Secret. RS», *Philosophical Transactions*, vol. 45, pp. 157-173, 1748.

²³ Thomas PENNANTE, Esq. FRS, «An account of the turkey. By..., communicated by Joseph Banks», *Philosophical Transactions*, vol. 71, 1781.

Um aspecto que nos parece ser de realçar é que, desde os anos trinta, as *Philosophical Transactions* publicaram memórias sobre minerais brasileiros. A primeira notícia foi publicada nos inícios de 1730 e era composta por uma descrição das jazidas de ouro e diamantes de Serro Frio por um cavalheiro anónimo, considerado por Jacob de Castro Sarmiento como «the fittest Person to describe every minute Circumstante of it, as one that liv'd and digg'd Gold there for these fifteen Years last past»²⁴. Outras foram publicadas nos anos subsequentes e resultavam de experiências laboratoriais realizadas com amostras trazidas por membros da Royal Society, como Emanuel Mendes da Costa, admitido em 1747 como «a Gentleman well skilled in Philosophical Learning and Natural Knowledge, particularly in what relates to the Mineral and Fossil parts of the creation; as one exceedingly diligent in his enquiries and who applying insself with great assiduity to the Study of Natural History», ou por diplomatas portugueses, como Domingos António de Sousa Coutinho²⁵. O interesse subjacente a estas memórias feitas pelos membros da instituição real era mais intelectual que prático e consistia em analisar as características, grau de pureza e valor das pedras, tendo como referência as do Oriente e das minas da Suécia e Alemanha; destinava-se, ainda, a comprovar a existência de novos espécimes minerais. Os minérios brasileiros faziam parte das colecções da Royal Society²⁶.

As memórias sobre espécimes vegetais brasileiros publicadas nas *Philosophical Transactions* são irrisórias, sobretudo quando se considera a curiosidade e o interesse que a Europa setecentista tinha por produtos americanos passíveis de contribuir para o enriquecimento da farmacopeia ocidental e o desenvolvimento industrial²⁷. A explicação reside no facto de, na América do Sul, a observação directa do terreno e a recolha de espécimes vegetais serem proibidas pelos governos português e espanhol aos estrangeiros. Estas limitações estão na origem dos violentos protestos de um jovem Joseph Banks, botânico da expedição da primeira viagem de James Cook e do *Endeavour*, quando foi impedido de desembarcar pelo vice-rei do Brasil na capital da colónia²⁸; e foram, de novo, comprovadas em 1814, pelos colectores James Bowie e Allan Cunningham que, ao serviço dos Jardins de

²⁴ A letter from Jacob de Castro Sarmiento, MD and FRS to Cromwell Mortimer, MD Secretary RS concerning diamonds lately found in Brazil, *Philosophical Transactions*, vol. 37, pp. 199-201, 1731-1732.

²⁵ Royal Society, Lista dos fellows admitidos à Society; William Hyde WOLLASTYON, MD, sec. RS. «On Platina and native Palladium from Brazil. By...», *Philosophical Transactions*, vol. 99, p. 189, 1809.

²⁶ Sir Humphry DAVY, PRS. «On the state of water and aeriform matter in cavities found in certain crystals, by...», *Philosophical Transactions*, vol. 112, p. 376, 1822.

²⁷ Ângela DOMINGUES, «Os descobrimentos portugueses e a sua influência na medicina europeia», *CAR – Revista de Anestesia Regional e Terapêutica da Dor*, n.º 35, p. 10, Março 2004.

²⁸ Querendo desembarcar no Rio de Janeiro, foi impedido pelo vice-rei que encarava a expedição com grandes reservas e alguma desconfiança (David MACKAY, «Agents of empire: the Banksian collectors and evaluation of new lands» in David Philip MILLER e Peter Hanns REILL,

Kew e sob instruções de Banks, deviam recolher amostras nos arredores do Rio de Janeiro, Serra dos Orgãos e São Paulo e fazer observações sobre o seu uso na farmacopeia, culinária e indústria²⁹. E, talvez uma tentativa de ultrapassar estas limitações, através de propostas de intercâmbio de produtos naturais, possa ter originado a correspondência trocada entre Domingos Vandelli e Sir Joseph Banks, presidente da Royal Society, bem como com o Real Jardim de Kew³⁰.

A dificuldade de realizar recolhas de amostras vegetais explica que a já mencionada descrição da ipecacuanha, datada de 1698, se baseie numa memória francesa, comentada por Hans Sloane com base nos estudos de filosofia natural seiscentista de Piso, Marcgrave e Jean de Laet³¹. Também foi publicada, no volume correspondente a 1714-16, a opinião especializada do célebre Helvetius sobre a parreira brava – considerada como um poderoso auxiliar na digestão e diurético, vendida por altos preços nas boticas parisienses mais conceituadas –, com base numa carta enviada pelo médico francês como resposta a um pedido feito pelo Embaixador Extraordinário dos Estados Gerais, Mr. Duyvenvoorde, rapidamente transmitido à Royal Society³².

Só depois da abertura dos portos brasileiros à navegação internacional (1808) é que encontramos outra menção a um produto vegetal brasileiro: a cera de carnaúba foi estudada por William Thomas Brande com base numa amostra enviada do Rio de Janeiro pelo conde de Galveias a Lord Grenville, primeiro-ministro do «Ministry of All Talents», e por este remetida a Sir Joseph Banks, presidente da Royal Society³³. O estudo encomendado a Brande tinha como propósito averiguar se esta cera, originária do Rio Grande do Norte e Ceará, podia substituir a cera de abelhas na iluminação e se correspondia à descrita por Alexander von Humboldt e verificar um inte-

Visions of Empire. Voyages, botany and representations of nature, 2.^a edição, Cambridge, Cambridge University Press, 1998, p. 45).

²⁹ O facto parece algo estranho e a sua confirmação não foi possível. David Mackay afirma que, apesar da autorização do Príncipe Regente e do financiamento do Erário Régio, as dificuldades encontradas pelos botânicos foram tais que Bowie foi enviado para o Cabo e Cunningham para Botany Bay, na Austrália (David MACKAY, «Agents of empire: the Banksian collectors and evaluation of new lands», p. 45; Ray DESMOND, «The transformations of the Royal Gardens at Kew» in Brent ELLIOTT, J. G. HEWKES, Desmond KING-HOLE e G. L. P. LUCAS, *Sir Joseph Banks: a global perspective*, Kew, The Royal Botanic Gardens, 1994, p. 108).

³⁰ A existência desta correspondência é apontada por João Carlos Brigola que contudo não esclarece sobre o seu conteúdo (v. João Carlos BRIGOLA, «Museologia e História Natural em finais de setecentos – o caso do Real Museu e Jardim Botânico da Ajuda (1777-1808)» in *Anais. Actas do Colóquio «A Casa Literária do Arco do Cego»*, vol. VII-VIII, 2000-2001, pp. 219 e ss.).

³¹ Sir Hans Sloane foi presidente da Royal Society entre 1727 e 1741.

³² *An Extract of a Letter from Dr. Helvetius at Paris, to Monsieur Duyvenvoorde Ambassador Extraordinary from the States-General, and by him communicated to the Royal Society. Philosophical Transactions*, vol. 29, pp. 365-367, 1714-1716.

³³ William Wyndham Grenville, Lord Grenville, foi Secretary of State for Foreign Affairs entre Abril de 1791 e Fevereiro de 1801.

resse prático: a sua utilidade na dinamização do comércio entre a colónia brasileira e a Grã-Bretanha³⁴.

Esta breve incursão pelas escassas memórias das *Philosophical Transactions* relacionadas com o Brasil revela que, num dos centros intelectuais da Europa setecentista e num jornal destinado a divulgar junto dum público especializado dados de natureza científica, se publicava pouco sobre a colónia brasileira na América do Sul. Do mesmo modo, a avaliar pelo conteúdo dos artigos publicados, o conhecimento que reflectiam era reduzido, desactualizado, fragmentário e insuficiente e não corresponderia certamente aos interesses da «elite of European scientists of the day» ligada à Royal Society, composta por selectos membros residentes e correspondentes espalhados por todo o mundo³⁵.

Esta presença ténue da colónia brasileira, no entanto, dificilmente pode ser considerada como desinteresse por parte da comunidade intelectual. Com efeito, e não obstante todas as limitações intelectuais apontadas, redigiram-se na Inglaterra iluminista duas histórias da América que se propunham considerar a colónia portuguesa. A *History of America*, de William Robertson foi a primeira³⁶. Editada em Londres, em 1777, incluía na introdução uma listagem bibliográfica reveladora da vontade inicial do autor em incluir no livro o Brasil³⁷. Esta intenção estava também patente nos contactos esta-

³⁴ William Thomas BRANDE, «An account of a vegetable wax from Brazil» in *Abstracts of the papers printed in the Philosophical Transactions of the Royal Society of London*, vol. 1, pp. 404-406, 1800-1814. Também há menção a esta experiência no *Jornal de Coimbra*, vol. 1, pp. 10-11, 1812, e Instituto de Estudos Brasileiros, códice 76.1 e códice 2.A8.

³⁵ Michael HUNTER, «First steps in institutionalization: the role of the Royal Society of London» in *Solomon's House revisited: the organizations and institutionalization of science*, Canton/MA, Science History Publications and the Nobel Foundations, 1990, p. 26.

³⁶ Nascido em 1721 e falecido em 1793. Era principal da Universidade de Edimburgo, historiador do rei para a Escócia, nomeado membro da Academia Real de História de Madrid em 1777. O seu livro foi traduzido rapidamente para francês, alemão e italiano. A edição espanhola contou com a oposição dos inimigos do Conde de Campomanes, presidente da Academia, que atacaram violentamente a obra. Foi proibida em Espanha por decreto real de 23 de Dezembro de 1778 e a sua divulgação impedida nas colónias espanholas americanas e nas Filipinas (R. A. HUMPHREYS, *William Robertson and his History of America*, Londres, The Hispanic & Luso-Brazilian Councils, 1954, pp. 25-26).

³⁷ As obras, ordenadas alfabeticamente, demonstram indiscutivelmente a intenção do autor: Duarte Coelho de ALBUQUERQUE, *Memorial das Artes de Guerra del Brasil*, Madrid, 1634; João de BARROS, *Décadas da Ásia*, 4 vols., Lisboa, 1682; Fernão Lopes de CASTANHEDA, *História do descobrimento e da conquista da Índia pelos Portugueses* (s.e., s.d.); *Collecção de Breves Pontifícios e leis régias que foram expedidas e publicadas desde o anno de 1741 sobre a liberdade das pessoas, bens e comercio dos índios do Brasil*; António CORDEIRO, *História Insulana das ilhas a Portugal* (sic) *sujeytas no Oceano Occidental*, Lisboa, 1717; Manuel de FARIA E SOUSA, *História del Reyno de Portugal*, Antuérpia, 1730 e *History of Portugal from the first Ages to the Revolution under John IV*, Londres, 1698; António GALVÃO, *Tratado dos Descobrimentos antigos e moderno*, Lisboa, 1731; *Relación abbreviada da Republica que os Religiosos jesuítas estabelecerom*, (s.e., s.d.); Jerónimo de OSÓRIO, *History of the Portuguese during the reign of Emmanuel*, 2 vols., Londres, 1752 e *De rebus Emmanuelis Lusitaniae Regis*, Col. Agr., 1572; Sebastião da Rocha PITTA, *História da América Portuguesa*; Bernardo Pereira de BERREDO, *Anais históricos do Estado do*

belecidos por Robertson com o embaixador Luís Pinto de Sousa Coutinho, que «was pleased to send me very full answers to some queries concerning the character and institutions of the native of Americas, which his polite reception of an application made to him in my name, encouraged me to propose»³⁸. O projecto inicial viria a gorar-se, uma vez que nem a colónia portuguesa nem a inglesa foram estudadas na obra de Robertson³⁹.

O segundo projecto foi a *History of Brazil* de Robert Southey, considerada um êxito editorial: os quatro volumes que constituem a obra foram publicados entre 1810 e 1819 e uma segunda edição actualizada sai do prelo em 1822, confirmando-se, assim, a existência de uma audiência considerável composta por ingleses.

Southey é um caso que se distingue do universo até agora analisado. Ao contrário de Robertson, que planeava architectar a parte brasileira da sua *History of America* com a informação acessível a um súbdito britânico, Southey consultou, embora com as limitações anteriormente apontadas, documentação rara e original nas bibliotecas e arquivos portugueses, e muito particularmente na Biblioteca Nacional e Academia de Ciências de Lisboa⁴⁰. Para além disso, dispôs, ainda, dos manuscritos e impressos, muitos deles relacionados com o interior do Brasil e as minas de ouro, recolhidos pelo tio, Herbert Hill, capelão da comunidade inglesa em Lisboa e interessado bibliófilo⁴¹.

Um outro factor de interesse reside na dupla oportunidade da *History of Brazil*. Apesar de a sua génese remontar à segunda viagem de Southey a Portugal (1800-1801), a ideia ganhou uma dimensão diferente e a aprovação oficial do governo britânico em 1804, quando a Grã-Bretanha se decidiu por

Maranhão, Lisboa, 1749; José de Seabra da SILVA, *Recueil chronologique & Analitique de tout ce qu'a fait en Portugal la Société dite de Jesus, depuis son entrée dans ce Royaume en 1540, jusqu'à son expulsion (1759)*, Lisboa, 1769; D. Thomas Tamaio de VERAGES, *Restauracion de la ciudad del Salvador y Baia de todos Sanctos en la Provinda del Brasil*, Madrid, 1648; Américo VESPÚCIO, «Navegatio prima, secunda, tertia, quarta» in *De Nov Orb Grynæie Duæ navigationes sub auspiciis Ferdinandi*. In: DE BRY, *América*, Pars X.

³⁸ William ROBERTSON, *The History of America*, Londres, A Straham, Strand. T. Cadell, Edinburg, J. Balfour, vol. I, 5.^a edição, 1788, p. xiv.

³⁹ R. A. Humphreys explica a decisão, atribuindo-a ao facto de: «the revolt of English colonies changed his mind (...) Nor did he have the energy to take up the Portuguese side of his story or the history of the European settlement in the West Indies» (R. A. HUMPHREYS, *William Robertson and his History of America*, p. 13).

⁴⁰ É interessante mencionar que uma das fontes para o Norte brasileiro que aparece designada como Ribeiro foi por nós identificada como o *Diário da viagem que em visita e correição das povoações do Rio Negro fez o Ouvidor e Intendente Geral da mesma no anno de 1774 e 1775* de Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, manuscrito só publicado pela Academia Real das Ciências em 1825.

⁴¹ A biblioteca de Southey e a de Herbert Hill foram encaixotadas e enviadas para Londres face ao perigo da invasão espanhola, de facto ocorrida com a Guerra das Laranjas, em 1801 (R. A. HUMPHREYS, *Robert Southey and his History of Brazil*, Londres, The Hispanic and Luso-Brazilian Council, 1978, pp. 6 e 8).

uma expansão territorial efectiva na América do Sul, com a ocupação de Buenos Aires (1804), um plano para atacar o Chile e expedições ofensivas ao rio da Prata. A obtenção de consideráveis benefícios económicos, relacionados com a prata do Potosi, as manadas platinas e as transacções de manufacturas com os ameríndios não andariam longe dos objectivos ingleses⁴².

Depois, é preciso ainda mencionar que esta história ficou acessível ao público a partir de 1810, ou seja, três anos depois de uma corte europeia, a primeira, mudar a sua residência para a colónia e dois anos depois da abertura dos portos brasileiros à navegação, ao comércio e aos estrangeiros com interesses científicos que quisessem viajar por um vasto espaço ainda não desvendado à maioria dos europeus.

É importante sublinhar, no entanto, que as *Histórias* de Robertson e de Southey são projectos editoriais de natureza diferente das *Philosophical Transactions*: os primeiros, para além dos cientistas, abrangem um público mais vasto de curiosos, oriundos de grupos sociais interessados nas relações económicas e políticas com as colónias americanas; o segundo é um jornal científico produzido por homens de ciência e dirigido a um grupo restrito e iniciado de académicos.

Nas memórias publicadas pelas *Philosophical Transactions* revela-se uma curiosidade científica que transparece da recolha meticulosa de informações: traduziu-se para inglês a carta de Helvetius e o relatório do cavaleiro mineiro conhecido de Jacob Castro Sarmento; relatam-se experiências feitas com as amostras cedidas pelos *fellows* e pelo corpo diplomático português. Integram-se nos quadros académicos da Royal Society indivíduos que, de algum modo, estavam relacionados com a colónia, como Diogo de Mendonça Corte-Real, «a gentlemen very well versed in Natural History and who is about writing the Natural History of Brazil»⁴³; Mateus Saraiva, cavaleiro da Ordem de Cristo, curioso de História Natural e Astronomia e médico do governador do Rio de Janeiro, admitido em 1743⁴⁴; ou ainda Luís Pinto de Sousa Coutinho que, às muitas qualidades que o recomendavam, adicionava o facto de ter sido governador de Mato Grosso entre 1769 e 1772.

A falta de notícias actualizadas e a escassez de informação podem atribuir-se, uma vez mais, como acima se referiu, ao controlo que o Estado

⁴² Não deixa de ser interessante associar este projecto expansionista às instruções dadas por Herbert Hill para Southey disponibilizar ao primeiro-ministro inglês, Lord Grenville, os manuscritos relacionados com o interior do Brasil e as minas de ouro (R. A. HUMPHREYS, *Robert Southey and his History of Brazil*, p. 8).

⁴³ Diogo de Mendonça Corte-Real (1658-1736) era filho de Diogo de Mendonça Corte-Real e D. Jerónima de Lacerda. Foi ministro dos reis D. Pedro II e D. João V, enviado extraordinário aos Estados Gerais das Províncias Unidas, embaixador extraordinário na corte de Carlos V e do Conselho Real. Foi também académico da Academia Real de História. Apesar de ser considerado como um homem culto, íntegro e inteligente, estranha-se o facto de se propor escrever uma História Natural do Brasil (Joel SERRÃO (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Liv. Figueirinhas, vol. II, p. 195). Foi integrado nos quadros da Royal Society em 1735.

⁴⁴ Royal Society, Lista dos fellows da Royal Society.

Português queria manter em relação à sua colónia brasileira pelas razões já mencionadas. Contudo, se o secretismo das notícias sobre o Brasil fazia sentido enquanto *razão de Estado*, junto da corte de Lisboa ou dos governadores das capitânias do litoral ou continentais com fronteiras terrestres com a Hispanoamérica e a Guiana, se era justificado pelo receio fortemente sentido pelas autoridades administrativas e população de sofrer ataques marítimos e invasões terrestres; e se estes receios eram agravados pela precariedade do sistema de correios entre o reino e a colónia, que deixava os moradores ignorantes da política das casas reinantes europeias, dos jogos de poder diplomáticos e, conseqüentemente, dos aliados ou dos inimigos do momento, muito pouca justificação teria para os ilustrados portugueses, homens de ciência e *fellows*, como Jacob de Castro Sarmiento, João Jacinto de Magalhães ou José Correia da Serra, que viviam na capital londrina e tinham ligações profissionais, intelectuais e pessoais à comunidade científica internacional que constituía a «Republica das Letras» preconizada por Joseph Banks, enquanto presidente da Royal Society. Os segredos das minas de ouro e dos diamantes de Serro Frio são duplamente desvendados por Castro Sarmiento, que primeiro traduz e depois submete à Society a publicação do relato⁴⁵; de igual modo, *fellows* como Emanuel Mendes da Costa teriam, desde meados do século, fornecido a Society com amostras de minerais do Brasil⁴⁶.

O secretismo era, de algum modo, posto em causa pelos diplomatas portugueses creditados na corte britânica, que por um lado eram homens de Estado e deviam fidelidade à monarquia portuguesa, por outro eram ilustrados e membros da Royal Society. Luís Pinto de Sousa Coutinho, representante diplomático em Londres em 1774, ministro plenipotenciário entre 1785 e 1788, admitido à Society em 1787, é um exemplo paradigmático da actuação equilibrada de um diplomata estrangeirado. Tendo um conhecimento exacto da geografia e da cartografia de limites do Brasil, participou de forma interessada e activa no mapa *Columbia Prima or South America*, desenhado por Louis Delarochette e impresso por William Faden em Londres, em 1807: «This map of the Continent of South America was originally undertaken by the advice of His Excellency the late Chevalier Pinto during his residence in London, as Minister Plenipotentiary from the Court of Portugal; who graciously patronized the work by communicating all the manuscript maps & other geographical documents of the Portuguese Territories»⁴⁷. Do mesmo modo, William Robertson obteve deste mesmo embaixador dados considerados de grande importância e utilidade sobre o

⁴⁵ *Philosophical Transactions*, vol. 37, 1731-32, pp. 199 e ss.

⁴⁶ As primeiras experiências são publicadas no vol. 43, 1744-1745, pp. 468-472.

⁴⁷ Biblioteca Nacional, Cartografia, CC. 126R; André Ferrand de ALMEIDA, «Entre a Guerra e a Diplomacia: os conflitos luso-espanhóis e a cartografia da América do Sul» in *A Nova Lusitânia*, p. 63.

carácter e as instituições dos ameríndios, informação que, como foi mencionado, se utilizou na *History of América*⁴⁸.

Uma questão que, no decorrer deste ensaio, se colocou foi a de como conciliar as restrições até aqui apontadas sobre a divulgação de notícias acerca da colónia sul-americana e a publicação de um número considerável de obras sobre o Brasil feito, entre outras, pelas Tipografia Calcográfica, Tipoplástica e Literária do Arco do Cego e pela Impressão Régia a partir de 1797⁴⁹. Uma solução satisfatória é apontada por José Luís Cardoso: tanto uma tipografia como a outra eram projectos controlados por D. Rodrigo de Sousa Coutinho que, na sua qualidade de Secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos (1796) e Presidente do Real Erário (1801), tinha competências para colocar sob sua orientação directa os trabalhos de criação e difusão técnica e científica das duas editoras⁵⁰. Portanto, a impressão de obras sobre o Brasil era controlada pelo poder central que punha nitidamente a tónica em livros e folhetos de natureza utilitária e educativa destinados a desenvolver a agricultura e as indústrias reinóis e coloniais de forma racional, dinâmica e produtiva, seguindo os exemplos dados pelas «nações civilizadas e cultas»⁵¹.

O secretismo político defendido pela corte portuguesa deixava de fazer sentido em 1808, com a abertura dos portos brasileiros à navegação europeia e ao comércio estrangeiro. O acesso à colónia brasileira – exploração mineralógica, inventariação das espécies e reconhecimento das potencialidades naturais – não só era franqueado sem restrições aos viajantes e naturalistas estrangeiros, como era incentivado e protegido pelo rei e seus ministros⁵².

Se no período compreendido entre 1808 e 1814 o tráfico comercial com os outros países da Europa cessou, (como ocorreu com a França, Holanda, Alemanha, Dinamarca) ou foi praticamente inexistente (como se constata com a Suécia, Prússia, Rússia), a dependência de Portugal e da colónia brasileira, tornada reino em 1817, em relação aos abastecimentos de manufac-

⁴⁸ William ROBERTSON, *The History of America*, pp. xiii e xiv, 3 vols.; David ARMITAGE, «The New World and British thought from Richard Hakluyt to William Robertson» in Karen Ordahl KUPPERMAN, *America in European Consciousness 1493-1750*, Chapell Hill/Londres, University of North Carolina Press, 1995, pp. 52 e 66.

⁴⁹ Fernanda Maria CAMPOS, e Margarida Ortigão Ramos Paes LEME, «Percurso do poder e do saber nos finais do século XVIII: o papel da Impressão Régia e da Casa Literária do Arco do Cego» in *Anais. Actas do Colóquio «A Casa Literária do Arco do Cego»*, pp. 111-123.

⁵⁰ José Luís CARDOSO, «D. Rodrigo de Sousa Coutinho, a Casa Literária do Arco do Cego e a difusão técnica e científica em Portugal» in *Anais. Actas do Colóquio «A Casa Literária do Arco do Cego»*, pp. 198-199.

⁵¹ Ângela DOMINGUES, «Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império Português em finais de Setecentos» in *Ler História*, 39, p. 28, 2000 (publicado neste vol.).

⁵² Esta questão foi desenvolvida em Ângela DOMINGUES, *Viagens científicas e divulgação cartográfica*, pp. 76 e ss. (publicado neste vol.).

turas inglesas era grande. Para além disso, os britânicos monopolizavam, de forma quase absoluta, o transporte de mercadorias no Atlântico⁵³.

Por outro lado, a medida legislativa que condenava o antigo sistema colonial português beneficiava claramente a Inglaterra. O comércio até aqui feito por intermédio de Lisboa e Porto ou efectuado ilegalmente através de contrabando realizava-se, depois de 1808, clara e legitimamente, favorecido ainda pelas isenções fiscais que beneficiavam em cerca de quinze por cento a comunidade mercantil inglesa. O Brasil representava para os britânicos um produtor de quantidades avultadas de bens coloniais, como o açúcar, algodão, cacau, tabaco e café, e um fornecedor vantajoso, sobretudo quando comparado à antiga colónia americana ou ao revoltoso Haiti. As experiências agrícolas realizadas com produtos nativos industrialmente inexplorados e a produção em larga escala de plantas aclimatadas oriundas de África e do Índico tornavam o Brasil num mercado atractivo aos olhos de homens de negócio e investidores britânicos.

As novas fibras têxteis e minérios representavam uma vantagem económica que os ingleses não queriam perder face à concorrência de outros países europeus. Este interesse económico teve repercussões de natureza científica, detectadas nas memórias publicadas nas *Philosophical Transactions*: as experiências científicas laboratoriais sem aplicação prática foram precedidas de outras que apontavam as vantagens comerciais dos novos produtos tropicais, como a cera de carnaúba⁵⁴.

Não deixa de ser interessante mencionar que, em 1809, as *Philosophical Transactions* publicaram o artigo de William Hyde Wollaston, MD e FRS, intitulado *On Platina and native Palladium from Brazil*⁵⁵. Nele se relatavam as experiências feitas com base em amostras fornecidas pelo embaixador Domingos António de Sousa Coutinho em data indeterminada⁵⁶. Conhece-se bem a relutância de Wollaston em publicar a sua investigação sobre o «palladium», no sentido de obter vantagens comerciais junto da colónia brasileira. A opinião de Joseph Banks acerca deste assunto é relatada em John Gascoigne: «The keeping of secrets among men of science is not the custom here [Royal Society]; & those who enter into it cannot be considered as holding the same situation in the scientific world as those who are open & communicative»⁵⁷. O resultado da pesquisa foi publicado!

⁵³ Jorge A. PEDREIRA, «From growth to collapse: Portugal, Brazil and the Old Colonial system (1760-1830)» in *Hispanic American Historical Review*, n.º 80 (4), Novembro de 2000.

⁵⁴ William Thomas BRANDE, *An account of a vegetable wax from Brazil*, pp. 404-406.

⁵⁵ Wollaston seria presidente da Royal Society em 1820.

⁵⁶ *Philosophical Transactions*, vol. 99, pp. 189 e ss., 1809; Domingos António de Sousa Coutinho (1762-1833) era irmão de D. Rodrigo de Sousa Coutinho e detentor de postos diplomáticos na Dinamarca, Turim, Roma e Inglaterra, onde foi ministro creditado entre 1803 e 1814.

⁵⁷ John GASCOIGNE, *Science in the service of Empire: Joseph Banks, the British State and the uses of science in the Age of Revolution*, Cambridge, Cambridge University Press, 1998, p. 147.

Os casos do *Correio Braziliense* e do *Investigador Portuguez em Inglaterra*

As experiências de William Thomas Brande e William Hyde Wollaston publicadas nas *Philosophical Transactions* foram divulgadas em Portugal e no Brasil por dois jornais científicos: o *Jornal de Coimbra* e o *Patriota*, circulando por um número considerável de leitores nos dois lados do Atlântico. Este facto é revelador do movimento de abertura intelectual do Portugal de setecentos e inícios de oitocentos a uma Europa alicerçada no desenvolvimento económico e científico conduzido pela França e a Inglaterra, bem como da importância que neste processo teve a imprensa periódica e os jornais científicos e técnicos.

Depois do esforço de remodelação e actualização científica expresso nas reformas pombalinas e pós-pombalinas na área da educação e da ciência, nos patrocínios a bolseiros e nos convites a sábios e técnicos estrangeiros, a coroa portuguesa insistia ainda, nos inícios do século XIX, que «a necessidade que o Príncipe Regente Nosso Senhor considera de estender nos seus Estados as Luzes e Conhecimentos de todo o género tem feito nascer o desejo das correspondências literárias que o mesmo senhor quer estabelecer entre os sábios da Europa e os de Portugal»⁵⁸.

A actualização científica institucional pressupunha que se tomassem por modelo os organismos congêneres existentes em outros países e se importassem obras científicas e técnicas europeias, bem como instrumentos de precisão. Caixotes de livros e mapas importados de Londres e Paris guardavam as estantes da Sociedade Real Marítima e Geográfica; contactos com a comunidade científica europeia continuaram a ser feitos através do corpo diplomático creditado nas principais capitais europeias ou da correspondência trocada entre homens de ciência, directores de universidades, academias e instituições científicas⁵⁹.

Por seu turno, o reconhecimento da produção científica implicava a sua divulgação e revalidação pela comunidade científica internacional. Inúmeros cientistas portugueses, como Teodoro de Almeida, Francisco de Borja Garção Stocker, José Anastácio da Cunha, e instituições como, por exemplo, a Academia de Ciências de Lisboa, enviavam as suas publicações para o estrangeiro⁶⁰; a Sociedade Real Marítima e Geográfica remetia as *Efemérides* do

⁵⁸ Sociedade de Geografia de Lisboa, *Sociedade Real Marítima e Geográfica*, Reservados, 146, Maço 5, n.º 29, doc. 18, Ofício de D. Rodrigo de Sousa Coutinho a Francisco de Paula Travassos, de Junho de 1802.

⁵⁹ Rosalina CUNHA, «Documentos diversos sobre a Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica, 1798-1809». Separata de *Ocidente*, vol. LXXII, p. 57, 1967.

⁶⁰ Cf., por exemplo, as listas de «Presents received by the Royal Society» apenas aos volumes das *Philosophical Transactions*, particularmente vols. 92 (1802), 98 (1808), 104 (1814), 108 (1818), 109 (1819), 110 (1820), 112 (1822) e 113 (1823).

padre J. M. Monteiro da Rocha a Lalande, em Paris, a Zach em Gotha e ao astrónomo real Nevil Maskelyne, em Greenwich⁶¹.

Contudo, os inícios do século XIX trouxeram grandes aditamentos a este panorama, com o grande salto despoletado por particulares – predominantemente intelectuais burgueses nascidos nas colónias sul-americanas – que utilizaram os jornais para tornar o conhecimento científico acessível a um público mais vasto. Se a ciência continuou a ser feita nos gabinetes e laboratórios e a ser validada pela ‘academia de sábios’, rapidamente deixaria de ser exclusiva das elites aristocráticas para se tornar perceptível a uma audiência mais vasta, interessada, curiosa, ligada a uma burguesia endinheirada mercantil e ligada aos novos ‘saberes técnicos’ e interessada em promover-se culturalmente⁶².

A discussão das novas ideias científicas e políticas desceu das academias e dos salões para espaços menos aristocráticos, como os cafés e as tabernas. Alastrou a um público diferente que tinha fácil acesso a jornais, folhetos e panfletos que se podiam comprar, alugar ou simplesmente ler em gabinetes de leitura⁶³.

Tal como afirma José Tengarrinha, o jornalismo português dos primeiros anos do século XIX dificilmente desempenharia o papel de primeiro plano que tinha na Inglaterra, Holanda e França⁶⁴. Este fenómeno explica-se, primeiro que tudo, pela actividade da censura e vigilância exercida sobre qualquer tipo de publicações, bem como pelos privilégios e regalias de algumas publicações periódicas e casas de impressão; e, em segundo lugar, pela desvinculação de figuras de vulto relacionadas com a vida política e intelectual portuguesa que conotavam este tipo de literatura como um produto para um público de baixa extracção social e cultural⁶⁵.

Apesar de a quantidade de periódicos editados em Portugal ser considerável até 1811, muito poucos perduraram até finais do decénio seguinte e a

⁶¹ Sociedade de Geografia de Lisboa, *Sociedade Real Marítima e Geográfica*, Reservados 146, Maço 5, n.º 29, doc. 30, Rascunho de ofício de Francisco de Paula Travassos, secretário da Real Sociedade Marítima, Lisboa, s.d.; Nevil Maskelyne era astrónomo e matemático. Foi nomeado astrónomo real em 1765, autor de cerca de 90000 observações astronómicas publicadas e do *Nautical Almanac*, considerado por Maskelyne e seus discípulos como um instrumento indispensável à navegação (Patrich O'BRIAN, *Joseph Banks. A life*, Londres, The Harvill Press, 1989, p. 248).

⁶² Maria Alexandre LOUSADA, *Espaços de sociabilidade em Lisboa: finais do século XVIII a 1834*. Dissertação de doutoramento em Geografia Humana apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1995, p. 337; José TENGARRINHA, *História da imprensa periódica em Portugal*, Lisboa, Portugalíia Editora, s.d., p. 45.

⁶³ Muitos destes gabinetes possuíam para além de livros e viagens, novelas, poemas, obras sobre economia, jornais nacionais e estrangeiros (Maria Alexandre LOUSADA, *Espaços de sociabilidade em Lisboa: finais do século XVIII a 1834*, pp. 352-354 e 360).

⁶⁴ José TENGARRINHA, *História da imprensa periódica em Portugal*, p. 40.

⁶⁵ Tengarrinha aponta como excepções os casos de António de Sousa Macedo e de José Agostinho de Macedo; como a antítese o caso de Inglaterra, onde a imprensa tinha a colaboração regular de figuras conceituadas (José TENGARRINHA, *História da imprensa periódica em Portugal*, p. 45).

maioria caracterizava-se pela falta de dinamismo ou por serem instrumentos de propaganda, um «meio eficiente de agitação e mobilização» ao serviço do poder político pró ou anti-napoleónico⁶⁶. A literatura patriótica panfletária publicada por essa altura incluía folhas anónimas, folhetos, sermões, discursos, peças de teatro e poesia destinadas a inflamar o ânimo dos populares contra ou a favor do exército francês⁶⁷.

Londres foi o primeiro e principal emissor de panfletos contra Napoleão, assim como Portugal foi um dos canais que permitiu a propagação desta literatura a Espanha e ao resto do continente. Do mesmo modo, a capital londrina foi o local de produção de uma literatura periódica portuguesa que, surgindo a coberto do clima de guerra aberta sentido nos inícios do século, apontou cruamente os problemas sociais, económicos e políticos protagonizados pelo regime absolutista. Tal foi o caso do *Correio Brasileiro*, de Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça e de *O Investigador Portuguez em Inglaterra*, dirigido por Vicente Pedro Nolasco da Cunha e Bernardo Abrantes de Carvalho, considerados como os jornais mais importantes e lidos que escapavam às imposições ditadas por Lisboa⁶⁸.

Neste momento, entendemos que, mais do que pretender uma análise formal dos periódicos e perceber as interligações estabelecidas entre a imprensa de emigração londrina e os jornais portugueses e brasileiros, importa perceber qual o grupo que os origina e que ligação têm à Grã-Bretanha.

À semelhança do que tinha acontecido em períodos anteriores, o Reino Unido acolheu uma significativa comunidade de intelectuais portugueses nos inícios do século XIX. Alguns faziam a sua *grand tour* ou *tour philosophique* pela Europa e, com o objectivo de completarem a sua formação, demoravam-se num dos centros de maior produção intelectual e de maior prestígio da Europa; outros seriam, sem dúvida, estudantes em universidades inglesas, como atesta o caso do Dr. Castro, apontado por Inocêncio como sendo um dos fundadores de *O Investigador Portuguez em Inglaterra*. Mas, à semelhança do que tinha ocorrido com Jacob de Castro Sarmiento, muitos encontravam em Londres um local de acolhimento às perseguições que lhes eram movidas. Este foi o caso de Vicente Nolasco da Cunha, que despertou a ira de Junot por ter brindado à Casa de Bragança e ao príncipe regente durante uma solenidade ao tempo em que era presidente de uma loja maçónica lisboeta⁶⁹; de Bernardo José de Abrantes e Castro, fugido dos cárceres da Inquisição, onde tinha sido preso por acusação de jacobino e

⁶⁶ António Pedro VICENTE, «Panfletos anti-napoleónicos durante a Guerra Peninsular: Actividade editorial da Real Imprensa da Universidade» in *Revista de História das Ideias*, vol. 20, pp. 101 e ss., 1999.

⁶⁷ Teresa BERNARDINO, *Sociedade e atitudes mentais em Portugal (1777-1810)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, p. 192.

⁶⁸ João Luís LISBOA, *Ciência e política. Ler nos finais do Antigo Regime*, Lisboa, INIC, Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1991, p. 180.

⁶⁹ Inocêncio Francisco da SILVA, *Diccionario Bibliográfico Portuguez*, vol. VII, Vi, p. 434.

maçon⁷⁰; de Silvestre Pinheiro Ferreira, constringido a deixar a Universidade de Coimbra devido à ameaça constituída pelas acusações de jacobino, espírito forte e conspirador⁷¹; e, ainda de Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça, também ele fugido aos cárceres inquisitoriais onde estava preso por ordem de D. Rodrigo de Sousa Coutinho sob a acusação de maçon⁷².

Instalados em Londres, estes indivíduos, oriundos do reino e do Brasil, detentores de um grau académico conferido por uma universidade ou uma instituição eclesiástica de prestígio, consolidavam a sua rede de ligações: com outros portugueses recém-emigrados, o corpo diplomático residente, os refugiados liberais espanhóis e os separatistas sul-americanos, vindo, assim, a engrossar as comunidades de ibéricos e latino-americanos residentes em Londres, que estudavam e publicavam livros, artigos e revistas que expressavam as suas preocupações políticas, científicas, sociais e económicas⁷³.

Estas redes constituídas pelas ligações pessoais dos emigrados reflectem-se nos jornais a nível ideológico, nos pedidos de colaboração e nos patrocínios. Tome-se como exemplo o *Investigador Portuguez em Inglaterra*: este jornal resultou da associação de dois reinóis e um luso-brasileiro (o Dr. Castro), dois formados em medicina pela Universidade de Coimbra e o outro pela Universidade de Edimburgo. O projecto editorial contou com o patrocínio financeiro da coroa que expressava, desta forma, a protecção oficial dada por D. Rodrigo de Sousa Coutinho e Domingos António de Sousa Coutinho, ao tempo embaixador na corte britânica. Embora o conde de Palmela, cumprindo ordens de Tomás António de Vila Nova Portugal, tivesse cortado o subsídio, subsistiu até 1819, graças às subscrições de particulares residentes em Inglaterra, Portugal e Brasil⁷⁴. Destinado a servir declaradamente propósitos de ordem política na defesa dos interesses da monarquia portuguesa face às acusações do *Correio Braziliense*, passou, com a inclusão de José Liberato Freire de Carvalho, a censurar a actuação da monarquia portuguesa, acusada de tratar o reino como colónia e de não dar a Portugal

⁷⁰ Inocêncio Francisco da SILVA, *Diccionario Bibliográfico Portuguez*, vol. I, Be, p. 379.

⁷¹ Inocêncio Francisco da SILVA, *Diccionario Bibliográfico Portuguez*, vol. VII, Si, p. 259; cf. Maria Beatriz Nizza da SILVA, *Silvestre Pinheiro Ferreira: ideologia e teoria*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1975.

⁷² Era filho de Félix da Costa e de Ana Josefa Pereira, nascido em Sacramento a 1774. Ingressou na Universidade de Coimbra em 1792, onde obteve o grau de bacharel em Direito e Leis em 1797 e em doutor em Filosofia em 1796 (Inocêncio Francisco da SILVA, *Diccionario Bibliográfico Portuguez*, vol. III, Hy, p. 198; Rolando MONTEIRO, *Hipólito da Costa e a independência. Documentário e apreciação*, Rio de Janeiro/Brasília, Livraria Editora Cátedra e Instituto Nacional do Livro, 1979).

⁷³ Maria Teresa Berruezo LÉON, *La lucha de Hispanoamérica por su independencia en Inglaterra, 1800-1830*, Madrid, Ediciones de Cultura Hispánica, 1989, pp. 21-22.

⁷⁴ Maria Alexandre LOUSADA, *Espaços de sociabilidade em Lisboa*, pp. 344-345; José Liberato Freire de CARVALHO, *Memórias da vida de José Liberato Freire de Carvalho*. Introdução de João Carlos ALVIM, Lisboa, Assírio e Alvim, 1982, p. 94.

«leis compatíveis com a sua situação e até com as luzes do século»⁷⁵. Não obstante, concebia-se como um jornal de divulgação técnica e científica, editando estudos de ciências naturais, medicina e notícias e críticas de obras efectuados em Portugal e no Brasil ou publicados na Europa. Por isso, o principal órgão interlocutor foi o *Jornal de Coimbra*, editado por José Feliciano de Castilho, Ângelo Ferreira Dinis e Jerónimo Joaquim de Figueiredo e especializado em «ciências físicas e morais, as artes, e a história topográfica civil, archeologica e litterária de Portugal e seus domínios» com o qual *O Investigador Portuguez* estabeleceu uma comunicabilidade científica facilmente detectável⁷⁶.

Atente-se também no caso do *Correio Braziliense*, dirigido por Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça, entre 1808 e 1822. Através deste jornal o editor expressou um plano de reformas radicais, por ele consideradas indispensáveis à felicidade da nação: a nível administrativo, no comércio, acerca do pacto colonial, nas relações entre a monarquia portuguesa e os países estrangeiros, no fomento da agricultura e no desenvolvimento da indústria⁷⁷. Defendeu, de forma exacerbada, a independência brasileira e o constitucionalismo e, por isso, não parece estranho que um dos colaboradores do *Correio Braziliense* tenha sido o hispânico Francisco de Miranda, tradutor de uma sinopse intitulada *Emancipation of Spanish America* e autor de cartas sediciosas enviadas às capitais sul-americanas incitando à autonomia política as colónias espanholas, aliás publicadas no *Correio Braziliense*⁷⁸.

Não deixa de ser interessante notar que, apesar de a Inglaterra ser um país tradicionalmente aliado de Portugal e ao lado do qual a monarquia portuguesa se colocou abertamente contra o bloqueio continental imposto por Napoleão, aí se publicavam jornais que criticavam a actuação do governo português e advogavam a independência da colónia americana⁷⁹. As limita-

⁷⁵ José Liberato Freire de CARVALHO, *Memórias da vida de José Liberato Freire de Carvalho*, p. 92.

⁷⁶ Inocêncio Francisco da SILVA, *Dicionário Bibliográfico Portuguez*, vol. IV, pp. 177-178; Maria de Fátima NUNES, *Leitura e agricultura. A imprensa periódica científica em Portugal (1772-1852)*, 2 vols., Évora, Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade de Évora em História Cultural Moderna e Contemporânea, 1994, p. 201; Adelaide Vieira MACHADO, *O Investigador Portuguez em Inglaterra nos primeiros anos da sua publicação (1811-1813)*, Lisboa, dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Mestrado em História Cultural e Política, 1996, p. 133; João Luís LISBOA, *Ciência e política. Ler nos finais do Antigo Regime*, p. 69.

⁷⁷ João Pedro Rosa FERREIRA, *O jornalismo na emigração. Ideologia e política no Correio Braziliense, 1808-1822*, Lisboa, INIC, Centro de História da Cultura, Universidade Nova de Lisboa, 1992, p.21.

⁷⁸ María Teresa Berruelo LÉON, *La lucha de Hispanoamérica por su independencia en Inglaterra*, p. 75.

⁷⁹ Sobre as implicações a vários níveis das relações de Portugal com Inglaterra cf. Diogo Ramada CURTO, «D. Rodrigo de Sousa Coutinho e a Casa Literária do Arco do Cego» in *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801). Bicentenário. «Sem livros não há instrução»*, Lisboa, Biblioteca Nacional, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999, pp. 16 e ss.

ções postas às publicações portuguesas editadas em Inglaterra surgiram unicamente por parte do governo português. Este é o caso de *O Investigador Portuguez em Inglaterra*. Houve uma clara tentativa de censura quando o então embaixador em Londres conde de Palmela – largamente criticado por José Liberato Freire de Carvalho pela sua actuação no Congresso de Viena –, propôs ao editor do jornal que os artigos de índole política fossem «aqui combinados na minha secretária»⁸⁰. A proposta era legitimada a pretexto do subsídio governamental concedido pelo governo português e foi recusada por José Liberato que continuou a publicar artigos de opinião censurando a presença e a actuação da monarquia portuguesa no Rio de Janeiro.

A publicação da imprensa periódica da emigração foi contemplada com benevolência por parte das autoridades londrinas. Tal explica-se, em primeiro lugar, porque a tradição britânica permitia a publicação de literatura política sem qualquer actividade de vigilância e censura. O governo inglês, na defesa de certos direitos e da liberdade de imprensa, não reprimia ou censurava os ataques dirigidos pela imprensa publicada nesse país contra os soberanos e nações estrangeiros, mesmo se aliados⁸¹. Depois, é preciso considerar que, numa Europa em que muito pouco se conhecia sobre a América Latina, as notícias divulgadas, e eventualmente, publicadas, por indivíduos oriundos ou relacionados com a colónia portuguesa contribuía para uma aproximação cognitiva à mesma e eram de interesse comum e podiam, como já foi referido, ser utilizadas para obter vantagens comerciais. De igual modo, um apoio, ainda que ténue, à causa dos emigrados luso-brasileiros podia significar que, se o Brasil optasse pela autonomia política num futuro que se adivinhava próximo, uma posição vantajosa podia ser conquistada para negociar acordos políticos e comerciais face a outros países europeus – e muito particularmente a França⁸².

Portanto, em Inglaterra, os emigrados portugueses e luso-brasileiros, muitos deles perseguidos pelas autoridades lusitanas por questões políticas ou ideológicas, publicavam livremente jornais destinados a esclarecer, formar e actualizar os povos, tanto o português como o brasileiro. A sua actividade

⁸⁰ José Liberato Freire de CARVALHO, *Memórias da vida de José Liberato*, p. 94.

⁸¹ Jean-François MARINUS, «Pratique britannique face aux offenses écrites envers les souverains étrangers à la fin du XVIII^e et au début du XIX^e siècles» in *Annales historiques de la Révolution Française*, n.º 335, p. 131, janvier-mars 2004.

⁸² Um exemplo desta atitude política britânica pode ser detectado no Viscount de Strangford, embaixador britânico creditado junto da corte do Rio de Janeiro entre 1807 e 1810 (e mais tarde entre 1828 e 1830), **um dos diplomatas mais escutados e acatados, que desenvolvia uma política de apoio aos movimentos revolucionários e pró-independentistas sul-americanos, destinada a, futuramente, favorecer economicamente o seu país** (António Pedro VICENTE, «Política exterior de D. João VI no Brasil» in *Estudos avançados*, 7 (19), p. 203, 1993); sobre a importância de Lord Strangford na corte do Rio de Janeiro ver também José PRESAS, *Memórias secretas da Princesa do Brasil*. Introdução de Horacio Zorraquín BECÚ, Buenos Aires, Editorial Huarpes, 1948.

tinha implícita uma noção de utilidade social, de educação dos povos com vista ao progresso, à felicidade e ao bem comum. Na medida em que estavam fisicamente próximos dos centros de maior desenvolvimento intelectual e científico situados numa das maiores potências europeias do século XIX, também ela berço da Revolução Industrial, e que podiam exercer a sua actividade sem as limitações e peias impostas pela censura metropolitana, consideravam-se como mais habilitados para esclarecer politicamente os povos e apontar os caminhos para alcançar o desenvolvimento económico e político.

Tomando por base os princípios ideológicos e programáticos do *Investigador Portuguez*, se o reino se encontrava devastado pelos horrores da guerra e a colónia se apresentava como um continente rico e imenso mas subaproveitado e subdesenvolvido, o jornal propunha-se «colligindo as luzes da Europa e reflectindo-as até às Regioens Equatoriais (...) mostrar, dentro dos limites, tanto os traços da história do tempo, como os brilhantes productos da Literatura geral. As Sciencias serão por elle exhibidas em todo o lustre de seos progressos actuaes e na sua importante applicação à utilidade geral»⁸³. Do mesmo modo, o *Correio Braziliense* considerava como dever de todos os indivíduos, em função das suas forças físicas e talentos específicos, contribuir para o bem geral da sociedade: «as luzes que elle espalha tiram das trevas ou da illusão aquelles que a ignorância precipitou no labyrintho da apathia, da inépcia e do engano (...) Longe de imitar só o primeiro despertar da opinião pública nos factos que excitam a curiosidade dos povos, quero, alem disso, traçar as melhorias das Sciencias, das artes e, n'uma palavra, de tudo aquillo que pode ser útil à sociedade em geral»⁸⁴.

Não obstante os esforços desenvolvidos pela censura portuguesa para proibir a leitura do *Correio Braziliense*, combatido por folhetos de Joaquim de Santo Agostinho Brito França Galvão e José Joaquim de Almeida e Araújo Correia de Lacerda e oficialmente determinada por decisão real em 17 de Setembro de 1811⁸⁵, seguido de *O Investigador Portuguez* depois da radicalização da posição política de José Liberato Freire de Carvalho após a saída de Sousa Coutinho das funções de embaixador, estes jornais eram avidamente lidos em Portugal e no Brasil, talvez até com mais interesse e entusiasmo que anteriormente, por uma elite intelectual e burguesa aglutinada em torno

⁸³ *O Investigador Portuguez em Inglaterra*, vol. I, 1811, p. 2.

⁸⁴ *Correio Braziliense ou Armazém Literario*, vol. I, Junho 1808, p. 3.

⁸⁵ Joaquim de Santo Agostinho Brito França Galvão era eremita de Santo Agostinho, licenciado em Teologia, sócio da Academia de Ciências de Lisboa e deputado às cortes ordinárias de 1822-23. Foi agraciado com a Ordem de Avis. Escreveu *Reflexões sobre o Correio Braziliense*, Lisboa, Imprensa Régia, 1809; José Joaquim de Almeida e Araújo Correia de Lacerda foi do Conselho de Estado, do Conselho do Rei D. João VI, ministro e secretário de Estado dos Negócios do Reino, secretário da Junta e Estado da Casa de Bragança e o autor de *Exame dos artigos históricos e políticos que se conteeem na colecção periódica intitulado Correio Braziliense no que pertence somente ao reino de Portugal*, Lisboa, Imprensa Régia, 1810 (Inocêncio Francisco da SILVA, *Diccionario Bibliográfico Portuguez*, vol. IV, J, pp. 57-58 e 381).

da riqueza, do saber e do progresso, nem sempre submetida às directrizes impostas pelo Estado⁸⁶.

Aos dois se opôs violentamente José Agostinho de Macedo, inimigo de longa data de José Liberato. Ao *Correio Braziliense*, considerado como o papel mais incendiário do mundo, criticava o facto de o jornal querer «que tudo quanto se faz, se diz, se determina em economia, em política, em legislação, em milícia, em literatura neste Reino de Portugal (...) seja huma parvoíce»⁸⁷. Ao *Investigador Portuguez em Inglaterra* apontava o facto de ser simpático às causas independentistas americanas e de ser desactualizado, de valor nulo e sedicioso: «he em notícias de tempo, pois sempre vem com humas de ancianidade que bem podem entrar só no Gabinete dos Quinhentistas; he perigoso em política, pois se conserva neste que o artigo Caracas e seus anexos he mais extenso que todos os outros e se não dá lições abertas de insurreição põe diante dos olhos os exemplos que sendo maos, são as peores lições; he ocioso em literatura porque nenhum proveito se pode tirar de hum ou outro pedaço destacado de qualquer obra que não continua nem se apresenta ao menos o espírito ou a substância; he infructuoso nos documentos da nossa literatura, porque havendo tantos materiais para construir e para completar este edifício, elle os ignora e estão dependentes que daqui lhe remetão ao acaso algum papel que todos tem em Portugal; he perigoso desde agora porque quem aqui não pode atacar ou insultar pela prensa hum inimigo acha estes Senhores promptissimos para publicarem satyras afrontosas com manifesto insulto das Leis deste Reino»⁸⁸.

A ida da família real para o Brasil evitou que a colónia enfrentasse as incertezas e a instabilidade conhecidas por outros países sul-americanos. Permitiu também que um príncipe português se estabelecesse no Brasil e se tornasse o primeiro imperador de um novo império em 1822. Neste processo, a elite composta por um pequeno número de indivíduos formados nas universidades do reino ou no estrangeiro, que utilizava a imprensa como forma de criar uma consciência política entre os povos, contribuiu, directa ou indirectamente, na criação de um sentimento de identidade comum e teve um papel significativo na manutenção da coesão política da antiga colónia brasileira⁸⁹.

⁸⁶ Afinidades deste público com o caso americano podem ser encontradas em Maria Teresa BARRUEZO LÉON, *La lucha de Hispanoamérica por su independencia en Inglaterra* e em Carmen RUIZ-BARRIONUEVO, «La cultura ilustrada de José Joaquín Fernández de Lizardi» in *Anuario de Estudios Americanos. Suplemento, Sección Historiográfica y Bibliográfica*, tomo XLVIII, n.º 2, p. 77, 1991.

⁸⁷ José Agostinho de MACEDO, *Carta de hum pai para seu filho, estudante na universidade de Coimbra, sobre o espirito do Investigador Portuguez em Inglaterra*, Lisboa, Impressão Régia, 1812, p. 12.

⁸⁸ José Agostinho de MACEDO, *Carta de hum pai para seu filho*, p. 39; v. também idem, *Resposta aos dois do Investigador Portuguez em Londres que no caderninho VIII, a Páginas 510 atacão, segundo o costume, o poeta Gama*, Lisboa, Impressão Régia, 1812.

⁸⁹ Andrew J. KIRKENDALL, *Classmates. Male student culture and the making of a political class in nineteenth century Brazil*, Lincoln/Londres, University of Nebraska Press, 2002, p. 4.

FELLOWS PORTUGUESES ADMITIDOS NA ROYAL SOCIETY (SÉCULO XVIII)

DATA ADMISSÃO	NOME	QUALIFICAÇÕES	QUALIDADES EVOCADAS	RECOMENDAÇÕES	OUTRAS RECOMENDAÇÕES
1735	Diogo de Mendonça Corte Real ?-1736	Membro da Academia Real, do Conselho Real, Ministro nos EG das prov. Unidas	«A gentleman well versed in Natural History and who is about writing the Natural History of Brazil»	Charles Lennox (2 nd duke of Richmond), Martin Folkes, James Hodgson, Hans Sloane (PRS), James Turin, Jacob de Castro Sarmento	
1738	Francisco Xavier de Menezes ?-1736		«Is well versed in all parts of Mathematics and polite literature, a great promotor of Natural Knowledge»	Marco António de Azevedo Coutinho, David Hartley, Ephraim Chambers, Hans Sloane	
1740	Sebastião José de Carvalho e Melo 1699-1782	Ministro Plenipotenciário em Londres desde 1739	«well versed in Natural knowledge and all Polite Literature is desirous to be admitted a Fellow of this learned Society	Hans Sloane (PRS), Charles Cadogan (2 ^o Baron), William Stukeley, Jacob de Castro Sarmento	
1740	Benito de Moura Portugal 1702- 1776				
1743	Mathews Saraiva ?-1743	Cavaleiro da Ordem de Cristo, físico na corte do Rio de Janeiro	Curioso em História Natural e Astronomia	Jacob de Castro Sarmento, Richard Mead, William Stukeley, Jas Stukeley (?)	
1750	Johannes Mendez Saquet Barboza ?-1773	Médico do rei de Portugal no hospital de Elvas, Membro da Academia Real de Madrid	Versado em Filosofia Natural e outros ramos do conhecimento natural; «He will prove to the R.S. one of the best correspondents in the two kingdoms of Portugal and Spain	Peter Collinson; Jacob de Castro Sarmento; Hugh Willoughby (15th Baron Willoughby of Parham); Martin Folkes (PRS); Sir William Watson	

DATA ADMISSÃO	NOME	QUALIFICAÇÕES	QUALIDADES EVOCADAS	RECOMENDAÇÕES	OUTRAS RECOMENDAÇÕES
1757	Martinho de Melo e Castro ?-1757			Willoughby (15th Baron Willoughby of Parham); John Elhot; Jacob de Castro Sarmento; William Stukeley	
1787	Luis Pinto de Souza Coutinho 1735-1804	Embaixador em Londres		Joseph Banks; Johann Moritz, count de Brühl; Sir Charles Bladgen; Louis Dutens; Rd Kinwan (?); Richard Paul Jodrell; George Leonard Staunton; John Glen King; John Paradise; Alexander Dalrymple	
1791	Cypriano Ribeiro Freire 1749-1824				
1747	Emmanuel Mendes da Costa 1717-1791		«a Gentm well skilled in Philosophical Learning and Natural knowledge particularly in what relates to the Mineral and Fossil parts of the creation»	Edward Montagu, Martin Folkes (PRS); Benjamin Prideaux; Cromwell Mortimer; Hen. Barker; James Parsons; Peter Collinson; James Theobald	
1757 ad. 9/3/1758	Theodore de Almeyda 1722-1803			D. João Carlos de Bragança, duque de Lafões; Martinho de Melo e Castro; Gilbert Kennedy; Jacob de Castro Sarmento	
1757	João Carlos de Bragança de Sousa Ligne Tavares Mascarenhas da Silva, 2.º duque de Lafões 1719-1806				

DATA ADMISSÃO	NOME	QUALIFICAÇÕES	QUALIDADES EVOCADAS	RECOMENDAÇÕES	OUTRAS RECOMENDAÇÕES
1774	João Jacinto de Magalhães 1722-1790	Membro correspondente da Academia de Paris	«Being a person well acquainted with several branches of Philo- sophical knowledge and having resided many years in England, is very desirous of the honour of becoming a member of the RS»	Joseph Priestley; William Jones; Benjamin Franklin; William Hunter; Sir William Watson; Peter Woulfe; Joseph Banks; Matthew Maty; John Letch	
1749 ad. 4/5/1749	António Freyre de Andrade ?-1772	Do Conselho do Rei, Enviado Extraordinário na corte britânica	«Who will prove a useful correspondent of the RS»	William Stukeley; Jacob Sarmiento de Castro; James Parsons; Thomas White; James Theobald; Peter Collinson; Martin Folkes; Cromwell Mortimer	
1759	Jacob Rodrigues Pereira 1715-1780	Pensionário do rei de França	ensina a falar e escrever a surdos-mudos e apresentou a academias várias memórias sobre a sua arte e máquinas que inventou	Charles Marie de La Condamine; D Ortous Demairan; Matthew Maty; Thomas Birch; Robert Barker	
1795	José Correia da Serra 1750-1823	LLD, da Sociedade da Real Academia de Ciências e Letras de Pentonville		Sir James Edward Smith; Aylmer Bourke Lambert; Edward Whitaker Gray; Maxwell Garthshore; Samuel Solly; William Marsden	Charles Hatchett; Isaac Ttisingh; John Ryan; Martin van Marum; William Paterson; Richard Chenevix
1751	José Joaquim Fidalgo da Silveira ?-1751	Do Conselho do Rei, Enviado Extraordinário na corte britânica	Versado em Filosofia Natural «and all Polite Literature, as well to promote our correspondence abroad and to be a servicable member of our Society»	William Stukeley; Martin Folkes; Peter Davall; Jacob de Castro Sarmiento	

DATA ADMISSÃO	NOME	QUALIFICAÇÕES	QUALIDADES EVOCADAS	RECOMENDAÇÕES	OUTRAS RECOMENDAÇÕES
1725	António Galvão ?-1725/30	Embaixador em Londres		Isaac de Sequeira Samuda	
1723	Isaac de Sequeira Samuda ?-1743	Dupla nacionalidade, médico e MB em Coimbra, judeu, prática em Londres		Francis Clifton; António Galvão; Johannes Baptista Carbonne	Francis Clifton (médico em Londres e Jamaica); António Galvão; Johann Baptista Carbonne (clérigo, romano católico, jesuíta e astrónomo)
ad. 6/5/1736	Marco António de Azevedo Coutinho 1688-1750				
ad. 5/2/1730	Jacob de Castro Sarmiento 1692-1762				

O BRASIL NOS RELATOS DE VIAJANTES INGLESES DO SÉCULO XVIII: PRODUÇÃO DE DISCURSOS SOBRE O NOVO MUNDO *

Alguns autores contemporâneos afirmam, de forma peremptória, que a descoberta científica do Brasil pelos europeus data do século XIX. Estes autores defendem que só após 1808 se teria iniciado um reconhecimento científico sistemático da colônia luso-brasileira por viajantes franceses, alemães, russos e ingleses, indivíduos esclarecidos, lúcidos, dinâmicos e inovadores, detentores de interesses científicos, comerciais e económicos notórios em relação aos domínios coloniais europeus e, de igual modo, de motivações teológicas, morais e estéticas face à humanidade dos *novos mundos* que se revelavam à Europa setecentista e oitocentista: a América do Sul e o Pacífico¹. Neste processo, e sobretudo devido a condicionantes de natureza política, os ingleses e alemães teriam sido inicialmente os protagonistas no processo de produção científica que renovou o conhecimento que a Europa de oitocentos tinha sobre o Brasil. Os trabalhos de John Mawe, Thomas Lindley, Henry Koster, Maximiliano de Wied-Neuwied ou do barão de Eschwege, editados, reeditados e traduzidos a velocidade vertiginosa, renovaram os lugares-comuns usados na prosa de autores como o Abade Prévost ou de Mr. De La Harpe que, em pleno século das Luzes, descreviam o Brasil enquanto lugar maravilhosamente estranho, encantado e selvagem com base

* Este texto foi publicado em *Revista Brasileira de História*, vol. 28, n.º 55, Julho/2008, pp. 133-152; http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882008000100007&lng=es&nrm=iso.

¹ Luciana de Lima MARTINS, *O Rio de Janeiro dos viajantes. O olhar britânico (1800-1850)*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001, p. 12; idem, «A naturalist's vision of the tropics: Charles Darwin and the Brazilian landscape» in *Singapore Journal of Tropical Geography*, 21 (1), 2000, pp. 19-33; Jeanine POTELET, *Le Brésil vu par les voyageurs et les marins français, 1816-1840. Temoignages et images*, Paris, Éditions L'Harmattan, 1993.

em informações recolhidas nas fontes portuguesas, francesas, inglesas e holandesas dos séculos XVI e XVII.

Embora compreenda a posição defendida por estes autores e considere ainda, de forma lúcida, o peso do controle efectivo que as coroas ibéricas detiveram em relação à divulgação de informações actualizadas sobre as colónias sul-americanas – uma posição política clara e consciente dos governos de Portugal e Espanha –, parece-me que a premissa acima defendida não considera, com justeza, o conhecimento que a Europa de setecentos foi acumulando sobre os domínios coloniais sul-americanos. O processo foi progressivo e lento e as descrições alteradas e corrigidas à medida que a ciência europeia e a sua metodologia se renovavam e evoluíam, que os modos de observação e as perspectivas valorizadas nas formas de encarar outras realidades se alteravam e os instrumentos de observação científica se tornavam mais exactos e precisos. Por exemplo, o surgimento de relógios de pêndulo, de novos aparelhos de astronomia e física ou o aperfeiçoamento de instrumentos ópticos com aplicação na astronomia e na náutica, de sextantes e octantes, de barómetros e termómetros, permitiram a observação e o registo do mundo como ainda não tinha sido visto ou registado.

Um estudo sistemático realizado às *Philosophical Transactions*, revista oficial da britânica Royal Society, é paradigmático do interesse e esforço feitos pela elite científica britânica que constituía uma academia tão prestigiada como esta, para, através de Jean de Léry, Hans Staden, Willelm Piso ou Fernão Cardim, mas igualmente por intermédio de académicos britânicos e portugueses, diplomatas e particulares residentes em Londres ou espalhados por outros cantos do mundo, terem um conhecimento mais exacto do Brasil, da sua geografia, produções naturais, habitantes, costumes e comportamentos. Informações ou testemunhos trazidos por portugueses que eram *fellows* da Royal Society, como Jacob de Castro Sarmiento, por amigos destes académicos, como era o caso de um cavalheiro anónimo que tinha vivido durante longo tempo em Serro Frio, ou ainda por diplomatas com conhecimento directo da realidade sul-americana, como o enviado extraordinário Luís Pinto de Sousa Coutinho, contribuíam para uma renovação gradual do conhecimento detido por esta elite sobre o Brasil².

Na construção do conhecimento que a Europa ilustrada tinha sobre o Brasil – de que é paradigmático o conhecimento plasmado nos artigos das *Philosophical Transactions* – privilegiava-se a observação directa, sobretudo quando era realizada em função dos novos interesses e metodologias científicos e utilizando instrumentos de precisão, afinal as metodologias e instrumentos que o *século das luzes* tinha passado a deter.

Quanto à fonte da informação, ela podia ser tanto a viagem e os depoimentos de indivíduos instruídos – e a produção de informação textual, icono-

² A este respeito e para os *fellows* portugueses admitidos na Royal Society durante o século XVIII, ver anexo incluído no final do capítulo anterior.

gráfica e cartográfica ou a recolha de produtos a ela associada –, como a experiência laboratorial ligada à realização de testes a produtos naturais brasileiros (particularmente minerais e vegetais). Viagens, experiências e observações efectuadas directamente da realidade criavam junto dos leitores de relatos um sentimento de veracidade e credibilidade, clarificavam dúvidas e desmentiam efabulações. Outro garante de fiabilidade era também a bagagem intelectual do viajante: a sua formação, preparação/treino, conhecimentos científicos e linguísticos, quando era caso disso³.

Para além das observações e dos registos que «homens de ciência» fizeram sobre o litoral brasileiro, considero igualmente que o conhecimento produzido durante o século XVIII por marinheiros e traficantes, corsários e piratas, registado sob a forma de roteiros, diários de viagens, mapas e vistas, contribuiu, de forma desigual mas sempre válida, para que o território brasileiro fosse melhor conhecido pela elite europeia: se não da terra, do interior do sub-continente sul-americano e das jazidas de ouro e diamantes que se sabia existir mas não localizar, seguramente do litoral, dos portos, da linha de costa, que tiveram uma importância notória para marinheiros, viajantes e particulares com interesses científicos e comerciais⁴.

Ora, nesse sentido, parto do princípio que o conhecimento geográfico, natural, económico, «antropológico» e a ocupação humana e urbana do território sul-americano, tal como perpassa nas fontes analisadas, contribuiu para a construção do «conhecimento científico» que a elite britânica deteve em relação ao Brasil ao longo de setecentos. Tal como considero que a «captura» deste conhecimento, decorrente de uma observação directa, e a forma como ela foi registada não obedeceram aos mesmos métodos e princípios durante o período considerado, dependendo da forma como a «ciência» se pensava e definia, nomeadamente em relação ao papel que social e filantropicamente se atribuíra (e que seguramente não permaneceu imutável ao longo do século XVIII)⁵. Parto igualmente do pressuposto que a formação, informação e interesse dos viajantes determinaram o que estes viram e o que lhes interessava, condicionando ainda a forma como descreveram ou representaram.

Não obstante, os objectivos de muitos destes relatos definem-se claramente do seguinte modo: corrigir a geografia do globo terrestre, diminuir

³ Yasmine MARCIL, «Le voyageur dans la presse périodique du XVIII^e siècle» in <http://revuefrancaise.free.fr/Marcil.htm>.

⁴ Ângela DOMINGUES, «Imprensa científica e imagem do Brasil colonial: a análise de dois casos», pp. 905 e ss.; Idem, «Viagens científicas e divulgação cartográfica» in *A Nova Lusitânia. Imagens cartográficas do Brasil nas coleções da Biblioteca Nacional (1700-1822)*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, p. 70 (publicado neste volume).

⁵ Para o conceito de ciência como actividade com repercussão social e filantrópica em finais do século XVIII-XIX ver Lorelai KURY, «Auguste de Saint-Hilaire, viajante exemplar» in <http://www.intellectus.uerj.br/Textos/Ano2n1/Texto%20de%20%20Lorelai%20Kury.pdf>.

os perigos da navegação e tornar melhor conhecidos a ocupação, costumes, artes e produtos de países estrangeiros⁶. E, conseqüentemente contribuir para um melhor conhecimento natural, geográfico, humano, económico, «antropológico», e logo científico, do Novo Mundo.

1. Viajantes, diários de viagem e escalas

É inegável que os portos brasileiros tiveram uma importância estratégica e logística na navegação atlântica, apesar das restrições postas ao acesso e permanência de estrangeiros em território brasileiro, constantemente expressas nas directrizes emanadas do governo central⁷. Navios e frotas com as mais variadas composições, enviados por monarcas, companhias comerciais ou armadores particulares, e com as mais diferentes finalidades – científicas, comerciais, de reconhecimento e espionagem –, tocaram o litoral brasileiro: Porto Seguro, Santa Catarina, Salvador da Baía, Olinda, Cabo Frio, Ilha Grande, Angra dos Reis, Parati e, acima de tudo, o Rio de Janeiro. Privilegiavam nas suas escalas no Atlântico Sul portos seguros que tivessem capacidade de fornecer rápida e eficazmente os navios ancorados com alimentos, água e madeira para reparos e combustível. Nesse sentido, os portos brasileiros eram comumente frequentados por navios ingleses, holandeses e franceses que procuravam reabastecimento de água e víveres e reparo das embarcações, apanhadas por violentas tempestades no meio do oceano ou quando tinham problemas sanitários a bordo.

Em pleno *século das luzes*, as tripulações já não se podiam comparar aos piratas e corsários que, em período anterior, sulcavam profusamente as águas atlânticas e que, não obstante os seus propósitos mais óbvios, foram também eles produtores de conhecimento geográfico sobre o litoral brasileiro. Os viajantes do período iluminista consideravam-se súbditos leais, socialmente responsáveis, executando uma missão (política, comercial, científica) sob o estandarte de uma nacionalidade e de um estado, que lhes conferia um sentimento de identidade e superioridade. Ora, de entre todos, os ingleses consideravam-se como os mais civilizados, honrados, prósperos e esclarecidos⁸.

⁶ Chaplain Richard WALTER, *A voyage round the world in the years MDCCXL, I, II, III, IV, por George Anson, esquire, commander in chief of the Squadron of His Majesty's ship's sent upon an expedition to the South Seas, compiled (...) by Richard Walter, MA, chaplain of His Majesty's ship the Centurion, in that expedition*, Londres, John e Paul Knapton, 1748., p. lxii.

⁷ Não obstante o que é afirmado, o incumprimento das leis relativas à proibição da fixação de estrangeiros é notório ao longo do período em análise, confirmando-se a presença significativa de franceses e ingleses no litoral brasileiro (Maria Fernanda BICALHO, *A cidade e o Império. O Rio de Janeiro no século XVIII*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, p. 37).

⁸ Veja-se, por exemplo, a importância dos relatos de piratas e corsários no mapa de Nicolas de FER, *Le Brésil. Dont les Cotes sont divisées en Capitaineries, dressée sur les derniers Relations de Filibustiers et Fameux Voyageurs* (Biblioteca Nacional, Cartografia, CC 1327; cf. Maria Fernanda

De muitas destas viagens resultaram testemunhos textuais, cartográficos e iconográficos, alguns logo impressos nas tipografias das principais cidades europeias, outros ainda inéditos, mas provavelmente conhecidos e utilizados por quem fazia viagens semelhantes e que pretendia aprender com a experiência e a prática de outros como se navegava por águas do Atlântico Sul.

Muitas destas viagens tinham associados às actividades de corso e pirataria objectivos científicos, entre eles o das correcções das coordenadas terrestres e das correspondentes descrições geográficas e representações cartográficas. De entre estas, mencione-se a de George Anson, comandante do navio *Centurion*, oficialmente enviado pelo soberano britânico em viagem de circum-navegação entre os anos de 1740 e 1744. Durante a travessia do Atlântico, ocorreu uma situação sanitária grave a bordo: a doença e a morte de alguns tripulantes, provocadas por febres associadas a navegações morosas em climas equatoriais. Perante esta situação, Anson aportou à ilha de Santa Catarina, onde desembarcou os enfermos, limpou e desinfectou os navios com vinagre, fez os reparos necessários e providenciou a quantidade de água, víveres e madeira necessários à prossecução da viagem. A ilha, o clima, enquadramento geográfico e ocupação humana são descritos em pormenor: canais de navegação, fortificações, núcleos de povoamento, fazendas, vegetação natural e produção agrícola, gado, animais selvagens e insectos⁹.

Um dos aspectos interessantes deste relato consiste no facto de ressaltar as peculiaridades da colonização portuguesa nesta parte afastada do Império: os europeus que aqui estavam estabelecidos não eram colonos emigrados ligados ao trabalho da terra, mas «vagabonds and outlaws, who fled thither from all parts of Brazil», súbditos da coroa cuja autoridade reconheciam apenas tacitamente, governados por um capitão sem poder efectivo. Estabeleciam com as tripulações dos navios estrangeiros relações amigáveis e hospitaleiras e beneficiavam de um comércio que lhe escoava os excedentes agrícolas e os fornecia de matérias-primas europeias. Os princípios de

BICALHO, *A cidade e o Império*, p. 106). Para o exemplo inglês cf. por exemplo Relatório de Charles Solander a Earl de Morton, presidente da Royal Society, reparando no desconhecimento científico do vice-rei do Brasil e de outros notáveis, datada de 1 de Dezembro de 1768 (British Library, Miscellaneous Papers, Add. 34 733, fl. 38). Outro exemplo é a forma como Banks se define perante a mesma personalidade: homem de honra, suficientemente rico para financiar uma expedição científica, desinteressado de aspectos militares ou proventos económicos. Sobre as noções de honra e desinteresse científico associadas à aristocracia científica britânica veja-se com interesse o artigo de Anne SECORD, «Corresponding interests artisans and gentlemen in the nineteenth-century Natural History» in *British Journal for the History of Science*, vol. 27 (4), Dezembro 1994, p. 384; veja-se ainda John Turnbull que considera que os portugueses se comportam de forma pouco civilizada em relação aos ingleses (Jean Marcel Carvalho FRANÇA, «Um visitante inglês na Bahia de 1800» in *Revista de História*, 22 (2), 2003, p. 239.

⁹ George Anson, Barão Anson of Sorbet, era membro da Royal Society, admitido a 5/12/1745. Chaplain Richard WALTER, *A voyage round the world in the years MDCCXL, I, II, III, IV by George Anson, esquire...*, pp. 42 e ss.

«comércio justo» com estes «honestos vagabundos» foram subvertidos quando uma autoridade efectiva, a de D. José Silva da Paz, brigadeiro do exército português, se tinha estabelecido com os seus soldados e dedicado ao controlo das trocas comerciais entre os naturais e os recém-chegados, que eram taxadas a preços altíssimos¹⁰.

Outros viajantes tinham intuítos puramente científicos, relacionados com observações geográficas, astronómicas e científicas-naturais do litoral sul-americano. De entre eles, James Cook, Joseph Banks e Charles Solander que, a bordo do navio *Endeavour* em viagem de circum-navegação destinada à observação do trânsito de Vénus e à correcção de coordenadas terrestres e representações geográficas, tocaram o porto do Rio de Janeiro a 13 de Novembro de 1768. Não obstante a firme intenção dos viajantes em desembarcarem na Guanabara, tendo o vice-rei conde de Azambuja suspeitado que mais não eram que piratas e contrabandistas, não autorizou que desembarcassem. Evocando o zelo com que o Rei Fidelíssimo guardava os seus portos sul-americanos, bem como o facto de os ingleses não estarem munidos com as credenciais necessárias, considerava o conde que faltaria «à sua obrigação e à sua honra» se autorizasse a entrada dos membros da expedição do *Endeavour* em território luso-brasileiro e permitisse a realização de observações de natureza científica¹¹.

Os protestos de Joseph Banks são bem conhecidos: argumentava o futuro presidente da Royal Society que «I am a gentleman and one of fortune sufficient to have (at my own expense) fitted out that part of the expedition under my own direction; which is intended to examine the Natural History of the countries we shall touch. For the execution of this understanding, I have with me proper People who, as well as myself, have made that science their particular study. To all these, His Britannic Majesty Was graciously pleased to allow conveniences and accommodations on board this ship, on consideration to the use which from such researches might accrue to mankind in general»¹². A natureza rica, exótica e exuberante da baía da Guanabara só ficou ao alcance destes notáveis súbditos de Sua Majestade Britânica com as incursões sub-reptícias de Banks a terra e a inclusão de espécies naturais nos vegetais e animais que entravam a bordo para fornecimento da cozinha¹³. De acordo com John Hawkesworth, autor de *An account of the voyages undertaken by the order of his Present Majesty for Making Discoveries*

¹⁰ O governador era também acusado de traficar com os espanhóis do Rio da Prata e de ter avisado as autoridades de Buenos Aires da chegada dos ingleses (Chaplain Richard WALTER, *A voyage round the world in the years MDCCXL, I, II, III, IV by George Anson, esquire...*, pp. 45 e ss).

¹¹ Resposta de Rolim de Moura a Joseph Banks, datada de 17 de Novembro de 1768 (British Library, Miscellaneous Papers, Add. 34 733, fl. 43v).

¹² Memória de Joseph Banks, esquire, ao conde Rolim de Moura, vice-rei e governador-geral do Brasil, de 17 de Novembro de 1768 (British Library, Miscellaneous Papers, Add. 34 733, fl. 37 e Sterling Memorial Library, Sir Joseph Banks Papers, Manuscripts and Archives, Mss. 58).

¹³ Patrick O'BRIAN, *Joseph Banks. A life*, London, The Harvill Press, 1987, pp. 77-78.

(Londres, 1773) Banks teria conseguido recolher cerca de 320 espécies vegetais.

O porto do Rio de Janeiro, escala quase obrigatória de quem viajava no Atlântico Sul, foi também descrito em 1787 por Arthur Bowes Smith que, a bordo do navio *Lady Penrhyn*, realizava uma viagem de natureza diferente da anteriormente relatada: transportava mulheres degredadas para as colónias australianas. Bowes Smith descreve, de forma vívida, a baía de Guanabara e a cidade do Rio de Janeiro com as ruas cumpridas e largas, as casas de boa construção e os habitantes afáveis, a grandeza do aqueduto com os seus arcos regulares, obra considerada pelo inglês como digna de se ver, e a elegância de igrejas e conventos. A beleza verdejante dos morros em redor da baía é também exaltada, a par da variedade das produções naturais que são recolhidas: aves e plumas, borboletas, insectos, folhas e flores e conchas¹⁴.

Interesses mercantis relacionados com a busca de novos mercados e produtos são os que se associam à viagem de Thomas Lindley: um navio sob sua direcção partiu do Cabo da Boa Esperança a 25 de Fevereiro de 1802, chegou a Santa Helena nos inícios de Março e três semanas depois partiu na direcção de Salvador. A cidade só podia ser escalada pelos navios estrangeiros por um período limitado e com problemas técnicos ou para aguada e aprovisionamento. Qualquer tentativa de comércio era inibida: através da inspecção de oficiais da alfândega e da justiça, pela vigilância de soldados e, finalmente, pela supervisão de um barco-patrolha. Reconhecendo estas condicionantes, Lindley rumou para o Rio de Janeiro. Contudo, ventos contrários e uma costa perigosa «empurraram-no» na direcção de Porto Seguro, uma cidade de menores dimensões, governada por um capitão-mor permissivo, que lhe concedeu «permission to trade, ordering a new rudder and tredering every refreshment which the place afforded». As informações sobre as produções naturais são selectivas, incidindo sobre os géneros com valor comercial na Europa, como o açúcar e, particularmente, o pau-brasil. Foi um navio carregado com esta madeira – que Lindley sabia ser objecto de comércio ilícito – que, a 2 de Julho, foi capturado no rio Caravelas por um oficial e alguns soldados e remetido para Porto Seguro. Lindley seguiria sob escolta para a Baía, acusado de contrabandar pau-brasil¹⁵.

É esta perspectiva comercial da cidade da Baía – considerada do ponto de vista mercantil como a mais dinâmica da costa do Brasil, juntamente com o Rio –, que sobressai na descrição de John Turnbull (1800), um agente comercial inglês que, com autorização da Companhia das Índias Orientais, deixou Portsmouth em Maio de 1800, também ele com o objectivo de averi-

¹⁴ Arthur Bowes Smith, Diário da viagem do navio *Lady Penrhyn* da First Fleet, na sua viagem para as colónias australianas e Botany Bay, transportando mulheres degredadas (British Library, Journal of Arthur Bowes Smith, Add. 47966, 1787, pp. 19v-24).

¹⁵ Thomas LINDLEY, *Authentic narrative of a voyage from the cape of Good Hope to Brazil, a Portuguese settlement in South America in 1802...*, p. xxi; idem, *ibidem*, p. xxvii.

guar o estabelecimento de novas rotas e a exploração de novos produtos comerciais¹⁶. Relata-se, de novo, a cautela e o controle das autoridades portuárias que inspecionaram internamente o navio e colocaram um navio-patrolha a vigiá-lo. Thurbull foi recebido pelo governador-geral da Baía, que o interrogou, e os mapas, diários de bordo e outros documentos que trazia foram examinados pelos oficiais que rodeavam o governador-geral, possivelmente executores de funções administrativas e militares. Dá-se particular ênfase à actividade comercial com o reino e com os portos africanos, relacionando-se a exploração mineira com a necessidade constante de mão-de-obra africana, e à construção naval, salientando-se a dependência de ferro, alcatrão e breu, que vinham do reino. A cidade é descrita com as inúmeras igrejas, o cerimonial religioso da celebração dos ofícios divinos e das procissões, a etiqueta e a opulência que rodeavam o governador-geral da Baía.

2. Tocar o litoral brasileiro: competição comercial, política e estratégica entre nações

Na análise dos relatos que mencionei e de outros menos relevantes mas que, pela temática, se podem enquadrar nas categorias mencionadas – corso e pirataria, ciência, comércio – há, antes de mais, que considerar que os portos frequentados e descritos não são portos pequenos, provavelmente mais frequentados por quem praticava o contrabando. Contrariamente, são portos que, pelas suas dimensões, coincidem com os núcleos urbanos mais consideráveis, associados a redes comerciais inter-regionais e transatlânticas e com capacidade para receber e reparar navios de grande porte. Nas fontes consideradas são definidos como: «the most eligible ports for our cruises to refresh»¹⁷. De entre estes, o Rio de Janeiro, centro comercial e administrativo de importância incontestável, uma das cidades mais prósperas do hemisfério sul e porta de entrada para as Minas de ouro, concentrava a atenção internacional e era uma das escalas preferidas dos navegantes¹⁸.

Os relatos analisados, manuscritos e impressos, descrevem minuciosamente as especificidades marítimas, geográficas e humanas do litoral brasileiro: a profundidade do oceano, a direcção de ventos e correntes, os baixios, as ilhas; dão particular relevância às peculiaridades naturais ou edificadas que permitissem identificar um local visto do mar e atendem minuciosa-

¹⁶ Jean Marcel Carvalho FRANÇA, «Um visitante inglês na Baía de 1800» in *Revista de História*, São Paulo, n.º 22 (2), 2003, p. 232.

¹⁷ Chaplain Richard WALTER, *A voyage round the world in the years MDCCXL, I, II, III, IV by George Anson, esquire...*, p. 53.

¹⁸ Bill M. DONOVAN, «Rio de Janeiro and Portugal's trans-oceanic empire, 1700-1750» in *Proceedings of the International Colloquium on the Portuguese and the Pacific*, Santa Barbara, University of California, Centre for Portuguese Studies, 1995, pp. 238-239.

mente a outros sinais considerados importantes na entrada de barras e ancoradouros. Mas noticiam ainda e com especial cuidado, a presença de outros europeus em terras coloniais: a ocupação humana estabelecida fora do reino e a personalidade e comportamento distintos dos europeus fora da Europa, as mudanças políticas e administrativas que afectavam o relacionamento dos viajantes com a população local, bem como os proventos económicos extraídos de solo colonial, quer estes incidissem sobre produções naturais ou em relação a produtos aclimatados e cultivados.

Nesta última questão recaía, em muitos casos, a atenção destes viajantes que eram também mercadores com prioridades comerciais claras e súbditos fiéis de estados que queriam enriquecer-se economicamente e desenvolver-se civilizacionalmente através da conquista de vantagens comerciais sobre novos espaços geográficos, novos produtos e novas rotas: uma maior riqueza privada equivalia a uma maior prosperidade colectiva; um maior desafogo económico dos particulares conduziria ao progresso e ao bem-estar social.

Era ainda nesta óptica em que as ambições e objectivos pessoais se correlacionavam com um horizonte mais vasto, o da nação, que os súbditos das monarquias europeias encontravam justificação e legitimidade para o secretismo com que portugueses e espanhóis rodeavam os seus domínios ultramarinos: «In all states whose wealth is immediately derived from mercantile sources, the greatest care should be taken to preserve their commerce from every species of depredation or violence that may be pointed against it, through the jealousy or envy of less successful trading nations»¹⁹. Numa altura em que novas potências competiam e expandiam o seu poder a nível internacional, considerava-se o comércio como um aspecto vital desta competição à escala global.

Contudo, a atitude dos governos ibéricos em relação a esta questão não se pode reduzir a um aspecto puramente comercial. Subjacentes aos limites impostos pelas coroas de Portugal e Espanha às restrições na circulação da informação sobre as colónias estão também motivos políticos e estratégicos. Para além de tudo, percebia-se claramente que não só o governo, mas também os particulares, e principalmente comerciantes e mercadores, tinham todo o interesse em preservar informação para ter vantagens económicas ligadas ao comércio exclusivo ou preferencial de determinados produtos e ao lucro²⁰.

¹⁹ Thomas LINDLEY, *Authentic narrative of a voyage from the cape of Good Hope to brazil, a Portuguese settlement in South America in 1802...*, p. ix. Este é também um argumento utilizado pelas autoridades luso-brasileiras. Como exemplo, considere-se a seguinte resposta de D. António Rolim de Moura a Joseph Banks: a proibição de desembarque destina-se a evitar a introdução de mercadorias estrangeiras «than those brought from the ports of Portugal in Europe» que possam causar danos ao comércio colonial (British Library, Miscellaneous Papers, Add. 34733, fl. 43v, de 20 de Novembro de 1768).

²⁰ Luciana Lima MARTINS, «Navigating in tropical waters: British maritime views of Rio de Janeiro» in *Imago Mundi*, vol. 50, 1998, p. 145.

Maria Fernanda Bicalho, num estudo notável sobre a cidade do Rio de Janeiro, refere que «A frequência das arribadas estrangeiras nas praças coloniais do Brasil e a ampla circulação de informações sobre elas contradiziam a cautela e o cuidado metropolitanos em torno do segredo e da clausura dos seus portos ultramarinos, desmistificando a ideia de exclusividade do desembarque, do conhecimento e até mesmo dos negócios dos súbditos portugueses naquelas paragens»²¹. A questão talvez mereça também uma outra reflexão: a frequência dos portos brasileiros por navios estrangeiros era inevitável, o aparelho administrativo e os particulares luso-brasileiros reconheciam essa inevitabilidade e beneficiavam política e economicamente com isso: ao acolherem nos portos os navios de países aliados aos quais prestavam auxílio com produtos imprescindíveis à prossecução da viagem e com mão-de-obra ou, ainda, quando comerciavam e contrabandeavam mercadorias.

Parece claro que, para além do aspecto económico, o problema incida, de igual modo, na localização exacta das riquezas brasileiras e nos acessos a essas regiões centradas no interior do continente, a par do reconhecimento de uma debilidade militar, defensiva e demográfica óbvia que podia ser aproveitada pelas novas potências para invadir o território. Ora este medo/pânico relacionado com o temor de invasões e a preocupação com a segurança e defesa do território colonial estiveram presentes, até finais do século XVIII e inícios do centénio seguinte, entre os habitantes de todos os núcleos urbanos localizados entre o mar e o sertão: os portos luso-brasileiros²².

Por outro lado, a ideia de uma invasão a território brasileiro não esteve de todo afastada do pensamento político e comercial de estratégias e mercadores de grosso trato das potências nascentes, com especial incidência entre franceses e ingleses que ponderavam os inúmeros benefícios advindos «do controle exclusivo do comércio e dos tesouros sul-americanos» e que se avaliavam mutuamente como concorrentes e opositores, ignorando ostensivamente a soberania portuguesa e os direitos coloniais adquiridos pela coroa portuguesa e reconhecidos à luz do direito e dos tratados internacionais²³. Esta afirmação clarifica-se quando se atende, por exemplo, na opinião de

²¹ Maria Fernanda BICALHO, *A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, p. 109.

²² British Library, Miscellaneous Papers, Add. 34733, fl. 43v. Cf. Relato de John Turnbull e a descrição que faz da Baía de todos os Santos e da reacção da população ao navio inglês em que viajava publ. por Jean Marcel Carvalho FRANÇA, «Um visitante inglês na Baía de 1800» in *Revista de História*, 22 (2), 2003, p. 232; Maria Fernanda BICALHO, «Cotidianos, medo, revolta e poder no Rio de Janeiro no século XVIII: um estudo sobre as invasões» in *Do Tratado de Tordesilhas (1494) ao Tratado de Madrid (1750)*, coordenação de Maria Helena Carvalho dos Santos, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Estudos do século XVIII, 1994, pp. 311-321.

²³ Carta de Lord Auckland a Lord Grenville de 14 de Novembro de 1807 (British Library, Historical Manuscripts Commission, *Reports on the manuscripts of JB Fortescue, esq., preserved at Dropmore*, vol IX, Londres, printed for His Majesty's Stationery Office, 1915, p. 143; John Turnbull publ. por Jean Marcel Carvalho FRANÇA, «Um visitante inglês na Baía de 1800» in *Revista de História*, pp. 238-239.

William Wyndham Grenville, secretário de estado dos Negócios Estrangeiros britânico entre 1791 e 1801, expressa do seguinte modo: «(...) in the case of need, ceding to France two settlements which they [Portuguese] say they have in the Phillipine, instead of what France asks of them in Brazil. I conclude few things could be worse for us than letting France get any foot there»²⁴.

3. Um conhecimento renovado: a «inteligência e luzes» de homens esclarecidos e imparciais

Os diários e relatos de viagem escritos e divulgados ao longo de setecentos, considerados nessa época como dos mais desejados e interessantes, transformaram gradualmente a navegação das águas do Atlântico Sul de algo confuso, inseguro e nublado em uma aventura que, embora de natureza singular e igualmente perigosa, se fazia de forma mais controlada e confiante, segura e com maiores probabilidades de êxito, graças «à inteligência e luzes de geógrafos e mareantes esclarecidos e imparciais»²⁵. Enquanto produto de um discurso científico, esta informação textual era avaliada pelos contemporâneos numa dupla dimensão: como contributo válido à geografia e à ciência náutica de setecentos e enquanto registo histórico das viagens e derrotas dos navios.

Considerava-se que os autores de textos que congregassem uma habilidade especial no desenho e nos princípios gerais da observação eram os autores ideais que contribuíssem, de forma mais válida que os outros, para uma «geography of the globe much correcter, the dangers of navigation considerably lessened; and the manners, arts and produce of foreign countries would have been much better known to us»²⁶. Assim, não deixa de ser interessante constatar que, no que respeita à colónia luso-brasileira, a maioria dos relatos e diários de navegação analisados estabelecem uma unidade intrínseca com as representações iconográficas e com a cartografia. Os textos descrevem, como acima se referiu, as viagens, as manobras náuticas, as instruções de navegação, os objectivos dos viajantes, as cidades, os habitantes, as maravilhas naturais, as potencialidades económicas; as imagens incidem sobre as entradas dos portos, as vistas das cidades e outros aspectos que permitissem o reconhecimento de um determinado local do mar (entrada da baía de Guanabara, ilha de Santa Catarina) ou que fossem particularmente impressionantes (Arco da Carioca); as representações cartográficas tomam

²⁴ Carta de Lord Grenville a Henry Dundas de 11 de Dezembro de 1798, British Library, Historical Manuscripts Commission, *Reports on the manuscripts of JB Fortescue, esq., preserved at Dropmore*, vol IV, Londres, printed for His Majesty's Stationery Office, 1905, p. 410.

²⁵ Esta frase é elucidativa da forma como os homens ilustrados se pensavam e definiam (British Library, Manuscritos do Paraguay, Add. 13 979, fl. 347-348).

²⁶ Chaplain Richard WALTER, *A voyage round the world in the years MDCCXL, I, II, III, IV by George Anson, esquire...*, p. lxii.

a forma de cartas oceânicas ou litorâneas e de planos de barras. É Luciana de Lima Martins que associa, de forma pertinente, as cartas às práticas de navegação, isto é, à direcção de um navio pela astronomia, geometria e pela utilização de instrumentos de precisão, e articula os planos e vistas costeiras com a necessidade de os pilotos reconhecerem as barras de entrada de navios²⁷.

Contudo, neste *século das luzes*, os textos, as imagens e os mapas permitem acima de tudo a materialização de experiências directas e pessoais, de observações feitas, vistas e comprovadas, que assim se tornam transmissíveis. Consequentemente, os autores de relatos de viagem – observadores de fenómenos naturais e de sociedades humanas – dominam as técnicas básicas do desenho, adquirem experiência na forma como olham e registam o que vêem e dominam o manejo de instrumentos de precisão. Há, ao longo do século XVIII, uma preocupação constante de representar, de forma cada vez mais apurada, precisa e natural, a paisagem exótica e o mundo tropical e de ir apurando essa representação à medida que se sabe mais e se representa melhor, quando o olhar está mais habituado e os instrumentos ópticos permitem uma observação mais detalhada.

Textos e imagens são transmissores de um conhecimento não cristalizado, mas em permanente aperfeiçoamento e correcção, que entrava em confronto quando as conclusões alcançadas eram divergentes. Na concretização desta afirmação, refira-se, a título de exemplo, que se Amadée François Frezier, graças à realização da viagem ao extremo setentrional da América do Sul entre 1712 e 1714 descrita na *Relation du voyage de la Mer du Sud aux cotes du Chily et du Perou, fait les années 1712, 1713 et 1714*, criticava a cartografia inglesa e francesa da costa brasileira produzida em período anterior, este mesmo autor seria corrigido, pouco tempo depois, pelo Sr. De La Pallière Christy no *Journal du voyage de Joseph Royal a la Mer du Sud commencé l'année 1719 et fini l'année 1723*²⁸.

Na construção deste discurso científico dialogam marinheiros, cartógrafos e desenhadores, académicos e cientistas, comerciantes e traficantes,

²⁷ Chaplain Richard WALTER, *A voyage round the world in the years MDCCXL, I, II, III, IV by George Anson, esquire...*, p. 40. Sabemos que o capitão Cook a bordo do *Endeavour* desenhou, em 1768, a cidade do Rio de Janeiro durante a sua permanência na Baía de Guanabara (Luciana de Lima MARTINS, «Navigating in tropical waters: British maritime views of Rio de Janeiro», p. 145). Para a iconografia veja-se, também, *John Borrow's travels in China and Conchin China*, um álbum composto por desenhos de várias partes do mundo. Os do Brasil foram efectuados em 1792 por William Alexander, que constituía a missão de Lord Macartney à China (British Library, Original drawings by Alexander and Daniels, Add. 33931 (fls. 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28) e Add. 55300 (fls. 3, 4, 5, 6). Cf. Luciana de Lima MARTINS, «Navigating in tropical waters: British maritime views of Rio de Janeiro», p. 151.

²⁸ Ângela DOMINGUES, «Viagens científicas e divulgação cartográfica», pp. 69-70; Amadée François FREZIER, *Relation du voyage de la Mer du Sud aux cotes du Chily et du Perou, fait les années 1712, 1713 et 1714*, Paris, Chez Jean Geoffroy Nyon, Etienne Ganeau et Jacques Quillau, 1716; *Journal du voyage de Joseph Royal a la Mer du Sud commencé l'année 1719 et fini l'année 1723 par le Sr. De La Pallière Christy* (British Library, Add. 52420).

piratas e corsários, holandeses, franceses, ingleses, portugueses, russos, suecos com as mais diversas motivações: políticas, científicas, económicas. Confiavam em si e nas suas observações, nos métodos empíricos e nas luzes da razão: um escrito, um desenho, um mapa eram validados pelo seu autor «for they were not copied from the Works of others, or composed at home from imperfect accounts, given by incurious and unskilful observers»²⁹.

Neste trabalho socorriam-se igualmente das fontes que lhes estavam disponíveis, tendo embora uma atitude crítica: informação textual produzida por outros viajantes; representações iconográficas e cartográficas; produções naturais e etnológicas que recolhiam como garante do exótico dos mundos visitados e que enriqueciam as colecções de museus, de academias e de particulares; testemunhos orais ouvidos de quem anteriormente tinha frequentado aquelas paragens; ou, ainda, junto da população local, autóctone ou europeia, confrontando-se frequentemente, nesta circunstância, com as dificuldades causadas pelo «sumo cuidado y particular silencio com que los naturales dificultam dar conocimiento de ellas, desfigurando la narracion o com excessivos hipérboles o com expresiones repugnantes a todo buen sentido»³⁰.

Estas representações tornavam-se assim em fonte de informação fiável com interesse prático para marinheiros, piratas, corsários, comerciantes em viagem, mas também tinham interesse intelectual junto da elite culta que permanecia nos salões e academias ou de estratégias e políticos que nunca deixavam os gabinetes. Esta informação veiculada tinha, portanto, interesse económico, estratégico, comercial e científico e pode-se inferir que tanto os velhos impérios como as novas potências dependiam das observações de viajantes inteligentes revertidas em benefício político, comercial e científico e em orgulho e glória do país afecto à viagem³¹: «The 'search into knowledge' makes men 'serviceable to their country', since they teach kings and government, even as they open up channels for the transmission of both science and commodities back from the colonies to the metropolis»³².

Este discurso científico tinha, de igual modo, uma função didáctica e de entretenimento das massas. Consideravam que o esclarecimento dos compatriotas era uma obrigação de qualquer súbdito leal e valorizavam o conhecimento útil, muito particularmente quando clarificava aspectos até então desconhecidos. Se, como anteriormente afirmei, é verdade incontestável que os relatos dos viajantes incidiam sobre a linha de costa e em relação ao que era visto e directamente observado, não deixa de ser interessante reparar

²⁹ Chaplain Richard WALTER, *A voyage round the world in the years MDCCXL, I, II, III, IV by George Anson, esquire...*, p. lvi.

³⁰ British Library, *Brasil. Tratados vários*, Add. 17 619, fl. 34.

³¹ Luciana de Lima MARTINS, «Navigating in tropical waters: British maritime views of Rio de Janeiro», p. 145.

³² Anna NEIL, «Buccaneer ethnography: nature, culture and nation in the Journals of William Dampier» in *Eighteenth-century Studies*, vol. 33 (2), 1999-2000, pp. 165-180.

que, sempre que possível, dados sobre assuntos considerados interessantes – pela sua novidade e escassez de informação – que não tinham sido vistos nem observados, mas ouvidos de testemunhas fiáveis, eram incorporados nos textos impressos.

É o que se pode verificar, por exemplo, em *A voyage round the world in the years MDCCXL, I, II, III, IV* onde o capelão Richard Walter relatou as aventuras de George Anson nos Mares do Sul. Aqui, informação sobre a história do continente sul-americano e, mais particularmente, sobre a colónia brasileira é incluída, juntamente com dados sobre a descoberta, localização, exploração, quantificação e rotas de contrabando de dois minerais de grande estima para os europeus: «And as the Brazilian gold and diamonds are subject, about which, from their novelty, very few particulars have been hitherto published, I conceive this account I had collected of them would appear to the reader to be neither a tripling nor a useless digression». O principal responsável pela transmissão de uma informação que era tão ciosamente guardada pela coroa portuguesa, entidades administrativas e moradores da colónia teria sido uma visita habitual de Anson durante a sua permanência em Santa Catarina: o governador do Rio Grande³³.

Nesta análise não quero deixar de referir uma questão que, sendo pontual, é reveladora da natureza das *redes de informação e do conhecimento* que se constituíam na Europa, e mais precisamente na Inglaterra, sobre as questões ultramarinas. Afirma-se no relato da viagem de Anson que: «It was at last confirmed by skilful Jewellers in Europe, consulted on this occasion, that the stones thus found in Brazil were truly diamonds, many of which were not inferiour either in lustre, or in any other quality to those of the *East-Indies*»³⁴. Não deixa de ser interessante associar esta informação com uma carta publicada nas *Philosophical Transactions*, em 1745, por John Elliot, Fellow da Royal Society, na qual se relatavam experiências feitas com diamantes do Brasil e das Índias Ocidentais com o objectivo de comprovar a qualidade das pedras, concluindo-se que não havia diferença significativa entre umas e outras³⁵. É relevante constatar que, três anos depois de ser publicada numa revista científica direccionada para uma elite iniciada, esta informação era utilizada por Richard Walter, capelão do navio *Centurion*, num relato de viagem que pretendia ser também um livro de aventuras dirigido a uma audiência bastante mais vasta do que o público leitor das *Philosophical Transactions*.

Importa, de igual modo, considerar que os relatos descrevendo as viagens mirabolantes e aventureiras que implicavam a travessia do mar-oceano

³³ Chaplain Richard WALTER, *A voyage round the world in the years MDCCXL, I, II, III, IV by George Anson, esquire...*, p. 53; idem, *ibidem*, pp. 47 e 50.

³⁴ Chaplain Richard WALTER, *A voyage round the world in the years MDCCXL, I, II, III, IV by George Anson, esquire...*, p. 48.

³⁵ «A letter from Mr. John Elliot FRS to the President, concerning the specific gravity of diamonds» (read 4 July 1745) in *Philosophical Transactions*, vol. 43, 1744-1745, pp. 468-472.

e o contacto com outra natureza e outra humanidade aumentaram gradualmente durante o período em análise. De igual modo, as descrições particulares, feitas à margem dos relatos oficiais e das exigências de disciplina naval a que as tripulações e capelães das frotas estavam sujeitos, proliferaram com cientistas, mercadores e outros membros da sociedade civil a bordo a tornarem-se em autores credíveis e atractivos aos olhos de um público interessado, mas sem formação especializada nos domínios da náutica ou das ciências naturais. Face à crescente procura popular, os membros da tripulação e passageiros encontravam na edição dos relatos, escritos numa linguagem facilmente compreendida pelos seus compatriotas, uma fonte de rendimento não desprezível.

Muitos destes relatos foram publicados em livros de pequeno formato, sem estampas ou vinhetas e com um número reduzido de mapas, sendo, por isso, o seu preço acessível; outros foram publicados em fascículos em vários números de periódicos com grande tiragem; ou ainda em várias versões (abreviadas, populares, para jovens), de forma a corresponder à curiosidade e a servir de entretenimento a um público cada vez mais interessado e atento³⁶. O interesse e popularidade deste tipo de literatura fica claramente comprovado com, por exemplo, *A voyage round the world in the years MDCCXL, I, II, III, IV by George Anson, esquire*: o relato foi editado pela primeira vez em 1748 e conheceu quinze edições ilustradas com cartas e vistas, até 1776.

Muitos destes relatos extrapolaram fronteiras através das traduções, que muito contribuíram para reformular a imagem que a Europa letrada e iletrada tinha da colónia brasileira: em francês, holandês, alemão, italiano, as viagens dos marinheiros ingleses eram divulgadas junto das camadas menos cultas, que não dominavam as «línguas da ciência» setecentista³⁷.

Apesar desta notória actividade editorial e como anteriormente mencionei, encontram-se ainda nos arquivos e bibliotecas europeus muitas descrições de viagens inéditas. Há igualmente que ponderar que, mesmo quando impressos, alguns destes relatos não eram facilmente acessíveis e não podiam ser facilmente utilizados em viagens realizadas posteriormente, nem eram suficientemente valorizados pela literatura de viagens da época porque se restringiam à costa e às cidades portuárias, tinham pouquíssimas informações acerca do interior do território e não descreviam os habitantes primitivos do território³⁸. Os ameríndios são, de resto, 'os grandes ausentes'

³⁶ Chaplain Richard Walter, *A voyage round the world in the years MDCCXL, I, II, III, IV by George Anson, esquire...*, p. iv.

³⁷ Anthony Payne, «The publication and readership of voyage journals in the Age of Vancouver, 1730-1830» in Stephen HAYCOX, James BARNETT e Caedmon LIBURD, *Enlightenment and exploration in the North Pacific (1741-1805)*, Seattle e Londres, Cook Inlet Historical Society, University of Washington Press, 1997, p. 180; um exemplo elucidativo do que afirmamos pode ser consultado em Rosemary Erika HORCH, «Notas bibliográficas sobre a obra do príncipe Maximiliano de Wied Neuwied» in *Oceanos*, 24, Outubro-Dezembro 1995, pp. 102-109.

³⁸ Anthony PAYNE, «The publication and readership of voyage journals in the Age of Vancouver, 1730-1830», p. 176.

destes relatos, que fazem incidir as suas observações na população integrada nos núcleos urbanos e que referem, de forma vaga, o mosaico étnico e cultural que constituía cidades como o Rio de Janeiro ou a Baía do século XVIII.

Apesar da vontade notória dos viajantes setecentistas ingleses em darem a reconhecer o Brasil através dos seus relatos de viagem, é inegável o desconhecimento que os europeus tinham sobre os domínios sul-americanos do Rei Fidelíssimo no inícios do centénio seguinte, conforme reconhece Thomas Lindley em 1808: «Notwithstanding the many voyages and travels that have lately been published and the addition science has received in geographical information, Brasil continues in a manner hidden, as to the world in general; all endeavours to gain information respecting it being industriously repressed by the Portuguese government, both in the colony itself and in Europe»³⁹.

Este ano de 1808 traria a inversão desta situação com a abertura dos portos e com a autorização das viagens e permanência de súbitos britânicos em solo brasileiro. Instituições como a Royal Society, a Royal Geographical Society, os Kew Garden dariam corpo à curiosidade até aqui reprimida, organizando e patrocinando viagens de exploração. Por seu turno, as editoras de Paternoster Row e da Strand publicariam tanto narrativas de viagem recentemente escritas por viajantes naturalistas, como colectâneas históricas de navegação e descoberta, de que *A general collection of the best and most interesting voyages and travels in all parts of the world; many of which are now first translated into English digested on a new plan*, de John Pikerton, é exemplo⁴⁰.

Esta política científica e editorial não reflectia só o interesse da população em geral pela aventura, o exótico e o pitoresco, nem tão-pouco o das academias elitistas aristocráticas pelo conhecimento ligado à ciência, à navegação transatlântica e ao comércio internacional que via na comercialização e transformação das matérias-primas brasileiras uma fonte de lucro considerável num país que iniciava a Revolução Industrial. A ciência, as viagens científicas e a divulgação dos seus resultados eram, para além do mais, um instrumento do Estado britânico para legitimar o poder territorial e soberano sobre os seus domínios coloniais ou o domínio comercial sobre as colónias de outros países e de outras zonas do universo. A competição política,

³⁹ Thomas LINDLEY, *Authentic narrative of a voyage from the Cape of Good Hope to Brasil, a Portuguese settlement in South America in 1802, 1803; and terminating in the seizure of a British vessel; the imprisonment of the author, his wife, and ship's crew by the governor's orders with general sketches of the country, its natural productions, colonial inhabitants, etc.*, p. xi.

⁴⁰ Ângela DOMINGUES, «O Brasil de Maximiliano de Wied. Neuwied ou as aventuras de um príncipe alemão em viagem por terras brasileiras» in *Oceanos*, n.º 24, Outubro-Dezembro 1995, p. 40; John PIKERTON, *A general collection of the best and most interesting voyages and travels in all parts of the world; many of which are now first translated into English digested on a new plan*, vol. XIV, Londres, printed for Longman, Rees, Ormes and Brown, Paternoster Row; and Cadell and Davies in the Strand, 1813.

estratégica, marítima, científica, económica era sobretudo com a França e o Império Francês e não diminuiu com o fim da guerra, depois de Napoleão ser aprisionado na ilha de Santa Helena.

Durante o século XVIII, a navegação, a ciência e a aventura destes homens, expressas sob a forma de relatos e diários de viagens, contribuíram significativamente para a glorificação das façanhas individuais de aventureiros e cientistas ingleses. Contudo, estas viagens aventurosas e o conhecimento científico associado contribuíam não apenas para a exaltação dos feitos individuais, mas, acima de tudo, glorificavam a nação a que estes heróis pertenciam -, a Inglaterra: propiciavam-lhe uma posição vantajosa a nível político, comercial e científico à escala mundial e contribuíam ainda para que, na construção de um saber supranacional/europeu acerca de lugares e populações dos domínios coloniais remotos, este país ocupasse um lugar destacado.

VIAGENS CIENTÍFICAS E DIVULGAÇÃO CARTOGRÁFICA *

Com o início de setecentos assistiu-se à formação de uma imagem nova da América nos quadros mentais europeus. A curiosidade e o interesse com que a Europa olhou então o Novo Mundo não foram exclusivos das elites cultas, como abrangeram grupos sociais mais diversificados. Eram não só estimulados pela escassez de informação disponível, pelo exotismo e mistério de mundos e gentes desconhecidos, pelos relatos de práticas antropofágicas ou das amazonas que se dizia existirem no interior do continente¹. A renovação da consciência que, ao longo de todo o século XVIII, os Europeus tiveram do Novo Mundo está, de facto, também associada às ligações cada vez mais intensas entre os portos dos dois lados do Atlântico, relacionadas com o crescimento da emigração europeia para a América e com o aumento da importância que as matérias-primas americanas tinham no desenvolvimento económico da Europa. Por seu turno, o recrudescimento económico era considerado como sustentáculo do bem-estar, felicidade e progresso dos povos europeus e garante da superioridade civilizacional e do desenvolvimento intelectual e científico ocorrido na Europa das Luzes.

A importância que o continente americano passou a ter no imaginário da maioria dos Europeus revelou-se, por exemplo, no aumento significativo de publicações relacionadas com o Novo Mundo. Livros, panfletos, folhetos de propaganda à emigração, literatura de cordel, poesias e relatos de naufrágios, aventuras e encontros com os selvagens americanos foram publicados nos principais centros urbanos europeus, com especial relevân-

* Este texto encontra-se publicado no Catálogo da Exposição *A Nova Lusitânia. A cartografia setecentista do Brasil nas colecções da Biblioteca Nacional*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

¹ Como obras de referência cite-se, apenas, AA.VV., *Gravura e conhecimento do mundo. O livro impresso nas colecções da BN*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1998; e Marília dos Santos LOPES, *Coisas maravilhosas e até agora nunca vistas. Para uma iconografia dos Descobrimentos*, Lisboa, Livros Quetzal, 1998.

cia para os portos que mais se ligavam com a América através da emigração e do comércio².

Contudo, neste enorme volume de publicações de alguma forma relacionado com o Novo Mundo revela-se um desconhecimento considerável da América Ibérica. A informação disponível sobre a América protestante, inglesa e holandesa, bem como sobre a presença francesa no novo continente era mais abundante e actualizada do que aquela disponível para a América Latina e, mais especificamente, para o Brasil. É que, para além dos domínios portugueses na América do Sul estarem oficialmente vedados à presença de estrangeiros, os Portugueses não publicavam ou divulgavam as informações disponíveis sobre estes territórios, mantendo inéditos os manuscritos ou submetendo a uma difusão restrita as edições sobre a sua colónia americana³.

Face ao crescente interesse europeu sobre o Brasil, editavam-se obras que pouco acrescentavam ao que já era conhecido desde o século XVI e inícios do centénio seguinte. O grande mérito destas publicações residia, no entanto, na sistematização e divulgação de uma série de viagens ao continente americano, acompanhadas de algumas gravuras sobre o quotidiano de povos exóticos e de hábitos bizarros, bem como de mapas dos percursos. Sem pretender tornar a literatura de viagens no centro desta análise, importa, contudo, não a ignorar enquanto um dos componentes significativos na construção da imagem do Novo Mundo no pensamento europeu de Setecentos. Os relatos das viagens quinhentistas europeias à América Portuguesa eram das poucas informações disponíveis resultantes de contactos directos e só assim se compreendem as várias reimpressões que conheceram ao longo do século XVIII.

Importa igualmente considerar que o interesse por estas miscelâneas ou compilações de viagens não foi um fenómeno específico desta época, enquadrando-se num hábito de consumo editorial que, iniciado no século XVI, permitia a divulgação das notícias relacionadas com as viagens de descobrimento e expansão. Como exemplo modelar destas colectâneas importa mencionar as pioneiras *Delle navigationi et viaggi* de Giovanni Baptista Ramuzzio, editadas em Veneza entre 1550 e 1559, as *Divers Voyages touching the discovery of America* editadas em Londres em 1582 e as *Principall*

² Richard C. SIMMONS, «Americana in British books, 1621-1760» in *America in European Consciousness, 1493-1750*, edição de Karen Ordahl Kupperman, Chapel Hill/Londres, University of North Carolina Press, 1995, p. 367.

³ Muitas das fontes que actualmente consideramos como imprescindíveis para o estudo da presença portuguesa no Brasil mantiveram-se inéditas ou pouco conhecidas durante largo período de tempo. Uma excepção a esta afirmação é, talvez, o caso de *Do principio e origem dos índios do Brasil e de seus costumes, adoração e cerimónias* e *Do clima e terra do Brasil e de algumas coisas notáveis que se acham assim na terra como no mar*, de Fernão CARDIM, publicados pela primeira vez em Londres, no ano de 1625, por Samuel PURCHAS que os teria adquirido aos piratas ingleses captos do jesuíta (ver a «Introdução» de Ana Maria de AZEVEDO in *Tratados* [...]. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, pp. 19-21).

Navigations of the English nation (1589) por Richard Hakluyt, bem como as *Grands Voyages*, publicadas por Theodore De Bry em Frankfurt, a partir da década de noventa. Este gosto pela literatura de viagens continuou no século seguinte com, por exemplo, a colectânea de Samuel Purchas *Purchas his Pilgrimes* e já em inícios do século XVIII deparamos com os relatos publicados por Pieter Van der Aa em Leiden⁴.

Se considerarmos particularmente estes últimos e, de entre eles, os que dizem respeito à América Portuguesa, verificamos que são uma das poucas fontes de informação disponíveis sobre esta vasta área geográfica e que estão fundamentalmente ligados a projectos de outras nações que não Portugal para conquistar e ocupar o espaço, motivados quase sempre por interesses religiosos ou comerciais. Em 1706 Pieter van der Aa imprime, entre outras, as viagens do protestante Jean de Léry, envolvido no projecto da França Antártica, as de Sir Walter Raleigh que, ao serviço de Isabel I, empreendeu uma aventura pelo rio Orinoco em busca de Manoa ou El Dorado⁵, ou as do alemão Hans Staden, participante num projecto espanhol frustrado de ocupação do Rio da Prata⁶. Ou seja, em pleno século XVIII, este editor holandês, ao querer imprimir informação sobre a América Portuguesa, utilizou exclusivamente relatos datados de Quinhentos, de autores que tiveram um conhecimento directo do território e que intervieram em projectos de colonização estruturados por franceses, ingleses e espanhóis para o litoral brasileiro, desde a foz do rio Amazonas até ao Rio da Prata.

Mas o conhecimento que, na Europa de inícios do século XVIII, se enforma do Brasil é também aquele que é veiculado pelos escritos de missionários editados nos dois séculos anteriores, particularmente do jesuíta António Vieira e dos capuchinhos Claude d'Abeville e André Thevet, pelos trabalhos científicos de Piso e Marcgrave ou pelos relatos de aventureiros como John Nieuhoff durante o domínio dos Holandeses no Brasil e pelas histórias gerais e do descobrimento e conquista ibérica na América Latina: de Agustin de Zarate, de Francisco Lopez de Gomara, de Gonzalo Fernandez de Oviedo y Valdês, de José de Acosta, de António Herrera e de Johannes de Laet, cujas obras conhecem sucessivas reedições durante o período que consideramos.

Perante a falta de informação precisa e actualizada, os novos impérios em ascensão marítima e comercial projectavam sobre as colónias ibéricas

⁴ David ARMITAGE, «The New World and British historical thought from Richard Hakluyt to William Robertson» in *America in European Consciousness*, pp. 52 e ss.

⁵ Em relação aos interesses que motivaram Sir Walter Raleigh veja-se Sarah TYACKE, «English charting of the river Amazon c.1595-c.1630» in *Imago Mundi*, 32 (1980), pp. 73-87.

⁶ *De seer aanmerklijke en vermaarde Reys, van Johannes Lerijs na Brazil in America. Gedaan Anno 1556*, Leyden, 1706 (BN, Reservados, DS-XVIII-21); *Drie scheeps-togten Na het Goud-rijke Koninkrijk Guiana, In America gelegen, Door den Elgensen Ridder Walter Raleigh Gedaan in de aren 1595, 1596, 1597*, Leyden, 1706 (DS-XVIII-48); *De voorname scheeps-togten van Jan Staden van Homberg in Hessen, na Brazil, gedaan Anno 1547 en 1549*, Leyden, 1706 (DS-XVIII-42).

americanas uma imagem que opunha núcleos de Espanhóis e Portugueses tal como eram conhecidos na Europa a nações de selvagens, bárbaros e pagãos naturais do país que viviam em cabanas feitas de ramos de árvores e que nunca tinham, até então, cultivado as ciências e as belas artes. É esta visão da América do Sul que transparece do relato da viagem de A. F. Frezier ao extremo setentrional da América do Sul, entre 1712 e 1714⁷. Esta viagem permitiu aos Franceses deter um conhecimento preciso das rotas de navegação utilizadas ciosamente pelos Espanhóis entre os oceanos Atlântico e Pacífico através do Estreito de Magalhães.

Uma outra contribuição desta viagem consistiu na conclusão de estarem erradas as representações que a cartografia inglesa e holandesa da época faziam da costa brasileira. Após ter realizado medições de longitude em vários locais do sub-continente, este hidrógrafo, ao serviço do rei de França, afirmava que o litoral brasileiro estava, de facto, mais afastado da ilha de Ascensão do que as representações comumente aceites por navegantes e cartógrafos faziam crer⁸. Apesar destes reparos, nenhum mapa de conjunto resulta do litoral brasileiro ou das costas do sub-continente sul-americano. Contudo, Frezier apresenta na sua obra as cartas hidrográficas da ilha de Santa Catarina e do recôncavo baiano, os dois locais onde fez escala e aguada, considerando as cartas como auxiliares à navegação daqueles que «*travaillent pour la Patrie*», fossem eles comerciantes ou corsários⁹.

Aos poucos, a Europa Setecentista vai representando, de forma mais precisa, a cartografia do litoral brasileiro, a partir de relações de viagens e mapas como os de Frezier e do almirante George Anson¹⁰, bem como de obras como a *Suite du Neptune François* de Frémont d'Ablancourt, inspirada nos levantamentos marítimos feitos pelos Portugueses no século XVI, consultados pelo cartógrafo durante a sua estada em Portugal entre 1663 e 1668¹¹. Mas parece que aventureiros e corsários contribuíram igualmente para esta construção com os relatos das suas aventuras «capturadas» por Nicolas de

⁷ M. de FREZIER, *Relation du voyage de la mer du Sud aux cotes du Chily et du Perou, fait pendant les années 1712, 1713 & 1714*, Paris, Chez Jean-Geoffroy Nyon, Etienne Ganeau, Jacques Quillau, 1716. P XI-XII (DS-XVIII-75).

⁸ É aos marinheiros que a obra prioritariamente se dirige, em detrimento dos curiosos que vivem na segurança dos seus gabinetes (*ibidem*, pp. X e 268).

⁹ Relacione-se a nossa afirmação com os ataques corsários de Duclerc e Duguay Trouin ao Rio de Janeiro, em 1710 e em 1711, respectivamente.

¹⁰ Veja-se a carta náutica e o relato de George ANSON, *A voyage round the world in the years MDCCXL, I, II, III, IV by [...] Esq. Commander in Chief of a Squader of His Majesty's ships, sent upon an Expedition to the South-seas. Compiled from papers and other materials of the Right Honorable George Anson and published under his direction*, Londres, Printed for the author by John e Paul Knapton, 1748 (DS-XVIII-211). Dois anos após, publicou-se em Genebra uma tradução francesa da viagem (DS-XVIII-226).

¹¹ Suzanne DAVEAU, «O novo conhecimento geográfico do mundo» in *Gravura e conhecimento do mundo*, p. 137; Mireilie PASTOUREAU, *Les atlas français XVI^e-XVII^e siècles, Répertoire bibliographique et étude*, Paris, Bibliothèque Nationale, 1984, p. 352.

Fer no mapa *Le Brésil. Dont les Cotes sont divisées en Capitaineries, dressé sur les derniers Relations des Flibustiers et Fameux Voyageurs*¹².

Enquanto que o litoral era conhecido pelo aportamento de navios e, com eles, de marinheiros e piratas com objectivos comerciais ou para realizar pilhagens, o interior permaneceu, em grande medida, desconhecido. Os trajectos dos principais rios, desenhados de forma imprecisa, confundiam-se com a idealização geográfica do País das Amazonas, Manoa ou o El Dorado. À clara representação do litoral e à marcação dos topónimos de núcleos urbanos, portos ou acidentes geográficos contrapunham-se grandes espaços vazios onde, por vezes, se inscreviam símbolos de relevo que pouco tinham a ver com a existência e localização, mesmo aproximada, de cordilheiras montanhosas.

A realização de viagens científicas à América do Sul por ocasião das definições de fronteiras entre os domínios pertencentes às duas coroas ibéricas ao longo da segunda metade do século XVIII permitiu não só modificações nas representações cartográficas do sub-continente, como a entrada controlada de *cientistas* estrangeiros no território. A difusão dos seus trabalhos sob a forma de relatos, descrições geográficas ou representações cartográficas junto de academias e instituições científicas europeias, e particularmente francesas, permitiu uma renovação mais rápida do conhecimento cartográfico resultante das observações astronómicas e geográficas que estes *homens de ciência* fizeram na América do Sul¹³.

É neste contexto que consideramos a viagem de Charles Marie de La Condamine, integrada na expedição hispano-francesa realizada ao Peru entre 1735 e 1744 para medir o grau do meridiano equatorial e realizar estudos de história natural ao serviço da Coroa espanhola¹⁴. Os resultados desta missão, composta pelos académicos Louis Godin, Pierre Bouguer, Joseph de Jussieu e La Condamine, bem como pelos guardas-marinhas Juan Jorge e António de Ulloa, foram comunicados à Academie Royale des Sciences pelos elementos franceses que a compunham e por Juan Jorge, enquanto Ulloa tê-lo-ia feito perante a Royal Society.

Juntamente com as questões relacionadas com observações astronómicas e operações trigonométricas, desta missão destaca-se, pela sua novidade, a viagem de La Condamine descrita no *Breve relatório de uma viagem pelo interior da América Meridional, desde a costa do mar do Sul até as costas do*

¹² C.C. 1327 A.

¹³ Seguimos aqui a divisão proposta por Fermin del PINO DIAZ e Angel GIRAÓ DE VIERNA, «Las expediciones ilustradas y el Estado español» in *Revista de índias*, 47:180 (1987). pp. 390-391. Na classificação sugerida das viagens científicas à América menciona-se a existência de viagens geográficas e viagens de história natural, apesar de se afirmar que muitas das expedições realizadas à América do Sul tinham um cariz misto.

¹⁴ António LAFUENTE e Antonio MAZUECOS, *Los caballeros del Punto Fijo. Ciencia, política y aventura en la expedición geodésica hispanofrancesa al virreinato del Peru en el siglo XVIII*, Barcelona, Serbal: CSIC, 1987.

Brasil e da Guiana, descendo o rio Amazonas, apresentado à Academia das Ciências em 1745 e publicado ainda no mesmo ano¹⁵. Como parte integrante do relato surge a *Carte du cours du Maragnon ou de la grande rivière des Amazonas*, na qual La Condamine desenha o território compreendido entre a costa do Pacífico e o Atlântico e entre o litoral atlântico compreendido entre a Guiana holandesa e a Ilha do Marajó. A par da representação de um labirinto fluvial andino, define-se, de uma forma linear, a bacia hidrográfica amazónica pela enunciação dos afluentes principais do rio Amazonas. La Condamine assinala as ligações que se estabeleciam entre diferentes cursos de água, como era o caso da comunicação dos rios Negro e Orinoco, revelada em 1743 por uma viagem portuguesa, e ressalta a facilidade com que as comunicações se faziam entre regiões distintas, por vezes nevrálgicas.

Através da sobreposição do seu mapa a um outro do padre Samuel Fritz, impresso em 1707, o autor corrigia o excessivo alongamento em longitude da bacia amazónica, fundamentando-se nas informações de que dispunha: documentos de vários arquivos, testemunhos, diários e notas fornecidos por missionários, viajantes e funcionários portugueses e espanhóis, e, sobretudo pelas observações feitas durante as suas viagens e as de Bouguer¹⁶. Comunicava a mudança de toponímia em rios que corriam de ambos os lados dos limites de soberania ibéricos e assinalava alguns núcleos urbanos coloniais, fortificações e territórios das missões dos dois lados da fronteira.

Para a elite intelectual europeia de setecentos, a viagem de La Condamine significou o renovar do conhecimento que se tinha da Amazónia. Permitiu a correcção, fundamentada na observação directa e no registo científico, de autoridades como Garcilaso e Herrera, que, por exemplo, afirmavam que os rios Marañon e Amazonas eram distintos, de geógrafos como Sanson ou Delisle, que tinham elaborado as suas cartas com as informações até ao momento disponíveis, ou, como já se referiu, do padre Samuel Fritz, que embora com uma experiência directa no terreno, não tinha a preparação científica nem os instrumentos de precisão de La Condamine¹⁷.

Importa, contudo, ressaltar que, se em relação à Hispano-América houve outras expedições relevantes que contaram com a colaboração de cientistas

¹⁵ Charles Marie de LA CONDAMINE, *Relation abrégée d'un voyage fait dans l'intérieur de l'Amerique Meridionale*, Paris, Chez la Veuve Pissot, 1745 (DS-XVIII-188). Presentemente utilizaremos a tradução brasileira *Viagem pelo Amazonas, 1735-1745*. Selecção de textos, introdução e notas de Hélène MINGUET. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira; S. Paulo, EDUSP, 1992.

¹⁶ Charles Marie de LA CONDAMINE, *Viagem pelo Amazonas*, «Prólogo», pp. 27-28 e 39. O mapa de Samuel Fritz foi impresso pela primeira vez em Quito em 1707 e difundido na Europa através das *Lettres édifiantes et curieuses écrites des missions étrangères*, Paris, Nicolas Le Clerc, 1718, vol. 12 (p. 38, nota 29). Cf. M. de LA HARPE, *Abregé de l'Histoire Generale des Voyages contenant ce qu'il y a de plus remarquable, de plus utile & de mieix avere dans les Pays où les voyageurs ont pénétré; les moeurs des Habitants, la Religion, les Vsages, Aris & Sciences, Commerce, Manufactures; enrichie de Cartes géographiques & de figures*, Paris, Hotel de Thou, 1780, vol. 22, p. 328 (DS-XVIII-413-433).

¹⁷ M. de LA HARPE, *Abregé de l'Histoire Generale des Voyages*, vol. 1, pp. 36, 38 e 82.

de outras partes da Europa e tiveram grande difusão internacional, como a viagem de Pedro Loefling ao Orinoco, em 1754-1756, ou a expedição de Hipólito Ruiz e José Pavon ao Peru e Chile, entre 1777 e 1787, o mesmo não ocorreu com território luso-brasileiro¹⁸.

No entanto, o Estado português, tal como a Coroa espanhola, estava interessado na exploração, inventário e aproveitamento económico da colónia americana. É que, na segunda metade do século XVIII, expansão territorial e cartografia estavam intimamente ligadas. Representar de forma científica o território significava defender a sua integridade física, legitimar a sua ocupação e administrar eficientemente a colónia. No sentido de atingir o conhecimento geográfico e cartográfico necessário a um governo eficiente e a uma definição interna e internacional dos limites brasileiros, a Coroa portuguesa contratou, na década de cinquenta, por toda a Europa, *homens de ciência*, empreendeu medidas que lhe permitiam formar uma elite científica nacional capaz de actuar eficientemente três decénios mais tarde e promoveu e fomentou viagens e expedições científicas¹⁹.

Astrónomos, cartógrafos, engenheiros, desenhadores e naturalistas actuaram ao longo da fronteira sul-americana em nome do Rei Fidelíssimo para definir os limites da soberania colonial ibérica²⁰. Ao serviço do monarca e na defesa dos interesses portugueses na partilha de áreas soberanas, estes indivíduos integraram-se em corpos militares mistos, compostos por Portugueses e Espanhóis, efectuaram observações de acordo com as exigências científicas da época e com o auxílio de instrumentos de precisão²¹. Levantaram percursos e exploraram comunicações, elaboraram diários de navegação e cartografaram rios, definiram planos de ocupação e defesa do espaço: mediram, inventariaram e delimitaram, com a precisão possível, a fronteira²².

¹⁸ Firmin del PINO DIAZ e Angel GUIRAO DE VIerna «Las expediciones ilustradas y el Estado español», p. 395.

¹⁹ Ao utilizarmos este termo temos presente a distinção feita por José SALA CATALÀ entre expedições científicas, feitas com o objectivo de aumentar os conhecimentos científicos sobre um território, e comissões, realizadas com a finalidade de levar a cabo um trabalho concreto sobre um espaço, o qual, no fim, pode de algum modo ser modificado («Ciência y tecnica en las expediciones de limites hispano-portuguesas: una aproximación» in *Ciencia, tecnica y Estado en la España Ilustrada*. Editado por Joaquin Fernandez PEREZ e Ignacio Gonzalez TASCÓN, Madrid, Sociedad Española de Historia de las Ciencias y de las Técnicas, [s.d.], p. 242).

²⁰ Como exemplo de estudo biográfico feito sobre um destes indivíduos veja-se AA.VV., *Amazónia Felsinea. António José Landi. Itinerário artístico e científico de um arquitecto bolonhês na Amazónia do século XVIII*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1999.

²¹ Roberta M. DELSON, «The beginnings of professionalization in the Brazilian military: the eighteenth century corps of engineers» in *The Americas*, 51:4 (1995 Abril), p. 567.

²² Veja-se, como exemplo, o caso do engenheiro-cartógrafo Filipe Sturm, que acompanhou Francisco Xavier de Mendonça Furtado à capitania do Rio Negro e foi responsável pela planificação de muitos núcleos urbanos fundados de novo ou reordenados, como foi o caso das vilas de Serpa, Silves, Borba e S. José de Marabitanas (BN, *Iconografia*, D. 199A.; D. 201A.; A.H.U., *Rio Negro*, caixa 1, doc. 19, Informação de Francisco Xavier de Mendonça Furtado a

Não se limitaram apenas a observações relacionadas com a Astronomia e a Geografia, como deviam igualmente contribuir com toda a informação que fizesse progredir as ciências e a história natural²³. Contudo, e, entre outras causas, porque a sua actuação se integrava na política de defesa da integridade do Império colonial, ou seja, nas demarcações de limites ou sobre áreas economicamente importantes cujos acessos importava ocultar, muitos dos trabalhos realizados não foram difundidos²⁴.

Há que salientar que o enorme esforço científico e cartográfico e o investimento humano e financeiro não foram exclusivos das áreas de fronteira, como ocorreram igualmente no litoral e em regiões do interior, resultantes da actividade de engenheiros e cartógrafos formados em academias militares e navais, alguns exercendo altos cargos administrativos. Importa ainda referir que muita desta produção cartográfica era integrante e imprescindível à compreensão de relatos, roteiros, descrições geográficas e corográficas, diários de viagens e notícias, que descreviam pormenorizadamente trajectos, medições de coordenadas terrestres e profundidade de litorais ou rios, localizações de núcleos urbanos, fortificações.

Este conhecimento mais preciso e científico da América do Sul permaneceu, em grande parte, inédito nos arquivos das Secretarias de Estado e teve uma difusão limitada junto de um número seleccionado de indivíduos ligados ao exercício de cargos governativos ou à gestão de organismos públicos, destinando-se, conseqüentemente, a informação interna²⁵. Não se difun-

Sebastião José de Carvalho e Melo, de 7 de Julho de 1755; doc. 62, Ofício de Joaquim de Melo e Póvoas a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, de 16 de Janeiro de 1760; caixa 2, doc. 141, Ofício de Joaquim Tinoco Valente a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, de 10 de Agosto 1767). Daniel DORY, «L'histoire de la géographie en Amérique hispanique» in *Annales de Géographie*, p. 560 (1991).

²³ A.H.U., *Rio Negro*, Cópia das instruções dadas por Francisco Xavier de Mendonça Furtado aos astrónomos e geógrafos que iam para o Rio Negro, de 20 de Setembro de 1754.

²⁴ Como exemplos paradigmáticos da cartografia manuscrita feita por estes cartógrafos em áreas de fronteira (física ou cultural) veja-se, por exemplo, «Configuração do rio Tocantins [sic] desde a villa de Cammetá até aos portos Reaes dos Arraiaes do Pontal e Carmo» (BN, *Iconografia*, D. 116R.) e «Planta da aldeia de S. Joze de Mosamedes» (BN, *Iconografia*, D. 117R.).

²⁵ Resta dizer que esta política não foi exclusiva de Portugal, ocorrendo o mesmo a alguma produção cartográfica e informação científica escrita por Espanhóis que actuaram em zonas de fronteira. Este é, entre muitos outros, o caso de Francisco de Requena, cujos relatório e mapa resultantes da sua actuação na 4.^a partida de limites espanhola actuante na Amazónia entre 1781 e 1794 permaneceram inéditos por largo período de tempo. Foram publicados cerca de oitenta anos depois, em 1876 na Venezuela, por ordem do governo em época de demarcação de fronteiras com a Colômbia, e, em data aproximada à edição venezuelana, em Filadélfia, pelo litógrafo Bourquin (Michel LAYLAND, «A land that is uncultivated, insane, impassible and largely unknown [...]. The story behind Requena's map of 1796» in *Mercator's World*, 1:5 (1996), pp. 45-49; Francisco de Requena, *Ilustrados y bárbaros. Diários de la exploración de limites al Amazonas (1782)*. Edição de Manuel Lucena GIRALDO, Madrid, Alianza Editorial, 1991). O mesmo ocorreu com os resultados da expedição de José Celestino Mutis a Nova Granada, de que foram publicados apenas os trabalhos sobre a quina (Cadiz, 1792 e Bogotá 1793-1794) e um ensaio sobre bálsamos e azeites (Madrid, 1785). O restante material ficou inédito no Jardim

diu, portanto, grande parte desta cartografia brasileira produzida na segunda metade de Setecentos junto da elite europeia culta e interessada, como tão pouco se divulgou informação científica textual ou iconográfica²⁶.

Apesar de ser esta a situação predominante, importa contudo referir que houve conhecimentos geográficos e cartográficos respeitantes à colónia brasileira que foram transmitidos a intelectuais e políticos, a cartógrafos e hidrógrafos por diplomatas e estrangeirados portugueses a viver nas cortes europeias. Assim, Guillaume Thomas-Raynal, na sequência do que se afirma na introdução do *Atlas de toutes les parties connues du globe terrestre dressé pour l'Histoire Philosophique et Politique des établissements et du commerce des Européens dans les deux Indes* (1780), teria contado com «portugueses instruídos» que colaboraram com informações de cariz geográfico e administrativo sobre as diferentes províncias brasileiras²⁷, e Louis Stanislas d'Arcy Delarochete teria desenhado o mapa *Colombia prima or South America* com base em cartas originais manuscritas cedidas pelo Cavaleiro Pinto e por João Joaquim da Rocha e João da Costa Ferreira²⁸. Do mesmo modo, William Robertson teria obtido de Luís Pinto de Sousa Coutinho, nesta época embaixador português em Londres, em data anterior a 1810, dados sobre a fronteira de Mato Grosso que foram utilizados na *History of America*²⁹.

As razões e a natureza da informação que, em momentos e situações específicos, são transmitidos por Portugueses cultos junto dos meios intelectuais e políticos europeus não estão, até este momento, totalmente esclarecidas. Para além disso, as colectâneas de viagens e as obras de história da América editadas até fins do século XVIII reflectem os informes vagos, parciais e inexactos sobre a história, a política, a geografia, o comércio e a defesa territorial do Brasil³⁰. A restrição no acesso a obras impressas e manuscritas

Botânico de Madrid (Firmin del PINO DIAZ e Angel GUIRAO DE VIERNA, «Las expediciones ilustradas y el Estado español», p. 405).

²⁶ Ângela DOMINGUES, «Um novo conceito de ciência ao serviço da *Razão de Estado*: a viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira ao Norte brasileiro» in *Viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. Ciclo de conferências*, Lisboa, Academia de Marinha, 1992.

²⁷ *Atlas de toutes les Parties connues du Globe Terrestre dressé pour l'Histoire Philosophique et Politique des Établissements et du Commerce des Européens dans les deux Indes*, Genève, Chez S. L. Pellet, 1780, p. 13 (DS-XVIII-472).

²⁸ Este mapa, datado de 1807, tem a cota C.C. 126R. *Atlas de toutes les Parties connues du Globe Terrestre dressé pour l'Histoire Philosophique et Politique des Établissements et du Commerce des Européens dans les deux Indes*, Genève, Chez S. L. Pellet, 1780, p. 13 (DS-XVIII-472).

²⁹ William ROBERTSON, *The History of America*, Londres, A. Straham, Strand, T. Cadell, Edimburgo, J. Balfour, 1788, 3 vols. (DS-XVIII-485 a 487); David ARMITAGE, «The New World and British Historical Thought», p. 66.

³⁰ Confronte-se a afirmação de Alphonse de Beauchamp: «on ne possédait que des voyages et des fragments historiques [...] En effet, l'histoire d'un pays à peine connu ne doit pas être traitée comme celle d'une nation de l'Europe», Alphonse de Beauchamp propunha-se modificar a imagem sincopada e incompleta que a Europa Setecentista tinha sobre o Brasil com a redacção de uma história geral (ver *Histoire du Brésil depuis sa découverte en 1500 jusqu'en 1810*, editada em 3 tomos, Paris, À la Librairie d'Éducation et de Jurisprudence D'Alexis Eymery, 1815, pp. vj e

sobre território brasileiro está claramente expressa em La Harpe quando, no prólogo do *Abregé de l'Histoire Generale des Voyages*, se propõe acrescentar à obra do Abade de Prévost as viagens realizadas posteriormente à sua morte. Na sequência deste propósito surgem referências às recentes viagens de Louis Antoine de Bougainville, James Cook, Joseph Banks, Daniel Charles Solander, Samuel Wallis, John Byron, Arthur Philip³¹, enquanto que as suas fontes para a América Portuguesa são Cristobal de Acuña, Condamine e Ulloa para a bacia amazônica e os relatos dos séculos XVI e XVII para o vice-reinado do Brasil: Jean de Léry, Johannes de Laet, André Thévet, Hans Staden, Claude d'Abeville, Corréal, os padres Locano e Charlevoix e alguns jesuítas³². Nesta história das viagens é a história natural do Brasil que ocupa a parte mais extensa, maioritariamente baseada em informações do século XVI e com uma referência à viagem de uma alemã, Maria Sibylla Merian, ao Suriname em 1699, talvez uma tentativa de colmatar a falta de informações actualizadas sobre a América Portuguesa³³.

As representações cartográficas incluídas no *Abregé de l'Histoire Generale des Voyages* reflectem a mesma falta de informação. A *Suite du Brésil pour servir à l'Histoire Generale des Voyages Depuis la Baye de tous les Saints jusqu'à St. Paul*, aqui considerada como um pormenor mais detalhado da *Carte de l'Amérique Meridionale*, revela a existência de navegações que beneficiam a representação cartográfica francesa do litoral brasileiro³⁴. Os principais núcleos de povoamento, cabos e ilhas, abrolhos e rochedos aparecem claramente assinalados, produto de uma navegação centenária pelas costas brasileiras e do aperfeiçoamento setecentista na medição das coordenadas terrestres³⁵. Quanto à representação do território, o Brasil apresenta-se com uma costa recortada por rios que correm perpendicularmente ao mar. Nesse traçado regular, há bacias hidrográficas predominantes como é o caso da do S. Francisco, quase articulada com a bacia platina, como se pode confrontar na *Carte de l'Amérique Meridionale*³⁶. O interior apresenta-se ponteadado por

viii (DS-XIX-166-168). É de observar que, com a mesma intenção, surgia em Londres a obra de Robert SOUTHEY, *History of Brazil*, editada em três volumes por Longman, Hurst, Rees e Dime, entre 1810 e 1819 (DS-XIX-91 a 93).

³¹ M. de LA HARPE, *Abregé de l'Histoire Generale des Voyages contenant ce qu'il y a de plus remarquable, de plus utile & de mieux avere dans les Pays où les voyageurs ont pénétré; les moeurs des Habitants, la Religion, les Usages, Arts & Sciences, Commerce, Manufactures; enrichie de Cartes géographiques & de figures*, Paris, Hotel de Thou, 1780, vol. 1, p. I.

³² *Ibidem*, vol. 13.

³³ *Ibidem*, pp. 450 e ss.

³⁴ C.A. 35-41 p.; também com a cota DS-XVIII-537, mapa 41.

³⁵ Sobre as primeiras navegações francesas na costa brasileira vide, entre outros, Leyla PERRONE-MOISÉS, *Vinte luas. Viagem de Paulmier de Gonneville ao Brasil: 1503-1505*, São Paulo, Companhia das Letras, 1992. Acerca dos progressos cartográficos ocorridos no século XVIII, cf. por exemplo, as já mencionadas observações de M. de FRÉZIER, *Relation du voyage de la Mer du Sud*, p. 268.

³⁶ C.A. 35-36 p.

símbolos que figuram o relevo que, em alguns casos, não terão significado e por um «*pays désert et peu connu*» de grandes planícies habitadas por índios e por um número reduzido de núcleos coloniais de povoamento.

Neste contexto, e porque em relação aos objectivos educativos e de entretenimento que La Harpe se propunha era imprescindível a utilização de mapas, a carta de La Condamine continuava a ser usada como a fonte mais actualizada para o Norte brasileiro³⁷.

A historiografia do Brasil colonial considera como questão pacífica que a mudança da Corte para o Rio de Janeiro e a abertura dos portos à navegação europeia seriam o marco factológico que assinalaria a chegada de informação actualizada e científica sobre o Brasil à Europa, ou seja, quando cientistas e viajantes passaram a ter um acesso sem restrições ou vigilância ao território brasileiro³⁸. Integrados em projectos desenvolvimentistas mineralógicos apoiados pela Coroa ou empreendendo viagens por sua iniciativa, os primeiros viajantes estrangeiros em terras brasileiras contavam com a protecção do Príncipe Regente e com a colaboração de altas entidades administrativas, como o conde da Barca ou o conde dos Arcos. Este apoio oficial revelou-se, por exemplo, na facilidade de acesso a documentos de arquivo e no exame de mapas manuscritos. Assim, John Mawe definiu, em parte, o seu percurso às minas do interior do Brasil, que visitou entre 1807 e 1811, em função de mapas inéditos³⁹ e John Luccock, que permaneceu no Brasil de 1808 a 1818, formou as suas cartas com materiais recolhidos em diferentes partes do país, comparando-os com a *Corografia Brasílica* de Aires do Casal⁴⁰. Quanto a Maximiliano de Wied Neuwied, um príncipe alemão que viajou entre 1815 e 1817 pelo litoral brasileiro a norte do Rio de Janeiro e pela Baía com incursões pelas capitánias de Espírito Santo, Porto Seguro e Ilhéus, utilizou-se dos mapas já conhecidos de Faden e Aaron Arrowsmith porque a morte do conde da Barca o impediu de ter acesso a informação portuguesa⁴¹.

O secretismo que durante tanto tempo tinha sido mantido sobre as zonas produtoras de ouro e diamantes atenuava-se com as visitas de especialistas em mineração, como o barão de Eschewege ou John Mawe. O interior

³⁷ C.A. 35 P. e DS-XVIII-537, mapa 34.

³⁸ Ângela DOMINGUES, «O Brasil de Maximiliano de Wied-Neuwied» in *Oceanos*, 24 (Out.-Dez. 1995), p. 44.

³⁹ JOHN MAWE, *Travels in the interior of Brazil particularly in the Gold and Diamond districts of that country*, Londres, Longman, [et al.], 1812, p. 137 (DS-XIX-137).

⁴⁰ JOHN LUCCOCK, *Notes on Rio de Janeiro and the Southern parts of Brazil; taken during a residence often years in that country from 1808 to 1818*, Londres, Samuel Leigh, 1820 (DS-XIX-252).

⁴¹ MAXIMILIAN, Prinz zu Wied-Neuwied, *Reise nach Brazilien in den Jahren 1815 bis 1817*, Frankfurt, Heinrich Ludwig Bronner, 1821-1822, 2 vols. (DS-XIX-1141); para o presente trabalho utilizou-se a tradução brasileira *Viagem ao Brasil*, Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1989, p. 517.

do continente, e já não as orlas costeiras, era explorado por indivíduos que se ocupavam da Botânica, da Etnologia, da História e da Geografia do Brasil e enfatizavam a estranheza de hábitos e costumes dos antigos habitantes da América, como Maximiliano.

O principal objectivo dos mapas que surgiam nas obras destes viajantes era informar, de forma clara e coerente, o leitor do itinerário percorrido e permitir a identificação de caminhos e estradas existentes e assinalar cursos fluviais, núcleos urbanos, minas e chapadas auríferas visitados. Constitui-se uma complementaridade entre relatos de viagem e cartas geográficas, ficando reservada aos mapas uma função descritiva e ilustrativa da viagem. Através da sua consulta os leitores «visitavam» o espaço percorrido pelos naturalistas, guiados por eles⁴², tal como fica patente em *A Map of the Author's Route from Rio de Janeiro to Canto Gallo, also to Villa Rica and thro' the Centre of the Gold Mines to Tejuco, the Capital of the Diamond Mines & District called Cerro Frio*, que ilustra a viagem feita por John Mawe a Minas Gerais⁴³ ou nas duas cartas *Ostkuste von Brasilien zwischen den 12n und 23n grad sudlicher Breite* e *Ostkuste von Brasilien zwischen den 12n und 15n grad sudlicher Breite*, representações do litoral brasileiro feitas por cartógrafos ingleses, embora usadas com correcções por Maximiliano para assinalar o seu trajecto⁴⁴. A este propósito afirmava: «Tomei, por conseguinte, como base principal a carta de Arrowsmith; mas não se deve levar em conta senão a rota que eu segui, e vai marcada por uma linha, pois não posso de forma alguma julgar da justeza da posição de todos os outros pontos situados de um e outro lado dela; julgo mesmo poder considerá-los em geral mal colocados»⁴⁵.

Importa, agora, ressaltar que muitos destes viajantes naturalistas, ao contrário dos engenheiros-cartógrafos actuantes nas partidas de demarcação de limites, não tinham uma formação cartográfica ou geográfica adequada. Não eram geógrafos ou cartógrafos, mas naturalistas e «filósofos da natureza». Não excluía a Geografia do seu universo de interesses, mas privilegiavam igualmente os habitantes – e, assim, elaboraram observações sobre usos e costumes dos povos indígenas, como também focavam o tipo de vida dos portugueses na colónia – e as ciências naturais – surgindo, desta forma, anotações sobre Geologia, Mineralogia, Botânica e a Zoologia. Registavam igualmente dados relativos à economia, sociedade e cultura das regiões visitadas e sugeriam propostas de exploração dos recursos naturais e de desenvolvimento económico.

⁴² Ilaria Luzzana CARACI, «Alexandro Malaspina y la geografía» in *Ciencia, vida y espacio en Iberoamérica*, coordenado por José Luis PESET, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1989, vol. 3, p. 41.

⁴³ DS-XIX-137.

⁴⁴ DS-XIX-1141.

⁴⁵ MAXIMILIANO, Príncipe de Wied-Neuwied, *Viagem ao Brasil*, p. 517.

Por isso, talvez não pretendessem representar cartograficamente o território com base na triangulação, método considerado como científico e preciso, mas também moroso. Os naturalistas que, em inícios do século XIX, viajaram em território brasileiro elaboraram os seus mapas de forma empírica, através da medição da distância terrestre que separava dois locais, como ocorreu com o Príncipe Maximiliano de Wied⁴⁶ ou, então, podiam copiá-los de cartas já existentes, eventualmente adaptadas pelos viajantes a objectivos específicos⁴⁷.

Esta inobservância de métodos mais científicos, vulgarmente utilizados desde o início do século, pode, em parte, ser explicada pelo facto de estes indivíduos não estarem ao serviço do Estado e, portanto, não serem executantes de uma missão oficial que tivesse por objectivo o estabelecimento de um domínio efectivo da Coroa sobre a colónia. Não pretendiam traçar fronteiras, nem legitimar a expansão colonial em direcção a novas regiões. Muitas destas viagens estavam, como se mencionou, dependentes de uma iniciativa e financiamento individuais ou eram promovidas por uma instituição científica académica, contavam com a colaboração da Coroa, mas não eram oficialmente patrocinadas, financiadas e impulsionadas por ela.

Como resposta às exigências de uma rápida troca de informações requerida pelo Iluminismo, os diários e relatos destas viagens científicas eram rapidamente publicados, facultando-se deste modo ao público interessado uma «abertura» a um novo mundo, mais vasto e variado. É que a descrição sistemática e racional da natureza como entidade global e concreta e a representação cartográfica de lugares incertos, desconhecidos e perigosos sugeriam aos Europeus a possibilidade de domínio de novas partes do globo, a América Portuguesa incluída⁴⁸.

As descrições das viagens científicas ao Brasil conheceram sucessivas reedições. Foram traduzidas e difundidas não só para uma elite académica, mas igualmente para uma aristocracia interessada que subscrevia assinaturas, financiava impressões e consumia obras de luxo, como também para grupos sociais médios e baixos a quem as edições de bolso eram predominantemente destinadas. Foi, por exemplo, o que ocorreu com a *Reise nach Brasilien in den Jahren 1815 bis 1817* de Maximiliano de Wied-Neuwied editada em 1820-1821 numa edição de luxo e em uma outra mais acessível, de menor tamanho, sem estampas ou vinhetas e só com um mapa; traduzida para inglês em 1820 e para francês nos dois anos seguintes, em italiano

⁴⁶ MAXIMILIANO, Príncipe de Wied-Neuwied, *Viagem ao Brasil*, pp. 517-518.

⁴⁷ Parece ter sido o que ocorreu com *A sketch of St. Sebastian on the Rio de Janeiro* integrado no relato da viagem de John Luccock e que parece ser cópia de uma *Planta da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro*, datada de 1817. Esta é, por sua vez, cópia reduzida de uma outra de 1812 (ver nota ao mapa DS-XIX-252, entre pp. 30-31).

⁴⁸ John GASCOIGNE, «The ordering of nature and the ordering of empire: a commentary» in *Visions of Empire. Voyages, botany and representations of nature*, 2.^a edição, edição de David Philip MILLER e Peter Hanns REILL, Cambridge, Cambridge University Press, 1998, p. 108.

em 1821-1823 e em holandês em 1822-1823, reeditada em alemão nos anos 1825-1826. Ainda em 1820 havia-se editado uma versão adaptada aos jovens⁴⁹.

O que se afirma sobre as edições relativas à viagem de Maximiliano é igualmente válido para as publicações dos naturalistas contemporâneos, como John Mawe e John Luccock, ou ainda para Henry Koster, Maria Graham ou Spix e Martius, como também para as histórias do Brasil que em finais do século XVIII e inícios do século XIX começaram a circular por um público ávido e interessado.

As viagens científicas realizadas a partir do século XIX concorreram, de forma decisiva, para uma transformação da imagem que a Europa tinha da América Portuguesa. Para além de um maior e melhor conhecimento sobre a Geografia, a Cartografia, as Ciências Naturais ou a Antropologia, os viajantes naturalistas trouxeram nas viagens de regresso herbários, sementes, artefactos e outros tipos de testemunhos que, ao serem integrados em gabinetes de história natural, jardins botânicos e museus, puderam não só ser estudados por académicos, como também se tornaram acessíveis a todos os visitantes dessas instituições. Nesse sentido, o ano de 1808, da abertura dos portos brasileiros à navegação e à presença estrangeira no Brasil, pode ser formalmente considerado como um marco cronológico.

⁴⁹ Rosemarie Erika HORCH, «Notas bibliográficas sobre a obra do Príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied» in *Oceanos*, 24 (1995), pp. 103-104.

«FOR THE RELIEF OF MAN'S STATE OR THE
ADVANCEMENT OF NATIONAL INTERESTS?»
A PERCEPÇÃO DA NATUREZA BRASILEIRA
AO SERVIÇO DAS NAÇÕES E DA HUMANIDADE
NOS ESCRITOS DOS VIAJANTES DO SÉC. XVIII*

A proposta que aqui apresento pretende expandir as fronteiras tradicionais das historiografias portuguesa e brasileira, na medida em que se propõe repensar o Brasil num âmbito que extravasa a história atlântica ou os estudos atlânticos. De facto, os fluxos de mercadorias, os deslocamentos de pessoas, culturas e processos sociais que caracterizam a expansão europeia não ficaram confinados ao mundo atlântico, embora reconheça que este seja um contexto útil e possível para o estudo da expansão europeia durante os seus primeiros três séculos. Não obstante, e reforçando este argumento evocado com tanta prioridade por Jack Green, lembraria que nem tão-pouco o Brasil é socialmente estanque ou composto exclusivamente por índios, portugueses e africanos; e que muitos dos viajantes que por aí passaram e consideraram a colónia como objecto de estudo e registo iam em direcção a outras paragens, algumas delas longínquas, como a Austrália e os mares do Sul¹.

Assim sendo, considero como meu objecto de análise predominante enquanto fonte de informação os documentos produzidos por viajantes estrangeiros (leia-se europeus) em circulação no Atlântico, na medida em

* Este texto resulta da edição de dois textos com características e objectivos diferentes, mas conciliáveis. Um foi publicado em *Diálogos* – Revista de pós-graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, vol. 14, n.º 2, 2010, pp. 249-271 (<http://uem.br/dialogos>); o outro encontra-se *on-line* e intitula-se «Viagens científicas e “elite do conhecimento”: polivalência e mobilidade ao serviço do Império colonial» in *Blogue História Lusófona*. <http://www2.iict.pt/?idc=102&idi=14633>.

¹ Jack P. GREEN, «Reformulando a identidade inglesa na América britânica colonial: adaptação cultural e experiência provincial na construção de identidades corporativas» in *Almanack Braziliense*, n.º 4, Novembro 2006, p. 6.

que encaro esses testemunhos como um repositório documental incontornável e precioso, ainda que normalmente pouco valorizado, numa perspectiva de estudo, que em certa medida, se contrapõe, mas complementa, as correntes historiográficas tradicionais, onde predomina uma visão «interna» dada pelos documentos luso-brasileiros.

Quero, então, centrar o meu universo de abordagem nas descrições do Brasil que corriam a Europa setecentista, disseminadas através de impressos. Esta informação circulava graças a uma estrutura complexa, constituída por viajantes, marinheiros, homens de negócios em trânsito, tornados autores de relatos e contadores de histórias; por editores, livreiros, gravadores, impressores, desenhadores, que contribuíam eficazmente para a difusão dos ideais associados ao *Século das Luzes* e para a abertura do Velho Mundo a outras terras, diferente mares, novas gentes e produtos.

1. Estrangeiros ao serviço da coroa: a sua participação no reconhecimento científico do território brasileiro em setecentos

Como em alguns artigos fiz notar, autores consagrados, como Luciana de Lima Martins e Jeanine Potelet, têm repetidamente afirmado e fundamentado de forma científica e sólida que a «descoberta científica» do Brasil pela Europa é eminentemente um fenómeno do século XIX, indissociável e traduzido em inúmeras viagens científicas que, por iniciativa pessoal ou oficial, foram realizadas a uma colónia que, num muito curto espaço de tempo, foi transformada em reino e depois em império². A constatação deste fenómeno e do que viagens e relatos como os de John Mawe, Thomas Lindley, Henry Koster ou Maximiliano de Wied Neuwied significaram para a captura do Brasil por uma Europa ávida de conhecimento, só pode ser reforçada quando se atenta aos entraves e proibições que as potências ibéricas com domínios coloniais na América do Sul até então colocavam à escala de navios e à passagem ou permanência de estrangeiros em território colonial.

A premissa atrás enunciada não me parece, no entanto, equacionar, de forma precisa e satisfatória, o enorme esforço de «reconhecimento científico» conduzido pelas potências ibéricas aos seus domínios coloniais durante o século anterior. É incontestável que ao longo do *Século das Luzes* Portugal e Espanha incentivaram uma série de missões e expedições com intuítos científicos às «conquistas ultramarinas».

² Como defensoras claras desta opinião cito, apenas como exemplo, Luciana de Lima MARTINS, particularmente em *O Rio de Janeiro dos viajantes. O olhar britânico (1800-1850)*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001, p. 12; idem, «A naturalist's vision of the tropics: Charles Darwin and the Brazilian landscape» in *Singapore Journal of Tropical Geography*, vol. 21, n.º 1, 200, pp. 19-33; e Jeanine POTELET, *Le Brésil vu par des voyageurs et des marins français, 1816-1840. Temoignages et images*, Paris, L'Harmattan, 1993.

Um dos aspectos em que esta premissa especialmente se revela é o das viagens científicas ou *viagens filosóficas* que cientistas – portugueses e *outros europeus* – ao serviço do Estado português realizaram ao Brasil, Cabo Verde, Angola, Moçambique. Apesar de ser tema recorrente da produção histórica contemporânea³, creio que foi William Joel Simon que, em obra editada já em 1983, terá referido e estudado de forma fundamentada e integrada esta característica da ciência e da administração portuguesas setecentista – e também ibérica⁴. No livro *Scientific expeditions in the Portuguese overseas territories*, W. J. Simon analisa, pela primeira vez e em simultâneo, três viagens científicas planeadas e promovidas pela coroa portuguesa para estudar e reconhecer os seus domínios ultramarinos e conhecer e inventariar as potencialidades naturais e económicas das colónias. E assim surgem os diferentes capítulos que referem Manuel Galvão da Silva e a sua viagem filosófica a Moçambique, Joaquim José da Silva e a sua actividade exploratória em Angola e enfatizam a célebre viagem de um não menos célebre Alexandre Rodrigues Ferreira ao Pará, Amazónia, Mato Grosso e Cuiabá. Quanto à lacuna deixada em aberto na obra de Simon – a actuação de João da Silva Feijó em Cabo Verde – ela será colmatada, entre outros, pelos estudos de Magnus Pereira⁵.

Uma das características desta «elite do conhecimento» é que, ao contrário do que ocorre nos dias de hoje, em que existe uma indubitável especialização do saber científico, esta elite detinha uma formação polivalente e podia ainda acumular o exercício de cargos administrativos (secretários de governador, corregedores) com a execução de funções científicas. Os ilustrados que integram este grupo, muitos deles jovens brasileiros originários de famílias abastadas que se queriam promover pela educação dos seus filhos, eram formados nos mais variados ramos do saber. Ou seja, quem seguia a carreira da magistratura e da administração podia ocupar-se, com alguma competência, de observações e descrições científicas naturais; quem tinha um grau académico em *Filosofia Natural* interessava-se pelo cálculo das coordenadas terrestres ou pela cartografia; e muitos engenheiros-cartógrafos e matemáticos-astrónomos estavam familiarizados com as descrições dos produtos naturais. Um caso paradigmático desta polivalência, escolhido de entre muitos outros, pode ser o de Joaquim Veloso de Miranda, secretário do governador e capitão-general de Mato Grosso e idealizador do horto

³ Ronald RAMINELLI, *Viagens ultramarinas. Monarcas, vassallos e governo à distância*, Rio de Janeiro, Alameda, 2008; Magnus Roberto de Mello PEREIRA e Ana Lúcia Rocha Barbalho da CRUZ, «A história de uma ausência: os colonos cientistas da América Portuguesa na historiografia brasileira» in José Luís FRAGOSO *et al.* (coord.), *Nas rotas do império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*, Vitória e Lisboa, Edufes e IICT, 2006, pp. 357-389.

⁴ William Joel SIMON, *Scientific expeditions in the Portuguese overseas territories (1783-1808)*, Lisboa, IICT, 1983.

⁵ Magnus PEREIRA, «A Brazilian scientist in the Portuguese overseas empire (1760-1825)» (texto gentilmente enviado pelo autor).

botânico de Ouro Preto⁶; ou ainda António Pires da Silva Pontes, matemático-astrónomo, membro integrante das partidas de demarcações de limites decorrentes do Tratado Preliminar de Santo Ildefonso (1777) e governador e capitão-general do Espírito Santo.

Um outro ponto que convém sublinhar é o da mobilidade desta «elite do conhecimento». Com efeito, formada na Universidade de Coimbra depois das reformas pombalinas, no Colégio dos Nobres, em academias militares ou em universidades europeias, exerceu funções não apenas no Brasil, mas em todo o Império português. É esta mobilidade – que evoca o livro de A. J. R. Russel-Wood com o feliz título de *A world on the move*⁷ –, que explica que, num determinado momento, Feijó execute funções em Cabo Verde, para aparecer, poucos anos depois, a fazer observações científicas e executar tarefas administrativas no Brasil. Ou que, depois de uma actuação notável no Norte e Oeste brasileiro, Francisco José de Lacerda e Almeida realize um trabalho admirável nos Rios de Sena e em território moçambicano.

Esta «elite do conhecimento» estava ao serviço da coroa portuguesa e devia contribuir para uma gestão mais eficaz e para um controle mais efectivo do Estado sobre os seus domínios reinóis ou coloniais. E nesse sentido, esta elite era útil à pátria, ao Estado, à sociedade, porque estava ligada à modernização, desenvolvimento e progresso do país - ideais tão caros na construção do «discurso oficial» setecentista. De forma ideal e na medida em que era a principal responsável pela formação, financiamento e manutenção deste *grupo esclarecido*, a coroa portuguesa pretendia que ele estivesse ao seu serviço, que fosse o elo preferencial de ligação entre os poderes regional e central, contribuindo para um melhor conhecimento e controle e uma administração mais eficaz do reino e das colónias, no sentido de permitir a transformação de Portugal, de velha glória e antiga potência, em uma nova potência, semelhante a Inglaterra ou à Holanda, graças ao saber e conhecimento científicos aplicados ao desenvolvimento económico.

Assim se pode compreender, em certa medida, a protecção pessoal dada por figuras proeminentes da sociedade portuguesa, como os secretários de Estado Martinho de Melo e Castro ou D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ambos sócios da Academia Real das Ciências de Lisboa desde a sua fundação, a muitos destes indivíduos⁸. Esta protecção estava visível, por exemplo, na sua integração na administração colonial ou na gestão de instituições de «importância estratégica», como acontece com Manuel Ferreira da Câmara Bethen-

⁶ Caio BOSCHI, «Administração colonial e reformismo ilustrado: naturalistas e secretários de governo das capitânias» in *III Ciclo de conferências Ciência nos trópicos*, 6 de Outubro de 2008.

⁷ A. J. R. RUSSELL-WOOD, *A world on the move. The Portuguese in Africa, Asia and America (1415-1808)*, Manchester, Carcanet Press e Fundação Calouste Gulbenkian, 1992.

⁸ Academia de Ciências de Lisboa, *Actas das Assembleias da Academia de Ciências de Lisboa. Tomo 1. Ano 1780*, Reservados. Secretaria. 156, fl. 1 de Palácio das Necessidades, 1780, Actas da Assembleia da Academia das Ciências de Lisboa no Ano de 1780.

court e Sá ou José Bonifácio de Andrada e Silva, nomeados respectivamente intendente-geral das Minas e Metais do Brasil e de Portugal⁹.

Importa ainda reiterar que esta elite esclarecida e ilustrada, que foi, em grande medida, responsável pela formulação e execução das políticas reformistas ilustradas, estava a par dos ideais iluministas e das ideias «subversivas» que circulavam na Europa setecentista, e que eram difundidos nomeadamente através de viajantes e bolseiros que realizavam o seu «tour philosophique» pela Europa, pela leitura de livros proibidos e de correspondência particular, através das redes maçónicas e do jornalismo científico. Muitos destes indivíduos envolveram-se na construção de um Estado brasileiro independente. Se uma primeira geração – onde consideramos, por exemplo, Alexandre Rodrigues Ferreira ou António Pires da Silva Pontes –, parece estar integrada em altos cargos governativos e cooperar com as instituições reinóis e coloniais, uma segunda geração parece ser politicamente mais interveniente e comprometida, desempenhando um papel preponderante na independência do Brasil e na preservação da unidade do Estado brasileiro, afinal um processo que decorreu de forma completamente diferente do caso hispanoamericano. José Bonifácio de Andrada e Silva ou José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho podem ser apontados como paradigmas.

Propondo-se rever e debater o conceito defendido por Kenneth Maxwell de «geração de 1790», caracterizada por atitudes inconformistas e contestatárias que contradiziam e conspiravam contra o controle metropolitano, as tendências historiográficas contemporâneas mais relevantes deixam de circunscrever a actuação desta «elite do conhecimento» ao continente sul-americano e privilegiam uma contextualização mais ampla, assente na mobilidade, actuação e práticas científicas levadas a cabo nas diferentes partes do império. Os trabalhos produzidos nesta área pelas historiografias de Portugal e Brasil contribuem, então, para a clarificação da relação dinâmica constituída nos séculos XVIII e XIX entre reino e colónias e entre as colónias entre si¹⁰. Tal como concorrem para uma melhor percepção do Império colonial português, da sua organização, dos mecanismos desenvolvidos e utilizados para um melhor conhecimento científico e para um melhor controle do território reinol e colonial.

Mas se esta linha privilegia o envolvimento dos «cientistas nacionais» neste processo, deve salientar-se que, em alguns casos – com especial destaque para o período anterior a este e, portanto, enquanto esta elite estava ainda a ser formada – a construção do conhecimento científico do território

⁹ Maria Margaret LOPES *et al.*, «Scientific culture and mineralogical sciences in the Luso-brazilian Empire: the work of João da Silva Feijó (1760-1824)» in *Science in context*, 18 (2), 2005, p. 203.

¹⁰ Como excelente contributo nesta linha, destaque-se a dissertação de doutoramento de Ermelinda PATACA, *Terra, água e ar nas viagens científicas portuguesas (1755-1808)*, Campinas, UNICAMP, 2006.

brasileiro dependeu e contou com a participação efectiva de naturais de outros países europeus¹¹. A título de exemplos, alguns deles contundentes, aponto:

1. o monumental levantamento geográfico e cartográfico do Brasil, realizado conjuntamente por dois jesuítas, o português Diogo Soares e o «italiano» Domenico Capassi, um processo competentemente estudado por André Ferrand de Almeida na sua dissertação de mestrado publicada sob com o título *A formação do espaço brasileiro e o projecto do Novo Atlas da América Portuguesa*¹²;

2. o reconhecimento científico concretizado pelas partidas de demarcações na sequência da celebração dos tratados de limites ibéro-americanos e a participação nos corpos expedicionários portugueses de «cientistas» alemães, italianos, ingleses, franceses – particularmente no de Madrid (1750) e, em muito menor grau, no Preliminar de Santo Ildefonso (1777)¹³.

3. a realização da expedição franco-espanhola para observação dos satélites de Júpiter ao Perú e a medição o arco do meridiano terrestre levou expedicionários europeus a território ibero-americano. Foi desta expedição que resultou a viagem de Charles Marie de La Condamine pelo rio Amazonas até Belém, bem como a elaboração de um relato de sobrevivência e de um mapa que circularam por toda a Europa¹⁴.

Há ainda que mencionar os estrangeiros docentes na Universidade de Coimbra, nas academias militares, no Colégio dos Nobres, como Domingos Vandelli e João António Dalla Bella, por exemplo, que, mantendo com os seus antigos formandos relações de convivência particular e científica, iam, oficial ou oficiosamente, tendo um conhecimento indirecto, mas actualizado, do território brasileiro.

Note-se que, embora havendo uma série de restrições impostas aos expedicionários que actuaram em território *lusó-brasileiro* a partir de aproximadamente 1753 (que se reflectia, por exemplo, na nacionalidade dos efectivos contratados que não podiam ser originários de nação inimiga), nos três

¹¹ Para uma tipologia das expedições, embora para território hispanoamericano, v. Fermin del PINO DIAZ e Angel GIRAÓ DE VIERNA, «Las expediciones ilustradas y el Estado Español», in *Revista de Indias*, 47: 180 (1987), pp. 390-391.

¹² Lisboa, Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

¹³ Ângela DOMINGUES, *Viagens de exploração geográfica na Amazônia em finais do século XVIII: política, ciência e aventura*, Lisboa, Região Autónoma da Madeira, 1991; sobre Espanha ver Manuel Lucena GIRALDO, «Reformar as florestas. O tratado de 1777 e as demarcações entre a América espanhola e a América portuguesa» in *Oceanos*, n.º 40, Outubro/Dezembro 1999, p. 66.

¹⁴ António LAFUENTE e António MAZUECOS, *Los caballeros del Punto Fijo. Ciência, política y aventura en la expedición geodésica hispanofrancesa al virreinato del Perú en el siglo XVIII*, Madrid, Serbal/CSIC, 1989; Neil SAFIER, *Measuring the world. Enlightenment science and South America*, Chicago e Londres, The Chicago University Press, 2008.

casos mencionados os esforços dos participantes concorreram para a elaboração de um conhecimento científico válido e creditado ao serviço das coroas ibéricas. No caso da expedição franco-espanhola ao serviço da «República das Letras» com implicações claras para o conhecimento que a Europa tinha do Norte do Brasil, a divulgação dos resultados fez-se na Academia das Ciências de Paris e através de algumas publicações. Na opinião de Mary Louise Pratt, esta última expedição foi uma evidência flagrante do poder da ciência para elevar os europeus acima das suas mais intensas rivalidades nacionais¹⁵.

Em suma, a intensa renovação científica e intelectual ocorrida na Europa de setecentos tinha também chegado a Portugal, que, em pleno século das Luzes, conhecia renovações profundas, nomeadamente com o fenómeno dos *estrangeirados*¹⁶, com a presença em Portugal e no Brasil dos padres matemáticos¹⁷, com convites dirigidos a ilustres intelectuais para desempenhar papel activo como formadores da nova *elite do conhecimento* ao serviço do estado português¹⁸, com as *viagens filosóficas*¹⁹.

2. A circulação de informação controlada

Como decorrência desta renovação científica e intelectual, é inconteste que, ao longo do século XVIII, chegou dos diferentes pontos do Brasil, mas também de todo o Império, aos arquivos da administração central uma massa informativa que se destinava a contribuir para um melhor conhecimento territorial: um conhecimento estatístico, geográfico e científico, indissociável e imprescindível a uma administração racional e «ilustrada», a um controle político forte, a uma exploração económica eficaz.

Os arquivos eram criados para benefício de políticos e administradores e muitos dos dados que recolhiam destinavam-se a um «monopólio de informação» controlado pelo Estado português e por ele preservado por *razões de Estado* relacionadas com a preservação da integridade territorial e da estra-

¹⁵ Mary Louise PRATT, *Os olhos do Império. Relatos de viagem e transculturação*, Bauru, EDUSC, 1999, p. 46.

¹⁶ Oswaldo Munteal FILHO, *Uma sinfonia para o Novo Mundo: a Academia Real de Ciências de Lisboa e os caminhos da Ilustração brasileira no antigo sistema colonial*, Dissertação de Doutoramento em História, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1998.

¹⁷ André Ferrand de ALMEIDA, *A formação do espaço brasileiro e o projecto do Novo Atlas da América Portuguesa (1713-1748)*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos, 2001.

¹⁸ Ângela DOMINGUES, *Viagens de exploração geográfica na Amazônia em finais do século XVIII: política, ciência e aventura*; idem, «Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos» in *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. VIII (suplemento), 2001, pp. 823-838.

¹⁹ Ermelinda PATACA, *Água, terra e ar nas viagens científicas portuguesas (1755-1808)*, Dissertação de Doutoramento apresentada no Instituto de Geociências, Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2006.

tégia política, militar e económica²⁰. Esta perspectiva que coloca o acesso do estado à informação como um aspecto central da arte da governação remete para a afirmação de Derrida de que «there is no political power without control of the archives» e para a concepção de arquivos como repositórios de conhecimento legal e do discurso político²¹.

Em relação ao caso português (e suponho que, em grande medida, também ao espanhol), os resultados da maior parte destes esforços científicos não foram divulgados ou publicados, permanecendo inéditos nos arquivos das secretarias de Estado portuguesas e sendo acessíveis quase exclusivamente a «agentes do poder central» (embora se deva acrescentar que também em algumas bibliotecas públicas, onde podiam ser consultados com limitações)²².

Em outros casos, os raros textos publicados tiveram circulação restrita, uma opção política clara da coroa portuguesa manifestada, por exemplo, numa cópia de uma consulta do Conselho Ultramarino, datada de 1711, determinando que «Parece que será muito útil ao Real Serviço de V. Magestade ordenar-se que daqui em diante se não possa imprimir livro algum em que se tratem de matérias pertencentes às Conquistas sem que tenham com as mais licenças, também a deste Tribunal, porque nelle como melhor instruído nos particulares delles e que tem por obrigação zellar e advertir o que lhe poderá estar melhor para sua concervação e augmento se pode ter por mayor conhecimento do que convém e se divulgue do que importa que não chegue à notícia das nações estrangeiras»²³. Como André Mansuy Diniz-Silva mencionou, um caso paradigmático desta «opção política» é o da destruição do livro de André João Antonil, ordenada por D. João V em nome da *razão de Estado*²⁴; um outro caso é o de Sebastião da Rocha Pitta e a sua *História*

²⁰ Ângela DOMINGUES, «Circulação de informação científica no Império Português em finais de setecentos» in *O domínio da distância. Comunicação e cartografia*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 2006, pp. 72-73.

²¹ Ann Laura STOLER, «Colonial Archives and the arts of governance. On the content in the form» in Francis X. BLOUIN Jr. e William G. ROSENBERG, *Archives, documentation and institutions of social memory. Essays from the Sawyer Seminar*, Ann Harbour, The University of Michigan Press, 2005, p. 270.

²² É Robert Southey que refere que durante a sua estada em Portugal, em 1800-1801, consultou documentos sobre o Brasil na Biblioteca Nacional e na Academia de Ciências de Lisboa. Contudo, teve percepção que as notícias referentes ao Brasil eram filtradas pelos funcionários das instituições mencionadas e que estas eram frequentadas por alguém que considerava espião ao serviço do rei de França (Carta de Robert Southey a John Rickman, datada de 30-31 de Outubro de 1800 in Robert SOUTHEY, *Journals of a residence in Portugal (1800-1801) and a visit to France (1838) supplemented by extracts from his correspondence*, Oxford, The Clarendon Press, 1960, p. 138.

²³ Doc. cit in André Mansuy DINIZ-SILVA, «Introdução» in André João ANTONIL, *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, Lisboa, Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimientos Portugueses, 2001, p. 52.

²⁴ Ângela DOMINGUES, «Notícias do Brasil colonial. A imprensa científica e política a serviço das elites (Portugal, Brasil e Inglaterra)» in *Vária História*, vol. 22, n.º 35, Janeiro-Junho, 2006, pp. 153-154 (também neste volume).

da *América Portuguesa*. Se atentarmos ainda o caso espanhol, verificamos, por exemplo, que as *Noticias secretas de América* de Jorge Juan e António de Ulloa só foram publicadas quando o Império espanhol entrou no seu colapso final e os ingleses editaram a obra²⁵.

3. Como a Europa construiu imagens do Brasil colonial?

O «Século das Luzes», ao trazer consigo uma nova concepção de ciência, acompanhada por um racionalismo cada vez mais notório, lançou as bases da exploração científica da natureza selvagem dos trópicos²⁶. Gerou um processo que tornou os homens em donos de terras, objectos e mundos, com uma vontade de conhecer e dominar a natureza através da construção de registos: textos, colecções, herbários, imagens, pinturas, mapas. Neste movimento de apropriação de novos lugares e de redescobrimto do mundo, os viajantes são figuras ímpares. «*Homens do seu tempo*» – cultos, interessados, curiosos – contribuíram de forma efectiva para que a Europa ilustrada arquitectasse imagens de outros lugares.

Mas paradoxalmente, enquanto se processava a renovação da consciência que os europeus tinham do Novo Mundo, a Europa continuava a utilizar como as suas principais fontes informativas sobre o Brasil os escritos de autores e escritores de quinhentos e seiscentos, como Jean de Léry (*Histoire d'un voyage fait en la terre du Brésil*, 1578), André Thévet (*Les singularitez de la France Antarctique*, 1557; *Cosmographie Universelle*, 1575), Hans Staden (*Wahrhaftige Historie*, 1557) e Claude d'Abeville (*Histoire de la mission des pères capucins en l'isle du Maragnon et terres circonvoisines*, 1614). Os *Sermões* do jesuíta António Vieira e a obra de Fernão Cardim editado por Samuel Purchas (Londres, 1625) continuavam a ser referências intelectuais no que tocava aos domínios sul-americanos de Sua Majestade Fidelíssima, tal como eram ainda autoridades os holandeses Willem Piso e Georg Marcgrave e a *Historia Naturalis Brasiliae* (1648).

O que justificava, então, que em pleno «Século das Luzes» – no período em se desenvolve o que Mary Louise Pratt chama de consciência planetária da Europa» e se questiona a credibilidade da informação de «soldados ignorantes» e «clérigos inábeis», entendidos como os que não tinham a «formação científica» de setecentos – se publique uma imensidão de textos quinhentistas e seiscentistas sobre o Brasil, aliás profusamente utilizados em obras científicas «de ponta»? O que faz com que num século que apenas acredita nos resultados da experiência e da observação, no que vê e pode comprovar,

²⁵ Mary Louise PRATT, *Os olhos do Império. Relatos de viagem e transculturação*, p. 50.

²⁶ Flora Medeiros LAHUERTA, «Viajantes e a construção de uma ideia de Brasil no ocaso da colonização (1808-1822)» in *Revista Electrónica de Geografía e Ciencias Sociales*, vol. X, n.º 218 (64), 1 de Agosto de 2006. <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-64.htm>.

editores tão conceituados, como o holandês Peter van der Aa, continuem a imprimir Jean de Léry, André Thévet, Hans Staden, António Vieira e Fernão Cardim? O que faz com que estas «*autoridades*» continuem a ser lidas e utilizadas como fontes de informação fidedignas sobre a colónia brasileira?

Parece claro que, perante o encerramento da colónia brasileira a viagens oficiais estrangeiras, conjuntamente com não se permitir a presença de estrangeiros em território colonial e não se divulgarem os resultados das expedições portuguesas mais recentes, os escritos destes autores continuem a constituir a informação que estava disponível ao comum dos europeus do século XVIII²⁷.

Contudo, um estudo sistemático realizado às *Philosophical Transactions*, revista oficial da britânica Royal Society, revelou que a Europa setecentista tentava ultrapassar essas restrições. O interesse e esforço feitos pela elite científica britânica que constituía uma academia tão prestigiada como esta consistiram em considerar e publicar os contributos de académicos britânicos e portugueses, diplomatas e particulares residentes em Londres ou espalhados por outros cantos do mundo que tivessem um conhecimento mais exacto do Brasil, da sua geografia, produções naturais, habitantes, costumes e comportamentos. Informações ou declarações atestadas por portugueses que eram *fellows* da Royal Society, como Jacob de Castro Sarmiento, por amigos deles, como era o caso de um cavaleiro anónimo que tinha vivido durante longo tempo em Serro Frio, ou ainda por diplomatas com conhecimento directo da realidade sul-americana, como o enviado extraordinário à corte britânica Luís Pinto de Sousa Coutinho, antigo governador de Mato Grosso, contribuíam para uma renovação gradual do conhecimento detido por esta elite sobre o Brasil²⁸.

Nesta linha de raciocínio, importará considerar como este processo de construção cognitiva ocorreu em outros países europeus como, por exemplo, a França. Este país parece, aliás, ter uma particular importância para o caso brasileiro até porque, graças à viagem de La Condamine, teve notícias precisas e exactas de uma parte substancial da colónia e estas marcaram, por largo período de tempo, a forma como a Europa pensou a Amazónia.

Não obstante as premissas anteriormente enunciadas, importa constatar que, durante o período em análise, a Europa publicou informação actualizada sobre o Brasil, coerente com as exigências de conhecimento

²⁷ Ângela DOMINGUES, «Notícias do Brasil colonial: a imprensa científica e política a serviço das elites (Portugal, Brasil e Inglaterra)» in *Vária História*, vol. 22, n.º 35, Janeiro-Junho 2006, p. 152.

²⁸ A este respeito e para os *fellows* portugueses admitidos na Royal Society durante o século XVIII ver o artigo de Ângela DOMINGUES, «Imprensa científica e imagem do Brasil colonial: a análise de dois casos» in *O reino, o mar e as ilhas. Estudos de Homenagem a Artur Teodoro de Matos*, coordenação de Avelino de Freitas de MENESES e João Paulo Oliveira e COSTA, Lisboa e Ponta Delgada, Centro de História de Além-Mar/FCSH/UNL e Universidade dos Açores, vol. II, 2007, particularmente pp. 928 e ss. (também publicado neste volume)

da época, e que procedeu à sua disseminação com a celeridade permitida pelos sistemas de informação, registo e impressão da «Idade da Razão»²⁹.

A exigência de voltar das viagens com memórias ou relações escritas, consideradas como instrumentos de informação e controle em mãos da coroa, foi uma exigência explícita dos reis a partir da segunda travessia de Colombo³⁰. Já no século XVIII, o espírito crítico da época inspirou intelectuais a reavaliar o conhecimento anteriormente adquirido e a propor novos métodos de observação e registo ao nível geográfico, histórico e estatístico do Novo Mundo, «one that would leave no corner uncataloged»³¹. A produção de documentos escritos como meio idóneo de registo, menos peregrina que a palavra na fixação de rotas e no registo de nomes e feitos meritórios, continuou a ser cada vez mais valorizada pelos estados e pelas sociedades, durante um período que foi o de formação e consolidação de monarquias absolutistas, de governo de reis esclarecidos e de sobrevivência de populações ilustradas.

Na prossecução de ideais tão caros a monarcas, governos e aos homens do século XVIII, tais como progresso, bem-comum e felicidade dos súbditos, os monarcas deviam deter conhecimentos e gerir sistemas de informação eficientes que lhes permitissem recuperar eficazmente dados sobre os seus domínios territoriais. Controlar um país requeria bons mapas, levantamentos demográficos e informações sobre movimentos políticos, potencialidades do solo, capacidades ofensivas e defensivas. Do mesmo modo, os oficiais navais e militares consumiam informação na procura da segurança nos mares e de vantagens nos confrontos armados, tal como os comerciantes dependiam dela na sua busca por novos mercados e matérias-primas inovadoras; e os membros de várias profissões, que requeriam um conhecimento especializado que não podia ser apenas oral e prático, requeriam novos e complexos sistemas de dados.

Mas também as massas populacionais tinham curiosidade por novos lugares, distantes e exóticos, que tentavam perceber e conhecer através da leitura de livros, mapas, jornais, ilustrações³². «Libros y manuscritos (...) intervinieron en la asimilación por parte de la cultura occidental de las exóticas y novedosas descubiertas y, en general, de todo un continente generador de

²⁹ Daniel R. HEADRICK, *When information came of age. Technologies of knowledge in the Age of Reason and Revolution 1700-1850*, New York, Oxford University Press, 2000, pp. 10 e ss.

³⁰ Carlos Alberto GONZALÉZ SANCHEZ, «Discursos y representaciones de la cultura escrita en el mundo hispánico de los siglos XVI y XVII» in *Cultura escrita y sociedad*, n.º 2, Abri 2006, p. 41.

³¹ Iris H. W. ENGSTRAND, «Spain's role in Pacific exploration during the Age of Enlightenment» in Stephen HAYCOX, James BARNETT e Ceadmon LUBURD (editores), *Enlightenment and exploration in the North Pacific (1741-1805)*, Seattle e Londres, Cook Inlet Historical Society, University of Washington Press, 1997, p. 25.

³² Daniel R. HEADRICK, *When information came of age. Technologies of knowledge in the Age of Reason and Revolution*, p. 10.

esperanzas, anhelos y miedos»³³. O interesse da Europa abria-se ao mundo, um mundo que se mostrava de potencialidades infinitas, inicialmente desvendadas pelos Descobrimentos Portugueses e que agora, em pleno *Século das Luzes*, eram continuadas pelas grandes viagens ao Oceano Pacífico. Mesmo o que, à época, já era conhecido, era re-observado e redescoberto porque as bases cognitivas do conhecimento europeu mudavam. Esta mudança dialogava com novas exigências científicas em constante mutação e com novos instrumentos de observação e precisão cada vez mais aperfeiçoados.

A rota preferencial destas viagens era o Atlântico Sul, cuja navegação – pretendiam soberanos ibéricos, fundamentavam juriconsultos sob suas ordens e contestavam monarcas das potências europeias em ascensão, bem como marinheiros e viajantes sob seu domínio – se ordenava por leis especiais, destinadas a regulamentar «o domínio e jurisdição do próprio mar, litorais e ilhas»³⁴. Destas expedições resultavam novas informações que surgiam sob a forma de manuscritos e impressos, de histórias e romances, umas vezes lidos, outras contados, de desenhos e esboços ou de mapas e objectos recolhidos para se mostrar a existência e tentar a aproximação entre novos e velhos mundos.

Contudo, durante boa parte de setecentos, a quantidade de informação disponível sobre o Brasil era completamente desproporcional: quer em relação à que era acessível de muitas outras partes do continente americano; quer ao interesse que a colónia, repleta de bons portos de apoio à navegação, boa escala para abastecimento e aguada e consumidora inesgotável, despertava junto dos europeus. Estes, vivendo na idade da civilidade, polícia e riqueza (que se baseava, em muito, nos contactos tidos e nos produtos originários da América) encontravam nos habitantes da América do Sul um reduto de lendas e fantasias, de ouro, prata e diamantes, de povos pagãos, bárbaros, antropófagos³⁵. Uma forma de estabelecer ligações entre estes dois mundos, entre os centros dos impérios europeus e as colónias periféricas, consistia na *viagem* e na produção documental dela decorrente.

Seguidamente, devo salientar um outro aspecto que me parece bastante óbvio: é que o «Brasil herdado» das fontes de quinhentos e seiscentos não é mais o mesmo, irrevogavelmente alterado pelo contacto de dois séculos e pela colonização *luso-brasileira*. Ou seja, naquele vasto espaço com características geográficas e humanas diversificadas ocorreram acções de encon-

³³ Carlos Alberto GONZALÉZ SANCHEZ, «Discursos y representaciones de la cultura escrita en el mundo hispánico de los siglos XVI y XVII» in *Cultura escrita y sociedad*, n.º 2, Abri 2006, p. 10.

³⁴ Pascoal José de Melo FREIRE, *Instituições de Direito Civil Português*, Livro I, Boletim do Ministério da Justiça 1966/1967, título IX in *Jus Lusitaniae. Fontes Históricas de Direito Português*. http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verobra.php?id_obra=76.

³⁵ Richard C. SIMMONS, «Americana in British books, 1621-1760» in Karen Ordahl KUPPERMAN (edited), *America in European consciousness, 1493-1750*, Williamsburg Chapell Hill e Londres, University of North Carolina Press, 1995, p. 381.

tro e confronto, de controlo, domínio e apropriação, de reacção à presença de «invasores», de transferência de indivíduos e introdução de espécimens vegetais e animais de todas as partes do mundo, que tiveram repercussões na terra, nas populações autóctones e nas recém-chegadas (europeias e africanas).

4. Disputas entre potências pelo domínio dos mares e pelos produtos coloniais

Mencionei anteriormente que o século XVIII foi marcado por tensões latentes entre as diferentes nações europeias: velhas potências cediam o lugar a novos poderes em terra e no mar, embora aquelas se esforçassem por preservar os seus domínios tradicionais; o epicentro dos confrontos foi, em grande medida, transferido para os mares, reflectindo, deste modo, a utilidade dos oceanos enquanto via de circulação de produtos de origem colonial, isto é, o cacau, tabaco, açúcar, couros, madeiras, prata e ouro, plantas tintureiras, alguns deles transformados em saques e botins rentáveis³⁶.

Apesar de franceses, holandeses, portugueses, ingleses, holandeses, austríacos, espanhóis estarem envolvidos nesta competição, a disputa centrava-se nas lutas, abertas ou encapotadas, entre França e Inglaterra, particularmente visível a partir de meados do século XVIII, quando a Inglaterra tinha já consolidado o seu império marítimo.

Neste jogo em que o poder político queria beneficiar do conhecimento científico, nenhuma das nações envolvidas cedia o passo, sobretudo em relação ao Brasil, país desconhecido no que dizia respeito à geografia e às produções minerais, vegetais e animais e igualmente ao que o engenho humano podia produzir. Assim, em finais do século XVIII e inícios do século XIX, alguns ingleses tentaram ocultar as vantagens económicas que experiências científicas recentemente realizadas tinham demonstrado existir em produtos coloniais brasileiros, como a platina e o *palladium* brasileiro ou a cera de carnaúba. A vontade demonstrada pelos autores era a de que os resultados não fossem publicados nas *Philosophical Transactions*, órgão oficial de uma sociedade científica com o prestígio internacional da Royal Society, para que esse conhecimento científico, ao ser internacionalmente divulgado, não permitisse aos franceses tirar quaisquer vantagens comerciais³⁷.

³⁶ Du GAUY-TROUIN, *O Corsário. Uma invasão francesa no Rio de Janeiro. Diário de bordo*, Rio de Janeiro, Bom Texto, 2002, p. 53.

³⁷ William Thomas BRANDE, «An account of the vegetable wax from Brazil» in *Abstracts of the papers printed in the Philosophical Transactions of the Royal Society of London*, vol. I, 1800-1814, pp. 404-406; William Hyde WALLASTON, MD, sec RS, «On platina and native Palladium from Brazil by...» in *Philosophical Transactions*, vol. 99, 1809, p. 189. Era objectivo das *Philosophical Transactions* ser uma representação fiel da investigação e progresso cognitivo realizado na Royal Society utilizando como mecanismo de disseminação o impresso (Urmu

Esta luta pelo conhecimento científico com significado económico, onde nenhum dos membros de cada país queria fazer cedências pela preponderância de uma hegemonia imperialista nacional, manifestou-se igualmente nas viagens realizadas e no conhecimento produzido, bem como na forma como este foi disseminado «em benefício da humanidade»; na atitude protecționista e mecenática dos soberanos que protegiam, incentivavam, financiavam e movimentavam influências e diplomacias em relação a viagens individuais ou expedições colectivas, a missões de espionagem ou a comissões científicas.

Ora nesse sentido, o conhecimento produzido (náutico, cartográfico, geográfico, científico-natural, da humanidade, das produções coloniais com potencialidades económicas) foi uma ferramenta ao serviço do poder e fortalecimento de uma nação perante a sua rival. «Such scientific information was firstly as a means of enhancing national prestige – scientific and geographic achievement being another arena in which the national rivalries of the age could find expression»³⁸.

Daí o facto de, tanto o governo de França como o de Inglaterra interferirem e patrocinarem activamente as viagens científicas, nomeadamente as de circum-navegação, ao Pacífico e à Austrália, cuja rota implicava a navegação no Atlântico Sul e uma escala quase indispensável em portos do Brasil: Rio de Janeiro, Baía, Santa Catarina, Cabo Frio, etc. As viagens proporcionavam a elaboração de diários de viagem, memórias, desenhos, correspondência, ofícios, observações astronómicas, informação cartográfica, recolha ou compra de produtos exóticos, de produções naturais e etnológicas.

5. *Olhos e ouvidos de soberanos, académicos e povos: os viajantes*

Quem foram os viajantes que navegaram pelo Atlântico Sul? Quais foram os viajantes melhor preparados para descrever a colónia? O que lhes garantia uma boa formação e uma maior credibilidade junto do público erudito ou de uma assistência comum, mas interessada?

Até ao momento, as leituras feitas permitem afirmar que os viajantes que durante setecentos e inícios de oitocentos viajaram pelo Atlântico Sul e pelo Brasil, se definem em função de uma multiplicidade e variedade de formações, profissões, interesses: soldados, como o anónimo da relação de 1778; corsários e piratas, como Du Gay-Trouin ou Du Plessis-Parseau; oficiais de Marinha, como Mr. Froger; padres e missionários, como Richard Fleckno e Martin de Nantes; homens de ciência e do mar, com missões secretas, como

BHOWMIK, «Facts and names in the marketplace of print: John Dunton's Athenian Mercury» in *Eighteenth Century Studies*, vol. 36, n.º 3, Spring, 2003, p. 351).

³⁸ John GASCOIGNE, *Science in the service of Empire: Joseph Banks, the British state and the use of science in the Age of Revolution*, Cambridge, Cambridge University Press, 1998, p. 23.

Frézier ou George Anson; militares e diplomatas que eram também homens de negócios e marinheiros, como Bougainville; viajantes com intuítos predominantemente científicos, como Joseph Banks e Charles Solander; viajantes em trânsito e com outros destinos claramente definidos, como Arthur Bowes Smith; navegadores com intenções comerciais, como Thomas Lindley; agentes comerciais, como John Turnbull³⁹.

A instrução académica era fundamental, mas não indispensável na redacção de informação precisa. Assim, se alguns tinham uma formação clássica, tendo frequentado universidades ou sido discípulos de mestres de renome, como os companheiros de viagem Joseph Banks, formado pela Universidade de Oxford, e Charles Solander, aluno de Lineu; outros detinham apenas experiência de navegação, uma vez que tinham ingressado na vida marítima muito novos (com 10 anos e menos), como foi o caso de James Burney, oficial da Marinha Britânica e escritor, que acompanhou Cook nas suas segunda e terceira viagens aos mares do Sul⁴⁰; outros exerciam ainda cargos oficiais relacionados com a cartografia, como Mr. Frezier, cosmógrafo do rei de França.

Contudo, e apesar desta multiplicidade de origens e formações, muitos destes viajantes pertenciam a um circuito fechado: o dos cientistas e homens de marinha, que estudavam nas mesmas escolas, aprendiam as mesmas teorias, liam os mesmos livros, que pertenciam às mesmas instituições científicas ou frequentavam os mesmos salões⁴¹. Esses indivíduos eram porta-vozes das *Luzes* e do Iluminismo e integravam na sua bagagem intelectual as ideias do «mundo esclarecido».

Os viajantes deviam ter certas qualidades pessoais, como a sinceridade, coragem, honestidade, maturidade e imparcialidade; deviam saber observar, comparar e discutir entre si as observações e fundamentar as afirmações. Ter uma formação sólida, fazer leituras actualizadas, ter conhecimentos geográficos e cartográficos, bem como linguísticos eram factores que garantiam a eficácia e a credibilidade das informações. «The explorer (natural historian or chemist!) is then a good observer, quick to note what is abnormal and keen to account for it somehow. Explorers measure; they examine everything that seems of interest, trying one thing after another; they are in no hurry»⁴².

³⁹ Sobre alguns destes viajantes e viagens ver Ângela DOMINGUES, «O Brasil nos relatos de viajantes ingleses do século XVIII: produção de discursos sobre o Novo Mundo» in *Revista de História Brasileira de História*, vol. 28, n. 55, Julho/2008, pp. 133-152; http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882008000100007&lng=es&nrm=iso (incluído neste volume).

⁴⁰ James BURNEY, *História de los bucaneros de América*, s.l., Editorial Renacimiento, Colección Isla de La Tortuga, 2007, pp. 17-19.

⁴¹ Pedro da Cunha e MENESES, *O Rio de Janeiro na rota dos mares do Sul: iconografia do Rio de Janeiro na Austrália*, Rio de Janeiro, Andrea Jakobsson Estúdio, 2.ª edição, 2007, p. 32.

⁴² David Marcus KNIGHT, «Travels and science in Brazil» in *História, Ciência e Saúde – Mangueiras*, vol. VIII, suplemento 2001, p. 810.

Muitos destes indivíduos iam dotados de livros acerca da região em que viajavam ou sobre a metodologia de realização de viagens e explorações. Sempre que possível, levavam manuscritos e impressos com o objectivo de comparar, de confrontar a informação recém-recolhida com fontes mais antigas, que contribuiriam para a construção de um discurso sólido, objectivo e fundamentado ou lhes permitiriam brilhar através do questionamento e correcção do saber até então consolidado.

Para além do mais, deviam ir munidos de instruções que, apesar de lhes permitirem toda a latitude no seu trabalho, se limitavam na maioria dos casos a dar informações gerais (como fazer, onde ir, como registar) e menos específicas em relação a casos concretos⁴³. As informações eram adquiridas através das leituras de relatos provenientes de outras viagens. Este era, afinal, um método que permitia a transmissão de experiências de vida e técnicas de sobrevivência; esta era também uma forma de confirmar, refutar ou corrigir o saber anteriormente adquirido. A pergunta que se impõe é, pois, qual a bagagem cultural transportada pelos viajantes e quais as variações e inclusões que conheceu com a evolução da técnica e do saber científico, e de que forma os viajantes beneficiaram dos saberes adquiridos de viagens anteriores.

Uma sólida formação e uma boa fundamentação equivalia a um reconhecimento entre os membros da «República das Letras» e das academias científicas e pressupunha uma recompensa, pecuniária ou profissional no exercício de um cargo público e/ou entre a comunidade científica, em academias, universidades, ou outras instituições do saber.

Neste contexto, importa levantar uma questão, aliás já contundentemente apontada pelo historiador espanhol Francisco Vasquez Garcia: «La Razón Ilustrada sería culpable por imponer un unico modo de ver y de estar en el mundo, el próprio del varón blanco, occidental y heterosexual, apoyado en la tecnociencia y en las instituciones del mercado y la democracia liberal» e de identificar como racional o modo de vida de um europeu ocidental de classe média⁴⁴.

6. Descobrir, descrever e registar a natureza brasileira

A nova concepção de ciência, caracterizada por um racionalismo cada vez mais marcante, valorizava a experiência e o conhecimento directo, operacional, útil e metódico e lançava bases para a exploração ordenada da natureza, levando à construção de herbários e à formação de colecções,

⁴³ Magnus PEREIRA, «Sobre viagens científicas e recolhas de produtos da natureza: as *Instructio Peregrinatoris* portuguesas do Iluminismo» (manuscrito gentilmente oferecido pelo autor).

⁴⁴ Francisco VAZQUEZ GARCIA, « Claroscuros de la razón ilustrada» in *Ilustración y libertades. Revista de Pensamiento e História de las Ideas*, vol. 1, 2007, p. 20.

gabinetes, museus⁴⁵. Ler ciência significa «ter acesso à natureza». Esta, por seu turno, «tem efeitos benéficos sobre o homem». O fenómeno é, pois, de redescobrimto e de apropriação.

Quando chegavam ao litoral brasileiro, os viajantes deparavam-se com uma natureza e uma humanidade desconhecidas em grande parte, mas sempre diferentes e admiráveis. O tom de aventura, exotismo, mistério pode ser encontrado, ainda em seiscentos, em Fleckno: «I should now go see the Desart and Wilderness of it [world] in Afrique and America, the one (all the coast along) nothing but barren sand, and the other where I am going (the Brasils) all overgrown with woods and trees»⁴⁶. «Estranho», «exótico», «selvagem», «raro», «misterioso», «diferente», «grande», «desmesuradamente grande» são palavras incontornavelmente associadas ao Brasil nos escritos de viagens.

Após a identificação do local de chegada, feita pelos olhos experimentados de quem viajava naquelas águas ou através do auxílio de um desenho ou uma aguarela, a atenção dos viajantes era normalmente atraída por elevações naturais, como o Pão de Açúcar; fortificações, como a fortaleza de Santa Cruz ou de Santa Luzia; barreiras naturais, como rochedos e florestas; instalações portuárias e sua capacidade para albergar navios; a recepção por parte das autoridades locais, velhos amigos ou entidades religiosas; os núcleos urbanos e os edifícios que os pontilhavam, religiosos ou civis, destacados pela sua imponência ou função; a organização e ordenamento urbanos, as casas, número de habitantes, os negros e índios; modos de locomoção, comportamentos dos habitantes; procissões e hábitos religiosos, igrejas e missionários; as línguas de comunicação entre luso-brasileiros e recém-chegados; e, especialmente, a natureza.

Acima de tudo, estava o deslumbramento causado pela natureza brasileira, que significava um potencial incalculável de pesquisa. Descrevem-se madeiras, frutos, vegetais, óleos, bálsamos e raízes, animais e bestas, índios; alimentos e formas de preparação; importações e dependências da Europa; notícias de minas de metais e pedras preciosos; abastecimento de víveres e carregamentos para exportação⁴⁷. «There's not a tree nor a plant, bird, beast, not anything ever saw in Europe to be found, had to speak somewhat of each

⁴⁵ Flora Medeiros LAHUERTA, «Viajantes e a construção de uma ideia de Brasil no ocaso da colonização (1808-1822)» in *Revista Electrónica de Geografía e Ciencias Sociales*, vol. X, n.º 218 (64), 1 de Agosto de 2006. <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-64.htm>.

⁴⁶ Richard FLECKNO, *Relation of the ten years travells in Europe, Ásia, Affrique and América. All by way of Letters occasionally written to divers nobles personages, from place to place; and continued to this present year, by... with Divers others Historical, Moral and Poetical pieces of the same Author*, Londres, printed for the Author, [c. 1653], p. 57.

⁴⁷ Sandra Jatahy PESAVENTO, «Uma cidade sensível sob o olhar do “outro”: Jean-Baptiste Debret e o Rio de Janeiro (1816-1831)» in *Nuevo Mundo, Mundos Nuevos*, n.º 7, 2007. <http://nuevomundo.revues.org/document3669.html>.

one in particular»⁴⁸. Ora se o deslumbramento entusiástico de Fleckno pela natureza do Brasil era suscitado pela variedade e exuberância das produções naturais, Banks expressará a mesma admiração veemente de uma forma bem mais prática: «Mr. Banks pense que toutes les productions de nos isles de l’Amerique croitroient dans cette partie du Brésil: cependant les habitants tirent leur café et leur chocolat de Lisbonne!»⁴⁹.

Perante um mundo que é estranho e admirável, a forma que os viajantes têm de aproximar os seus leitores ao desconhecido é a comparação. Por exemplo, no relato de Cook, a cidade do Rio de Janeiro era comparada pelo seu traçado, organização e prosperidade a Bristol e Liverpool⁵⁰. De facto, este método de comparação, por mais absurdo que nos possa parecer, é uma técnica que permite tornar familiar e próximo o que está distante, e compreensível o que é esquisito e exótico: «Piritas (?) they have, so called for the slowness of their pace, so monstrous as no Devil can be painted more horrible or ugly, all scally like the rhinoceros, but more serpent like, going so slowly as it scarcely advances a pace a day»⁵¹.

Para além de tudo o que a qualificava, a natureza brasileira era generosa, pois estava disposta a fornecer riquezas minerais, matérias-primas e novos produtos que beneficiariam o desenvolvimento económico, o progresso e o bem-estar dos povos. Os grandes beneficiários seriam, sem dúvida, os europeus e a civilização ocidental.

Se a natureza brasílica podia ser «capturada» por todos, letrados ou iletrados, com preparação específica ou não, utilizando os mais diferentes suportes (relatos orais, textos, desenhos, esboços, recolhas), devia ser preferencialmente registada pelos cientistas desta Europa setecentista ávida de conhecimento e de ser classificada, ordenada e compreendida de acordo com os modelos de reordenamento europeu e do homem culto europeu, o único que tinha sensibilidade e erudição suficiente para a captar. Os holandeses, os franceses, os «alemães», e sobretudo os britânicos eram, de entre todos os europeus, os que se encontravam mais preparados para tal, porque se consideravam num patamar civilizacional superior, sobretudo quando o ponto de comparação era um Brasil «esquisito», «bárbaro» e «inferior» e a sociedade colonial se caracterizava por ser «indolente» e isso significar uma

⁴⁸ Richard FLECKNO, *Relation of the ten years travells in Europe, Ásia, Affrique and América. All by way of Letters occasionally written to divers nobles personages, from place to place; and continued to this present year*, p. 67.

⁴⁹ John HAWKESWORTH, LLD, *Relation des voyages entrepris par l’ordre de Sa Majesté Britannique et successivement exécutés par le Commodore Byron, le Capitaine Carteret, le Capitaine Wallis et le Capitaine Cook, dans les vaisseaux le Dauphim, le Swallow, et l’Endeavour*; traduit de l’Anglois, à Paris, Chez Saillant et Nyom et Panckoucke, tomo III, 1774, p. 434.

⁵⁰ John HAWKESWORTH, LLD, *Relation des voyages entrepris par l’ordre de Sa Majesté Britannique*, tomo III, p. 421.

⁵¹ Richard FLECKNO, *Relation of the ten years travells in Europe, Ásia, Affrique and América. All by way of Letters occasionally written to divers nobles personages, from place to place; and continued to this present year*, p. 70.

receptividade infinita à competitividade económica e manufactureira britânica.

As sociedades estabelecidas nos trópicos eram consideradas inferiores, mesmo quando eram de reconhecida matriz europeia. Segundo Froger: «tout le monde scait qu'ils [os portugueses] ne font les braves que sur leur paille & que dans l'occasion ils ont plus-tost recours à leur chapelet qu'à cette bravoure»⁵². Nos relatos sobre os contactos é frequente um sentimento de alteridade que transforma o Brasil e os seus habitantes – índios e luso-brasileiros também – nos *outros*.

Se afirmações como esta estão presentes na historiografia, é também certo que ela nem sempre as (se) justifica. Não deixa de ser interessante perceber, por exemplo, como este sentimento se constrói e expressa, um sentido de «desnívelamento» social e consciência de não-identificação.

A superioridade de uma nação e de uma cultura está patente, por exemplo, de forma paradigmática, nas apreciações pronunciadas por Joseph Banks em relação ao conde de Azambuja. Para Banks – que esperava uma recepção triunfal como a que tinha sido prestada ao capitão John Byron em viagem anterior –, o conde tinha um comportamento bizarro quando, «para não faltar à sua obrigação e à sua honra», impedia o desembarque do naturalista e as suas observações na baía de Guanabara⁵³. A ignorância científica do «despótico» vice-rei era aberrante porque, dizia Banks, de Azambuja acreditava ainda no sistema teocêntrico, com o Sol e os outros planetas a girar em torno da Terra. Tal como era excepcional o seu desconhecimento pelas regras de etiqueta que regulavam o mundo dos britânicos poderosos: Banks era um *gentleman* com fortuna suficiente para ter armado a expensas pessoais parte daquela expedição e, conseqüentemente, as suas «regras de conduta» impediam-no de exercer as actividades que justificavam as cautelas de Rolim de Moura e da sua «illiterate impolite gentry». Contrabando e espionagem eram acções que não pertenciam ao «código de etiqueta» de Banks. Os *gentlemen* eram, por definição, dignos de confiança, «disinterested» e «ideally, their independence meant that they had no reason to lie»⁵⁴.

⁵² MR. FROGER, *Relation d'un voyage de la Mer du Sud, droit de Magellan, Brésil, Cayenne et les isles Antilles, ou l'on voit les observations que l'auteur a faites sur la Religion, Mœurs e Coutumes des Peuples qui y habitent et sur les divers Animaux qui s'y trouvent de même que les Fruits et des Plantes qui y croissent par le Sr...*, A Amsterdam, Chez l'Honoré et Châtelain, 1715, p. 135.

⁵³ British Library, *Miscellaneous Papers*, Add. 34733, fl. 43v, Resposta de Rolim de Moura a Joseph Banks, de 17 de Novembro de 1768.

⁵⁴ British Library, *Miscellaneous Papers*, Add. 34733, fl. 37 e Sterling Memorial Library, *Sir Joseph Banks Papers, Manuscripts and Archives*, mss. 58, Memória de Joseph Banks, esquire, ao conde Rolim de Moura, vice-rei e governador-geral do Brasil, de 17 de Novembro de 1768; ANNE SECORD, «Corresponding interests artisans and gentlemen in the nineteenth-century Natural History» in *British Journal for the History of Science*, vol. 27 (4), Dezembro 1994, p. 384. É contudo Pijning que afirma que tanto Banks como Cook se teriam dedicado a algum contrabando.

Em que outros casos se terá manifestado este «sentimento de superioridade» face à sociedade europeia nos trópicos e de que forma esta informação contribuirá para uma melhor percepção das identidades «luso-brasileira» e «europeia» quando confrontadas uma com a outra? De igual modo, será sempre pertinente averiguar se a informação patente nas fontes impressas, e sobretudo nos arquivos portugueses, permite entender os sentimentos das autoridades coloniais e dos colonos luso-brasileiros perante estes recém-chegados e compor como que «uma imagem reflectida», mas ainda assim pertinente, do nosso objecto de estudo, imprescindível para a compreensão da sociedade colonial e das entidades envolvidas neste fenómeno de contacto: «history was never a monopoly of Europe; and travellers' tales, whatever their claims to objectivity, were no more value-free than the narratives or impressions of their hosts. Those whom Europeans met on their expeditions also met Europeans»⁵⁵.

⁵⁵ Brian DURRANS, «Venture to exterior» in Kim SLOAN (edited), *Enlightenment. Discovering the world in the eighteenth century*, Londres, The British Museum Press, 2003, p. 224.

*NUM MUNDO FALTO DE FÉ
E DOMINADO PELA AMBIÇÃO:
REPRESENTAÇÕES DO BRASIL
E DE PORTUGUESES
NA LITERATURA DE VIAGENS EUROPEIA
(1.^a METADE DO SÉCULO XVIII)**

O conceito de *história atlântica*, de um Atlântico interligado pelo movimento constituído pela circulação de pessoas, produtos, práticas e ideias e de «uma paixão pelas coisas atlânticas», é algo relativamente recente e em discussão. Os historiadores continuam a debater, conceptualizar e redefinir a utilidade do Atlântico enquanto construção analítica e categoria explícita da análise histórica, com utilidade operativa para organizar o estudo de acontecimentos marcantes da Época Moderna demarcada entre a abertura do oceano, depois das viagens marítimas do século XV, e a «idade das revoluções e das independências americanas» ou a abolição da escravatura. Nesta perspectiva, o oceano Atlântico surge como um espaço que veiculou trocas demográficas, económicas, sociais, culturais, comerciais entre os três continentes que o delimitam, incluídos os arquipélagos adjacentes a esses continentes, e entre comunidades que eram e permaneceram distintas, tanto cultural como religiosamente. Contudo, à medida que pessoas, bens e práticas culturais, ideias e crenças, informação e técnicas, agentes patogénicos e plantas viajaram pelo Atlântico, ocorreram transformações profundas e perduráveis em ambos lados do oceano, nas comunidades já existentes ou recentemente formadas¹.

* Uma versão semelhante deste artigo em língua inglesa será publicada no *Culture & History Digital Journal* (Instituto de História, CSIC). Agradeço a leitura atenta feita pelo colega e amigo Pedro Lage Correia, que manteve um diálogo claro estimulante e inspirador que me ajudou na clarificação de muitas ideias aqui apresentadas.

¹ Philip D. MORGAN e Jack P. GREEN, «Introduction: the present state of Atlantic History», in *Atlantic History. A critical appraisal*, coordenação de Philip D. Morgan and Jack P. Green, New York, Oxford University Press, 2009, p. 3.

Esta noção de uma imensa massa de água que facilitou a comunicação entre comunidades com diferentes culturas renovou o interesse dos historiadores pela escravatura e pelo tráfico enquanto fenómenos que envolveram as duas margens do Atlântico e os dois hemisférios, mas também por outros temas, como os movimentos migratórios, voluntários e involuntários, entre os dois continentes. Uma questão que, por exemplo, beneficiou do alargamento do enfoque ao mundo atlântico foi a dos *encontros culturais* numa ótica que privilegia as relações culturais, as construções de imagens e a formação de identidades de populações europeias, africanas e ameríndias, estudadas através de fontes que tradicionalmente eram consideradas como «literatura criativa», nomeadamente a *literatura de viagens* e a epistolografia. É como uma contribuição para esta linha de abordagem que o presente artigo se pode enquadrar. Mas se quiser apontar ainda um outro tema, já referido por Nicholas Canny, mas com particular pertinência para o meu objecto de análise porque obviamente interligado com o ponto anterior, seria o da constituição de uma base informativa comum sobre o mundo atlântico que circulava pela Europa e que era, graças à celeridade com que a informação oral, manuscrita e impressa circulava, rapidamente partilhada por viajantes e marinheiros, mesmo durante períodos de guerra ou de rivalidade entre nações².

Não obstante estas questões serem cada vez mais valorizadas pela historiografia, esta também não nega que a Europa foi um elemento decisivo na construção deste *mundo atlântico*. «Uma Europa cosmopolita, triunfadora, capaz de impor leis, línguas, regimes políticos, formas societárias e religiosas, costumes e mercadorias sobre o resto do mundo, permanecendo incólume e impoluta ante qualquer contaminação externa»³. Pelo menos, assim acreditava...

Foram os europeus que puseram em contacto povos que, por milhares de anos, estiveram separados, ao transformarem o oceano de barreira em via de comunicação e comércio através das viagens de conquista e colonização, das rotas de comércio transatlântico, dos canais de ligação de impérios pluricontinentais, um processo que criou nos europeus da Idade Moderna sentimentos de auto-confiança e de superioridade em relação à cultura europeia ocidental quando se comparavam com as civilizações e culturas dos povos em redor do oceano⁴. Estes sentimentos de diferença e superioridade, ao mesmo tempo que estimulavam a formação de uma

² Nicholas CANNY, «Atlantic History: what and why?», in *European Review*, 9 (4), 2001, p. 411.

³ Laura de Mello e SOUZA, *O sol e a sombra. Política e administração na América portuguesa do século XVIII*, São Paulo, Companhia das Letras, 2006, pp. 69-70.

⁴ Lucien BÉLY, «Comercio y diplomacia: la imagen de la América española en los asuntos internacionales a principios del siglo XVIII», in *Extranjeros y enemigos en Iberoamérica: la visión del outro del Imperio Español a la Guerra de la Independência*, coordenado por David González-Cruz, Madrid, Sílex Ed., 2010, p. 123.

identidade europeia, traduziram-se na formulação de discursos políticos, ideológicos, intelectuais, culturais, emotivos, que, em momentos distintos, estiveram na origem de projectos expansionistas universalistas com vista à propagação do cristianismo, como aconteceu no período subsequente às descobertas, ou da civilização e do progresso iluministas europeus⁵. E não será redundante afirmar que este processo é visível e determinante na *literatura de viagens* e nos relatos dos viajantes.

Não quero, a esta altura, deixar de referir que, apesar dos esforços desenvolvidos para construir uma *história atlântica*, o descobrimento e a exploração do Atlântico Sul, bem como as comunidades coloniais que se estabeleceram em torno do oceano, têm sido predominantemente encarados como uma extensão da história dos reinos europeus e da formação dos impérios numa perspectiva das histórias nacionais. Se é inegável que as fontes que serviram de fundamentação à interpretação de uma história dos descobrimentos e da expansão como gesta heróica das diferentes nações europeias são, hoje em dia, submetidas a leituras diversas, contribuindo para o esclarecimento de problemas que parecem mais pertinentes à luz da recente historiografia, esta releitura é ainda formulada num contexto das histórias de um reino específico, da diáspora de uma nação concreta a uma escala colonial ou como peça constitutiva de um *puzzle* que visa a compreensão de um império concreto. É esta a perspectiva que norteia a estrutura de muitas colectâneas sobre o mundo atlântico e sobre as identidades coloniais formadas em contexto atlântico, como a já apontada *Atlantic History*, dirigida por Jack P. Green e Philip Morgan, constituída por capítulos sobre o «Atlântico português», o «Atlântico francês», o «Atlântico holandês», escritos por historiadores de denotado mérito; ou a *Colonial identity in the Atlantic World*, dirigida por Nicholas Canny e Anthony Pagden, que segue uma organização semelhante: formação de uma identidade colonial no Brasil, na América espanhola, na América britânica⁶.

Esta compartimentação reflecte uma das dificuldades com que os historiadores do *mundo atlântico*, inevitavelmente, deparam: a impossibilidade de incluir e relacionar coerentemente a totalidade do Atlântico, devido à multiplicidade e complexidade de componentes geográficos e históricos que o caracterizam, às fontes documentais que utilizam e, ainda, aos constrangimentos inerentes à formação ou aos interesses específicos de cada historiador. Estes são, sem dúvida, fortes condicionantes a ter em conta nesta abordagem. Contudo, parece-me que a produção historiográfica quando analisa as fontes, embora em função destas leituras e perspectivas inovadoras, utiliza predominantemente os documentos produzidos pelos impérios para perceber as organização, dinâmicas e funcionamentos internos

⁵ Bo STRATH, «Introduction. Europe as a discourse», in *Europe and the other and Europe as the other*, coordenado por Bo Strath, 4.ª edição, Bruxelas, Peter Lang, 2010, p. 28-29.

⁶ Nicholas CANNY e Anthony PAGDEN (editores), *Colonial identity in the Atlantic World 1500-1800*, Princeton, Princeton University Press, 1987.

dos centros, das periferias e das relações que estabelecem entre si. Mas será que se poderá fazer outras leituras com base nos *olhares externos*, ou seja com fontes informativas produzidas no âmbito da *literatura de viagens* por elementos exteriores aos impérios com o propósito de obter uma visão mais complexa, embora complementar, das habituais perspectivas historiográficas que vêm os impérios «a partir de dentro», das fontes informativas produzidas por si próprios?

Os benefícios e as limitações de abordagens históricas à escala atlântica têm sido amplamente ponderados. Numa tentativa de fazer um ponto de situação sobre os significados, vantagens e limites, e principais tendências estruturantes da *história atlântica*, Alison Games enfatiza que para os autores adeptos deste tipo de abordagem considerar este oceano como unidade de análise geográfica e histórica torna mais aprofundada a nossa percepção das transformações que ocorreram na *longa duração* e permite, ainda, questionar e reinterpretar velhas questões sob perspectivas inovadoras. Estes autores consideram, então, que o Atlântico enquanto unidade de estudo não é menos óbvio e coerente, apesar de ser mais artificial, do que o Mediterrâneo estudado por Fernand Braudel: apesar das extensões enormes das massas continentais que o rodeiam; da infinidade de climas e micro-climas que o caracterizam; das populações que habitavam em seu redor e da pluralidade das línguas que falavam; ou, ainda, pelo profundo desconhecimento que os estudiosos têm em relação a vastas áreas geográficas e a quem as habitava. Games não deixa, assim, de referir que escrever *histórias* numa perspectiva atlântica pode ser encarado por muitos autores como particularmente desafiante e motivador e de ilustrar esta afirmação com o exemplo dado pelos três eixos que, na sua opinião, aglutinam os principais estudos que se estruturam em torno da história atlântica: (1) o tráfico transatlântico e a diáspora africana, seguindo os trilhos dos cativos que atravessaram o oceano em direcção à Europa, às Caraíbas e às Américas, com especial destaque para o Brasil; (2) as sociedades coloniais nas Américas, numa perspectiva que concilia a história dos reinos europeus e a das colónias, por vezes numa perspectiva comparada; (3) os impérios num contexto atlântico⁷.

Na sequência desta enunciação, uma objecção pertinente é ainda formulada por esta autora quando refere que estes estudos coloniais e imperiais tendem a analisar as regiões analisadas numa perspectiva da Europa e dentro de uma geografia imperial única e nacional. Existem, portanto, poucos estudos a conseguir ultrapassar as fronteiras (físicas e culturais, históricas e actuais) imperiais, nacionais ou regionais⁸.

Creio que esta observação acerca dum *paradigma nacional* pode, ainda, ser tornada mais aguda se se considerar, tal como Erik Seeman aponta, tal como é citado por Caroline Williams, que perspectivas deste tipo podem

⁷ Alison GAMES, «AHR Forum. Atlantic History: definitions, challenges and opportunities», in *American Historical Review*, 111(3), 2006, pp. 741-757.

⁸ Alison GAMES, «AHR Forum. Atlantic History», p. 744.

implicar que «historians who confine themselves to the Atlantic ventures of individual nations can lose sight of the dynamic interplay across national boundaries that characterized the early modern Atlantic»⁹.

Caroline Williams é de opinião que, embora não sendo este o único constrangimento que se põe aos adeptos da *história atlântica*, é, sem dúvida, um dos limites a ter em consideração. Os grandes desafios com que estes se deparam consistem em: (1) dar mais atenção a regiões, comunidades e grupos que têm, até agora, sido menos estudados pela historiografia; e (2) encontrar formas de interligar as fronteiras nacionais e imperiais dentro das quais muitos historiadores permanecem confinados, em certa medida por condicionantes relacionadas com as dificuldades em fazer investigação em vários países e em diversas línguas, associadas ao facto de, por vezes, ignorarem uma produção válida e considerável fora das suas áreas de especialidade ou das correntes historiográficas que lhe são familiares¹⁰.

A minha proposta vai no sentido de perceber como é que os viajantes europeus que cruzavam este espaço transnacional oceanico viram os portugueses e a América portuguesa e como é que a informação que produziram, teoricamente pautada por preocupações de objectividade, precisão e cientificidade características de setecentos, foi condicionada pela informação, pela «matriz cultural» que detinham previamente sobre os portugueses. E como estas descrições de uma importante região periférica do império feitas a partir dos *olhares* de *outros*, terão influído, por seu turno, na elaboração das imagens dos europeus cultos setecentistas residentes nos centros imperiais sobre a nação portuguesa e os portugueses.

Uma «comunidade europeia» como projecto Iluminista? Impérios, reinos, nações e identidades

Importa, então, clarificar que este breve ponto de situação em torno de *mundo atlântico* e *história atlântica* se explica não apenas para dar conta da discussão que tem acontecido recentemente em torno de conceitos e questões metodológicas que me parecem de utilidade para contextualizar este artigo, mas ainda porque me parecem úteis para perspectivar, nos seus múltiplos significados, este Atlântico como palco em que se movimentam as personagens e onde decorrem as acções que pretendo estudar: os viajantes europeus da primeira metade do século XVIII e os registos que fizeram da sociedade colonial *lusobrasileira*.

Ora a análise destes registos é tão mais importante porque permite uma visão diferente e complementar do Império. Ou seja, é meu objectivo fazer

⁹ Caroline A. WILLIAMS, «Introduction: Bridging the early Modern Atlantic World», in *Bridging the early Modern Atlantic World. People, products and practices on the move*, coordenado por Caroline A. Williams, Ashgate, Aldershot and Brookfield, 2009, p. 4.

¹⁰ Caroline A. WILLIAMS, «Introduction: Bridging the early Modern Atlantic World», p. 4.

com que a uma visão interna do Império dada pela documentação que por ele foi produzida e conservada – e que obviamente permite perspectivar o centro e as periferias no seu funcionamento e nas relações e dinâmicas que estabeleceram entre si – se contraponham as imagens do Império dadas através de olhares externos, das fontes produzidas no âmbito da *literatura de viagens* por indivíduos que tocaram o litoral brasileiro e que relataram como viram os portugueses e os *luso-brasileiros* na colónia.

Creio que é importante partir, antes de mais, da noção que o *mundo atlântico* enquanto unidade estabelecida pelo mar não existia para os homens do século XVIII. Estes nunca utilizaram tal termo, nem formavam do oceano a visão de um conjunto coerente¹¹. O *mundo atlântico* não era, nem é, um mundo ligado por uma cultura única, mas uma abstracção intelectual criada pela interacção e interligação de muitas e diversas culturas e povos, um espaço onde circulavam pessoas, produtos, bens, ideias na perspectiva de um espaço transnacional¹².

Para os europeus de setecentos, o oceano era, acima de tudo, um meio de deslocação e comunicação, bem conhecido nos seus sistemas de ventos e correntes dominantes ou nas ilhas e escalas que ponteavam as rotas dos navios; imprevisível nas tempestades e calmarias que dificultavam a progressão no mar e deterioravam navios e alimentos; e temido pelas doenças e imprevistos que podiam ocorrer a qualquer altura da viagem, em qualquer momento da navegação. Era, assim, uma via para chegar às costas africanas ou americanas, para alcançar outras regiões que pareciam exercer junto de muitos países europeus algum fascínio a nível económico, científico e político, tais como os *Mares do Sul* e novíssimas regiões de domínio e colonização que eram ainda desconhecidas; ou o Oriente e o império chinês com quem se queria intercambiar comércio e *luzes*, mercadorias e ciência.

A par da ideia do oceano como espaço transnacional por onde circulavam súbditos das várias nações europeias, gostaria, ainda, de sublinhar que parto dos seguintes pontos:

1. Embora Bo Strath afirme, de forma peremptória, que «The idea of Europe as a community belonged to the Enlightenment project»¹³, uma comunidade que se destacava de outras sociedades não-europeias – como as africanas ou as ameríndias – consideradas intrinsecamente diferentes, primitivas e inferiores e entre as quais tinha por missão disseminar o catolicismo ou a civilização, o bem-estar e

¹¹ É interessante lembrar que esta ideia de Atlântico como unidade, como um *Grande Mar Ocidental*, aparece no Oriente em 1701 quando os Chineses publicaram um guia sobre o Atlântico, que descrevia os habitantes da Europa, América e África como «o povo do Grande Mar Ocidental» (Thomas BENJAMIN, *The Atlantic world. Europeans, Africans and Indians and their shared History, 1400-1900*, Cambridge, Cambridge University Press, 2009, p. xxiii).

¹² Jorge CAÑIZARES-ESGUERRA, «AHR Forum. Entangled Histories: Borderland historiographies in new clothes?», in *American Historical Review*, 112 (3), 2007, pp. 787-799.

¹³ Bo STRATH, «Introduction. Europe as a discourse», p. 28.

o progresso¹⁴; e não obstante Juan Pimentel sugerir, seguindo uma mesma linha de raciocínio, que esta Europa Ilustrada era caracterizada por uma cultura comum e por sentimentos de pertença e identidade que surgiram com a intensificação dos *encontros* com culturas extra-europeias, uma tomada de consciência que implicou, simultaneamente, contacto e distanciamento¹⁵, dificilmente poderei defender que esta Europa setecentista se via como um todo¹⁶. Para além de ser constituída por diversas nações, reinos e impérios, distinguia do restante continente uma *Europa Mediterrânea* formada pelos povos ibéricos. Para alguns *européus do norte*, como Joseph Banks, os portugueses e espanhóis estariam numa escala civilizacional «far behind all the rest of Europe», uma escala que era pautada por diferenças: de clima, raça, religião, sistemas governativos e jurídicos e pelo desinteresse pela ciência e pela técnica. Os espanhóis eram definidos como brutos, ignorantes, selvagens, bárbaros, enquanto que os portugueses eram considerados indolentes, supresticiosos, perguiçosos, ignorantes¹⁷.

2. Reconheço, obviamente, a importância das interacções das monarquias na Europa, em termos de relações políticas, diplomáticas, ideológicas, político-dinásticas, para a compreensão dos discursos e das políticas imperiais e para o delineamento nas relações entre os súbditos de diferentes impérios em várias partes do mundo. O exercício de poder nas colónias estava interligado, de forma profunda e indissociada, com o exercício do poder nos centros imperiais. Contudo, subscrevo a ideia de Eliga Gould de que «that is often at the margins where imperial nations most fully enact their histories and identities»¹⁸. É nas colónias e nas fronteiras coloniais que as interre-

¹⁴ É Anthony Molho que refere que os termos *civilização* e *Europa* aparecem frequentemente associados e combinados e que atribui aos filósofos do Iluminismo a formulação de civilização europeia enquanto projecto universal e teleológico. Um debate em torno destes conceitos e dos valores ou traços culturais e ideológicos europeus faz parte da paisagem intelectual europeia pelo menos desde o Renascimento (Anthony MOLHO, «A Harlequin's dress. Reflections on Europe's public discourse», in *Finding Europe: discourses on margins, images and communities, ca. 13th-ca. 18th centuries* coordenado por Anthony Molho e Diogo Ramada Curto, New York, Berghahn Books, 2007, pp. 3-7).

¹⁵ Juan PIMENTEL, *Testigos del mundo. Ciencia, literatura y viajes en la Ilustración*, Madrid, Marcial Pons Historia Estudios, 2003, p. 14.

¹⁶ David Allen HARVEY, «Living Antiquity: Lafitau's *Moeurs des sauvages américains* and the religious roots of the Enlightenment science of man», in *Proceedings of the Western Society for French History*, 36, 2008, p. 75. <http://quod.lib.umich.edu/cgi/p/pod/dod-idx?c=wsfh;idno=0642292.0036.007> (acessado em 18.07.2012).

¹⁷ Ângela DOMINGUES, *Desde Piso e Marcgrave que ninguém com curiosidade tolerável descreveu a natureza brasileira*: os relatos de Cook, Banks e Parkinson e a construção de imagens do Brasil colonial. In *Almanack Braziliense*, 01, 2011, p. 46. <http://www.almanack.unifesp.br/index.php/almanack/issue/view/12/showToc>.

¹⁸ Eliga H. GOULD, «AHR Exchange: Entangled Atlantic Histories: a response from the Anglo-American periphery», in *The American Historical Review*, 112(5), 2007, p. 1416.

lações que decorrem dos encontros entre representantes de diferentes poderes imperiais se podem perceber com mais clareza: quando, por exemplo, os viajantes observam, comparam e descrevem as sociedades coloniais estabelecidas nas margens do Atlântico, bem como os comportamentos individuais ou de grupos em função de princípios-base que são os seus. As diferenças culturais observadas podiam ser exageradas pelos viajantes e marinheiros quando se deparavam com sociedades que não eram as suas e sobre as quais queriam evidenciar qualquer tipo de superioridade ou obter qualquer tipo de lucro¹⁹. Desenvolviam, de modo previsível, sentimentos de reconhecimento e afinidade, de incompreensão e estranheza, que tinham como pressuposto tanto a existência duma matriz cultural europeia única e duma sociabilidade cosmopolita, como de princípios identitários distintos relacionados com as diferenças existentes entre nacionalidades. Estes reflectem as rivalidades e antagonismos existentes entre nações europeias, particularmente quando estas eram concorrentes e rivais no estabelecimento de projectos imperiais ultramarinos e na navegação dos mares²⁰.

3. Apesar de obviamente concordar com Alison Games (2006: 747) em relação ao facto de a *história atlântica* não ser exclusivamente sobre os pontos literais de contacto geográficos ou temáticos (ex.: portos, mercadores, migrações), mas procurar explicações e contextualizações mais profundas, entendendo fenómenos em contextos multifacetados e inter-relacionados à escala mundial, argumentaria que, muitas vezes, estes contactos ocorridos ocasionalmente num porto e entre indivíduos podem ter repercussões desproporcionadas e insuspeitadas. Considero, por exemplo, como uma curta estadia em exóticas e desconhecidas paragens, quando amplamente disseminada por registos textuais e visuais, pela *literatura de viagens*, pode influenciar e perdurar no imaginário e na mentalidade europeias, condicionando por largos períodos de tempo as imagens que a Europa culta setecentista fazia de *outros mundos* transfronteiriços e transoceânicos. Pondero, igualmente, como o conhecimento produzido pelos viajantes nessas situações transitórias em relação a locais ou casos específicos podia ser generalizado e ampliado pelos leitores cultos europeus a uma realidade mais rica e diversificada: a de toda a colónia e da sociedade colonial que aí se tinha desenvolvido²¹.

¹⁹ Susan REYNOLDS, «Empires: a problem of comparative history», in *Historical Research*, 79 (204), 2006, p. 161.

²⁰ Ver Ângela DOMINGUES, *Desde Piso e Marcgrave que ninguém com curiosidade tolerável descreveu a natureza brasileira*.

²¹ Susan Sleeper-Smith nota semelhante generalização na aplicação da categoria *índio*, termo aplicado por Colombo aos povos das Caraíbas e depois aplicado a todos os ameríndios sem que se considerem distinções culturais ou identitárias (Susan SLEEPER-SMITH, «Contesting

Tendo estas questões presentes, proponho-me fazer uma reinterpretação de relatos associados às viagens ocorridas no Atlântico Sul na primeira metade de setecentos – normalmente analisados numa ótica descritiva, que dá ênfase aos costumes e ao pitoresco, à forma como os viajantes viam a sociedade, a administração e a economia na colónia brasileira –, agora usados com o objectivo de perceber como esta *literatura* contribuía para explicar e validar as diferenças culturais europeias.

Se na avaliação da sua missão a nível global a Europa se cria uma só – ligada pela crença cega na superioridade civilizacional dada pela razão, pelo progresso, pela ciência e tecnologia, na prossecução do bem-estar, felicidade e bem-comum dos súbditos e da humanidade –, internamente não se concebia enquanto una, afinal uma linha de pensamento que remete para as reflexões de Zacharie de Pazzi de Boneville, de Joseph de La Porte ou do abade Raynal. Os relatos dos viajantes contribuíram para conferir a Portugal e ao seu império características específicas que o aproximavam da Espanha e o distanciavam do resto da Europa, uma Europa que, no período em análise, se pautava pela afirmação dos estados nacionais e por políticas externas agressivas de pendor imperialista visando particularmente o Atlântico Sul.

Desígnios da Providência e equilíbrio do universo: diferenças entre as duas Europas

Em 1725, o editor François Flahault publicava o relato do primeiro francês a fazer uma viagem de circum-navegação. Guy Le Gentil de La Barbinais que durante a sua primeira passagem pelo litoral brasileiro tinha ancorado na Ilha Grande por não ousar aportar no Rio de Janeiro²², fundeu na Bahia durante a viagem de regresso e aí permaneceu por quatro meses, apresentando uma descrição circunstanciada da cidade e dos seus habitantes.

Reflectindo sobre Portugal e os portugueses, Le Gentil de La Barbinais menciona um episódio assaz curioso. Tendo D. João V reunido, em 1709, o seu Conselho de Estado para discutir, de acordo com a lógica mercantilista do período, as vantagens e inconvenientes de se extrair do Brasil uma quantidade significativa de ouro que depois era escoado para a Inglaterra, Holanda e França a troco de manufacturas e produtos de luxo, e querendo ouvir o parecer dos conselheiros reais sobre as vantagens de se produzirem no reino manufacturas que respondessem às necessidades de consumo portuguesas com o objectivo de controlar a circulação do ouro, manter a riqueza em

knowledge. Museums and indigenous perspectives», in *Contesting knowledge. Museums and indigenous perspectives*, coordenado por Susan Sleeper-Smith, Nebraska, Board of Regents of University of Nebraska, 2009, p. 1).

²² De acordo com La Barbinais, os portugueses não tinham esquecido os ataques que Jean-François Du Clerc e René Du Guay-Trouin tinham cometido à cidade em 1710 e 1711.

Portugal e aumentar o poder do soberano e da nação, pronunciou-se, de modo engenhoso, Henri de Massue, segundo marquês de Ruvigny e primeiro conde de Galway, embaixador extraordinário da corte britânica em Portugal²³.

De acordo com o embaixador, a Providência teria os seus próprios desígnios. A França, a Inglaterra e os países do Norte eram pobres e as suas terras produziam apenas ferro, chumbo e metais grosseiros. Contrariamente, os monarcas ibéricos eram senhores de um novo mundo, onde a terra gerava no seu seio ouro e prata e à sua superfície alimentos e matérias-primas em abundância. Por isso, a Providência tinha tornado, por pura necessidade, os europeus do Norte em indivíduos laboriosos, engenhosos e detentores de manufacturas, enquanto que os portugueses e espanhóis seriam inevitavelmente indolentes, acomodados, mas senhores de ouro e prata.

Esta inclinação dos povos ibéricos para a indolência não teria, então, sido dada pela natureza, mas inspirada pela Providência:

«ils ont été contrains de recourir à leurs voisins, gens pauvres, mais laborieux, & qui depuis longtemps leur fournissent les choses nécessaires à la vie. Cette coutume est devenue une nécessité: vous la regardez comme un joug que les étrangers vous ont imposé, croyez-moi, ne secouez point ce joug: si vous vous passez aisément des François, des Anglois &c., ces Peuples ne pourront se passer de vous & ils viendront à main armée vous arracher cet or qu'ils regardent comme un dépôt que la Providence a remis entre vos mains (...) il n'est pas juste que vous avez l'un & l'autre. Cette ambition seroit contraire aux décrets de la Providence qui veut qu'il y ait une espèce d'équilibre par tout l'Univers. Votre or est destiné à l'achat de nos marchandises, & nos Marchands ne travailleroient plus si vous vous mêliez aussi de travailler. Restez donc dans votre indolence, puisqu'elle est le lien de la société entre les peuples de l'Europe»²⁴.

Assim, as palavras do embaixador inglês – diplomata e soldado nascido em França, reconhecido pelos seus feitos valorosos ao serviço da coroa britâ-

²³ Aristocrata francês, serviu no exército de Turenne, foi enviado pela corte francesa para negociar com o soberano britânico Charles II. Tendo sido exilado de França em 1690, após a revogação do Édito de Nantes, entrou ao serviço de William III como general. Depois de uma carreira de sucesso, foi enviado em 1704 para Portugal para comandar as forças aliadas anglo-luso-alemãs na Guerra de Sucessão Espanhola. Durante esta permanência na Península, e já depois de ter conhecido a derrota na batalha de Almanza, foi nomeado embaixador extraordinário da corte britânica em Portugal (*História de Portugal composta em inglez por huma sociedade de litteratos, transladada em vulgar com as addições da versão franceza e notas do traductor portuguez António de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro. E agora novamente emendada e acrescentada com várias notas e com o resumo do Reinado da Rainha N.S. até o anno de 1800* (1802), tomo III, Lisboa, Na Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, pp. 310-311).

²⁴ Guy Le Gentil De LA BARBINAIS, *Nouveau voyage au tour du monde par M. Le Gentil. Enrichi de plusieurs plans, vues & perspectives des principales villes & ports du Pérou, Chily, Brésil, & de la Chine. Avec une description de l'Empire de la Chine beaucoup plus amples & plus circonstanciée que celles qui ont paru jusqu'à présent, où il est traité des Mœurs, Religion, Politique, éducation & commerce des Peuples de cet Empire*, tomo III, A Amsterdam, Chez Pierre Mortier, 1728, pp. 140-142.

nica durante as Guerras dos Nove Anos e da Sucessão Espanhola, nomeado em 1708 como comandante-em-chefe dos exércitos britânicos pela Rainha Anne –, explicavam e legitimavam em nome de uma entidade metafísica, a Providência, uma divisão entre duas Europas separadas pelos Pirenéus, definiam a condição de portugueses e espanhóis nas suas relações com os outros europeus e expressavam, ainda, uma ameaça pouco velada por parte do general-supremo das tropas britânicas durante as campanhas da Guerra de Sucessão Espanhola.

Este defendia, então, a ideia de que cada nação tinha a sua função no *mundo* e que isso não se traduzia em demérito para os estados, uma vez que era fruto de uma inevitabilidade superior e legitimadora, de um puro acaso que beneficiava uns com condições naturais favoráveis e estimulava outros com a pobreza de recursos naturais. Esta *ordem natural* ditada pela Providência não devia ser alterada pela vontade dos homens e quaisquer tentativas para mudar os Seus desígnios implicariam uma reacção ofensiva por parte de povos tomados como «mais laboriosos e engenhosos», isto é, das novas potências europeias, poderosas a nível financeiro, naval e militar. Obter-se-ia pela força das armas o ouro que, até então, tinha sido pacificamente adquirido por trocas comerciais entre países.

A morte de Carlos II de Espanha e a crise de sucessão dinástica da maior monarquia europeia tiveram consequências no equilíbrio político europeu. Por parte de Portugal, D. Pedro II posicionava-se como um sério concorrente à sucessão espanhola e aliava-se à Áustria, Inglaterra e Holanda na tentativa de assegurar um maior controlo e manutenção do seu comércio marítimo, não obstante a celebração do tratado de aliança com a França em 1701 e as diligências diplomáticas do embaixador extraordinário Rouillé²⁵.

Ora o modo como a França e a Inglaterra se envolveram durante este conflito, respectivamente ao lado de Espanha e de Portugal, participando nas campanhas bélicas em território peninsular; bem como a forma como este cenário de guerra se repercutira nos territórios ultramarinos – com os franceses a incendiarem Benguela em 1705, a saquearem o Príncipe em 1706, São Tomé em 1709 e Santiago em 1712, e a atacarem o Rio de Janeiro em 1710 e 1711²⁶ –, deixavam perceber que as rivalidades latentes ou abertas entre as duas potências do Norte europeu podiam, com toda a facilidade, sair dos palcos continentais para se desenrolarem nos mares e nos domínios imperiais além-mar, envolvendo neste conflito outros reinos e outras colónias que não eram suas mas que eram particularmente interessantes pela sua riqueza, uma riqueza originada pela natureza e pelas produções naturais. É que os territórios ultramarinos eram decisivos no equilíbrio das forças

²⁵ Licínio José TEIXEIRA, «Le Brésil et la succession d'Espagne», in *Cahiers du Brésil Contemporain*, 32, 1997, pp. 71-88. <http://www.revues.msh-paris.fr/vernumpub/07-Teixeira.pdf>.

²⁶ Maria Fernanda Baptista BICALHO, «A cidade do Rio de Janeiro e a articulação da região em torno do Atlântico Sul: séculos XVII e XVIII», in *Revista de História Regional*, 3 (2), 1998, pp. 7-36.

européias e adquiriam um peso cada vez maior nos jogos políticos, económicos e militares das grandes potências, com o Brasil a deter uma importância nuclear num império «mais que nunca fadado a um destino atlântico»²⁷.

Apesar desta representação dos povos ibéricos e, no caso em análise, dos portugueses como sendo gentes indolentes e acomodadas ser atribuída pelo viajante francês ao embaixador britânico, ela é recorrentemente usada por La Barbinais. O viajante parece revelar-se, tal como Galway, um fervoroso crente na Providência e nos Seus desígnios, uma vez que defendia que os portugueses só eram diligentes quando a necessidade os obrigava a trabalhar. Ora num local onde a natureza era tão pródiga como na América - onde o clima era de primavera eterna; as terras estavam cobertas por árvores de tamanho e beleza surpreendentes, desconhecidas na Europa; as laranjeiras, limoeiros e outras árvores frutíferas cresciam espontaneamente; e o peixe era abundante e de qualidade excepcional -, não restavam muitos estímulos e desafios aos *luso-brasileiros*, que eram apenas «laborieux quand ils ne peuvent trouver d'autre ressource que dans leur travail»²⁸.

A bondade da natureza era, frequentemente, contraposta à falta de engenho dos *luso-brasileiros* para melhorar, através das «artes» e da técnica, a beleza ou a importância táctica dum local: as construções mais relevantes, tais como fortificações, portos e outras obras públicas, eram atribuídas à intervenção dos estrangeiros *do Norte*, particularmente a holandeses e franceses. Segundo La Barbinais, os holandeses, durante o domínio de Maurício de Nassau, tinham construído fortificações e outras obras de uma utilidade tal que a posse do território ficaria assegurada se os portugueses lhes tivessem dado tempo para as concluir: «& on peut dire qu'ils firent plus d'ouvrage en deux ou trois ans, que les Portugais n'en ont fait avant leur arrivée, & après leur retraite»²⁹.

Do mesmo modo, e referindo-se a um período já seu contemporâneo, salientava a actuação de um engenheiro militar francês com quem se teria cruzado na Bahia e que seria o responsável pela construção e reparo de várias fortificações, especialmente no litoral carioca. Aludia a Jean Massé, um exilado que, à semelhança de Henri de Massue, procurara, depois da revogação do Édito de Nantes, refúgio na Inglaterra, servindo primeiro como coronel e depois como brigadeiro Lord Galway na Guerra de Sucessão. Este engenheiro teria passado para o serviço do monarca português e sido enviado ao Brasil. Na colónia, tornar-se-ia responsável pelo traçado e execução de projectos arquitectónicos destinados a melhorar as defesas das barras do Rio de Janeiro, Santos e Bahia e a reforçar a presença militar *lus-*

²⁷ Maria Fernanda Baptista BICALHO, «A cidade do Rio de Janeiro e a articulação da região em torno do Atlântico Sul: séculos XVII e XVIII», p. 10; Laura de Mello e SOUZA, *O sol e a sombra*, p. 105.

²⁸ Guy Le Gentil De LA BARBINAI, *Nouveau voyage au tour du monde*, vol. I, p. 15.

²⁹ Guy Le Gentil De LA BARBINAI, *Nouveau voyage au tour du monde*, vol. III, p. 128-129.

-brasileira nos principais portos relacionados com o escoamento do ouro das minas de Cataquases, uma necessidade tornada premente na sequência dos ataques de Du Clerc e Du Guay-Trouin³⁰.

Quanto à imagem que La Barbinais traça da sociedade colonial *luso-brasileira*, não deixa de ser interessante lembrar que esta visão foi determinada pelos seus contactos, resultantes de uma breve estadia na ilha Grande e uma permanência de quatro meses na Bahia. Como não podia deixar de ser, as observações sobre a sociedade colonial bahiana predominam e são aplicadas, de modo dedutivo, por La Barbinais ao *Brasil* e aos outros portugueses aí nascidos ou residentes.

Segundo ele, o *Brasil* não passava de um refúgio de malfeitores e assassinos, sem qualquer tipo de subordinação ou obediência, que não obstante aparentava ser a gente mais civilizada do mundo: «rien n'est plus trompeur que leur physionomie, honnêtes & affables en apparence, ils ne font pas moins adroits que les Chinois a cacher la haine qu'ils ont pour notre Nation». Este ódio era explicado pelas guerras movidas pelos franceses no litoral e pela tomada do Rio de Janeiro.

Os funcionários que rodeavam o vice-rei e os juizes do Conselho da Fazenda eram a referência paradigmática para La Barbinais: apesar do seu ar escrupuloso e grave, dos modos sérios e compostos, do comportamento civil e generoso que imitava os jeitos «à francesa», bem como dos pequenos presentes com que brindavam os viajantes – frutas, doces e vinhos –, apresentavam-se aos leitores europeus que liam este relato como sendo refinados hipócritas, corruptos, que faziam depender autorizações indispensáveis ao bom prosseguimento das viagens de presentes e dádivas. Não das caixas de chá, leques e outras bagatelas chinesas que eram oferecidos pelos viajantes, mas de outras ofertas de maior vulto: «en effet ce sont des Parasites affamez qui regardent les Etrangers comme des duppes que la fortune leur livre. Si l'Etranger tarde trop à témoigner sa reconnoissance pour ses services & les présents qu'il a recûs de leur part, ils changent de manières & deviennent ses ennemis»³¹.

Eram estes cortesãos e funcionários os principais responsáveis pelo atraso no reparo e no abastecimento dos navios, a par dos operários do porto que não dispensavam uma boa sesta depois de almoço. Tudo se processava com uma lentidão inacreditável e qualquer actividade relacionada com os viajantes (serviços de carenagem, calafetagem, carpintaria e abastecimento das embarcações, desembarque e tratamento de doentes) estava dependente de autorizações formais, relacionadas com indispensáveis e morosos proce-

³⁰ Guy Le Gentil De LA BARBINAIS, *Nouveau voyage au tour du monde*, vol. III, pp. 166-7; Beatriz Piccolotto Siqueira BUENO, «Do borrão às aguadas: os engenheiros militares e a representação da capitania de São Paulo», in *Anais do Museu Paulista*, 17 (2), 2009, pp. 124-125. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S0101-47142009000200008&lng=pt&nrm=is&tlng=pt.

³¹ Guy Le Gentil De LA BARBINAIS, *Nouveau voyage au tour du monde*, vol. III, pp. 144-145.

dimentos burocráticos, sem as quais os artífices não queriam executar as suas funções.

Para além da corrupção administrativa e da lentidão na execução de tarefas, uma outra característica desta população colonial era a libertinagem, que abrangia todos os estratos sociais, todos os géneros; homens e mulheres, laicos e religiosos, livres e escravos. Esta era alardeada na preferência dos portugueses naturais do Brasil pelas mulheres negras e mulatas; no despudor dos religiosos que exibiam publicamente as suas relações, fazendo-se conhecer pelos nomes das amantes; no modo como as senhoras partilhavam os lucros provenientes da prostituição das suas escravas africanas; no deboche e desregramento em que homens e mulheres viviam. Eram estes comportamentos excessivos que faziam com que os portugueses do Brasil se assemelhassem aos espanhóis do Peru: «le même esprit de débauche, d'irréligion, d'ignorance & de présomption est répandu par toute l'Amérique»³².

Como elemento dinamizador desta sociedade estava o comércio, predominantemente associado aos produtos de luxo e ao tráfico de escravos: «Le commerce est considérable au Brésil & le luxe de ses habitants le rend nécessaire»³³: Se a frota procedente de Lisboa levava sedas de Génova, panos de Inglaterra e Holanda, tecidos com fios de ouro e prata de Paris e Lyon, vinho, azeite, farinha de trigo, carne salgada, transaccionados por açúcar, tabaco, algodão, óleo de baleia, couros e ouro em pó, os navios que partiam da Bahia em direcção ao litoral africano iam carregados de tabaco, tecidos grosseiros de Inglaterra e algum ouro para fazer um lucrativo comércio entre as margens atlânticas. A carga trazida era escravos: para serviço pessoal ou aluguer, destinados ao cultivo do açúcar, mandioca ou tabaco, e ainda enviados directamente para as minas. Tanto os pobres habitantes da Ilha Grande, como os ricos senhores de engenho e comerciantes da Bahia dependiam dos escravos.

Trazer riqueza e felicidades ao reino de Vossa Majestade: a colónia, os produtos naturais e os escravos africanos

Se a narrativa de Le Barbinais adquire aqui um impacto excepcional, este é, na minha perspectiva, justificado não apenas devido à abundante informação que dá sobre um local no litoral brasileiro onde residiu mais tempo do que a maioria dos outros viajantes, mas também porque transmite e aplica no seu relato as reflexões feitas por uma figura com alguma relevância política e diplomática, como era Lord Galway (e, com toda a certeza, não apenas por ele), em relação às diferenças que separavam as duas *Europas*, claramente espelhadas nos seus domínios ultramarinos. Ora estas «reflexões» – apoiadas num único modo de ver e de estar no mundo, próprios do

³² Guy Le Gentil De LA BARBINAIS, *Nouveau voyage au tour du monde*, vol. III, p. 148.

³³ Guy Le Gentil De LA BARBINAIS, *Nouveau voyage au tour du monde*, vol. III, p. 133-135.

varão branco, ocidental e heterossexual³⁴ – explicavam e, em certa medida, legitimavam as relações de dependência ou de dominação, de inferioridade ou de superioridade entre os diversos países. E isso reflectia-se na *literatura de viagens*. «Travellers write about what they see, and their perceptions are shaped by the cultural context from which they come and by all that they have read and experienced in that culture»³⁵.

Se a Ilustração, uma cultura que valorizou acima de tudo o conhecimento da natureza e que pretendeu ordenar plantas e litorais, homens e mares sob a égide da razão científica, produziu relatos com o objectivo de disseminar informações científicas inéditas sobre mundos exóticos e distantes, transmitiu, de igual modo, observações que tinham implícitas preconceitos nacionais, com inevitáveis repercussões ao nível político, económico e científico³⁶. Os relatos tinham implicações políticas de inegável importância porque, a par de conteúdos científicos rigorosamente observados e inéditos e do registo de aventuras e feitos heróicos de marinheiros, cientistas, soldados, eram também expressão da consciência dos seus autores enquanto membros de uma nação e um contributo para a construção da memória e da cultura nacionais³⁷.

Na sequência do que afirmo, a pergunta que posso, então, fazer é qual a imagem que esta *literatura de viagens* transmite sobre a América Portuguesa? Como os relatos produzidos – impressos e disseminados com uma rapidez alucinante – dialogaram com as imagens e preconceitos previamente detidos pelos europeus e como destes diálogos surgiram alterações nas representações europeias do Brasil e dos portugueses? Como confirmaram ou lançaram dúvidas em relação ao estereótipo de portugueses ociosos, perguiçosos, indolentes, incapazes de pôr a ciência e a técnica ao seu serviço para uma exploração eficaz dos seus domínios coloniais americanos? Ou ainda, de que forma é que estes princípios científicos seriam utilizados para legitimar cientificamente a ideia de incapacidade e incompetência dos portugueses para explorar eficazmente os seus domínios coloniais? Quais as consequências que esta *literatura* e estas *imagens* tiveram na Europa para dar corpo e justificar ambições imperialistas de anexação e domínio de *outras Europas* em relação ao Brasil?

³⁴ Francisco VAZQUEZ GARCIA, «Claroscuros de la razón ilustrada», in *Ilustración y libertades. Revista de Pensamiento e Historia de las Ideas*, 1, 2007, p. 20.

³⁵ Susan BASSNETT, «Introduction», in *Literature of travel and exploration: an Encyclopaedia*, coordenado por Jennifer Speaker, vol. I, New York, Fitzroy Dearborn Publishers, 2002, p. xi.

³⁶ Nuria VALVERDE y Juan PIMENTEL, «Ciencia sobre la tierra. Viajes, naturaleza e império en el Siglo de las Luces», in *La Botânica ilustrada. António José Cavanilles (1745-1804), jardines botânicos y expediciones científicas*, coordenação de Félix Muñoz Garmendia, Barcelona, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Lunwerg, Obra Social, 2004, p. 15; Numa BROU, «Voyages et géographie au XVIII^e siècle», in *Revue d'histoire des sciences et de leurs applications*, 22 (2), 1969, p. 143.

³⁷ Jean-Marie GOULEMOT, «Literary history and national memory», in *Memory and History*, coordenação de Marie Noelle Bourguet, Lucette Valeski e Nathan Wachtel, London, Paris, New York and Victoria, Harwood Academic Publishers, 1990, p. 19.

A *literatura de viagens* produzida nesta primeira metade de setecentos encontra-se moldada por relações assimétricas de dominação e dependência, por sentimentos e preconceitos que estavam presentes nos contactos que decorriam nos principais portos coloniais brasileiros, praças comerciais e marítimas de inequívoca «vocalização atlântica» - como era o caso do Rio de Janeiro, Bahia, Santa Catarina -, considerados como zonas de contacto e interação, onde culturas dissemelhantes se chocavam e entrelaçavam. Estas diferenças culturais podiam ser determinantes nas relações que se estabeleciam entre os vassallos das potências europeias em presença.

Longe do seu país de origem, matemáticos e astrónomos, médicos e naturalistas, comerciantes e diplomatas, marinheiros e missionários concebiam-se nas suas relações com os súbditos de outros países como representantes orgulhosos e dignos das suas nações. E isso era particularmente visível através da dinâmica de poderes presente nos mais elementares gestos feitos por viajantes ou anfitriões: por exemplo, na forma como as salvas protocolares entre embarcações e fortalezas se fazia, com o disparo do mesmo número de tiros de artilharia como uma forma de saudação³⁸; nas visitas de saudação e cortesia e nas trocas de pequenos presentes que se deviam ao governador³⁹; nas considerações sobre os comportamentos dos *outros*, avaliados como bravos, pusilânimes ou fanfarrões⁴⁰ ou ainda nas tensões latentes quando embarcações de nações inimigas se cruzavam nos portos *luso-brasileiros*.

Num universo *luso-brasileiro* estranho, exótico, incivil, aparentemente caótico, por vezes subversivo na sua moralidade dúbia, identificar interlocutores e potenciais aliados era uma preocupação dos viajantes. Se o grau de civilidade dos portugueses naquelas paragens não se podia medir pelas infraestruturas e pelos benefícios técnico-científicos construídos no território, era, em contrapartida, avaliado pelos caracteres, comportamentos e amizades, bem como pelas relações de proximidade que os viajantes conseguiam estabelecer com figuras gradas da sociedade, como era o caso de vice-reis e governadores-generais. Tanto mais que a boa-vontade destas personalidades podia significar protecção e simpatia, o que se traduziriam em alianças de valor estratégico decisivo para deter algum bem-estar físico e algumas contrapartidas favoráveis no reparo e abastecimento de navios ou em transacções comerciais.

³⁸ FROGER, *Rélation d'un voyage fait en 1695, 1696, & 1697 aux cotes d'Afrique, Détroit de Magellan, Brésil, Cayenne et Isles Antilles, Par une Escadre de vaisseaux du Roi, commandée par M. de Gennes. Faite par le Sieur Froger, Ingénieur Volontaire sur le vaisseau le Faucon Anglois. Enrichie de grand nombre de Figures dessinés sur les lieux*, A Amsterdam, Chez les Héritiers d'Antoine Schelte, 1699, pp. 70 e 134.

³⁹ FROGER, *Rélation d'un voyage fait en 1695, 1696, & 1697*, p. 135; Jean Marcel Carvalho FRANÇA, *A construção do Brasil na literatura de viagem dos séculos XVI, XVII e XVIII. Antologia de textos, 1591-1808*, Rio de Janeiro, José Olympio Editora; São Paulo, UNESP, 2012, p. 479.

⁴⁰ FROGER, *Rélation d'un voyage fait en 1695, 1696, & 1697*, pp. 67-8.

A par da identificação destas personalidades em função da proeminência de cargos e competências e da sua linhagem, referem-se os códigos de comportamento e conduta, as regras de etiqueta, a capacidade de expressão em outras línguas como um sinal inequívoco de cosmopolitismo e cultura, notados nas principais figuras que governavam a colónia⁴¹. Deste modo, Froger não deixa de referir que D. João de Lencastre, governador-geral do Brasil ao tempo da arribada do francês, era um dos primeiros homens do reino e tinha obsequiado os capitães de esquadra franceses com algumas ametistas e refrescos; enquanto que William Dampier optou por enfatizar a presumível ascendência inglesa do governador, de comportamento cortês e civil, que chamava os súbditos britânicos de compatriotas⁴². De igual modo, a conduta afável, íntegra e esclarecida demonstrada por Pedro António de Meneses Noronha de Albuquerque, 2.º conde de Vila Verde, 1.º marquês de Angeja, em relação aos franceses era salientada pelo já bem conhecido La Barbinais.⁴³ O vice-rei, mostrava-se um aliado dos oficiais francos, particularmente quando tomava o seu partido em várias audiências e reuniões do Conselho da Fazenda.

Nesta primeira metade do século XVIII as críticas aos comportamentos absolutos, despóticos e imprevisíveis, porque caprichosos e inexplicáveis, dos governantes portugueses ou o menosprezo por uma ignorância crassa e desinteresse científico determinados pelos dogmas do catolicismo estavam ainda afastados dos registos de viagens, tal como aconteceria, em período posterior, com Joseph Banks e Louis-Antoine de Bougainville.

⁴¹ Sobre a origem e o recrutamento dos governadores para o Império ver Nuno Gonçalo MONTEIRO, «Governadores e capitães-mores do Império Atlântico português do século XVIII», in *Modos de governar. Ideias e práticas políticas no Império Português (séculos XVI a XIX)*, coordenado por Maria Fernanda Bacalho e Vera Lúcia do Amaral Ferlini, São Paulo, Editorial Alameda, 2005, p. 93-115.

⁴² FROGER, *Rélation d'un voyage fait en 1695, 1696, & 1697*, p. 135; WILLIAM DAMPIER, *Voyage to New-Holland, &c. In the year 1699 where in are described, the Canary Islands, the isles of Mayo and St Yago, the Bay of All-Saints, with the forts and town of Bahia in Brasil. Cape Salvatore, The winds on the Brazilian coast. Abroho shoals, A table of all the variations observ'd in this voyage, Occurences near the Cape of Good-Hope. The course to New-Holland. Shark's Bay. The isles and coast &c. of New-Holland. Their inhabitants, manners, costumes, trade &c Their harbours, soil, beasts, birds, fish &c, trees, plants, fruits &c. Illustrated with several maps and draughts: also divers birds, fishes and plants, nor found in this part of the world, curiously ingraven on copper-plates*, vol. III, 2nd edition, London, Printed by W. Botham for James Knapton, 1709, vol. III, p. 52. Nascido em 1694 e falecido em 1707. Filho de D. Rodrigo de Lencastre e de D. Inês Maria Teresa de Noronha e Castro, foi nomeado 29.º governador-geral do Brasil por carta régia de 22 de Fevereiro de 1694. Exerceu o cargo até 1702. (<http://www.fcsh.unl.pt/cham/eve/content.php?printconceito=1690>).

⁴³ Guy Le Gentil De LA BARBINAI, *Nouveau voyage au tour du monde*, vol. III, pp. 117-118. Nasceu em 1661 e faleceu em 1731, filho de D. António de Noronha e de D. Maria de Meneses. Foi vedor da Fazenda, do Conselho de Estado e de Guerra, mordomo-mor da princesa do Brasil, vice-rei da Índia entre 1692 e 1699. Nomeado general de cavalaria da província do Alentejo, serviu nas campanhas ligadas à Guerra de Sucessão espanhola, recebeu o cargo de vice-rei e capitão general de mar e terra com intendência e superioridade em todas as capitanias da América em 1713. Ocupou o posto até 1718. <http://www.arqnet.pt/dicionario/angeja1m.html>.

Froger, La Barbinais, Rogers ou John Young elogiavam a conduta cortês e gentil, leal e recta de vice-reis e governadores e como este comportamento contribuía para manter o equilíbrio controlado das forças navais em águas sul-atlânticas quando súbditos de nações europeias em conflito se cruzavam nos portos *lusu-brasileiros*.

Os registos de viagens – que pretendiam ser recolhas verdadeiras de observações feitas em terras estrangeiras sobre a navegação e a localização de portos e barras, descrições exactas de animais, plantas, frutas, metais, inquirições fidedignas sobre o comércio, as forças defensivas, o governo e os costumes dos povos – acabavam por ser determinados pelos preconceitos das sociedades do *norte europeu*, modelando os *olhares* e as representações que os viajantes faziam de outros mundos não-europeus e, neste caso concreto, das especificidades da sociedade *lusu-brasileira* nos trópicos, uma sociedade pluriétnica e pluricultural.

As relações, descrições, diários de bordo, cartas dirigidas a familiares, amigos, diplomatas e comerciantes, tal como os mapas, estampas e esquisos que acompanhavam muitos destes registos contribuíram para que a Europa formasse da América portuguesa a imagem de uma colónia riquíssima e próspera, comercialmente cobiçável, detentora de portos fervilhantes de actividade, capazes de, com facilidade, abastecer as frotas que se dirigiam à Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro. Com víveres imprescindíveis para a sobrevivência a bordo e matérias-primas altamente valorizadas nos mercados europeus, como o açúcar mais branco e refinado, o tabaco em rolo e de rapé, as madeiras para os estaleiros navais, construção de casas e fabrico de móveis, as plantas tintureiras para tingimento de tecidos vermelhos, índigo, ocre; com algodão, arroz, milho, couros, sebos, óleo de baleia, frutos e legumes, pássaros, peixes, tartarugas e mariscos. Mas também capaz de produzir gengibre e pimenta da Índia, canela do Ceilão, óleos, cascas e bálsamos que saravam feridas e aplacavam febres e sífilis, como a ipecacuanha e a copaíba, antídotos capazes de combater os venenos mais agressivos e poderosos diuréticos, como a parreira-brava, e outros produtos de qualidades insondadas que suscitavam junto de academias científicas europeias, como a Royal Society e o Collège de France, de instituições médicas e organismos industriais múltiplas experiências com vista à sua utilização adequada.⁴⁴ E, finalmente, como produtora de ouro, um ouro promissor de «riqueza e felicidades ao reino de Vossa Majestade», que era moeda corrente nas cidades portuárias e que se escoava das minas em direcção ao litoral, ao Rio de Janeiro e Bahia, a Santos, Parati e Angra dos Reis: «Este é o país das piastras»⁴⁵.

Esta riqueza natural de potencialidades insondáveis, exaltada nos relatos dos viajantes, era contrastante com a ausência de notícias relacio-

⁴⁴ Ângela DOMINGUES, «Notícias do Brasil colonial. A imprensa científica e política a serviço das elites (Portugal, Brasil e Inglaterra)», in *Vária História*, 22 (35), 2006, pp. 150-174.

⁴⁵ Jean Marcel Carvalho FRANÇA, *A construção do Brasil na literatura de viagem*, p. 482.

nadas com actividades ligadas à produção de manufacturas⁴⁶. Menciona-se a existência de oficiais mecânicos que executavam tarefas relacionadas com o andamento natural da vida urbana, nomeadamente a portuária – ferreiros, alfaiates, chapeleiros, curtidores, serralheiros, carpinteiros, tanoeiros, calafates –, mas a modéstia destas actividades viradas para o dia-a-dia parece inadequada e desproporcionada para aproveitar e explorar convenientemente os recursos que o território deixava adivinhar⁴⁷.

O motor desta sociedade, dizem as fontes analisadas, era os escravos africanos. A escravatura consistiu na forma predominante de aplicação do trabalho numa economia caracterizada por enclaves de plantação e actividade mineira, viradas para a exportação. E apontam historiadores notáveis, esta era uma especificidade da assimilação que a América portuguesa fez do mundo de Antigo Regime aplicado aos trópicos⁴⁸. Uma recriação perversa, alimentada pelo trato negreiro e pelo escravismo, pelo trabalho escravo de negros africanos, notados como uma presença constante e dominante nas grandes cidades e pequenas aldeias, no litoral e no interior, em fazendas e engenhos, presentes em todas as tarefas como remadores, pescadores, carregadores de mercadorias e pessoas, na agricultura de exportação e subsistência, na extracção do ouro, nos serviços domésticos: «les dix-neuf vingtièmes des gens qu'on y voit, sont de Noirs & de Negresses tout nuds, à la réserve des parties que la pudeur oblige de couvrir, de sorte que cette ville paroît une nouvelle Guinée»⁴⁹.

As ruas das cidades litoraneas apareciam apinhadas de figuras de negros e negras, levados das costas africanas pela ganância de uns e devido à indolência de outros, mas sempre destinados a servir à magnificência dos ricos e contribuir para a ociosidade de todos. De igual modo, as raras notícias das minas do interior apareciam povoadas por figuras negras que exploravam os filões auríferos e que proviam ao seu próprio sustento a peso de ouro.

⁴⁶ Nesta altura não havia ainda restrições legais ao estabelecimento de manufacturas no Brasil. O alvará proibindo fábricas e manufacturas no Brasil foi promulgado por D. Maria I a 5 de Janeiro de 1785.

⁴⁷ Uma excepção é, contudo, feita para a construção de grandes navios e barcos de pequeno calado e para o fabrico de cordas de filamentos de palmeiras, amplamente noticiados por DAMPIER, *Voyage to New-Holland*, vol. III, p. 58.

⁴⁸ Laura de Mello e SOUZA, *O sol e a sombra*, pp. 68-69.

⁴⁹ FREZIER, *Relation du voyage de la Mer du Sud aux côtes du Chily et du Perou, fait pendant les années 1712, 1713 & 1714. Dediée a SAR Monseigneur Le Duc D'Orléans. Régent du Royaume. Avec une réponse a la préface critique du Livre intitulé Journal des Observations Physiques (...) & une Chronologie des Vicerois du Pérou, depuis son établissement jusqu'au tems de la Relation du voyage de la Mer du Sud, par M. Frezier, Ingénieur Ordinaire du Roy. Ouvrage enrichi de quantité de Planches en Taille-douce* Paris, Chez Nyon, Didot, Quillau, 1732, p. 275; DAMPIER, *Voyage to New-Holland*, vol. III, p. 61; Daniele Santos de SOUZA, «Bahia de todos os Santos e africanos: trabalho escravo em alvador na primeira metade do século XVIII». in 4.º *Encontro Escravidão e liberdade no Brasil Meridional*, Curitiba, 2009, pp. 1-17. <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos4/danielesantossouza.pdf> (acessado em 21.08.2012).

O tráfico negreiro era exercido por barcos de pequeno calado construídos nos estaleiros coloniais, que circulavam entre as duas margens do Atlântico pondo em contacto os três principais portos brasileiros com os de Angola, Gâmbia, Guiné. Este comércio intercolonial era dominado por negociantes provenientes do Brasil e gerava parte substantiva da riqueza colonial brasileira. Negociava-se tabaco, quinquilharia, tecidos grosseiros de algodão provenientes de Inglaterra e Cabo Verde por marfim, ouro, cera, goma e escravos⁵⁰.

Os negros eram expostos nus e vendidos em lojas, um processo que era criticado pela desumanidade da prática ser tão contrária às ostentações de catolicidade exacerbada por parte dos seus donos e senhores, assíduos frequentadores de igrejas e procissões. Tal como em relação aos animais, os proprietários detinham sobre os escravos africanos que compravam direito de vida e morte: «on peut les tuer presque impunément ou du moins les maltraiter si cruellement qu'on veut». Apesar de, pelas leis de Deus, serem depois de catequizados e baptizados, considerados como *filhos de Deus*, tal como os seus irmãos brancos.⁵¹

Quanto aos índios, importa notar que eles são os grandes ausentes destes relatos. Aparentemente a presença física dos habitantes nativos da América não era claramente óbvia aos olhares destes viajantes, que dão conta de como brancos – não apenas portugueses ou crioulos, como também, em menor número, ingleses, franceses, espanhóis e holandeses – dominavam o cenário urbano nas principais cidades do litoral, juntamente com negros e mulatos.

Não obstante o que constato, percebo que os índios estão presentes de forma indirecta, revelando-se particularmente no entendimento e aproveitamento da natureza e dos recursos naturais que tanto valor tinham aos olhares europeus. Por exemplo, nos nomes dos frutos, aves, animais e na sua utilização apropriada. Era o conhecimento índio, tal como tinha sido apreendido pelos colonos luso-brasileiros e, posteriormente, captado pelos viajantes, que estava subjacente à denominação e utilização apropriada das produções naturais brasílicas tão valorizadas na Europa setecentista. Afinal um processo que exemplifica como os conhecimentos tradicionais ameríndios eram captados pelos luso-brasileiros e percebidos pelos viajantes europeus que, através da *literatura de viagens*, os registavam e disseminavam por toda a Europa

A excepção à ausência física dos índios encontra-se em Froger que menciona como, a par dos negros, eram usados nos engenhos de açúcar do

⁵⁰ Roquinaldo FERREIRA, «Dinâmica do comércio intracolonial: geribitas, panos asiáticos e guerra no tráfico angolano de escravos (século XVIII)», in *O Antigo Regime nos trópicos. A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*, coordenado por João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho e Maria de Fátima Gouvêa, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001, pp. 341-378.

⁵¹ FREZIER, *Relation du voyage de la Mer du Sud*, p. 176.

litoral carioca e quando dá conta das actividades de depredação dos bandeirantes paulistas nas bacias do rio da Prata e das Amazonas. Dizia este autor que num espaço de 4-5 meses, tiravam cerca de 300-400 escravos índios, conduzidos como gado até às plantações ou às minas de ouro. De igual modo, refere que, para escaparem à dominação colonial, os «pobres índios» da região da Bahia se retiravam para a floresta, de onde atacavam os rebanhos coloniais para se puderem alimentar. E criticava os portugueses por não reconhecerem aos índios uma liberdade que lhes era devida enquanto naturais do Brasil e por, apesar dos inúmeros missionários de todas as ordens que pululavam pela colónia, estes não cuidarem na evangelização e na assistência religiosa dos naturais do Brasil: «ils se soucient peu de la conversion d'un nombre infini de pauvres Indiens qui ne demandent qu'a être instruits des lumières de l'Évangile; & il n'y a dans tout ce vaste pays que huit ou dix bons Pères Capucins François & quelques Jésuites, qui s'employent avec un zèle extraordinaire à ces saintes missions»⁵².

Importa, a esta altura, estabelecer que na construção dos discursos dos viajantes europeus sobre o *Brasil* o valor estratégico da colónia como escala e apoio aos navios que se dirigiam aos *Mares do Sul*, às Índias espanholas ou às colónias africanas ou asiáticas era notado e elogiado. Uma escala no litoral brasileiro podia ser vital depois de uma longa viagem atlântica, durante a qual a água apodrecia, os alimentos se deterioravam e os tripulantes e passageiros adoeciam e morriam. Mas estes relatos irão valorizar, acima de tudo, a riqueza colonial observada nos recursos naturais que os portugueses não sabiam aproveitar convenientemente e pôr a tónica na fragilidade de uma sociedade colonial constituída por portugueses e *lusobrasileiros* – tidos por preguiçosos, lânguidos e libertinos, corruptos e incompetentes – e dependente do escravismo e do trabalho forçado africano.

A esta imagem, os viajantes associavam o gosto dos prósperos *lusobrasileiros* por produtos de luxo, quase todos fabricados nos países do norte europeu⁵³. Portugal permanecia inscrito no espaço europeu como um importador crónico de produtos manufacturados e um exportador de produtos tradicionais (como vinho, sal e azeite) e de produtos tropicais, entre eles o ouro. As frotas oriundas do reino vinham carregadas de finas roupas

⁵² FROGER, *Rélation d'un voyage fait en 1695, 1696, & 1697*, pp. 74-5 e 145-6. Os capuchinhos franceses tinham-se estabelecido pela segunda vez em território brasileiro em 1646 e fixaram-se em Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, ganhando grande aceitação dos *lusobrasileiros* devido ao seu envolvimento na guerra contra os holandeses e à sua actividade apostólica junto dos índios situados ao longo do rio S. Francisco. Expulsos, de novo, do território colonial por decisão do Conselho de Estado em 1699, num cenário que evoca os conflitos gerados pela sucessão espanhola e o controle que tinham sobre as populações indígenas e territórios de missões, abandonam o Brasil em 1703, numa altura em que a ruptura política entre as duas coroas parecia inevitável (Licínio José TEIXEIRA, «Le Brésil et la succession d'Espagne», pp. 79-81).

⁵³ Este gosto é, aliás, confirmado por estudos que têm analisado detalhadamente inventários *post mortem* e testamentos (Rodrigo Araújo MACIEL, *Brasil indo-lusitano: as influências culturais das Índias Orientais no Brasil colonial (1672-1712)*, dissertação de mestrado, Porto Alegre, 2012, pp. 124-6).

de linho e seda da Inglaterra; de tecidos finos de Génova e da China, cambraias de Holanda, panos urdidos com fios de ouro e prata da França; armas da Alemanha, especiarias e lacas do Oriente. As mercadorias postas à venda nos mercados brasileiros eram compradas literalmente a peso de ouro⁵⁴.

Contudo, este comércio estava protegido pelo *pacto colonial* que colocava a exclusividade das transacções comerciais relacionadas com a colónia nas mãos dos portugueses e *luso-brasileiros*, nomeadamente o açúcar, tabaco e ouro que abasteciam os mercados europeus, defendendo-se uma relação de dependência e subordinação da colónia ao reino, na qual esta devia instituir-se em factor de desenvolvimento económico da metrópole no processo de acumulação de capitais que marcou a economia mercantilista⁵⁵. As rotas marítimas que cruzavam o Atlântico favoreciam os intercâmbios marítimos organizados em monopólios em nome dos interesses comerciais do reino e proibiam, pelo menos teoricamente, as trocas directas com os estrangeiros.

Não obstante o *pacto colonial* e os impedimentos legais visando impedir a presença e a permanência de estrangeiros na colónia, algumas coroas utilizavam o seu peso político para favorecer os súbditos envolvidos no comércio colonial e ter acesso directo aos produtos coloniais sul-americanos, fazendo-se representar por cônsules nos portos de maior movimento comercial: Bahia, Rio e Pernambuco. Era o caso do britânico sr. Cock, mencionado por Dampier, ou o do francês Jean Verdois (ou Verdoy), referido pelo autor do *Journal d'un voyage*, ambos participantes no comércio *lusu-brasileiro*, apesar do monopólio colonial. Encarregados de socorrerem os navios e as gentes que aportavam à colónia e de representarem os interesses dos seus poucos compatriotas junto das autoridades, podiam enviar para a Europa produtos coloniais que interessavam às monarquias e aos soberanos, conquanto o fizessem pelos navios da frota portuguesa⁵⁶.

Dir-se-ia que também do Atlântico Sul e no âmbito do comércio colonial os desígnios da Providência de Galway se tinham reproduzido e que os papéis de cada povo, de cada nação estavam distribuídos e legitimados. Reconhecia-se um oceano aberto à navegação comum por onde circulavam as manufacturas europeias consumidas no Brasil mas também as matérias-primas brasileiras cada vez mais necessárias ao desenvolvimento industrial europeu, e respeitava-se a função de portugueses e *lusu-brasileiros* enquanto intermediários no transporte e colocação nos mercados de produtos que se tornariam cada vez mais indispensáveis ao desenvolvimento económico, ao progresso e ao bem-estar dos Estados, das indústrias, dos povos.

⁵⁴ *Journal d'un voyage*, in Jean Marcel Carvalho FRANÇA, *A construção do Brasil na literatura de viagem*, p. 480.

⁵⁵ Sobre o conceito de *pacto colonial* ver Fernando A. NOVAIS, *Portugal e o Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, 4.^a edição, São Paulo, Editora HUCITEC, 1986, pp. 58-62.

⁵⁶ Licínio José TEIXEIRA, «Le Brésil et la succession d'Espagne», p. 75; sobre o comércio efectuado por estrangeiros em domínios coloniais hispânicos ver Lucien BÉLY, «Comercio y diplomacia», p. 124.

Representações, sentimentos e *bonum publicum*

Numa tentativa de destacar alguns dos pontos que me mereceram particular atenção neste artigo, referiria que as expedições marítimas tornaram-se, no período em análise, um catalisador de energias e recursos de elites políticas, intelectuais e comerciais europeias, tal como foram um foco de interesse público, um alicerce de discursos ideológicos e políticos que determinaram uma nova visão do mundo e um outro modo de os europeus de se relacionarem com ele. Os registos associados às viagens, escritos numa linguagem de conhecimento e ciência, comercial e mercantil, eram lidos com avidez por um público cada vez maior e mais cosmopolita, que considerava a obra como uma espécie de bem-comum (*bonum publicum*), de património comum pertença da comunidade dos filósofos e das pessoas letradas, mas também dos governantes, comerciantes, marinheiros, homens de ciência, missionários, viajantes, constituindo um «repositório comum de informação» sobre *navegações e viagens*.

Muitas das descrições aqui enunciadas eram acompanhadas por informação de natureza visual: mapas, vistas, contornos de terra firme, instantâneos feitos por quem ia a bordo dos navios e que produzia estas imagens como «auxiliares de memória». Mas também para serem interpretados à distância, funcionando como «ferramentas auxiliares» na construção de imagens de outros lugares e povos. Eram, então, produzidos para uso dos viajantes e para ilustrar as suas lembranças, mas também dirigidos a outros que, graças à existência de mapas mais exactos e de referências visuais identificadoras de portos e barras, podiam navegar os mares de modo mais seguro e com menor risco de erro; ou, então, podiam visualizar com maior nitidez no conforto dos seus lares o perfil de novos mundos, outras terras, diferentes povos.

Esta informação responsável pela criação duma consciência planetária da Europa foi também uma contribuição inequívoca para a construção das memórias e das culturas nacionais. O contributo trazido por estes relatos era considerado pelos vários governos europeus como autêntico, poderoso e útil, sobretudo quando colocado ao serviço dos interesses dos Estados e da gestão e controlo dos territórios imperiais. Mas «Se a metrópole imperial tende a ver a si mesma como determinando a periferia (seja, por exemplo, no brilho luminoso da missão civilizatória ou na fonte de recursos para o desenvolvimento económico), ela é habitualmente cega para as formas como a periferia determina a metrópole – começando, talvez, por sua obsessiva necessidade de continuamente apresentar e re-apresentar para si mesma suas periferias e os outros»⁵⁷. Ora o diálogo e a interacção que se geram, particularmente através da *literatura de viagens*, acabarão inevitavelmente

⁵⁷ Mary Louise PRATT, *Os olhos do império. Relatos de viagens e transculturação*, Bauru, EDUSC, 1999, p. 31.

por influir na concepção e representação de como os centros imperiais se vêm a si próprios, nem que seja através do distanciamento em relação aos *outros* e pela negação.

No cumprimento duma função de *propaganda* nacional, os viajantes desenvolveram um discurso sedutor pontuado por actos de aventura, bravura e risco inerentes às grandes viagens oceânicas, por uma estratégia destinada a exaltar as virtudes próprias, individuais e nacionais, e a competir com os adversários. Assim sendo, estes relatos levavam em linha de conta os gostos e as expectativas do público-leitor, mas eram também formatados por preconceitos, paixões e sentimentos detidos pelos seus autores, por vezes determinados pela sua herança cultural⁵⁸.

Apesar de os viajantes pretenderem descrever, de forma exacta, o que presenciavam, tinham implícitas, por vezes de modo pouco ingénuo, comparações que apontavam na direcção de afinidades, simpatias e afectos ou de diferenças, incompreensões e intolerância, cada vez mais escudados em princípios de racionalidade, lógica e ciência. E a utilização desses princípios tão caros aos homens de setecentos teria, sem dúvida, peso na fundamentação das imagens de portugueses e *lusobrasileiros* como indolentes, supersticiosos, perguiçosos, ignorantes, que habitavam uma parte do mundo que tinha sido particularmente distinguida com benesses naturais. E, conseqüentemente, nas diferenças que separavam os *européus*, legitimadas em nome da Providência ou da Ciência, ou da superioridade civilizacional-ética e técnico-científica.

A literatura resultante das viagens marítimas contribuiu para a formulação e validou uma imagem específica de Portugal e da América portuguesa, de portugueses e *lusobrasileiros*, que, de modo paradoxal, concedia força e fraqueza à monarquia, devido às inevitáveis repercussões ao nível da competição entre estados, implícita na formulação de projectos expansionistas de dominação. Se a posição de Portugal na Europa era respaldada pelo poder que lhe era dado pela colónia sul-americana e se esse poder era política e diplomaticamente instrumentalizado pelo reino nas suas relações com os outros países europeus, esta colónia – com o seu ouro e as suas riquezas naturais – despertava junto das potências europeias o maior interesse, um interesse que tornava «muito duvidosa e arriscada a conservação d'aquelle Estado [Brasil]» num mundo falto de fé e dominado pela ambição, onde os príncipes mediam a sua justiça pelo seu poder. Esta era a visão ao revés: o modo como os portugueses, descendentes de uma velha potência e donos de um ainda enorme império, olhavam para a *outra Europa* e como viam o seu posicionamento nessa *Europa*. A fragilidade e a decadência do reino eram admitidas a par do reconhecimento da riqueza e importância da colónia. E, no entanto, o Conselho Ultramarino temia que esta magnificência estivesse na origem

⁵⁸ David GONZÁLEZ-CRUZ, «La construcción de imágenes sobre los extranjeros en España y América durante la Guerra de Sucesión: ingleses, holandeses, portugueses y franceses», in *Extranjeros y enemigos en Iberoamérica*, p. 121.

de um ataque por forças externas ao Brasil que, devido à sua dimensão e opulência, se tornava militarmente indefensável e fraco⁵⁹.

Qualquer que fosse o desfecho nos vários cenários de confronto e guerra ao longo do século XVIII, afigurava-se, pois, que estabelecer uma área de influência ou de domínio imperial sobre o Brasil só podia trazer as maiores vantagens para o país vitorioso. Contudo, creio que a argumentação que fundamentava estes intentos se terá refinado a partir de meados do século XVIII, uma vez que aos considerandos aqui referidos, os relatos passaram a associar também questões relacionadas com a religião (os dogmas do catolicismo), técnico-científicas (a inexistência de uma *cultura científica*) e com a governação (o absolutismo e o despotismo dos governantes). Ora estas diferenças contribuiriam para aumentar o afastamento entre as *duas Europas*.

⁵⁹ Consulta do Conselho Ultramarino a SM no anno de 1732, feita pelo conselheiro António Rodrigues da Costa, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 7, 1845, pp. 498-506.

QUADRO I

O «Brasil» em relatos de viajantes da primeira metade do século XVIII *

Data	Expedição	Comandante	Autor	Obra	Profissão	Local litoral
1695-97	Atlântico Sul	Mr de Gemmes	François Froger	<i>Relation d'un voyage fait en...aux cotes d'Afrique, Détroit de Magellan, Brésil, Cayenne et Isles Antilles (1699)</i>	engenheiro	Bahia Rio de Janeiro
1698-1701	Atlântico, Chile, Perú	Gouin de Beauchêne	Duplessis	<i>Description des sauvages patagons qui habitent le détroit de Magellan</i>	engenheiro	Rio de Janeiro
1698-1701	Atlântico, Chile, Perú	Gouin de Beauchêne	Delabat	<i>Description des terres vues pendant le voyage de M. de Beauchesne les années 1699, 1700, 1701</i>	engenheiro	Rio de Janeiro
1699	Austrália e Nova Guiné		William Dampier	<i>A voyage to New Holland in the year 1699 (1709)</i>	aventureiro	Bahia
1701	Mares do Sul	Pierre Perrée Coudray e Jean de Launay		<i>Journal du bord du président de Grénédan</i>		Rio de Janeiro
1702-1706	Atlântico Sul	Me Le Roux	Navio L'Agle	<i>Journal d'un voyage sur les costes d'Afrique et aux Indes d'Espagne*</i>	agente comercial	Bahia Rio de Janeiro
1708-11	Circum-navegação	Woodes Rogers	Woodes Rogers	<i>A cruising voyage round the world: first to the South Seas, thence to the East Indies...</i>	corsário	Ilha Grande Angra dos Reis
1708-11	Circum-navegação	Woodes Rogers	Edward Cooke	<i>A voyage to the South Sea and round the world in the years...</i>	corsário	Ilha Grande
1711	Atlântico Sul e Índia		Jonas Fink	<i>Propagation of the Gospel in the East</i>	tipógrafo	Rio de Janeiro
1711	Brasil	René Du Guay-Trouin	René Du Guay-Trouin	<i>Mémoires de Mr. Du Guay-Trouin (1748)</i>	comandante corsário	Rio de Janeiro
1711	Brasil	René Du Guay-Trouin	Guillaume François Parscau du Plessix	<i>Journal historique ou relation de ce qui s'est passé de plus mémorable dans la campagne de Rio de Janeiro</i>	guarda marinha	Rio de Janeiro
1711	Brasil	René Du Guay-Trouin	Joseph Collet	<i>The private letter books of Joseph Collet</i>	Comerciante Administrador da BEIC	Rio de Janeiro

Data	Expedição	Comandante	Autor	Obra	Profissão	Local litoral
1711	Brasil	René Du Guay-Trouin	Chancel La Grange	<i>Campagne du Brésil faite contre les Portugais</i> ***	tenente	Rio de Janeiro
1712-14	Atlântico Sul e Pacífico		Amedée François Frézier	<i>Relation du voyage de la mer du Sud aux cotes du Chily et du Perou fait pendant les années...(1732)</i>	engenheiro	Sl.ª Catarina Bahia
1714-17	Atlântico Sul e Pacífico		Le Gentil de La Barbinais	<i>Nouveau voyage autour du monde (1728)</i>	agente comercial	Ilha Grande Bahia
1719-1720	Mares do Sul	John Clipperton	William Betagh	<i>A voyage round the world</i>	marinheiro	Sl.ª Catarina
1719-1720	Mares do Sul	John Clipperton	George Shelvocke	<i>A voyage round the world by the way of the Great South Sea</i>	marinheiro	Sl.ª Catarina
1721	Atlântico Sul, Pacífico e Austrália	Jobon Koster	Carl Friedrich Behrens	<i>Histoire de l'expédition des trois vaisseaux envoyés par la CIO... (1739)</i>	comandante das tropas da CIO	São Sebastião
1740-4	Circum-navegação	George Anson	Richard Waller	<i>A voyage round the world in the years...by George Anson, Esq.... compiled by...(1748)</i>	capelão	Sl.ª Catarina
1740-41	Mares do Sul	George Anson	John Bulkeley e John Cummins	<i>A voyage to the South Seas</i>	artilheiro carpinteiro	Rio Grande Rio de Janeiro
1740-41	Mares do Sul	George Anson	John Young	<i>An affecting narrative of the unfortunate voyage and catastrophe</i>		Rio Grande Rio de Janeiro
1747-1748	Atlântico Sul e Pacífico	Mr. De Lehen	René Courte de La Blanchardière	<i>Nouveau voyage fait au Perou</i>	abade	Sl.ª Catarina
1748	Atlântico Sul e Índico	Pepin de Belisle	Pierre Sonnerat	<i>Arribada da nau L'Arc en ciel ao Rio de Janeiro, costa do Brasil</i> **	Oficial de marinha	Rio de Janeiro

* Jean Marcel Carvalho FRANÇA & Ronald RAMINELLI (2009), *Andanças pelo Brasil colonial. Catálogo comentado (1503-1808)*, Editora Unesp, São Paulo.

** *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (1968), 280: 225-260.

*** *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*.

«DESDE PISO E MARCGRAVE QUE NINGUÉM
COM CURIOSIDADE TOLERÁVEL DESCREVEU
A NATUREZA BRASILEIRA»:
OS RELATOS DE COOK, BANKS E PARKINSON
E A CONSTRUÇÃO DE IMAGENS
DO BRASIL COLONIAL *

«Da Largura, que a terra do Brazil tem pera o sertão não tracto, porque athe agora não houve quem a andasse por negligência dos Portuguezes, que sendo grandes conquistadores de terras não se aproveitão dellas, mas contentão-sse de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejos».

Frei Vicente do SALVADOR, *História do Brasil* in Maria Leda Oliveira Alves da SILVA, *História e política no Brasil de seiscentos. A História do Brasil de frei Vicente do Salvador*, vol. II, p. 320.

Quando associo numa mesma frase *fronteiras* e *Brasil colonial*, penso simultaneamente em *cartografia* e *religião*. Ou seja, e explicando melhor o que quero dizer, é que, se por um lado, visualizo o triângulo compacto que constitui o sub-continente sul-americano a que se sobrepõe um outro maciço triangular que representa o território brasileiro; por outro, não deixo de pensar no milagre que mantém este Brasil, constituído por uma multiplicidade de vários *brasis*, coeso enquanto entidade política e identitária que faz com que os brasileiros se reconheçam enquanto constituintes de uma nação¹.

* Este texto foi submetido para publicação à revista *Almanack Braziliense*, São Paulo, n.º 12, Novembro de 2010, pp. 35-51 <http://www.brasiliana.usp.br/almanack/index.php/almanack/article/view/714/pdf>. Uma primeira versão foi também apresentada à *CEM/Cultura, Espaço & Memória*, revista do Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória da Universidade do Porto.

¹ Esta referência a vários Brasis ou a um Brasil com vocações várias remete para a leitura de Luiz Felipe de ALENCASTRO, *O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

Esta questão não é despicienda, encontrando-se, por exemplo, plasmada na reflexão política brasileira do período pós-independência: a não-união e a não-uniformidade de opinião existentes entre as diferentes províncias brasileiras eram fenómenos notados e temidos por políticos e pensadores de inícios de oitocentos, enquanto possíveis factores de fragmentação e de divisão política da nação².

Questões como as da *identidade política e nacional* estão intrinsecamente associadas às *fronteiras* e à *integridade territorial* e remetem indubitavelmente para outro tipo de reflexões igualmente válidas, algumas de natureza conceptual e metodológica que, por mais que se conheçam e estudem, continuam a exercer interesse e fascínio³.

Apesar de ser mais do que óbvio, creio que um ponto de partida imprescindível para quem trabalha com identidade, fronteiras e territorialidade durante o período de formação do Brasil colonial passará pela utilização precisa de noções operativas, tais como: limites, fronteiras, demarcações, limites naturais, para além da reflexão inevitável em torno de geopolítica, identidade(s), nacionalidade, princípios legitimadores de soberania e posse, «negociação ou partilha» de autoridade, válidos para contextos históricos específicos. Torna-se também necessário reflectir em torno da noção de poder político e militar como vectores simultaneamente necessários à defesa do território de agressões externas e sustentáculos de estratégias de conquista e expansão, com o objectivo de estender o território, incorporar populações e controlar recursos.

Mas outras questões podem ser também de interesse. Uma delas está relacionada com a construção da fronteira do Brasil colonial enquanto processo dinâmico que, iniciado no século XV e não obstante os processos de correcção do velho tratado de limites ocorridos durante os séculos XVIII e XIX, continua a persistir no tempo.

Nesta linha, uma reflexão sobre a construção histórica da *fronteira* sul-americana encontra-se estruturada, de forma hábil, num artigo que Francisco de Solano escreveu na colectânea *Estudios (nuevos y viejos) sobre la frontera* (1991). Para este historiador, o Brasil nasceu, tal como nasceram

² Lúcia Maria Bastos Pereira das NEVES e Guilherme Pereira das NEVES, «Independência, autonomia e liberdade antes do liberalismo no Brasil (1808-1831)» in comunicação apresentada ao *Colóquio Luso-Brasileiro Territórios e Fronteiras do Poder* (ISCTE-IUL, Lisboa, 10-12 de Março de 2010).

³ É Lúcia Osório Silva que afirma que se alguns trabalhos da historiografia brasileira e argentina discutem a importância da fronteira na construção das sociedades sul-americanas, poucos consideram que esta experiência seja determinante na formação da identidade nacional e das suas instituições, contrariamente ao que terá ocorrido na América do Norte. Aqui, a fronteira terá contribuído para fortalecer os sentimentos dos americanos de fazerem parte de uma sociedade única e o debate gerado permitiu explicar o que era «ser americano» (v. «Fronteira e identidade nacional» http://www.abphe.org.br/congresso2005/textos/abphe_2003_101pdf (consultado 15.01.2010)).

outros territórios portugueses e castelhanos, em Tordesilhas. Nesta perspectiva, o que se interpretou neste tratado foram as zonas de influência e as fronteiras, reservando-se à iniciativa e capacidade de Portugal e Espanha a ocupação, distribuição e utilização do solo e povoamento de terras. Embora rígida, a linha de demarcação era difusa e o desconhecimento geográfico, humano e ecológico da realidade colonial nas regiões fronteiriças era notório. Daí resultou a construção duma fronteira «en perpetuo vaivén, move-diza, cambiente y dinámica» que não coincidirá com a linha demarcadora, uma fronteira em que os habitantes – mamelucos paulistas, habitantes dos sertões paraenses ou castelhanos dos vice-reinados – estiveram mais tempo em contacto do que em luta aberta e tiveram uma autonomia que lhes permitiu desenvolver formas de organização específicas, que implicaram todos os indivíduos sem excepção e pressupuseram o desenvolvimento de contactos que englobam desde os humanos e comerciais aos bélicos.

Acima de tudo, parece-me que, para este autor, a fronteira indeterminada e dinâmica, bem como os contactos que aí se estabelecem, são pontos-de-partida ou pretextos para a comparação primorosamente equilibrada das estruturas sociais, económicas e financeiras e dos vínculos naturalmente desenvolvidos pelas sociedades de fronteira ao longo de três séculos de expansão luso-espanhola⁴. Sobretudo fica claro que, se no processo de construção da fronteira a sul, os contactos entre portugueses e espanhóis foram intensos a partir de quinhentos, noutras regiões mais a oeste e a norte este processo de aproximação e contacto e, por vezes, de tensão e conflito só viria a registar-se em setecentos. São exemplos concretos deste fenómeno Mato Grosso e a Amazónia.

Outro conceito interessante foi divulgado junto do público português nos idos de 1999 pela revista *Oceanos*. Refiro-me ao que A. J. R. Russell-Wood desenvolve no artigo «Fronteiras do Brasil Colonial». Nele, o autor, aplicando ao caso brasileiro o conceito de Frederick Jackson Turner de «fronteira como metáfora», sai da noção de *fronteira* como mero limite físico, territorial, político ou geográfico, para valorizar o seu significado enquanto área de interacção entre diferentes culturas: no caso brasileiro, a europeia, a ameríndia e a africana. Para além disso, justapõe *fronteira* e *sertão*, um termo ambíguo que significava «terra de ninguém», habitado por grupos marginais ou marginalizados pela sociedade colonial. Assim sendo, o *sertão* «não era uma fronteira num sentido político ou geográfico, mas antes, um estado de espírito. Sertão não era uma palavra neutra. Era bárbaro, caótico, não cristão, não civilizado, e hostil aos valores e princípios (justiça, cristandade, disciplina, estabilidade, boa administração) apreciados pelos portugueses.

⁴ Francisco de SOLANO, «Contactos Hispano Portugueses en América a lo largo de la frontera brasileña (1500-1800)» in Francisco de SOLANO y Salvador BERNABEU, *Estudios (nuevos y viejos) sobre la frontera*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Centro de Estudios Históricos, 1991, pp. 187-215.

Era uma região esquecida por Deus e desconhecida do mundo civilizado. Resumindo, a civilização e a ortodoxia terminavam onde o sertão começava»⁵. O sertão significava simultaneamente eficácia de refúgio para os foragidos da justiça, da igreja, da opressão, e hipótese de oportunidade para bandeirantes e intermediários⁶, chegando alguns indivíduos a «fundir-se» com ele, como foi o caso de Domingos António que incorporou a palavra *Sertão* no nome. Violência, evasão e inortodoxia religiosa eram vectores que definiam a «cultura do sertão», por vezes associadas aos confrontos que aconteciam entre as três culturas reunidas no Brasil.

A permeabilidade da fronteira colonial sul-americana parece-me uma outra noção pertinente. Resultante da aplicação dos limites acordados nos gabinetes europeus em territórios anteriormente ocupados por povos índios, as demarcações coloniais negociadas entre Portugal e Espanha ignoravam, assim, outros territórios – os ameríndios – que, de há muito, tinham estabelecido estruturas de comunicação, vias de migração, rotas de comércio, relações de parentesco e coligações interétnicas. Ora esta característica acentuou-se com a fixação dos agentes de colonização nas áreas de fronteira. Não obstante deverem defender os interesses dos estados coloniais, estes indivíduos tinham vontades e interesses próprios, nomeadamente de natureza comercial, que contrariavam a noção de fronteira estanque⁷.

Ainda um outro aspecto que não deixa de me fascinar é que a produção científica luso-brasileira que conheço melhor em torno do tema toma sempre como objecto de estudo o continente, o interior e o acto de «*produzir a fronteira continental*». Inspirados em referências clássicas e ainda modelares, como são os estudos de Jaime Cortesão, Arthur Cezar Ferreira Reis, Luís Ferrand de Almeida ou Francisco de Solano, Mário Clemente Ferreira⁸, João António Lucídio⁹ e Nauk Maria de Jesus, Tau Golin¹⁰, Elisa Fruhauf

⁵ A. J. R. RUSSELL-WOOD, «Fronteiras no Brasil colonial» in *Oceanos*, Lisboa, n.º 40, Outubro/Dezembro 1999, p. 9.

⁶ Sobre o conceito ver Ângela DOMINGUES, «Régulos e absolutos: episódios de multiculturalismo e intermediação no norte do Brasil (meados do século XVIII)» in Ronaldo VAINFAS e Rodrigo Bentes MONTEIRO, *Império de várias faces. Relações de poder no mundo ibérico da época moderna*, São Paulo, Alameda, 2009 (também neste volume).

⁷ Ângela DOMINGUES, *Quando os índios eram vassalos. Colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000, pp. 226 e ss.

⁸ Mário Clemente FERREIRA, *O tratado de Madrid e o Brasil Meridional. Os trabalhos demarcadores das partidas do Sul e a sua produção cartográfica (1749-1761)*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

⁹ João António LUCÍDIO, «Fronteiras da Monarquia Portuguesa em América: rios Guaporé-Mamoré-Madeira (1748-1772)», apresentação de projecto nas 2.ªs Jornadas *História dos Impérios Ibéricos. Investigações em curso*, CHAM/Pablo de Olavide (FCSH/UNL, Lisboa, 2 a 4 de Março de 2010).

¹⁰ Tau GOLIN, *A fronteira. Governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina*, Porto Alegre, L&PM, 2 vols., 2002.

Garcia¹¹, entre outros, têm vindo a desenvolver estudos sobre a aplicação de procedimentos político-diplomáticos em relação a áreas geográficas específicas, privilegiando a organização administrativa, militar e religiosa em territórios ibéricos ou luso-franceses, ou fazendo incidir o cerne da sua abordagem na «revelação do espaço», através do conhecimento geográfico e científico-natural e da representação cartográfica, protagonizados, por exemplo, pela actividade de bandeirantes e tropas de demarcação.

Estes trabalhos admitem, então, que a marcha para oeste, para o interior, e que a ocupação de «terras livres» continuam a ser assuntos historio-graficamente férteis, sobretudo quando re-perspectivados à luz da afirmação da imagem do soberano na colónia e do fortalecimento do poder e da autoridade do Estado Moderno Português, não raras vezes negociada e partilhada com os poderes locais e os privados, ou da constituição de um sentimento de identidade colonial e pertença nacional, com significado particularmente importante nas franjas marginais das «conquistas brasílicas».

A produção histórica lusa e brasileira encontra, então, e justificadamente, assunto fascinante e inesgotável na gesta épica constituída pela formação territorial do Brasil, seja com domínios hispano-americanos ou com a Caiena, ampliando as vertentes analisadas pelos estudos clássicos sobre o tema ou abrindo ainda novas perspectivas, nomeadamente ao nível da história comparada entre os impérios e da valorização dos contactos quotidianos (feitos de contrabando, espionagem, fuga, comércio consentido, amizades) que se constituíram entre as populações da «raia»¹².

Contudo, na sua atracção pela *fronteira continental*, os historiadores esquecem ou secundarizam «o mar como a mais perfeita das fronteiras»¹³. De facto, e apesar das propostas das «novas amarrações da história colonial», esta omissão do mar enquanto fronteira é historicamente enquadrável. A génese desta linha de abordagem/raciocínio que remete para um *horizonte continental* pode já encontrar-se no fino humor da metáfora usada por frei Vicente do Salvador, quando define o fenómeno como «negligência dos Portuguezes, que sendo grandes conquistadores de terras não se aproveitão dellas, mas contentão-sse de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejos»¹⁴. Ou seja, apesar de ser dado adquirido que a colonização do

¹¹ Elisa Fruhauf GARCIA, *As diversas formas de ser índio. Políticas indígenas e políticas indianistas no extremo sul da América Portuguesa*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2009.

¹² Mário Clemente FERREIRA, *O antemural da colónia. Construção da fronteira em Mato Grosso no século XVIII*, apresentação de projecto nas 2.^{as} Jornadas *História dos Impérios Ibéricos. Investigações em curso*, CHAM/ Pablo de Olavide (FCSH/UNL, Lisboa, 2 a 4 de Março de 2010).

¹³ Ricardo José Baptista NOGUEIRA, «Fronteira: espaço de referência identitária» in *Atelier geográfico*, vol. 1, n.º 2, Dezembro 2007, p. 29.

¹⁴ Frei Vicente do SALVADOR, *História do Brasil* in Maria Leda Oliveira Alves da SILVA, *História e política no Brasil de seiscentos. A História do Brasil de frei Vicente do Salvador*, Tese (Doutoramento em História das Mentalidades), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2006, vol. II, p. 320.

Brasil se centrou, nos seus tempos iniciais, no litoral – é aqui que chegam os colonos, que se estabelecem os centros de decisão política, os núcleos urbanos e aldeamentos, as fazendas e engenhos; que se desenvolvem áreas produtivas; e se concentram pessoas, produtos, capitais, serviços e ideias –, este é sempre um ponto de partida para o interior, para o continente. As escolhas dos colonos de então e dos historiadores de hoje direccionam-se preferencialmente para o interior, seguindo os índios, as minas, o gado, os indivíduos, num processo de «estender o Império»¹⁵.

À semelhança da fronteira continental, também o litoral é simultaneamente fronteira geográfica e fronteira metáfora, resultado de um processo histórico, linha divisora de soberania, referência na construção e defesa do território colonial nacional. É igualmente uma via de fuga e refúgio, como demonstram os estudos sobre as fugas de escravos rebeldes e a formação de comunidades *maroon* nas Américas¹⁶; e surge como um imenso espaço de oportunidades, tal como é considerado na investigação de Ernst Pijning sobre contrabando e comércio ilícito, ou nos estudos de Luiz Felipe de Alencastro ou de João Fragoso sobre o contínuo intercâmbio entre Brasil e África.

Por outro lado, a coroa portuguesa, ao exercer a sua soberania sobre um território delimitado por fronteiras, manifestava o seu poder também no mar, entendido como espaço de circulação detentor de valor estratégico, que importava defender e explorar. Esta opção de estudar a fronteira marítima poderá, de certo modo, integrar-se, no âmbito da história e da cultura atlânticas, na medida em que «pretende ser um exercício na integração das múltiplas dimensões do mundo atlântico, uma ênfase (...) nas conexões, interconectividade, redes e diásporas que ligam a Europa, as Américas e a África; transferência de indivíduos, de flora, de fauna, de mercadorias e produtos, seja de línguas, de culturas, de manifestações de fé e de costumes e práticas tradicionais». Mas não nega ou renuncia ao conceito de *fronteira* enquanto separação – mas também permeabilidade –, entre nações e, logo, enquanto factor de distinção entre indivíduos e culturas. Antes, quando a consideramos num contexto internacional de interacção entre estados e nações europeias no Atlântico Sul, o termo *fronteira* é útil, porque permite uma percepção mais clara, mais lúcida do que é comum e do que é antagónico no encontro (e nos choques) entre *dois mundos*: o europeu continental e o colonial sul-americano¹⁷.

Nesta acepção, o Atlântico, para além de ser uma área compartilhada, moldada por uma história comum onde se cruzam rotas, pessoas, culturas,

¹⁵ A expressão é de Carlos Alberto ROSA, «O urbano colonial na terra da conquista» in *A terra da conquista. História de Mato Grosso colonial*, Cuiabá, Editora Adriana, 2003, p. 14.

¹⁶ Richard PRICE (ed.), *Maroon societies. Rebel slave communities in the Americas*, Baltimore and London, The Johns Hopkins University Press, 1996.

¹⁷ A. J. R. RUSSELL-WOOD, «Sulcando mares: um historiador do Império português enfrenta a “Atlantic History”» in *História*, São Paulo, 28 (1), 2009, p. 21.

mercadorias, produtos de todas as partes do mundo, é também um espaço historicamente em tensão, com uma história específica que não pode ser contada isoladamente, mas que terá que ser relacionada com outros impérios, nomeadamente os europeus.

O presente artigo propõe-se contribuir para o estudo da *fronteira marítima*, da identidade colonial e da construção de imagens do Brasil pela Europa setecentista através dos testemunhos de viajantes que durante o século XVIII tocaram os portos brasileiros e desvendaram, através de textos, imagens e objectos, o Brasil aos olhares europeus. Este contributo assume-se, assim, como produto parcelar, provisório e datado de um projecto que começa a tomar corpo e constrói-se em torno da primeira viagem de circum-navegação de James Cook e dos relatos produzidos, incidindo sobre testemunhos de viajantes que permaneceram durante um curto período de tempo ancorados na Baía da Guanabara e que tiveram contactos brevíssimos com a sociedade colonial e a natureza brasileira. Estas relatos reflectem, por um lado, o que a Europa culta conhecia até então sobre o Brasil quando, por exemplo, utilizam como fonte informativa os relatos produzidos por viajantes anteriores (por exemplo Anson, Byron), e propõem-se concorrer com nova informação, resultante da observação directa de fenómenos que ainda não tinham sido vistos ou, nalguns casos, observados e registados de acordo com as exigências e critérios científicos deste período, interiorizados por uma formação teórica e prática ministrada em academias, universidades e círculos intelectuais ou dependentes da utilização de instrumentos de observação e precisão cada vez mais evoluídos.

A formação de um dandy: «Todos os tontos fazem isso [Grand Tour pela Europa]; o meu Grand Tour será à volta de todo o globo»

Os sistemas de ventos e correntes do Atlântico Sul fizeram do Brasil um local incontornável para escala de navios em circulação no Atlântico Sul, para quem, depois de algumas semanas a navegar em mar aberto, com a água e alimentos deteriorados, se dirigia aos mares do Sul, através do Cabo Horn ou do estreito de Magalhães, ou rumava em direcção ao Índico, pelo Cabo da Boa Esperança.

Os portos brasileiros tiveram um estatuto *sui generis* como pontos de encontro entre o continente e o oceano, como eixos nos movimentos de pessoas, mercadorias e no intercâmbio de informações, simultaneamente *fronteira física* e *fronteira metáfora*¹⁸. Era nos portos brasileiros que os estrangeiros que viajavam por águas do Atlântico Sul eram avaliados pelas autoridades coloniais em função do grau de ameaça militar ou comercial

¹⁸ A. J. R. RUSSELL-WOOD, «Sulcando mares: um historiador do Império português enfrenta a “Atlantic History”» in *História*, São Paulo, 28 (1), 2009, p. 57.

que podiam representar à «boa ordem da república». Era também aqui que se aplicavam medidas jurídicas com repercussões na política, na economia, na sociedade e na religião, criando-se para o efeito barreiras alfandegárias, inspecções sanitárias e necessidade de autorizações administrativas para a mobilidade de pessoas e mercadorias em território colonial¹⁹. Tal como era nestes portos que as diferenças civilizacionais e culturais, bem como as pressões política, económica e militar das grandes potências mais se faziam notar, com os recém-chegados a considerarem-se num patamar civilizacional superior perante uma sociedade colonial que, embora de reconhecida matriz europeia, era portuguesa e se desenvolvia nos trópicos.

De entre estes portos, o Rio de Janeiro parecia ser uma escala preferida por quem viajava pelo Atlântico Sul como, aliás, fica bem claro na profusão dos descrições de viajantes, divulgados, por exemplo, em duas antologias recentemente editadas por Jean Marcel Carvalho França²⁰. A «*literatura de viagem*» na qual estes relatos se integram, para além de revelar um saber empírico construído pelas observações *in loco* acumuladas ao longo de sucessivas viagens, é, a par da correspondência pessoal, normalmente valorizada pelos historiadores da ciência e do pensamento científico como mecanismo setecentista de produção e disseminação de conhecimento, e logo, de *comunicar ciência*²¹. Neste processo há que considerar que os viajantes instruíam-se lendo relatos de viagens anteriores, acumulando progressivamente dados e descrições textuais, visuais e orais e aproveitando-se das experiências de outros viajantes. A estas adicionavam as suas experiências de viagem, refletindo, assim, um conhecimento constantemente corrigido de acordo com novas observações e descobertas²².

Mas os relatos podem também ser fontes válidas para um melhor entendimento da *fronteira* colonial e, assim, contribuir para um melhor entendimento de como os Impérios se pensavam a si e nas suas relações com os outros Impérios; e já agora, de como a Europa se considerava por contraste com outras civilizações ou com as colónias estabelecidas nos trópicos: «history was never a monopoly of Europe; and travellers' tales, whatever their

¹⁹ A. J. R. RUSSELL-WOOD, «Sulcando mares: um historiador do Império português enfrenta a "Atlantic History"» in *História*, São Paulo, 28 (1), 2009, p. 60.

²⁰ *Visões do Rio de Janeiro colonial (Antologia de textos (1531-1800))*, Rio de Janeiro, EdUERJ e José Olympio Ed., 1999 e *Outras visões do Rio de Janeiro colonial. Antologia de textos (1582-1808)*, Rio de Janeiro, José Olympio Ed., 2000; Maria Fernanda BICALHO, «A cidade do Rio de Janeiro e a articulação da região em torno do Atlântico-Sul: séculos XVII-XVIII» in *Revista Regional de História*, 3 (2), Inverno 1998, pp. 7-36.

²¹ James MCCLELLAN III, «Scientific institutions and the organization of science» in Roy PORTER (org.), *Cambridge History of Science. Science. Eighteenth century Science*, Cambridge, Cambridge University Press, vol. 4, 2003, p. 89.

²² Maria Fernanda BICALHO, «Diários de bordo, expedições científicas e narrativas de viagens: observações, descrições e representações do Rio de Janeiro (séculos XVII e XVIII)» in *Navigator*, 2010 (artigo no prelo, cedido pela autora, a quem expresseo o meu agradecimento).

claim to objectivity, were no more value-free than the narratives or impressions of their hosts. Those whom Europeans met on their expeditions also met Europeans»²³.

De entre as descrições que foram produzidas por viajantes europeus durante a segunda metade de setecentos, há algumas que merecem, neste momento, uma atenção particular, por terem contribuído, pelos objectivos e impacto que tiveram, para o «redimensionamento da imagem do mundo, substituindo a figura da terra geometricamente ordenada por um mosaico de povos e culturas»²⁴. São elas, as decorrentes da primeira viagem de circum-navegação do capitão James Cook, a saber: três diários de viagem (James Cook, Joseph Banks, Sydney Parkinson) e um «relato oficial», resultante da síntese dos diários de Cook e Banks, publicado numa antologia de textos (John Hawkesworth) As quatro relações detêm particular interesse para o entendimento das questões acima apontadas, sobretudo quando confrontadas com cartas particulares e com correspondência oficial trocada com autoridades portuguesas e ainda quando se consideram os desenhos e os esboços ou as curiosidades recolhidas no decurso da viagem, nomeadamente as relacionadas com o Brasil.

A primeira viagem de circum-navegação de Cook ocorreu num curto período de tempo em que inúmeras expedições financiadas pelos governos de França (Bougainville e La Perouse), Inglaterra (Byron, Wallis, Carteret e Cook), Espanha (Malaspina) exploraram o globo com a obrigação de observar, descrever e publicar e de contribuir para a civilização dos povos bárbaros, ensinando-lhes o significado de bandeiras e canhões, de propriedade e comércio, de comportamento civilizado²⁵. «But they were always conscious that this theatre was always a play within a play – about world, systems of power, about reifications of empire, about encompassing the globe and hegemony», porque descobrir significava tanto descobrir um local, como descobri-lo para alguém – e transmitir esse conhecimento em livros vendáveis, consumidos por um público curioso e ávido de notícias sobre mundos diferentes, exóticos²⁶.

Os papéis de Cook, Banks e Parkinson espelham indiscutivelmente os seus autores enquanto indivíduos: os seus génios, interesses, objectivos, a

²³ Brian DURRANS, «Venture to the exterior» in Kim SLOAN (org.), *Enlightenment. Discovering the world in the eighteenth century*, Londres, The British Museum, 2003, p. 224.

²⁴ Maria Fernanda BICALHO, «Diários de bordo, expedições científicas e narrativas de viagens: observações, descrições e representações do Rio de Janeiro (séculos XVII e XVIII)», in *Navigato*, 2010 (artigo no prelo).

²⁵ Horacio CAPEL, «Geografía y arte apodémica en el Siglo de los Viajes» in *Cuadernos críticos de Geografía Humana*, n.º 56, ano IX, Marzo 1985.

²⁶ Greg DENING, «The theatricality of observing and being observed: Eighteenth-century Europe “discovers” the ? century Pacific» in Stuart B. SCHWARTZ (org.), *Implicit understandings: observing, reporting and reflecting on the encounters between Europeans and other peoples in the Early Modern Era*, Cambridge, Cambridge University Press, 1994, p. 452.

sua formação enquanto homens de ciência ou com interesses científicos, e as suas notórias diferenças sociais²⁷. Tal como afirma Susan Bassnett, «Travellers write about what they see, and their perceptions are shaped by the cultural context from which they come and by all that they have read and experienced in that culture»²⁸.

Assim, enquanto que o relato de Cook, filho de camponeses, empregado desde muito jovem num canteiro de construção naval em Whitby e formado na Marinha britânica, reflecte os interesses dum oficial naval, escolhido pelo Almirantado Britânico como chefe da expedição e representante de nação britânica, está repleto de referências náuticas e incidentes de viagem com interesse para a navegação – reconhecimento do litoral e de baías, descrição de portos onde os navios podiam encontrar abastecimento e socorro fácil, profundidade das águas, latitudes e longitudes²⁹; o de Banks espelha os interesses de um jovem aristocrata formado na Universidade de Oxford que, considerando banal fazer o seu *Grand Tour* pela Europa, o substitui por uma viagem em torno do globo, elaborando um relato onde regista, classifica, descreve espécimes (especialmente os vegetais) e ordena mundos que se iam abrindo perante si, filosofando sobre questões como *progresso* e *civilização* – e reflectindo sobre povos e nações, produções, hábitos, religião, governos³⁰; e, finalmente, o de Parkinson, reflectindo uma posição menos «oficial» e mais espontânea, esclarece questões pouco claras nos outros, descrevendo rotas, sinais de terra, espécies avistadas, mas também a morte de um marinheiro e as intenções, restrições, cautelas, justificações das «atitudes oficiais» dos responsáveis pela viagem³¹. Quanto ao último relato, o de Hawkesworth, não é uma colectânea enciclopédica de textos de viajantes, na

²⁷ O propósito primeiro desta viagem de circum-navegação, organizada conjuntamente pela Royal Society e Royal Navy, era claro: observar e registar o trânsito de Vénus na sua passagem pelo sol no local onde o fenómeno estaria claramente visível: o Pacífico Sul e Port Royal, no Tahiti.

²⁸ Susan BASSETT, «Introduction» in Jennifer SPEAKER (org.), *Literature of travel and exploration: an Encyclopaedia*. New York: Fitzroy Dearborn Publishers, vol. I, 2002, p. xi. http://books.google.pt/books?id=on2ShbwVzp4C&pg=PR111&lpg=PR111&dq=%22the+theme+of+travel+runs+through%22&source=web&ots=kZaXy12pVu&sig=M2k2zM3zZ_fNGSe_UW-OL78pMiA&hl=pt-PT&sa=X&oi=book_result&resnum=2&ct=result.

²⁹ *James Cook's Journal of remarkable occurrences aboard His Majesty's Bark Endeavour, 1768-1771, 1768*. Description of Rio de Janeiro (http://southseas.nla.gov.au/journals/cook_remarks/001.html).

³⁰ *The Endeavour Journal of Joseph Banks*, vol. I, 1768 (http://www2.sl.nsw.gov.au/banks/series_03/download.cfm); Richard WHITE, «Making it up as you go along» (extracto de *On holidays*) in *The age* (<http://www.theage.com.au/news/Books/Making-it-up/2005/04/01/1112302220728.html>) (consultado em 18.03.10).

³¹ *A journal of a voyage to the South Seas in His Majesty's Ship The Endeavour, faithfully transcribed from the papers of the late Sidney Parkinson, draughtsman to Joseph Banks, Esq. on his late expedition with Dr. Solander, round the world Embellished with views and designs delineated by the author and engraved by capital artists...* (<http://southseas.nla.gov.au/journals/parkinson/001.html>) (consultado a 25.01.2010).

linha de Haklyut, Thevenot ou Prévost, mas centra a sua atenção nas viagens que, na sua opinião, mais teriam contribuído para o conhecimento náutico e científico à escala terrestre: as de Byron, Wallis, Carteret e Cook. Assim, esta narrativa é construída pela fusão coerente dos *papéis* de Cook e Banks, que, depositados no Almirantado britânico ou detidos pelos respectivos autores, dão origem a numa «estratégia de propaganda» destinada a glorificar a nação inglesa como potência marítima plenamente consolidada neste período e a exaltar a coroa britânica que, numa conjuntura de paz e prosperidade relacionada com o final da Guerra dos Sete Anos, promoveu viagens com propósitos científicos. Neste texto, as observações científicas alternam com ditos jocosos, alusões literárias, acidentes divertidos, fazendo de *An account of the voyages undertaken by the order of His Present Majesty for making discoveries in the Southern Hemisphere...* um livro popular, que num curto espaço de tempo conheceu várias edições a preços acessíveis, bem como algumas traduções em francês e alemão: «a popularity only enhanced by condemnation of its “immoral” content», relacionado com as descrições de carácter e hábitos dos diferentes povos que habitavam o globo, do Atlântico ao Pacífico.

Importa salientar que motivos estratégicos, políticos, económicos, culturais e de recreação justificavam a rapidez na disseminação destas viagens e do conhecimento por elas permitido sobre novas gentes, novos produtos, outros continentes. Um interesse em conhecer os *outros*, potenciais aliados ou inimigos, por razões instrumentais relacionadas com vantagens diplomáticas, classificação científica, especulação filosófica, ou simplesmente por puro entretenimento³².

A viagem de Cook e os relatos a que dava origem pretendiam contribuir para o melhor conhecimento de litorais e ilhas até então desconhecidos, para a segurança dos mares, o progresso do comércio, o desenvolvimento das nações e o bem-estar e felicidade dos povos. No entendimento dos envolvidos – tanto os que promoviam e executavam as viagens, como os que escreviam e disseminavam os resultados –, estas iniciativas beneficiariam não só a Inglaterra, como toda a Humanidade. Implícita estava a obtenção de reconhecimento internacional (leia-se europeu) da superioridade marítima e científica britânicas³³. Uma das estratégias adoptadas para «dar esta informação ao mundo» era o texto editado³⁴. Mais do que os manuscritos, os impressos eram acessíveis a um público cada vez maior e mais cosmopolita, que

³² Richard WHITE, «Making it up as you go along» (extracto de *On holidays*). In *The age* (<http://www.theage.com.au/news/Books/Making-it-up/2005/04/01/1112302220728.html>) (consultado em 18.03.10).

³³ John HAWKESWORTH, *Relation des voyages entrepris par l'ordre de Sa Majesté Britannique et successivement exécutés par le Commodore Byron, le Capitaine Carteret, le Capitaine Wallis et le Capitaine Cook, dans les vaisseaux le Dauphin, le Swallow, et l'Endeavour*; traduite de l'anglois tomos I a VIII, À Paris: Chez Saillant et Nyon et Panckoucke, 1774.

³⁴ Sidney PARKINSON, *A journal of a voyage to the South Seas in His Majesty's Ship The Endeavour...* (<http://southseas.nla.gov.au/journals/parkinson/001.html>) (consultado a 25.01.2010).

considerava a obra como uma espécie de bem-comum (*bonum publicum*), pertença da comunidade dos filósofos e das pessoas letradas³⁵.

Apesar da diversidade de formação e das «agendas» dos autores dos relatos, depreende-se que há uma espécie de «questionário» que se encontra subjacente às observações que efectuam. Este espelhava o que Cook, Banks e Parkinson, homens ilustrados do seu tempo, valorizavam na recolha de informação, tanto em relação ao «mundo natural», como ao «mundo artificial», um questionário eclético e com pressupostos utilitários³⁶: questões ligadas à marinharia e à náutica, de incontestável interesse para a navegação, incidindo particularmente na descrição de sistemas de ventos e correntes, profundidade das águas, condições climatéricas, sinais distintivos de proximidade de terra e formas de identificação de portos; descrição de portos, fortificações, sistemas de vigilância e defesa e protocolos de entrada e amaragem; informação sobre o clima e temperatura do ar; reflexões sobre a evolução das sociedades, os seus costumes e «carácter», patentes em observações de natureza demográfica, diversidade étnica, temperamento, alimentos, moedas; informação relacionada com a natureza: observações filosóficas e naturais, com especial relevo para as botânicas (frutas, vegetais, plantas medicinais), dados sobre produções agrícolas, estado da agricultura e desenvolvimento de outras actividades, tais como a criação de gado, manufacturas, minas; descrição de núcleos urbanos, traçado de ruas e casas; equipamento urbano (fontes, aquedutos), igrejas; organização política e formas de governo.

A passagem de Cook pela baía da Guanabara pode considerar-se do ponto de vista das relações oficiais e individuais como politicamente tensa. Os recém-chegados eram membros de uma nova potência com enorme poder naval; eram estranhos que se imiscuíam na vida quotidiana e no universo mental coloniais; eram estrangeiros vistos com receio, desconfiança e, por vezes, medo, tanto pelas autoridades coloniais, como pelas populações³⁷.

No sentido de regular intrusões de estrangeiros, a coroa legislou ao longo do século XVIII com o propósito de limitar ao máximo a presença destes indivíduos em território colonial, legalmente restringida a necessidades imperiosas, decorrentes de abastecimento e aguada, reparo de embarcação e socorro em caso de doenças ou, então, a contactos comerciais limitados, ligados à venda de «carga viva», os escravos, e das mercadorias

³⁵ Isabelle PUNTIN, «O papel das traduções nos intercâmbios científicos europeus nos séculos XVI e XVII» in Peter BURKE e R. Po-chia HSIA (org.), *A tradução cultural nos primórdios da Europa Moderna*, São Paulo, Editora UNESP, 2009, p. 202.

³⁶ Esta ideia de «questionário» implícito é reforçada quando se comparam os vários relatos, tomando também em consideração locais diferentes como, por exemplo, Madeira e Rio de Janeiro.

³⁷ Ramiro FLORES GUZMÁN, «El enemigo frente a las costas. Temores y reacciones frente a la amenaza pirata, 1570-1720» in Cláudia ROSAS LAURO (org.), *El miedo en el Perú, siglos XVI al XX*, Lima, Fondo Editorial, PUC-Perú, 2005, pp. 33-34.

estritamente necessárias para pagar as prestações de serviços (calafetagem, carpintaria, cuidados médicos) e os alimentos. De igual modo, a fortaleza de Santa Cruz e os fortes no sopé do Pão de Açúcar, colocados à entrada da baía, a cidadela de S. Sebastião e as fortificações da ilha das Cobras, Boa Viagem, S. Domingos, Villegagnon, cumpriam uma função vigilante na defesa da cidade, secundados por vários regimentos de tropas regulares e de milícias na defesa da *fronteira colonial*. Esta componente militar não passou despercebida ao olhar treinado de James Cook, que descreveu, com alguma atenção, a organização militar e os sistemas de defesa da cidade.

Temendo que os recém-chegados constituíssem uma «ameaça à boa-ordem da república» e quisessem atacar o Rio de Janeiro ou dedicar-se a alguma actividade comercial abusiva, o vice-rei conde de Azambuja aplicou escrupulosamente a legislação que regulamentava a amaragem dos navios em território brasileiro: o oficial que Cook enviou a terra com ordens para ser evasivo sobre o destino final da viagem, foi tomado como «refém» temporário enquanto não se procedeu à inspecção do navio e esta inspecção foi registada num auto de exame que revela como Cook foi inquirido sobre a origem, destino e propósitos da viagem, número de oficiais e tripulação, capacidade da embarcação e quantidade de canhões, o tipo de carga e as razões pelas quais tinha aportado ao Rio de Janeiro³⁸. Não tendo estes contactos iniciais contribuído para apaziguar as desconfianças do conde de Azambuja em relação aos objectivos britânicos, mandou o vice-rei bloquear a embarcação por escaleres e não foi permitido a ninguém ir a bordo sem escolta ou desembarcar sem ser em companhia de uma sentinela e apenas em frente do palácio do vice-rei³⁹.

Os protestos de Cook, logo secundados pelos de Banks, chegaram sob a forma de vários memoriais e de correspondência enviada para Inglaterra via Lisboa: o modo como a recepção aos ingleses foi conduzida era considerado como «uma indignidade» e «um insulto [que] nunca foi antes admitido por nenhum comandante de hua nau de guerra pertencente a Sua Majestade Britânica» e «huma brexa daquella cordialidade e amizade que tanto tempo tem subsistido entre Suas Majestades Britânica e Fidelíssima»⁴⁰.

A vigilância imposta aos britânicos destinava-se a impedir o seu desembarque no Rio, algo por que eles ansiavam desde o início, quando tinham avistado o litoral coberto de palmeiras e de árvores que lhes eram desconhecidas. Tentavam iludir este controle descendo por uma corda até um bote e

³⁸ A.H.U., CU, *Rio de Janeiro*, 017, cx. 89, doc. 7827, Auto de exame feito ao *Endeavour* a 13 de Novembro de 1768.

³⁹ A.H.U., CU, *Rio de Janeiro*, 017, cx. 87, doc. 7647, Ofício do conde de Azambuja a Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre a chegada de James Cook ao Rio, de 28 de Novembro de 1768.

⁴⁰ A.H.U., CU, *Rio de Janeiro*, 017, cx. 87, doc. 7647, «O memorial do tenente Diogo Cook, comandante da nao de Sua Magestade Britânica a *Endeavour* a S. Exa. conde Rolim, vice-rei e capitão-general dos Estados do Brasil», de 17 de Novembro de 1768.

indo depois a terra, o que lhes permitia fazer algumas excursões em zonas menos frequentadas⁴¹. Os protestos que expressavam a sua decepção eram particularmente ensurdecedores quando davam conta que a tripulação dum navio espanhol, que tinha chegado na mesma altura, tinha desembarcado tranquilamente, enquanto que eles permaneciam enclausurados no *Endeavour* havia três semanas⁴². Não obstante, os principais membros da tripulação puderam ir a terra e, embora atestando a injustiça de desconfianças e acusações relacionadas com comércio ilícito, Cook notava a abundância e o bom preço das provisões; Solander foi a terra para socorrer um frade e passear pela cidade; e Banks passou um dia a recolher pássaros e plantas em torno da baía da Guanabara, e a par da aquisição de alimentos, menciona também a compra de ouro e pedras preciosas, como topázios e ametistas.

Um gentleman a bordo: «Nunca ninguém foi para o mar melhor preparado para o estudo da História Natural, nem de forma mais elegante...»

Relatos, correspondência e memoriais são elementos fundamentais para perceber, através deste estudo de caso, as fronteiras culturais existentes entre a sociedade britânica e a sociedade *luso-brasileira*, num período em que a Inglaterra era um *theatrum mundi*, uma referência para os ilustrados.

Nesta apreciação contava o facto de o mundo parecer diferente quando visto de um barco, influenciando no modo como os viajantes se definiam perante os *outros* e em relação a si próprios – «I twice remonstrated to His Excellency telling him (...) my business and who I was». Neste caso, quem eram estes viajantes, ou para ser mais precisa, como se consideravam? Evocando aqui algumas questões já sugeridas por Anne Secord com outros objectivos – o da construção de redes dos circuitos de informação científica estabelecidos na Inglaterra oitocentista, bem como dos princípios de confiança e validação de informação a eles associados⁴³ –, estes indivíduos descreviam-se ao vice-rei conde de Azambuja como súbditos leais da coroa britânica, pessoas confiáveis e credíveis, com interesses náuticos e científicos, cujo trabalho reverteria em benefício da humanidade em geral. Era o reconhecimento da utilidade da sua missão científica, especialmente concedido por George III, que lhes tinha permitido ingressar a bordo do *Endeavour* e de aí beneficiar de acomodações e conforto: «I am a gentleman and one of fortune sufficient to have (at my own expense) fitted out part of the expedition under my own

⁴¹ Sidney PARKINSON, *A journal of a voyage to the South Seas in His Majesty's Ship The Endeavour...*, (<http://southseas.nla.gov.au/journals/parkinson/001.html>) (consultado a 25.01.2010).

⁴² British Library, *Miscellaneous Papers*, Add. 34733, fl. 38, Relatório dirigido a Earl de Morton, Presidente da Royal Society, por Daniel Charles Solander, de 1 de Dezembro de 1768.

⁴³ Anne SECORD, «Corresponding interests artisans and gentlemen in the nineteenth-century natural History» in *British Journal for the History of Science*, vol. 27 (4), Dezembro 1994, pp. 383 e ss.

direction; which is intended to examine the Natural History of the countries where we shall touch. For the execution of this understanding I have with me proper People who, as well as myself, have made that science their particular study»⁴⁴. Estes indivíduos eram, para além de Joseph Banks, o botânico sueco Daniel Charles Solander, discípulo de Lineu, os pintores Sidney Parkinson e Alexander Buchanan, um astrónomo, Charles Green, um secretário e quatro criados (de que dois eram negros), integrados numa tripulação constituída por um total de noventa e três pessoas.

O universo dos chefes da expedição regia-se por regras de conduta e códigos de etiqueta próprios da aristocracia setecentista, a que não eram alheias noções, tais como honra, lealdade, zelo, cortesia, verdade, respeito – e reciprocidade. Afinal, estas regras de conduta de «pessoas de bem» pareciam ser em tudo, menos na última, idênticas às que regiam as decisões de António Rolim de Moura, que, contudo, iam em sentido oposto às pretensões britânicas. De facto, o vice-rei recusava-se a permitir a entrada de Banks em território brasileiro, invocando que considerava estar «a faltar à minha obrigação e à minha honra» se o permitisse⁴⁵. O factor decisivo que motivava estas divergências parece ser, então, as relações de devoção e lealdade que cada súbdito devia ter com o monarca e na defesa dos interesses do seu país. Ora isso tinha repercussões e consequências a nível político, epistemológico, cultural e científico.

Contudo, relações cordiais entre os súbditos de estados soberanos como Portugal e Inglaterra implicavam, como mencionei, uma reciprocidade que, no entender de Cook, Banks e dos seus homens, não estava a ser observada: «Será necessário lembrar a V. Exa. que os súbditos de S. Majestade Fidelíssima tem sido sempre tratados em diferente maneira em toda a parte dos Domínios de S. Majestade Britânica na Europa, Azia, África e América, donde estou certo que os súbditos de S. Majestade Fidelíssima tem sempre recebido dos oficiais de S. Majestade Britânica todo o sinal de gentileza e amizade, porquanto o tal modo he estimado pelos Inglezes hum debito devido a todos os súbditos de hum Rey em paz e amizade com seo Amo»⁴⁶. Ao contrário do que tinha ocorrido em outras viagens anteriores, não tinha havido cerimónias de boas vindas, visitas de cortesia, jantares a bordo ou conversas amenas, e apenas ao comandante da expedição, fortemente escoltado, tinha sido permitido o desembarque para que pudesse apresentar as suas saudações e protestos de paz e amizade ao vice-rei.

⁴⁴ British Library, *Miscellaneous Papers*, Add. 34733, fl. 38 Memória de Joseph Banks, Esq., ao conde Rolim de Moura, vice-rei e governador-general do Brasil, de 17 de Novembro de 1768. Os gastos com a parte científica da expedição foram estimados em £ 10,000.

⁴⁵ British Library, *Miscellaneous Papers*, Add. 34733, fl. 43v, Resposta de D. António Rolim de Moura a Joseph Banks, Esquire, de 20 de Novembro de 1768.

⁴⁶ A.H.U., CU, *Rio de Janeiro*, 017, cx. 87, doc. 7647, O memorial de José Banks a S. Exa. conde Rolim vice-rey e capitão-general dos Estados do Brasil, de 17 de Novembro de 1768.

Este surgia aos olhos dos leitores britânicos, que liam relatos como os de Cook, Banks e Hawkesworth, como um ignorante que acreditava ainda no sistema geocêntrico e um déspota absoluto que exorbitava os seus poderes, «as absolute as any Monarch on earth»⁴⁷. Não permitia que indivíduos ilustrados cumprissem uma missão científica que beneficiaria a Inglaterra e a humanidade. Era capaz de manter um indivíduo preso sem lhe instruir julgamento ou de enviá-lo a Lisboa sem informar a família do facto. Tal como tinha dado ordens de prisão «without any reason being given» a cinco ou seis ingleses que, neste período, habitavam na cidade e um português que tinha feito algumas transacções em nome da tripulação⁴⁸.

Por seu turno, os súbditos do vice-rei eram definidos como «troublesome people» e «illiterate impolite gentry», «the laziest as well as the most ignorant race in the whole world» que, habitando um território fertilíssimo, em tudo semelhante às Índias Orientais, continuavam a depender de Lisboa para provimento de produtos tropicais, como café e chocolate⁴⁹. Banks, numa linha de pensamento próxima à de autores contemporâneos, como Zacharie de Pazzi de Bonneville (1771), Joseph de La Porte (1772), o abade Raynal (1781) – que definiam os espanhóis como os europeus mais brutos, ignorantes, selvagens e bárbaros, em suma, como uma antítese dos modelos de modernidade –, considerava que os portugueses estariam numa escala civilizacional «far behind the rest of Europe, except possibly the Spaniards»⁵⁰. E fundamentava esta afirmação argumentando questões de carácter (inércia, indolência, preguiça e ignorância) e, sobretudo, na falta de iniciativa para implementar manufacturas úteis ou desenvolver técnicas que permitissem o desenvolvimento económico e o aumento de produtividade.

Importa agora clarificar que, de acordo com o espírito da época, estas considerações de Banks resultavam estritamente do que via. E como não tinha aportado no litoral português, não podia descrever a sociedade reinol, nem partir dela para descrever as sociedades de matriz portuguesa com que deparou durante a viagem: as da Madeira e do Rio de Janeiro. Contudo, como homem culto e literato, formado numa universidade de prestígio internacional, não devia ignorar as reflexões de eruditos sobre as sociedades ibéricas. E as características que tinham saltado aos olhos, tanto na Madeira, como no Brasil, permitiam-lhe afirmar que estivessem ambos os territórios «in the hands of any other people in the world, its value might easily be dou-

⁴⁷ James Cook's *Journal of remarkable occurrences aboard His Majesty's Bark Endeavour, 1768-1771* (http://southseas.nla.gov.au/journals/cook_remarks/001.html).

⁴⁸ Havia contudo suspeitas de contrabando a justificar estas detenções (*The Endeavour Journal of Joseph Banks*, vol. I, December, 01, 1768, Rio de Janeiro 98) (http://www2.sl.nsw.gov.au/banks/series_03/download.cfm).

⁴⁹ *The Endeavour Journal of Joseph Banks*, vol. I, November 1768; Rio de Janeiro December 1768, 114 (http://www2.sl.nsw.gov.au/banks/series_03/download.cfm).

⁵⁰ Jorge CAÑIZARES-ESGUERA, «Iberian Science in the Renaissance: ignored how much longer?» in *Perspectives on Science*, vol. 12, n.º 1, 2004, pp. 94-95.

bled, from the excellence of its climate capable of bearing any kind of crop, a circumstance which the Portuguese do not make the least advantage of»⁵¹.

Aceitando, então, a premissa recorrente em obras como as acima mencionadas de que os portugueses eram parte de uma *outra* Europa, a Europa Mediterrânica, menos «civilizada» que a Europa do Norte, como estes viajantes caracterizavam as sociedades a que os lusos tinham dado origem nos trópicos? Um local onde, na opinião de Banks, mesmo os produtos intrinsecamente tropicais, como alguns legumes e frutas referidos nos relatos, saíam quase sempre desfavorecidos de uma comparação com o que era produzido ou consumido nos países europeus?

Para além de permitir perceber os pré-juízos e a responsabilidade que os britânicos consideravam ter em relação aos *outros*, a informação analisada permite também perceber os conceitos que a Inglaterra e os ingleses fazem de si próprios, através destes seus representantes e face às reacções que tiveram perante a sociedade colonial luso-brasileira. Estes indivíduos tinham inscritas nas suas observações ideias, frequentemente não explícitas, deles, dos *outros* e do que lhes conferia identidade – tal como a linguagem, a cor, a etnicidade, a religião, o género – as quais são, muitas vezes, formadas por comparação, bem como pelo reconhecimento/identificação ou distanciamento. «Each group's sense of its own cultural identity shaped its perception of others, and this in turn was refracted back on self-understanding»⁵². Assim, perante a «vociferação» de orações e cânticos, uma manifestação da exuberante catolicidade dos luso-brasileiros, os britânicos distanciam-se como protestantes; face às limitações científicas do vice-rei e do seu *entourage*, que confundiam o trânsito de Vénus com a passagem da Estrela do Norte pelo Pólo Sul, assumem-se orgulhosos possuidores de um conhecimento científico mais evoluído, afastados das restrições que a religião católica impunha ao conhecimento científico; quando criticam a ignorância e a falta de curiosidade filosófica que levava a que ninguém tivesse produzido um estudo válido sobre o mundo natural brasileiro desde Piso e Marcgrave, reclamam para si uma função interveniente no estudo científico de locais onde a *ciência* não tinha ainda entrado; enquanto homens ilustrados e civis, distanciam-se do comportamento exorbitante e abusivo dum despótico vice-rei.

De igual modo, percebe-se como interpretavam e reflectiam acerca da grande teoria do lugar da humanidade na natureza ou da função redentora que esperavam da civilização europeia (britânica) a nível global. Nesta linha de raciocínio, «o modelo de desenvolvimento» era o europeu, e o Velho Mundo ocupava um lugar cimeiro na hierarquia civilizacional, embora todos

⁵¹ *The Endeavour Journal of Joseph Banks*, vol. I, November 1768, Madeira 31 (http://www2.sl.nsw.gov.au/banks/series_03/download.cfm).

⁵² Stuart B. SCHWARTZ, «Introduction» in Stuart B. SCHWARTZ (org.), *Implicit understandings. Observing, reporting and reflecting on the encounters between Europeans and other peoples in the Early Modern Era*, Cambridge, Cambridge University Press, 1994, p. 3.

os povos, mesmo os mais bárbaros, incivilizados e incultos, podiam progredir e ser «trazidos à civilização». Neste processo, as expedições financiadas pelos governos das novas potências em ascensão deviam contribuir para civilizar os nativos, ensinando-lhes o exercício das artes na prossecução do bem-estar económico e moral: «the hope of leaving among the rude and incultivated nations that he might discover, something that would render life more value and enrich them, perhaps in a certain degree, with the knowledge or, at least, with the productions of Europe»⁵³. Ou seja, para Banks e para os seus contemporâneos, a ciência, a tecnologia e os ideais que lhe estavam associados – como progresso, bem-estar, felicidade – deviam ser partilhados e utilizados em benefício da humanidade em geral: «for the relief of man's state», com vista à obtenção de melhorias económicas e morais; e «for the advancement of Britain's national interests», numa relação de poder que considerava os europeus – e particularmente os britânicos – num patamar civilizacional e material superior, capazes de levar a todas as partes do mundo a ciência e o progresso⁵⁴.

Questionando o *wishful thinking* que emana de «programas civilizacionais» como estes, cumpre, pois, perguntar o que de facto acontecia quando os representantes dos «mundos civilizados» ultrapassavam fronteiras geopolíticas e se deparavam com incompreensões não só políticas como também culturais, geradas por «outros mundos civilizados», como os criados por poderes coloniais no Atlântico Sul? Ou, reformulando a questão, se, como defende Stuart Schwatz, «in social and religious terms, Brazil was created to reproduce Portugal, nor to transform or transcend it», como pensar as relações que outros europeus (britânicos) desenvolveram com os portugueses na colónia durante a década de 1760 e de que forma é que o aprofundar deste problema pode contribuir para uma melhor compreensão de sentimentos de pertença, de identidades (nacionais e coloniais) ou, ainda, de consciências históricas colectivas⁵⁵?

⁵³ John HAWKESWORTH, *An account of the voyages undertaken by the order of His Present Majesty for making discoveries in the Southern Hemisphere and successively performed by Commodore Byron, Captain Wallis, Captain Carteret and Captain Cook in the Dolphin, the Swallow and the Endeavour, drawn up from the journals which were kept by the several commanders, and from the papers of Sir Joseph Banks, Bart.*, p. 3 (<http://southseas.nla.gov.au/journals/hv23/title.html>).

⁵⁴ Daniela BLEICHMAR, «Visible empire: scientific expeditions and visual culture in the Hispanic enlightenment» in *Postcolonial Studies*, vol. 12, n.º 4, 2009, p. 448; John GASCOIGNE, *Science in the service of Empire: Joseph Banks, the British State and the uses of science in the Age of Revolution*, Cambridge: Cambridge University Press, 1998, p. 23.

⁵⁵ Stuart B. SCHWARTZ, «The formation of a colonial identity in Brazil» in Nicholas CANNY e Anthony PAGDEN, *Colonial identity in the Atlantic world (1500-1800)*, Princeton, Princeton University Press, 1987, p. 19.

A natureza brasileira considerada por Joseph Banks: «uma paisagem infinitamente agradável ao olhar por um curto período de tempo porque com a continuação, sem dúvida cansaria»

O Brasil era descrito por Cook, Banks e Parkinson como uma espécie de «terreno virgem» para os naturalistas, uma vez que muitas das espécies animais, vegetais e minerais observadas não eram conhecidas, nem tinham sido estudadas, classificadas e descritas de acordo com os critérios científicos exigidos pela *ciência de Lineu*, ou observadas e medidas através de instrumentos de precisão transportados nesta viagem, como termómetros e microscópios. Apesar de utilizar livros recentes, como os resultantes das viagens de William Dampier⁵⁶, George Anson⁵⁷, do comodoro Byron⁵⁸, ou das observações científicas de Edwards e Brissons; e não obstante reconhecer validade ao saber empírico de marinheiros, pescadores ou carpinteiros para assuntos relacionados com as suas profissões, Joseph Banks possivelmente considerava que as descrições fornecidas por estes indivíduos – que não tinham uma formação científica específica e/ou um conhecimento directo ou actualizado do território brasileiro – não eram suficientemente precisas no que tocava à descrição de espécimes naturais: «Indeed no one that I know of even tolerable curiosity has been here since Marcgrave and Piso about the year 1640, so it is easy to guess the state in which the natural history of such a countrey must be»⁵⁹. À semelhança do que acontecia em relação a Espanha e a territórios hispano-americanos, também os portugueses eram criticados por não serem *observadores filosóficos* e por terem condenado ao abandono científico as colónias brasileiras. É que depois de reconhecidas contribuições epistemológicas ao nível da cosmografia e da náutica (as constelações do hemisfério sul), da botânica e farmacopeia (introdução de novos

⁵⁶ *A new voyage round the world describing particularly the isthmus of America, several coasts and islands in the West Indies, the Isles of Cape Verd, the passage by Terra del Fuego, the south sea coasts of Chili, Peru, and Mexico ; the Isle of Guam, one of the Ladrões, Mindanao, and other Philippine and East India islands near Cambodia, China, Formosa, Luconia, Celebes, &c., New Holland, Sumatra, Nicobar Isles ; the Cape of Good Hope and Santa Hellena : their soil, rivers, harbours, plants, fruits, animals, and inhabitants : their customs, religion, government, trade, &c.*, London, Printed for James Knapton, 1697 (<http://www.galapagos.to/TEXTS/DAMPIER-0.HTM> acedido em 08.03.2010).

⁵⁷ Richard WALTER, *Voyage round the world in the years 1740, 41, 42, 43, 44 by George Anson, esquire, commander in chief of the squadron of His Majesty's ships sent upon an Expedition to the South-Seas compiled from papers and other Materials of the Right Honourable George lord Anson and published under his direction by... A, Chaplain of his Majesty's ship the Centurion in that expedition*, Londres, printed for the author by John and Paul Knapton, 1748 (versão ed. 1901 em <http://www.gutenberg.org/etext/16611>, acedida a 08.03.2010).

⁵⁸ «Commodore Byron's voyage» in John HAWKESWORTH, *Account of the Voyages... in the Southern Hemisphere*. London: 1773 <http://southseas.nla.gov.au/journals/hv01/contents.html>, acedido a 08.03.2010)

⁵⁹ *The Endeavour Journal of Joseph Banks*, vol. I, November 1768, Rio de Janeiro 94 (http://www2.sl.nsw.gov.au/banks/series_03/download.cfm).

remédios relacionados com as plantas exóticas dos Novos Mundos) e da geografia em quatrocentos e quinhentos (descobrimiento de novas terras), tanto portugueses e espanhóis, súbditos de países *católicos*, estavam, no entender dos britânicos de setecentos, completamente afastados das *ideologias protestante e iluminista* destes viajantes que, em pleno século XVIII e em nome da *ciência*, da *razão* e libertos das limitações impostas pelos dogmas do catolicismo, pretendiam redefinir os limites de mundos habitáveis e a navegabilidade de oceanos⁶⁰.

Era através de relatos como os de Cook, Banks e Parkinson, ou de narrativas como a de Hawkesworth que os europeus iam gradualmente conhecendo a geografia do litoral americano e a imensidade de populações que aí habitava. Na natureza brasílica encontravam-se as flores mais bonitas, os pássaros de plumagem mais elegante, insectos e borboletas de todas as variedades, caranguejos em grande quantidade, «a sight infinitely pleasing to the eye for a short time tho no doubt it would soon tire with the continuance of it»⁶¹. O açúcar, tabaco e abóboras eram de grande qualidade, mas as couves, ervilhas, favas, feijões e nabos, os ananases, melancias, melões, laranjas, limas, bananas, mangas, cajus, maçãs, pêras e pêssegos, muitos deles inegavelmente tropicais, eram consideradas como sendo de qualidade inferior às cultivadas nos jardins britânicos ou provadas pelos apurados paladares europeus; umas vezes insípidas ou ácidas, outras vezes sem sabor ou aroma. As laranjas, sendo melhores do que as que se consumiam em Inglaterra, podiam, no entanto, comparar-se às produzidas em Itália e Portugal. Tal como os pastos eram «the worst I ever saw on account of shortness of grass and consequently the beef sold in the market though it is tolerably cheap is so lean that an Englishman can hardly eat it»⁶². A mandioca, descrita como um substituto de pão, era utilizada pelos luso-brasileiros em forma de «cakes they made with it taste as if they were made of sawdust»⁶³. Contudo, a principal riqueza da colónia não provinha da agricultura, mas das minas, localizadas no interior da colónia a uma distância indeterminada e com as vias de comunicação fortemente regulamentadas pelas medidas legislativas emanadas do governo regional e controladas pela vigilância das tropas de dragões. Quanto às manufacturas, excepto as redes de algodão, eram de todo inexistentes no país.

⁶⁰ Jorge CAÑIZARES-ESGUERA, «Iberian Science in the Renaissance: ignored how much longer?» in *Perspectives on Science*, vol. 12, n.º 1, 2004, p. 93. Sobre o e Iluminismo católico ver Evergton Sales SOUZA, «The Catholic Enlightenment in Portugal», in Ulrich L. LECHNER e Michael PRINTY (org.), *A companion to the Catholic Enlightenment in Europe*, Leiden e Boston, Brill, 2010, pp. 359-402.

⁶¹ *The Endeavour Journal of Joseph Banks*, vol. I, November 1768, Rio de Janeiro 94 (http://www2.sl.nsw.gov.au/banks/series_03/download.cfm).

⁶² *The Endeavour Journal of Joseph Banks*, vol. I, December 1768, Rio de Janeiro, 114 (http://www2.sl.nsw.gov.au/banks/series_03/download.cfm).

⁶³ *The Endeavour Journal of Joseph Banks*, vol. I, December 1768, Rio de Janeiro, 114 (http://www2.sl.nsw.gov.au/banks/series_03/download.cfm).

Em relação à cidade do Rio de Janeiro, importa notar que a capital dos domínios portugueses na América do Sul era relatada como sendo comparável a cidades como Bristol ou Liverpool: regular e bem construída, de malha urbana quadricular e dotada de boas casas com balcões, com um aqueduto que supria a cidade de água de qualidade sofrível, detentora de inúmeras igrejas profusamente ornamentadas, e governada por um sistema «much more despotick even than that of Portugal though many precautions have been taken to render it otherwise»⁶⁴.

Em suma, a colónia brasileira era considerada por Banks, Parkinson e Cook como um local fertilíssimo e subaproveitado, de bom clima, com abundância de peixes, animais, frutas e muitos outros produtos que não se descreviam porque não tinham sido observados, capaz de produzir tanto géneros de primeira necessidade, como de luxo, com muito pouco esforço ou investimento: «was it in the hands of Englishmen we should soon see its consequence, as things are tolerably plentiful even under the direction of the Portuguese, who I take to be without exception the laziest as well as the most ignorant race in the whole world»⁶⁵.

De que forma é que olhares como estes, expressos na *literatura de viagens* setecentista, que enfatizam a imagem de um Brasil detentor de recursos naturais inesgotáveis e subaproveitados, associada a uma presença portuguesa incapaz de explorar na sua plenitude esses recursos naturais, nomeadamente através do uso de recursos técnicos eficazes, por um lado; e por outro, de britânicos esforçados, trabalhadores, detentores de conhecimentos científicos e recursos tecnológicos, que tinham por vontade e missão levar a «civilização» aos locais por onde passavam, para a honra e a glória do seu país, em particular, e da humanidade, em geral, estão na origem ou influenciaram, de algum modo, os projectos hegemónicos e expansionistas que, nos inícios de oitocentos, colocavam o Brasil no âmago das preocupações imperialistas britânicas?

Neste cenário importa considerar que o período é marcado pela concorrência entre duas grandes forças políticas, a França e a Inglaterra, que se defrontam e que competem pela definição de poderes sobre áreas com interesse político ou económico à escala global. Um dos focos de animosidade neste embate de impérios era Portugal e a sua colónia sul-americana. A vontade de alguns britânicos, como o «imortal Guilherme Pitt», era que os países até então subjugados pela França procurassem a protecção de Inglaterra. O monarca português deveria ir para o Brasil ou, caso não o quisesse

⁶⁴ *The Endeavour Journal of Joseph Banks*, vol. I, December 1768, Rio de Janeiro, 114 (http://www2.sl.nsw.gov.au/banks/series_03/download.cfm) 107; *James Cook's Journal of remarkable occurrences aboard His Majesty's Bark Endeavour, 1768-1771* (http://southseas.nla.gov.au/journals/cook_remarks/001.html).

⁶⁵ *The Endeavour Journal of Joseph Banks*, vol. I, December 1768, Rio de Janeiro, 128 (http://www2.sl.nsw.gov.au/banks/series_03/download.cfm).

fazer, «ignorante dos seus verdadeiros interesses ou corrompido pelas preposições pacíficas da perfídia franceza», a Inglaterra deveria invadir o Brasil. A fundação de um novo Império, governado a partir de um novo centro, Nova Lisboa, em ligação directa com a Europa através de Plymouth, devia excluir Napoleão e «a maldita seita dos Revolucionários Jacobinos», recusando peremptoriamente os emigrantes, a língua, a cultura franceses. Ao invés, os britânicos transportariam «logo para lá tudo o que pertencer para as fábricas e o que respeita aos tesouros dos três reinos da Natureza, enterada e escondida naquella região depressa sahirá à luz»⁶⁶.

Projectos semelhantes que reconhecem as potencialidades da natureza e das produções naturais brasileiras, bem como os embates surdos entre as duas grandes potências europeias, encontravam-se subentendidos quando, em 1798, numa missiva dirigida por Lord Grenville, primo de William Pitt e Home Secretary, a Henry Dundas, primeiro visconde Melville e War Secretary durante o governo de Pitt, afirmava que o controle do Brasil pela Inglaterra devia ser integral, nem que para isso tivessem que ceder à França «two small settlements which they [Portuguese] say they have in the Philippine, instead of what France asks of them in Brazil. I conclude few things could be worse for us than France get any foot there»⁶⁷. E persistia ainda em 1807, quando William Eden, primeiro barão de Auckland, presidente do Board of Trade, escrevia a Grenville, então já primeiro-ministro, que «we should acquire exclusively the key to all trade and treasures of South America»⁶⁸. Agora, o objectivo já não era exclusivamente o Brasil, mas tinha-se alargado a parte significativa do sub-continente sul-americano. Neste período, as intenções imperialistas britânicas, anteriormente manifestadas em planos de Francisco de Miranda e Home Riggs Popham, revelaram-se na anexação de Buenos Aires por tropas britânicas por duas vezes, a primeira sob chefia de William Carr Beresford entre Junho e Agosto de 1806 e a segunda, sob o comando de John Whitelocke, em Julho do ano seguinte.

É já num contexto da Guerra Peninsular e de luta pela sobrevivência da integridade soberana portuguesa que Domingos António de Sousa Coutinho, ministro plenipotenciário junto de Sua Majestade Britânica, e George Canning assinaram a Convenção Secreta de 1807, na qual o representante do monarca britânico se comprometia a defender os interesses do regente português, conquanto que este ponderasse a hipótese de transferência da

⁶⁶ *Discurso do immortal Guilherme Pitt, pronunciado poucos anos antes do seu falecimento, no Parlamento Imperial dos Reinos Unidos da Grã-Bretanha e Irlanda. Contem reflexões e prognósticos dignos de perpétua lembrança dos veneradores deste grande homem de estado*, Lisboa, na Officina de António Rodrigues Galhardo, 1821, p. 9.

⁶⁷ British Library, *Historical Manuscripts Commission. Reports on the manuscripts of the JB Fortescue esq. Preserved at Dropmore*, vol. IX, Londres, Printed for His Majesty's Stationery Office, 1915, p. 143, Carta de Lord Grenville a Henry Dundas, de 11 de Dezembro de 1798.

⁶⁸ British Library, *Historical Manuscripts Commission. Reports on the manuscripts of the JB Fortescue* vol. IX, p. 143, Carta de Lord Auckland a Lord Grenville de 14 de Novembro de 1807.

corde para a colónia brasileira e impedisse que as colónias e a marinha mercante e militar de Portugal capitulassem perante Napoleão. Por seu turno, era clara a obtenção de vantagens comerciais por parte de Inglaterra através da tentativa de assegurar a exclusividade comercial com o Brasil, para o que se pretendia reservar a exclusividade sobre Santa Catarina ou outro local da costa brasileira⁶⁹. Com a assinatura deste acordo, a *influência formal* da Inglaterra sobre Portugal ficava clara. A partir daqui, as pressões de Canning para concretizar as hipóteses aventadas na convenção foram notórias, como, por exemplo, quando exortava D. João a resistir ao jugo francês e preservar a independência nacional através da reconstituição da sede da monarquia no Brasil.

De acordo com José Jobson Arruda, esta era uma alternativa a um projecto secreto definido pelo governo britânico em 1805, para invadir com 18000 homens a colónia portuguesa e utilizar os portos coloniais como «plataforma de conquista» para uma expansão agressiva na América do Sul rumo ao Pacífico: o *Plan to open new sources of trade*, era «considerado indispensável e emergencial face à ruptura de balança de poderes no continente europeu resultante da expansão francesa, forçando os ingleses a garantirem sua própria independência por um sistema de compensações em escala mundial». A troca de auxílio financeiro, protecção militar e de se garantir aos sul-americanos o exercício dum comércio livre, os britânicos asseguravam-se do abastecimento regularizado de cânhamo e madeira para a sua indústria naval, de algodão para a sua indústria têxtil e de ouro e prata em quantidade⁷⁰.

Com este estudo de caso pretendemos contribuir para mostrar que os choques culturais e as fronteiras interculturais não são exclusivos do período de chegada dos europeus à América, nem se restringem unicamente aos contactos e confrontos ocorridos entre europeus e ameríndios, africanos ou asiáticos. Semelhante perspectiva, baseada em noções restritivas de identidade, é estreita. Durante o período em consideração, os Impérios e as «ambições» imperiais determinaram alguns contactos e confrontos culturais, sem que, por vezes, deste processo tivesse resultado qualquer tipo de intercâmbio, fusão, «empréstimo» ou apropriação – constatação que se pode explicar pela brevidade de muitos destes contactos. Contudo, estes podem ser compreendidos no âmbito da acção dos Impérios europeus e das redes constituídas com objectivos de poder, influência e domínio sobre *outros*. Fenómenos deste tipo não têm sempre, como pretendemos exemplificar, expressões violentas, patentes, por exemplo, na sujeição/aculturação de

⁶⁹ José Jobson de Andrade ARRUDA, «A abertura dos portos e a ruptura do sistema colonial luso-brasileiro» in Jorge COUTO (org.), *Rio de Janeiro, capital do Império Português (1808-1821)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Tribuna da História, 2010, p. 85.

⁷⁰ José Jobson de Andrade ARRUDA, «A abertura dos portos e a ruptura do sistema colonial luso-brasileiro» in Jorge COUTO (org.), *Rio de Janeiro, capital do Império Português (1808-1821)*, p. 85.

povos, na conquista territorial e militar ou nas práticas políticas. Ao invés, podem impor-se (e evidenciar-se) pelo conhecimento de uma superioridade a nível científico e tecnológico, pelo reconhecimento da incapacidade de uma nação em explorar competentemente as potencialidades naturais ou manufactureiras; ou pela ambição de estabelecer um controlo monopolístico de produtos coloniais supostamente com vista ao desenvolvimento comercial e mercantil à escala global e, por vezes, para honra, glória e proveito de um país específico, neste caso concreto, a Inglaterra.

Como pode ser percebido por este estudo de caso, centrado nos relatos de viagem de Cook, Banks e Hawkesworth, estas redes articulam-se, por vezes de forma nebulosa, com hierarquias de raça, classe social, religião, conhecimento, entre outras, projectando os seus protagonistas como influentes e superiores e os *outros* como subordinados ou inferiores. Neste caso particular, os *outros* não eram os africanos, os asiáticos ou os ameríndios. Eram os portugueses nos trópicos.

UM «SAGRADO DEVER» OU UMA «AMARGA POLÍTICA»?: O PARADISIÁCO BRASIL DE LEOPOLDINA*

A vontade de viajar e de conhecer outras regiões, povos e culturas, bem como de os descrever, transmitindo experiências e conhecimentos adquiridos a outros que também viajam ou que apenas se limitam a «ser solidários» com o viajante a partir do conforto das suas secretárias ou poltronas, mais do que uma moda ou um gosto é um fenómeno intemporal.

Apesar de o assunto me parecer interessante, não quero obviamente enveredar pela problemática relacionada com as viagens imaginárias que tocam as fronteiras da literatura ficcional – de que um dos arquétipos mais antigos é a viagem de Ulisses para além dos pilares de Hércules e um exemplo mais próximo será o das aventuras mirabolantes de Baudolino à Terra Santa e ao Preste João¹. Igualmente no âmbito dos relatos de viagens imaginárias, consideremos ainda, porque com mais propriedade e outras consequências no imaginário europeu e em viagens realizadas posteriormente à data da edição, o caso das *Viagens* de Jean de Mandeville, um suposto cavaleiro mercenário inglês ao serviço do sultão nas lutas contra os Beduínos, que relata as suas aventuras pelo Egipto, Índia, Ásia, China, Mongólia. Ora, provou-se ser Jean de Mandeville um certo Jean de Bourgoigne, físico de Lutich, que tinha unicamente feito uma viagem na sua vida, ao Egipto, embora o relato publicado fosse tido por verdadeiro, tornado *bestseller* e usado como obra de referência para aquelas outras partes do Velhíssimo Mundo².

* Este texto foi publicado em *Anais-Revista do Centro de História de Além-Mar*, volume IX, 2008, pp. 207-225.

¹ Umberto Eco, *Baudolino*, Lisboa, Difel, 2005.

² Jean de MANDEVILLE, *Viagens*, São Paulo, Edusc, 2007; «Having visited no foreign country except Egypt, he was compelled to make use of the descriptions of others and to publish his compilation under a pseudonym. He discloses, in the situations borrowed often word for word from various authors, an extraordinarily wide range of reading, and he understood how to present his matter so attractively that the work in manuscript and print had a wonderful popularity» in Jean de Mandeville <http://home.newadvent.org/cathen/09587b.htm>.

É surpreendente como viajantes que realizaram e continuam a efectuar viagens a sítios reais sejam fortemente influenciados por relatos de viagens ficcionais. Lembro, a propósito, que muito recentemente uma querida e saudosa amiga brasileira visitou a nossa Lisboa do século XXI deixando-se guiar pelos romances de Eça de Queirós. É claro que pronta e espontaneamente (ou talvez nem tanto) lhe recomendei vivamente a leitura de *A queda de um anjo*, de Camilo Castelo Branco, onde o herói ou anti-herói romântico, o deputado Calisto Elói de Silos Benevides de Barbuda, morgado da Agra de Freima, do termo de Mirandela, inicia os seus primeiros passos por Lisboa oitocentista seguindo os périplos dos clássicos latinos, de que adveio uma infundável e irónica série de erros e equívocos³.

Susan Bassnett escreveu que «Travelers write about what they see, and their perceptions are shaped by cultural context from which they come and by all that they read and experienced about that culture»⁴. A esta reflexão juntaria uma outra, a de que um país é tão bem descrito pela sua geografia, planícies, montanhas e rios como pelas palavras, descrições, memórias e até anedotas, afirmação com a qual concordo perfeitamente ou não fosse eu originária daquele «tiny little country near Spain», forma como uma honrada senhora norte-americana definia o meu país depois de o ter visitado num verão qualquer.

Já neste registo – o das verdadeiras viagens e dos verdadeiros relatos –, pensemos, por exemplo, no *Livro* de Marco Pólo. Por largo período de tempo, este livro, juntamente com as *Viagens* de frei Odorico de Pordenone, constituiu a fonte de informação europeia minimamente acessível e fiável sobre a Rota da Seda, Arménia, Pérsia, Afeganistão, até à Mongólia e China⁵. Em Marco Pólo e Pordenone, como aliás em tantos outros livros que identificamos como sendo literatura de viagens, os limites entre realidade e ficção são difíceis de estabelecer⁶.

³ Camilo Castelo BRANCO, *A queda de um anjo*, Coleção Clássicos da Literatura Portuguesa, Porto, Porto Editora, s.d http://www.portoeditora.pt/bdigital/pdf/NTSITE99_QuedaAnjo_Cap01.pdf

⁴ Susan BASSNETT, «Introduction» in *Literature of travel and exploration: an Encyclopaedia*, Jennifer Speaker (org.), vol. I, New York, Fitzroy Dearborn Publishers, 2002, p. xi. http://books.google.pt/books?id=on2ShbwVzp4C&pg=PR11&lpg=PR11&dq=%22the+theme+of+travel+runs+through%22&source=web&ots=kZaXy12pVu&sig=M2k2zM3zZ_fNGSe_UW-OL78pMiA&hl=pt-PT&sa=X&oi=book_result&resnum=2&ct=result

⁵ Enviado pelo Papa Inocêncio IV em missão diplomática junto do Grande Tártaro Mongol, o franciscano Odorico de Pordenone terá viajado por Veneza, rumo a Constantinopla, Golfo Pérsico, Índia, Ceilão, Sumatra, Java, China, Mongólia, Tibete. Foi uma das fontes de Jean de Mandeville http://en.wikipedia.org/wiki/Odoric_of_Pordenone

⁶ «Manuscript editions of his work ran into the hundreds within a century after his death. The book was recognized as the most important account of the world outside Europe that was available at the time. Today there are more than 80 manuscript copies in various versions and several languages around the world» in «Marco Polus and his travels» in <http://www.silk-road.com/artl/marcopolo.shtml> Embora com uma dose de imaginação e fantasia suficiente, o livro resultou da viagem de vinte e quatro anos de um jovem oriundo de uma família de abastados

Seguidamente consideremos o salto epistemológico que ocorre com a literatura de viagens da «Idade das Navegações», quando a «ciência» expulsou dos mares e de ilhas imaginárias seres lendários e míticos. Esse conhecimento científico náutico que garantia que era tecnicamente possível regressar a um local onde se tinha estado pela primeira vez e assim dominar os oceanos, fez com que estes seres imaginários se refugassem no Novo Mundo.

«Volver de los viajes con memorias ò relaciones escritas de lo visto – instrumentos de información y controle en manos de la Corona – fue una exigência explicita de los reyes a partir de la segunda travesía de Colón»⁷. Deste modo, as viagens e a literatura de viagens assumem-se como um meio privilegiado para conhecer e avaliar as consequências culturais do expansionismo europeu, sendo claramente uma das formas mais dramáticas de expressão do que os europeus de então viam pela primeira vez e de como fizeram chegar aos seus contemporâneos (e até nós) os registos desses fenómenos. Através deles é possível repensar, entre outras questões, a da dinâmica de encontros e dos confrontos, a dos diferentes conceitos de soberania e das relações centro-periferia, as teorias raciais e a formação de noções de identidade, a evolução das formas de organização do conhecimento, bem como das alterações dos métodos de registo.

Os primeiros europeus a descrever o Novo Mundo viram coisas novas e estranhas e desenvolveram em relação a elas sentimentos de aproximação, compreensão ou de repulsa, incompreensão. A América e o Brasil tornaram-se os lugares onde tudo era possível. Por vezes, ao tentar torná-las mais perceptíveis, socorrem-se de imagens familiares aos seus leitores, algumas em voga nos romances vulgarmente lidos ou vivas no imaginário europeu, como é o caso das célebres Amazonas que, tendo sido descritas nas «relações verdadeiras» das viagens de «Orellanas» e «Aguirres», vêm a sua existência ser questionada e cientificamente desmontada pelo corregedor e ouvidor-geral Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio (Rio Negro em 1774-1775). O relatório da viagem foca este aspecto revelando que, não obstante para um ilustrado a questão já não ser digna de crédito, ainda dava «algum trabalho». A conclusão do ouvidor foi de que, *de facto*, não existiam⁸.

mercadores venezianos. Francisco Maria Esteves PEREIRA, *O livro de Marco Paulo, O livro de Nicolau Veneto, Carta de Jeronimo de Santo Estevam, conforme a impressão de Valentim Fernandes feita em Lisboa em 1502*; com três fac-similes, introdução e índices, Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1922.

⁷ Carlos Alberto GONZALÉZ SANCHEZ, «Discursos y representaciones de la cultura escrita em el mundo hispánico de los siglos XVI y XVII» in *Cultura escrita y sociedad*, n.º 2, Abril 2006, p. 41

⁸ António PORRO, *As crónicas do rio Amazonas. Notas etno-históricas sobre as antigas populações indígenas da Amazônia*, Editorial Vozes, Petrópolis RJ, 1992; Francisco Xavier Ribeiro de SAMPAIO, *Diário da viagem que em visita e correição das povoações da capitania de S. José do Rio Negro fez o ouvidor e intendente geral da mesma, no ano de 1774 e 1775*, Lisboa, na Tipografia da Academia, 1825.

Os impérios coloniais seiscentistas e setecentistas, construídos com base numa economia desenvolvida à escala mundial, com manufacturas europeias a serem produzidas e vendidas nas colónias, deviam exportar e impor uma «missão cultural e civilizadora europeia» a todo o mundo, porque tinham uma função redentora: o modelo cultural europeu era superior a todos os outros, desejável a todos os outros, menos desenvolvidos, menos civilizados, mais «primitivos». Embora quando se tratasse de a impor aos *Outros*, este «modelo de cultura europeia ocidental» tivesse *nuances*: de acordo com as diferentes perspectivas, a cultura de uma nação europeia era sempre melhor que a da outra e ainda mais se se tratasse destes encontros (ou confrontos) nas colónias e com as sociedades coloniais. Mas para além de todos estes juízos de valor, a atracção por estes «strange new worlds» e pelas culturas mais bárbaras, selvagens, inferiores era inevitável.

Neste período, o êxito editorial que a literatura de viagens teve explica-se em parte porque estes livros eram histórias de heróis destemidos num mundo povoado por povos selvagens, perigosos piratas, inimigos ignorantes. Esta literatura tinha uma função didáctica e de entretenimento junto da população que vivia os relatos de navegadores como se de aventuras se tratassem e via nas descrições de sociedades e povos estranhos e exóticos a superioridade da civilização europeia ocidental. Mas, simultaneamente, constituía uma fonte de informação útil tanto para quem de facto viajava, como para políticos e mercadores que, do conforto dos seus gabinetes, avaliavam territórios e políticas, produtos e lucros. Assim se explica que, por exemplo, *A voyage around the world in the years MDCCXL, I, II, III, IV*, por George Anson, tenha conhecido quinze edições entre 1748 e 1776⁹. Do mesmo modo, os trabalhos de John Mawe, Thomas Lindley, Henry Koster ou Maximiliano de Wied-Neuwied conheceram inúmeras e rápidas edições e traduções em francês, italiano, holandês e alemão.

Nos dias de hoje a literatura de viagens continua a ter um enorme sucesso, talvez ainda maior com a «democratização» do turismo. Não quero obviamente expressar que o conceito «turista» seja equiparável a «viajante», nem tão-pouco entrar nessa discussão¹⁰. Em inúmeras prateleiras de livrarias, guias turísticos com o êxito e prestígio que os *Blue Guides* (o primeiro, *London and its environments*, foi publicado em 1918) ou os *Lonely Planet Guide*, (o primeiro, *Across Ásia on the Cheap*, foi editado em 1973) coexistem com relatos de viagem de aventura e exploração dos mais diversos períodos,

⁹ Ângela DOMINGUES, «O Brasil nos relatos de viajantes ingleses do século XVIII: produção de discursos sobre o Novo Mundo» in *Revista Brasileira de História*, vol. 28, n.º 55, Janeiro-Junho 2008, p. 147.

¹⁰ Sobre esta distinção Susan Bassnett cita apropriadamente Paul Fussell: «Tourism as not self-directed but externally directed. You go not where you want to go but where the industry has decreed you shall go. Tourism soothes you by comfort and familiarity and shields you from the shocks of novelty and oddity. It confirms your prior view of the world instead of shaking it up» (in «Introduction», p. xii).

dando-nos ideia da importância que a «literatura de viagens» continua a desempenhar num mundo onde as novas tecnologias permitem o acesso a uma informação que chega célere e quase gratuita.

Não deixa de ser curioso que este gosto intemporal por «literatura de viagens» e sobre o que ela transmite inclua igualmente, a par do que de mais actual se escreve sobre um país ou uma região, a leitura e análise de relatos de viagens feitos em períodos recuados. Estamos, agora, num outro domínio, no da reedição de textos históricos de viagens que, de igual modo, considero ser um «fenómeno sem tempo», embora, e consoante as épocas, motivado por diferentes razões, com diferentes objectivos e, sobretudo, com uma leitura, um «olhar» diferente.

Assim, ao ler esses textos de períodos mais recuados, a minha atenção reparte-se entre o que é descrito ou relatado – no presente caso, o Brasil e o modo como a colónia ou o país, a natureza, a sociedade colonial, os ameríndios –; e quem e de que modo descreve – não só a forma como o sujeito se relaciona com o meio ambiente e as populações locais mas também o inquérito que utiliza, o qual reflecte a sua própria formação e o meio cultural em que está integrado, bem como as estratégias de que se socorre tendo em vista aproximar o novo, o estranho, o exótico ao que os destinatários conhecem e têm a sensação de dominar. Às pessoas que têm esta capacidade de descrever e representar novos mundos e de os abrir à Europa, chamou Mary Louise Pratt de «os olhos do Império».

Retomando um exemplo anteriormente dado, hoje, tal como na Idade Média, continuamos a ler o Livro de Marco Pólo, que continua a ser reeditado na sua versão original e com adaptações para o público infanto-juvenil. Curiosamente, numa livraria começámos por procurá-lo na categoria de «História» e «Literatura/Romances» e finalmente acabámos por encontrá-lo na secção «Literatura de Viagem», profusamente acompanhado por reedições de textos que iam desde o século XVI ao XIX: Knivet, relatos de piratas e flibusteiros. Ora, ao ler o livro, faço-o, se o meu propósito não é académico, com o objectivo de entretenimento e recreação. A esse objectivo imediato, acresce paralelamente uma perspectiva crítica e uma visão «antropológica» que incide não apenas sobre o modo como a China foi vista e descrita pelos olhos de Marco Pólo, mas também como é que esta China de Marco Pólo é interpretada por mim, cidadã do século XXI; como também sobre o próprio Marco Pólo e o que este relato revela aos europeus do século XXI da Europa do século XIII nomeadamente através da forma como o autor organizou o discurso e privilegiou, descrevendo-os, fenómenos específicos.

Creio que são estes «jogos reflectidos» que nos atraem e que talvez ajudem a compreender o êxito que a «literatura histórica» de viagens continua a ter, tanto entre os académicos, como junto dos leitores comuns das mais diferentes idades. Continuamos a ler Marco Pólo com propósitos académicos e para nossa fruição. De igual modo, as editoras continuam a achar rentável a reedição de narrativas de viagens, como as de John Mawe, Jean

Baptiste Debret ou Maria Graham, entre tantos outros. E não posso deixar de aqui sublinhar a vitalidade que os estudos relacionados com as viagens e a «literatura histórica de viagens» têm, nomeadamente sob a forma de associações académicas com prestígio (como a Hakluyt Society), na edição de revistas especializadas (como a *Studies in Travel Writing*), de colecções específicas (como a Magellane das Ed. Chandeigne, as da Hakluyt Society, ou as Memórias do Instituto de Investigação Científica Tropical), por vezes em acessíveis livros de bolso, bem como de estudos científicos que se renovam constantemente¹¹.

Embora o esboço aqui traçado por mim seja linear e me permita argumentar – embora neste momento, reconheço, superficialmente fundamentada – que o gosto pela literatura histórica de viagens é, então, um fenómeno intemporal, comum, por largo período de tempo, à Europa Ocidental, considero também que os motivos, os interesses que estas «sociedades» tiveram e continuam a ter pela «literatura histórica de viagens» não são, obviamente, as mesmas, ou pelo menos, não são só as mesmas.

Podemos obviamente encontrar aspectos predominantes e comuns a todos os tempos, tais como o fascínio pelo estranho e pelo distante, que frequentemente se traduz no gosto mais ou menos definido e assumido pelo exotismo ou pelo «maravilhoso»; a vontade de saber de forma mais precisa, eventualmente, tornando útil e incorporando esse conhecimento às referências e necessidades de cada um; a formulação destes (à falta de melhor) «jogos reflectidos» que nos levam a reequacionar o estafado binómio Eu/Outro.

Contudo, há problemas característicos a épocas concretas. Por exemplo, o que justifica que em pleno «Século das Luzes» – no período em se desenvolve o que M. L. Pratt chama de «consciência planetária europeia» e se questiona a credibilidade da informação de «soldados ignorantes» e «clérigos inábeis», entendidos como os que não têm a «formação científica» de setecentos – se publique uma imensidão de textos quinhentistas e seiscentistas sobre o Brasil, aliás profusamente utilizados em obras científicas «de ponta»? O que faz com que num século que apenas acredita nos resultados da experiência e da observação, no que vê e pode comprovar, editores tão conceituados como Peter van der Aa continuem a imprimir Jean de Léry, André Thévet, Hans Staden, António Vieira e Fernão Cardim? Porque perante o encerramento da colónia brasileira a viagens oficiais estrangeiras conjuntamente com a não divulgação dos resultados das expedições portuguesas mais recentes, os escritos destes autores constituíam a informação que estava disponível ao comum dos europeus do século XVIII¹².

¹¹ Uma fundamentação mais sólida desta afirmação far-se-á em trabalho futuro.

¹² Ângela DOMINGUES, «Notícias do Brasil colonial: a imprensa científica e política a serviço das elites (Portugal, Brasil e Inglaterra)» in *Vária História*, vol. 22, n.º 35, Janeiro-Junho 2006, p. 152.

Sintetizando argumentos desenvolvidos em outro lugar, diria que a intensa renovação científica e intelectual ocorrida na Europa de setecentos tinha também chegado a Portugal, que, em pleno século das Luzes, conhecia renovações profundas nomeadamente com o fenómeno dos *estrangeirados*¹³, com a presença em Portugal e no Brasil dos padres matemáticos¹⁴, com convites dirigidos a ilustres intelectuais para desempenhar papel activo como formadores de uma nova *elite do conhecimento* ao serviço do estado português¹⁵, com as *viagens filosóficas*¹⁶. Parte da actuação desta elite vai ser utilizada numa administração mais eficiente e num maior controlo, conhecimento e exploração económica do Império, com o Brasil a ocupar lugar de destaque. Como se sabe, inúmeras viagens científicas são efectuadas com o intuito de se actualizar e ampliar o conhecimento que o poder central tem dos seus domínios. Contudo, os resultados da actuação da elite de conhecimento permanecerão, na sua maioria, manuscritos, depositados em arquivos das Secretarias de Estado e da administração central, e o acesso à informação irá ser restringido e controlado¹⁷. «A obsessão da(s) corte(s) espanhola [e portuguesa] de proteger suas colónias de toda a influencia e espionagem estrangeiras era legendária»¹⁸: em causa estariam principalmente a defesa das instalações militares e da exploração mineira do interior da América.

O certo é que já em pleno século XIX, o Brasil era considerado por viajantes como Spix e Martius (1817-1820) como «the hart of a new continent» e «a part of the world so imperfectly known», tornando-se rapidamente alvo de inúmeras expedições e viagens científicas pelos demais países europeus, e também de «real and authentic narratives [...] hitherto but imperfectly or not at all explored and performed by persons every way qualified to gather

¹³ Oswaldo Munteal FILHO, *Uma sinfonia para o Novo Mundo: a Academia Real de Ciências de Lisboa e os caminhos da Ilustração brasileira no antigo sistema colonial*, Dissertação de Doutoramento em História, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1998.

¹⁴ André Ferrand de ALMEIDA, *A formação do espaço brasileiro e o projecto do Novo Atlas da América Portuguesa (1713-1748)*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos, 2001.

¹⁵ Ângela DOMINGUES, *Viagens de exploração geográfica na Amazónia em finais do século XVIII: Política, Ciência e Aventura*, Lisboa: Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração (Madeira)/Centro de Estudos de História do Atlântico, 1991: idem, «Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos» in *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. VIII (suplemento), 2008, pp. 1823-38.

¹⁶ Ermelinda PATACA, *Água, terra e ar nas viagens científicas portuguesas (1755-1808)*, Dissertação de Doutoramento apresentada no Instituto de Geociências, Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2006.

¹⁷ Ângela DOMINGUES, «Circulação de informação científica no Império Português em finais de setecentos» in *O domínio da distância. Comunicação e cartografia*, Maria Emília Madeira Santos e Manuel Lobato (org.), Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 2006, p. 71 e ss.

¹⁸ Mary Louise PRATT, *Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*, Bauru, EDUSC, 1999, p. 43.

ample materials for both instructions and entertainment» que iam tornando familiares à compreensão europeia mundos desconhecidos e exóticos e sociedades consideradas inferiores à da antiga e ilustrada Europa¹⁹.

Uma questão, que se pode acrescentar aos pontos já levantados, foi contundentemente apontada pelo historiador espanhol Francisco Vasquez Garcia: «La Razón Ilustrada seria culpable por imponer un unico modo de ver y de estar en el mundo, el próprio del varón blanco, occidental y heterosexual, apoyado en la tecnociencia y en las instituciones del mercado y la democracia liberal» e de identificar como racional o modo de vida de um europeu ocidental de classe média²⁰.

O «Século das Luzes», ao trazer consigo uma nova concepção de ciência, acompanhada por um racionalismo cada vez mais notório, lançou as bases da exploração científica da natureza selvagem dos trópicos²¹. Gerou um processo que tornou os homens em donos de terras, objectos e mundos, com uma vontade de conhecer e dominar a natureza através da construção de registos: textos, colecções, herbários, imagens, pinturas, mapas. Neste movimento de apropriação de novos lugares e de redescobrimto do mundo, os viajantes são figuras ímpares. «*Homens do seu tempo*» – cultos, interessados, curiosos – contribuíram para que a Europa ilustrada arquitectasse imagens: primeiro de uma colónia centenária; depois de um jovem país sul-americano.

As mulheres tiveram um papel irrelevante neste processo. Esta sociedade, que defendia o direito natural e os princípios de igualdade jurídica entre os homens, fazia, no entanto, distinções quando se tratava dos direitos civis, não considerando princípios de igualdade política e social. Da mesma forma, as teorias iluministas sobre a aprendizagem humana mantinham barreiras relacionadas com uma educação diferente em relação aos sexos e criavam dúvidas sobre a capacidade das mulheres em relação à razão. Consideradas biologicamente inaptas para uma participação activa na vida pública, eram excluídas de participar na vida política.

Não espanta, pois, que quase todas as viagens de exploração e quase todos os registos, tenham sido feitos por homens. Ou seja, as mulheres viajavam, acompanhavam os seus maridos, as suas famílias, por vezes em circunstâncias adversas, mas os testemunhos escritos por elas são inexistentes ou perderam-se com o passar dos anos. Uma das excepções mais emblemáticas é, talvez, o caso de Isabella Godin des Odonais, aristocrata peruana que, seguindo a rota de La Condamine, desceu os Andes e o rio

¹⁹ J. B. von SPIX e C. F. P von MARTIUS, *Travels in Brazil*, vol. I, Londres, Longman, Hurst, Rees, Orme, Brown and Green, 1824, p. 2 e vii.

²⁰ Francisco VAZQUEZ GARCIA, «Claroscuros de la razón ilustrada» in *Ilustración y libertades. Revista de Pensamiento e História de las Ideas*, vol. 1, 2007, p. 20.

²¹ Flora Medeiros LAHUERTA, «Viajantes e a construção de uma ideia de Brasil no ocaso da colonização (1808-1822)» in *Revista electrónica de Geografía e Ciencias Sociales*, vol. X, n.º 218 (64), 1 de Agosto de 2006 <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-64.htm>

Amazonas para se juntar a seu marido, Louis Godin des Odonais. Contudo, «A romântica e arrepiante narrativa de Mme Godin foi publicada em 1773 – não por ela, mas por seu esposo, a pedido de La Condamine, que a anexou às edições da sua própria narrativa»²².

Já no caso de Rosa de Saulces de Freycinet que, a bordo da corveta Uranie, aportou no Rio de Janeiro, em 1817, acompanhando seu esposo Louis-Claude de Freycinet numa expedição científica de circum-navegação com o objectivo de medir as forças magnéticas do hemisfério meridional, os registos por si produzidos – cartas enviadas por Rose a sua mãe, Caroline de Nanteuil – acabaram por ser publicados sob a forma de diário – *Campagne de l'Uranie (1817–1820)*, apenas em 1927 por Charles Duplomb²³.

Um outro caso foi, sem dúvida, Maria Dundas Graham, jovem aristocrata britânica que desde muito nova acompanharia a família nas suas andanças pela Índia, Itália, América do Sul e Espanha²⁴. Destas viagens resultariam *Journals [of a residence in India (1812); of as residence in Chile during the year 1822 and a voyage from Chile to Brazil (1824); of a voyage to Brazil (1824)]*, *Letters [on India, 1814]* e *Three months in the mountains East of Rome (1821)*, ou seja, relatos de viagens nos quais ia descrevendo os locais, a natureza, os usos e costumes das sociedades/comunidades com que se ia deparando²⁵.

Ainda uma outra excepção? Talvez Maria Leopoldina, imperatriz do Brasil. Leopoldina não foi propriamente autora de um diário ou de um relato de viagem mas de cartas, inúmeras cartas, que nos permitem perceber a sua formação, os seus estados de espírito, as suas relações afectivas, os seus interesses culturais e científicos e as suas simpatias políticas²⁶. E nesse sentido, a correspondência de Leopoldina, não sendo «literatura histórica de viagem» no sentido mais tradicional, é uma fonte válida que contribui para uma melhor percepção do Brasil tal como era visto por um membro da alta nobreza europeia dos inícios de oitocentos, tornada na primeira imperatriz de um jovem país sul-americano. Talvez duplamente importante, na medida em que nos dá informação não só sobre o Brasil de Leopoldina, mas também sobre a antecipação que Leopoldina fazia do Brasil enquanto ainda estava na Áustria.

²² Mary Louise PRATT, *Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*, p. 51.

²³ Até este momento ainda não tivemos acesso ao diário de viagem de Rose de Freycinet; v. «The Uranie voyage» http://www.museum.wa.gov.au/collections/maritime/march/treasures/uranie/rose_etc.html

²⁴ Maria Dundas GRAHAM (Lady Maria Calcott), *Journal of a voyage to Brazil and residence there during part of the years 1821, 1822, 1823*, Londres e New York, Frederick A. Praeger Publ., 1969, p. i.

²⁵ Para além destes relatos, publicou também uma *História da Espanha* (1828) e outra da Inglaterra, em 1835, destinada a um público infantil.

²⁶ A correspondência de Leopoldina foi recentemente editada em AA.VV., *D. Leopoldina. Cartas de uma imperatriz*, pesquisa e selecção de cartas de Bettina Kann e Patrícia Sousa Lima; artigos István Jancsó *et al.*, São Paulo, Estação Liberdade, 2006.

Leopoldina chegaria ao Brasil a 11 de Novembro de 1817: «the person the most important to the hopes and happiness of Brazil, was welcomed with enthusiasm by all class of people»²⁷. Assim se referia Maria Graham à chegada daquela que viria a ser uma amiga próxima.

Quanto ao período em que Leopoldina chega, há que dizer que é uma época em que os acontecimentos políticos se sucedem a velocidade vertiginosa. Nesta sequência a data marcante é, como aliás a historiografia contemporânea o demonstra pela importância que lhe confere, o ano de 1808, da chegada da corte ao Brasil e da abertura dos portos à navegação das nações amigas e ao comércio internacional. Mas tal como afirma Sérgio Buarque de Holanda, à abertura dos portos seguiu-se o «novo descobrimento do Brasil». Inúmeros viajantes aportaram à colônia e descreveram as «dores de crescimento» de uma cidade que se adaptava à instalação da corte, dos órgãos e do *aparatus* da administração central e de mais alguns milhares de pessoas. Mas a 1808 seguiram-se outras datas marcantes e um período politicamente agitado. O registo desses acontecimentos é feito por Maria Graham que, durante a sua estada, frequenta círculos de diplomatas e líderes políticos. Ainda assim, faz repetidamente notar que a informação a que tinha acesso era condicionada porque, segundo afirmava, era mulher e estrangeira: «My opportunities of information were too few; my habits as a woman and a foreigner never lead me into situations where I could acquire the necessary knowledge»²⁸. A esta dificuldade acrescia a sua relação imediata com os acontecimentos que estavam ainda muito próximos, o que obscurecia os motivos e razões por trás de eventos e pessoas.

Contrariamente ao que seria de esperar da sua condição de «mulher» e «estrangeira», Leopoldina vai tomar uma franca e aberta participação em muitos deles, particularmente os que tocam à independência do Brasil, à contratação de colonos e de soldados mercenários da Europa (engajados pelo major G. A. von Schaffer, favorito de Leopoldina), às nomeações de indivíduos para cargos diplomáticos e administrativos internos²⁹.

A vida, época e perfil psicológico de Leopoldina foram assuntos recentemente estudados com profundidade. Chegado ao Rio em 1825, o soldado

²⁷ Maria Dundas GRAHAM (Lady Maria Calcott), *Journal of a voyage to Brazil and residence there during part of the years 1821, 1822, 1823*, p. 57.

²⁸ Maria Dundas GRAHAM (Lady Maria Calcott), *Journal of a voyage to Brazil and residence there during part of the years 1821, 1822, 1823*, p. 59; e também p. 79.

²⁹ *A imperatriz Maria Leopoldina. Documentos interessantes publicados para comemorar o primeiro centenário da sua morte, ocorrida no dia 11 de Dezembro de 1826*, prefácio de Alcides Bezerra, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1926. Neste período de organização do exército brasileiro, inúmeros alemães, irlandeses, franceses e italianos foram contratados para integrar os corpos militares. Entre eles, encontrava-se C. SCHLICHTHORST autor de uma vívida descrição do Rio de Janeiro, intitulada *O Rio de Janeiro como é em 1824-1826 (huma vez e nunca mais)*. *Contribuição de um diário para a história atual, costumes e especialmente a situação da tropa estrangeira na capital do Brasil*, editada pela primeira vez em Hannover, na Real Livraria de Hahn em 1829 (Rio, Livraria Editora Zélio Valverde, 1943).

mercenário Schlichthorst descreve-a como «baixa e gorda, com traços genuinamente alemães (...). O sol dos trópicos e o modo de vida a que se adaptou no hemisfério meridional emprestam-lhe às faces alto grau de vermelhidão e lhe deram a corpulência que se manifesta em quase todas as mulheres brasileiras passada a primeira mocidade (...) fala alemão à maneira de Viena, servindo frequentemente de intérprete ao marido. Dizem que é muito instruída»³⁰.

Esta descrição contemporânea de uma Leopoldina culta mas pouco graciosa terá uma outra dimensão, nomeadamente a que é conferida pelos ensaios que antecedem a recente publicação da correspondência da primeira imperatriz do Brasil. Por eles, ficamos a saber que Leopoldina, neta da imperatriz Maria Teresa de Áustria e irmã de Maria Luísa, jovem esposa de Napoleão, era uma jovem culta, amável, afectuosa e bem-educada, detentora de uma educação que incluía o estudo das ciências naturais, zoologia e botânica, física, francês, italiano, latim, história, música e pintura³¹. A esta formação inicial, juntou-se a aprendizagem do português e do inglês, já durante a sua permanência no Brasil: a primeira, que considerava um idioma «difícil de entender porque é meio árabe, italiano e francês, [mas] apesar disso é uma língua com boa sonoridade», por razões de proximidade familiar e afectivas; ambas as línguas por razões políticas e diplomáticas³².

Embora não sendo meu propósito enveredar pelos estudos de género, pareceu-me interessante tentar avaliar o peso que a correspondência de uma mulher europeia teria enquanto fonte de transmissão de informação válida para a compreensão do Brasil oitocentista e perceber como a colónia era vista por uma recém-chegada, como esta apreendeu o Brasil e tornou perceptível esta imagem? Como capta e descreve a natureza, a humanidade, os costumes de povos e elites e como os seus sentidos são estimulados por cores, cheiros, tipos, sons, sabores e práticas sociais diferentes, oscilando entre o pitoresco e o exótico³³. Se as sensações físicas se traduzem em discursos e imagens, com os recém-chegados a tentar descrever, classificar e conferir significado à experiência que chega através dos sentidos, qual é o papel da correspondência, não só como meio de comunicação e forma de manter e cultivar as ligações afectivas, mas também como exercício de aproximação para tornar familiar o que é distante exótico e estranho a quem está longe?

³⁰ C. SCHLICHTHORST, *O Rio de Janeiro como é em 1824-1826 (humas vezes e nunca mais)*, p. 24.

³¹ Bettina KANN, «Apontamentos sobre a infância e juventude de Leopoldina» in *D. Leopoldina. Cartas de uma imperatriz*, São Paulo, Estação Liberdade, 2006, p. 65. Tal como José Bonifácio, foi aluna de Hany, tendo estudado mineralogia segundo o seu sistema de classificação.

³² Carta 70 a Maria Luísa, de 21 de Outubro de 1816 in *D. Leopoldina. Cartas de uma imperatriz*, p. 253.

³³ Sandra Jatay PESAVENTO, «Uma cidade sensível sob o olhar do «outro»: Jean-Baptiste Debret e o Rio de Janeiro (1816-1831)» in *Nuevo Mundo, Mundos Nuevos*, n.º 7, 2007, <http://nuevo-mundo.revues.org/document3669.html>

1. Uma imagem do Brasil na Europa: Leopoldina e as expectativas anunciadas

Na opinião abalizada de Andréa Slemian, o matrimónio de Leopoldina e Pedro surge como uma missão política negociada entre as cortes portuguesa e austríaca. Mas, primeiro que tudo, não posso deixar de realçar o facto irónico e bem notado por Maria Graham de ser Leopoldina irmã bem-amada de Maria Luísa, mulher de Napoleão I, que afinal «havia compelido a família Bragança a exilar-se»³⁴.

Um dos objectivos seria o Império Austro-húngaro obter uma posição privilegiada com vista a novas oportunidades comerciais relacionadas com o comércio colonial. Neste jogo politico-diplomático em que a Inglaterra e a França continuavam a ser os principais opositores, Leopoldina seria «uma importante representante dos interesses da casa dos Habsburgo nos destinos portugueses, especialmente na América, ainda mais se levarmos em conta a supremacia exercida pelo Império Austríaco na Europa naquele momento»³⁵.

Juntamente com a jovem noiva partem então para o Brasil alguns cientistas austríacos e alemães especializados em História Natural e Filosofia Natural, entre eles o zoológo Johann Natterer, e dois bávaros, membros da Academia de Ciências de Munique, enviados pelo rei da Baviera: Joannes Baptist von Spix e Carl Friederich Philipp von Marius. Desta forma, «The marriage of an Austrian Princess with the Crown Prince of Brazil, gave, however the most powerful stimulus to the German literati, and the fairest opportunity for visiting Brazil with all the advantages that the protection of the Emperor could afford»³⁶.

O interesse pelo Brasil aparece claro na correspondência da jovem princesa logo após o início das negociações para o casamento com o herdeiro da coroa portuguesa, em Junho de 1816³⁷. Perante a perspectiva do enlace e da deslocação para o Brasil, Leopoldina continuou a sua formação dando início a uma série de leituras com o objectivo de se munir de informação sobre a colónia brasileira e o reino de Portugal. Leu obras como a de Joaquim José António Lobo da Silveira, cônsul de Portugal junto da corte sueca, que divulgava as produções naturais brasileiras (e particularmente

³⁴ Maria GRAHAM, *Correspondência entre Maria Graham e a Imperatriz Dona Leopoldina e cartas anexas*, Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 1997, p. 31.

³⁵ Andréa SLEMIAN, «O paradigma do dever em tempos de revolução: D. Leopoldina e o sacrifício de ficar na América» in *D. Leopoldina. Cartas de uma imperatriz*, p. 89.

³⁶ H. E. Lloyd, 'Preface' in J. B. von SPIX e C. F. P. von MARTIUS, *Travels in Brazil*, vol. I, Londres, Longman, Hurst, Rees, Orme, Brown and Green, 1824, p. x.

³⁷ Sobre o cerimonial relacionado ao processo de negociação do casamento e à sua celebração v. Jurandir MALERBA, *A corte no exílio. Civilização e poder no Brasil às vésperas da independência (1810 a 1821)*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000, p. 55 e ss.

as minerais) junto de uma Europa muito atenta³⁸; bem como a *Histoire du Brésil depuis sa découverte en 1500 jusqu'en 1810* de Alphonse de Beauchamp (3 vols., Paris, 1815), os *Eléments de l'Histoire du Portugal* de Antoine Sériey (Paris, Chez Demoraine, 1805), e outras obras não identificadas até ao momento, como Valet, o *Jornale lusitanico*.

Para além disso, procurava obter dados através de conversas com Pedro José Joaquim Vito de Meneses Coutinho, 6.º marquês de Marialva e 1.º conde de Cantanhede, e de Rodrigo Navarro de Andrade, 1.º barão de Vila Seca, representante em São Petersburgo e Sardenha, que, segundo Leopoldina, tinham viajado por toda a Europa e parte da América³⁹, que provavelmente seriam responsáveis pela imagem da família real portuguesa como detentora de « *muito senso e nobres qualidades*»⁴⁰.

Seria esta conjugação de informação oral e escrita que permitiu a Leopoldina fazer a ideia do Brasil como um Eldorado e «um país magnífico e ameno, terra abençoada que tem habitantes honestos e bondosos», onde todos os cortesãos gostariam de acompanhar a sua jovem princesa, «pois todos querem ver o Brasil». Adulação palaciana à parte, o Brasil parecia-lhe uma alternativa viável a uma insuportável e conturbada Europa, assolada por uma instabilidade política notória e lugar pouco seguro para as cabeças coroadas.

Quanto às lacunas sobre o Brasil, a princesa que tinha por meta casar-se e ter filhos ou ser nomeada mineralogista do Império propunha-se suprimi-las através do envio das sementes das plantas mais exóticas, das pedras mais raras, dos mais belos e interessantes exemplares de papagaios e macacos e ainda pelo envio das suas cartas e de uma fiel descrição do Brasil⁴¹.

2. A chegada: os encontros desejados

«Nem pena nem pincel podem descrever a primeira impressão que o paradisíaco Brasil causa a qualquer estrangeiro; basta dizer que é a Suíça com o mais lindo e suave céu»⁴². Esta frase espelha o entusiasmo e admiração sentidos por Leopoldina face à natureza carioca. Assim descreveu a seu pai, o Imperador Frederico I, a admirável e exuberante paisagem que

³⁸ J. Lobo da Silveira, sexto conde de Oriola, foi autor de *Skizze von Brasilien*, publicado em Estocolmo, Johann P. Lindh, 1808.

³⁹ Carta 75 a Maria Luísa, de 19 de Novembro de 1816 in *D. Leopoldina. Cartas de uma imperatriz*, p. 259.

⁴⁰ Carta 67 a Maria Luísa, de 4 de Outubro de 1817, 1816 in *D. Leopoldina. Cartas de uma imperatriz*, p. 249.

⁴¹ Carta 67 a Maria Luísa, de 4 de Outubro de 1817, *D. Leopoldina. Cartas de uma imperatriz*, p. 249; e carta 68 a Maria Luísa de 15 Outubro de 1817, *ibidem*, p. 251.

⁴² Carta 131 a Francisco I, de 8 de Novembro de 1817 in *D. Leopoldina. Cartas de uma imperatriz*, p. 313.

enquadra a cidade do Rio de Janeiro, com os seus três belos fortes, os vários grupos de ilhas e as montanhas circundantes cobertas de palmeiras e outras árvores. Porque, cabe aqui dizê-lo, o Brasil de Leopoldina foi pouco mais que o Rio e os caminhos e áreas circundantes aos palácios de São Cristóvão e Santa Cruz ou a Baía e as Minas Gerais, até onde terá viajado por várias vezes.

Tal como outros viajantes anteriores a ela, como Spix e Martius, John Luccock ou Johann Emanuel Pohl, Leopoldina desenvolveu, logo após a sua chegada ao Brasil, uma admiração genuína e sincera pelas belezas naturais e pelas potencialidades económicas contidas na natureza do seu Brasil.

Numa tentativa de tornar compreensível o cenário encontrado a outros europeus, nomeadamente à sua família, a princesa recém-casada irá aproximar e incorporar o desconhecido através da comparação com o que é familiar quando, por exemplo, afirma que «a região [o Rio] é maravilhosa e bem igual ao Steyermark» ou quando classifica a área montanhosa em torno da cidade como os «nossos Alpes do Brasil»⁴³. Mas também irá socorrer-se do seu talento e enviar desenhos de paisagens, amostras de minerais, espécimes vivos e dissecados, transmitindo uma ideia de fecundidade e grandeza da enorme diversidade da floresta e dos seus habitantes, bem como do grande potencial de pesquisa de uma natureza ainda pouco conhecida e estudada⁴⁴. Através das descrições contidas nas suas missivas e das recolções de produtos naturais enviadas, Leopoldina tentava ajudar à integração de regiões e ecossistemas desconhecidos no conhecimento europeu.

Valendo-se da sua educação esmerada e do seu interesse pelas ciências naturais, presenteia seu pai, irmãs e tios com remessas de sementes de «plantas esquisitas», amostras vivas de arbustos e árvores, palmeiras que nunca tinha visto nem em estufas; expede macacos e periquitos, papagaios, colibris, araras e estranhos galos-da-Índia; envia borboletas com tamanho de pássaros, conchas e alguns minerais, o que, pelas leis reais, é altamente proibido.

Contudo, se a natureza em estado puro era um paraíso e resplandecia, importa dizer que a admiração que Leopoldina sentia pela paisagem não era transposta para os autóctones. Os índios, apesar de transparecerem muito pouco nos escritos da princesa eram, de acordo com ela, muito feios e tinham feições esquisitas, com diferentes tons de pele⁴⁵.

Quanto à sua nova família, descreve-os a Frederico I como «anjos de bondade, especialmente meu querido Pedro que, para além de tudo, é muito

⁴³ *A imperatriz Maria Leopoldina. Documentos interessantes publicados para comemorar o primeiro centenário da sua morte, ocorrida no dia 11 de Dezembro de 1826*, prefácio de Alcides Bezerra, p. 107.

⁴⁴ Flora Medeiros LAHUERTA, «Viajantes e a construção de uma ideia de Brasil no ocaso da colonização» in *Revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, vol. X, n.º 218 (64), Agosto de 2006 <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-64.htm>

⁴⁵ Carta 136 a Arquiduque Fernando, de 1 de Dezembro de 1817 in *D. Leopoldina. Cartas de uma imperatriz*, pp. 316-7.

culto. Embora esteja casada com ele há apenas dois dias, ele merece todo o meu respeito e atenção, pois seu comportamento sob todos os aspectos é admirável»⁴⁶.

Mas em breve, as saudades da família e a desilusão com o casamento iriam dar lugar a outros sentimentos: a vontade de regressar à Europa ganhava força face ao «paradisíaco Brasil», esse «verdadeiro paraíso»⁴⁷.

3. Um país «incívil» e inculto e uma humanidade «esquisita»: a dura realidade

Depois deste deslumbramento inicial de Leopoldina em relação ao Brasil e à sua nova família, surgirão outros sentimentos e impressões, sobretudo em relação aos habitantes e seus hábitos, que considerava como «um tudo ou nada esquisitos» e ao clima quente e húmido, que considerava «esquisito» e insuportável, causador das maleitas de «seu infantil esposo», da melancolia que, cada vez com mais frequência, se abatia sobre a princesa. «Le pays est très charmant, plein de sites délicieux, des montagnes très élevés, des prairies verdoyantes de forets des plus rares et magnifiques arbres parsemés par des belles fleurs, voyant voltiger les oiseaux incomparables par leur plumage; il faut dire que l'Amérique portugaise serait un paradis terrestre s'il n'y eut une chaleur insupportable de 88 degrés et beaucoup des mosquitos»⁴⁸.

Esclareça-se, contudo, que o deslumbramento pela natureza e pelas produções naturais continuou, uma admiração que reflectia uma sensibilidade romântica e desperta para a contemplação da natureza e beleza dos cenários naturais: as paisagens permaneciam maravilhosas, o seu conhecimento continuava a ser uma redescoberta constante, até porque muitos minerais e flores eram desconhecidos na Europa, o país era continuamente descrito como um paraíso com especial encanto para uma Leopoldina mineralogista e botânica⁴⁹.

Só que agora, muitas destas descrições acompanhavam os «estados de espírito» de Leopoldina, reflectindo o seu humor de momento e dando talvez razão a quem afirmava que, sendo as mulheres entes bastante mais sensíveis e emotivas que os homens e sendo também guiadas por princípios diferentes, estavam também mais próximas da natureza⁵⁰. A princesa – considerava

⁴⁶ Carta 131 a Francisco I, de 8 de Novembro de 1817 in *D. Leopoldina. Cartas de uma imperatriz*, p. 313.

⁴⁷ Carta 132 a Maria Luísa, de 8 de Novembro de 1817, in *D. Leopoldina. Cartas de uma imperatriz*, p. 314.

⁴⁸ *A imperatriz Maria Leopoldina. Documentos interessantes publicados para comemorar o primeiro centenário da sua morte, ocorrida no dia 11 de Dezembro de 1826*, p. 89.

⁴⁹ Carta 143 a Maria Luísa, de 20 de Janeiro de 1818, in *D. Leopoldina. Cartas de uma imperatriz*, p. 324.

⁵⁰ Sam GEORGE «The cultivation of the female mind: enlightened growth, luxuriant decay and botanical analogy in eighteenth-century texts» in *History of European Ideas*, volume 31, issue 2, 2005, pp. 209-223.

ter sido «exportada para este país de ignorância», onde vivia cada vez mais isolada, tinha acessos de melancolia e pesar e manifestava frequentemente desejo de rever a Europa e a família –, via espelhadas a sua tristeza e solidão na natureza que a rodeava, nas «tristes e húmidas florestas do Brasil»⁵¹.

Para lá da natureza, o Brasil era apresentado por Leopoldina como um país inculto e incivilizado, que nada de interessante ou valioso produzia, atrasado em relação à organização social e às manifestações culturais e científicas. As pessoas (a família real incluída) eram diferentes, «esquisitas», e a experiência pessoal adquirida pelo convívio com pessoas de outro país e outros hábitos culturais ditava que tivesse cada vez mais desconfiança e cuidado⁵²: «acho que é impossível fazer o bem e ajudar a enobrecer o país e os habitantes e isso custa muito sacrifício ao meu coração e razão; encontrei tudo muito pior do que o senhor, meu querido tio, havia, bem-intencionado, profetizado quando ainda estava na minha pátria»⁵³.

Quanto aos vínculos com o «mundo civilizado», estes eram mantidos através das ligações mais ou menos regulares e tangíveis com a Europa, permitidas pelos navios e alimentadas pelo que estes transportavam⁵⁴: a correspondência; os relatos orais sobre as «novidades», a política ou os mais recentes acontecimentos militares europeus; presentes enviados pela família: vestidos, sedas, musselinas, linho holandês para confecção de roupa interior, chapéus. E livros, muitos livros, encomendados ao marquês de Marialva ou pedidos a seu pai, irmã ou tios e a sua amiga Maria Graham, destinados a manter a «cientista» actualizada e a modernizar a sua biblioteca, onde predominavam obras de geografia, botânica, história, política e acima de tudo literatura de viagens e história natural⁵⁵.

A colecta de espécimes, a organização de colecções, a detecção de novos e inclassificados minerais, animais e vegetais eram assuntos recorrentes na correspondência da princesa. Assim, ao marquês de Marialva enviava para entregar ao seu mestre e amigo Hany «alguns objectos novos, cuja classificação lhe solicito na medida em que não tenho o atrevimento de lhe tirar essa honra, já que ele é a única pessoa digna de desempenhar

⁵¹ Carta 180 a Maria Amélia, de 27 Setembro de 1819, in *D. Leopoldina. Cartas de uma imperatriz*, p. 337.

⁵² Carta 148 a Maria Luísa de 1 de Março de 1818 in *D. Leopoldina. Cartas de uma imperatriz*, p. 330.

⁵³ Carta 150 ao arquiduque Rainer, 18 de Abril de 1818 in *D. Leopoldina. Cartas de uma imperatriz*, p. 331

⁵⁴ A existência destas ligações para o período subsequente à transferência da corte para o Brasil são referidas, de forma organizada, por Kirsten Schultz, «Exile, culture and civilization in Joanne Rio de Janeiro» in p. 8 <http://lanic.utexas.edu/project/text/lilas/cpa/apring05/missa/schultz.pdf>

⁵⁵ O catálogo da biblioteca de Leopoldina foi publicado em 1926, mas apenas até à letra D, tendo este limite sido justificado pelos editores por razões de tempo e custos de impressão da obra onde foi integrado (*A imperatriz Maria Leopoldina. Documentos interessantes publicados para comemorar o primeiro centenário da sua morte, ocorrida no dia 11 de Dezembro de 1826*, p. 183).

tal função»⁵⁶; e a Maria Graham solicitava o envio de instrumentos de precisão ou de gêneros e espécies da Índia, Ceilão, Nova Holanda e Molucas em falta no seu catálogo de conchas, oferecendo espécimes brasileiros em permuta⁵⁷.

Os envios de macacos e papagaios, roedores, saguis e borboletas, minerais, sementes e plantas, de gaiolas com cem pássaros vivos, muitos deles espécies desconhecidas dos três reinos da natureza, sucediam-se, conjuntamente com remessas de magníficas representações de «paisagens escaldantes» feitas por Thomas Ender, representações dos ameríndios brasileiros⁵⁸. A tudo isto juntavam-se alguns mimos da culinária brasileira, como chocolates e compotas de frutas, e de dois índios Botocudos, em quem recomendava expressamente que não se confiasse⁵⁹. Com que outras coisas que não as curiosidades dos três reinos da natureza brasileira poderia Leopoldina brindar a família distante, professores competentes, como Hany, e leais servidores, como o marquês de Marialva, se o país estava atrasado em todo o tipo de cultura? «É completamente diferente viver em um país culto ou em um paraíso terrestre como o Brasil, que ainda está no estágio em que Adão e Eva foram expulsos do paraíso»⁶⁰. Mas para além de serem uma amabilidade imperial com que Leopoldina queria obsequiar família e amigos, muitos destes «pequenos tesouros» das florestas brasileiras eram ainda enviados a Frederico I para serem entregues ao Museu de História Natural de Viena.

Sobretudo, e a partir de certa altura da sua permanência no Brasil, Leopoldina descobre o Império, um império que não está à deriva mas que, pelo contrário, é eficientemente governado a partir da capital e que tem ligações administrativas, comerciais e científicas intensas com a administração central estabelecida no Rio de Janeiro, tal como a tem com Lisboa. E assim, os presentes com que agracia familiares e amigos incluem sementes provenientes da China e da Índia, animais provenientes de África e da Índia, pássaros originários de Nova Holanda, tintas da China, aves do paraíso, cestas de marfim orientais. «Terei muito gosto em enviar à minha querida tia alguns produtos do Brasil; espero que a senhora não recuse o prazer de aceitar pequenas bagatelas, em anexo, produzidas na América, Índia e África,

⁵⁶ Carta 238 ao marquês de Marialva de 12 de Julho e 1822, in *D. Leopoldina. Cartas de uma imperatriz*, pp. 401-2.

⁵⁷ MARIA GRAHAM, *Correspondência entre Maria Graham e a Imperatriz Dona Leopoldina e cartas anexas*, Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 1997, p. 37.

⁵⁸ Carta 155 a Francisco I, 14 de Maio de 1818, in *D. Leopoldina. Cartas de uma imperatriz*, p. 337. Thomas Ender terá sido o autor de 244 desenhos (dos quais 151 coloridos) que estavam ainda inéditos em 1934. Os desenhos incluíam vistas do Rio, plantas, paisagens e tipos de pessoas e eram considerados pelo antiquário Hans P. Kraus como um suplemento desconhecido à obra de Spix e Martius (BNRJ, Manuscritos 48, 1, 003, n.º 062 (doc. de 18 de Dezembro de 1934)).

⁵⁹ Carta 201 a Francisco I de 2 Abril 1821 in *D. Leopoldina. Cartas de uma imperatriz*, p. 377.

⁶⁰ Carta 290 a Maria Luísa, 12 de Dezembro de 1824, in *D. Leopoldina. Cartas de uma imperatriz*, p. 435.

que são mais curiosas que belas; na verdade, foram os únicos objectos que consegui encontrar em países que ainda permanecem nos primeiros graus de cultura»⁶¹.

As descrições iniciais da cidade do Rio de Janeiro como lugar onde nada faltava em matéria de livros ou de adornos, e onde até residia um costureiro que tinha trabalhado para a Imperatriz Maria Luísa, logo deram lugar a outras, onde se descrevia uma cidade atrasada, sem teatros – apesar da inauguração do Real Teatro de São João em 1813 –, divertimentos ou distrações de qualquer espécie. A cidade, apesar de urbanisticamente melhorada com a transferência da corte, tal como repetidamente é afirmado por Spix e Martius, foi um local preterido por Leopoldina em detrimento do campo, de São Cristóvão ou da fazenda de Santa Cruz que «se assemelha muito à minha amada pátria: magnificas montanhas, florestas, planícies circundam nosso pequeno mas lindo palácio; ... vejo plantas e árvores lindíssimas, cobertas de flores ainda desconhecidas na Europa»⁶².

Era aqui, num local mais próximo da natureza brasileira que Leopoldina tanto admirava, mas longe de uma família junto da qual tinha o maior empenho em ser simpática e agradável, embora considerasse os seus hábitos «*um tanto ou quanto esquisitos*», que a princesa vivia a maior parte do tempo, repartindo as suas actividades entre a pesca e a caça, a leitura e escrita, as aulas de música e canto, o aperfeiçoamento do português, inglês e latim, e os longos passeios a cavalo ou a pé, levados ao ponto de se perder completamente na floresta o que, afirmou, tinha sido uma aventura nada idílica.

4. A correspondência de Leopoldina como contribuidora da «literatura de viagens»?

Para Leopoldina é inegável que a correspondência que produz é um veículo preferencial como meio de comunicação, como forma de aproximação afectiva: com o pai, a irmã Maria Luísa, com os tios e irmãos. As suas cartas são ainda um meio eficaz de partilha de conhecimentos: no sentido de tornar familiar o que está distante, e compreensível o que é esquisito e exótico. Ambos os aspectos, o afectivo e o cognitivo, contribuem para acalantar sentimentos de afinidade e partilha que me parecem poder ser interpretados como um mecanismo desenvolvido pela imperatriz para firmar a sua identidade como membro de uma elite aristocrática da Europa Central. Contudo – e penso que, com o correr do tempo, as cartas são cada vez mais claras –, surgem sentimentos contraditórios sobre qual o lugar da impera-

⁶¹ Carta 158 a Maria Amélia, 10 de Junho de 1818, in *D. Leopoldina. Cartas de uma imperatriz*, p. 339.

⁶² Carta n.º 147 a Francisco I, de 1 de Março de 1818 in *D. Leopoldina. Cartas de uma imperatriz*, p. 329.

triz no mundo e onde seria a sua «casa»: «hence all travel writing exists in a dialectical relationship between two distinct places – that designated by the writer and perhaps also by readers as «home» and that designated as the cultural other»⁶³.

Pela sua correspondência perpassa um forte sentimento de alteridade que transforma o Brasil e os seus habitantes nos *outros*. Ao invés de adoptar uma posição de invisibilidade – como na sua obra científica fizeram os contemporâneos e bem conhecidos Spix e Martius⁶⁴ –, Leopoldina partilhou com os leitores das cartas a forma como ela se via a si, à sociedade em que viveu e ao posicionamento de distanciação que assume sobretudo em relação ao Brasil colonial e menos ao Brasil natural. A forma de transportar esse Brasil «esquisito», «bárbaro» e «inferior» à civilização far-se-ia, na opinião clara de Spix e Martius, e provavelmente de Leopoldina, através da interferência dos europeus e pela promoção da supremacia europeia no Novo Mundo. Teria sido esta vontade de «educar» o Brasil uma razão para impelir a jovem imperatriz a permanecer no Brasil e desempenhar o papel que teve nos acontecimentos relacionados com a independência do país?

Apesar de reconhecer que, no decorrer do século XVIII, existiu uma tendência nítida para uma profissionalização e especialização dos cientistas e para o exercício de saberes científicos ao serviço do Estado, bem como para uma divisão cada vez mais clara entre produção científica e práticas de evasão e recreação, acredito que a correspondência de Leopoldina pode contribuir para uma melhor compreensão da imagem científica do Brasil na Europa da sua época. Afinal, Leopoldina era considerada como uma mulher cultíssima, formada por Hany e outros mestres distintos que lia atentamente e com os quais tinha uma correspondência regular. Admito, de igual modo, que o peso que uma obra científica produzida por «cientistas profissionais» e este tipo de informação de natureza epistolar e afectiva têm são diferentes e que obviamente devem ser analisadas levando isso em consideração. Mas, ainda assim, parece-me que a correspondência de Leopoldina pode ser uma contribuidora válida para um estudo desta natureza.

Se, tal como afirma Susan Bassnett, por vezes os autores de literatura de viagens se podem confundir com romancistas ou autores de memórias que têm por objectivo aproximar culturas diferentes da sua própria cultura, porque não considerar também a epistolografia de Leopoldina, imperatriz do Brasil, como contribuidora de uma «literatura de viagens» entendida num sentido mais alargado?

⁶³ Susan BASSNETT, «Introduction», p. xi.

⁶⁴ Ainda assim, é O. A. Carey Turnquest e John Molina que afirmam que, não obstante este distanciamento científico estes cientistas conseguiram transmitir a ideia prevalecente da supremacia europeia, apesar do ar de desprezimento e objectividade que assumem no texto (*The language of supremacy*), Center for Latin American Studies http://dl.lib.brown.edu/travelogues/turnquest_molina.html).

Colecção **ESTUDOS & DOCUMENTOS**

1. AQUÉM E ALÉM DA TAPROBANA

Estudos Luso-Orientais à memória de Jean Aubin e Deniz Lombard
Edição organizada por Luís F. R. THOMAZ

2. A ALTA NOBREZA E A FUNDAÇÃO DA ESTADO DA ÍNDIA

Actas do Colóquio Internacional
Edição organizada por JOÃO PAULO OLIVEIRA E COSTA e VÍTOR LUÍS GASPAR RODRIGUES

3. RELAÇÃO DO DESCOBRIMENTO DA ILHA DE S. TOMÉ

por MANUEL DO ROSÁRIO PINTO
Fixação do texto, Introdução e Notas de ARLINDO MANUEL CALDEIRA

4. NEGÓCIOS DE TANTA IMPORTÂNCIA

O Conselho Ultramarino e a disputa pela condução da guerra
no Atlântico e no Índico (1643-1661)
por EDVAL DE SOUZA BARROS

5. A PRESENÇA INGLESA E AS RELAÇÕES ANGLO-PORTUGUESAS EM MACAU (1635-1793)

por ROGÉRIO MIGUEL PUGA

6. CRONOLOGIA DA CONGREGAÇÃO DO ORATÓRIO DE GOA

pelo Padre SEBASTIÃO DO REGO
Direcção e Estudo Introdutório de MARIA DE JESUS DOS MÁRTIRES LOPES
Apresentação de ANÍBAL PINTO DE CASTRO

7. O ESTADO DA ÍNDIA E OS DESAFIOS EUROPEUS

Actas do XII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa
Edição de JOÃO PAULO OLIVEIRA E COSTA e VÍTOR LUÍS GASPAR RODRIGUES

8. MULHERES EM MACAU

DONAS HONRADAS, MULHERES LIVRES E ESCRAVAS (SÉCULOS XVI E XVII)
por ELSA PENALVA

9. COMENTARIOS DE LA EMBAXADA AL REY XA ABBAS DE PERSIA (1614-1624)

POR DON GARCIA DE SILVA Y FIGUEROA

Volumes 1 e 2: Texto-Edição crítica de RUI MANUEL LOUREIRO, ANA CRISTINA COSTA GOMES e VASCO RESENDE; **Volume 3:** Anotações-Coordenação de RUI MANUEL LOUREIRO; **Volume 4:** Estudos-Coordenação de RUI LOUREIRO e VASCO RESENDE.

10. REPRESENTAÇÕES DE ÁFRICA E DOS AFRICANOS NA HISTÓRIA E NA CULTURA – SÉCULOS XV A XXI

Edição de JOSÉ DAMIÃO RODRIGUES e CASIMIRO RODRIGUES

11. GOVERNO, POLÍTICA E REPRESENTAÇÕES DO PODER NO PORTUGAL HABSBURGO E NOS SEUS TERRITÓRIOS ULTRAMARINOS (1581-1640)

SANTIAGO MARTÍNEZ HERNÁNDEZ (dir.)

12. ANTÓNIO VIEIRA, ROMA E O UNIVERSALISMO DAS MONARQUIAS PORTUGUESA E ESPANHOLA

Organização de PEDRO CARDIM & GAETANO SABATINI

13. HISTÓRIAS ATLÂNTICAS: OS AÇORES NA PRIMEIRA MODERNIDADE

por JOSÉ DAMIÃO RODRIGUES

- 14. CARGOS E OFÍCIOS NAS MONARQUIAS IBÉRICAS:
PROVIMENTO, CONTROLO E VENALIDADE (SÉCULOS XVII E XVIII)
ROBERTA STUMPF & NANDINI CHATURVEDULA (orgs.)**

- 15. MONARCAS, MINISTROS E CIENTISTAS. MECANISMOS DE PODER, GOVERNAÇÃO
E INFORMAÇÃO NO BRASIL COLONIAL
por ÂNGELA DOMINGUES**